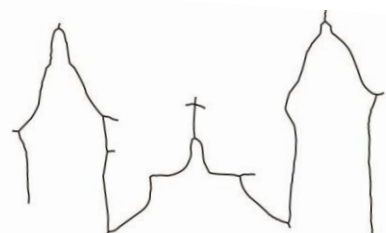


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Rahyan de Carvalho Alves



**PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE  
DIAMANTINA-MG: paisagem e lugar pela vivência dos *insiders***



**Minas Gerais – Brasil  
18 maio de 2021**

Rahyan de Carvalho Alves

**PATRIMONIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE  
DIAMANTINA-MG: paisagem e lugar pela vivência dos *insiders***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Linha de Pesquisa: Cultura, Ecologia, Política e Educação Geográfica.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus.

**Belo Horizonte  
Departamento de Geografia da UFMG  
2021**

A474p  
2021

Alves, Rahyan de Carvalho.

Patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina-MG [manuscrito] : paisagem e lugar pela vivência dos *insiders* / Rahyan de Carvalho Alves. – 2021.

495 f., enc. il. (principalmente color.)

Orientador: José Antônio Souza de Deus.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2021.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Cultura, Ecologia, Política e Educação Geográfica.

Bibliografia: f. 402-430.

Inclui apêndices e anexos.

1. Patrimônio histórico – Diamantina (MG) – Teses. 2. Patrimônio cultural – Diamantina (MG) – Teses. 3. Arquitetura – Diamantina – Teses. 4. Paisagens – Diamantina – Teses. I. Deus, José Antônio Souza de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 351.71(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

***PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE DIAMANTINA-MG: PAISAGEM E LUGAR PELA VIVÊNCIA DOS INSIDERS***

**RAHYAN DE CARVALHO ALVES**

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia 18 de maio de 2021, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Dulce Pereira dos Santos

UNIMONTES

Janete Aparecida Gomes Zuba

UNIMONTES

Carlos Alexandre de Bortolo

UNIMONTES

Úrsula Ruchkys de Azevedo

IGC/UFMG

José Antônio Souza de Deus - Orientador

IGC/UFMG

Belo Horizonte, 18 de maio de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre de Bortolo**, **Usuário Externo**, em 18/05/2021, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janete Aparecida Gomes Zuba**, **Usuário Externo**, em 18/05/2021, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ursula Ruchkys de Azevedo**, **Chefe de departamento**, em 18/05/2021, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de](#)



[novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por DULCE PEREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo, em 18/05/2021, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por Jose Antonio Souza de Deus, Professor do Magistério Superior, em 19/05/2021, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0699651 e o código CRC 6D6859EB.

Dedico esta Tese, primeiramente, a Deus, o meu guia e pai, à minha esposa Luana, pelo companheirismo e amizade; e à toda minha abençoada família, que é o meu porto seguro. Este trabalho é fruto de um esforço coletivo alavancado por todos vocês. Obrigado!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me ofertou o dom da vida ao possibilitar-me viver a cada dia: emoções e situações diversas, me lapidando, ao me tornar forte e reflexivo. Sou grato pela oportunidade de fazer de cada manhã uma nova chance de conhecer pessoas, paisagens, lugares e histórias singulares (como: Diamantina, em Minas Gerais), construindo, assim, a minha história.

Agradeço à minha esposa, Luana, pela paciência, partilha de sonhos e apoio incessante em mais um capítulo escrito pela mão de Deus. Obrigado por caminhar ao meu lado e ser um porto seguro em minha vida.

Sou grato à minha família, em especial, aos meus pais: Maria Madalena e Juracy Antônio, pelos esforços realizados para que este sonho realiza-se. Obrigado por doarem suas vidas em prol dos meus objetivos.

A minha gratidão à Renata, irmã e companheira que me apoiou nas horas de aflição, que sempre esteve presente nos momentos mais especiais de minha vida.

Aos meus professores, desde a educação infantil ao ensino superior, agradeço a dedicação, respeito e amor no processo de mediar o conhecimento. Vocês fizeram e fazem parte desta caminhada e são as minhas referências. Muito obrigado! Por acreditarem nesse aluno.

Agradeço o meu orientador, professor José Antônio Souza de Deus, que incondicionalmente se fez participativo, norteador e essencial neste trabalho. Com as suas instruções, orientações, experiências de ser humano fez eu perceber o universo da pesquisa com mais sensibilidade e criticidade, ao ultrapassar, felizmente, as formalidades da academia e se tornar um verdadeiro orientador-amigo e uma de minhas referências no meio acadêmico.

Meus agradecimentos às professoras: Dulce, Janete e Úrsula e aos professores: André, Altair e Carlos por participarem e contribuírem, significativamente, nas discussões desta pesquisa, além dos encontros e conversas que me proporcionaram novas formas de promover os caminhos das escritas deste trabalho. Destaco, ainda, o meu respeito e gratidão ao Programa de Pós-graduação, em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais que me acolheu e possibilitou um amadurecimento, *a priori*, de ser humano, profissional e acadêmico, que entre as diversas discussões construídas nas disciplinas cursadas, nos exercícios dos trabalhos de campo, na partilha dos saberes para as escritas de artigos, organização de eventos e participação de tantos outros, me fez entender o sentido de ser um igceano e um professor-pesquisador. Além de se tornar um espaço de diálogos (sempre aberto) com amigos especiais que, aí, cativei e que são marcas positivas em minha memória afetiva.

Agradeço a todos os amigos e familiares pelas palavras de apoio. Às professoras doutoras e amigas: Maria das Graças Campolina Cunha e Gildete Soares da Fonseca, pela colaboração nas discussões sobre os temas que abordei na Tese e aos colegas do laboratório de Cartografia, e Geoprocessamento, do Núcleo de Estágio e Práticas Escolares, do Núcleo de Promoção a Cidadania e do Programa Biotemas da

Universidade Estadual de Montes Claros. À equipe de pesquisadores do Grupo de Estudos Culturais e Etnográficos e do Núcleo de Pesquisa Terra & Sociedade da UFMG que me receberam de maneira afetuosa, simultaneamente, foram acalento, força para os desafios inerentes a academia. Meus agradecimentos, especialmente, as colegas de pesquisa da UFMG, a saber: Ludimila Miranda Rodrigues, Mariana Rodrigues da Costa, Liliane de Deus Barbosa, Liliane Braga e Adília Jardim Silva.

Às autoridades, secretários, técnicos, guias e funcionários que atuam nos bens tomados em Diamantina - MG, a minha reverência e agradecimento pela atenção, compreensão dos meus pedidos e diálogo sempre respeitoso e propositivo.

Agradeço, de maneira intensa, aos Membros do Conselho de Cultura da cidade pelo acolhimento. A minha gratidão a senhora Luciana de Fátima Andrade, representante da Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina pelo tempo doado, pelos documentos e arquivos que foram disponibilizados, e especialmente, pela sensibilidade em entender a importância deste trabalho. A SECTUR inspira e pode ser exemplo de comprometimento para as demais secretarias no país afora.

À gerente pedagógica do município, a senhora Lucilene Gonçalves de Oliveira Lourenço, agradeço pela recepção, educação e diálogos que foram travados, por apresentar as atividades desenvolvidas ao Programa de Educação Patrimonial, o qual são executadas nas escolas da cidade em parceria com a SECTUR, SRE, o CMPPCPC e o IPHAN.

Agradeço ao chefe do Escritório Técnico do IPHAN, em Diamantina, o senhor (Sr.) Junno Marins da Matta, pelo tempo compartilhado e pela paciência diante das diversas questões e temas que foram abordados, pela minha insistência em compreender a dinâmica de trabalho desta importante e valiosa instituição.

Destaco que ser servidor público neste país é tentar oferecer o melhor ao povo, mesmo que muitos cidadãos não compreendam as limitações estruturais, financeiras e de pessoal que tentamos superar. Sou, extremamente, grato por terem compartilhado alguns dos produtos que entregam diariamente a sociedade, assim como em ter acesso aos arquivos documentais que foram importantes para a construção desta Tese (e apresentação destes dados na pesquisa) e reforço que aprendi muito com cada um de vocês.

A minha gratidão especial aos *insiders* desta cidade, aqui, representado pelo amigo: Leomar, pela senhora Maria Francisca, Gilmara do Socorro e o Thiago França, pela disposição em me auxiliar na elaboração desta pesquisa, uma vez que, doaram o seu tempo, pausaram seus momentos de fé, suas tarefas diárias, pacientemente, me estendeu a mão, concomitantemente, ofereceram apontamentos e conseguiram evocar lembranças e percepções em prol de uma nova forma de percebermos a riqueza deste lugar.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!



## DIAMANTINA

“Andando por suas ruas estreitas e tortuosas  
Sinto o cheiro de jasmims e rosas.  
Ouço sussurros do passado  
E vejo a Chica gloriosa....

Sinto o ar do cerrado,  
Cheio de belezas infindáveis....

Ao fundo a imponência do Espinhaço,  
Que esconde maravilhas nem sonhadas....

Escuto o canto das cascatas  
E bebo de sua água pura e cristalina....

Vivo a História  
Em cada beco e em cada esquina.  
Sou tomada de pura alegria  
Como se menina fosse a cada dia...

Contemplo o pico do Itambé,  
Danço na Baiuca e no Mercado  
Ainda canto e sonho até  
Nas belas noites de “vesperatas” ...

Seu povo é marcado  
Pelo acolhimento e melodia...  
A gente sobe e desce morros

Sem sentir o cansaço...  
Porque a Beleza nos segue a cada passo...  
Isso é Diamantina!”.

Maria Luiza Silveira Teles (2018).

## RESUMO

O patrimônio de Diamantina “paisagem e lugar pela vivência dos *insiders* será o nosso campo de análise a partir das categorias já mencionadas e por meio das discussões envolvendo os conceitos de: memória, patrimônio e legitimidade, acoplados ao universo do desenvolvimento das investigações e práticas geográficas. A base empírica da pesquisa ocorreu de forma verticalizada na emblemática cidade de Diamantina, localizada no Vale do Jequitinhonha – no Estado de Minas Gerais. Desse modo, se resalta que partimos do pressuposto de que essa cidade abriga um conjunto patrimonial arquitetônico e urbanístico, de enorme relevância e singularidade, tombado pelo IPHAN e pela UNESCO, ao se caracterizar, aí, a excepcionalidade do Lugar e das suas Paisagens, lugar esse no qual se desenvolveu um capítulo importante da biografia da urbanização e da economia brasileira, cujos casarões, ruas, becos, praças, igrejas, dentre outros ícones arquitetônicos, se consagra como símbolos da história de uma nação e do seu povo. A partir dessa premissa, buscamos responder às seguintes questões: “o ato legal que tornou a cidade de Diamantina um Patrimônio Mundial e o uso dos seus patrimônios é atualmente percebido como legítimo, em termos da sua representatividade histórico-geográfica e como experiência de vivência para o seu povo?” “Qual é o papel do poder público neste processo de legitimidade dos Patrimônios para com o povo”? Nessa perspectiva, o objetivo geral da tese é precisamente buscar analisar a legitimidade do conjunto patrimonial histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina, considerando o uso, a vivência de um patrimônio mundial pela percepção dos diamantinenses. Para responder essas indagações recorreremos aos diferentes aportes metodológicos, elegendo como procedimentos de pesquisa: observação participante, aplicação de entrevistas, semiestruturada e narrativas/conversações, pesquisas bibliográfica e documental. Percebemos o caminho metodológico pertinente e adequado para tal, em termos da natureza, essencialmente, qualitativa e humanística da pesquisa, na qual tivemos a oportunidade de registrar a partir das categorias conceituais de análise - Lugar e Paisagem - os paradigmas da interpretação da Geografia Humanística, Geografia Cultural e Geografia das Representações. Percebemos, que a maioria dos pesquisados destacam que reconhecem a importância histórico-geográfica do conjunto tombado, além do seu uso legal e sociocultural, em que se destaca que manteriam a estrutura dos bens tombados. Ainda, foi possível detectar que há tensões sobre a valorização dos patrimônios para quem é morador da região central e quem reside em áreas marginais dessa cidade. Porém, é preciso, em paralelo aos trabalhos já executados pelo poder público, como: Programa de Educação Patrimonial, dá notoriedade e vez aos moradores residentes nos bairros mais adjacentes do centro histórico colonial, ao destacar o entendimento que o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas e ao seu querer, dando sentido, legal e legítimo, e disponibilizar o uso dos bens, e serviços aos residentes e visitantes/turistas.

**Palavras-chave:** Lugar, Paisagem, Diamantina, Legitimidade e Patrimônio.

## ABSTRACT

Diamantina's heritage "landscape and place through the experience of insiders" will be our field of analysis based on the categories already mentioned and through discussions involving the themes of memory, heritage and legitimacy, coupled with the universe of the development of investigations and geographical practices. The empirical basis of the research will take place in a vertical and deep way in the emblematic city of Diamantina (located in the Jequitinhonha Valley - Minas Gerais). It should be noted that we start from the assumption that this city is home to an architectural and urban heritage set, of enormous relevance and uniqueness, listed by IPHAN and UNESCO, characterizing there the exceptionality of the Place and its landscapes, a place where an important chapter of the biography of urbanization and the economy of Brazil was developed, whose houses, streets, alleys, squares, churches, among other architectural icons were consecrated, as symbols of the history of a nation and its people. Based on this premise, we seek to answer the following questions: "the legal act that made the city of Diamantina a World Heritage Site and the use of its heritage is currently perceived as legitimate, in terms of its historical-geographic representativeness and as an experience of living for your people?. In this perspective, the general objective of the thesis is precisely to seek to analyze the legitimacy of the historical architectural and urban heritage set of Diamantina, considering the use and experience of a world heritage according to the perception of Diamantina residents. To answer these questions, we resorted to different methodological contributions, choosing as research procedures: conducting interviews (semi-structured and narrative), transversal walk and bibliographic and documentary research. We perceive the methodological path, pertinent and adequate for this, in terms of the nature, essentially qualitative and humanistic of the research, in which we will have the opportunity to register in the light of the conceptual categories of analysis and paradigms of the interpretation of Cultural Geography, Geography of Representations. In the research process, we seek to find a "perception unit" that can demonstrate the subjects' relationships with/the place/places and the ways of feeling and perceiving the landscape and heritage, to the point of becoming clear, if exists, a place-memory-heritage relationship. Furthermore, we will reflect on the following question: from this process, a patrimonialism emerges, which can affirm or deny the construction and institutional maintenance of heritage. We noticed that most of the interviewees emphasize that they recognize the historical and geographical importance of the heritage complex, in addition to its legal and sociocultural use, and emphasize that they would maintain the structure of the heritage properties. It was still possible to detect that there are tensions about the valuation of the heritage for those who live in the central region and those who live in marginal areas of the city. However, it is necessary, in parallel to the work already carried out by the public authorities (such as the Heritage Education Program), to give notoriety and a turn to the residents of the districts located far from the colonial historic center, emphasizing the understanding that the cultural heritage of a people comprises the works of its artists and their will, giving meaning (legal and legitimate) and use to the assets for all.

**Keywords:** Place, Landscape, Diamantina, Legitimacy and Heritage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	Rua do Contrato.....	21
FIGURA 02	Colégio N. Sra. das Dores .....	36
FIGURA 03	Operacionalização da Tese.....	66
FIGURA 04	Série Largos e Praças - Praça Joubert Guerra.....	68
FIGURA 05	Relação simbiótica entre o homem e o lugar: a tentativa da compreensão por meio de Tuan e Piaget.....	85
FIGURA 06	Os sentidos e desdobramentos do Lugar por Augé, Amorim Filho, Porteus e Tuan.....	92
FIGURA 07	Casa da Chica da Silva.....	98
FIGURA 08	Série Largos e Praças - Praça do Mercado Velho.....	164
FIGURA 09	Chafariz frente à Igreja de N. Sra. do Rosário.....	175
FIGURA 10	Praça Central.....	175
FIGURA 11	Mercado dos Tropeiros, meados de 1912.....	178
FIGURA 12	Exemplo de Muxarabiê em casas na Rua Direita, 1918.....	178
FIGURA 13	Exemplo de Gelasias em casas na Rua do Carmo, 1920.....	178
FIGURA 14	Loja de indumentária, 1902.....	179
FIGURA 15	Teatro Santa Isabel, 1841.....	180
FIGURA 16	Ruas de Pedras, meados de 1918. ....	181
FIGURA 17	Ruas de Pedras com Pavimento Central, meados de 1902.....	181
FIGURA 18	Comércio, meados de 1904.....	182
FIGURA 19	Inauguração da Ferrovia em 1904. ....	184
FIGURA 20	Hotel Tijuco próximo ao centro histórico, meados de 1956.....	185
FIGURA 21	Casa da Glória .....	205
FIGURA 22	Placa de Sinalização e Identificação do Patrimônio.....	207
FIGURA 23	Igreja São Francisco de Assis.....	220
FIGURA 24	Igreja Nossa Senhora do Amparo.....	221
FIGURA 25	Cortejo em frente à Igreja Nossa Senhora do Amparo.....	222
FIGURA 26	Catedral Metropolitana de Sé.....	224
FIGURA 27	Catedral Metropolitana de Sé.....	224
FIGURA 28	Igreja de Nosso Senhor do Bonfim.....	226
FIGURA 29	Praça Monsenhor Neves.....	227
FIGURA 30	Igreja de Nosso Senhora do Carmo.....	228

FIGURA 31	Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	229
FIGURA 32	Igreja de Nossa Senhora das Mercês.....	231
FIGURA 33	Casa do Forro Pintado (Diamantina - MG).....	232
FIGURA 34	Casa à Praça Juscelino Kubitschek (Edifício do Fórum).....	233
FIGURA 35	Fórum Joaquim Felício dos Santos (Edifício do Fórum).....	233
FIGURA 36	Mercado Municipal.....	235
FIGURA 37	Mercado Municipal.....	235
FIGURA 38	Artesões, turistas e moradores na Praça Barão do Guaicuí.....	237
FIGURA 39	Festividades na Praça Barão do Guaicuí e no Mercado.....	237
FIGURA 40	Museu do Diamante.....	238
FIGURA 41	Casa do Muxarabi.....	240
FIGURA 42	Vesperata na Rua da Quitanda.....	242
FIGURA 43	Rua da Quitanda.....	242
FIGURA 44	Rua Antônio Pádua.....	243
FIGURA 45	Rua Campos de Carvalho.....	244
FIGURA 46	Frente da Casa da Chica.....	246
FIGURA 47	Fundo da Casa da Chica.....	246
FIGURA 48	Frente do Hotel Tijuco.....	248
FIGURA 49	Anfiteatro da UFVJM, <i>campus</i> I.....	250
FIGURA 50	Frente da Escola Professora Júlia Kubistchek.....	251
FIGURA 51	Espaço externo do Clube Tênis.....	253
FIGURA 52	Quadras e Piscinas do Clube Tênis.....	253
FIGURA 53	Vista panorâmica de Diamantina em 1944.....	258
FIGURA 54	Vista do Bairro Centro.....	265
FIGURA 55	Vista do Cidade Nova.....	272
FIGURA 56	Vista do Bairro Largo Dom João.....	280
FIGURA 57	Vista do Bairro da Palha.....	288
FIGURA 58	Vista do Bairro Rio Grande .....	294
FIGURA 59	Convite para a III Conferência Municipal de Cultura, com o tema “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”.....	322
FIGURA 60	Folder do curso Educação Patrimonial.....	323
FIGURA 61	Convite para o Fórum de eleição do novo CMPPCPC.....	324
FIGURA 62	Publicação do CMPPCPC no jornal Voz de Diamantina.....	325

FIGURA 63	Palestra para alunos do curso de Turismo da UFMG e UFVJM...	328
FIGURA 64	Oficina de histórias em quadrinhos sobre os patrimônios locais...	330
FIGURA 65	Calendários ilustrados com bens locais.....	332
FIGURA 66	Convite do 5º Fórum Municipal de Cultura.....	334
FIGURA 67	Convite para lançamento do Edital: Projetos da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestres.....	335
FIGURA 68	Educação patrimonial realizado com os mestres das folias e pastorinhas.....	344
FIGURA 69	Projeto Aprendiz SerEstar: alunos da rede municipal e seresteiros.....	346
FIGURA 70	Alunos do ensino fundamental I participando da exposição Minas em Postais.....	349
FIGURA 71	Alunos participando da oficina: Bolo de Arroz.....	351
FIGURA 72	Alunos na visitação da exposição da Festa do Divino.....	353
FIGURA 73	Alunos confeccionado o Tapete Devocional.....	354
FIGURA 74	Alunos e moradores confeccionado o Tapete Devocional.....	354
FIGURA 75	Participação do curso, em trabalho de campo, no Beco da Mota..	357
FIGURA 76	Quitandeira Maria de Fátima fala sobre sua vivência com a culinária regional para os alunos das Escola Estaduais.....	361
FIGURA 77	Selo do Programa de Olho no Patrimônio.....	365
FIGURA 78	Capa e Contracapa do DVD Encontro de Folia e Pastorinhas de Diamantina.....	365
FIGURA 79	Educação patrimonial realizada com as serventes das escolas municipais.....	375
FIGURA 80	Grito de Carnaval pelos alunos e professores.....	376
FIGURA 81	<i>Banner</i> da “Live” Educação Patrimonial.....	383
FIGURA 82	Vista da Procissão no Largo da Sé - Ilustração de Percy Lau (1944).....	390
FIGURA 83	Crianças brincando na Igreja de N. Sr. do Bonfim - Ilustração de Percy Lau (1944).....	401

## LISTA DE MAPAS

MAPA 01	Proporção de patrimônios mundiais reconhecidos pela UNESCO por regiões no mundo, até 2019.....	120
MAPA 02	Patrimônios reconhecidos pela UNESCO, no Brasil, até dezembro de 2020.....	148
MAPA 03	Localização do Município de Diamantina em relação à Minas Gerais e ao Brasil.....	169
MAPA 04	Monumentos (Igrejas) Tombados pelo SPHAN em Diamantina.	192
MAPA 05	Espaços Públicos Tombados pelo SPHAN em Diamantina.....	196
MAPA 06	Monumentos e Espaços Reconhecidos pelo IPHAN dentro da área de Tombamento da Unesco em Diamantina.....	211
MAPA 07	Relação de proximidade entre os Patrimônios reconhecidos pelo IPHAN dentro da área de tombamento da UNESCO em Diamantina.....	219
MAPA 08	A cidade de Diamantina - MG e as interfaces dos seus Patrimônios.....	263

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Pesquisas desenvolvidas e publicadas pelo autor envolvendo as temáticas que abordam os Patrimônios de Diamantina-MG e sua dinâmica sociocultural.....	24
QUADRO 02	Público, técnicas e ferramentas da pesquisa: Contextualizando....	64
QUADRO 03	Qual o sentido do lugar? Uma compreensão a partir dos estudos de Edward Relph.....	76
QUADRO 04	Critérios culturais para inscrição de bens na Lista de Patrimônio Mundial.....	112
QUADRO 05	Critérios naturais para inscrição de bens na Lista de Patrimônio Mundial.....	112
QUADRO 06	Critérios para inscrição de bens na Lista de Patrimônio Cultural Imaterial Mundial.....	114
QUADRO 07	O PNC - O Papel do Estado e a participação social.....	140
QUADRO 08	Projeto Aprendiz SerEstar.....	346
QUADRO 09	Projeto “Minas em Postais”.....	348
QUADRO 10	Lenda da Acayaca - dramatização.....	349
QUADRO 11	Modo de Fazer Bolo de Arroz.....	350
QUADRO 12	Aniversário de Diamantina numa Perspectiva lúdica.....	351
QUADRO 13	Projeto Festa do Divino.....	352
QUADRO 14	Projeto Confecção de Tapete Devocional.....	353
QUADRO 15	Semana JK: Café com JK.....	355
QUADRO 16	Curso de Capacitação: Conhecer e Reconhecer o Patrimônio.....	356
QUADRO 17	Cursos de Capacitação.....	357
QUADRO 18	Festival de História.....	359
QUADRO 19	Quinta da Quitanda.....	360
QUADRO 20	Projetos: Viagem à História de Diamantina e Educação e o Futuro do Brasil.....	361
QUADRO 21	Memórias do Carnaval de Diamantina.....	376



## LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro Centro).....	268
TABELA 02	Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro Cidade Nova).	276
TABELA 03	Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro Largo Dom João).....	285
TABELA 04	Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro da Palha)....	291
TABELA 05	Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro Rio Grande)....	298

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
AC	Acre
AP	Amapá
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ANPUH	Associação Nacional de História
ACID	Associação Comercial e Industrial de Diamantina
AV	Avenida
BA	Bahia
BIOTEMAS	Programa de Extensão Universidade e Educação Básica
BHU	Bacharelado em Humanidades
BH	Belo Horizonte
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CFC	Conselho Federal de Cultura
CTAV	Centro Técnico Audiovisual
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CFNC	Comissão do Fundo Nacional da Cultura
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CE	Ceará
CB	Cinemateca Brasileira
CD	Disco Compacto
CONEP	Conselho Estadual do Patrimônio Cultural
CDPH	Comissão Por Diamantina como Patrimônio da Humanidade
CMPPCPC	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais
CEMEI	Centro Municipais de Educação Infantil
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais S.A
COE	Conselho da Europa
COVID-19	Doença do Coronavírus de 2019
CONEP	Conselho Estadual do Patrimônio Cultural
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CH	Centro Histórico
CN	Cidade Nova
DF	Distrito Federal
DCP	Departamento de Cultura e Patrimônio
DRPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DVD	Disco Digital Versátil
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DR	Doutor
DR	Doutora
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMANCIPA	Cursinho Popular Pré-Universitário Darcy Ribeiro
ES	Espírito Santo
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ET AL	E outros, e outras

ETC	<i>Et cetera</i> : Entre Outras Coisas
FAOD	Faculdade de Odontologia de Diamantina
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
FETRAM	Federação das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Minas Gerais
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
F	Folha
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FCP	Fundação Cultural Palmares
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FCB	Fundação Cinemateca Brasileira
FICART	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
FNC	Fundo Nacional da Cultura
FNPM	Fundação Nacional pró-Memória
FM	Modulação em Frequência
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNTEVE	Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa
FUMBEM	Fundação Municipal do Bem Estar do Menor
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FJP	Fundação João Pinheiro
GAIA	Geociências, Arte, Interdisciplinaridade e Aprendizagem
GECES	Grupo de Estudos Culturais e Etnográficos
GEOPATRI	Grupo de Pesquisa Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural
GEO	Geografia
GEOPPOL	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território
GO	Goiás
GT	Grupo de Trabalho
GAT	Grupo de Apoio Técnico
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IR	Imposto de Renda
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFPC	Incentivo Fiscal à Projetos Culturais
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IGC	Instituto de Geociências
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IC	Iniciação Científica
IMS	Instituto Moreira Salles
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
JR	Junior
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LJ	Largo Dom João
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação
MES	Ministério da Educação e Saúde
MG	Minas Gerais
MINC	Ministério da Cultura
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTS	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MT	Mato Grosso
NECS	Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado
NEER	Núcleo de Estudos em Espaços e Representações
NAP	Núcleo de Apoio e Promoção a Cidadania
N.	Número
ONG	Organização Não Governamental
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PA	Pará
PAC	Plano de Ação Cultural
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PR	Paraná
PROF	Professor
PNC	Plano Nacional de Cultura
PROMOB	Programa de Mobilidade Acadêmica
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PET	Plano de Estudo Tutorado
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
R	Recomendação
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RS	Rio Grande do Sul
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
SFC	Sistema Federal de Cultura
SARS-CoV-2	Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2
SRAG	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SR	Senhor
SRA	Senhora
SE	Sergipe
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SC	Santa Catarina
SDS	<i>Students for a Democratic Society</i>
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SMDE	Secretaria Municipal de Educação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SP	São Paulo
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SIGEP	Sítios Geológicos e Paleobiológicos

SIC	Segundo Informações Colhidas
TMR	Teorias da Mobilização de Recursos
TPP	Teoria do Processo Político
TELEMAR	Telemar Norte Leste S/A
TV	Televisor
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFVJM	Universidade Federal do Vales do Jequitinhonha e do Mucuri
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNE	União Nacional dos Estudantes
UC	Unidade de Conservação
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
VEM	Vila Educacional de Meninas
I	Primeiro
II	Segundo
III	Terceiro
IV	Quarto
V	Quinto
VI	Sexto
VII	Sétimo
VIII	Oitavo
IX	Nono
X	Décimo
XI	Onze
XII	Doze
XIII	Treze
XIV	Quatorze
XV	Quinze
XVI	Dezesseis
XVII	Dezessete
XVIII	Dezoito
XIX	Dezenove
XX	Vinte

## MEMÓRIA

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>1.0 UMA PESQUISA QUALITATIVA: metodologias, técnicas e ferramentas utilizadas na tese</b> .....	36
1.1 Retrabalimento bibliográfico e pesquisa documental: andaimes da pesquisa.....	40
1.2 Trabalhos de Campo: vivências, experiências e formação técnica.....	46
1.3 Ferramentas de pesquisa: o uso da máquina fotográfica, do gravador e do diário de bordo como instrumentos estratégicos para os registros do pesquisador.....	51
1.4 Observação Participante: compreendendo melhor a dinâmica local.....	56
1.5 A importância das entrevistas e do questionário misto.....	58
<b>2.0 A GEOGRAFIA DO LUGAR</b> .....	68
2.1 O Lugar na perspectiva da geografia humanista.....	79
2.2 A relação simbiótica entre o sentido do lugar e a formação do homem.....	80
2.3 Lugar e construções sociopolíticas: os estabelecidos e os outros.....	89
<b>3.0 PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	98
3.1 Paisagem como legado histórico e identitário: interfaces da geograficidade.....	100
3.2A UNESCO e a concepção do patrimônio no contexto da legalidade e da legitimidade.....	109
3.3 Brasil: SPHAN e o IPHAN e a constituição da noção de Patrimônio.....	121
3.4 Gestão, uso e educação patrimonial: patrimônio de quem? Para quem?.....	150
<b>4.0 O DIAMANTE QUE BUSCA REPRESENTAR UM LEGADO POLÍTICO-IDENTITÁRIO</b> .....	164
4.1 Para além de um contexto histórico-geográfico: Diamantina e a geograficidade do patrimônio.....	166
4.2 Diamantina e seus patrimônios culturais reconhecidos nacional e mundialmente.....	186
4.3 Os usos legais dos patrimônios de Diamantina: observações e apontamentos.....	215
<b>5.0 OS PATRIMÔNIOS DE DIAMANTINA-MG ENQUANTO REPRESENTAÇÃO SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL</b> .....	258
5.1 Paisagem e Lugar: os estabelecidos, a representação social a partir do uso e apropriação do seu patrimônio mundial.....	261
5.2 Os sentidos do patrimônio para os reconhecidos como Porta-Vozes dos <i>insiders</i> .....	303
5.3 Para além do ato do reconhecimento legal: Legitimidade do patrimônio cultural diamantinense a partir do poder público local.....	316
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	390
<b>REFERÊNCIAS</b>	401
<b>APÊNDICES</b>	431
<b>ANEXOS</b>	443

## INTRODUÇÃO

## “COMO CHEGUEI ATÉ AQUI (...)”



**Figura 01:** Rua do Contrato (Diamantina - MG).

**Fonte:** Santos, 2014.

Envolver-se na Geografia Humanística é, antes de tudo, uma tentativa de estabelecer contato entre o Homem, a sociedade e os seus significados; dado que não há um mundo “objetivo” separado da existência humana. E, esse é um modo especial de perceber, indagar e (re)construir a minha GeoGrafia.

**Q**uando se opta pela continuidade num programa de pós-graduação, *stricto sensu*, no qual alguém já esteve vinculado - como é o nosso caso -, a dúvida e a inquietação inerentes ao processo de desenvolver uma tese é, particularmente, intensa, uma vez que, daí emerge preocupações sobre: a relevância do problema da Tese e se o trabalho proposto contribuirá - ou não -, para dá Voz e Visibilidade ao povo e a realidade investigada.

Outra questão é a preocupação com os caminhos metodológicos, procedimentos, técnicas, instrumentos da pesquisa que seriam mais apropriados para isso; com a escolha das abordagens teórico-conceituais mais adequadas/pertinentes e sensíveis, que seriam capazes de ofertar subsídios para a compreensão, e interpretação do espaço a ser pesquisado, aflorando, neste contexto, aflições e reflexões para quem envereda no ambiente acadêmico.

Porém, percebo e sinto, a cada etapa da minha vida, especialmente, ao agregar a academia como *locus* do meu trabalho, que a pesquisa é a tentativa da busca de respostas para a realidade, a partir de diferentes perspectivas, pois no campo da Ciência o caminho do pensamento não se fecha, não se encerra, sempre abre novas e diferentes interrogações.

Estas novas inquietações, aliadas à vontade de compreender, o espaço, objeto de estudo e o Outro, resultam, na capacidade de perceber que o Homem é um ser social e por isso a pesquisa é uma escolha individual, a fim de entender aquilo que desassossega, inquieta a cada um que penetra nesta senda.

Ressalte-se, que o ponto de partida de um trabalho de doutorado concretiza-se como um sempre-aberto, particularmente, em nossa pesquisa que dá continuidade, reelabora e aprofunda um trabalho que envolve a temática: Lugar e Patrimônios de Diamantina, situado ao Estado de Minas Gerais e faz a discussão sobre sua legitimidade à luz das vivências, percepção do seu povo, porque resulta de um processo gradual em uma imersão do pesquisador com a comunidade local, ao compreender que essas simbologias: do Lugar e das representações das Paisagens dos vales do Jequitinhonha e Mucuri torna-se significativas ao trabalho de um pesquisador. Nessa perspectiva, se observa que o objeto, a área de estudo, o interesse em selecionar alguns objetivos foram frutos da minha vivência com o universo a ser analisado, tudo isso aliado às discussões de uma temática que não foi selecionada de maneira aleatória, mas pensada e refletida sobre à importância do tema para a divulgação científica como forma de ponderar e



conceituar esse modo de ver, perceber a cidade de Diamantina, como, um Lugar extraordinário ao saber científico.

Faz-se necessário destacar que, ao iniciar o doutorado houve uma escolha consciente, na qual, percebo que não há como me desvincular da minha essência no processo de elaboração de uma pesquisa, pois, essa, em certa medida, é a personificação do pesquisador, em seu modo de ver o mundo e de dizer ao mundo o quê se percebe. Nesses primeiros pensamentos flagro-me num processo de maturação e de tentativa constante em entender o que é a construção do Conhecimento, já que **a escolha por aprofundar o conhecimento sobre a história, a sociedade, o lugar, as paisagens, o uso e as vivências dos Patrimônios de Diamantina, no Estado de Minas Gerais (MG) não constituíram, para mim, uma opção banal.**

A adoção desta opção nasceu de contatos prévios que mantive com professores do curso de graduação, em Geografia/Licenciatura Plena, que concluí em 2011, pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Campus Pirapora - localizada no Norte das Minas Gerais e que ainda persistem, agora mais densos, dada a minha inserção no quadro efetivo de professores da instituição supracitada.

O universo de leituras projetadas pelos professores, em especial, através da dinâmica de classe adotada na disciplina Geografia Cultural, da instituição de ensino, anteriormente, citada, me despertou o interesse sobre o ser humano, a relevância das paisagens, dos lugares como processos e conteúdos sociais na vida do homem; bem como as minhas participações em grupos de pesquisas – que, aqui, cabe ressaltar a importância do Grupo de Estudos Culturais e Etnogeográficos (GECES) e do Núcleo de Pesquisa Terra & Sociedade do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, liderado pelo professor Doutor (Dr.) José Antônio Souza de Deus. Trata-se de um grupo que viabiliza a imersão em ideias, projetos, trabalhos e vivências de diversas pesquisas nas áreas da Geografia Humanística e Geografia Cultural, onde aprendo a importância de selecionar metodologias de pesquisa adequadas ao perceber o Outro com profundidade e intensidade.

Também vale destacar as participações em atividades, no Núcleo de Estágio e Prática Escolares (NECS), no Programa de Extensão Escola-Universidade (BIOTEMAS), no Cursinho Popular Pré-Universitário Darcy Ribeiro (EMANCIPA) e no Núcleo de Apoio e Promoção a Cidadania (NAP), desse modo, todos eles são filiados a Universidade Estadual de Montes Claros, em que está envolvido em

programas de pesquisa e projetos de extensão com temáticas voltadas ao ensino de Geografia, o que o torna um laboratório de aprendizagem. Tais espaços de diálogo contribuíram, significativamente, para a minha transformação em ser um observador, pesquisador mais atento e dedicado a Geografia.

É importante destacar, para maior compreensão desta pesquisa como processo de uma trajetória acadêmica, que a vivência na Universidade Federal de Minas Gerais, especialmente, através do Programa de Pós-graduação em Geografia, em face das disciplinas cursadas, eventos promovidos, inserção em projetos e programas por ela proporcionada, tal, como: Programa de Mobilidade Acadêmica (Promob), contribuíram, de forma efetiva, para a concretização da pesquisa que, aqui, é apresentada, especialmente, através dos contatos estabelecidos com professores, a saber: José Antônio Souza de Deus (UFMG), Weber Soares (UFMG), Maria Geralda de Almeida (UFG), Sônia Maria Medeiros de Menezes (UFS) e Maria Augusta Mundim Vargas (UFS) e que ao lerem os trabalhos, os quais desenvolvi sobre Diamantina, inclusive o projeto desta Tese, sempre apontaram sugestões, alinhamentos frente aos objetivos, a metodologia aplicada em seus contornos: conceituais e textuais.

Outras atividades inerentes e importantes para a formulação desta tese foram os trabalhos publicados em formato de livros impressos ou digitais, ou comunicação oral em: congresso, ou seminário que após apresentados nesses eventos foram publicados em periódicos, em formato de artigos em revistas *online* ou impressa. Estes trabalhos foram discutidos entre professores-pesquisadores de várias instituições e de grupos de pesquisa, no Brasil. Produções essas as quais são apresentados no Quadro 01:

**Quadro 01:** Pesquisas desenvolvidas e publicadas pelo autor envolvendo as temáticas que abordam os Patrimônios de Diamantina - MG e sua dinâmica sociocultural.

ANO	NATUREZA	TÍTULO	AUTOR (ES)
2010	<i>Anais</i> V Encontro Regional dos Povos do Cerrado.	Geografia Cultural: Paisagens de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves.
2011	<i>Anais</i> V Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Montes Claros-MG.	Diamantina-MG e o seu Conjunto Patrimonial Arquitetônico: Uma Discussão sobre a Paisagem como Elemento Comercial.	Rahyan C. Alves. Gildete S. Fonseca.
2012	<i>Anais</i> I Semana da Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão. Diamantina-MG.	Topofília, Topofobia e Topo-Reabilitação: Um Novo Olhar Sobre o Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Marly Nogueira.

2012	<i>Anais</i> I Semana da Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão. Diamantina-MG.	Sujeito e Lugar - Paisagem e Mercado: A Importância da Geografia Cultural nos Estudos Envolvendo Patrimônios Históricos Urbanísticos.	Rahyan C. Alves José A. S. Deus. Marly Nogueira.
2012	<i>Anais</i> VI Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, Montes Claros-MG.	Paisagem-Memória e Sujeito-Lugar: Um Olhar Sobre o Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2012	<i>Anais</i> VI Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Montes Claros-MG.	A Paisagem como Patrimônio: Um Olhar Sobre o Município de Diamantina-MG na Percepção de seus Moradores.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2012	<i>Anais</i> III Cepial - Congresso de Cultura e Educação Para Integração da América Latina. Curitiba-PR.	Lugar & Paisagem - Topofilia e Topofobia: O caso do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina- MG.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Marly Nogueira.
2013	<i>Anais</i> VII Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Montes Claros-MG.	Homem, Paisagem e Cultura: A Percepção dos Turistas Sobre o Patrimônio Cultural de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves.
2013	<i>Anais</i> VII Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Montes Claros-MG.	Memória, Cultura e Sociedade: O Patrimônio Cultural de Diamantina-MG Percebido pelos Diamantinenses.	Rahyan C. Alves.
2013	<i>Anais</i> VII Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Montes Claros-MG.	Paisagem, Cultura e Comércio: O Patrimônio Cultural de Diamantina-MG e Seus Conflitos Sociais.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Marly Nogueira.
2013	<i>Anais</i> VII Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Montes Claros-MG.	Geografia Humanística: A Importância do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Marly Nogueira.
2013	<i>Anais</i> X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Campinas-SP.	Topofilia, Paisagem e Turismo: Uma Reflexão Sobre o Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Marly Nogueira.
2013	<i>Periódico</i> Argumentos (Unimontes).	A Imigração e a Busca da Identidade Nacional: Um Olhar, em Breve Notas, Sobre a Política Migratória Internacional no Brasil Entre 1880-1940.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Marly Nogueira.
2014	<i>Periódico</i> Caminhos da História (Unimontes).	Homem, Lugar & Paisagem - Topofilia & Topofobia: Reflexões Sobre o Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Marly Nogueira

2014	<i>Periódico</i> Georaguiaia (UFMT)	O Não-Lugar e as Paisagens do Medo: Nuances Topofóbicas.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2015	<i>Periódico</i> GEOgrafias (UFMG).	Topofilia, Turismo e Estudo da Paisagem: Uma Abordagem Sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2015	<i>Periódico</i> Discente Expressões Geográficas (UFSC).	Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar: Uma Abordagem Sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Marly Nogueira.
2016	<i>Anais</i> VI Congresso em Desenvolvimento Social (Unimontes). Montes Claros-MG.	Cidade e Topofília: Uma Abordagem Sociocultural Dos Patrimônios De Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Weber Soares.
2018	<i>Anais</i> VII Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações. Diamantina-MG.	Releitura do Lugar através do Turismo e as Relações entre <i>Insider</i> e <i>Outsiders</i> : Uma Abordagem Sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Weber Soares.
2018	<i>Anais</i> VII Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações. Diamantina-MG.	Turismo, Patrimônio e sua Relação com o Lugar: Abordagem Crítica do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG a Luz da Geografia Cultural.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Weber Soares.
2018	<i>Anais</i> VI Semana da Integração de Ensino, Pesquisa e Extensão. Diamantina-MG.	Abordagem Sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves.
2019	<i>Periódico</i> Verde Grande Geografia e Interdisciplinaridade (Unimontes)	A Constituição Política do Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro e a Busca da Formatação de uma Identidade Nacional	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2019	<i>Anais</i> VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais. Montes Claros-MG.	Que Patrimônio é Esse?... De Quem é Esse Patrimônio?... Legitimidade do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG (Brasil).	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2019	<i>Anais</i> VII Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão. Diamantina-MG.	Breve Discussão Sobre o Turismo: Potencialidades e Possibilidades.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2019	<i>Anais</i> VII Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão. Diamantina-MG.	Turismo e Cultura: Mercantilização da Cultura ou Projeção da Representação do Homem em Um Lugar Vivido?	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.

2019	<i>Periódico</i> Interespaço Geografia e Interdisciplinaridade (UFMA)	Os Patrimônios de Diamantina-MG e Suas Nuances na Formatação da Identidade Local.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2019	<i>Livro</i> Belo Horizonte-MG: Sangre.	Ser na Contemporaneidade: Paisagem, Lugar e Memória.	Rahyan C. Alves. Adília S. Jardim. José A. S. Deus.
2020	<i>Livro</i> Montes Claros-MG: Caminhos Iluminados.	Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar: Uma Abordagem Sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina-MG.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2020	<i>Periódico</i> Geoaraguaia (UFMT)	Turismo e Patrimônio: Entre o Mundo Vivido e o Cenário Mercantilizado.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2020	<i>Periódico</i> Cerrados (Unimontes)	Memória, Afeição ao Lugar e Política: Olhar Sobre o Patrimônio Derivados da Geograficidade Humana	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2020	<i>Anais</i> XIV Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Montes Claros-MG.	O Patrimônio Histórico de Diamantina-MG pela vivência dos seus Moradores.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2020	<i>Anais</i> GeoSeminários. Montes Claros-MG.	Patrimônio de quem? Para quem? Valorização dos Patrimônios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus.
2021	<i>Periódico</i> Interespaço Geografia e Interdisciplinaridade (UFMA).	Mapas Mentais e a Representação Geo-Cognitiva: Novas Possibilidades Instrumentais e Metodológicas Para a Compreensão dos Lugares e das Paisagens.	Rahyan C. Alves. José A. S. Deus. Adília J. Silva. Mariana R. C. Neves

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor, 2021.

Toda essa imersão no universo diamantinense, seus patrimônios e sua gente é fruto das oportunidades que vivenciei, por diversas vezes, em experiências com esse povo do Vale e nas quais me envolvi com cotidiano desse lugar, que consegue fundir sofisticação, simplicidade nas histórias contempladas, expressas, vividas em suas paisagens, além das formas de apresentações ao fazer uso do lugar, sendo peculiar pelo modo de ser, fazer, e viver dos moradores locais.

Vida diamantinense que me cativou com o passar das visitas, dos reconhecimentos de campo e das conversações potencializaram meu desejo de conhecer com mais profundidade este lugar-mundo particular, que foi tornando mais íntimo com a minha iniciação científica na graduação, a pesquisa de mestrado e agora a tese ali desenvolvida, na qual pude perceber que Diamantina apresenta-se como um celeiro

turístico profícuo, principalmente, pela beleza e atraente história destacada na arquitetura dessa cidade; arquitetura, marcada, aliás, pela diversidade de estilos influenciados pelos povos/culturas: árabe, africana, indígena e portuguesa, que ali se fixaram as suas residências.

É um lugar em que: as casas, mercados, ruas, becos, praças e igrejas do centro histórico remetem ao período colonial, ao se desenhar com a forte presença da arte barroca, num estilo que é, ao mesmo tempo, simples e elegante, ao passo que consegue promover uma convergência e sintonia entre a arquitetura das épocas: colonial e moderna; essa última destacada pela presença de obras de: Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (1907-2012) localizadas em alguns pontos específicos da cidade.

Aliam-se a isto, a alegria e cumplicidade dos moradores locais com as formas de construir (i)materialmente a cidade, seja pelas paisagens, especialmente a arquitetura, seja pela cultura expressa no artesanato, nos quitutes, nas danças, nas músicas, nas espacialidades festivas e na linguagem regional, ao exibir uma identidade própria e singular em meio à formatação do lugar que, progressivamente, percebido nas pesquisas desenvolvidas na graduação sobre essa cidade que, conseqüentemente, o pesquisador observa-a como um atrativo turístico, potencializado pelo poder público e agentes comerciais, ao me fazer perceber, novas formas de interação e existência social no seu espaço de vivência dessa população diamantinense. Diante disso, busquei interpretar/reinterpretar, através de dois aspectos centrais de análises: *i*) a relação de convívio do morador com suas paisagens e o lugar, e, *ii*) a dinamicidade do turismo cultural e seus desdobramentos na cidade.

Na pesquisa desenvolvida no mestrado, ficou evidente a relevância do patrimônio histórico-arquitetônico e urbanístico da cidade para a construção da identidade cultural local em termos de relações topofílicas aí gestadas. Entretanto, se pode afirmar que, o patrimônio revela-se, nesse contexto, como importante elemento que acentua as marcas de momentos que os diamantinenses viveram e vivem; e que possibilita que estas experiências estão presentes, em suas memórias, ao evidenciar que a paisagem fez e faz parte dos feitos dessa gente. Assim, se percebe que desde um pequeno detalhe, gelosia ou rótula, de uma janela, em uma das casas de Diamantina, até a minudência de uma pintura na estação ferroviária, faz emergir no sujeito o reconhecimento do seu lugar; o que remete à importância da paisagem ao possibilitar a representação de etapas, socialmente, vividas.

Vale ressaltar que, para os moradores, o patrimônio remete ao lugar e desperta mais relações topofílicas do que topofóbicas, ao fazer com que, através de sua representação, possam ressurgir, em sua memória, lembranças de entes queridos, fatos que, por vezes, remetem à sua infância ou até mesmo reforçam os aspectos atrelados a relacionamentos amorosos, à religiosidade, dentre outros.

Na verdade, pôde-se analisar, também, pela percepção dos moradores e do poder público, que o desenvolvimento da atividade do turismo cultural, em Diamantina, não provoca contradições, estranhamentos e tensões significativas no tecido social local. A interação entre patrimônio, comunidade e turismo é dinâmica, à medida que gera texturas no tecido social pelas oportunidades criadas de contatos socioculturais com o Outro e possibilidade de rendimento financeiro.

Ainda, ressalto que o desenvolvimento do turismo cultural, em Diamantina, de certa forma, contribui para a sustentabilidade do patrimônio, dos moradores e das referências culturais da população. Assim, a atividade é visualizada pelos diamantinenses e pelo poder público local, como uma alternativa econômica que promove baixo impacto estrutural do patrimônio e nos modos de vida da comunidade. Em contrapartida, podemos dizer que é o patrimônio cultural, material e imaterial local, que sustenta e dá razão de ser à atividade turística regional, inter- e nacional.

Nos trabalhos de campo que realizamos entre os anos de 2010 e 2014, pudemos identificar junto aos comerciantes, moradores e poder público, que o patrimônio diamantinense é relevante - como já sinalizamos - enquanto atrativo turístico que gera renda, em seus diferentes segmentos e vertentes. Quanto aos turistas, estes não percebem que a dinâmica da atividade do turismo cultural, na cidade, venha a interferir, significativamente, no cotidiano e na maneira de ser local. Fica nítido, que o lugar para os moradores, ainda é princípio de sentido e significado, embora não seja de todo inteligível para aquele Outro que o observa; ao ocorrer uma relação social relativamente harmônica entre os *outsiders* e os *insiders*<sup>1</sup>.

Dessa forma, percebemos que, em Diamantina, o patrimônio não é construído pelo olhar, interesse, exclusivamente, da cultura como, enquanto mercadoria e que o diamantinense compreende que existem os impactos positivos, e negativos da atividade do turismo cultural. Ele, fundamentalmente, reconhece o significado da importância

---

<sup>1</sup> Os termos *outsider* e *insider* são utilizados tomando como referência a obra: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro (RJ): WVA, 2000.

sociocultural dos bens, ao conseguir driblar as interferências e eventuais conflitos com os *outsiders*, ao perceber, à sua maneira, o patrimônio como um legado que reforça o seu laço de afetividade e pertencimento ao lugar.

Porém, tanto nos trabalhos realizados na época da graduação (com destaque para os anos de **2010 a 2011**, em atividades de Iniciação Científica), no período do mestrado (**2012 a 2014**) e entre as minhas idas como visitante (**2015 e 2017**) ocorreu algumas discussões com os moradores de Diamantina - MG ao fazerem algumas indagações sobre questões concernentes ao uso e a legitimidade do Patrimônio. Trata-se de discursos que ecoam por diversas vezes nos questionários, entrevistas, nas caminhadas transversais e nos ensaios etnográficos realizados. Discursos, por exemplo:

*Como gostaria de alterar a entrada [fachada] da minha casa para construir a minha garagem. Fazer mudanças na sala, alterar o corredor, colocar vidros e janelas diferentes [...] (sic) (Moradora Y, 2011).*

*Para a cidade seria mais vantajoso o asfalto do que as pedras nas ruas no centro, trazer algo moderno, desenvolvimento e não danificando os carros [...] (sic) (Morador X, 2012).*

*Não vou muito ao centro e pouco presto atenção, não conheço muito bem os patrimônios, mas reconheço que faz parte da minha vida porque nasci e vivi aqui. Agora, o que representa a história do patrimônio mesmo eu não sei, só sei que eu vivo aqui e então encontro toda hora com um (sic) (Morador W, 2014).*

*Gostaria muito de ir aos locais de patrimônio, de vê as coisas de lá mais vezes, usar os prédios, os objetos, compreender a história melhor, tá lá mesmo [...] (sic) (Moradora Z, 2014).*

*O povo de Diamantina nem sabe o que é patrimônio direito, eles acham que sabe, mas será que sabe mesmo? Sabem que o IPHAN proíbe de fazer as coisas. Na cabeça dos moradores é um órgão tipo de fiscalização [...] (sic) (Moradora A, 2017).*

Discursos que remetem a lacuna a ser percebida para compreender se o Lugar: Diamantina é uma representação legal e legítima de um Patrimônio que valoriza o desejo do seu povo, pois, na cidade, destaca o patrimônio cultural, se salienta as heranças do sujeito homem como propriedade pública legal, em parte, com base no reconhecimento da legalidade do ato do tombamento e a configuração do seu território. Porém, se chega ao ponto de repensarmos: “O ato legal que tornou a cidade de Diamantina com Patrimônio Mundial é, atualmente, percebido como legítimo, enquanto representatividade histórico-geográfica e como uso de vivência para o seu povo?”. “O



povo desenha a sua história como desejo de marcar sua vida na terra ou deve contemplar a paisagem como processo concebido, pronto e acabado?”. “O poder público realiza ações que buscam estabelecer, de maneira positiva e harmônica, os patrimônios, como: elementos culturais genuinamente pertencentes ao povo ou promove ações que dão ênfase ao Patrimônio, num sentido comercial e estritamente institucionalizada, marginalizando a integração Homem-Lugar-Paisagem(Patrimônio)-Identidade?”

No contexto apresentado, a tese se justifica porque a **legalidade do tombamento e reconhecimento, perante as organizações, institutos e órgãos municipais, estaduais e mundiais, deve, diariamente, ser percebida e analisada numa conjuntura mais ampla, para além de um reconhecimento excessivo e exclusivo em uma base legal/aporte jurídico e institucional; uma vez que, se tal configuração legal anteceder e sobrepujar a legitimidade e a maneira pela qual os insiders reconhecem e se apropria do território tombado, pode redimensionar o patrimônio como um elemento banal/insignificativo/vazio.**

Pretende-se, assim, efetuar uma análise do uso e apropriação do patrimônio pelos Diamantinenses, buscando notar a relação da legalidade do tombamento e se contrapor à legitimidade atribuída a si, por quem dele faz uso para, a partir daí, realizarmos análises que caracterizam, justificam e reconheçam os bens patrimoniais, como: elementos dotados de valores arquitetônicos, históricos, políticos, sociais genuínos para o povo. Pois, a legitimidade é o que diferencia, qualitativamente, o poder legal, que é percebido como democrático, participativo, real, justo e ético.

Outro ponto importante, destacado neste trabalho, é que buscamos esquivar da predisposição de produzir uma pesquisa com a tendência ou fetichismo que existe em relacionar o Patrimônio e seus desdobramentos inerentes à sua mercantilização. Além disso, perceber que a temática centrada na compreensão da legitimidade do patrimônio, por quem é natural do lugar, ainda se tem: “[...] surpreendentemente, pouca pesquisa sobre esse elemento essencial que interpreta o lugar e a paisagem em relação aos ambientes e patrimônios históricos” (WEELS, 2016, p. 05).

A partir do enredo apresentado, no qual busco destacar a importância que percebo nesse trabalho, fruto de um envolvimento do pesquisador com a área de estudo e seu povo, discrimino, a seguir, os objetivos propostos para a tese:

## Objetivos

### Objetivo Geral

- Analisar a legitimidade do conjunto patrimonial histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina, situada no Estado de Minas Gerais, ao considerar o uso e a vivência de um patrimônio mundial pelos diamantinenses.

### Objetivos Específicos

- Compreender os critérios e fatores histórico-geográficos que levaram à legalização do tombamento do conjunto patrimonial histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina, em Minas Gerais;
- Identificar o uso do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico através da percepção dos *insiders*;
- Investigar como os *insiders* percebem o conjunto patrimonial histórico arquitetônico e urbanístico;
- Verificar as convergências entre o uso dos bens outorgados pelo IPHAN e UNESCO e a vivência do conjunto patrimonial pelos *insiders*;
- Destacar as ações que o poder público realiza para promover o patrimônio como elemento de representatividade sociocultural; e,
- Levantar alternativas sugeridas pelos *insiders* e do poder público local quanto à legitimidade, e ao uso do conjunto patrimonial histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina, em Minas Gerais.

### Metodologia

Para desenvolver a pesquisa, com os objetivos explicitados, anteriormente, entendemos que o geógrafo é capaz de relacionar e mobilizar “[...] fontes e conhecimentos diferentes para explicar os lugares e as paisagens, percebendo o método da pesquisa como algo singular e as técnicas como plurais, pois quanto mais plural, mais rica a abordagem e a investigação” (VARGAS *et al.*, 2015, p. 12).

Nesse sentido, o caminho metodológico passar-se-á por quatro etapas: (i) primeiramente, realização de levantamento bibliográfico sobre as categorias conceituais: paisagem, lugar e sobre os conceitos; memória, patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico; gestão patrimonial, legalidade e legitimidade.

Posteriormente, *(ii)* pesquisa documental e bibliográfica de dados sobre os registros do tombamento de Diamantina como Patrimônio Mundial, simultaneamente com os critérios legais e histórico-geográfico que o configuraram como tal. Pesquisa bibliográfica sobre os aspectos históricos, geográficos, econômicos, populacionais e sociais da cidade, em órgãos públicos das esferas: municipal, estadual e federal. Em seguida, *(iii)* realização de trabalhos de campo, em Diamantina, ao se priorizar aí, alguns grupos como amostragem, por tipicidade (e não probabilística), ao executar algumas técnicas; como descrito nos grupos que segue:

- a) realização de conversação e observação participante para dirigentes, técnicos, guias e funcionários que atuam nos bens tombados e para os moradores que utilizam os patrimônios no cotidiano;
- b) aplicação de questionários aos moradores naturais de Diamantina, com recorte em cinco (05) regiões, a saber: *i)* Centro histórico colonial tombado como patrimônio mundial, *ii)* bairro Palha, *iii)* bairro Rio Grande, *iv)* bairro Largo Dom João e *v)* bairro Cidade Nova;
- c) entrevistas com os indicados como Porta-Vozes do Povo - representantes dos *insiders* Diamantinense;
- e;
- d) entrevistas com os responsáveis pelas atividades do patrimônio vinculados ao Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Cultural, da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais, todos localizados em Diamantina.

Por último, *(iv)* organização e compilação dos dados obtidos em campos para fomento da problematização da tese, análises dos registros iconográficos e elaboração de mapas, histogramas, gráficos, quadros e tabelas.

Vale ressaltar, que a escolha bibliográfica foi um processo realizado de maneira extremamente pessoal, por incluir autores de diferentes formações acadêmicas, ao partir de um diálogo interdisciplinar, em uma pluralidade de matrizes científicas para se refletir sobre o sentido do lugar e da paisagem (patrimônio) no mundo contemporâneo. Desse modo, Silva (2013) corrobora que esse processo plural de comunicar e dialogar com as diversas áreas do conhecimento, “[...] favorece os estudos que tratam dos

processos socioespaciais, culturais, étnicos, por meio de uma inter-relação sensível e que propõe a se questionar e apresentar para o que veio” (SILVA, 2013, p. 22).

Por esse viés, daremos ênfases às abordagens voltadas à Geografia Humanística e sua interlocução com outras áreas do conhecimento. Essa escolha voltada à Geografia Humanística mostra-se pertinente para a investigação por compreender que a realidade é dinâmica, complexa, híbrida e multifacetada; ao ter uma postura analítica engessada sob o discurso da coerência teórica, não daria conta da vastidão com a qual encaro uma pesquisa da tese. Ao compreender que a realidade da pesquisa é o objeto do conhecimento; logo, esse método é o caminho, *hodos*, através do qual entende a Ciência. O que significa superar o quadro maniqueísta, o qual apenas uma visão da realidade é apresentada e encaixada em um modelo de análise (FOUCAULT, 2009).

Por fim, se destaca que as categorias conceituais de análise, aqui já mencionadas e os paradigmas de interpretação da Geografia Humanística, Geografia Cultural/Etnogeografia e Percepção Ambiental/Geografia das Representações, se revela como pertinentes e adequados para nortear tal investigação científica, com caráter, essencialmente, qualitativo e humanístico.

### **Organização dos textos**

A tese está organizada em 05 (cinco) capítulos, sendo a introdução, acompanhada pelo capítulo 01 (um) que aborda as metodologias, técnicas e ferramentas utilizadas na tese, seguido pelo Capítulo 02 (dois) que trabalha com a categoria conceitual: Lugar, posicionando-a em termos da sua relevância na e para a construção da experiência do homem no mundo e como discursos mundanos. O capítulo subsequente (03) enfoca a constituição do patrimônio histórico, a evolução da discussão sobre a sua importância para a construção da identidade do homem, no seu espaço-lugar e a discussão sobre legalidade, legitimidade de um patrimônio. O capítulo seguinte (04) trará, brevemente, uma retrospectiva geohistórica da cidade de Diamantina, em Minas Gerais, ao apresentar as suas características físico/geográficas, destacando os elementos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e inicia a apresentação dos dados da pesquisa *in loco*. Na sequência, no capítulo (05), se dar a continuidade da discussão empírica, elucidada por meio dos dados obtidos em campo, ao se incluir, aí, os resultados dos contatos com os grupos de sujeitos da pesquisa,

anteriormente, mencionados, ao realizar, neste contexto, reflexões acerca das leituras/interpretações dos dados obtidos na pesquisa de campo levantamento. E, por fim, são apresentadas, naturalmente, as considerações finais.

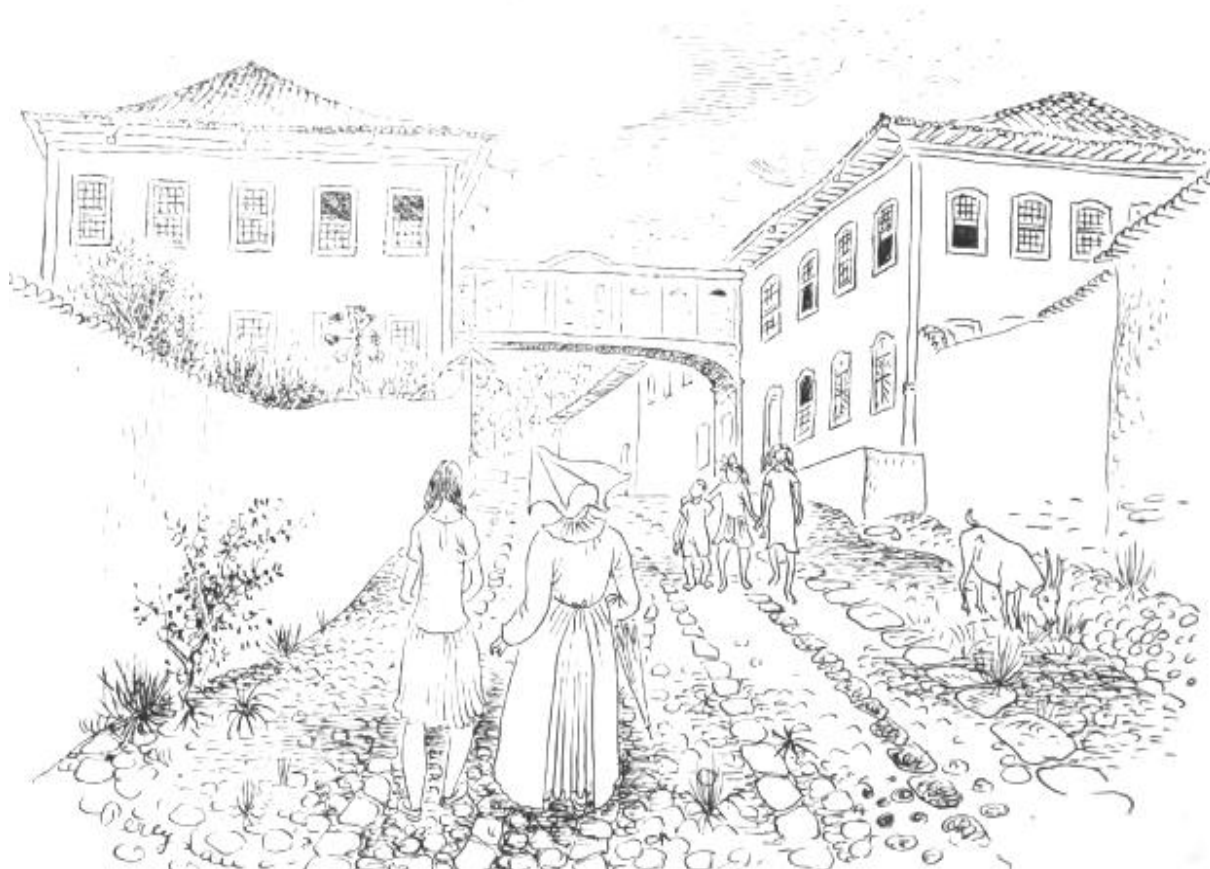
A pesquisa é oferecida como elemento de compartilhamento que objetiva partilhar olhares, sendo apresentada a partir de uma escrita que valorize o diálogo entre o autor e o leitor. Pois, uma pesquisa de doutorado consiste, sobretudo, em apresentar os olhares e vozes dos outros a partir de um modo de fazer pesquisa; lembrando que nenhuma postura acadêmico-científica é neutra, sendo marcadas pelo olhar de quem pesquisa, do interesse daquele que tenta ver e sentir o seu objeto de estudo para além das escritas, ao perceber o sentido que o Outro dá à vida, ao lugar e especialmente, nesse trabalho, ao Patrimônio, como essência da experiência geográfica (Ser-no-Mundo).

Ademais, é pertinente demarcar que **este trabalho torna-se uma continuidade e, também, aprofundamento das pesquisas que realizamos, na cidade de Diamantina, como resultado de questões que ficaram entreabertas.** E, o nosso principal intuito é contribuir para a sociedade ao colocar em evidência, afirmações e interrogações que possibilitam a percepção da cidade de Diamantina - MG, do seu povo e dos seus patrimônios, sob uma nova perspectiva; espacialmente, fundamentada no Lugar, na Paisagem cultural local, regional, engajada de maneira sensível e que contemple a compreensão do Patrimônio através do protagonismo de todos os atores sociais em busca da legitimidade de um bem.

E, por fim, diante do exposto acima, iniciamos a apresentação dos capítulos da pesquisa a partir da discussão sobre a metodologia, técnicas e ferramentas utilizadas neste trabalho.

## CAPÍTULO 01

## UMA PESQUISA QUALITATIVA: metodologias, técnicas e ferramentas utilizadas na tese



**Figura 02:** Colégio N. Sra. das Dores - Ilustração de Percy Lau, 1944.  
**Fonte:** IPHAN, 2010.

Saber a importância das metodologias e ferramentas de pesquisa, em especial, as voltadas para trabalhos de abordagem qualitativa, é ser atento, ter capacidade de Ouvir, perceber o Outro e entender que o campo de investigação é repleto de surpresas, e pode nos demandar a reorganização dos instrumentos, dos procedimentos previamente dispostos, pois lidamos com o sujeito mais instigante, complexo, e muitas vezes, imprevisível: o Ser Humano.

(KOZEL, 2007; TRIVIÑOS, 2009; PESSÔA, 2012).

**P**osicionar-se e se construir como um Geógrafo humanista, voltado às pesquisas de abordagem qualitativa é ser, diariamente, um aprendiz. Primeiramente, devido ao processo de se reconhecer nas diferenças e similaridades a partir das conversações, trocas de experiências, vivências e imersões nas vidas de Outros sujeitos; e, em segundo lugar, porque essa escolha leva-nos a um exercício que demanda momento, tempo esse necessário para percebermos quais metodologias, técnicas e ferramentas serão eficazes e serão suficientes para a avaliação de uma realidade em meio as metamorfoses em situações e nas emoções que nos atingem quando estamos em contato com os sujeitos da pesquisa/interlocutores (ALMEIDA, 1993; PESSÔA, 2012).

Tenho realizado esforços desde o ano de 2010 para tentar compreender as dinâmicas geográficas latentes, na cidade de Diamantina, especialmente, aquelas atreladas às relações entre o Lugar, a Paisagem e o Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico, reconhecido pelo Estado nacional e por organismos internacionais, simultaneamente, as formas de apropriação, dos sentidos e as concretudes, simbólicas e materiais, confluentes, ou não, do estabelecimento desta relação para o *insider* (IPHAN, 2019; UNESCO, 2019).

E, sendo assim, a preocupação que carrego nos trabalhos desenvolvidos nessa cidade, especialmente diante dos desdobramentos da Tese vincula-se à apreensão e **aplicação de uma análise mais humana que evidenciam as formas que o indivíduo vive em e na sociedade**, não me contentando em estudar “[...] o homem que apenas produz, porém [buscando investigar, ao invés disso], aquele que demonstra sentimentos, que pensa e cria [...], pois toda divisão rígida entre o Mundo objetivo (exterior) e o Mundo subjetivo (interior) é aqui rejeitada” (ALMEIDA, 1993, p. 41).

Este capítulo, então, trata-se de refletir/entender a formação humanista do geógrafo, porque esse profissional é capaz de inter-relacionar diferentes métodos, e instrumentos que sejam complementares, apropriados para obter os dados que são, para o que propõe, cruciais, em sintonia com o posicionamento desse pesquisador, sua formação profissional, e acadêmica, a sua escolha ideológica, concomitantemente, epistemológica frente à pesquisa que está a desenvolver (VARGAS *et al.*, 2015; SILVA, 2013).

E, tal explicitação se faz necessária para compreendermos que:

[...] a escolha do ‘caminho’ metodológico e suas técnicas são de responsabilidade do pesquisador e está em consonância com seus princípios filosóficos e posturas frente à realidade em que vive. O processo investigativo suscita olhares diferenciados de acordo com o propósito da pesquisa. Para responder o (s) problema (s) proposto (s) em sua pesquisa, o pesquisador pode escolher como método de pesquisa diferentes paradigmas que possa incomodar os outros, porém se faz necessário para a sua essência pois, só este que vivenciou o campo e se faz no dia a dia diante das suas investigações. O pesquisador compreende e sabe da sua escolha, e entende o que é necessário porque sabe onde está pisando, mesmo sabendo que todo pesquisador tem as suas limitações [...] (PESSÔA, 2012, p. 05).

E, diante disso, a pesquisa, aqui, apresentada, frente às mudanças de paradigmas na Ciência procura se colocar, de certa forma, em sintonia com as transformações: sociais, políticas, econômicas e ambientais da sociedade posta, dado que, de forma específica, na América Latina, as transformações ocorridas a partir da década de 70, levaram as humanas repensarem sobre as formas e mecanismos aplicados para interpretação da realidade. Nota-se, que a abertura política, o fomento da globalização ocorrido em quase todos os países latino americanos ao final da década de 70, processo fortalecido em meados de 1990, fez reacender o paradigma qualitativo nas investigações científicas; ao se buscar a partir daí incentivos para executar pesquisas que dessem maior ênfase - para além de uma abordagem cartesianista do processo de produção, dos meios materiais sobrepostos a essência humana - ao buscar, agora, dar protagonismo, voz aos homens e mulheres que fazem parte da (re)produção do espaço, esquivando-nos da ideia de reconhecê-los como simples sujeitos da pesquisa para visualizá-los/considerá-los como: interlocutores do conhecimento a ser construído de maneira colaborativa. Nessa perspectiva a abordagem **qualitativa** é aplicado aqui como uma possibilidade de produção de conhecimento científico, por levar em conta a realidade vivenciada pelos interlocutores, mediante seu contexto histórico e social (PESSÔA, 2012; SILVA, 2013).

Vale ressaltar particularmente que o geógrafo humanista retoma/resgata com fôlego e intensidade, técnicas e ferramentas de pesquisas tradicionalmente utilizadas pela Geografia, por certo tempo desdenhadas/minimizadas<sup>2</sup>, como o trabalho de campo, a observação participante, a execução do diário de bordo, como: entrevista, pesquisa participante, análise do discurso, uso de gravador como instrumento de coleta de dados em pesquisas de campo, que outrora eram aplicados centrando-se, nos estudos da

---

<sup>2</sup> À época do exercício de hegemonia acadêmica das visões mais racionalistas, “economicistas” e até reducionistas, da Geografia “Crítica” (Radical) (DEUS, 2010).



filosofia, antropologia, sociologia, história social, por exemplos. Desse modo, esse movimento propiciou, então: “[...] um ‘novo’ caminho metodológico, e de técnicas para a geografia, que possibilitou ao geógrafo compreender ‘as causas da crise’ e procurar caminhos que fossem à raiz dos problemas sociais” (PESSÔA, 2012, p. 14).

A partir do exposto nesse capítulo, apresentaremos os métodos, as técnicas e ferramentas que foram utilizadas na tese, destacando que a pesquisa adotou, principalmente, **dois procedimentos metodológicos**, a saber: *i*) realização de levantamento bibliográfico e documental e, posteriormente, *ii*) realização de trabalhos de campo em Diamantina, priorizando-se, aí - vale ressaltar- alguns grupos; realizando-se amostragem por tipicidade; e fazendo-se uso de algumas ferramentas na operacionalização técnica do exercício investigativo *in loco*. É importante destacar ainda a delimitação temporal e espacial dos trabalhos de campo, tendo sido eles realizados nos anos de 2018 (exploratória), 2019 e 2020, incidido/territorialmente ao se concentrar, especialmente, na sede do município.

Diante dos fatos expostos, se destaca para este momento os **interlocutores da pesquisa**, sendo esses agrupados em: *i*) dirigentes, técnicos, guias e funcionários que prestam serviço e cuidam dos bens tombados e reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade; *ii*) moradores, *insiders*, que utilizam os patrimônios no cotidiano; *iii*) o secretário do IPHAN, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Cultural (SECTUR), da Secretaria Municipal de Educação (SMDE) e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais e (CMPPCPC); *iv*) os moradores indicados como referências para a compreensão do perceber, sentir e repensar o Patrimônio.

Para cada grupo foram utilizadas **técnicas** distintas, sendo estas discriminadas, a seguir: *i*) diálogo/conversação; *ii*) observação participante; *iii*) entrevistas; e *iv*) aplicação de questionários. Neste momento, houve uso das seguinte **ferramentas**: *i*) diário de bordo; *ii*) questionários; *iii*) roteiros/tópicos guia; *iv*) máquina fotográfica (registro iconográfico); e, *v*) gravador.

Dessa forma, ao seguir os objetivos da tese, dos procedimentos de coleta, das fontes de informação e da natureza dos dados, este trabalho, além de ser de natureza qualitativa, se classifica como descritivo ao buscar realizar a descrição densa de determinada parcela da população diamantinense e do fenômeno sociocultural atrelado à dinâmica de Lugar, de Paisagem e de Patrimônio, ao ter como meta: conseguir

estabelecer as relações das bases teóricas-conceituais às análises das variáveis dos dados conquistados a partir das técnicas efetuadas em que, aqui, serão explicitadas (SILVA, 2013; VARGAS *et al.*, 2015).

Esse capítulo, então, busca trazer a compreensão do modo de fazer da pesquisa para que o leitor já fique familiarizado com as próximas seções que a constituem; e inclusive destacamos que na apresentação e discussão dos dados obtidos em campo, encontra-se no subtópico 4.3 e do Capítulo V, não será necessário retomar a discussão teórico-metodológica das escolhas dos métodos, técnicas e ferramentas, tornando mais diretos e fluidos a leitura e o procedimento da exposição dialógica e problematizadora dos dados.

Na sequência, passaremos a uma breve apresentação sobre a importância da revisão bibliográfica/literatura e da escolha dos principais aportes teóricos da pesquisa.

### **1.1 Retrabalhamento bibliográfico e pesquisa documental: andaimes da pesquisa.**

A revisão de literatura, naturalmente, se revela como um importante recurso metodológico para as pesquisas acadêmicas. Logo, o seu apogeu deu-se nos fins da segunda metade do século XIX, após a divulgação do primeiro trabalho científico. Desse modo, ao ter iniciado a divulgação desses trabalhos nesses moldes inicia-se a ser utilizada e aplicada, com maior intensidade, no último quartel do século XIX, particularmente, em Alemanha. Tal procedimento é crucial para definir o limite investigativo da pesquisa que se deseja desenvolver, ao considerar uma perspectiva científica (DANE, 1990).

E, para tanto, é decisivo definir os tópicos-chave, autores, periódicos e fontes de dados, primários e/ou secundários, que se pretende utilizar neste trabalho. Neste caso, fez o levantamento de trabalhos desenvolvidos em grupos de estudo e de pesquisa, artigos e livros publicados que trabalham com temas vinculados, essencialmente, à Geografia Cultural e os quais utilizavam os seguintes temas centrais, categorias, palavras-chaves ou descritores: Lugar, Paisagem, Diamantina, Legitimidade e Patrimônio (WEBSTER; WATSON, 2002).

De acordo com Bento (2012), existem propósitos de revisão de literatura num estudo de tese que se segue - para os quais atentamos - sendo eles: *i*) delimitar o problema de investigação; *ii*) procurar problematizar e reinventar linhas de investigação, especialmente, aquelas tidas como marginalizadas; *iii*) evitar abordagens que não

deixem nítidos o/os posicionamentos do pesquisador ou dos autores referenciados no trabalho; além de *iv*) procurar compreender e definir as perspectivas metodológicas que serão usadas a partir das leituras e retrabalhamentos bibliográficos.

Nessa compreensão do processo, a revisão de literatura aplicada na tese foi classificada como a narrativa ou tradicional a qual, segundo Cordeiro *et al.* (2007), não utilizam critérios, extremamente, sistematizados, rígidos para a busca e análise crítica da literatura, que não se aplicam a ela devido a ser estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. Nesse contexto, a seleção dos estudos/obras e a interpretação das informações estão sujeitas à subjetividade do pesquisador, “[...] devendo, aliás, ser executada uma leitura em que, aos poucos, o pesquisador vai familiarizando-se com o tema e as suas problemáticas, e a partir desta relação possa reconhecer nos autores a sua base de pesquisa bibliográfica” (TRENTINI; PAIM, 1999, p. 32).

E, nesse sentido, é que a revisão bibliográfica utilizada na tese foi repensada e cuidadosamente analisada a partir do interesse de investigação do pesquisador e dos temas inerentes aos objetivos do trabalho, ao destacar que muitas literaturas que deram base a esta pesquisa foram, em outros momentos - tais como nas discussões promovidas nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFMG, dos Grupos de Estudo (GECES/UFMG), Pesquisa (BIOTEMAS/UNIMONTES) e Extensão (NAP e EMANCIPA/UNIMONTES), do qual participo e dos encontros, congresso/eventos - estudados, por vezes, discutidos, presencialmente, com alguns autores das obras. E, dessa forma, a pesquisa bibliográfica foi construída em um caráter exploratório, o que permitiu maior familiaridade com o problema da pesquisa, aprimorando as ideias de execução do trabalho sendo viabilizadas a partir das descobertas de intuições, anteriormente, pensadas no pré-projeto apresentado na seleção do Programa de Pós-Graduação (GIL, 2007).

Os trabalhos de revisão bibliográfica são definidos por Noronha e Ferreira (2000) como sendo:

[...] a possibilidade de promover estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, fornecendo uma visão geral sobre um tópico específico, evidenciando ideias, métodos, subtemas que têm recebido ênfase na literatura selecionada, promovendo o contato do autor da obra com o pesquisador e seu objeto de estudo (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 18).

Diante do exposto acima, se entende que essa tese, portanto, reúne e discute informações e conhecimentos produzidas na área de estudo e afins. Ressalte-se que a própria revisão da literatura propiciou ressignificar os olhares sobre temas e conceitos já cristalizados em minha concepção ao ponto de retomar os discursos de outros pesquisadores, tentando compreendê-los a partir de entroncamentos de posicionamentos e críticas que são possíveis de fazer quando se promove leituras de diversas áreas. Aliás, observa-se que tendo em vista que a revisão de literatura, infelizmente, não tem recebido a devida atenção, em especial, nos temas que são considerados emergentes, o seu foco passa, por vezes, a ser apenas a coleta e análise de dados empíricos, negligenciando os relacionamentos, ou as ligações com o estado da arte de pesquisas publicadas que possam indicar correlação do desenvolvimento de uma teoria ou considerações do que se pretende investigar, na atualidade (CONBOY, 2009).

Em relação, a pesquisa documental destacamos que essa se diferencia da pesquisa bibliográfica pelo tipo de fonte de pesquisa, pois o investigador busca, por sua vez, por analisar diversos tipos de documentos, relatórios e publicações de órgãos públicos ou privados. A etimologia da palavra documento vem da origem do verbo *docere*, a qual possui o significado de ensinar ou instruir alguém que possa vir a ler “[...] e o interpretar, como sendo uma unidade constituída pela informação” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 28).

A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que, por vezes, ainda não foram tratados no campo científico e é um profícuo complemento de análise aliado à pesquisa bibliográfica e aos dados obtidos por meio de entrevistas, questionários, por exemplos. Os documentos analisados podem ser atuais (como no nosso caso) ou antigos, sendo utilizados para ajudar a promover a contextualização histórica, cultural, política e social de um lugar ou grupo de pessoas (RONDINELLI, 2005).

Para Pimenta (2001), a pesquisa documental propicia o encontro do pesquisador com registros que possuem, por vezes, alguns aspectos que os tornam relevantes no campo da ciência devido: *i*) a imparcialidade dos fatos encontrados; *ii*) autenticidade das informações obtidas; e, *iii*) unicidade e organicidade das informações construída no campo histórico. Segundo a autora acima citada:

As características de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade tornam a análise dos registros documentais o

método básico pelo qual se pode alcançar a compreensão do passado tanto imediato quanto histórico, seja com propósitos administrativos ou culturais. A natureza da prova documental é de primordial importância e diz respeito tanto ao direito, que regula a conduta de nossa sociedade, como à história, que a explica (PIMENTA, 2001, p. 189).

Mediante a autora supracitada, um dos cuidados que se deve atentar quando se esta pesquisa é a **confiabilidade da fonte**, pois para que os resultados da pesquisa sejam satisfatórios e coerentes com a realidade é imprescindível que as informações utilizadas sejam fiéis e advindo de órgãos ou pessoas que lidam com esses documentos, seja no campo de suas tarefas diárias, ou como guardiões das memórias de uma instituição, ou sociedade (HELDER, 2006).

Os tipos de documentos analisados nas pesquisas documentais variam, ao ser: relatórios, tabelas, fotos, vídeos, cartas, textos fílmicos até falas/discursos. Ao coletar todos os documentos que são utilizados em uma pesquisa, o volume de dados é considerável, portanto exige estabelecer quais são os objetivos em analisar esses documentos e filtrar o que é mais necessário para atingir a ação da pesquisa (RONDINELLI, 2005).

Neste sentido, algumas etapas da pesquisa documental se fizeram necessários na Tese, iniciando com a **fase de pré-análise**, onde definimos quais são os objetivos da pesquisa documental, ou seja, quais questões pretendemos evidenciar e ou responder a partir da análise dos dados coletados. Em seguida, a **fase de organização** dos dados, os quais tem o intuito de facilitar a interpretação das informações coletadas, pois o volume de documentos obtidos por meio das interlocuções com a SECTUR, o CMPPCPC e a SMDE foi significativo, e, nesse momento, vale registrar que criamos fichas documentais para registrar as constatações sobre cada material analisado. Por fim, com as fontes documentais organizadas e classificadas realizamos a **fase de análise das informações**, onde conseguimos realizar as interpretações dos dados - com o auxílio dos representante das secretarias e do conselho anteriormente mencionado - que evidenciaram as ações que o poder público realizam para promover o patrimônio como elemento histórico-geográficos legítimo, bem como se evidenciou problemas em termos de públicos, regiões e demandas culturais que não foram contemplados/atendidos pelo município (BACELLAR, 2005).

Sendo assim, os documentos caracterizam-se por deter “[...] conteúdo, contexto e estrutura suficientes para servir de prova para qualquer pesquisa acadêmica” (HELDER, 2006, p. 29), sendo, ainda, capazes de informar sobre as atividades

administrativas geridas, em Diamantina e as ideologias e modos de perceber o patrimônio cultural pelo poder público local e pelos *insiders*.

Por esse viés, é relevante assinalar, ademais, que, quando um investigador inicia o processo de revisão da literatura e pesquisa documental é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indireta. Desse modo, segundo Quivy e Campenhoudt (2005), “[...] tem-se frequentemente a impressão de que não há “nada sobre o assunto” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p. 32), mas essa opinião resulta, em geral, de uma má informação ou falta de pesquisa. O que cabe ao pesquisador, é fazer uma pesquisa delicada para extrair das fontes o que deseja, sem ser exaustivo. Ao ponto de entendermos que, conforme Cardoso *et al.* (2010) pontuam que: “[...] cada investigador analisa minuciosamente os trabalhos dos investigadores que o precederam e, só então, é compreendido o testemunho que lhe foi confiado” (CARDOSO *et al.*, 2010, p. 37). Vale reforçar, que também utilizamos, como parte das referências, trabalhos publicados de grupos de pesquisas que atuam sobre patrimônio, gestão cultural, paisagem, lugar e memória, a título de exemplificação: *i*) Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEOPPOL) no que concerne a referências da base de dissertações do programa de mestrado profissional do Instituto de Patrimônio Histórico Arquitetônico e Artístico Nacional; *ii*) Grupo de Pesquisa em Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural da Universidade Estadual de Campinas (GEOPATRI), do qual participei, no ano de 2016; *iii*) Núcleo de Estudos em Espaços e Representações (NEER), grupos de trabalhos que o autor deste trabalho participou, em 2018; e, *iv*) Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura da Universidade Federal de Sergipe, com esse, manteve interlocuções durante todo o percurso de doutorado.

As leituras bibliográficas e o entendimento sobre pesquisa documental efetuadas nestes espaços de diálogo foram importantes, inclusive para confirmar a escolha de uma escrita engenhosa para inserir esta tese o mais próxima do leitor, em sintonia com a forma pela qual ele percebe a Geografia, sendo influenciado, especialmente, pelos geógrafos culturalistas, humanistas e pós-estruturalistas. Neste caso, **a escrita foi elaborada a partir de um narrador-personagem, posicionada ora, em primeira pessoa; ora, na segunda, (numa escrita, por vezes, impessoal) buscando valorizar o**

**diálogo entre o autor e o leitor**, além de facilitar o processo de externalizar o que se apreende do tema abordado (BRANDÃO, 1986).

Por essa razão, o trabalho dá ênfase às abordagens voltadas à Geografia Humanística e suas interlocuções com outras áreas do conhecimento, nitidamente, representadas nos capítulos que a compõem, especialmente, pelos:

- i. **Capítulo II:** onde foi realizada uma abordagem sobre a Geografia do Lugar e os seus condicionantes ambientais, assentada e fundamentada, especialmente, em: Augé (1994, 2007), Amorim Filho (1999, 2015), Holzer (1996, 1999), Marandola Jr. (2012, 2020), Piaget (1975, 1996), Relph (2012), Tuan (1980) e Porteus (1989) que foram essenciais, pois as discussões retrabalhadas das obras dos autores confluíram com o objetivo da tese e sustentaram a relação com os demais capítulos;
- ii. **Capítulo III:** onde foram discutidas as categorias Paisagem e Patrimônio por meio de abordagens históricas, geográficas, filosóficas, políticas e pedagógico-identitárias, a partir das leituras e interlocuções realizadas, especialmente, com documentos publicados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (2002, 2008), pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2008, 2012), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2002, 2003, 2013) e as obras de Claval (2001, 2002, 2007), Cosgrove (1998, 2003), Berque (1987; 1988; 2013b), Leite (2007), Nuñez (2011) e Carsalade (2014);
- iii. **Capítulo IV:** o qual dedica-se a discutir, justificar a constituição de Diamantina e a formação de seu legado político-identitário, assentadas, principalmente, nas discussões de Carsalade (2014), Gonçalves (2009, 2010), Machado Filho (1944, 1985) e Menezes (2000, 2012), Nora (1984, 1992) e em documentos públicos, tais como, as disponibilizados pela PREFEITURA DE DIAMANTINA (2018, 2019) e (IPHAN) (2010), além de serem apresentados, brevemente, alguns dados obtidos em campo;  
e;
- iv. **Capítulo V:** o qual buscar-se-á apresentar, problematizar e discutir os dados obtidos em campo - incluindo a pesquisa documental - e assentar as bases argumentativas apontadas pelos autores retrabalhadas nos capítulos, anteriormente, citados.

Ficara nítido, que a escolha bibliográfica é, extremamente, pessoal, ao incluir autores de diferentes formações acadêmicas como: antropólogos, arquitetos, advogados, administradores, biólogos, economistas, filósofos, geógrafos, geólogos, historiadores, pedagogos, psicólogos, sociólogos, dentre outros e englobando diversas áreas de atuação, linhas de pesquisas, diferentes escolas de pensamento que reafirmam a importância de cada experiência científica para a produção do Pensamento, partindo de um diálogo que nos faz construir a ideia de retrabalhamento bibliográfico, porque a reconstrução a partir da pesquisa e da sensatez de entender que as leituras feitas, a partir do posicionamento do pesquisador, foram aceitáveis para que a proposta do objetivo da tese é cumprida (BENTO, 2012).

Desta forma, além de apresentar as bases das escolhas da discussão teórica, se faz importante destacar a importância do exercício do trabalho de campo, o que será abordado no subcapítulo que se segue.

## **1.2 Trabalhos de Campo: Vivências, experiências e formação técnica.**

Segundo José Filho (2006): “[...] o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos” (JOSÉ FILHO, 2006, p. 17). E, por isso, não existe pesquisa sem o apoio de técnicas e de instrumentos metodológicos adequados que permitam a aproximação ao objeto de estudo. Logo, o trabalho de campo, se realiza com o uso de técnicas eficientes, pode, por um lado, proporcionar vivência, experiência e a compreensão de mundo para o pesquisador, por outro lado, viabilizar a aquisição de uma realidade a qual se pretende pesquisar a partir da aplicação de seus estudos e habilidades técnicas profissionais adquiridas ao longo do tempo, porque se concretiza, nesse momento, uma dupla conquista - uma pessoal e outra profissional, num processo que se revela indissociável.

Neste sentido, a pesquisa de campo corresponde a etapa de construção do trabalho que:

Deve ser encorajada a ser realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir, reafirmar ou alterar os objetivos da pesquisa, as hipóteses, (re) definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados [...] (CARNEVALLI; MIGUEL, 2001, p. 11).



Em revisita a literatura, ao problematizar sobre o trabalho de campo, Thomas Jr. (2005) afirmou, que ele é extremamente importante, especialmente, para os trabalhos qualitativos, pois “[...] sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar de uma realidade; chega de teoria por teoria, o importante agora é o fazer; primando, é claro, pela descrição sobre a reflexão teórica; espaço da síntese entre os - mantidos separados - , elementos físicos e humanos” (THOMAS JR., 2005, p. 11). Para o autor o campo é a busca da concretização de uma parte da realidade que tanto os pesquisadores buscam nas leituras.

Sansolo (1996) aponta algumas etapas que seriam fundamentais para a execução dos trabalhos de campo centrados na análise das paisagens e focados na análise das dinâmicas vinculadas ao seu uso e mudanças, cada qual com finalidades específicas, ao pontuar que:

Desenvolvemos trabalhos de campo de reconhecimento, em que estabelecemos uma primeira leitura sobre as evidências da paisagem, enfocadas numa perspectiva ampla, mas com objetivos de observação preestabelecidos; trabalhos de campo para levantamento de dados ou de investigação minuciosa, em que os critérios preestabelecidos de investigação são aplicados de forma sistemática, visando a alcançar uma maior objetividade sobre alguns aspectos da realidade aparente; trabalhos de campo de comunicação cujo objetivo principal é o de retorno de resultados colhidos sobre a realidade aparente divulgando à população interessada as informações que possibilitarão alcançar a essência do conhecimento (SANSOLO, 1996, p. 27).

Desse modo, tanto para Sansolo (1996), como para Minayo (1994), Mattar (1996), Lakatos e Marconi (1996), o pesquisador preocupado com a qualidade e ética da sua pesquisa fica atento ao desenvolvimento das etapas de campo de reconhecimento, levantamento de dados e retorno dos resultados obtidos para a comunidade. Em nosso caso, ela se processou da seguinte maneira:

- i. **Etapa I:** o processo de pesquisa iniciou-se com a fase exploratória, a qual analisamos os aspectos referentes ao objeto de estudo, os pressupostos da pesquisa, as teorias e categorias pertinentes à temática da tese, as metodologias que estamos à utilizar e as questões operacionais necessárias para desencadear trabalhos de campo que respeitem o meio e a dinâmica social. Esse momento de aprimoramento teórico e técnico foi realizado nas atividades das disciplinas, especialmente, as ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação do IGC/UFMG e nas atividades de campo aprendidas e aprimoradas a partir dos campos realizadas no vale do Jequitinhonha e

- Mucuri, em 2012 e 2013, durante o mestrado e em 2018, enquanto, aluno de pós-graduação: doutorado, pelo grupo de orientandos do professor Doutor (Dr.) José Antônio Souza de Deus, colaborando para a nossa familiarização com os fenômenos geográficos que podem e são investigados, de modo que a pesquisa da tese foi concebida com uma maior compreensão e entendimento;
- ii. **Etapa II:** em seguida, foram promovidos os trabalhos de campo<sup>3</sup>, direcionados focalmente a tese, executados entre os anos de 2019 a 2020, ao contabilizar mais de 04 (quatro) meses de imersão - em 14 (quatorze) atividades/idas - ao consistir uma reflexão e trabalho no recorte empírico a partir da construção teórica aqui elaborada. E, nessa etapa, do trabalho *in loco*, foi possível promover a aplicação e combinação de algumas técnicas de pesquisa junto a população, líderes comunitários, secretários, técnicos, guias dos patrimônios, dentre outros. Vale destacar que, tal procedimento ocorreu antes da pandemia (COVID-19);
- e;
- iii. **Etapa III:** desenvolvida quando já havia se iniciado o tratamento do material recolhido no campo (o qual foi subdividido em: ordenação, classificação e análise propriamente dita; e no qual se busca a teorização sobre os dados, ao propiciar a confrontação entre a abordagem teórica e o que a investigação de campo trouxe como aporte singular em termos de contribuição para o desenvolvimento, e consolidação da pesquisa, além de apresentar as propostas do uso social do patrimônio para o poder público local.

É importante destacar, que, na etapa II, foi realizada em sua maior parte de maneira individual, uma vez que, essa metodologia reforça a imersão do estudante na área de interesse. Sendo “[...] importante a inserção do pesquisador no contexto de interpretar e interagir com o objeto de estudo e a adoção de postura teórico-metodológica para decifrar os fenômenos, reconhecendo os lugares, as pessoas e suas limitações” (PESSÔA, 2012, p. 11). E, desse modo, tivemos a participação de um

---

<sup>3</sup> Vale a nota que as atividades de campo foram realizados respeitando o momento que passamos devido a pandemia do COVID-19, essa sendo uma doença infecciosa causada por uma nova espécie de coronavírus, denominado SARS-CoV-2 (síndrome respiratória aguda grave de coronavírus 2), que apresenta diversos sintomas, indo desde a febre, fadiga e tosse seca, podendo evoluir para dispneia ou, em casos mais graves, Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), podendo levar a morte (BRASIL, 2021). Por esse motivo faz importante destacar que as atividades de campo foram realizados nos anos de 2018, 2019 até o dia 16 de maio de 2020, respeitando o distanciamento social e realizando todas as indicações de prevenção (uso de máscara e de álcool em gel) contra o vírus em questão.

*insider* como abre-alas/facilitador da nossa entrada nos bairros da cidade (especialmente nos bairros: Cidade Nova e Palha, os mais periféricos), sendo um estudante, diamantinense, de 24 anos de idade, que realiza atividades de extensão no projeto intitulado: Geociências, Arte, Interdisciplinaridade e Aprendizagem (GAIA)<sup>4</sup> pelo curso de Geografia (Bacharelado em Humanidades) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Tal participação deste facilitador faz-se estratégico pois, era um conhecido dos estabelecidos e aparecer no “[...] campo com alguém do lugar, de confiança dos seus, transmite ao morador uma abertura social pois, o pesquisador não entra sozinho, num espaço só de desconfiança, ele aparece como um amigo de alguém, de um alguém que faz parte do coletivo” (GEERTZ, 2008, p. 114).

De acordo com Bogdan e Biklen (2010), o pesquisador deve buscar encorajar os interlocutores a participar da pesquisa de uma maneira que seja quase natural, deixando-os à vontade para relatar suas confidências; e, para isso, é necessário que os interlocutores tenham confiança no pesquisador para que esse possa promover “[...] registros de forma não intrusiva e recolher, simultaneamente, outros dados descritivos que achar interessante. Tentando aprender algo através do sujeito, podendo participar de suas atividades, embora de forma limitada” (BOGDAN; BIKLEN, 2010, p. 12).

Já, na visão de Geertz (2008), se observa que o pesquisador busque a aceitação do sujeito para que possa prosseguir em sua pesquisa; além disso, se faz necessário um esforço intelectual no sentido de interpretar e reconstruir as cenas no campo obtidas através de um diálogo com a teoria. E, assim, que foram traçados os campos: por meio de *conversação*<sup>5</sup> para extrair a *percepção*<sup>6</sup> dos moradores, dirigentes, técnicos, guias e

---

<sup>4</sup> O GAIA é um projeto de extensão a partir de uma parceria entre o curso de Bacharelado em Humanidades BHU/Geografia da UFVJM e do IGC/UFMG, onde tive a oportunidade de participar de uma das suas oficinas no ano de 2019, e a partir daí promovendo interlocuções e contato acadêmico com um dos seus participantes. O projeto, coordenado pela Professora Doutora (Dra.) Danielle Piuzana, desenvolve trabalhos voltados ao ensino de Geografia, práticas pedagógica e seus desdobramentos na formação cidadã na cidade de Diamantina, no Estado de Minas Gerais, tendo aceitação e conhecimento dos moradores local. Para maiores informações sobre o projeto acesse o link, a seguir: <http://gaiaufvjm.blogspot.com/> (GAIA, 2020, [s.p.]).

<sup>5</sup> A Conversação surgiu, na década de 60, a partir dos estudos da Etnometodologia e da Antropologia Cognitiva e, no contexto deste trabalho, trata da fala como uma forma de ação social, como processo de comunicação e diálogo desenvolvido horizontalmente, ao buscar uma integração entre o pesquisador e o interlocutor. O objetivo das conversações é permitir que cada *insider* apresente um saber próprio sobre aquilo que se conversa (LACAN, 1992).

<sup>6</sup> A percepção se desenvolve como resposta dos sentidos cognitivos aos estímulos externos e fornece ao sujeito conhecimentos imediatos a respeito do que o cerca (TUAN, 1980). Compreendendo que apreensão sensível, imediata do espaço, refere-se ao sentido, mas para que este tenha um significado ou conceito é preciso à reincidência de uma série de experiências regulares e retroativas, o qual desejamos alcançar com os trabalhos de campo (LIMA, 2007). Pois, conforme Merleau-Ponty (1999) destaca, algo percebido não

funcionários que atuam nos bens tombados e reconhecidos como patrimônio Cultural da Humanidade; com os *insiders* que utilizam os patrimônios no cotidiano; com os responsáveis pelas atividades do Patrimônio vinculados ao Escritório Técnico do IPHAN de Diamantina, da SECTUR, da SMDE e do CMPPCPC, bem com os moradores indicados como referências para a compreensão do perceber, sentir e repensar o patrimônio e para cada grupo foram utilizadas, e aplicadas diferentes técnicas, as quais que serão destacadas nos subtópicos adiante (MINAYO, 1994; BOGDAN; BIKLEN, 2010).

Conforme, apontaram Bogdan e Biklen (2010), para a realização do trabalho de campo, neste caso, legitimada a etapa II, só se iniciam as conversações após a obtenção do consentimento dos interlocutores; e tal processo foi realizado para cada sujeito, ou grupos pesquisados, ao se mostrar necessária a explicitação dos objetivos e interesses da pesquisa para nos esquivarmos de situações de estranhamento, insegurança, e conquistar a sua confiança ao longo da execução do trabalho.

Ressalte-se ainda que ao estar face a face com os *insiders* em seu Lugar e cotidiano, o pesquisador coloca-se em situação distante dos sujeitos de modo a fugir do senso comum para evitar preconceitos e reconhecer as limitações dos participantes. Geertz (2008) coloca a necessidade de controlar a subjetividade, nessas situações, ao existir um esforço teórico e metodológico por parte de quem pesquisa ao ponto de a teoria caminhar junto das atividades e descobertas alcançadas em campo. É sugestivo pontuar que nos diversos trabalhos de campo realizados na cidade de Diamantina, desde o período da graduação até a pesquisa da tese, foi recorrente - e importante ao se ter explicitado isto - ao notar-se um estranhamento em muitos posicionamentos, concepções e usos dos patrimônios pelos moradores, e essa realidade ajudou-me a apreender os acontecimentos no contexto de uma multiplicidade de significados.

Nessa mesma perspectiva, Sarmiento (2011) cita a necessidade de o investigador adotar uma postura de equilíbrio diante das contradições e dificuldades de acesso ao interlocutor, e até mesmo recusa, que emergem como situações inevitáveis no campo, nem se envolver efetivamente de forma emocional e excessivamente intelectual, e tampouco colocar-se em uma situação de distanciamento da realidade, mas se encontrar

---

é um simples amontoado de sensações, falas e memórias. Uma vez que quando se assume o fenômeno da percepção, descobre-se um todo que se projeta com um significado próprio e, assim, constitui o fundamento da experiência, e é através da percepção que se constrói o conhecimento do espaço adjacente e organiza outro, individualizado, sendo o Lugar e as suas referências - entre elas a Paisagem (PIAGET, 1996; TUAN, 2003).

em uma posição estável que garanta as condições necessárias para a realização da pesquisa com a busca das verdades dos Outros; e, não, da sua verdade.

Sendo assim, as execuções dos trabalhos de campo representou um momento de amadurecimento dos usos das técnicas e das ferramentas de pesquisa, que ajudou a lapidar e a promover o processo de produção do conhecimento. E, é possível percebermos a importância do trabalho de campo, como não sendo apenas uma atividade que geram dados a partir da perspectiva dos próprios sujeitos interlocutores, as ações do pesquisador também precisam ser analisadas e, desse modo, todo o processo de construção do trabalho foi interpretativo e sujeito a reavaliações. Ao ponto de perceber que o grande desafio do trabalho de campo é **saber lidar com a interpretação, buscando esvaziar o meu mundo para compreender o mundo do Outro.**

Diante do exposto, acreditamos que se faz necessário discutir agora as ferramentas de pesquisas utilizadas nesta tese, a fim de destacarmos a relação entre recursos e técnicas realizadas na investigação ao ser o recorte do subcapítulo que se segue.

### **1.3 Ferramentas de pesquisa: O uso da máquina fotográfica, do gravador e do diário de bordo como instrumentos estratégicos para os registros do pesquisador.**

Nas atividades de campo realizadas, em Diamantina, o uso de determinadas ferramentas de pesquisa foi fundamental, especialmente, para captar falas e gestuais que, muitas vezes, passam despercebidos pelo pesquisador devido a dinâmica de pesquisa, ritmos das conversações e relações sociais que são gradualmente estabelecidas ao longo do processo de desenvolvimento do trabalho. Os locais das aplicações das ferramentas foram múltiplos, mas destacam os: *i)* espaços reconhecidos como patrimônios, *ii)* residências dos moradores, *iii)* vias públicas e *iv)* locais de trabalho dos secretários de cultura, patrimônio e educação. Para tanto, as ferramentas aqui destacadas foram de fundamental importância, pois colaboraram na aquisição de dados que, aliados às técnicas de pesquisa e aos arcabouços teóricos, mostra-se necessários para atendermos aos objetivos da tese (COLLIER, 1973; FALKEMBACH, 1987; TRIVIÑOS, 1987).

A máquina fotográfica foi um recurso tecnológico importante de projeção, que teve por finalidade captar e gravar as imagens do que estava ocorrendo nas dinâmicas das interlocuções, ou para registros de observação sobre os usos do Patrimônios e do

Lugar. De acordo com Collier (1973), os seres humanos, por diversos fatores, não são considerados excelentes e compenetrados observadores. E, por isso, a grande capacidade de agudeza da câmera fotográfica para ajudar a registrar de forma mais acurada a realidade, ali, situada.

Com base nos estudos de Flick (2004), existe vantagens no uso de câmeras, especialmente, em pesquisas qualitativas, a saber:

[...] as câmeras permitem registros (fotográficos ou de gravações) detalhados de fatos; proporcionam apresentação mais abrangente e holística de estilos de vida e de condições sociais; possibilitam o transporte de artefatos e a apresentação destes como retratos; permitem a transgressão de limites de tempo e espaço; podem capturar fatos e processos que sejam muito rápidos ou complexos para o olho humano; permitem registros não-reativos das observações; e as fotografias ficam à disposição de outras pessoas para serem reanalisadas. Além disso, as câmeras hoje estão ofertadas em aparelhos celulares o que facilita o seu uso, além de servir como ferramenta de registro tanto fotográfico como de áudio (FLICK, 2004, p. 87).

Nesta consonância, Collier (1973) pontua que a câmera é um instrumento que “[...] documenta mecanicamente, mas a sua mecânica não limita, necessariamente, a sensibilidade do observador humano; ela é um instrumento que exige extrema seletividade” (COLLIER, 1973, p. 21). Desse modo, o pesquisador deve atentar para o momento e a hora do registro, para que não ocorram invasões/intromissões no momento particular dos ritos, dos atos do cotidiano, dos locais de trabalho e para que a maneira pela qual o *insider* comporta-se junto à Paisagem e ao Lugar seja respeitada.

Para Duffield (1998), os métodos visuais e o uso destas ferramentas de pesquisa tem potencial para solidificar dados e alcançar vários tipos de público, de modo que nenhum consegue, pois praticamente todos os aspectos da vida humana usam o sentido da visão ou correlatos, como forma de apreensão da realidade no momento de tomada de uma fotografia, além dela constituir um documento que oferece credibilidade e verossimilhança.

Harper (2000) ressalta que apesar de as imagens representarem dados empíricos, elas não representam a verdade em si, pois o próprio ato da observação escolhe um ponto de vista, porque cada pessoa tira suas próprias conclusões sobre o que vê daquela imagem, por isso essa ferramenta e seus produtos, se insere num contexto, e ao ser associada à fala dos sujeitos e às outras ferramentas para que ela se torne aplicável em uma discussão ampla e que traga segurança acadêmica para a operacionalização de seu uso.

Além disso, para Lindlof e Taylor (2002), as máquinas fotográficas, câmeras de vídeo digitais e celulares apresentam vantagens particulares, pois são extremamente compactas e leves; funcionam silenciosamente; fotografam em situações de baixa iluminação e não requerem processos e aparelhos caros, o que facilita os registros e não incomoda os interlocutores, ao ponto de inibi-los. E, foi, dessa forma, que utilizamos a máquina fotográfica como ferramenta fundamental de apoio aos campos. Para a utilização da câmera fotográfica, os usos das imagens dos interlocutores foram autorizados e cedidos, além disso, valendo destacar que foi respeitado o direito do não registro/publicação por parte de alguns participantes que não concordaram com a vinculação das imagens registradas, como foi o caso dos técnicos e guias de espaços tombados como patrimônios. E, destacamos que foi solicitado a alguns interlocutores a realização de alguns registros fotográficos dos patrimônios e seus usos para examinar como eles percebem e entendem os bens culturais, no contexto em questão. Em seguida, foi apresentado as fotografias tiradas - tanto pelo pesquisador como pelos interlocutores -, uma vez que, nas pesquisas qualitativas admite-se certo grau de subjetividade na interpretação dos dados, sendo prudente acolher a percepção dos próprios sujeitos envolvidos sobre a imagem retirada para, em seguida, viabilizar a análise dos fenômenos/processos investigados da maneira mais fidedigna possível (PINHEIRO *et al.*, 2005).

Sendo assim, o recomendado é que, desde o início do contato do pesquisador com o participante, lhe seja solicitado o direito do uso das imagens pelo pesquisador para futuras publicações, ao explicá-los mediante ao termo de livre consentimento de divulgação científica para posteriores publicações, inclusive desta tese. Esses procedimentos vincula-se a questões éticas que são resolvidas em comum acordo entre o pesquisador e os interlocutores, com o objetivo de salvaguardar os direitos de todos (HARPER, 2000).

Outro recurso utilizado, na pesquisa, foi o gravador de voz, o que foi feito especialmente através do aplicativo presente no aparelho celular. O gravador foi uma alternativa importante naquelas situações em que os interlocutores não se sentiam confortáveis em aparecer nas fotografias (como nos grupos anteriormente citados) ou quando eu percebia que os participantes não agiriam com espontaneidade em função da presença dos recursos de filmagem ou fotografia. Entretanto, o gravador não é capaz de registrar os dados não-verbais como: a interação do grupo e a expressão de linguagem

corporal, o que em alguns casos pode interferir nos resultados da pesquisa, por isso a importância de se atentar para todas essas observações e a utilização de outras ferramentas em paralelo, tal como o diário de bordo, que destacaremos, em seguida (FALKEMBACH, 1987; MARTINS, 1996).

Foi utilizado o gravador nas interlocuções desenvolvidas com: líderes comunitários, secretários, técnicos e guias dos patrimônios. Foi respeitada a distância entre o gravador e o interlocutor de aproximadamente um (01) braço de comprimento, com a gravação sendo realizada em momentos em que isso mostrou-se possível, nem sempre com o silêncio e a tranquilidade almejados, porque houve a influência de ruídos internos e externos, mas esse procedimento foi executado com um entrevistado que é familiarizado com esse tipo de conversação, e entrevista semiestruturada. Esse recurso foi importante para facilitar a posterior revisão do conteúdo das interlocuções e para aumentar a acurácia dos dados coletados, além de conseguir registrar silêncios e mudanças no tom de voz, valendo lembrar que: “[...] as gravações servem como garantia. Se o entrevistado der uma declaração forte ou se você tiver dúvidas sobre uma informação, e não conseguir localizá-lo em um documento escrito, esses registros são sua salvação” (OYAMA, 2008, p. 11).

Após o processo de gravação das interlocuções, o processo de transcrição das falas e edição do conteúdo é delicado, pois como sinalizamos no subcapítulo 4.3 e no Capítulo 5, é necessária cautela nesta etapa do trabalho para não se alterar os sentidos das narrativas. Nesse processo, houve o respeito do anonimato dos moradores interlocutores, a quem atribuímos pseudônimos, registrando o ano da conversação como referência da atividade de campo e ao enfatizar que os relatos foram incluídos no texto, na íntegra e respeitadas as expressões coloquiais utilizadas pelos participantes, assim, como ao referi-lo da seguinte forma: (*sic*) (Moradora A, 2020); e reforçando que todas as falas inseridas no texto do trabalho, tiveram autorização para isso.

Diante do exposto, o Diário de bordo é a compilação de todas as anotações que um pesquisador faz durante a realização da pesquisa, o qual futuramente será utilizado como objeto de consulta para possíveis questionamentos, declarações/postulações, confronto de dados e informações. Nos campos efetuados neste trabalho, foi utilizado esse recurso através da utilização de um caderno com espaço suficiente para anotações, inclusão de comentários e reflexões, o qual fez parte de cada momento de interlocuções e observações em seus múltiplos espaços: público e privado-público (SANTOS, 2018).



O diário de bordo facilitou o hábito de observar com atenção, descrever com concisão e refletir sobre os acontecimentos de maneira consecutiva, à medida que há preocupação em realizar uma investigação de fatos retratando a realidade, por si só. Além de constituir um recurso importante para a promoção do acompanhamento cronológico dos acontecimentos e de ter possibilitado a percepção das evoluções, ou não, dos processos envolvidos em diferentes níveis. As anotações e registros realizados se fizeram presentes em todos os momentos da pesquisa em campo. Imediatamente, foram construídas a partir do registro de alguns dados, a saber: data completa, grupo/pessoa, postura, apresentação cognitiva dos interlocutores e lugar onde foram feitas. Além disso, os registros concatenaram com o cuidado de não promover muita articulação corporal e incomodar ou dispersar a atenção do interlocutor, ao se promover com as anotações de maneira prática e informal (LIMA *et al.*, 2007).

O diário de campo me ajudou a organizar as descrições dos fatos e fenômenos sociais, ao mesmo tempo, a realizar a interpretação do que foi observado, além de ir construindo um documento importante para explicitar, conceituar e mostrar como se dão as relações entre os sujeitos e os fenômenos, ao ponto de registrar as considerações, dúvidas, desafios encontrados neste trabalho e correlacionar através da dinâmica em que a pesquisa conduzida (FALKEMBACH, 1987).

Desta forma, o uso do diário de bordo se processou e se fez importante ao ser percebido como um recurso que projeta uma:

[...] forma de documentação profissional articulada ao aprofundamento teórico. O diário de campo, quando utilizado em um processo constante, pode contribuir para evidenciar as categorias emergentes da pesquisa, permitindo a realização de análises mais aprofundadas do objeto de estudo (LIMA *et al.*, 2007, p. 104).

De acordo com Alves (2014), o diário de bordo é um instrumento com o qual o pesquisador pode transformar o pensamento em registro escrito, documentando os fatos da forma que ele os pensa e percebe, tanto no momento do planejamento da pesquisa quanto na execução dos campos. Além disso, vale destacar que a própria função da escrita, pelo esforço cognitivo exigido, faz com que tal atividade converta-se em processo de aprendizado.

Desta forma, é que, portanto, o diário de bordo foi utilizado em nossa pesquisa, ao facilitar o registro das atividades executadas e permitido/propiciado uma reflexão sobre a minha prática e procedimentos que adotei, além de ir lapidando a minha

formação profissional (SANTOS, 2018). E, junto desses recursos e suas técnicas foi utilizada a observação participante, a qual abordaremos no tópico, a seguir, do trabalho.

#### **1.4 Observação Participante: compreendendo melhor a dinâmica local.**

O uso da técnica da observação participante colaborou para a minha imersão na área da pesquisa, colaborando no processo de compreensão das pessoas e das suas atividades, no contexto diário, ao propiciar uma técnica, que permite análises indutivas e holísticas. Vale destacar que, diante da **natureza qualitativa da pesquisa da tese**, introduzir o pesquisador como parte integrante do universo pesquisado é promover uma experiência de indagação que o envolve nos campos de **investigação exploratório, descritivo** ou, ainda, um estudo que visa **teorias interpretativas** (EZPELETA; ROCKWELL, 1986).

A observação participante foi realizada, em 2019 e 2020, ao ter o auxílio de um plano norteador/tópico guia (APÊNDICE I), e foi processada a partir do contato, frequente e prolongada, do pesquisador com os atores sociais em seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Podemos considerar que a observação participante constitui uma técnica de investigação que, na maioria das vezes, se complementava com a entrevista semiestruturada, ou livre.

De acordo com Spradley (1980), a observação participante é mais que uma simples descrição dos componentes de uma situação, ao permitir a identificação do sentido, da orientação e da dinâmica de cada momento. **A observação participante engenhosa permite e facilita a apreensão do real.**

Para Lapassade (2001), a observação participante tem como uma de suas funções, designar o trabalho de campo no seu conjunto de interesses e em nosso caso, vale ressaltar que tal técnica foi realizada desde quando iniciamos as negociações para conseguir acesso aos sujeitos e estendeu até o desenvolvimento da imersão do espaço de convivência, deveres e tarefas diárias dos *insiders*. Então, tal exercício foi aplicado aos dirigentes, técnicos, guias e funcionários que atuam nos bens tombados e reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade, ao ser analisada a relação destes com o lugar; e dos moradores e visitantes em relação a visita dos bens em questão.

Também foi aplicado aos moradores que utilizam os equipamentos no seu cotidiano; com os responsáveis pelas atividades do patrimônio vinculados ao IPHAN,

SECTUR, SMDE e do CMPPCPC, além dos moradores indicados como referências para a compreensão do perceber, sentir e repensar o patrimônio.

Nesse contexto, a observação participante proporcionou uma análise rica e densa de contextos que só a relação do contato do pesquisador com o ambiente e os seus interlocutores possibilitaram, uma vez que:

A observação participante proporciona, portanto, a uma situação de pesquisa onde observador e observados encontram-se numa relação, e onde o processo da coleta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados, que passam a ser vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudo, podendo ocorrer encontros e conversas que ultrapassa o formalismo da ciência, captando dados para além do imaginado (SERVA, JAIME JUNIOR, 1995, p. 74).

Nesse caso, a observação participante se processou na perspectiva de um observador, que vem de fora e permanece *in loco* por tempo limitado, porque durante o tempo da pesquisa, ao ter solicitado a minha entrada na vida desses interlocutores e por saber que ali ficaria por algumas semanas e repetiria esses procedimentos metodológico de observar os participantes em seus ambientes de trabalho (LAPASSADE, 2001).

Sendo assim, se faz importante destacar que a técnica utilizada, observação participante, não é confundida com a etnogeografia, a qual já realizamos em trabalhos sobre Diamantina, sobretudo, nas pesquisas desenvolvidas nos anos de 2014 e 2015, pois, Yin (1994) estabeleceu uma distinção entre esses procedimentos. A etnografia requer estadias longas do investigador no local, além de uma observação detalhada/rica/densa, enquanto a observação participante é realizada com um tempo menor de execução, embora, nem por isso deixe de exigir uma permanência relativamente prolongada no terreno e com a busca de obtenção/atenção a todo detalhe da relação social, político, econômica, cultural dos interlocutores e a sua forma de viver, habitar e fazer o Lugar.

Neste contexto, Correia (2009) reiterou que a observação participante:

[...] é realizada em contacto direto, frequente e relativamente prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos, captando toda informação possível no local de vivência do sujeito. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haverá compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto (CORREIA, 2009, p. 33).

Desse modo, o trabalho desenvolvido nessa técnica **proporcionou uma aproximação ao cotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da**

**dimensão histórica, das interfaces socioculturais, dos seus processos políticos em construção.** E, ainda permitiu a minha participação nesse cotidiano, nele trabalhando ao nível das representações sociais, seja por meio do acompanhamento e observação nas atividades de trabalho dos *insiders*, das dinâmicas promovidas no dia a dia dos moradores, no ato das realizações das compras nos mercados, nas idas as igrejas, nas relações estabelecidas com os secretários, nas observações feitas nas portas das casas dos moradores, por exemplos, neste salientar Ezpeleta e Rockwell (1986, p. 47) elucidam um ato de "[...] documentar a realidade que, por vezes, não documentada". Sendo assim, há fatos a substanciar documentos para registrar o cotidiano presente de sujeitos que, em geral, não tem as suas sagas escritas.

O meu maior interesse nesta técnica foi o de captar a dinâmica e as impressões sobre o Lugar e a Paisagem no meio natural do interlocutor, e não simplesmente no recolhimento das respostas individuais, ao buscar e perceber emoções e comportamentos dos indivíduos, ao captar a espontaneidade dos participantes, à medida que observam os eventos sociais que ocorriam naquele espaço. E, tal processo se fez levando em consideração ao **quanto se observa** e o **quanto se participa**, esquivando-me da promoção deste momento de forma insistente, mecânica, cansativa e infrutífera (MÓNICO, 2010; DEUS, 2010).

Os elementos adquiridos em campo com a aplicação da observação participante foram importantes para complementar os dados dos questionários, das entrevistas, dentre outros procedimentos, os quais serão explicitados, a seguir, ao se iniciar com a discussão sobre a relevância das entrevistas e do questionário misto no contexto desta pesquisa.

### **1.5 A importância das entrevistas e do questionário misto.**

O termo entrevista origina-se do latim *inter* e *videre*, e se pode entendê-la, etimologicamente, como: entre olhos, no meio dos olhares, dar uma olhada, ver-se mutuamente, ver juntos (TURATO, 2003). Na compreensão de Silveira (2002), a entrevista é um evento discursivo complexo que ocorre entre entrevistador/pesquisador e entrevistador/interlocutor viabilizado por meio de questões centrais, de imagens e situações que circulam no momento da entrevista, assim como na escuta e na análise.

A aplicação e estruturação da entrevista não é confundida com a aplicação de um questionário, afinal, tratam-se de técnicas distintas e no nosso caso, ambas foram

utilizadas em campo. Para Lobiondo-Wood e Haber (2001): a entrevista é processada a partir de um roteiro ou instrumentos escritos, e planejados para reunir dados de indivíduos a respeito de conhecimentos, atitudes, crenças e sentimentos ao trabalho de campo em relação aos participantes.

Quando comparada a um questionário, a entrevista apresenta vantagens estratégicas, uma vez que, proporciona flexibilidade, pois pode esclarecer o significado das perguntas e adaptá-las para entendimento dos participantes, de acordo com as circunstâncias nas quais se desenvolvem as entrevistas; ao possibilitar captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz, a ênfase nas respostas, dentre outros (TURATO, 2003).

As entrevistas foram realizadas, ora através de uma conversa informal, ora por meio de um roteiro/tópico guia padronizado. E, claro, atento aos objetivos da pesquisa e a partir dela foi definido o grau de formalidade e estruturação das entrevistas, o que foi feito com planejamento prévio, horário agendado e com os cuidados em manter a manutenção dos componentes éticos, verificado com a escolha dos participantes, a saber: os aclamados como **Porta - Vozes dos insiders** - conforme solicitado aos moradores via aplicação do questionário (BICUDO, 2006).

Ressalta-se que de acordo com Fraser *et al.* (2004):

O critério mais importante a ser considerado neste processo de entrevista não é o numérico, já que a finalidade não é apenas quantificar opiniões e sim explorar e compreender os diferentes pontos de vista que se encontram demarcados em um contexto. Considera-se, então, que a qualidade dos entrevistados deve ser pensada levando-se em conta os objetivos da pesquisa, os diferentes ambientes a serem considerados e, principalmente, a possibilidade de esgotamento do tema (FRASER *et al.*, 2004, p. 11).

E, baseando-nos na compreensão de Fraser *et al.* (2004), é que foi, a propósito, realizada a seleção dos entrevistados, afinal:

A intencionalidade na escolha dos grupos é importante na pesquisa qualitativa porque aproxima o pesquisador de uma realidade concreta onde ocorre o fenômeno a ser investigado. Ainda que a entrevista seja feita com cada indivíduo em separado, a intencionalidade da escolha persiste, pois se o objetivo é conhecer com mais profundidade um tópico, é preciso que o entrevistado tenha o que falar sobre ele. É provável que qualquer cidadão tenha algo a dizer sobre os políticos, os problemas de violência e de saúde da população nas grandes cidades, mas, se o foco do estudo for sobre as conseqüências sociais da discriminação racial, a escolha dos entrevistados deve recair sobre aqueles que estão diretamente implicados etc. (FRASER *et al.*, 2004, p. 27).

As entrevistas só foram iniciadas após informações pertinentes ao serem repassadas para os interlocutores, como, por exemplo, o objetivo da entrevista, a média de tempo de duração da técnica, o direito ao sigilo profissional, além da explicitação da necessidade do consentimento e autorização do entrevistado para publicar os dados obtidos (FRASER *ET AL*, 2004). Contudo, foi fundamental a apresentação do projeto da tese para os interlocutores, uma vez que, assim, eles não se opuseram às entrevistas e ofertaram documentos e seus saberes, o que ajudou na compreensão do tema e nos proporcionou explorar as variáveis sobre o objeto de estudo.

Observa-se ainda que, sendo assim, independentemente de se tratar de uma entrevista estruturada ou não, é indispensável uma minuta para orientar o entrevistador. Segundo Gaskell (2002), a lista de questões é responsável por nortear a pesquisa, por isso o autor a denomina de tópico-guia, porque se trata de um guia para condução da entrevista. E, por essa razão, a construção do tópico-guia, exige tempo e análise, de forma que venha a funcionar como um lembrete para que o entrevistador o use como recurso caso esqueça algum detalhe significativo da pesquisa, além de constitui-lo em um meio para monitorar o desenvolvimento da entrevista. Nossos tópicos-guia utilizados estão dispostas nos Apêndices III e IV.

Gaskell (2002) pontuou que: “[...] um bom tópico-guia irá criar um referencial confortável para qualquer discussão, fornecendo uma progressão lógica e plausível por meio dos temas em foco” (GASKELL, 2002, p. 12).

Sobre esse assunto, Minayo (2004) corroborou que:

O roteiro ou tópico guia, numa atividade de entrevista, tem por finalidade recolher informações através da fala dos atores sociais. Porém, é importante também ser lembrado o silêncio. Nesse caso, o entrevistador deve estar atento para seu significado. O silêncio pode ser necessário para que o entrevistado ordene seus pensamentos e ideias. Mas pode ocorrer também em um momento muito claro para o pesquisador, por exemplo, quando se toca em assuntos trágicos, chocantes ou ameaçadores para o indivíduo entrevistado. Além do silêncio o pesquisador deve estar atento para a expressão corporal do entrevistado, bem como para a tonalidade de voz e a ênfase em algumas palavras ou expressões durante sua fala (MINAYO, 2004, p. 28).

Dentre os diversos tipos de entrevistas escolhemos aplicar a este grupo a entrevista livre, também conhecida como não estruturada, ou informal, onde, o pesquisador, depois de um breve diálogo, limita ao máximo as suas intervenções, levando o interlocutor a ser o centro da condução da entrevista, em que se tem a oportunidade de determinar o tema. Logo, esse solicita que o entrevistado explique a

sua percepção, ao se notar que ao longo da conversa é que íamos introduzindo outros tópicos de interesse comum.

Essa etapa da pesquisa teve o tempo de execução de no máximo 1 hora para cada entrevista, para não torná-la cansativa (TRIVINÕS, 1987). A próxima etapa foi o registro de dados, que foi processada por meio da gravação direta (via celular) e a anotação (diário de bordo) (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

E, na última etapa da entrevista (encerramento), cuidamos para que, tanto para o entrevistador, quanto para o interlocutor as perguntas e respostas ficassem claras, ainda, ao ser feita uma reavaliação das falas centrais, ao objetivar verificar se os dados obtidos foram suficientes. Nesse momento o *feedback* constituiu-se em uma recapitulação dos principais pontos abordados durante a entrevista e como foi estratégico nas questões discursivas, porque algumas respostas foram complementadas pelo interlocutor. Em seguida, foi dado espaço aos entrevistados para que eles encerrassem as respostas dadas ou declaravam se haviam necessidade de completar a resposta outrora dada a questão. Em seguida, possibilitou momento do participante dizer como ele se sentiu durante a entrevista (MINAYO, 2004).

A respeito de tais questões, Silva *et al.* (2006) afirmaram que:

O encerramento é especialmente importante porque o que ocorre durante essa última etapa tende a determinar a impressão do entrevistado sobre a entrevista como um todo. É preciso estar certo de que foi dada a ele total oportunidade de se expressar. É necessário dispensar um tempo suficiente para o encerramento, de modo a não antecipar o fim da entrevista, pois isso poderia criar a impressão de que o entrevistado está sendo rejeitado (SILVA *et al.*, 2006, p. 18).

Já, as entrevistas semiestruturadas ou mistas, foram desenvolvidas junto aos moradores residentes nos bairros: *i*) Centro histórico colonial tombado como patrimônio mundial pela UNESCO; *ii*) da Palha, *iii*) Rio Grande, *iv*) Largo Dom João e o *v*) Cidade Nova.

A escolha desses bairros justifica-se devido aos 04 (quatro) primeiros serem uns dos mais antigos da cidade, fazendo parte da formação do território diamantinense, aliás, tendo sido da sua confluência/coalescência que o arraial do Tijuco se formou, ao observar que a presença de residentes naturais de Diamantina, de idade avançada e com um tempo de permanência no local considerável, e ao notar que os seus antepassados encontram-se estabelecidos ali desde o período colonial ou, noutros casos, adquiriram as residências, e fixou residência a partir de 1940. Enquanto, o bairro Cidade Nova faz

parte de uma ocupação territorial recente, fruto de políticas públicas da década de 1980, pautadas no acesso à moradia popular, com residentes oriundos, especialmente, da Zona Rural, sendo um dos bairros mais distante do centro colonial (DIAMANTINA, 2019).

E, como segunda **justificativa/critério**: o centro histórico colonial tombado como patrimônio mundial pela UNESCO, é considerado um centro terciário polifuncional, com dinamismo econômico mais importante da cidade, servindo, por meio de seus equipamentos urbanos, outros municípios, obtendo, ali, maior circulação de pessoas para obtenção de produtos ou para práticas culturais e de lazer aliados ao uso dos patrimônios. O bairro Largo Dom João é considerada uma zona pericentral, com função residencial predominante, mas, por outro lado, com a presença de subcentros, tanto polifuncionais como de serviços especializados, com lojas de veículos, telefonia, hotéis, supermercado, serviços conexos, por exemplos, isso lhe permite obter presença e circulação de vários moradores em atividades de compra, lazer e fica próxima à região central da cidade (AMORIM FILHO, 2015).

Os bairros: Palha e Rio Grande são considerados periferias contínuas e descontínuas; o primeiro com características de periferia integrada entre casas e loteamentos; e o segundo como periferia mal integrada, com a presença de pequenas casas e vilas; ambas com poucos serviços e atividades culturais local. Por fim, o Bairro Cidade Nova fica compreendido como um espaço periurbano, em que se misturam aspectos socioculturais rurais e urbanos, na zona geográfica que envolve, completando, de certa forma e grau, a mancha urbana diamantinense, porém com pouca presença dos moradores na área de bens tombados (AMORIM FILHO, 2015).

Após o exposto, temos as seguintes **representatividades dos recortes**: *i)* moradores que residem na região colonial tombada, com tempo de residência expressiva no local e que possui contato direto e indireto com o patrimônio mundial, *ii)* moradores residente a margem da região colonial tombada e que possui relativa interação com o patrimônio local; e *iii)* moradores que residem distante do Centro Colonial e com pouco contato com os patrimônios. E, dessa forma, conseguimos atingir um universo de 50 (cinquenta) entrevistados - 10 (dez) em cada região -, tornando a quantidade de interlocutores necessárias para registramos a percepção sobre o patrimônio.

O questionário (APÊNDICE II) foi elaborado com o intuito do interlocutor desfrutar de certa liberdade de discorrer sobre o tema proposto. Vale ressaltar que, nesse sentido, Boni e Quaresma (2005) colocaram que:



O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele (BONI; QUARESMA, 2005, p. 71).

A vantagem do uso do questionário semiestruturado foi percebido na sua aplicação, em 2020, por facilitar os *insiders*, porque tratou de falar sobre o Lugar, as Paisagens e os seus Patrimônios. Esse formulário foi aplicado a partir de conversação, pois muitas pessoas destacaram dificuldade em responder por escrito e/ou sinalizaram ser agrafa.

Dessa forma, promovemos a conversação e aplicamos o questionário que proporcionou ainda uma **elasticidade quanto à duração do momento, permitindo uma análise mais profícua sobre determinados assuntos** - a exemplo: do uso, significado e relação social com o Lugar e a Paisagem local - que, aliás, iam surgindo, à medida que eram colocados em evidência pelos próprios interlocutores. Essa etapa da pesquisa possibilitou respostas, por vezes, espontâneas e propiciou uma interação do pesquisador com o morador, os quais compartilharam ideias, angústias, prosas sobre a vida e, juntos, tomaram café acompanhado de quitandas: doces, frutas, biscoitos, às vezes servidos na porta das casas; outras vezes, na sala, cozinha ou no quintal, sempre em uma área que tivesse pouco ruído e com um conforto térmico (SELLTIZ, 1987; TRIVINÕS, 1987).

Sobre essa relação que se foi construindo com o interlocutor, Boni e Quaresma (2005), pontuam que:

Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos engessado for a conversação aplicado ao questionário maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. [...] As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005, p. 72).

Mediante ao exposto acima, é importante ressaltar que a qualidade do desenvolvimento da técnica da entrevista, aplicada com o recurso do questionário, depende muito do planejamento prévio do pesquisador, até, porque segundo Selltiz (1987), a “[...] arte do entrevistador consiste em criar uma situação onde as respostas do informante sejam fidedignas e válidas” (SELLTIZ, 1987, p. 11).

Nesta pesquisa, é sugestivo pontuar que aplicamos os questionários para os moradores respeitando o ritmo e disponibilidade de cada interlocutor, incentivando-o responder de forma coloquial, manifestando para eles que, se ocorrer falta de clareza, ou de entendimento de alguma abordagem elaborada por meio da pergunta, estaríamos ali para ajudá-los a nos ajudar, ao buscar transmitir confiança e transparecer que estávamos a aprender por meio da pesquisa.

Podemos afirmar, então, que **as experiências, ideias e imagens pessoais ou coletivas sobre a relação Patrimônio-Paisagem-Lugar-Sociedade/Usuários foram se revelando**. Eles tornaram visíveis e passíveis de interpretação, nos levando a promover leituras de atitudes e externalizando sentimentos sobre a realidade percebida por cada indivíduo (NUERE, 2000).

Diante do que foi exposto, apresentamos, a seguir, o Quadro 02, o qual, sinteticamente, apresenta as etapas *in loco* realizadas, os públicos da investigação, as técnicas e ferramentais utilizadas, evidenciando a importância destes para os objetivos que propomos alcançar nesta tese.

**Quadro 02:** Público, técnicas e ferramentas da pesquisa: Contextualizando.

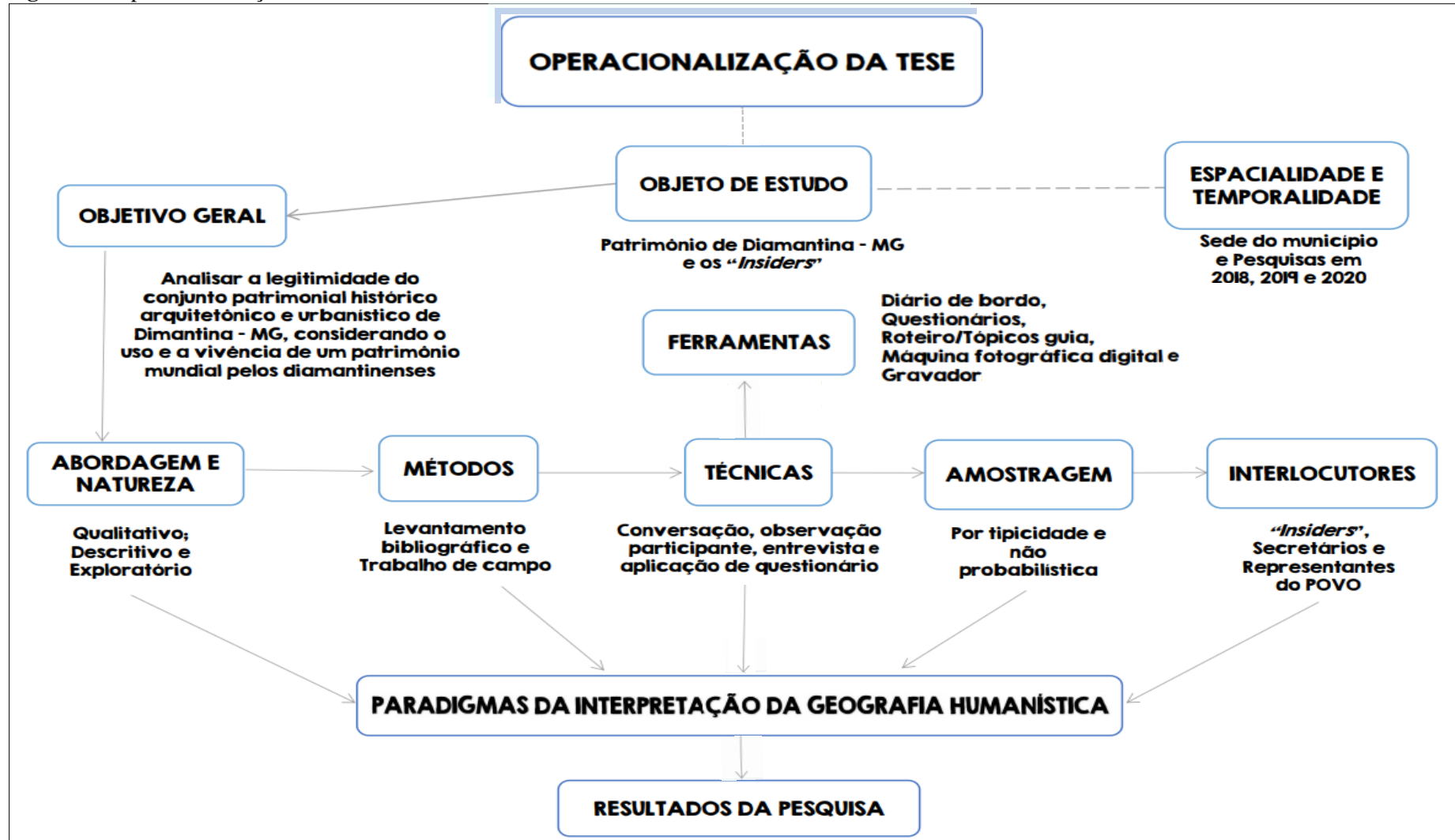
ETAPAS	PÚBLICOS	TÉCNICAS	FERRAMENTAS	CONTEXTUALIZANDO
1ª Etapa.	Usuários dos Patrimônios.	Conversação e observação participante.	Diário de bordo; gravador e máquina fotográfica digital.	Objetivou-se identificar como os <i>insiders</i> usam cotidianamente os patrimônios, buscando rastrear, aí, os significados que torna o conjunto patrimonial como elementos histórico e geograficamente significativo e presente na vida destes sujeitos. Tal pesquisa, realizada entre os anos de 2019 e 2020, foi importante para que pudéssemos perceber, e buscar entender, se existe alguma densidade, intensidade e profundidade da relação estabelecida pela vivência e uso dos bens. Posteriormente, foi feito análises desses dados com os obtidos nas etapas 2 e 3.
				Investigou-se como os <i>insiders</i> percebem o patrimônio, analisando, em paralelo, a similaridade, ou não, entre o uso dos bens

2ª Etapa.	<i>Insiders</i> (de distintos bairros)	Conversa�o; observa�o participante e aplica�o de questionário misto.	Diário de bordo; questionários; gravador e máquina fotográfica digital.	outorgados pelo IPHAN e UNESCO e a vivência do conjunto em questão, além de destacarem alternativas para tornar o patrim�nio claramente legítimo. Os dados em questão foram importantes para promovermos rela�es e discussões com os das etapas 1, 3 e 4.
3ª Etapa.	Porta-Vozes do Povo.	Conversa�o; observa�o participante e entrevista.	Diário de bordo; roteiro/t�picos guia; máquina fotográfica digital e gravador.	Investigou-se como os representantes aclamados pelo Povo percebem o patrim�nio, além de identificar o uso e a vivência dos bens em questão, apresentando os limites e as possibilidades para tornar o patrim�nio mais legítimo. Além disso, os dados, aí obtidos, foram importantes para relacionar e debater com os das etapas 1, 2 e 3.
4ª Etapa.	Secretários.	Entrevista.	Diário de bordo, roteiro/t�picos guia, gravador e máquina fotográfica digital.	Destacou-se as a�es que o poder público vem realizando para promover o patrim�nio como elemento de representatividade sociocultural, além de analisarmos a percep�o destes sujeitos sobre a legitimidade do patrim�nio, o uso dos bens pelos moradores e levantamento de alternativas para tornar o patrim�nio mais próximo dos anseios dos <i>insiders</i> . Além disso, os dados, aí obtidos, foram importantes para relacionar e debater com os das etapas 1, 2 e 3

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor, 2020.

Diante do exposto, a tese foi pensada, discutida e operacionalmente executada conforme está destacado, na Figura 03.

Figura 03. Operacionalização da Tese.



Fonte: Caplan, 1990; Ezpeleta e Rockwell, 1986; Triviños, 1987; Vargas *et al.*, 2015.

Organização: Próprio autor (2020).

Pela Figura 03, acreditamos que ficam explicitadas as técnicas e ferramentas utilizadas na tese, suas aplicabilidades, objetivos, público-alvo, universo, espacialidades e a consonância entre si, técnicas e recursos, com a natureza do trabalho, ao buscar a pesquisa ao se situar o mais próximo possível do *insider*, além de projetar ao leitor a estrutura e o desenvolvimento do trabalho que se apresentará daqui em diante.

Sendo assim, a seguir, apresentaremos o capítulo 02, o qual abordará a Geografia do Lugar.

## CAPÍTULO 02

## A GEOGRAFIA DO LUGAR



**Figura 04:** Série Largos e Praças - Praça Joubert Guerra (Diamantina - MG).  
**Fonte:** Rosada, 2018.

O lugar é relacionado ao lar, à vizinhança, à cidade, região, nação e, até mesmo, enquanto memória, pois, o mundo ganha significado e significância, ao ser percebido como camadas concêntricas de etapas de uma vida (TUAN, 1983; BUTTIMER, 1985; RELPH, 2012).

**C**onsiderando que a Geografia, enquanto Ciência, ainda deve muito aos estudos sobre o Lugar<sup>7</sup>, se observa que esta categoria remete ao fenômeno da experiência, que é apropriado ao ser explicado e realizado pesquisas por meio de uma abordagem fenomenológica<sup>8</sup>, desenvolvida, aliás, por Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938) e Martin Heidegger (1889-1976), e a qual fundamenta, em certa medida, os trabalhos de Tuan (1980), Buttimer (1982, 1985), Merleau-Ponty (1971, 1999), Foucault (2009, 2001b), Relph (1979, 1993), Marandola Jr. (2020, 2012), entre outros autores que iremos citar ao decorrer deste trabalho. Tais abordagens qualitativas, enfocam o comportamento humano, o ambiente, valores, crenças, símbolos e atitudes, numa perspectiva que passou a ser chamada de geografia humanista e a qual reconhece a importância da investigação do espaço vivido e do lugar (BARTOLY, 2011; RELPH, 2012).

De fato, se tem verificado o interesse pelas investigações que privilegiam o lugar como categoria de análise fundamental da Geografia que se concretiza de forma mais notória com o advento dessa corrente humanista da Geografia, especialmente, após a década de 70, ganhou notoriedade, em 1990 e se encontra em processo de fortalecimento (FERREIRA, 2000).

Até cerca de 1990<sup>9</sup>, os investimentos em estudos sobre o lugar como tema acadêmico estavam, por vezes, vinculado à geografia humanista e a alguns ramos da psicologia ambiental e da arquitetura. Para Relph (1979), desde então o lugar emergiu das sombras da academia. E, isso estaria relacionado, em parte, “[...] ao movimento intelectual geral de se afastar de proposições universalistas do **pensamento moderno** e do projeto em direção ao **pós-modernismo**, além de promover à celebração da

---

<sup>7</sup> A categoria geográfica Lugar deve ser entendida por meio do mundo vivido, experimentado, do Homem ao habitar a Terra, onde a essência e a aparência das coisas, dos objetos, das ações, das relações políticas que construímos na sociedade devem ser avaliadas, compreendidas e respeitadas e que, por vezes, foram negligenciadas por muitos estudiosos da Geografia (ALVES, 2014).

<sup>8</sup> A fenomenologia busca a interpretação do mundo através da consciência do sujeito. Sendo um “[...] modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância” (BUTTIMER, 1985, p. 174). Suas bases nas realidades geográficas estão pautadas, no trabalho, a partir de duas categorias conceituais: o lugar e a paisagem, uma vez que na medida em que o homem vai vivenciando o seu mundo, as experiências de vida vão se formatando, conseguindo designar um significado do homem na Terra (DARDEL, 1990). E o valor da vida experienciada se faz com a representação da qualidade que o homem atribui a seus feitos e aos seus laços sociais firmados (AMORIM FILHO, 1999).

<sup>9</sup> Sobre o processo em que a geografia humanística e determinadas correntes da geografia cultural ganharam força no início da década de 1990, um pouco após à valorização de pesquisas pós-modernas aplicadas à geografia, vale realizar a leitura do trabalho do geógrafo francês CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na geografia”. *In.*: **Mercator**, ano 1, n. 1, 2002.

diferença, seja racial, sexual, política ou arquitetônica” (RELPH, 1979, p. 20). Nos dois movimentos o autor acima citado destacou, embora com caminhos e perfis teórico-metodológicos diferentes, existe um ponto em comum que é a negação do postulado do positivismo como único processo confiável para as pesquisas.

Nesse sentido, uma crítica faz-se aberta à ciência lógica, excessivamente, preocupada com o objetivismo e, por vezes, deixando, à margem, os aspectos sociais, políticos, culturais para se fundamentar em conceitos baseados, sobretudo, na matemática, estatística e com pouco processo dialogal. E, é nesse sentido que Holzer (1992) apontou que a “[...] tarefa da Geografia não é mais apenas inventariar o conteúdo das áreas, mas analisar o modo de ver o mundo das pessoas que ali se encontram” (HOLZER, 1992, p. 293).

Neste sentido, o modo de ver o mundo que é perceptível no lugar. E, Lugar esse que aprendo a decodificar em cada caminhada e trilha feita em atividades de campo, em aulas, ou mesmo em uma visita sem nenhuma intenção acadêmica, pois a preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da Fenomenologia é, de certa forma, buscar conhecer o lugar “[...] enquanto uma experiência que se refere essencialmente ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos: Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos Espaço” (HOLZER, 1999, p. 70).

Nessa consonância, se entende que Lugar é o momento em que o mundo passa a nos cobrar cotidiana, excessivamente, numa rotina de trabalho, em imersão em espaços menos humanizados e chegando mesmo a nos levar a movimentar no ambiente de maneira mecânica (seja na ida de casa para o serviço, do serviço ao supermercado, da praça a casa da matriarca), deixamos, por vezes, de perceber. Nesse processo, por vezes, ignoramos qual o significado de estarmos em um determinado lugar, configurando, inconscientemente, a perda do sentido de ser-e-estar no mundo, conseqüentemente, deixando lacunas na formação da identidade e na capacidade criativa de invenção pelos sentidos cognitivos. Ressalta-se que o lugar se forma “[...] através do somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas que devem ser diariamente motivadas” (BUTTIMER, 1985, p. 179), encaradas e vividas de maneiras diferentes.

Observa-se, aliás, que essa reflexão se faz importante, dado que:



A geografia, enquanto ciência, deu, ainda, pouca atenção ao lugar no decorrer de sua história. Seu ganho de importância coincide com dois processos: o surgimento de abordagens teóricas que procuravam enfatizar valores humanistas orientados pelas filosofias do espírito, dando atenção à diversidade, à heterogeneidade e à diferença (geografia humanista primeiramente, depois geografia cultural); e o movimento de mundialização que forjou uma oposição entre global-local/mundo-lugar a partir da subjugação do segundo pelo primeiro (MARANDOLA JR, 2012, p. XIV).

De fato, é possível perceber a urgência da realização de pesquisas através da investigação no plano do lugar, por se ligar a maneira relacional de conhecer as pessoas e paisagens, como forma de diálogo e conexão com a teoria social, com o mundo da filosofia, com as pinturas, arquitetura, e a percepção do lugar até mesmo pela literatura, pela poesia, pelo cinema, por exemplos (MARANDOLA JR, 2012).

É, nesse sentido, que este Capítulo se preocupou em discutir o **Lugar como espaço de esperança**, evitando a massificação dos hábitos do mundo do dever e do trabalho que, por vezes, esfacelem o nosso olhar negando a importância de percebermos, resguardarmos e sentirmos a **Geograficidade** existente no(s) lugar(es).

Especialmente, um lugar detentor de Patrimônios Histórico Arquitetônicos e Urbanísticos, como, em Diamantina - MG, o qual em sua essência tem a capacidade de apresentar aos seus e ao mundo uma parte importante da história do Brasil, ao se configurar um conjunto sensível e significativamente importante para a Humanidade e, concomitantemente, faz parte da vida dos seus moradores no processo de construção dos laços sociais, porque um lugar que preserva o passado, como forma e fonte para a permanência do sentido do hoje e do agora. Por conseqüente, ao ponto que compreendemos a história como processo contínuo pois, preservar não é, portanto, congelar ou ser reacionário (JEUDY, 2005).

Sendo assim, é, nesse sentido, de perceber o lugar e investigá-lo, num crivo da geografia humanista, que segue alguns apontamentos sobre a importância do Lugar como **substância/matéria in-visível** capaz de fornecer subsídios ao homem para que esse possa construir e se sentir, enquanto ontocriativo e possuidor de uma unidade identitária (HOLZER, 1996).

## **2.1 O Lugar na perspectiva da geografia humanista.**

Para muitos fica evidente que o sentido de lugar consiste em ser visto como um fenômeno materializado (em seus diferentes sentidos e formas) e vivenciado a partir da

experiência, porém, poucos estudiosos fizeram esforços e dedicaram tempo para a imersão nessa investigação. Relph (2012) apontou a Geografia como estudo de lugares, efetuando discussões sobre o que isso poderia significar e qual o impacto que esses estudos desencadeariam, ao alertar que os estudiosos deveriam debruçar e dá a devida atenção a essa categoria.

A expressão Lugar remetia à descrição de diferentes regiões da Terra. Algumas breves discussões foram estabelecidas, sobre o sentido de lugar por arquitetos, arqueólogos, filósofos, críticos literários, poetas e outros, mas não havia “[...] livros em inglês, francês ou alemão dedicados a essa categoria de análise explicitando-a de forma clara e instigante. De início, por tanto, em suma, o conceito de ‘lugar’ não era um tema que atraía a atenção dos pesquisadores” (RELPH, 2012, p. 17).

Os autores Marandola (2012) e Relph (2012) divergem dos acima citados, porque para esses o Lugar hoje passa a ser interpretado a partir de diversos contextos e nuances, seja num viés comportamental, humanista, fenomenológico, estudado como uma categoria necessária à compreensão da neurociência, para a promoção e gestão de teorias locacionais, ou até mesmo para os trabalhos de filósofos e artistas que passaram a ter olhares diversos sobre ele em disciplinas acadêmicas, linhas de pesquisas, grupos de estudo e investigação, ou mesmo na busca da compreensão das diferenças ou inspirações para a elucidação de temas, por vezes, marginalizado, tais como, voltados para questões: raciais, sexuais, ambientais, arquitetônicas.

O lugar é estudado, com ímpeto, por marxistas, feministas, pós-estruturalistas e por teóricos críticos, ou por economistas neoliberais, organizações governamentais e não governamentais para verificarem seu sentido (*placemaking*) para o sujeito, o Estado e o de vários agentes sociais nele interessados (HOLZER, 1996).

Relph (2012) alerta, inclusive, que apesar de todas as diversidades de estudos sobre o lugar, em qualquer corrente e área do conhecimento, investigá-lo é uma “[...] prática de resistência e um perigo para os não abertos ao novo, pois representa uma quebra de paradigma” (RELPH, 2012, p. 21), por inserir o sujeito não mais como mero objeto, mas com toda a complexidade que sua relação com o mundo e com ele mesmo representa.

Vale ressaltar, que a ideia, noção, sentido, conceito de lugar é discutido de diferentes maneiras, enfoques e a partir de investigações e abordagens distintas, a exemplo: do topo aristotélico, passando pelos ambientes construídos da paisagem

(NORBERG-SCHULZ, 2006), pelos lugares da memória da História (NORA, 1984), pelos sentidos de *filia*, *fobia* de Tuan (1980), *cídio*, em Porteus (1989) e toporeabilitação de Amorim Filho (1999) empregados pela geografia e pelos não lugares da Antropologia (AUGÉ, 1994).

Pesquisas de vários autores abordaram o Lugar, como: Amorim Filho (1999), Augé (1994), Claval (2002), Marandola Jr. (2012) Relph (2012), Tuan (1980), e o aumento do interesse de muitos estudiosos por essa categoria de análise está ligada à capacidade do Homem realizar mediações tecidas por ele entre o mundo e o seu lugar, ao se consegue colocar como sujeito ativo que promove ligações complexas que lhe conferem identidade (ao mesmo tempo em que explicita suas relações com o ambiente). Além disso, há uma maneira de perceber o Lugar como meio privilegiado de ser operacionalizado, sendo entendido como sendo o próprio sujeito, ao ponto de se instituir e imprimir narrativas investigativas do e para o espaço (FOUCAULT, 2009).

O Lugar é um substantivo advindo do antigo latim *lôgar*, sendo explicitado com os termos: *lôcus* e *local*, como adjetivo. Oliveira (2012) depara-se com dezoito vocábulos para designar lugar e ao longo de seus estudos percebe que a definição de lugar se mescla e, ao mesmo tempo, se confunde, com um espaço<sup>10</sup> ocupado, sendo ele acoplado como processos que permitem sentir as ocasiões, tensões, motivos, causas e consequências de uma vida, que passa a ser **lugarizada**.

E, nesse sentido, o lugar pode até ser compreendido como imóvel, mas no sentido figurado, pois:

A concepção atual de lugar é de tempo em espaço; ou seja, lugar é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o lugar, o movimento, a matéria, a forma, a vida, a compreensão de gente e de mundo, de ser, de estar, de viver, de acontecer, de movimento com segurança (OLIVEIRA, 2012, p. 05).

Desse modo, se observa que as experiências humanas com o Outro, o Ambiente, a Paisagem e com o próprio Eu vai lentamente transformando o homem em um ser que não é sozinho, mas envolvido por uma rede de sentimentos e histórias vividas que: “[...] transparecem na intersecção das experiências com aquelas dos outros, pela engrenagem de umas nas outras, capazes de conhecer a si e de construir o lugar de convívio e emoções que devem ser explicadas (e primeiramente, sentidas)” (PONTY, 1999, p. 18).

---

<sup>10</sup> Também para Marandola Junior (2020) o lugar se constrói enquanto corpo de uma justaposição das partes que compõe o sujeito e a sociedade. E o espaço se dá e muda a justaposição dos corpos, digo, a condição da extensão da (re)produção da vida, dada a sua natureza dinâmica.

A Geograficidade do Lugar está, então, em entender que o lugar (de cada indivíduo) é produzido pelas relações humanas, como sendo produtos de empatia, similaridades e pelo reconhecimento da diferença, encontrando o Eu na relação entre o homem-natureza-espaco; conseguindo:

[...] expressar a materialidade geográfica, compartilhando em nossas vivências cotidianas com a lugaridade que, por sua vez, expressa exatamente essa relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos que, como pausa, como convivência íntima, arrumam e delimitam os espaços e constroem as suas vidas (HOLZER, 2013, p. 24).

Sendo um processo que é estabelecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido:

[...] o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que o homem se reconhece porque é lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção de vida (CARLOS, 1996, p. 29).

Desse modo, é relevante assinalar que o lugar, sendo único para cada sujeito, independe de quaisquer significações a ele atribuídas por julgamento por terceiros, conseguindo revelar a consciência do mundo dos homens legada por suas próprias experiências. Em revisita a literatura, Merleau-Ponty (1999) destacou que é **na relação intencional com o lugar que o sujeito é inserido no processo histórico**: “[...] porque estamos no mundo-lugar, estamos condenados ao sentido, e não podemos fazer nada nem dizer nada que não adquira um nome na história” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 18).

Diante do dito acima, se entende que a intencionalidade é que torna possível o surgimento do sentido humano, ao moldar na relação estabelecida com o lugar e com os outros, fomentando a experiência de vida, atrelada à intensidade das relações estabelecidas, em que os sentidos cognitivos se mostram mais concretos e é a partir dessa situação que o homem começa sentir-se capaz de decifrar e compreender melhor a si, e visualizar como significativo/denso a cultura<sup>11</sup> da qual faz parte (FOUCAULT, 2009).

---

<sup>11</sup> A cultura é o comportamento moral, afetivo, político, ambiental, sempre em construção, da experiência adquirida pelo homem através do contato com o Outro, com o Mundo e com si mesmo (KEESING, 1961). Estando abordada no trabalho como sendo uma dimensão de base essencial para as estratégias de sustentabilidade social e cultural (DEUS, 2010).

Em seus trabalhos, Oliveira (2012) buscando no léxico o verbete sentido depara-se como participio do verbo sentir. Vale frisar que sentido é empregado como adjetivação: sensível, triste, magoado, senso, juízo, propósito, objetivo, pensamento, aspecto, cuidado; atenção, direção, advertência, voz de comando. Logo, não é banal a compreensão de que para o homem entender o seu lugar, de antemão, deve envolver a aquisição de conhecimento (a seu modo) da utilização dos sentidos, pois sua história, com o passar do tempo, se confunde com a sua própria história vivenciada através da cognição (TUAN, 1980).

História que se faz através de um mundo que passa, com o desenvolver das habilidades de conviver com o Outro, ser vivido. E, esse mundo vivido extrapola a relação dos contatos do homem com o Outro e a sua experiência íntima. Ele representa a noção de apreensão do Sujeito com a sua vida realizada, em diversas fases; funcionando como uma linha de tempo que narra a sua história, enquanto protagonista de uma sociedade, mesmo que tal história seja construída pela sua imaginação, mas se faz sentir presente no Espaço (HOLZER, 1992).

É sugestivo notar que a Geografia Humanista possibilita o estudo de **lugares** no que se refere à descrição e comparação de diferentes partes específicas dos mundos; porém, a geografia como estudo de **lugar** funde-se (e ao mesmo tempo transcende), observações particulares, para esclarecer as maneiras como os seres humanos se relacionam com o mundo (RELPH, 2012). E, é nesse sentido que se revela como importante uma análise das diversas compreensões que Relph (1993, 1997) faz em seus estudos direcionados ao lugar, possibilitando-nos a compreensão do(s) seu(s) sentido(s) e a sua representação, dado que o referente autor busca inventariar as maneiras como os lugares, na relação entre interioridade e exterioridade, se constituem. E, outros aspectos da relação do homem com o ambiente são tratados por ele no seu conceito de *placelessness* (deslugaridade). Relph (2008, 2010) torna complexa a discussão sobre o lugar, pensando em medidas diferenciadas de relacionamento com ele (posições em relação ao homem, ambiente e sociedade) e na sua própria constituição.

Para tanto, apresentamos, a seguir, o Quadro 03, o qual destaca os mais importantes aspectos de lugar utilizados pelo autor, seguidos da definição do termo por ele e a compreensão das aplicações dos seus estudos sobre esta categoria.

**Quadro 03.** Qual o sentido do lugar? Uma compreensão a partir dos estudos de Edward Relph.

TERMO	AOS OLHOS DO AUTOR	COMPREENSÃO
Lugar como reunião	Lugar pode-se tornar uma palavra usada comumente na linguagem cotidiana, mas se trata de um conceito evasivo quando não se tem similaridades dos sujeitos e suas histórias.	Qualquer aplicação do termo lugar que não reúna histórias e densidades nas relações (eu comigo, com o Outro e com o mundo), não é passível de compreensão.
Fisionomia do lugar	A palavra alemã “ <i>ortschaft</i> ” é traduzida literalmente por “fisionomia do lugar” ( <i>placescape</i> ). O termo sugere a forma de um lugar, tal como colinas, vales, construções, ruas etc.	Vale destacar que todo lugar possui uma fisionomia própria, a qual é capaz de identificá-lo pela representação de suas formas, porém não é possível, primeiramente, compreender o seu significado social.
Espírito de lugar (“ <i>genius loci</i> ”)	Deriva da crença que alguns lugares foram ocupados por deuses ou espíritos cujas qualidades eram evidentes no cenário e cuja presença pode ser reconhecida por meio de cerimônias e construções	O sentido da aplicação do espírito de lugar está associado aos lugares excepcionais, num contexto religioso ou místico; ou como conjunto de bens materiais e imateriais que constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito.
Raízes	A partir da experiência cotidiana, o lugar é, muitas vezes, entendido onde se encontram nossas raízes, o que sugere uma profunda associação e pertencimento, mas também imobilidade.	Vincula-se à ideia de experiência, densidade, intensidade, tempo e relações do Homem com o ambiente, Homem com ser-no-mundo e com o Outro para se estabelecer uma relação de permanência representativa, sensorial e intencional com o Lugar.
Enraizamento	Os lugares podem se reproduzir por tubérculos que são invisíveis, ainda que conectados a uma fonte original. A teoria rizomática parece sugerir que podemos ter raízes simultaneamente em vários locais diferentes, mantendo todos eles conectados.	Diante de alguma situação (propositiva ou não), o Homem esquiva-se do seu lugar, porém, os laços socioculturais estabelecidos superam a distância geográfica, permitindo a ele viver em lugares diferentes, mas, permanecendo o sentido do lugar.
Interioridade	Refere-se à familiaridade, conhecendo o lugar de dentro para fora, diferentemente do <i>outsider</i> ou de um simples observador.	É a compreensão mais intensa das relações, do conteúdo social adquirido ao longo dos anos através do contato com o Outro e do amadurecimento adquirido com os sujeitos mais próximos. Na maioria das vezes é concebido na família, tendo o lar como o espectro da interioridade.
Lar	É onde as raízes são mais profundas, sólidas, intensas e mais fortes, onde se conhece e se é conhecido pelos Outros, onde se pertence.	O lar constitui o sentido contra o qual os outros lugares são julgados como qualquer.
Construção de lugar	Devido à necessidade de projetarem ou protegerem lugares, as pessoas percebem o lugar como projeção de intervenção advinda do outro, muitas vezes, respeitando a fisionomia do lugar e esquecendo as essências.	Os lugares devem ser vivenciados por quem vive ali, pois só quem os vivenciam é genuinamente capaz de entender a forma e o significado do lugar em seus múltiplos contornos (físicos e imateriais).
	No mundo pós-moderno existem pessoas e instituições que buscam	No lugar a identidade é explorada, muitas vezes como abertas à

Fabricação de lugar	camuflar a identidade do lugar, buscando o lucro. Assim, o lugar tem sido manipulado e, idealizada para atrair negócios.	economia e interesses locais, produzindo uma fantasia e manipulando histórias, que não são autênticas.
Lugaridade	É representada com um processo que cria vínculos entre o Sujeito e o Lugar. Expressa a relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos que, como convívio e intimidade, delimitam e formam o lugar.	Processo que percebe a união entre objetos, atividades e significados processados e convergentes para os sujeitos. Neste sentido, a lugaridade seria o plano de visão que detecta os elementos e significados que tornam o lugar autêntico.
Deslugaridade	Criado para designar as formas estandarizadas, como os conjuntos habitacionais padronizados e algumas lanchonetes distribuídas no mundo (ex.: “ <i>McDonald’s</i> ”), assim como os locais com o padrão arquitetônico (ex.: “ <i>Disneylândia</i> ”).	Um espaço que se constitui através de construções repetitivas e artificiais, ao ponto de questionar se as pessoas, ao experienciarem o espaço, adquirem consciência a respeito de atitudes e emoções internas autênticas e ou inautênticas.
Lugares autênticos	São aqueles com forte lugaridade, com teor histórico e densidade de relações, que preservam a essência do lugar em termos de experiências e histórias.	São lugares que, mesmo com algumas alterações em termos de intervenção urbana (por exemplo), preservam a essência dos contextos históricos (pessoais e coletivos).
Sentido de lugar	Capacidade de apreciar lugares e apreender suas qualidades. Muitas vezes o sujeito possui a característica “altruísta”, entendendo, com naturalidade, o limite que o lugar lhe impõe.	Mesmo sendo formado e construído a partir da perspectiva do seu lugar, o sujeito consegue realizar julgamentos positivos dos Outros.
Sentido contaminado de lugar	Ação exclusivista de lugar que a partir do enraizamento gera, em seu limite, a ideia de que os outros são sempre estranhos, simplesmente por serem diferentes.	Sentimento exacerbado de reconhecimento da história e do lugar como únicos e supremos, ao ponto de não se conhecer o relativismo cultural, gerando preconceito.

Fonte: Relph, 1993, 1997, 2008, 2010, 2012.

Organização: Próprio autor, 2020.

Para Relph (1993, 1997, 2008, 2010, 2012), o sentido de lugar é amplo, e nesse contexto, os usos de lugares construídos de maneira constante, e os desdobramentos das ações humanas estabelecidas afetam, diretamente, a esfera social tornando o lugar que vivemos como únicos e possibilitando que aprendamos a conviver nos lugares com laços de sociabilidade. E, vale sempre refletir que se conhecemos e construímos o(s) lugar(es), porque nesse momento deixamos nossa afeição profunda e genealógica. O(s) lugar(es) é colocado para nós como centros a partir dos quais olhamos, metaforicamente, pelo menos, através dos espaços e para as paisagens, do nosso íntimo. Por essa razão, ao compreender o sentido de lugar, para cada sujeito, se faz tão importante.

Por outro lado, existe a deslugaridade que remete ao(s) lugar(es) que não possuem identidade, ou identificação das pessoas, das suas histórias e dos grupos que formam uma comunidade. A identidade assume, assim, um alcance geográfico,

especialmente, lento e vazio, servindo de medida conceitual do sentido de lugar, conforme expuser Le Bossé (2004).

Ressalte-se que o lugar só é lugar quando “[...] participa inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos, e influencia, ‘até mesmo’” constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais, mas tal processo se faz com calma, demanda tempo e dedicação” (LE BOSSÉ, 2004, p. 166). Esta vinculação ocorre nos planos fenomenológico e ontológico, a partir da experiência vivida através da historicidade e da geograficidade. O lugar, então, para formatar-se como tal, passa pelo foco de identidade: primeira, remete a individual e, a seguir, coletiva.

O lugar tem sentido real para quem o experimenta na vivência, o que se torna mais claro a partir do conceito filosófico da autenticidade<sup>12</sup> (BENJAMIM, 1985), e é por isso que Relph (2012) diferencia lugar e deslugares, pois para construir a deslugaridade há uma descontinuidade em relação à historicidade e a geograficidade da comunidade, assim, rompe com a relação orgânica de produção e reprodução do lugar, ao se constituir para o autor como atitude inautêntica.

Por esse viés, é inegável que existe algo na disposição espacial que torna real o sentido de ser sujeito e talvez seja o próprio lugar. Lugar esse que define a nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, “[...] o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza. Esse relacionamento do homem ao lugar cria vínculos que criam e podem até abalar a nossa existência, mas que persistem em nós como uma carência” (BOSI, 1994, p. 451).

Assim, quando voltamos a nossa atenção para o lugar, no qual se situam os eventos, as histórias (memórias) e as singularidades, buscamos o sentido de estar na terra, e sem essa compreensão, de acordo com Santos (2006, p. 12), “[...] morreríamos aos poucos, pois como pode o homem sentir-se no espaço através de ações, emoções e construções vazias?” (SANTOS, 2006, 12).

Aliás, Melo (2012) destacou que essa perspectiva é pertinente, na medida em que:

---

<sup>12</sup> Para Benjamim (1985): “A autenticidade é a quintessência de tudo o que foi transmitido e produzido pelo homem, capaz de ser um testemunho histórico [...]” (BENJAMIM, 1985, p. 231), e a inautenticidade seria a construção irreal, massificada, que não possui a essência cultural-identitária do sujeito.



O espaço, então, deve ser entendido na dialética do concreto-abstrato, em que o concreto é o lugar do cotidiano, da vida ativa, e o abstrato é posto pela essência-existência daqueles e daquilo que o compõe. Tanto um (o lugar) quanto o outro (seus componentes) constituem a totalidade que reúne o singular e o universal, perpassando pelo particular, o que torna um desafio a sua compreensão e toda a dinâmica que nele permeia (MELO, 2012, p. 137).

Mediante ao exposto acima, em síntese, o estudo conceitual da categoria lugar revela que a sua raiz de compreensão é associada à própria emergência da consciência do Espaço e a geografia humana está, evidentemente, preocupada, mobilizada para a interpretação e organização do espaço. E, por meio dela que:

Os geógrafos da ala humanista não negam tal perspectiva e retrabalham o conceito de lugar a partir do sentimento e do entendimento, apontando a sua multidimensão e as diversas vias para sua compreensão, dado que o trabalhar com o lugar é uma tarefa árdua, sensível, que requer atenção e olhar atento para a percepção dos homes e das mulheres (MELLO, 2012, p. 65).

Ademais, percebemos que o Lugar é, primeiramente, processo, constituindo uma das bases para a formação da essência do Ser, a qual é indispensável para a construção da identidade, dos modos de vida e das referências sociopolíticas pelas quais o homem opta (CLAVAL, 2002).

Diante do exposto, segue, no próximo subtópico, uma discussão que busca apresentar a relação simbiótica entre o sentido do Lugar e a formação do Homem, advinda da experiência de Ser-e-Estar no Mundo.

## **2.2 A relação simbiótica entre o sentido do lugar e a formação do homem.**

Perceber o lugar é, em primeira instância, buscar relacionar o homem e o sentido que esse dá ao ambiente, pois o Espaço transmuta em significado pela qualidade que o homem lhe dá devido à maturação de seus atos e formas de perceber a si, e o mundo ao seu redor. E, quando esse processo amadurece, o atributo do espaço passa a ser de lugar de vivência, sendo mesmo difícil de perceber/decodificar o homem sem relacioná-lo ao lugar, enraizado como uma unidade, marca e registro social (WADSWORTH, 1997).

Esta unidade que o homem é capaz de realizar entre a formação de sua identidade e registro de uma vida, através da formação social construída pelo e junto ao lugar, lhe remete a um processo de simbiose<sup>13</sup>, termo proveniente dos étimos

---

<sup>13</sup> Em psicanálise, a expressão diz respeito às formas como se configuram as inter-relações do indivíduo com o ambiente, como os objetos se organizam e se relacionam no seu mundo (ZIMERMANN, 2001).

*gregos sym* (junto de) e *bios* (vida), originariamente empregado pelas ciências biológicas para indicar uma relação funcional estreita/próxima, harmônica e produtiva entre dois organismos, os quais interagem de modo ativo visando proveito mútuo (ZIMERMAN, 2001).

A fase simbiótica é entendida como uma condição intrapsíquica, uma característica da vida cognitivo-afetiva desenvolvida por etapas, em que a diferenciação entre o Eu e o Mundo vai se processando quando o eu-homem consegue experimentar os sentidos da vida. Tal condição processa-se, em etapas, como unidades em relação a um todo, onde o sujeito, não consegue reconhecer o seu lugar. Nesses termos, a relação simbiótica é construída quando o sujeito consegue adquirir feição pelo ambiente e pelo Outro (ZIMERMAN, 2001).

Para relacionar a compreensão do homem ao lugar como processo simbiótico, destacamos<sup>14</sup> o estudo de Piaget (1996) que descreveu quatro períodos de desenvolvimento do sujeito que incidem na experiência do homem com o ambiente e seus objetos, sendo:

1º) a inteligência sensório-motor, que vai do nascimento até os 02 anos de idade, aproximadamente, 2º) o pensamento pré-operatório, que tem seu primado até por volta dos 06-07 anos, 3º) o pensamento operatório-concreto, até por volta dos 12 anos; e 4º) o pensamento operatório-formal, que caracteriza as formas de raciocínio do adolescente até a vida adulta (PIAGET, 1996, p. 71).

Desse modo, o sujeito na etapa da **inteligência sensório-motor** - essa que é vivenciada na idade de 0 a 2 anos (criança) - nasce em um ambiente sem segurança de espaço e equilíbrio, ocupado por objetos que não sabe identificar (fora de sua percepção<sup>15</sup>), ao ter como conquista imediata os movimentos da sucção e dos olhos, mas com o passar do tempo ele vai aperfeiçoando os seus sentidos chegando há conceber o tempo, espaços, pessoas e objetos. Na verdade, “Na primeira infância, conforme Piaget [sic] destaca, as condutas continuam a se modificar, tanto no plano afetivo quanto no cognitivo [...]” (BRENELLI, 2000, p. 113). Assim, há um paralelo com a experiência do

---

<sup>14</sup> É importante dá nota que ao longo dos últimos 07 (sete) anos venho realizando alguns estudos sobre a **Teoria do Desenvolvimento**, defendido por Piaget, fazendo relações com os processos de formação dos laços construídos do Homem com o Lugar e a Paisagem, especialmente a partir de Tuan (1980) e Berque (2013b), inclusive, com publicações de trabalhos sobre em anais de eventos e periódicos nacional.

<sup>15</sup> Vale destacar, que a percepção não é um ato passivo, mera impressão “[...] visual ou fisiológica da realidade, nem um ato puramente analítico, construído intelectualmente, mas estabelece e é construída como resultado da interação das coisas no mundo com as nossas predisposições (existências, culturais etc.)” (CARSALADE, 2014, p. 63).

ser com o lugar e é nesse que: “[...] com o passar do tempo que o homem aperfeiçoa e vai conhecendo o seu corpo, seus sentimentos e assimilando fatos” (TUAN, 2011, p. 14).

Em relação ao tempo, mais especificamente relacionado à maturidade psicossocial, o segundo período, se denomina **pré-operatório** (02-07 anos), o qual marca a passagem da inteligência sensório-motor para a do pensamento pré-operatório, aparecendo, então, a função simbólica, primada pela linguagem que acarreta modificações nos aspectos cognitivos e afetivos da criança, uma vez que, esta consegue aprimorar a sua capacidade de representação, mesmo apresentando um perfil social individualista/egocêntrico (ALVES, 2014; PIAGET, 1975, 1996).

No terceiro período, temos o pensamento **operatório concreto** (07-12 anos), no qual a criança começa a apresentar suas opiniões e coordenar as ações a partir de uma lógica que vai sendo sistematizada, formulando-as com operações mentais e não somente com a sensório-motor. Na última etapa, a saber, do **pensamento operatório-formal** (12 anos em diante), o adolescente amplia as suas aquisições/conquistas, consegue propor, formar hipóteses, esquemas conceituais abstratos, criticar e fazer elogios a condutas e valores, começando a conquistar autonomia, agregando códigos sociais, percebendo a sociedade em novas perceptivas (ALVES, 2014; PIAGET, 1975, 1996).

Dessa forma, percebemos que: “[...] o desenvolvimento humano é caracterizado por Piaget como um processo construtivo, resultante das contínuas interações do sujeito com o mundo. E esta construção procede das ações sensório-motoras, sem romper com a continuidade do biológico ao psicológico” (BRENELLI, 2000, p.105). E, no decorrer do desenvolvimento humano o homem vai adquirindo maiores percepções, através das quais seus hábitos já vão se construindo, o grau de similaridade com os seus pares forma-se os sentimentos começando a ficar mais claros ou evidentes (ALVES, 2014; BRENELLI, 2000).

O amadurecimento da relação cognitiva do Homem com o Lugar se deve, também, ao processo de assimilação, o qual Piaget (1996) identifica quando o homem dá um novo sentido motor ou conceitual as estruturas cognitivas. Seguindo esse princípio torna-se uma tentativa de o indivíduo solucionar uma situação a partir da estrutura que possui em um dos momentos específicos da sua idade (as citadas anteriormente), tendo que se adaptar a uma realidade, numa busca pela integração

experimental de esquemas que o sujeito já possui em seu organismo (biológico), mas que está em constante atividade. Posteriormente, ao passar o tempo, o homem adquire capacidade de assimilar a formação cognitiva e as experimentações dele com o espaço, ao se tornar um ser construtor de novas integrações sociais, tornando-se, ontocriativo (ALVES, SILVA; DEUS, 2019; PIAGET, 1975).

Este processo de (des)construir, perceber e aprender se dá pela acomodação que Piaget (1996) descreveu como “[...] toda modificação dos esquemas de assimilação sob a influência de situações exteriores (meio) ao quais se aplicam” (PIAGET, 1996, p. 18), a qual ocorre quando o sujeito modifica os esquemas de assimilação devido ao estímulo provocado pela aprendizagem, sendo esse o contato do homem com a dinâmica política do espaço.

Com a experiência do homem com o mundo através de seus sentidos, ele sempre deixa uma lacuna a ser preenchida (como um espaço aberto do aprender e ser aprendiz), e, assim, o organismo cognitivo sabe exatamente que elemento buscar no lugar a ser construído para suprir suas demandas e como iniciar um novo processo de assimilação, acomodação. Logo, ao obter essa descoberta o sujeito adquire equilíbrio, porque é capaz de perceber, conhecer, analisar e modificar o seu espaço em processos e movimentos que são cíclicos (ALVES; SILVA; DEUS, 2019; SISTO, 2000).

Assim, essa formação de sentimento do homem com o lugar baseada na concretude e no amadurecimento dos sentidos humanos, concernente às pesquisas de Piaget (1996), também se vincula aos estudos de Tuan (2011), a partir da compreensão do lugar construído pelo homem por meio de um processo intenso que demanda envolvimento social, conflito emocional e conquistas sensoriais. E, em certa medida, remete, à teoria do proponente da psicologia cultural-histórica, Vygotsky (2013) que, sendo um sociointeracionista, postula uma dialética da interação do homem com o Outro, como meio para desencadear o desenvolvimento sociocognitivo, defendendo que o próprio processo de desenvolvimento humano gera e promove o incremento das estruturas mentais - **Teoria de desenvolvimento cognitivo e Teoria da Aprendizagem.**

As emoções vividas pelo sujeito são compreendidas, então, através dos mecanismos cognitivos que tem relevância para a própria natureza do comportamento social e as interações humanas em que tais mecanismos resgatam as emoções vividas pelo desenvolvimento de uma socialização e aprendizagem, assimilando fatos,

elementos que propiciam acomodações, sendo constante a busca da experiencição. Seguindo esse raciocínio, o sentimento subjetivo estaria presente e seria fundamental para o aprimoramento e desenvolvimento humano, dado que encarna tudo o que é substancial no corpo, assim como esse recebe tudo que é social e histórico, uma vez que, “[...] Piaget, se coloca à defesa de que o presente afetivo e subjetivo é determinado, como já dizia Freud, pelo passado do sujeito, contudo o passado continua a ser incessantemente reestruturado no presente” (PIAGET, 1996, p. 81).

As ideias de Tuan (1980) convergem com as de Piaget (1996) no entendimento direto de que existiriam uma relação de duração dos eventos sociais que o Homem promove com o Lugar, simultaneamente, com o aumento da intensidade e densidade destes eventos aliados ao aprimoramento dos sentidos cognitivos; resultando nas diferentes maneiras com que o homem percebe e sente os objetos, pessoas e espaços. É relevante assinalar que todos os processos mentais superiores do homem, como: a percepção inicia-se através da linguagem no meio cultural em que o sujeito vive, dando-lhe formato e identidade. Sua aprendizagem acontece entre o conhecimento real - aquele que ele já se apropriou - e o conhecimento potencial - aquele que ele vai adquirir com a sua experiência e com a ajuda do Outro, à medida que se configura a sociedade como um ambiente fundamental para a sua relação de crescimento, Zona de Desenvolvimento Proximal (ALVES, 2014; VYGOTSKY, 2013).

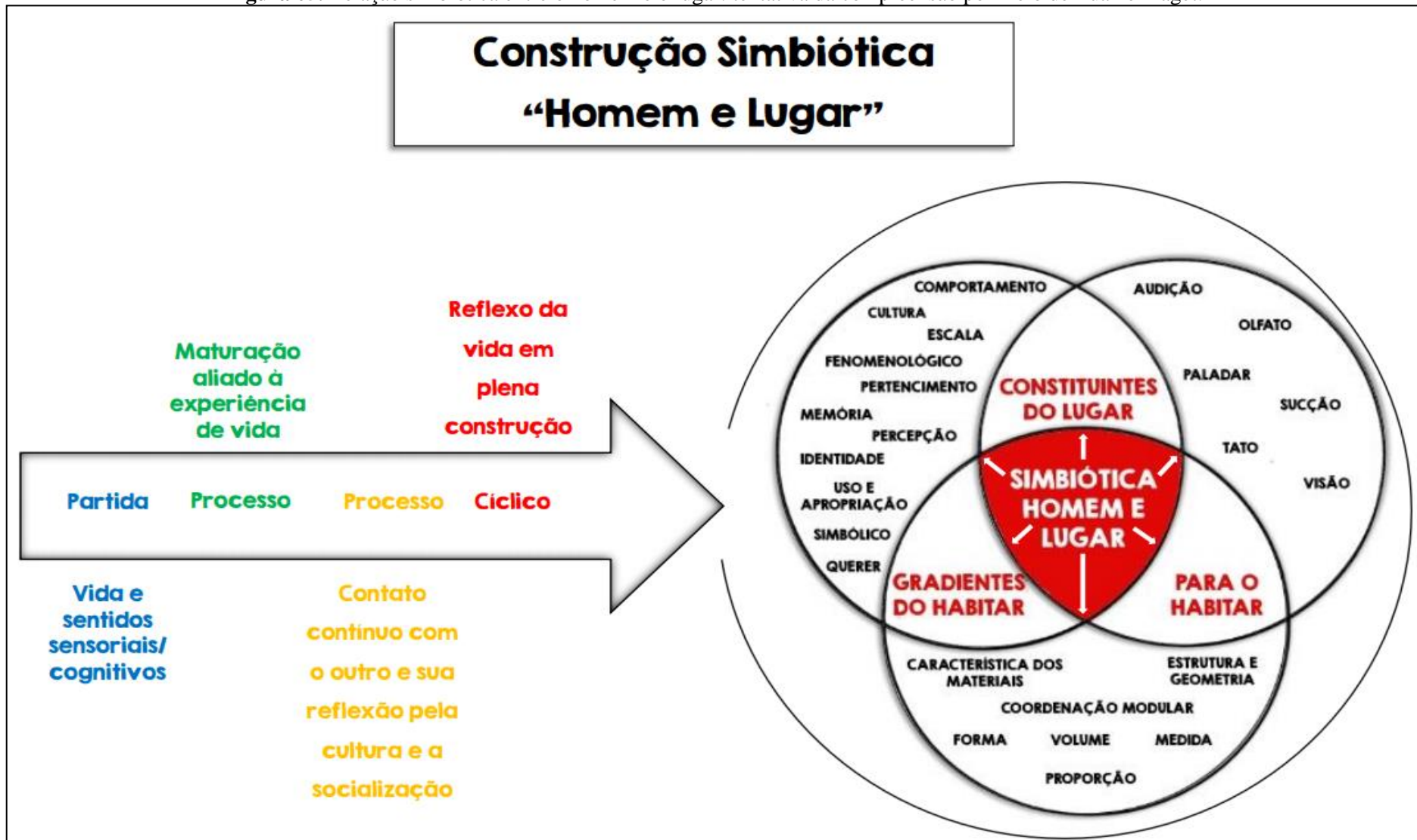
E, nessa compreensão, à sensação de falta ou privação de espaço é causada pela restrição de outras pessoas, Tuan (1983) denomina **apinhamento**, o que resulta o sujeito viver uma experiência de vida de Outra pessoa por meio de um simulacro social. De outro modo, a sensação de estar livre no espaço, de poder se movimentar nele, segundo o autor acima citado ao designar a **espaciosidade**. Neste sentido, o espaço vivido e lugar são sinônimos, pois ambos agregam personalidade e se tornam familiares, pois está associado à capacidade básica de se locomover, ter espaço para empreender um movimento partindo da própria escala do corpo e ir construindo uma identidade a partir da maturidade, o ato de desenvolvimento do homem em contato com os espaços e os Lugares que são a ele conferido ou conquistado (ALVES; SILVA; DEUS, 2019; PIAGET, 1996).

Lugar que é construído a partir do espectro de experiências adquiridas no processo e entendimento de ser sujeito homem. Lugar que, aos poucos, é:

Construído a partir das experiências do eu com outras pessoas, relatadas de forma a construir um referencial de espaço social, como forma de não sentirmos sós no mundo, seja através do reconhecer pela diferença, seja por conhecermos através das feições daquilo que é nosso, o lugar. Lugar é tido como referência quando vamos crescendo, aprendendo o que é ser humano (MELLO, 1990, p. 21).

Ao realizar uma análise da relação simbiótica entre o homem e o lugar, segue, por meio da Figura 05, uma tentativa de exemplificação que remete à dinâmica das leituras feitas dos trabalhos do geógrafo sino-americano Tuan (1980, 1982, 1983, 2005, 2011) e do biólogo, psicólogo e epistemólogo Piaget (1975, 1996).

Figura 05. Relação simbiótica entre o homem e o lugar: tentativa da compreensão por meio de Tuan e Piaget.



Fonte: Piaget, 1975, 1996; Tuan, 1980, 1982, 1983, 2005, 2011.

Organização: Próprio autor (2020).

Através da Figura 05, se compreende que a maturação das experiências sensoriais/cognitivas, aliadas ao processo de experiência de vida, assume uma forma contínua em seus aspectos: social, físico e emocional, nos quais as relações realizadas entre o homem/corpo/alma convoca, de antemão, a maturidade do conhecer, perceber e do falar, porque o contato do homem em experiência com o seu corpo e com os objetos provocando a manifestação, e a distinção do habitar até chegar à percepção do seu lugar, num contexto possível de ser analisado pela fenomenologia da Geografia Humanística (ALVES; SILVA; DEUS, 2019).

Vale lembrar que a noção de social, físico e emocional, anteriormente mencionada, só acontece com a vivência, tanto numa construção individual como em nível coletivo. E, essa relação de identificação do Homem com o Lugar é real e significativa sempre que se estabelecem as inter-relações entre as três dimensões descritas na Figura 04, a saber: Gradientes do habitar, Para habitar e Constituintes do Lugar.

Partindo do pressuposto da vivência do homem como espaço existencial temos os **gradientes do habitar** que são compreendidos como elementos que se mostram necessários para o posicionamento do homem em seu processo de reconhecer o espaço, através das características dos materiais, das paisagens, das estruturas e geometrias dos objetos e das formas, volumes, medidas e proporções dos elementos que compõe a realidade à sua volta (PIAGET, 1996; TUAN, 1980, 1982).

Os elementos descritos **para o habitar** deixam em evidência que por meio dos sentidos cognitivos, o homem passa a apropriar-se do conhecimento do espaço em sua morfologia, iniciando o processo de uso primário do estar-no-mundo (GASPAR, 2001; PIAGET, 1975; TUAN, 1983). Logo, o **habitar** é um retrato do viver, e:

Viver não é nada simples: se os lugares são atributos de relações externas e de variáveis em relação internas, nem sempre fáceis de serem identificadas, o corpo pode aparecer como o segredo dos órgãos e de sua rica articulação para a sua compreensão. Andar no lugar é trafegar a própria origem, a memória, as alegrias esquecidas ou as dores. Não se respirar senão o ar que o lugar apresenta, donde pode ser concebido, logo o pulmão é obra e relação geográfica; e do lugar para o corpo e do corpo para o lugar, o que se pode perceber é a projeção dos órgãos como força que instaura a vida do lugar pois, lidar com a sede, enfrentar a fome, desviar das dores, perceber os cheiros e ser ferramenta da sensibilidade, apropriar-se de si mesmo, não podem ocorrer sem o conteúdo do lugar e de suas tramas vividas e amadurecidas a cada dia (CHAVEIRO, 2012, pp. 275-276).



Os marcos **constituintes do lugar** são estruturados, a fim de propiciar o constante equilíbrio necessário à inteligibilidade do espaço, pois em função do processo de maturação, vivência, equilíbrio com os elementos expostos no ambiente, acompanhado da capacidade de aprimorar os sentidos, o homem formata o seu comportamento cultural, reconhecendo a escala de significado e significância dada ao Outro e o Lugar, além de identificar elementos que o tornam único e outros que o possibilitam reconhecer-se no meio (PIAGET, 1975; TUAN, 2005). E, é com o passar dos dias, dos anos, das águas, que a “[...] ideia de lugar torna-se mais especificamente geográfica” (TUAN, 1983, p. 34). Mas, quanto tempo seria suficiente para a constituição do lugar?. Neste sentido:

Podemos dizer, geralmente, que quanto mais tempo permaneceremos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente e significativa se tornará para nós, ainda que essa seja apenas uma verdade grosseira. Conhecer subconscientemente com os sentidos passivos do corpo - particularmente o olfato e o tato - exige longo tempo de permanência. Conhecer com a visão e a mente exigem muito menos tempo [...] (TUAN, 2011, p. 17).

Nessa conformidade de processo o homem constrói histórias capazes de serem registros da memória<sup>16</sup>, provenientes da percepção e passíveis de projetar os sentimentos de pertencimento e do querer simbólicos; o que o tornar capaz de construir e decodificar símbolos de referências culturais. Processos que são reais pelo uso e apropriação dos elementos que compõem o meio físico e social, e que passam a apresentar o lugar como criadores de poder simbólico e emocional pois, “[...] não existem marcas e signos de maneira aleatória, mas somente em virtude do significado que um ser humano ou grupos lhes atribuem pela vivência” (MELLO, 2012, p. 39).

Segundo Merleau-Ponty (1971), o espaço em que vivemos e o meio em que as coisas estão posicionadas para nos conectar a todo momento. Sendo assim, a vida humana dá características sociais ao espaço que tende a ser vivido. Concomitantemente, a nossa percepção de mundo está em contínua ação pelo movimento do nosso corpo, oferecendo experiências e dando campo de criação à vida (extrapolando o sentido de estímulo-resposta/determinismo).

Vale ressaltar que através dessa acepção de relação entre o homem e o lugar podemos afirmar que: **Não há lugar como o lar**. Mas, para muitos a pergunta sobre o

---

<sup>16</sup> Sobre a temática vale a leitura das nossas reflexões mais aprofundadas publicada na obra: ALVES, Rahyan de Carvalho; SILVA, Adília Jardim; DEUS, José Antônio Souza. **Ser na Contemporaneidade: Paisagem, Lugar e Memória**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Sangre, 2019.

que seria lar é colocada em questão. Pois, para Tuan, lar é a velha casa, o bairro, a cidade, o quintal, a praça, a rua, uma cadeira e até mesmo a pátria. É esse processo que descrevemos ao ponto de entendermos que o Lar é a parte da unidade do reconhecimento do homem (TUAN, 1980). E, entendendo que o Lugar não é meramente aquilo que passamos a conhecer e ser aquilo a ele conhecido; ele não vincular-se-ia apenas à distinção e apreciação de fragmentos de geografia que nascem através do reconhecimento do seu mundo. Lugar é:

Um núcleo do significado que se estende, penso eu, em suas ligações inextricáveis com o ser, com a nossa própria existência. Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco. O que acontece aqui, neste lugar, é parte de um processo em que o mundo inteiro está de alguma forma implicado. Isso é existencial e ontológico [...] (RELPH, 2012, p. 31).

Desse modo, o lugar é uma pausa no movimento que permite reconhecer e perceber os valores pronunciados nas formas ergológicas e animológicas das ações construídas pelo homem, sendo uma identificação do jogo do sentir e conhecer. Assim, entender a relação do sujeito com o lugar é indispensável pela sua natureza de interventor e criador (BUTTIMER, 1985). Pois, é “[...] preciso viver, entender e ter familiaridade com o outro e com a dada porção do espaço para torná-lo lugar” (OLIVEIRA, 2012, p. 11).

Por esse viés, o lugar torna-se espaço de apego diante da representação das referências que são experienciadas pelas pessoas no cotidiano; nele a vida ganha sentido. E, somente quando o espaço se apresenta inteiramente familiar é que compreendermos o que é lugar. Aliás, vale destacar que “[...] até o espaço se torna lugar na medida em que é experienciado e valorizado, que tem significação para pessoa, lugar é mais concreto que espaço” (TUAN, 1983, p. 19).

Conceber um lugar, como sendo o seu lugar é sentir-se parte integrante de um ambiente que se vivenciou, de diversas formas e maneiras, onde se aprendeu com todos os sentidos, com as relações humanas e suas amplitudes, com a densidade de um ato ou de um olhar; e com essas experiências alcançamos os ensinamentos que a vida apresenta como resultados de um mundo vivido, capaz de ser marcante ao ponto de emergir em histórias, fotos, paisagens, amizades, conquistas, angústias, alegrias, conflitos, emoções e realizações (BRENELLI, 2000; PIAGET, 1975; TUAN, 2005, 2011).

O lugar promove uma sensação emotivo-espacial, tornando-se “[...] um arquivo de lembranças afetivas de realizações esplêndidas que inspiram o presente; o lugar é

permanente e por isso tranquiliza o homem, que vê fraqueza em si mesmo, chance e movimento em toda parte” (TUAN, 1983, p. 171). Ele significa, para além de um recorte espacial, um ambiente que remete a um “[...] tipo de experiência de envolvimento do homem com o todo que está em sua volta” (RELPH, 1979, p. 19). O lugar, como forma e estrutura nunca amorfa, se torna um celeiro que nos propicia liberdade e um elenco de possibilidade, que ao ser reconhecido, torna-se defensável e importante para quem é genuinamente dele (OLIVEIRA, 2012).

É, nesse sentido, que o subtópico, a seguir, apresenta uma breve discussão sobre a diferença da compreensão do lugar e seus desdobramentos para os sujeitos estabelecidos e os Outros.

### **2.3 Lugar e construções sociopolíticas: os estabelecidos e os outros.**

As dimensões significativas para a compreensão do lugar são pensadas em termos geográficos por meio das experiências homem *versus* natureza, dos sentidos para o habitar, dos gradientes a disposição para o homem espacializar e se reconhecer até o contato por meio da promoção dos elementos que utilizam para construir o seu mundo (RELPH, 1979).

Os lugares, segundo Tuan (2011), se faz visíveis por meio de inúmeros meios: rivalidade ou conflito com outros lugares, das manifestações artísticas e arquitetura<sup>17</sup>, o processo de reconhecimento dos naturais do lugar, estranhamento com os de fora. E, todo lugar adquire identidade mediante ao uso e ocupação de diversas dimensões espaciais determinadas pela relevância assumida pela cognição que propicia que os sentimentos adapta-se ao psiquismo do sujeito e ao seu mundo exterior (PIAGET, 1996).

A experiência de lugar abrange ainda diferentes escalas. Para Santos (2006), “[...] os lugares são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo e cada uma os representa de uma maneira” (SANTOS, 2006, p. 212). Nas palavras de Buttimer (1985), “[...] cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação” (BUTTIMER, 1985, p. 178). Desse modo, cada um se permite, ou, pelo menos, tenta sentir o lugar.

---

<sup>17</sup> Diante o contexto do trabalho, faz-se importante destacar que a arquitetura, por sua exposição pública, “[...] tem mais facilidade de se incorporar ao leque identitário de uma comunidade, indo além de sua função artística. A arquitetura supera seu tempo, sua condicionalidade primeira, de bem utilitário, para assumir uma dimensão pública, imersa na paisagem vivida cotidianamente e no espaço de referência das pessoas” (CARSALADE, 2014, p. 115).

Já mencionamos que o processo de formação do lugar é construído com paciência, dedicação, imersão e se processa através da ação de se conhecer pelos sentidos. Por isso, “[...] a criança, desde pequena, encontra o seu lugar íntimo e primeiro em seus pais, depois na sua casa, e em sua cidade” (OLIVEIRA, 2012, p. 12), pois esses estão repletos de objetos habituais e lembranças afetivas que permitem a criança recriá-lo, caracterizá-lo como o seu lugar. Lembrando que o lugar construído e experienciado é entendido:

[...] como aconchego que levamos dentro de nós. Ou o lugar consciente do tempo social histórico, recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior. Por isso, cada um sente o lugar e permite fazê-lo de maneira a compreender o mundo (OLIVEIRA, 2012, p. 15).

Mediante ao exposto acima, o sentido do lugar nasce, expressivamente, pela experiência, pelo contato, pelo convívio. Sendo assim, o homem sente o lugar como lugar não imanente, sem sentidos afetivos e memórias fixas, sendo lugares abertos à movimentações de preenchimentos, e ao mesmo tempo, esvaziamentos, de concentrações e dispersões, de continuidades e descontinuidades (AUGÉ, 2007).

É sugestivo notar ainda que o lugar sendo atributo no que tange a qualidade espacial torna-se palco para promoção de diferentes temporalidades, embora diante da diversidade de ações e intenção da realização do homem no mundo, ele é percebido e espaçado em sua (i)materialidade em díspares perspectivas, pois reconhecemos que os sentidos para a formação do lugar permanecem, relativamente, estáveis. Mas, simultaneamente, converge e nele sobrepõe de desiguais alocações e territorialidades, ao se acoplar, ao fazer com que em uma mesma localidade há múltiplas espacialidades e tempos coexistentes, ao passo que, existem inumeráveis interpretações e projetos que são construídos naquele ambiente. E, tendo isto em mente que: “[...] os sonhos de lugar para uns podem ser os pesadelos de outros” (CHAVES; AQUINO, 2016, p. 812).

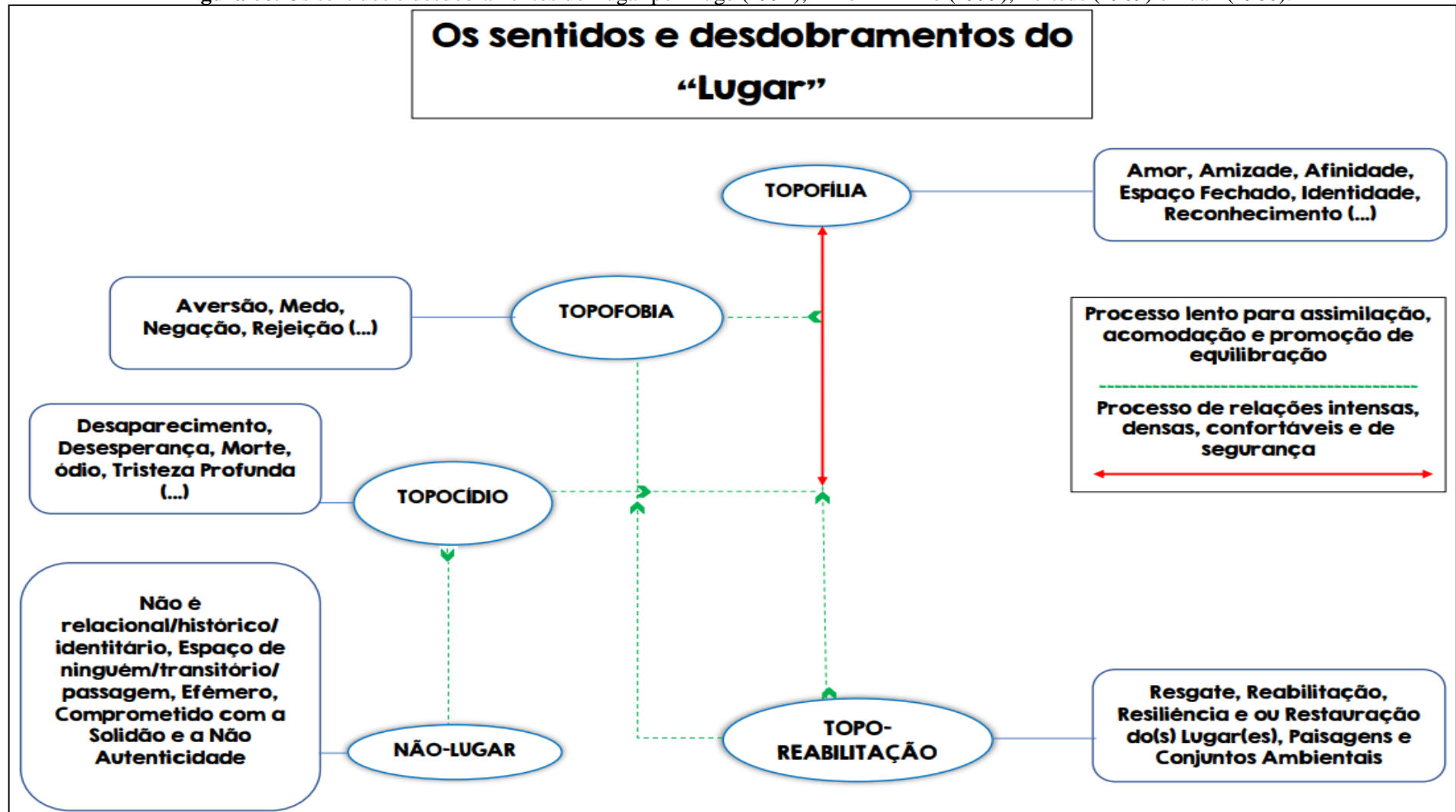
Com isso em mente, a forma como cada sujeito percebe o lugar vai tornar, ou não, o espaço dialógico e reconciliável. E, é pertinente observar que a necessidade de acionarmos o lugar associado à experiência e ao mundo vivido é imperativo pois, a partir dessa linha de pensamento é possível projetarmos um horizonte que nos permitem compreender e refletir sobre a relação existente, ou não, entre as variáveis internas e as externas derivadas do homem ao fazer, ele, o seu lugar, ou na tentativa de fazê-lo (BUTTNER, 1972).

Este horizonte de discussão permite pensar a experiência e formas que se vinculam o lugar/lugares às diferentes ordens de grandeza, ao se estender desde a mais imediata relação do homem ao lugar, iniciada a partir da casa, passando pela comunidade, bairro, cidade, região, país, cultura, etnia até o planeta terra como um todo, mas, nem todos vivenciam os mesmos horizontes de abrangência. Alguns têm perspectivas mais limitadas e não adquiriram condições amplas para se sentir no mundo. Levar em conta essa abrangência e alcance é fundamental para compreendermos a experiência, e o compromisso das pessoas com o(s) lugar(es) (MARANDOLA JR., 2012, 2020; OLIVEIRA, 2012). Então, os indivíduos são capazes de desenvolver as referências de vários lugares, à medida que adquirem espessura social em determinada porção do espaço, mas, existem sujeitos que as contraem com a vivência de experiências em localidades espaciais diferentes, mas derivadas das viagens ou atividades desenvolvidas de forma banal, corriqueira (SANTOS, 2006).

Para compreendermos as formas com as quais o homem formata o sentido de lugar e seus desdobramentos, através dos processos de uso, buscamos aportes nos autores, a saber: Augé (1994, 2007, 2010), Amorim Filho (1999, 2007), Porteus (1989) e Tuan (1980, 1982, 1983, 2005, 2011) bases e definições conceituais capazes de promover uma adequada compreensão das nuances que esse espaço, no primeiro momento, fechado e íntimo apresentado aos homens; e como cada sujeito, *outsider*, *insider*, atua, percebe e sente o lugar; ao ponto de compreendê-la como processo orgânico ou não.

Para tanto, organizamos um esquema explicativo das principais formas pelas quais os autores supracitados compreendem o lugar e suas mutações (ambientais e físicas). A Figura 06, intitulada: “Os sentidos e desdobramentos do Lugar” por Augé (1994, 2007, 2010); Amorim Filho (1999, 2007); Porteus (1989); Tuan (1980, 1982, 1983, 2005, 2011) foi construído como base de nosso estudo para a definição do problema da tese, sendo importante para tornar mais claras quais seriam as possíveis interpretações, e formas que o lugar assume para o homem, tanto para o forasteiro como para o enraizado.

Figura 06. Os sentidos e desdobramentos do Lugar por Augé (1994), Amorim Filho (1999), Porteus (1989) e Tuan (1980).



Fonte: Augé, 1994, 2007, 2010; Amorim Filho, 1999, 2007; Porteus, 1989; Tuan, 1980, 1982, 1983, 2005, 2011.

Organização: Próprio autor, 2020.

Para entendermos a Figura 06, vale destacar, que se o lugar faz-se através do sujeito, temos que diferenciá-los em categorias, tais como: *i)* naturais/genuínos, possuidores de raiz/os estabelecidos e *ii)* os forasteiros/os de fora/os turistas. O primeiro grupo, reconhecido como os *insiders* correspondem aos cidadãos naturais do lugar. Seriam os seres que carregam uma similaridade de sentimentos por serem de um *lócus* comum, de um mesmo ambiente e da cadeia identitária que reúne uma unidade cultural existente, ou derivado do habitar-se há um período de tempo considerável no território que propiciou uma relação de entendimento, compreensão, aceitação pelos estabelecidos e conseguiram se ver dentro do processo, com os seus ritmos evidenciados, na figura, pelas setas verde e vermelha (ELIAS; SCOTSON, 2000).

O segundo grupo é conhecido como os *outsiders*, porque são os sujeitos que não participam da dinâmica natural de um lugar, logo, seriam os espectadores, que não são aceitos pelos já estabelecidos, ou não são capazes, ou não acham relevante fazerem parte da história íntima do espaço, o qual lhe parece fechado, percebido como de posse de outras pessoas (ELIAS; SCOTSON, 2000). Para o “[...] ‘outsider’ o peso da realidade é outra, menos clara e mais fugidia. Os forasteiros conhecem apenas a paisagem e o lugar a partir de um olhar de fora, e ainda turvo” (TUAN, 1983, pp. 20-21). Um *outsider* é considerado, então:

Aquele ou aqueles indivíduos que estão excluídos do grupo considerado estabelecido, que são considerados inferiores, e ainda são tidos como não observantes das normas e regras impostas pelos estabelecidos. Quanto ao grupo estabelecido, estes atribuem aos seus membros características superiores a fim de manter sua superioridade social e excluem todos os membros do outro grupo do contato. A exclusão e estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido são armas poderosas para que este último preserve afirme sua superioridade (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 98).

Por este prisma, é relevante destacar que em: “[...] uma sociedade estável, as pessoas de fora constituem uma minoria da população, suas visões do e sobre o meio não têm, talvez, muita importância, mas deve nos deixar em alerta” (TUAN, 1980, p. 72), pois, por vezes, promovem ações invasivas que alteram a rotina do lugar, além de visualizarem as formas de vida da população como vitrines, deixando, constantemente, os moradores arredios ou incomodados em seu *lócus*.

Esta diferenciação entre *insiders* e *outsiders* é relevante, nesse momento do trabalho para compreendermos que existem formas de sentir o(s) lugar(es) e se apropriar deles, pois, para compreender um *insider*. Em primeira instância devemos entender este

ator como um ser que vivencia o lugar como parte inseparável da vida e compreendido através do processo de reconhecimento pelos vizinhos, donos de mercearias, pelo costume de passar nas praças e perceber os bancos, coretos e jardins como testemunhas de encontros e desencontros que foram capazes de desenhar em sua vida amizades, amores. Esse momento de afinidades que foram formadas pela segurança do tempo de convívio, de falar, de reconhecer no Outro a capacidade de guardar segredos e compartilhar histórias. Tuan (2005, 2011). Logo, podemos diferenciar os *insiders* dos *outsiders* da seguinte maneira:

Os primeiros guardam ciosamente um acervo enorme de lembranças, apegos e fatos e itinerários coletivos (reais e fantasiados) da vida. Esse estoque de lembranças tem forte carga emocional no relativo à autoestima e ao autoconceito do grupo. Serve, além disto, como critério para a hierarquia interna e a ordem de precedência dentro do próprio segmento dos 'antigos'. O grupo estabelecido sente-se com isto mais seguro e garantido em sua coesão interna e valor. E o outro grupo se sente estranho devido a não ter construído a sua vida e seus sentidos cognitivos com aquela gente, aquele lócus, tendo outras referências históricas e culturais que não são comuns ao primeiro grupo (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 139).

Ser compreendido como *insider* é ser um aceito como guardião da história do lugar, sendo, inclusive, uma das qualidades para se dizer como estabelecido, a capacidade de escrever histórias e fazer delas marcas de profundidade social (AUGÉ, 2010). Dado que:

Não vivemos em um espaço neutro e branco; não vivemos, não morremos e não amamos no retângulo de uma folha de papel. Vivemos, morremos e amamos em um espaço enquadrado, recortado, multicolor, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus, cavidades, protuberâncias [...] (FOUCAULT, 2009, pp. 23-24).

Diante disso, se entende que esse ponto de reconhecimento das relações, do afeto, do se sentir seguro porque ali (lugar), todos são conhecidos, constrói o sentimento do sujeito com o lugar como forma direta de afeto, que Tuan (1980, 1983) denomina como **topofilia** - o qual é intenso, denso e duradouro, como atributos mais fortes e notáveis de sua natureza (vide FIGURA 05). E, essa capacidade de relacionar e compreender o Outro, como um de nós, de se lembrar das paisagens e dos objetos como marcas de uma história, é que se caracteriza como sentimentos ou experiências **topofílicas**, as quais, aliás, dão ao mundo significados positivos organizados no lugar e pelo lugar (OLIVEIRA, 2012). Conseguindo se estabelecer através de:



[...] ações que venham a consolidar a troca de experiências topofílicas, no sentido do prazer de sentir, amar, vivenciar autenticamente um lugar, guardando imagens de um espaço e de suas paisagens, vividas em seu íntimo e captadas através do olhar e dos sentimentos (TUAN, 1980, p. 183).

Já o sentimento oposto ao reconhecimento (pela vivência e formatação da história do lugar), vinculado à incapacidade do sujeito em se perceber pelas memórias, e levando à construção de um sentimento de aversão onde está “[...] torna-se o lugar como um lugar do medo, da repugnância, engendrando desprezo” (TUAN, 1980, p. 114), onde não se consegue se sentir seguro, incapaz de confiar a dividir/compartilhar feitos é denominado por Tuan (1982, 1983, 2011) como **topofobia** (vide FIGURA 06).

Sendo assim, fobia é relacionada e acentuada através de novos arranjos que o homem constrói na sociedade e que não são dotadas de durabilidade, autenticidade, pois são polissêmicas, difusas, se desfazendo com facilidade (ALVES; DEUS, 2014; BAUMAN, 2008).

Como destacado, na Figura 05, o sentimento de lugar (intensamente vivenciado por meio de relações positivas), muda de rumo ou sentido devido à experimentação de processos de frustração, invasão ou mistificação, despertado ou se ressignificando, aos poucos, como um sentimento de rejeição (TUAN, 2005).

A grande questão envolvendo os sentimentos de topofobia vincula-se às possíveis consequências da vivência destas emoções que, aliás, são catastróficas e muitas vezes irreversíveis ao ser humano, as paisagens e tudo ao seu redor. Essa relação de perda total foi explicitada pelo geógrafo britânico Porteus (1989), como **topocídio**: a morte do lugar. E, essa morte deriva de um contínuo processo de degradação, a aniquilação deliberada do lugar, estendida a ponto de impossibilitar recordações do passado. Essa característica é sinalizada pelo autor acima citado, de acordo com a mais traiçoeira e impactante para o homem, pois o topocídio leva ao desaparecimento definitivo do lugar, potencializando os sentimentos de ódio e tristeza profunda; ao levar o sujeito à morte, porque remete aos sentimentos topofóbicos experimentados de forma exacerbada (vide FIGURA 06).

Para Amorim Filho (1999) o conceito de topocídio é, também, extremamente relevante, na atualidade. Segundo esse autor, é “[...] estranha que se tenha demorado tanto para se chegar a ele, pois há muito tempo se causa danos, muitas vezes irreversíveis, aos lugares, às paisagens, aos espaços vividos e às porções significativas da natureza” (AMORIM FILHO 1999, p. 144).

Buscando alternativas que possam, mesmo que de modo fragmentado e lento, reconstruir o sentido de lugar como memória e com atributos afetivos e político, Amorim Filho (1999) conceitua, por sua vez, a: **topo-reabilitação** como “[...] uma iniciativa de restaurar ou recuperar lugares, paisagens e conjuntos ambientais, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos homens, manutenção da sua memória coletiva ou individual e preservação de sua identidade cultural e seus valores” (AMORIM FILHO 1999, p. 142).

Como destacado, na Figura 05, para o autor a única forma de minimizar os vários tipos de topocídio é maximizar, entre todos os indivíduos que compõem a sociedade, elementos que emergem memória, orgulho, paz e segurança. Para tanto é necessário que as forças da topo-reabilitação superem as forças topocídicas, sendo capazes de regatar fatos, reabilitar usos e ocupações que eram coletivos. Sendo assim, se protege e restaura das paisagens e conjuntos ambientais que o povo acha genuinamente necessários e importantes ao apresentar, aos poucos, o sentido de fobia ou morte ao caminho da *filia*. Esses aspectos surgem mesmo que, gradualmente, num processo gestado em tentativas de resgate da confiança e autoestima, tanto de maneira coletiva como individualmente (AMORIM FILHO, 1999, 2007).

Com a topo-reabilitação a presença do passado se traduz como energia para dar fôlego e ânimo à sobrevivência humana. Ao dar consistência e valorização do meio ambiente, quer na reconstrução de patrimônios individuais, quer na preservação de edifícios, ruas, praças ou bairros inteiros, buscando dar sentido as relações humanas e sentir-se vivo (AMORIM FILHO, 1999, 2007).

Se o processo de topo-reabilitação não for suficiente para sanar as lacunas dos sentimentos de dor e espaços abertos, ocorre (vide FIGURA 05), como discorre Augé (2007), o sentido de **não lugar**. Resultante de um processo de sentir-se vazio, dado que os sentimentos de topofobia mostra-se, nesse contexto, mais efetivos do que os de topofilia, ao levar o lugar à aniquilação, conseqüentemente, alguns símbolos da vida, como um resquício de presença do eu-no-mundo, como um suspiro na dor. E, se ressalta que, devido à intervenção/interferência no lugar, se forma no sentir vazio, desamparado e de um eterno luto, capaz de impedir o homem de criar identidade, e sentimento de pertencimento legítimos, chegando ao ponto deste residir em um espaço de anonimato (ALVES; DEUS, 2014). Dado que:

Os não lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são alojados ou refugiados do planeta, ou, também, pelos grandes desastres ambientais ou projetos de intervenções sociais que matam o nosso sentido e afeto com o lutar, que nos castigam e nos marca com a dor da saudade de um lar, de um ambiente, de paisagens, de histórias [...] (AUGÉ, 2010, p. 36).

O não lugar, então, é a situação-limite da falta de identificação do homem com o Espaço que passa a não ser relacional, logo, vazio de identidade. Um lugar de ninguém, que talvez possa até ser um roteiro de passagem, na qual ninguém está interessado em ficar, pois é um espaço de solidão. Pela Figura 05, se percebe que o não lugar impossibilita construir histórias com alguém, a não ser aquelas vinculadas à dor e não articulam relações afetivas vivenciadas com intensidade, estando presentes ali, apenas o *Homo Solitarius* (AUGÉ, 2007; MELLO, 2012).

Para Augé (2007), o usuário do não lugar é sempre obrigado a provar sua inocência, pois dificilmente alguém quer estar ali. O espaço do “[...] não lugar, não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão, similitude e julgamentos negativos e até mesmo radicais”. Segundo o autor acima citado: “[...] na realidade concreta do mundo de hoje, a possibilidade do não-lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja. E a volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os não lugares” (AUGÉ, 2007, p. 96, *passim*).

Destarte, o lugar e o não lugar opõe-se como as palavras e as noções que permitem descrevê-las, porque o objeto como conceituado firma no lugar que se consegue conectar, ideias, práticas e subjetividades, inclusive trazendo à tona discussões do público-privado, fechado-aberto, excludente-inclusivo e dando suporte a formulações para novas relações e proposições no campo da Ciência (JOHNSON, 2013).

Sendo assim, o próximo capítulo abordará as categorias conceituais paisagem e patrimônio cultural numa discussão sobre a legalidade e legitimidade, buscando tornar evidente o lugar como espaço primeiro do homem que é respeitado para que os sentidos de fobia, destruição de lugares e não lugar<sup>18</sup> não prevaleçam, propiciando, ao contrário, que os feitos dos sujeitos sejam preservados e valorizados em seu meio social.

---

<sup>18</sup> Sobre a discussão envolvendo Lugar, Não-lugar, Paisagem e Patrimônio, vale a leitura de um dos nossos trabalhos publicados: ALVES, Rahyan de Carvalho; DEUS, José Antônio Souza. O Não-Lugar e as Paisagens do Medo: Nuances Topofóbicas. In: **Revista Geoaraguaia**, v. 04, pp. 70-82, 2014.

## CAPÍTULO 03

## PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL



**Figura 07:** Casa da Chica da Silva, Diamantina (MG).

**Fonte:** Santos, 2014.

A relação entre o indivíduo, à paisagem e o patrimônio é compreendida como uma rede simbólica cujos significados se confundem com a i-materialidade do sentido social, política e ambiental de ser do Homem no Mundo (COSGROVE, 1998; JEUDY, 2005; TUAN, 2011).

**B**uscando conhecer, discutir e interpretar os atributos da Paisagem, no contexto do Patrimônio Cultural, enquanto representação de histórias e símbolos identitários busca-se evidenciar o modo de vida de uma gente legitimidade pelas suas formas, cores, tamanhos, marcas e que representa o reconhecimento histórico-geográfico concretizado através do ato de tombamento. Logo, se configura nesse momento uma salvaguarda institucional de proteção via Município, Estado, União, ou organização de escala mundial, à medida que se faz necessário colocar em pauta a discussão sobre o processo pelo qual o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - hoje conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) -, e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) compreendem e concebem o patrimônio cultural. Ademais, a compreensão de que forma a educação patrimonial, bem como o uso e a gestão de um bem tombado é pensado, para que, de fato, o patrimônio transforme-se em referência de identidade e em elemento de caráter pedagógico capaz de promover e propiciar o conhecimento, e viabilizar a participação popular em todo o processo.

Esta abordagem mostra-se indispensável dado que podemos entender, nessa perspectiva, como a paisagem é apresentada como um legado histórico e identitário legítimo e de que maneira ocorre uso e apropriação de um patrimônio, quer eles se deem por meio do uso natural e consciente pelo povo ou orientados por uma condição ocasionada pela dinâmica inerente ao processo legal/administrativo do tombamento.

Dessa forma, o capítulo que apresentamos, a seguir, busca debater algumas abordagens sobre a categoria Paisagem, ao destacar a amplitude de seu uso que é avaliada nos campos da pintura, da história da arte, dos estudos do cinema, da literatura, da ecologia, da arquitetura, do turismo, dentre outros, ao ser compreendida como elemento natural ou, eventualmente, se pode atribuir a ela um significado simbólico (DEUS, 2010, SCHIER, 2003).

A Paisagem é uma categoria que passou e passa por diversas reflexões a seu respeito, pois é um retrato do meio natural, ao mesmo tempo, humanizado de tudo aquilo que se sente ao fazer, e se perceber no Espaço; e devido a isso sua utilização nos oferece a oportunidade de debater as mais diversas concepções, gestadas em diferentes contextos e níveis de complexidade, tomadas do ponto de vista da hermenêutica e

atreladas a uma escrita preocupada com a paisagem conectada ao lugar, que é, aliás, o que dá corpo e estrutura para o capítulo, a seguir.

### **3.1 Paisagem como legado histórico e identitário: interfaces da geograficidade.**

Com as concepções obtidas no Renascimento a paisagem passa a ocupar o maior interesse das investigações científicas, principalmente através dos aportes destacados pelos geógrafos alemães, a exemplo de Alexander Von Humboldt (1769-1859); positivista que a compreendeu como um conjunto de relações essencialmente naturais. E, o geógrafo, e etnólogo, Friederich Ratzel (1844-1904) que definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais - entendidos como as paisagens - exerceriam sobre a humanidade nas esferas fisiológica, psicológica e cultural, essa última é entendida no campo de forças políticas<sup>19</sup> (ALVES, 2014; ROSENDAHL; CORRÊA, 2001).

Por essa razão, esses principais teóricos citados acima são clássicos da Geografia, incluíram nas discussões geográficas o conceito de paisagem por meio de métodos de análise desenvolvidos num formato enciclopédico e descritivo com entendimento, compreensão para as formas que essa apresentava na superfície da terra. O geógrafo, naturalista, Humboldt, utilizou o termo **paisagem natural** para retratar as áreas da natureza entendidas em sua essência geomorfológica e caracterizadas pelas áreas homogêneas dos campos (CLAVAL, 2007).

Depois do trabalho citado acima, no século XIX, na Alemanha, que o conceito de paisagem foi retratado sob a forma de uma estrutura de quadro físico, natural, geomorfológico, interessado na relação entre aspectos materiais que propiciava o ato de trabalho no ambiente natural. Ressalte-se que, para a época, a relação natural da paisagem era representada por uma carga quanti-descritiva, na qual o ambiente era condutor das ações humanas, influenciando as suas reações, em que sintetizava o homem como mero produto do meio, por lhe remeter ao **determinismo geográfico** como painel de estudo, principalmente, por Ratzel (CLAVAL, 2007).

---

<sup>19</sup> Friedrich Ratzel contribuiu decisivamente para o surgimento da geografia política (geopolítica) ao criar, por exemplo, a terminologia espaço vital (em alemão: "*Lebensraum*") que usou em seus estudos; a qual seria aplicada na justificativa de um Estado promover (mesmo a partir de guerras) expansão territorial (DEFARGES, 2003).

Diante dos embates e discussões em torno dos enfoques dos estudos da paisagem, surge, por sua vez, na França, no século XIX, uma nova abordagem para esta categoria, principalmente, com os estudos do geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845-1918) que toma a paisagem ao relacioná-la à região para estudar a inter-relação dos elementos naturais e humanos a partir de uma unidade. E, nesse contexto, podemos declarar que esse pesquisador clássico foi um dos responsáveis por instituir a Geografia, como Ciência da Paisagem, onde a “[...] ‘*Paysage*’ (paisagem) passou a ser percebida, também, como um elemento de estudo de enfoque social/humanista, atentando para as modelagens que o homem realiza no meio” (ALVES, 2020, p. 125, grifos do autor). Além disso, passou a serem analisadas, então, as ações do sujeito ao lugar, **seu modo - gênero - de vida**, e inaugurado, nesse contexto, o conhecido **possibilismo geográfico**, que mesmo admitindo a influência do meio sobre o homem, o possibilismo afirma que o homem, como ser racional, é um elemento ativo e, portanto, têm condições de modificar o meio natural e adaptá-lo segundo suas necessidades (ALVES, 2014; FREITAS, 2007).

Dessa maneira, a Cultura foi introduzida de forma sucinta, clara nas discussões e estudos geográficos, numa tentativa de se compreender o Espaço quando se passa a conjugar os elementos naturais, e os elementos socialmente construídos. Para tanto, o termo **paisagem cultural** tem sua origem, na Alemanha, entre os séculos XIX e XX, quando geógrafos como Otto Schlüter (1872-1959) e Otto Karl Siegfried Passarge (1866-1958) usaram o termo *Kulturlandschaften* (as paisagens culturais) em oposição ao de *Naturlandschaften* (as paisagens naturais) (ALVES; DEUS, 2020; SARLO, 1997).

No século XX, no período de 1930-1950, o conceito de paisagem é novamente discutido, especialmente, nos Estados Unidos da América com o professor Carl Ortwin Sauer (1889-1975), fundador da Escola de Berkeley (1925-1975), que empreendeu estudos influenciados pelas escolas clássicas francesa e alemã, ao ter acuidade com os elementos da subjetividade. O pesquisador projetou em suas pesquisas a compreensão da descrição de espaços, realizando comparações, induções e diferenciações de áreas e povos. Concebeu, nesse sentido, certa liberdade de expressão no que tange aos meios e objetos que o homem utilizavam para a sua sobrevivência, ressaltando a **paisagem cultural como resultado (e o processo) das ações e escolhas que tomamos no decorrer da vida** (ALVES, 2014; SAUER, 1998).

Abrindo uma nova frente de discussão (e remetendo-nos, nesse novo horizonte de reflexão, às transformações e dinâmica sociais), vale ressaltar que no século XX, entre os anos de 1950 a 1980, no pós-guerra<sup>20</sup>, houveram ações em escala global, principalmente, pautados por uma clara oposição à política neoliberal<sup>21</sup>, irrompem, nesse período, muitos movimentos sociais insurgentes como aqueles acoplados às revoltas estudantis<sup>22</sup> e mobilizações dos movimentos feminista, ecológico e *hippie* que passaram a questionar os interesses e as consequências das ações políticas instituídas por formarem manifestações de contracultura em protesto contra a paralisia observada nas políticas voltadas ao bem-estar social, pela qual responsabilizavam os agentes capitalistas em suas ações de dominação (SADER; GENTILI, 1995).

Neste período (1950-1980) surge, no Brasil, uma diversidade de movimentos que reivindicavam conquistas básicas - era a luta pela moradia, pelo transporte, contra o alto custo de vida, pela saúde, luta contra o desemprego e ditadura militar, por exemplos -, a ponto de se formarem alguns movimentos hoje mais coesionados e consolidados, tais como: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTS) e os movimentos em defesa dos índios, negros e das mulheres (SADER; GENTILI, 1995).

Nos Estados Unidos da América, a contestação social e política, levada a cabo pelos movimentos de direitos civis contribuíram para o surgimento das Teorias da Mobilização de Recursos (TMR)<sup>23</sup> e da Teoria do Processo Político (TPP)<sup>24</sup>, assim como, na Europa, os protestos emergentes ocorrem no mês de maio de 1968 conduziram à construção das análises em torno dos novos movimentos sociais. Vale ressaltar que a população estava inserida, então, em um mundo em que as paisagens passavam por profundas transformações vinculadas, em especial, à expansão da

---

<sup>20</sup> Pós-II Grande Guerra.

<sup>21</sup> Neoliberalismo é um termo que, especialmente a partir do final dos anos de 1980, tem sido empregado em substituição a outros termos, tais como: monetarismo e neoconservadorismo. Seus defensores advogam em favor de políticas de liberalização econômica extensas (como as privatizações), austeridade fiscal, desregulamentação, livre comércio e o corte de despesas governamentais - quase sempre afetando negativamente os menos abastados - a fim de reforçar e conduzir o papel do setor privado na economia (SADER; GENTILI, 1995).

<sup>22</sup> Capitaneados por entidades como o SDS (*Students for a Democratic Society*) nos Estados Unidos e a UNE (União Nacional dos Estudantes), no Brasil, por exemplo.

<sup>23</sup> Pautado na preocupação em entender o papel da burocracia na organização dos movimentos sociais, tendo o foco no exercício das lideranças, sobretudo em sua capacidade de mobilizar e trocar bens num mercado de barganhas (SADER; GENTILI, 1995).

<sup>24</sup> Desenvolve como crítica ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da Teoria da Mobilização dos Recursos, tentando direcionar as políticas públicas e as ações do Estado para setores específicos da sociedade (SADER; GENTILI, 1995).



economia capitalista. Na década de 70 e início dos anos 80, essa expansão é afetada pela crise do petróleo que provoca recessão e inflação nos países denominados de Primeiro Mundo. Naquela década desenvolve-se novos métodos e técnicas na produção, onde a automação, robotização e terceirização aumentavam a produtividade e reduziam a necessidade de mão de obra barata, e especializada (SADER; GENTILI, 1995).

A informática, a biotecnologia e a química fina desenvolviam matérias-primas artificiais e os equipamentos ficam cada vez mais obsoletos. Além de perceber que os investimentos começavam a circular para além de fronteiras nacionais, buscando melhores e maiores mercados, criam alianças e blocos econômicos e o mundo globaliza-se, embora esse processo de mundialização não é para todos, sobretudo, no que concerne aos seus benefícios - ficando mais claras as disputas e os dilemas entre: acesso/produto x renda/consumo ao países pertencentes a aldeia global (SADER; GENTILI, 1995).

Nos anos de 1960 a 1980, os trabalhos sobre a paisagem passam a colocar em evidência as ações do homem e suas percepções, em uma abordagem humanística, incorporada ao processo conhecido com a **volta da Geografia Cultural**. Principalmente, ao ser influenciada pela Geografia francesa, ao tendo Claval (1932) como um dos seus grandes expoentes, realizando trabalhos com abordagens que dão valor à intersubjetividade do homem (ALVES, 2014; CORRÊA; ROSENDAHL, 2007;).

E, dessa maneira, é que ocorre, então, uma mudança de concepção da investigação geográfica, a qual:

[...] repousa sobre uma mudança completa de atitude e nasceu da contestação de que as realidades que reflete a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São expressões de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm uma dimensão psicológica e sociopsicológica. Nascem das sensações que as pessoas exprimem e das percepções a elas ligadas (CLAVAL, 2001, p. 39).

Dessa forma, a paisagem, como denunciante da vida, sinaliza que se possa identificar as várias formas (positivas e negativas<sup>25</sup>) do homem ao relacionar com o

---

<sup>25</sup> Vale a referência do conceito: **Paisagem do Medo**, apontado por Tuan (2005), o qual refere as paisagens que o homem cria/elaborar ou vivência e não sente nenhuma, ou pouca, identificação afetiva, remetendo, aliás, a medos, inseguranças, instabilidade psicossocial.

Outro, com ele e o meio. Nesse sentido, é que, inclusive, o geógrafo cultural britânico Denis Edmund Cosgrove se esquivou de analisar a paisagem como uma entidade supraorgânica, alternativamente compreendendo-a como produto cultural forjado a partir das relações introduzidas entre a Sociedade e a Natureza, e como expressão fenomênica da coletividade, tal como se organiza em um dado espaço e tempo.

Assentado nessa compressão, Cosgrove (2003) percebe a relação homem-paisagem-natureza e promove a classificação das paisagens nas seguintes categorias: *i*) paisagem cultural dominante; *ii*) paisagem residual; *iii*) paisagem emergente e *iv*) paisagem excluída. Uma característica importante em seus trabalhos é a relação continuamente estabelecida entre a paisagem ao simbolismo e sua abordagem como marcas do Homem na Terra - Cultura - ao apontar, aliás, que a paisagem está intimamente ligada ao estudo do poder<sup>26</sup>, ao revelar as relações de dominação e opressão e evidenciando a supremacia de um grupo social e ou Estado sobre o desejo e o direito do Outro, perceptível em paisagens que remetem, muitas vezes, a lugares e não lugares (AUGÉ, 1994; RELPH, 2012).

Segundo Cosgrove (1998), a **paisagem cultural dominante** é entendida a partir da constatação de que:

Um grupo dominante que procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é mais bem concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é às vezes chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (COSGROVE, 1998, pp. 104-105).

Fazendo um exercício classificatório, Cosgrove (1998) ainda apresentou a compreensão de paisagens que remetem à marginalização social. Na perspectiva do autor, essas paisagens desdobrar-se-iam em:

- i. **Paisagens residuais:** aquelas que constituiriam símbolos, em sua (i)materialidade, acoplados a uma carga simbólico-representativa que configura, representa e condensa um momento histórico, como é o caso dos patrimônios históricos reconhecidos pelo IPHAN e pela UNESCO;

---

<sup>26</sup> E, adotando, portanto, uma abordagem que vincula explicitamente **Espaço e Poder**.

- ii. **Paisagens emergentes:** são aquelas que, apesar do caráter transitório e de impacto quase sempre efêmero sobre o espaço, possuem símbolos próprios que desafiam as culturas dominantes, funcionando como porções do espaço para um grupo que pensa a sociedade de maneira alternativa em relação ao grupo hegemônico; a exemplo dos grafiteiros;  
e;
- iii. **Paisagens excluídas:** como indica o termo, remetem à exclusão de uma cultura, tratada como inferior, ao ser referir, essencialmente, à simbologia impressa na paisagem por grupos sociais periféricos/marginalizados, a partir da concepção e julgamento do grupo hegemônico. Um exemplo de construtores de paisagens excluídas seriam os grupos de pichadores.

Assim, para Cosgrove (1998, 2003), a paisagem é interpretada de forma fundamentalmente crítica, sem deixar de ressaltar as motivações da sua construção/gestação, os desdobramentos que elas ocasionam, sempre atentando para os diferentes significados simbólicos e políticos que instigam a interpretação geográfica diante de quem constrói a paisagem, e usufrui dela, seja de forma direta ou indireta, intencional ou não.

Faz-se importante, por outro lado, ressaltar as considerações colocadas por Berque (1998), autor que intencionava obter uma compreensão da paisagem que pudesse ser, separada ou simultaneamente, contemplativa (do ponto de vista físico, material) e subjetiva (do ponto de vista fenomenológico). Na busca por uma reflexão ampla sobre a paisagem, o autor citado acima cria o neologismo **paisagem da mediância** “[...] com o sentido de meio, ao mesmo tempo, tendência objetiva e de sensação/percepção, dando significação desta relação medial” (BERQUE, 1998, p. 34).

Desse modo, o autor supracitado sinaliza que é preciso sensibilidade para compreender a paisagem nessa abordagem e aponta duas maneiras de tornar claro a sua compreensão, classificando a paisagem enquanto:

- i. **Paisagem marca:** aquela que é passível de ser percebida pelos sentidos, experienciada por uma consciência afetiva e memorialística, valorizada por sua utilidade e estética, ao ser regulamentada - mas, não posta como obrigatória o seu reconhecimento legal - sancionada por uma política via comunidade, ação governamental, por exemplos;

- e;
- ii. **Paisagem matriz:** aquela que é capaz, em certa forma, de determinar o olhar, a consciência, a valorização, a política, simultaneamente, ao promover uma nova estrutura a partir da paisagem.

Em revisita a literatura, o autor referenciado acima reitera que a paisagem, então, funciona ao mesmo tempo como marca e matriz, ao ser:

Marca (morfológica), porque exprime maneiras de fazer e maneiras de ver que lhe são anteriores. A partir das marcas podemos ler e interpretar a paisagem pela sua forma. Matriz (esquemática ou estrutural), por sua vez, porque informa maneiras de ver e maneiras de fazer que exprimirão ulteriormente outras paisagens. São interdependentes: a marca expressa a matriz e a matriz revela o sentido da marca (BERQUE, 1987, p. 244).

Desse modo, Berque (1987, 1988, 2013b) elucidou que a paisagem anuncia, assim, uma sociedade pelas suas marcas, matrizes e através destas que os homens se reconheceriam, pois “[...] as sociedades interpretam seus ambientes em função da organização que elas lhes dão e, reciprocamente, elas os organizam em função da interpretação que elas fazem deles” (BERQUE, 2013b, p. 35).

A interpretação que se faz de um lugar é singular para cada sujeito, pois cada um vive, internaliza e revive a Paisagem com intensidades diversas por meio da memória. E, nesse contexto, podemos nos questionar: **“Qual seria a natureza desse processo de ser afetado pela Paisagem (Patrimônio)?”**.

Para Weels (2016), a resposta está no ato criativo da imaginação, como sendo um tipo de experiência quando o sujeito observa a paisagem física/concreta/materializada e passa a reconhecê-la em um sentido pessoal que é, no seu julgamento, mais significativo do que os parâmetros histórico-geográficos que esta é avaliada por instituições oficiais, tal como, o IPHAN. Para o autor, essa experiência, do homem com a Paisagem, não marca drasticamente a distinção da importância histórica de uma Patrimônio e da memória que dela surge. O que se faz necessário é entendermos que a paisagem, neste contexto, é entendida e classificado como: “[...] **paisagem-fantasia ou paisagem interna narrativa**, a qual provoca a construção de histórias pessoais, que não necessariamente o homem deve experimentá-la para entendê-la, ele simplesmente a vive a partir de suas lembranças e da sua história social construída” (WEELS, 2016, p. 12, grifo nosso).

Desse modo, podemos observar que, de modo geral, não há a necessidade de se experimentar determinada paisagem para conhecê-la, pois quando o indivíduo observa a representação de uma paisagem específica, ele poderá identificá-la como pertencente a determinado lugar; e, assim, terá o conhecimento da paisagem, mas não a sua experiência vivida. Segundo Besse (2014), para se experimentar a paisagem é necessário vivenciá-la diretamente, dado que a experiência é uma exposição do corpo ao real. Logo, **a paisagem seria como uma experiência polissensorial**, pois:

Haveria então a paisagem sonora, auditiva, olfativa, dentre outras. Ao caminhar por determinada paisagem, ou ao visitar determinado local, nossos sentidos seriam impregnados pelas diversas informações componentes do ambiente que nos cerca: os sons das ruas, das praças; os odores das fábricas ou dos jardins; a vista do horizonte permeada por grandes edifícios ou casas mais baixas etc. Essas interações do universo corpóreo com o da paisagem gerariam diversas emoções: repulsa, afeto, saudade. Desse modo seriam produzidas as identidades e nossa forma de vida (BESSE, 2014, p. 72).

Nessa abordagem sobre a importância da Paisagem como forma e representação: social, histórica, política, ideológica e, principalmente, cultural, sinalizamos o seu reconhecimento como categoria pela UNESCO. A categoria Paisagem Cultural foi reconhecida no âmbito da UNESCO, em 1992, pela recomendação do Conselho da Europa (COE) e aprovada na 16ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1995, onde se processou a elaboração da proposta e aprovação da categoria por especialistas de diversos campos científicos, dentre os quais se destacam: arqueologia, história, ecologia, geografia, arquitetura (ALVES; DEUS, 2020; RIBEIRO, 2007). Além da paisagem cultural, foram definidos, na mesma sessão, como tipos específicos de patrimônio cultural: cidades e centros históricos<sup>27</sup>, canais como patrimônio<sup>28</sup> e rotas do patrimônio<sup>29</sup> (IPHAN, 2008).

Na ocasião, a paisagem cultural ficou definida como:

---

<sup>27</sup> Classifica-se em três categorias, a saber: **Cidades mortas**: testemunhos arqueológicos inalterados do passado que, frequentemente, atendem o critério de autenticidade. **Cidades históricas vivas**: que, por sua própria natureza, têm sido e seguem evoluindo em função de transformações socioeconômicas e culturais que estabelecem nas cidades. **Cidades novas do século XX**: que paradoxalmente tem algo em comum com as duas categorias mencionadas anteriormente, dada a sua organização urbana original visível e autenticidade evidente cotidianamente avaliada, protegendo áreas de valor cultural e acompanhando o planejamento urbano para coexistir a relação entre preservação e continuidade da promoção de paisagens (IPHAN, 2008).

<sup>28</sup> É uma via navegável construída pelo homem, tendo um valor excepcional do ponto de vista da história ou da tecnologia (IPHAN, 2008).

<sup>29</sup> Compostos por elementos culturais materiais que possuem valor cultural, em função dos intercâmbios e do diálogo multidimensional entre países ou regiões, e que ilustram a interação de povos em movimento (IPHAN, 2008).

Bens culturais que representam as obras conjugadas do homem e da natureza a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas. As paisagens culturais frequentemente refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras mantém a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das paisagens culturais seja útil para a manutenção da diversidade biológica (UNESCO, 2013, p. 70).

Neste sentido, a compreensão do conceito de Paisagem Cultural definido pela UNESCO (2013) é apresentada por meio das seguintes classificações:

- i. **Paisagem claramente definida:** aquela que é intencionalmente concebida e criada pelo homem, englobando as paisagens criadas por fatores estéticos, como jardins, por exemplo;
- ii. **Paisagem essencialmente evolutiva:** aquelas que têm uma origem: social, econômica, administrativa e/ou religiosa e que atingem a sua forma por associação, em resposta ao ambiente natural;  
e;
- iii. **Paisagem cultural associativa:** caracteriza-se pela força da associação dos fenômenos: religiosos, artísticos ou culturais ao elemento natural.

Estas paisagens refletem o processo evolutivo na sua forma e em sua composição, subdividindo-se em duas categorias:

- i. **Paisagem relíquia** (ou fóssil): correspondendo a uma paisagem que sofreu um processo evolutivo o qual, em algum momento foi interrompido, tendo se mantido, contudo, as suas características essenciais e materialmente visíveis;  
e;
- ii. **Paisagem viva:** compreendendo a paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade, intimamente, associado ao modo de vida que respeita a estrutura e formas da paisagem, que pode a coletividade utilizá-la e percebê-la em seu cotidiano.

No Brasil, a categoria Paisagem Cultural foi institucionalizada apenas, em 2009, com a publicação da Portaria número (n.) 127 do IPHAN, colocando como uma possibilidade a viabilidade de se contornar os limites das dualidades entre os patrimônios: cultural e natural, simultaneamente, entre os patrimônios material, e imaterial praticadas pelas instituições de salvaguarda do patrimônio nacional (IPHAN, 2009a).

Esta forma de perceber a paisagem de maneira ampla só é possível, conforme aponta Cosgrove (1998), porque a Geografia está em toda lugar, reproduzida, diariamente, por cada sujeito. E, cabe a nós a decodificação do significado de nossas paisagens e das tramas que delas emergem para, assim, podermos apresentar à sociedade uma geografia efetivamente humana; crítica e relevante, a qual possa contribuir para o próprio núcleo humanista para edificar, propositivamente, o conhecimento, e a compreensão das paisagens (COSGROVE, 1998).

Diante do que foi abordado neste subtópico, procuramos relacionar os significados do mundo material, subjetivo que o homem atribui à paisagem (aqui relacionada ao patrimônio), concomitantemente, a evolução da compreensão institucional (legal e legítima) e os critérios para a realização da inscrição de um bem na lista de um patrimônio da humanidade. Desse modo, apresentaremos, a seguir, uma breve discussão desta relação tal como ela é entendida pela UNESCO.

### **3.2 A UNESCO e a concepção do patrimônio no contexto da legalidade e da legitimidade.**

A concepção institucional de um patrimônio cultural da humanidade foi regulamentada no ano de 1972 por meio da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>30</sup>, em Digne, na França, com o objetivo de incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. Tratou-se de um esforço internacional realizado no sentido da valorização de bens que, por sua

---

<sup>30</sup> A UNESCO foi concebida por meio da Conferência das Nações Unidas a qual tinha como objetivo a criação de uma organização educacional e cultural. Tal conferência ocorreu em Londres entre os dias 1 a 16 de novembro de 1945 e nesta compareceram 44 delegações/países que decidiram firmar acordo para fomentarem uma cultura da paz e estabelecer a solidariedade intelectual, cultural e moral e, ao fazê-lo, buscavam evitar novas guerras mundiais e proteger seus bens culturais significativos, fazendo menção ao momento que viviam (II Guerra Mundial) (UNESCO, 2013).

importância como referência e identidade das nações são considerados e categorizados como patrimônio de todos os povos (UNESCO, 2003).

O patrimônio da Humanidade pode ser desde uma região até um modo de vida que venha a ser assim normatizado pela comunidade científica, legitimado pela sociedade civil dos países signatários e a que se atribui, ou no qual se identifica um caráter inigualável e de fundamental importância para toda a Humanidade. Pode vir a ser um patrimônio: *i*) um único monumento ou construção; *ii*) um conjunto arquitetônico delimitado em uma cidade, vila ou região, *iii*) toda a área de uma cidade ou espaço natural, devido ao seu valor histórico, arqueológico e ambiental, ou ainda *iv*) diversas manifestações e rituais que tiverem reconhecidas sua dimensão histórica e social por comunidades ou povos. Esses recortes, ao **serem reconhecidos como de inigualável valor científico e legítimo**, são susceptíveis a terem um pedido da salvaguarda encaminhado à UNESCO e, posteriormente, essa solicitação avaliada e atendida, o bem é reconhecido, culminando na inscrição na Lista do Patrimônio Mundial<sup>31</sup> (UNESCO, 2020).

O reconhecimento de um patrimônio pela UNESCO (2013), através de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, equivale a ser inserido em:

Um regime jurídico no qual o bem integra o domínio público internacional tendo em vista o interesse de toda a humanidade, muito embora ele continue sob a jurisdição do Estado ao qual faz parte, pois cabe a este zelar pela sua proteção. Trata-se de um patrimônio comum por afetação, pois o fato de implicar num interesse maior, coletivo e internacional, não o torna apropriável por toda a humanidade na forma de repartição de recursos (SCIFONI, 2008, p. 34).

Desse modo, esses lugares, ou manifestações culturais são avaliados pela UNESCO e ao serem reconhecidos e classificados como Patrimônio Mundial<sup>32</sup>, o *status* e importância oficial necessário para lhe garantir maior conservação, preservação e divulgação. A lista dos prováveis patrimônios a serem inscritos é divulgada e atualizada após as sessões anuais da UNESCO, quando os bens, em processo de avaliação, são descritos geohistoricamente e o papel assumido por eles é

<sup>31</sup> Para a melhor compreensão sobre a constituição do Patrimônio ao longo do tempo, e os seus desdobramentos políticos e socioculturais, vale a leitura da obra: CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2006.

<sup>32</sup> A palavra patrimônio tem suas raízes na ideia de propriedade, o que lhe confere sentido jurídico. O patrimônio, como herança de pai, do antigo direito romano, se ligava antes aos bens particulares que aos bens públicos. Após os desdobramentos da Revolução Francesa (1789-1799), o conceito migra do individual ao coletivo, onde o patrimônio se constitui posse de toda a nação / povo (GONÇALVES, 1996).



debatido pelos representantes dos países/delegações, ao ser promulgados ou não como bens patrimonializados. Sendo assim, vale ressaltar que cabe aos países signatários a atribuição de selecionarem e indicarem os bens culturais e naturais a serem, possivelmente, inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. As informações sobre cada candidatura são avaliadas pelos órgãos assessores da Convenção e a sua aprovação final é feita pelo Comitê do Patrimônio Mundial, composto por representantes de 21 países que são eleitos para compor a comissão a cada dois anos, valendo destacar que o Brasil ratificou a Convenção, em 1978 e está presente na UNESCO até hoje (UNESCO, 2020).

A Convenção recebe, anualmente, novas inscrições de bens e manifestações requeridas pelos países-membros para eventualmente passarem a integrar a Lista do Patrimônio Mundial. Esta propositura é discriminada por extensos dossiês, com vários itens pré-obrigatórios, como: *i*) fatores históricos, *ii*) geográficos, *iii*) econômicos, *iv*) sociológicos e de *v*) impacto destes bens para as sociedades; e eles são analisados, pesquisados e inspecionados, para que ao fim do processo, cumprindo todos os requisitos exigidos, eles sejam referendados e incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, onde são nomeados e catalogados, passando à UNESCO a salvaguarda internacional destes bens (UNESCO, 2013).

Desta maneira, é que surge a noção de um patrimônio cuja preservação é de interesse internacional por constituírem bens:

Inestimáveis e insubstituíveis não só de cada país, mas de toda a humanidade, e que seu desaparecimento se constituiria no empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo, merecendo ser especialmente protegido contra os perigos cada vez maiores que os ameaçam, logo ser considerando como um bem mundial é garantir a perpetuação da cultura e da história de um dado povo e território (UNESCO, 2013, pp. 1-2).

É relevante sinalizar, a propósito, que, hoje, a UNESCO percebe **o patrimônio para além de uma perspectiva voltada ao interesse de um grupo ou classe social** (UNESCO, 2020). Os estudos historiográficos que são realizados pela organização contribuíram para tal compreensão. E, assim, em:

Uma perspectiva interdisciplinar até então pouco discutido e agora percebem os aspectos monumentais da criação humana que remetem ao universo do patrimônio da humanidade e as relações entre a arquitetura e sua valoração, memórias afetivas mais profundas presentes em diferentes manifestações e performances artísticas de natureza imaterial ou intangível, além de suas relações intrinsecamente ligadas aos aspectos materiais e imateriais da vida social (ANGELO; SIQUEIRA, 2018, p. 53).

E, desta forma, o significado e sentido de patrimônio dissemina, cada vez, ao se democratizar, ao buscar representar a expressão sociocultural, tanto no mundo das artes e do modo de vida do povo, como do conhecimento. Para tanto apresentamos, no Quadro 04, os critérios culturais para inscrição de bens na Lista de Patrimônio Mundial.

**Quadro 04:** Critérios culturais para inscrição de bens na Lista de Patrimônio Mundial.

CRITÉRIOS CULTURAIS	
ITEM	CRITÉRIOS
i.	Representar uma obra-prima do gênio criador humano;
ii.	Ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
iii.	Constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
iv.	Representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
v.	Ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis; e,
vi.	Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional.

Fonte: UNESCO, 2013.

Organização: Próprio autor, 2020.

Pela leitura do Quadro 04 destaca-se, como exemplos de critérios culturais utilizados pela UNESCO, elementos capazes de representar intercâmbio, influência e excepcionalidade de mundo a partir do fazer humano, sendo elementos que apresentam tradições culturais vivas ou não de um povo, ao percebendo **a paisagem como processo e forma de interação humana com o meio ambiente.**

Sobre o Patrimônio Natural da Humanidade, apresentamos o Quadro 05, o qual apresentar-se-á os critérios naturais para inscrição de bens.

**Quadro 05:** Critérios naturais para inscrição de bens na Lista de Patrimônio Mundial.

CRITÉRIOS NATURAIS	
ITEM	CRITÉRIOS
vii.	Representar fenômenos naturais notáveis, ou áreas de beleza natural e de importância estéticas excepcionais;
viii.	Ser exemplos excepcionais representativos dos grandes estádios da história da Terra, nomeadamente testemunhos de vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres, ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;
ix.	Ser representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas, comunidades de plantas e de animais: terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos; e,
x.	Conter os <i>habitats</i> naturais mais representativos e mais importantes para a conservação da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas em extinção que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação natural.

Fonte: UNESCO, 2013.

Organização: Próprio autor, 2020.

Pelo Quadro 05, destaca-se a centralidade que a UNESCO (2013) dá para a representação excepcional das formações físicas, biológicas e geológicas, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas de conservação com mensuração científica comprovada que localizam um valor universal excepcional.

Sobre o patrimônio natural, vale atentarmos para um destaque da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, promovida pela UNESCO, em 1972, pois nela ocorreu um marco na discussão em torno do patrimônio natural, porque formulou o conceito citado, problematizou o quanto os elementos naturais de relevância excepcional, especialmente, os geológicos, estavam em ameaça de destruição, principalmente, pela evolução das estruturas e mecanismos econômicos (MEIRA; MORAIS, 2016).

Nessa seara, vale destacarmos a urgência de estratégia de geoconservação para a manutenção e proteção dos recursos naturais excepcionais, especialmente, no que refere ao conjunto de elementos geológicos que se destacam por seu valor ecológico, mineral, biológico tanto como pelo ponto de vista científico, cultural, pedagógico e turístico - relacionado aos temas históricos ligados à geologia, ou uma beleza geológica excepcional – ao promover, a partir do reconhecimento da UNESCO, diretrizes para o processo de: inventariação, avaliação quantitativa, classificação (termo usado como sinônimo de tombamento), conservação, valorização, divulgação e monitoramento de uma nova modalidade de patrimônio: **O patrimônio geológico** (CPRM, 2020; MEIRA; MORAIS, 2016).

Por essa razão, se destaca como o Patrimônio Geológico, ou Geopatrimônio, surge na premissa de:

[...] ampliar o sentido restrito do termo “geológico”. Sendo assim, o conceito de Geopatrimônio é de caráter mais amplo, estando intimamente relacionado com a definição de sítios geológicos (e suas diversas subdivisões). Torna-se válido salientar que o conceito de Patrimônio Geológico, segundo a corrente teórica predominante, engloba toda uma diversidade de categorias (patrimônio geomorfológico, patrimônio mineralógico, patrimônio paleontológico etc.) (MEIRA; MORAIS, 2016, p. 134).

Neste sentido, devemos ficar atentos a essa temática o Patrimônio Geológico constitui um campo de atuação recente em meio às Ciências, em especial, quando se

toma como recorte o Brasil<sup>33</sup>, pois o objetivo central do reconhecimento de um patrimônio geológico, em esfera mundial, é assegurar a preservação da natureza, o desenvolvimento sustentável através, por exemplo, do geoturismo e reforçar a identificação da população com sua região, especialmente, os povos tradicionais, ao promover o respeito ao meio ambiente, e estimular a todo tipo de vida existente (CPRM, 2020).

Vale destacar que ainda existe o Patrimônio Misto, o qual diz respeito aos bens que respondam, parcialmente, às definições de patrimônio natural e cultural que figuram na Convenção - diante dos critérios apontados nos Quadros 03 e 04 - valendo ressaltar que no Mundo há 37 patrimônios mistos reconhecidos (UNESCO, 2020).

Em relação ao Patrimônio Imaterial da Humanidade, a UNESCO utiliza alguns critérios adotados e promulgados, em 2003, para estimular governos, organizações não governamentais (ONGs) e comunidades locais a reconhecer, valorizar, identificar e preservar o seu patrimônio intangível, o qual é centrado nas práticas sociais.

Sobre o Patrimônio Imaterial da Humanidade, apresentaremos o Quadro 06, o qual apresenta os critérios para inscrição de bens nessa categorização.

**Quadro 06:** Critérios para inscrição de bens na Lista de Patrimônio Cultural Imaterial Mundial

CRITÉRIOS IMATERIAIS	
ITEM	CRITÉRIOS
i.	Tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
ii.	Expressões artísticas;
iii.	Práticas sociais, rituais e atos festivos;
iv.	Conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e,
v.	Técnicas artesanais tradicionais.

Fonte: UNESCO, 2016.

Organização: Próprio autor, 2020.

Pelo Quadro 06 percebe-se que nos critérios para inscrição de bens na Lista de Patrimônio Cultural Imaterial Mundial estão contemplados os saberes, práticas, expressões, conhecimentos e técnicas humanas representadas pelos instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que o Homem associa ao seu **modo de vida**, ao ponto do povo/comunidade reconhecê-los **como parte integrante e indissociável da sua história de vida** (ALVES; DEUS, 2020).

<sup>33</sup> Para Meira & Moraes (2006), no Brasil, o órgão que operacionaliza e gerencia o patrimônio geológico é a Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), instituída pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Como exemplos de sítios geológicos brasileiros reconhecidos como patrimônios da humanidade, podemos citar: Pão de Açúcar (RJ) e as Cataratas do Iguaçu (PR).

O patrimônio cultural imaterial é entendido como:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2006, p. 04).

Para a promoção da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial cada Estado assegurará a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos, e quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio ao associá-los ativamente à sua gestão, buscando perceber, operacionalizar a oferta do bem realmente associado à vida de seu povo (vide ANEXO I) (UNESCO, 2006).

A UNESCO reconhece, contabilizando os registros entre os anos de 2002 até 2020, um total de 347 patrimônios imateriais, presentes em todas os continentes e presente em mais de 119 países, com destaque para os continentes europeu e asiático que ofertam maiores esforços e inscrições para o reconhecimento das práticas e modos de vida, juntos obtém mais de 62% dos registros dos patrimônios imateriais (UNESCO, 2020).

Como exemplo deste patrimônio vale sinalizar o reconhecimento, no dia 17 de dezembro de 2020, do conhecimento das práticas e das tradições relacionadas ao preparo e ao consumo do cuscuz que foram declarados Patrimônio Imaterial da Humanidade. Pois, reunidos por videoconferência - devido ao cenário pandêmico do COVID-19 - o Comitê de Patrimônio da UNESCO, sob a Presidência da Jamaica, aprovou esse patrimônio por requisição feita conjuntamente entre os seguinte países: Argélia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. Esses países apresentaram a argumentação que o cuscuz propicia a apresentação e representação de saberes e práticas culturais por todos os gêneros, de todas as idades, sedentários ou nômades, presente nos espaços rurais ou urbano, incluindo o gosto e o modo de fazer dos imigrantes. Contudo, afirmaram que o cuscuz está presente no cotidiano de cada sujeito que vive nesses países. Neste sentido, a UNESCO (2020) destacou, que: “Essa inscrição conjunta de

um patrimônio compartilhado ilustra até que ponto o patrimônio cultural pode ser um assunto sobre o qual os Estados se reúnem e cooperam [...] aproximando-os por meio das práticas e saberes que têm em comum” (UNESCO, 2020, p. 02).

A inserção de um Patrimônio da Humanidade, seja nas categorias cultural, natural ou imaterial, se evidencia como estratégica, pois além do bem envolvido passar a constituir um bem de representação cultural e de valor científico reconhecido, após a efetivação de tal procedimento, estes, sob certas condições, - especialmente, se o patrimônio correr risco estrutural -, passam a ter a possibilidade de captar recursos financeiros do Fundo do Patrimônio Mundial<sup>34</sup> a serem aplicados na recuperação e manutenção do bem. Vale destacar que a conservação e proteção de cada patrimônio passam por um processo contínuo de avaliação pela UNESCO, ao ser compreendido que a responsabilidade do país ou dos países que comungam do mesmo bem (i)material que se localiza entre fronteiras para a preservação e perpetuação harmônica do bem frente aos interesses do povo (UNESCO, 2003).

Tem-se havido uma constante preocupação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios com a salvaguarda e promoção dos patrimônios aliado aos **espíritos dos lugares**, uma vez que, esse conselho entende que se deve compreender os conjuntos tombados para além de suas evidências históricas materializadas “[...] entendendo o que dá sentido, valor, emoção e mistério ao lugar, de tal modo que o espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito e o patrimônio” (ICOMOS, 2008, p. 27).

E, se, porventura, um país não protege o(s) patrimônio(s) inscrito(s), corre o risco de que eles sejam retirados da Lista do Patrimônio Mundial. Os países devem, assim, informar, periodicamente, ao Comitê do Patrimônio Mundial sobre o estado de conservação e preservação, além da relação existente entre o Patrimônio e a comunidade. Quando o Comitê do Patrimônio Mundial é comunicado sobre possíveis perigos do bem perder o significado, forma e legitimidade do patrimônio, ele é incluído na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (vide ANEXO II), informando e chamando a atenção mundial sobre a sua situação de precariedade e sobre as ações que serão feitas, em escala local e global, para preservá-lo (UNESCO, 2003).

---

<sup>34</sup> O programa foi criado em 23 de novembro de 1972 na Conferência Geral da UNESCO realizada em Paris (França) na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Desde então, 191 países ratificaram a Convenção, tornando-se um dos mais respeitados organismos internacionais de proteção e perpetuação a cultura (UNESCO, 2019).

Deste modo, destaca-se que o Patrimônio Mundial abrange: “[...] todos os bens materiais e imateriais, naturais ou construídos que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular” (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 13), que tenham valor excepcional para a Ciência, a Arte e para o conhecimento histórico dos homens. E, nessa perspectiva, se expande, aliás, a tipologia do patrimônio que é considerado como um “[...] conjunto dos bens culturais que se referem às identidades de um grupo de indivíduos ou mesmo de sociedades inteiras” (MELO, 2009, p. 18). Nomeadamente, a paisagem insere-se na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, que a UNESCO institucionalizou a categoria (IPHAN, 2012). E, partir de então que, oficialmente, a categoria paisagem passa a ser um bem acoplado e aliado aos elementos materiais e/ou naturais por ser o patrimônio relacionado aos sentidos subjetivos que a partir dele manifesta-se ao Homem (ALVES; SILVA; DEUS, 2019).

Na perspectiva da UNESCO, nos últimos 48 anos, o patrimônio cultural torna-se um disputado campo de inscrições de propostas de bens naturais e culturais (i)materiais que, de certa forma, **representam os ideais de apropriações, lutas e reafirmações políticas identitárias de vários povos no mundo** (ANGELO; SIQUEIRA, 2018). É sugestivo sinalizar que entre as principais reflexões acerca da formação do conceito clássico de patrimônio, sobressaem as noções de tempo, memória, espaço, cultura/povo, produção e poder junto à sociedade, a fim de relacionar as noções de identidade/pertencimento, valor e uso ao auxiliá-los entender, e respeitar os limites e as necessidades da experiência dos sujeitos diante aos elementos identitários (FONSECA, 2005; UNESCO, 2020).

Sobre este assunto é pertinente apontar que:

A própria categoria patrimônio e sua definição, ainda orientada por critérios artísticos, históricos e de excepcionalidade, para não falar da ênfase no material e no monumental, passam a ser contestadas diante de mutações em variadas áreas do social. Diferentes crises participaram, cada uma a seu modo, da mudança de estatuto do conceito de patrimônio, seja a crise dos paradigmas científico-positivistas, sejam as demais crises, como do modo de acumulação fordista-taylorista, a crise do conceito de cultura como distinção social, a consolidação da noção antropológica de cultura, a crise do Estado social e a de instituições que antes forneciam importantes referências para a construção das identidades nacionais, como a Igreja, a família burguesa, o casamento e o emprego estável, o masculino e outras, que geraram um quadro de maior flexibilidade a que o patrimônio não ficou imune. E talvez, o ponto mais importante seja a de perceber o patrimônio pela perceptiva da comunidade (ANGELO; SIQUEIRA, 2018, p. 53).

Diante do exposto acima, é perceptível que o reconhecimento oficial, por parte do Estado, de um Patrimônio da Humanidade passou a constituir um direito social, em especial, junto às camadas sociais mais populares que têm seus sustentáculos de identidade menos representados no mosaico oficial da identidade cultural, especialmente, a brasileira. Assentado nessa compreensão, Canclini (2012) destaca, a propósito, que:

Embora ocasionalmente o patrimônio sirva para unificar uma nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de disputa material e simbólica entre os setores que o compõem. Consagrasse como superiores bairros, objetos e setores gerados pelos grupos hegemônicos, porque eles contam com a informação e a formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los e, portanto, para controlá-los melhor. Levantar novas compreensões sobre o patrimônio para todos, ricos ou pobres, é dever do Estado, é dever político, é dever social (CANCLINI, 2002, p. 72).

Essa compreensão de perceber, entender e respeitar a importância da candidatura a um Patrimônio da Humanidade, simultaneamente, a sua inscrição pela UNESCO, deriva da responsabilidade, compromisso e competência da escrita do Proponente para a proposição de bens na Lista do Patrimônio<sup>35</sup> de forma adequada, de modo que, verdadeiramente, destaca a relevância do elemento que concerne à sua historicidade, geograficidade, excepcionalidade e da relação estabelecida entre o bem e a comunidade local (UNESCO, 2019).

Verifica-se que o tombamento de um bem pode ser solicitado por qualquer cidadão, empresa ou instituição. E, para tanto é fundamental que o proponente encaminhe, no caso brasileiro, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o máximo de informações possíveis sobre o elemento ou manifestação a ser avaliado para que a equipe técnica desse instituto, em termos da pertinência do pedido, possa realizar ajustes da proposta.

A proposição deve conter (vide ANEXO III) basicamente:

- i. **Resumo Executivo:** dados do proponente; localização do bem; descrição; justificativa da importância sociocultural, ambiental e ou imaterial e critérios através dos quais o bem será tombado, conforme já mencionados nos Quadros 03, 04 e 05;

---

<sup>35</sup> Para uma compreensão mais detalhada do processo de preparação de candidaturas de bens para Patrimônio Mundial, vale a leitura do manual de referência: IPHAN. **Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial**. Brasília (DF): UNESCO, 2013.



- ii. **Dossiê completo:** descrição da história e desenvolvimento do possível patrimônio; justificativa da relevância histórica e socioambiental; coordenadas geográficas; mapa de localização e planta - conforme a natureza do bem -; critérios contemplados para ser considerado um bem mundial, conforme já apontado nos Quadros 03, 04 e 05; análise comparativa com outros bens mundiais; integridade e autenticidade do bem; estado e fatores de conservação que o afetam, tal como: pressão advinda do desenvolvimento socioeconômico, questões ambientais envolvidas, desastres naturais, questões turísticas, número de habitantes no local e no entorno do bem;
- iii. **Proteção e gestão:** apontamento da propriedade; meios de implementação das medidas de proteção e gestão de uso do bem; relação dos planos municipais, estadual e nacional de gestão; plano de proteção e sustentação do futuro patrimônio; plano de gestão, treinamento; equipe de trabalho; projeto que viabilize a facilidade de acesso de visitantes atrelado à política; programa de preservação e promoção do bem; projeto de gerenciamento, medidas de monitoramento periódico do bem, e;
- iv. **Documentação:** resumo executivo; dossiê completo e a inserção de fotografias; *slides* de apresentação; inventário e os projetos que formam o programa de proteção e gestão do bem (UNESCO, 2019).

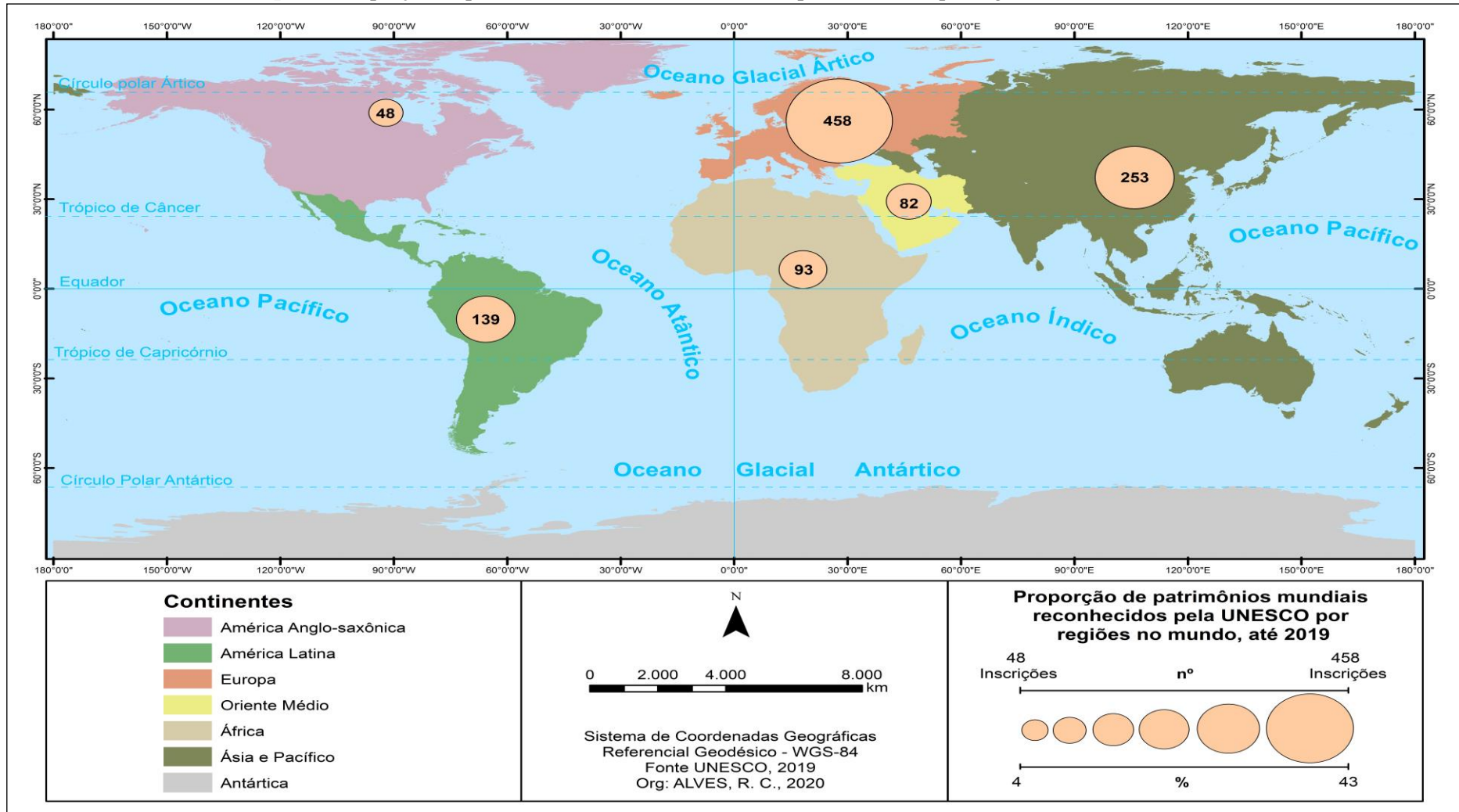
O número de bens que constam na lista<sup>36</sup> do Patrimônio Mundial até o ano de 2019 era de 1.073 sítios, sendo 829 culturais, 207 naturais e 37 mistos, incluindo 55 patrimônios em perigo, localizados em 153 estados nacionais diferentes. Até o mês de dezembro de 2019, 192 estados haviam ratificado a Convenção do Patrimônio Mundial, promovendo um trabalho que envolve a colaboração dos governos e dos órgãos responsáveis pela proteção e monitoramento desses bens (IPHAN, 2019).

Diante da importância do trabalho dos países frente ao reconhecimento dos seus bens, segue o Mapa 01 o qual apresenta a proporção de Patrimônios Mundiais reconhecidos pela UNESCO por regiões, no mundo, até o ano de 2019.

---

<sup>36</sup> Para conhecimento de todos os 1.073 bens tombados como Patrimônios da Humanidade, faz-se importante o acesso da lista de patrimônios divulgado na plataforma eletrônica da UNESCO (UNESCO, 2020).

**Mapa 01.** Proporção de patrimônios mundiais reconhecidos pela UNESCO por regiões no mundo, até 2019.



Fonte: UNESCO, 2020.

Organização: Próprio autor (2020).

No Mapa 01, destacou o continente europeu por possuir o maior número de patrimônios reconhecidos e protegidos pela salvaguarda da UNESCO, com o total de 458 bens, o que lhe confere 43 por cento (%) de proporção dos patrimônios distribuídos no planeta terra. Em seguida, a região da Ásia e Pacífico computa o total de 23% de proporção de patrimônios salvaguardados. Em terceira posição, está a América Latina com 139 patrimônios, o que corresponde à marca de 13% do total. Em seguida, se posiciona o continente africano que aparece com 93 patrimônios mundiais, representando 9% dos bens reconhecidos pela UNESCO. Em penúltimo, se insere o Oriente Médio, com 82 patrimônios, o que corresponde a 8% dos bens tombados; por fim, a América Anglo-saxônica, com 48 patrimônios, o que corresponde 4% dos bens dispostos e reconhecidos como patrimônios da Humanidade (UNESCO, 2019).

Destes patrimônios, se destacam, por exemplo, na França, a imponente Catedral de Notre-Dame de Reims; no Afeganistão, a Paisagem Cultural e Vestígios Arqueológicos do Vale de Bamiyán, que, aliás, se encontra na lista de bens ameaçados; na Bolívia, as Missões Jesuítas de Chiquitos; no Egito, as Ruínas de Abu Mena. No Brasil, está Paraty e Ilha Grande como patrimônios mistos, e a roda de capoeira como patrimônio imaterial (UNESCO, 2019).

Diante deste conjunto de questões abordadas neste subtópico, e procurando relacionar os desdobramentos institucionais para o reconhecimento de um Patrimônio, aprestamos, a seguir, uma discussão sobre a busca da constituição da noção de Patrimônio Cultural, no Brasil, destacando, ademais, a evolução da compreensão legal e legítima de um bem tombado.

### **3.3 Brasil: SPHAN, o IPHAN e a constituição da noção de Patrimônio Cultural.**

A saga da valorização do patrimônio brasileiro legaliza-se, em partes, ao legitimar com o protagonismo exercido pelos intelectuais modernistas oriundos do movimento denominado Semana da Arte Moderna, realizada no município de São Paulo, no ano de 1922; e em que **os artistas e políticos envolvidos localizaram, nos feitos do período colonial (1530-1822), as nossas raízes socioculturais**, fomentando a busca inicial de uma identidade nacional que se desejava ter, ao passo que incentiva a identidade nacional naquela ocasião (ALVES; DEUS, 2020; SIMÃO, 2001).

O movimento inaugurado no Teatro Municipal de São Paulo, entre os dias 13 a 17 de fevereiro de 1922, agregou nomes consagrados no mundo das Artes, tais, como dos escritores: Mário Raul Morais de Andrade (1893-1945), José Oswald de Souza Andrade (1890-1954); Plínio Salgado (1895-1975); os artistas plásticos: Anita Catarina Malfatti (1889-1964) e Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (1897-1976), dentre outros (IPHAN, 2012; ALVES, DEUS, 2020).

Com este movimento e a busca por uma nova forma de se entender e projetar a nação brasileira, no ano de 1934 é criado o Ministério da Educação e Saúde (figurando, então, como titular do MES, o Senhor Gustavo Capanema Filho) que passou a divulgar e controlar as atividades de pesquisas que pudessem colocar em evidência as construções simbólicas das tradições e da cultura do passado do Brasil. E, a pedido de Gustavo Capanema Filho (1900-1985), o paulista Mário Raul Morais de Andrade (1893-1945), - à época, diretor do Departamento de Cultura e Patrimônio (DCP) da prefeitura de São Paulo -, idealizou o anteprojeto relacionado à questão do patrimônio cultural, formulado por meio de pesquisas etnográficas. Projeto que, por sua vez, foi reformulado pelo mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), valendo destacar que tal documento se tornou Lei, a saber, de n. 378, promulgada, em 13 de janeiro de 1937 (MEC/SPHAN/FNPM, 1980; ALVES, DEUS, 2020).

Em relação à solicitação de Gustavo Capanema ao Diretor do DCP, podemos destacar que:

Telefonei a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Expus-lhe o problema e lhe pedi que me organizasse o projeto. Mário de Andrade, com aquela sua alegria adorável, aquele seu fervor pelas grandes coisas, aquela sua disposição de servir, queria apenas duas semanas. Decorrido o prazo, eis Mário de Andrade no Rio de Janeiro, trazendo o projeto que daria corpo e densidade as atividades que iriam catalogar e justificar os patrimônios, e seus sentidos para sê-los (PINHEIRO, 2006, p. 08).

Deste modo, cabe salientar que a construção do anteprojeto concebeu o patrimônio com base na arte erudita e popular. Mas, é sugestivo observar que Mário de Andrade descrevia que o patrimônio independeria de uma representação de culturas diferentes, pois, segundo ele, o que era necessário defender era a autenticidade, unidade e referência que o bem pudesse representar, seja ela de essencial nacional ou estrangeira (ANDRADE, 1981).

De acordo com Silva (2015), Mário de Andrade buscou defender uma noção de patrimônio que pudesse:

1. Estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. Pensar a cultura como algo vital ‘como o pão é para o povo’; 3. Propor uma definição ampla de cultura que **extrapole as belas artes**, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. Assumir o patrimônio não só como **material**, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo **imaterial**, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. Patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa (SILVA, 2015, p. 09, grifo nosso).

Com base na leitura que realizamos do anteprojeto, fica nítido a proposta do autor em que propõe categorias para os registros dos elementos que representam os traços e modos de vida essencial, singular e dignas de serem reconhecidas no âmbito da representatividade política nacional, então, compreendendo a noção de patrimônio em oito (08) categorias, sendo estas: “ [...] *i*) arte arqueológica; *ii*) arte ameríndia; *iii*) arte popular; *iv*) arte histórica; *v*) arte **erudita nacional**; *vi*) **arte erudita estrangeira**; *vii*) artes aplicadas nacionais e *viii*) artes aplicadas estrangeiras” (ANDRADE, 2002 [1936], p. 274, **grifos nosso**).

Sobre as categorias das artes arqueológica e ameríndia, essas se especificam em:

- a) Objetos - Fetiches; instrumentos de caça, de pesca, de agricultura; objetos de uso doméstico; veículos, indumentária etc.;
- b) Monumentos - Jazidas funerárias; agenciamento de pedras; sambaquis; litógrafos de qualquer espécie de gravação etc.;
- c) Paisagens - Determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brazis [*sic*], como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc., e;
- d) Folclore ameríndio - Vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias etc. (ANDRADE, 2002 [1936], p. 274).

Já a categoria arte popular, recebe destaque de todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia. Essas manifestações são analisadas como:

- a) Objetos - Fetiches, cerâmica em geral, indumentária etc.;
- b) Monumentos - Arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzeiros mortuárias de beira-estrada, jardins etc.;
- c) Paisagens - Determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife etc.;

d) Folclore - Música popular, contos, histórias lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas (ANDRADE, 1936, p. 274).

A categoria arte histórica propõe incluir todas as manifestações de arte pura e aplicada, tanto nacional como estrangeira como nacional, que de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e sua trajetória de desenvolvimento político nacional. Essas manifestações serão avaliadas a partir dos:

a) Monumentos - Há certas obras-de-arte arquitetônica, escultórica, pectórica que, sob o ponto-de-vista de arte pura não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam o autor delas. Mas, ou porque fossem criadas para um determinado fim que se tornou histórico - o forte de Óbidos, o dos Reis Magos - ou porque se passaram nelas fatos significativos da nossa história - a Ilha Fiscal, o Palácio dos Governadores em Ouro Preto - ou ainda por que viveram nelas figuras ilustres da nacionalidade - a casa de Tiradentes em São José d'El Rei, a casa de Rui Barbosa - devem ser conservados tais como estão, ou recompostos na sua imagem 'Histórica'. Ruínas, igrejas, fortes, solares etc. Devem pela mesma qualidade 'histórica' ser conservados exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil. A data para que um exemplar típico possa ser fixada: de 1900 para trás, por exemplo, ou de cinquenta anos para trás;

b) Iconografia nacional - Todo e qualquer objeto que tenha valor histórico, tanto um espadim de Caxias, como um lenço celebrando o 13 de maio. Pode ser considerado 'histórico' para fins de tombamento, o objeto que conservou seu valor evocativo de pois de 30 anos;

c) Iconografia estrangeira referente ao Brasil - Gravuras, mapas, porcelanas etc. Referentes à entidade nacional em qualquer dos seus aspectos, História, política, costumes, Brasil, natureza etc.;

d) Brasileira - Todo e qualquer impresso que se refira ao Brasil, de 1850 para trás. Todo e qualquer manuscrito referente ao Brasil, velho de mais de 30 anos, se inédito, e de 100 anos, se estrangeiro e já publicado por meios tipográficos, e;

e) Iconografia estrangeira referente a países estrangeiros - Incluem-se nesta categoria objetos que tenham conservado seu valor histórico universal de 50 anos para trás (ANDRADE, 2002 [1936], pp. 274-275).

Nesses fragmentos que destacamos da proposta de trabalho e pesquisa de Mário de Andrade, observamos o amplo significado de patrimônio que o autor supracitado desejava analisar e verificar no cenário nacional, respeitando desde as artes popular, ameríndia, arqueológica, até a mais erudita. Sendo assim, se destaca a observação dada pelo autor quando diz que o caráter nacional ou estrangeiro não deve ser critério para se considerar patrimônio nacional. O documento desafia as fronteiras culturais entre o feitos dos *insiders* e as marcas dos *outsiders*, da compreensão de reconhecer os elementos de identidade mais popular e o erudito, ao encontrar o sentido científico, artístico, histórico, material, imaterial e sua geograficidade (ANDRADE, 2002).

As primeiras ideias que emergiram era a promoção e a defesa de monumentos históricos, no Brasil, que, aos poucos, iam ganhando viabilidade tendo sido criadas, Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais em 1926; na Bahia, em 1927; e em Pernambuco em 1928; valendo destacar que o projeto de Mario de Andrade tinha como um dos objetivos, a criação de um órgão responsável pela questão cultural no país, o que o fez encaminhar um projeto de lei com essa proposta para Getúlio Dornelles Vargas<sup>37</sup> (1882-1954) - na época Presidente da República Federativa do Brasil - e esse o encaminhou ao poder legislativo (ALVES, 2014; NUÑES, 2011).

Ao ter sido esta lei aprovada, possibilitou que, entre os anos de 1936 e 1937, o governo criasse de forma experimental o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ao ampliar a visão do incipiente trabalho sobre o patrimônio que se instalava, sendo compreendida a importância desse serviço ao ponto de ter sido promulgado, em 30 de novembro de 1937, o Decreto-Lei de n. 25 que o institucionalizava, tendo assumido como seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969); desse modo, se fornece meios legais para uma política de investigação, preservação e proteção do Patrimônio Nacional (SILVA, 2015; ALVES, DEUS, 2020).

É nesse contexto que o Estado se definiria, juntamente, com o SPHAN, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como toda obra de arte pura e/ou aplicada aos saberes eruditos, nacionais e ou estrangeiros, cuja conservação seria de interesse público e que teria uma vinculação com fatos memoráveis da história da nação. Com aquele órgão, vários efeitos legais foram efetivados, inclusive a utilização do instrumento chamado pelos portugueses de tombamento, o qual a socióloga Lippi Oliveira (2008) explicitou que: “[...] a expressão tombamento vinha do direito português, no qual verbo tomar significava inventariar ou inscrever nos arquivos do reino, esses guardados na Torre do Tombo” (LIPPI OLIVEIRA, 2008, p. 22).

---

<sup>37</sup> É importante sinalizar a respeito que a busca de elementos autênticos capazes de representar o povo brasileiro sempre “[...] esteve ligada a um projeto de nação e de construção de uma identidade nacional, especialmente sob a ditadura Vargas, ou à especulação sobre a identidade cultural dos brasileiros comandada pela ideia de antropofagia cultural dos modernistas” (CARSALADE, 2014, p.199). Ainda nesse contexto paralelo a aprovação desta lei Capanema criou em seu governo uma série de instituições que buscava tratar a questão cultural, como a Superintendência de Educação Musical e Artística; o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); o Serviço de Radiodifusão Educativa (1936), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); o Serviço Nacional de Teatro (1937); o Museu Nacional de Belas-Artes (1937); o Instituto Nacional do Livro (1937); o Museu da Inconfidência (1938); o Conselho Nacional de Cultura (1938) e o Museu Imperial (1940), porém implementavam-se a partir da ideia da censura e da construção de manifestações que pudessem narrar os desejos que o Estado quisesse promover, ou seja, uma cultura de “amordaça” histórica (SILVA, 2015).

No Brasil, são conhecidas e institucionalizadas quatro categorias de Livro do Tombo, a saber:

- i. **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico:** onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor arqueológico, relacionado aos vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem em que configura a paisagística um valor imensurável;
- ii. **Livro do Tombo Histórico:** nesta categoria de livro são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil, cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do país; e que se dividem em bens imóveis e móveis;
- iii. **Livro do Tombo das Belas Artes:** reúne as inscrições dos bens culturais em função do seu valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas;  
e;
- iv. **Livro do Tombo das Artes Aplicadas:** onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico, associado à função utilitária. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em diferentes bens, tal como: nos moldes arquitetônicos. No Brasil, as artes aplicadas manifesta-se, fortemente, no Movimento Modernista por meio de pinturas, tapeçarias e objetos de vários artistas (IPHAN, 2014).

Desta maneira, a definição do patrimônio histórico e artístico nacional foi modificada para a compreensão em que compreende:

[...] como patrimônio [...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arquitetônico ou etnográfico bibliográfico ou artístico - Decreto- Lei art. 1, n. 25 de 30 de novembro de 1937 (PINHEIRO, 2006, p. 10).

Os critérios para tal definição estão quase sempre assentados na autenticidade do seu valor estético e arquitetônico, como os sítios urbanos coloniais, seus elementos de



agregação (MEC/SPHAN/FNPM, 1980). Todavia, o governo buscava, a princípio, **inserir elementos que dessem suporte a um retrato social e histórico homogêneo, a fim de construir um símbolo da cultura brasileira**, embora marginalizando muitas manifestações populares, o que divergia dos ideais de alguns modernistas (ALVES; DEUS, 2020).

Outra crítica que se pontua é a **ausência do órgão colegiado do Conselho Consultivo do Patrimônio** - criado pela mesma lei que instituiu o SPHAN - de forma paritária, com representantes da sociedade civil e do poder público, sem garantir a participação da comunidade nas decisões, nas discussões sobre o que é referência de patrimônio e identidade para o povo, com o formato de escolhas de elementos culturais a partir de um conselho constituído de maneira hierárquico aos modelos das políticas públicas tradicionais, autoritárias e elitista (GUIMARÃES; SOUZA; MACHADO, 2011).

Nesse contexto, ao analisamos o anteprojeto que deu estrutura para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, em comparação com o Decreto-Lei n. 25/1937, é notório os conflitos de formações discursivas e ideológicas, determinando, em certo ponto, o que pode e é dito sobre política de valorização, e identificação da cultura, no Brasil, dos anos de 1930, sendo:

De um lado, uma formação discursiva que permite o comparecimento da diversidade, considerando que cultura não é apenas arte erudita, mas que ainda falha ao silenciar a cultura negra ou afro-brasileira, diluindo naquilo que seria uma cultura popular. Isso se dá numa tentativa de apreender no fio do discurso a ilusão da completude do que poderia ser cultura sob um aspecto antropológico. De outro, temos uma formação discursiva elitista, hegemônica, que apaga do anteprojeto qualquer marca de diversidade - exceto aquela fundamental à construção da identidade nacional mestiça - produzindo o sentido de que patrimônio seria aquilo que fosse histórico e artístico, apenas. Essa formação discursiva elitista continuará (re)produzindo, nas décadas seguintes, efeitos de sentido sobre o que seria cultura no Brasil e selecionando quem poderia falar sobre cultura no país, primeiramente intelectuais, depois técnicos do MEC e do MinC [*sic*] [...] (SILVA, 2015, p. 11).

Embora, o projeto elaborado por Mário de Andrade propugnasse uma preservação mais ampla da cultura e memória do país, a política de preservação do SPHAN inclinou-se para “[...] a restauração arquitetônica de cunho fachadista dos bens imóveis de pedra e cal, cujos monumentos (em sua maioria, representativos do estilo barroco colonial mineiro) expressavam uma versão oficial do patrimônio” (LEITE, 2007, p. 50).

Ao utilizar a arquitetura como elemento fundamental para caracterizar e identificar o homem com o lugar e a nação, **o governo priorizou, então, o patrimônio chamado de pedra e cal, como símbolo referência do Patrimônio Nacional**. E, assim, uma crítica que se faz ao critério de reconhecimento dos bens que representam a cultura, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional firmado no Estado Novo. Infelizmente, o Estado não conseguiu reconhecer a diversidade cultural ao fazer uma seleção restrita<sup>38</sup> de aspectos da história e da arquitetura, e “[...] ao eleger o estético e belo como apanágio de preservação, privilegia-se a imagem sobre outros aspectos da cultura e da história, empobrecendo, portanto, a herança das gerações” (CARSALADE, 2014, p. 205).

Pode-se dizer que a ideia genuína de cultura e identidade firma-se na ideia de um Brasil que:

[...] sempre esteve ligada aos grupos dominantes, sejam eles as elites de poder, as intelectuais ou as econômicas. Com este berço, não poderia, então, ser outra a nossa concepção de cultura senão aquela que privilegia a ideia de cultura como civilização. Sob essa égide, os bens protegidos passam a ser aqueles que se distinguem pela sua excepcionalidade e excelência, sejam eles bem isolados ou as cidades de apogeu de riqueza ligadas ao projeto de nação, como as cidades históricas ligadas ao outro (CARSALADE, 2014, p.201).

Em 1946, o SPHAN passa a ser denominar de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DRPHAN), fornecendo novos serviços (IPHAN, 2012). Desse modo, o novo órgão tombaria e preservaria inúmeros elementos imóveis, em especial, as igrejas barrocas, os fortes militares, as Casas-grandes e os sobrados coloniais, mas também deixou de valorizar muitas histórias, como as “[...] senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços [...], consagrando, portanto, uma memória nacional [elitista e seletiva] vinculada apenas a determinados segmentos da sociedade e a um estilo arquitetônico” (FERNANDES, 2012, p. 13).

Contudo, as populações das cidades que detêm o reconhecimento de elementos como patrimônios históricos cultural, oficialmente, tombados e reconhecidos pelo órgão responsável na época, “[...] sentem-se lesadas pelas restrições impostas ao uso de suas propriedades, em conformidade com o costume brasileiro” (SIMÃO, 2001, pp. 42-43).

---

<sup>38</sup> Nesse contexto de seleção restritiva, vale destacar que o tido “[...] belo sempre foi associado aos valores positivos da cultura e preservá-los seria como preservar aquilo que a cultura mais valorizava, como ela gostaria de ser vista no futuro. De certa maneira, o critério de beleza, em cada cultura e em cada período histórico, representava os ideais então vigente e seu modo de se diferenciar perante outras” (CARSALADE, 2014, p. 203).

E, se observa, neste sentido, um sentimento ambíguo em relação ao patrimônio, pois ao mesmo tempo em que ele remete (e valoriza) o passado, ele “[...] indica impossibilidade de mudanças e, conseqüentemente, de progresso [...]” (SIMÃO, 2001, p. 44). Logo, a importância atribuída a esta relação de preservação harmonizada com a continuidade das atividades<sup>39</sup> diárias vincular-se-ia, ao contrário, à concepção em que **os elementos do passado são amplamente valorizados e divulgados, mas, relativizados e contextualizados, na realidade, concreta da cidade e dos seus habitantes** (ALVES, 2020).

Sendo assim, é importante frisar que, num primeiro momento, o processo de requerimento do tombamento de um bem - quer individual, quer conjunto - não pressupõem o aval da população ou daqueles indivíduos diretamente interessados pelo bem, diferentemente, de hoje, o que promovia uma imposição (SILVA, 2014). Além desta imposição, existia, e existe, a restrição colocada para a população no sentido de regular as modificações efetuadas por ela, das paisagens onde se tem bens tombados; o que é descrito no artigo 18 do Decreto-Lei n. 25/37, que destaca que sem a devida autorização dos órgãos competentes não se faz construções que impeçam ou reduzam a visibilidade de determinado elemento tombado (CERQUEIRA, 2006).

Nessa conjuntura particular o órgão responsável pelo patrimônio, agora sob a gestão de Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1911-1984), tentou mediar a relação entre a preservação (patrimônios) e a projeção da modernidade (intervenções urbanísticas), principalmente, ao articular a questão patrimonial ao desenvolvimento econômico que Brasil almejava alcançar a partir da inserção de uma política patrimonial nos parâmetros adotados pelos órgãos internacionais, com destaque para as recomendações da UNESCO e os parâmetros das Cartas de Atenas e Veneza (IPHAN, 2012).

No governo de Castelo Branco (1964-1967), começou uma discussão sobre a necessidade de elaborar uma nova política nacional de cultura. Isso contribuiu com o processo de construção institucional marcado pelas primeiras iniciativas de criação do Conselho Nacional de Cultura (CNC), em 1961, ainda sob o governo civil. Depois, em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), ambos os conselhos tinham como objetivo discutir a política regional e nacional de cultura. Na gestão do Presidente Médici (1969-1974), em meio à forte repressão e censura cria-se, sob a gestão do

---

<sup>39</sup> Nesse contexto, para Carsalade (2014), as políticas de patrimônio devem ser pensadas de maneira abrangente de forma a não se centrarem apenas no tombamento, mas em alternativas de proteção que possa aliar memória, história, patrimônio, renda e continuidade da vida.

Ministro Jarbas Passarinho (1920-2016), o Plano de Ação Cultural (PAC), ao buscar medidas de apoio aos projetos que dariam visibilidade artística e geração de emprego em áreas tombadas como patrimônios (ALVES & DEUS, 2020).

Em 1970<sup>40</sup>, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi substituído por Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essas variações voltariam a suceder, posteriormente, com as mudanças administrativas dos governos, que utilizavam o órgão como instrumento político, à medida que alterada várias vezes, tanto sua terminologia como sua estrutura funcional. Esta transição marca o término da trajetória da identificação dos bens pautados pelo valor da pedra e cal. A nova fase é conhecida como moderna e elevaria a preocupação ao **patrimônio imaterial**, pois, até então - como já sinalizamos-, só havia sido concedido o título de patrimônio nacional a bens materiais. Esta nova perspectiva expandiu o termo patrimônio para temas relacionados à cultura brasileira, estritamente, ligada ao modo de fazer e de ser dos sujeitos (ALVES & DEUS, 2014)

Destaca-se que o IPHAN restaura o SPHAN - órgão normativo -, ao criar a Fundação Nacional pró-Memória (FNPM) -, órgão executivo -, se percebe a necessidade de encarar os centros urbanos tombados como organismo dinâmico, em constante mudança, porque ao receber fomento precisa ser digerido para maiores números de visitantes. Esse órgão congrega-se junto à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mais a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o SPHAN, o IPHAN percebe o turismo como um setor para ativar o comércio nas cidades com bens tombados pelo governo. E, em 1973, surge, em paralelo, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) que uniu forças com os órgãos anteriormente citados para recuperar economicamente as cidades (CERQUEIRA, 2006).

Entre 1970 e 1980, se inicia o processo de redemocratização do IPHAN, que até então se preocupava apenas com os sítios históricos e a identidade arquitetônica, ocorrendo um movimento intenso e crítico em direção à conceituação do que seria o patrimônio, vinculado ao turismo, a consciência acerca da educação cultural ao

---

<sup>40</sup> Em 30 de setembro de 1971 foi criado no Estado de Minas Gerais o órgão com a finalidade de pesquisar, proteger e promover os patrimônios cultural, histórico, natural e científico, no estado de Minas Gerais o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), que possui relativa autonomia administrativa, financeira e mecanismos legais para realizar os processos de tombamentos e sua sustentabilidade sociocultural no nível estadual (IEPHA, 2020).

promover a ampliação de pensamento do que se entende como patrimônio. Aliás, a Carta de Washington, escrita em 1989, destaca a importância da **valorização dos modos de vida de um povo, a relação do patrimônio com o lugar** e a economia, sendo relevante a promoção da identidade ao respeitar o significado e significância do *habitat* de quem vive ali e deseja manter-se financeiramente com a força do seu trabalho (IPHAN, 2012).

Vale destacar que nesse momento a **educação patrimonial** surge em meio às discussões sobre a necessidade de se aprofundar o conhecimento, a conscientização e a preservação do patrimônio cultural, no Brasil. De fato, é sugestivo apontar que as primeiras ações políticas designadas como educação patrimonial foram aplicadas no país a partir do “I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos”, ocorrido no Museu Imperial do Rio de Janeiro em 1983 (BRASIL, 2012).

A gestão de José Sarney de Araújo Costa (1985-1990) foi marcada, na área da cultura, por um momento de retração de investimentos do governo, de fragilidade institucional, embora tenha sido na gestão dele que ocorreu a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 15 de março de 1985, pelo decreto n. 91.144, assumiu a pasta Aluísio Pimenta (1985-1986) como gestor e se torna responsável por iniciar a introdução das manifestações populares no escopo de trabalho do patrimônio cultural; na verdade, houve a consolidação deste processo que havia iniciado na gestão de Celso Furtado (1986-1988) (LONDRES, 2000).

Nesse sentido, se observa que a política patrimonial modifica-se, então, ao passar a perceber a diversidade das manifestações e crenças sociais que completam a unidade cultural de nosso território. Evidencia-se tal realinhamento na própria *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988, a qual destina, no seu capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - em sua seção II, novas disposições sobre o que é compreendido como patrimônio cultural, a saber:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. xx).

Essa nova postura institucional só foi possível, então, com a promulgação da Constituição Federal, de 1988, já que até então, conforme Meneses (2012) apontou que:

[...] era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o que só se comporia de bens tombados. O tombamento, portanto, tinha papel instituíste de valor cultural - daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de tudo um fato social - essa afirmação, nos órgãos de preservação, nas décadas de 1970 e 1980, provocava escândalos e alimentava mal-entendidos (MENESES, 2012, p. 33).

Silva (2003) destacou que as constituições brasileiras de: 1824 e 1891, eram falhas ou omissas quanto à proteção do que conhecemos hoje como bens culturais. A primeira referência que encontramos em uma constituinte, atrela-se à Constituição, de 1934, que é a primeira a destacar o papel da União em proteger as belezas naturais e os monumentos históricos ou artísticos, a fim de impedir a evasão de obras de arte reconhecidas para outros países e penalizando quem eventualmente as destruísse. Com essa lei fundamental e suprema as demais cartas constitucionais percebem e reconhecem a necessidade de proteger os patrimônios, como em: 1937 e 1946 quando reforçam a importância do patrimônio nacional e reconhecem que toda ação contra ele significaria um atentado à história da nação. E, por fim, a Constituição, de 1988, oferece maior clareza no sentido da representação e preservação dos elementos tombados, juntamente com o reconhecimento da relevância de perpetuarmos os bens, em suas naturezas, para as futuras gerações. Além de ser “[...] nesta Constituição a primeira vez que a noção de cultura é homologada a de patrimônio” (PEREIRA, 2008, p. 11).

Nesse contexto, um outro avanço significativo foi conquistado com a nova Constituinte, especialmente, no que tange à participação social e as questões de reconhecimento, identificação e preservação dos bens de maneira a garantir a participação das comunidades nas decisões sobre os patrimônios (DUARTE; BARBALHO, 2016, p. 170). Uma vez que:

No Brasil, o artigo 14, inciso III e artigo 61, § 2º, da CF/88, previram a iniciativa popular. O primeiro para dizer que a soberania popular será exercida também por meio da iniciativa popular, assembléias, conselhos, e no segundo descreve a forma como o instituto pode ser utilizado. Em um sistema que restringia a livre circulação de ideias e da participação de todos, agora a comunicação para a formação da vontade política elitista fica, em partes, inviabilizada ou, pelo menos, gravemente prejudicada, o que nos garante fôlego para lutar pela nossa vida, pela nossa cultura, pela nossa existência [...] (DUARTE; BARBALHO, 2016, p. 170).

Dessa forma, se destaca a composição do **Conselho Consultivo do Patrimônio** de forma paritária, com a justa representação da maioria da sociedade civil organizada e do poder público, a fim de garantir a máxima participação da comunidade nas decisões - e a lisura dos processos -, em observância ao princípio da participação popular, especialmente, dos conselhos municipais que representam, de maneira próxima, a efetivação da participação da sociedade civil em cooperação com o Estado para a formulação e execução de políticas de preservação dos bens culturais. Tratando-se de uma instância que assegura o cumprimento dos mandamentos constitucionais sobre a Democracia, ao defender os seus anseios e ao respeitá-los, enquanto cidadãos (GUIMARÃES; SOUZA; MACHADO, 2011).

Na década de 90, as questões patrimoniais nacionais tomariam novos rumos, com a democratização do país e a partir da eleição do Presidente da República Fernando Affonso Collor de Mello, no qual o órgão protetor do patrimônio brasileiro se converteu em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Naquele período (1990-1992), se diz que houve alguns avanços na política patrimonial. Nesta gestão, duas ações que merecem destaque: *i*) a criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) com a finalidade de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger, conservar o patrimônio histórico e artístico, o qual buscou, a partir de então, difundir a cultura brasileira em escala regional, contando com o investimento do setor privado; e, *ii*) a criação do **Guia Básico da Educação Patrimonial** (para subsidiar os debates, os estudos as práticas sobre a temática Patrimônio Cultural nas escolas), o qual apontou que a educação seria parte de um processo contínuo destinada a fortalecer o sentido de identidade, onde os alunos, pais e professores pudessem compreender o sentido e importância do legado cultural nacional. Além disso, no ano de 1991 foi instituída a Lei Rouanet, nº 8.313, que passa a permitir que empresas e pessoas físicas destinem parte do Imposto de Renda (IR) a projetos culturais, museus e patrimônios reconhecidos pelo governo (IPHAN, 2019).

Em 1992, sob o governo (1992-1994) de Itamar Augusto Cautiero Franco (1930-2011), o MinC foi recriado bem como instituições a ele vinculadas como a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). No ano seguinte, criou a lei de incentivo audiovisual, com foco especial no cinema, destinada a apoiar artistas e dava apoio financeiro para projetos via promulgação de editais. E, em 1994, foram recriadas algumas instituições que tinham sido extintas no governo Collor, como a Fundação Casa de Rui Barbosa

(FCRB), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Cultural Palmares (FCP) e o IPHAN. Tais instituições faz-se importante para a formação e tentativa da **consolidação do Patrimônio Cultural no imaginário popular**, pois, de forma direta e indireta promoviam a visibilidade dos bens, o seu valor como retrato do fazer parte do cotidiano do povo, do significado de uso, acesso e da própria história a ele vinculado (IPHAN, 2019).

Neste sentido, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002) reduziu o investimento público na pasta cultural deixando, em partes, a cargo da iniciativa privada a tomada de decisões sobre o destino da aplicação dos investimentos de renúncia fiscal, logo, coube à gestão do ministério da Cultura, capitaneada por Francisco Weffort (1995-2002), o “[...] aperfeiçoamento da Lei Rouanet na perspectiva de maiores apoio e investimentos a projetos culturais e de “sustentabilidade” dos patrimônios culturais” (IPHAN, 2019, p. 13).

Outros rumos foram estabelecidos entre 1990 a 2010 para a cultura, especialmente, via Estados que criaram leis e estabeleceram novos critérios para que o repasse do capital arrecadado pelo imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) aplica-se em políticas culturais. No contexto da pesquisa, em Minas Gerais, uma das leis é de n. 12.040/95, voltada para políticas públicas de preservação do patrimônio histórico-cultural e especificamente, se tem o Programa ICMS Patrimônio Cultural, no qual o IEPHA promove a distribuição de recursos financeiros para cada município, porém tal procedimento depende das ações que cada gestor promove para consolidar políticas culturais, criações de conselho patrimonial, fundo e legislação voltada ao patrimônio e ações de proteção dos bens, como a partir de: inventários, registros e número de bens tombados em nível local, além de ações de restauração, educação patrimonial e divulgação dos bens junto à comunidade (IEPHA, 2020).

Foi no governo de FHC, especificamente, no ano de 1999, que se formaliza a elaboração do Programa Monumenta entre o Ministério da Cultural e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Programa esse que promoveu ações de promoção educacional e restauração de patrimônios culturais urbano, no Brasil, ao atender, inicialmente, 26 cidades com patrimônios reconhecidos pelo IPHAN - vale



destacar que a inserção do Programa nas atividades do IPHAN se deu de maneira legal no governo Lula (IPHAN, 1999, 2020).

Nesse recorte temporal (1990-200), ocorreu um avanço no entendimento do que seja o patrimônio cultural, no país, uma vez que, a concepção sobre a genialidade do fazer humano extrapolou a valorização, tão somente, dos elementos materiais. O exemplo mais claro disso foi apontado, em 1997, quando o IPHAN promoveu, em Fortaleza (CE), o seminário internacional para discutir a importância e o significado do **patrimônio material e imaterial**. Essa discussão se iniciou, em 1975, mas adquiriu força no final da década de 90, tendo como palcos da experiência de valorização desses patrimônios as cidades de Goiás (GO) e Porto Seguro (BA). O seminário promoveu ainda o “[...] Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que teve como objetivo identificar, documentar e registrar os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira que representasse os patrimônios que o povo percebia ser e não somente a do Estado” (ARANTES NETO, 2000, p. 23).

A atividade em si, destaca a projeção do da idéia de Patrimônio Imaterial, no Brasil, ao acumular novos símbolos culturais através da realização de levantamentos em: “[...] núcleos históricos, como os do Serro (MG), em 1995, Diamantinos (MG) e Goiás (GO); em 1998” (ARANTES NETO, 2000, p. 23). De acordo com Arantes Neto (2000), o Patrimônio Imaterial, no Brasil, teve como argumentações norteadoras os seguintes princípios de valorização:

1. Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. Celebrações, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. Linguagens musicais, iconográficas e performáticas;
4. Espaços em que se produzem as práticas culturais reconhecidas pelos seus usuários [...] (ARANTES NETO, 2000, p. 24).

Em 04 de agosto de 2000, o governo pública, por sua vez, o Decreto n. 3551 de que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a Criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). E, dessa forma, o Estado assume o compromisso de inventariar, produzir conhecimento, apoiar e registrar a dinâmica de práticas socioculturais, sendo, aliás, de fundamental importância para revelar, não obstante - no caso deste trabalho - além da edificação construída, todas as relações que participam dela; revelando as paisagens, os lugares, seus significados perante a sua sociedade integrando a produção arquitetônica com a povo e o contexto social, cultural

e econômico. Criando, ainda o registro de bem de natureza imaterial em livros que Nuñez (2011) destaca como sendo:

- v. **Livro de Registro dos Saberes:** para a inscrição de conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades;
- vi. **Livro de Registro das Celebrações:** para rituais e festas que marcam a vivência coletiva;
- vii. **Livro de Registro das Formas de Expressão:** para o registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;  
e;
- viii. **Livro de Registro dos Lugares:** para destacar as belezas e relevância de cidades reconhecidas como excepcionais.

Em 2003, no governo (2003-2011) do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (1945), o Ministério da Cultura passou por uma mudança de gestão que inicia um conjunto de ações visando ao cumprimento do texto constitucional de 1988. O cantor e compositor Gilberto Passos Gil Moreira (1942), ex-vereador da Câmara Municipal de Salvador (1989-1992), foi convidado para assumir o cargo de ministro de Cultura (IPHAN, 2012).

Duarte e Barbalho (2016) destacaram que um dos maiores desafios enfrentados pelo MinC foi resgatar o papel institucional do órgão como formulador, executor e articulador de políticas de cultura e ter a participação popular como mola propulsora, integradora das ações de políticas culturais. Entre as mudanças propagadas e instaladas pelo Ministério da Cultura nas gestões de Gilberto Gil, vale destacar:

1) o alargamento do conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura, como um dos princípios basilares da cidadania; sendo assim, 2) o público alvo das ações governamentais é deslocado do artista para a população em geral; e 3) o Estado, então, retoma o seu lugar como agente principal na execução das políticas culturais; ressaltando a importância 4) da participação da sociedade na elaboração dessas políticas; e 5) da divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, organizações sociais e a sociedade, para a gestão das ações, com pessoal capaz para realizar (DUARTE; BARBALHO, 2016, p. 170).

Além disso, dado ao déficit de mais de 800 funcionários para atuação no quadro de servidores da autarquia do IPHAN, três concursos foram realizados na gestão de Lula, porém com a oferta de vagas ainda baixo, nem um terço do que era esperado foi

oferecido nos editais, o que ainda se apresentou como um desafio para muitas superintendências no país: falta de técnicos e servidores (DUARTE; BARBALHO, 2016).

No contexto do Patrimônio patrimonial, na tentativa de fortalecê-la, no Brasil e congregando bens de natureza materiais e imateriais, o antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto, na época presidente do IPHAN, a pedido do ministro da cultura implantou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, naquela ocasião ocorreu a inserção da participação popular no processo de reconhecimento, identificação e debates sobre os inventários, com uma política que tanto o MinC, como o DPI, PNPI e o IPHAN alinharam e destacavam como primordial, a gestão democrática, com a inserção de conselhos populares e participativos para promulgar um patrimônio legítimo (IPHAN, 2012).

Desse modo, vale destacar que:

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2009) houve o cuidado por parte do governante de um plano de governo participativo, tendo como foco a 'Participação Social' como elementos fundamentais e marcantes de sua gestão. Como alternativa de financiamento à cultura, o governo Lula também foi responsável pela criação de uma política de editais, com objetivo de estimular segmentos culturais e de fomento ao patrimônio cultural brasileiro estabelecidos como prioritários pela nova política cultural do governo; seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Enquadram-se nessa categoria projetos na área de cultura Afro-brasileira; Identidade e Diversidade; **Patrimônio Material e Imaterial**; Economia Criativa; Educação e Cultura; Intercâmbios Culturais com países da América do Sul e da Lusofonia; Produções Culturais em Comunidades Indígenas e Territórios com Baixos IDHs; Cultura LGBT; Culturas Tradicionais e Populares, entre outros (DUARTE BARBALHO, 2016, p. 167, grifo nosso).

Como alguns dos resultados das atividades do DPI, PNPI, IPHAN e dos conselhos populares obtivemos como patrimônio imaterial<sup>41</sup>, no Brasil, o esporte, a dança e a manifestação artística da capoeira, herança deixada pelos povos africanos (por

---

<sup>41</sup> Vale destacar que outras 48 manifestações foram tombadas e reconhecidas como **Patrimônio Cultural Imaterial do país** até o ano de 2020, como exemplos: Ofício das Baianas de Acarajé (2005), Feira de Caruaru (2006), Frevo (2007), Tambor de Crioula do Maranhão (2007), Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba (2008), Toque dos Sinos em Minas Gerais tendo como referência São João del Rey e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, **Diamantina**, Sabará, Serro e Tiradentes (2009), Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá (2012), Maracatu Nação (2014), Literatura de Cordel (2018) etc. (IPHAN, 2019).

muito tempo proibido de manifestá-la pelo código penal brasileiro, como se descreve no Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890) (IPHAN, 2019).

Neste processo, se percebe que:

As velhas histórias contadas no intuito de manter ou recuperar a confiança no Estado vão perdendo, em certa maneira, a sua credibilidade e cresce a demanda por: histórias de identidade em que dizemos a nós mesmos de onde viemos, quem somos e para onde vamos: tais histórias são urgentemente necessárias para restaurar a segurança, construir a confiança e tornar possível a interação significativa com os outros (BAUMAN, 2003, p. 90).

Em julho de 2005, foi aprovada pelo Congresso a Emenda Constitucional n. 48 que determina a realização plurianual do Plano Nacional de Cultura (PNC). E, esta mudança efetuada no texto da Constituição resultou na abertura do processo de construção democrática do PNC. No mês seguinte, publica o Decreto n 5.520 que instituiu o Sistema Federal de Cultura (SFC) que foi decisivo para a formação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), o qual foi um sustentáculo para a implementação, acompanhamento e avaliação dos diversos atores que atuam com a Cultura e apóiam a divulgação dos bens tombados, incentivando as apresentações artísticas e culturais em locais reconhecidos como patrimônio nacional (BRASIL, 2018).

O PNC obteve apoio político no congresso e foi aprovado por medida de lei específica, nesse caso a Lei n. 12.343, de 02 de dezembro de 2010, o qual tinha como meta promover políticas numa projeção espaço-temporal de 2010 a 2020, projetando “[...] imaginar o cenário da Cultura até em 2020, é pensar que até lá o povo brasileiro terá maior acesso à cultura e que o país responderá criativamente aos desafios da cultura de nosso tempo” (BRASIL, 2012, p. 17).

Sobre o PNC, vale apresentar:

Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010), Capítulo I Disposições preliminares Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o § 3º do art. 215 da Constituição Federal, com duração de 10 (dez) anos e regido pelos seguintes princípios, IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais; V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; e no seu Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura: **II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial** (BRASIL, 2012, p. 15, grifo nosso).

Diante do exposto, verifica que a implementação do PNC foi um avanço significativo no âmbito das políticas públicas culturais no país, pois exige a observância, a aplicação de editais e políticas culturais que atendem alguns princípios, dentre eles,

destacamos as que percebemos como mais importante, sendo: participação popular, diversidade cultural; direito de todos à arte e à cultura; direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; direito à memória e às tradições; valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; democratização das instâncias de formulação das políticas culturais e responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais. Tendo como objetivo oferecer e promover, junto ao povo, o reconhecimento e valorização da diversidade cultural, étnica e regional brasileira, protegendo, promovendo o patrimônio histórico, artístico, material e imaterial, estimulando a presença da arte, da cultura no ambiente educacional, além de estimular o pensamento crítico, reflexivo em torno dos valores simbólicos (BRASIL, 2012).

O PNC registra 53 metas, a serem atingidas seguindo a orientação de 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações para se pensar o papel do Estado e a participação popular para a proteção, acesso, promoção da cultural e do patrimônio cultural, aliado a geração de renda, observados a partir de três dimensões:

[...] **dimensão simbólica**, no qual o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos e expressar em práticas culturais diversas. Outra **dimensão é a cidadã**, no qual a Constituição Federal incluiu a cultura como mais um dos direitos sociais, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia e lazer; devendo promover esse direito e ampliados os mecanismos de participação social, formação, relação da cultura com a educação e promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória cultural; e por fim, a **dimensão econômica**, considerando o potencial da cultura para gerar dividendos, produzir lucro, emprego e renda, a partir de um cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável (BRASIL, 2012, pp.19-20, grifo nosso).

As metas do PNC atingem o fomento do patrimônio histórico cultural brasileiro mas, algumas metas são especiais, tais como: **meta 12**, no qual prevê que 100% das escolas públicas de Educação Básica insira no Projeto Político Pedagógico a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural; bem como, a **meta 13**, que prevê a formação continuada de professores para promover diferentes linguagens e leituras sobre o patrimônio cultural nacional; e, a **meta 32**, que busca aumentar o número de municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento, com manifestações culturais e com a construção de oficinas que apresentam os patrimônios culturais (in)materiais locais (BRASIL, 2012).

Especificamente, sobre as principais estratégias e ações determinadas pelo PNC que discrimina a que intervenções são atribuídas diretamente ao IPHAN, são explicitadas no Quadro 07, a saber:

**Quadro 07:** O PNC - Papel do Estado e a Participação Social

AÇÕES E ESTRATÉGIAS	DESCRIÇÃO
<i>Ação 1.10</i>	Promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura, patrimônio, modo de vida, com as de educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio;
<i>Estratégia 1.10.6</i>	Construir instrumentos integrados de preservação, salvaguarda e gestão do patrimônio em todas as suas vertentes e dimensões, incluindo desenvolvimento urbano, turismo, meio ambiente, desenvolvimento econômico e planejamento estratégico etc.;
<i>Ação 2.6</i>	Mapear, registrar, salvaguardar e difundir as expressões da diversidade brasileira, sobretudo aquelas correspondentes ao patrimônio imaterial, às paisagens tradicionais e aos lugares de importância histórica e simbólica para a nação;
<i>Estratégia 2.6.1</i>	Instituir a paisagem cultural como ferramenta de reconhecimento da diversidade cultural brasileira, ampliando a noção de patrimônio para o contexto territorial e abarcando as manifestações materiais e imateriais das áreas;
<i>Ação 3.5</i>	Promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio; e,
<i>Estratégia 3.5.7</i>	Apoiar a implementação de portais de <i>internet</i> para a difusão nacional e internacional das artes e manifestações culturais brasileiras, inclusive com a disponibilização de dados para compartilhamento em redes sociais virtuais.

Fonte: BRASIL, 2018.

Organização: Próprio autor, 2020.

As ações e estratégias expostas pelo PNC relacionavam as metas que eram para atingir até 2020. Vale reforçar que o plano descreve ao todo 53 metas, embora não se consiga perceber nenhuma delas efetivamente concretizada. Como exemplo, podemos especificar a meta 40, a qual sinaliza a “[...] disponibilização da internet, em domínio público ou licenciado, e deve promover 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo IPHAN” (BRASIL, 2018, p. 14) - a qual mostra similaridade com a estratégia 3.5.7, exposta no quadro 07. Segundo o relatório de Gestão do IPHAN, até o ano de 2020, era para o Instituto dispor 14% de seus inventários e ações de reconhecimento digitalizados, o que nos leva a refletir sobre o desafio para a promoção e universalização das informações sobre os Patrimônios, que se prevê uma engenhosa operação de espírito, lembrando que promover e alimentar uma plataforma de consulta que permita acompanhar ações, incentivar a pesquisa, a

produção cultural, significa oferecer o conhecimento de bens culturais e a comunicação destes para o povo (IPHAN, 2019).

Segundo o IPHAN (2019), as medidas de ações preconizadas no Quadro 06 eram direcionadas aos locais da cidade valorizados com o título de Patrimônio e que constituiriam alvo de ações integradas entre o Estado e a comunidade local, ao visar à preservação de alguns patrimônios - como o documento original destaca - as situadas ao Rio de Janeiro, a exemplo: Pão de Açúcar, Corcovado, Floresta da Tijuca, Aterro do Flamengo, Jardim Botânico, Praia de Copacabana, entrada da Baía de Guanabara, Morro do Leme, Forte de Copacabana e Arpoador, Parque do Flamengo e Enseada de Botafogo; todavia, o PNC não executavam as atividades de sustentabilidade e projeção patrimonial como deveria, como já destacamos anteriormente.

Durante o governo Lula, uma conquista do IPHAN foi a aprovação da candidatura e inscrição da cidade do Rio de Janeiro como o primeiro Patrimônio Mundial na categoria **Paisagem Cultural Urbana**, aprovada na 37ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, ocorrida no mês de julho de 2012, em São Petersburgo, na Rússia. E, foi utilizado como critério, para tal, a seguinte diretriz da UNESCO:

i. a representação de uma obra prima de um gênio criativo; ii. ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens e, estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (IPHAN, 2019, p. 14).

Vale destacar que uma ação estratégica do então ministro Gilberto Gil, ocorreu no âmbito das atividades do IPHAN, a saber, a reorientação das ações culturais que aproximasse o povo dos seus signos, pois “[...] a preocupação da gestão Gilberto Gil está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais, etc.” (BARBALHO, 2007, p. 52). Essa diretriz orientou a elaboração de novos programas governamentais e modificou os empenhos pedagógicos acerca das relações entre patrimônio cultural e educação, ao levar, como obrigatório, a educação patrimonial em todas as cidades que possuem o reconhecimento de um patrimônio nacional, objetivando reduzir as distâncias das ações de programas e projetos executados pelas secretarias de cultural, turismo, de patrimônio (e afins) com os escritórios regionais do IPHAN, concomitantemente, com as secretarias de educação municipal (ALVES, 2020).

Na perspectiva de Lula, as ações do Ministério da Cultura, em parceria com o IPHAN, é entendida como:

É outra - e é nova - a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção e da preservação de nossa identidade, como elemento educativo, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da autoestima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica (BRASIL, 2012, p. 23).

Nesse momento, a educação patrimonial, passa a ser destaque em iniciativas do IPHAN junto aos Ministérios do Turismo e da Educação, envolvendo a educação patrimonial aliada à educação turística, de desenvolvimento regional, de educação ambiental e, reforçando, ainda, a necessidade de trabalhar tais temas na educação básica a partir de projetos individuais, específicos de cada prefeitura, especialmente, por meio do programa Mais Educação<sup>42</sup> (BRASIL, 2012).

Neste momento vale o apontamento que nos Governos de: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva as políticas públicas voltadas as questões cultural e patrimonial, ganharam maior aderência aos desejos, princípios, e categorias inicialmente pensados no anteprojeto de Mario de Andrade, em 1937. Uma vez que, FHC projetou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a Criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e o governo de Lula aproximou a gestão cultural de forma mais democrática por meio dos Planos de: Governo Participativo e Nacional de Cultura. Ainda sobre esse último:

No governo Lula observamos um deslocamento do sentido de cultura, de algo anteriormente significado como arte erudita com valor de mercado para posteriormente relacionado a um conceito antropológico, que se aproxima daquela formação discursiva no anteprojeto de Mário de Andrade. Com isso e por isso foi possível que novas posições discursivas surgissem no campo cultural, como a indígena, a cigana, a afro-brasileira, a dos terreiros, a dos deficientes físicos, a LGBT, dos marginalizados etc. Identificamos que isso só foi possível com a emergência, no Brasil, do discurso da diversidade, amparado desde as intenções da Constituinte de 88 que passou a disputar espaço com os discursos sobre a diversidade e o direito ao respeito a todo dia

---

<sup>42</sup> O programa Mais Educação é uma política do Ministério da Educação dirigida à ampliação da jornada escolar no ensino fundamental. É parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e foi criado pela Portaria Interministerial n. 17/2007 e pelo Decreto n. 7083/2010. Nesse programa a educação patrimonial era percebida como meio de formação de cidadania, da promoção da identidade, da memória que são postas pelo Estado, como as que os alunos também o percebe (BRASIL, 2012).



de manifestação, elemento ou signo cultural, apoiando, em outro sentido, mas com certo grau de significância no governo de Fernando Henrique Cardoso (SILVA, 2015, p. 16).

No final do governo Lula e início do mandato (2011-2016) de Dilma Vana Rousseff (1947), o Ministério da Cultura foi gerenciado por Juca Ferreira que trabalhou na construção de alguns projetos, como o Pró-Cultura, que promoveu o Fundo Nacional da Cultura (FNC); bem como o programa de Incentivo Fiscal a Projetos Culturais (IFPC); o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART); e o Vale-Cultura. Todos os projetos e programas citados foram criados por leis específicas, tendo beneficiado de maneira direta ou indireta a promoção dos Patrimônios Culturais, especialmente, no que concerne ao favorecimento do acesso, por meio de ingressos a valor de custo e a entradas gratuitas em museus (ANGELO; SIQUEIRA, 2018).

O Vale-Cultura, por exemplo, possibilitou entre os anos de 2010 a 2020, no mínimo, 12 milhões de trabalhadores a oportunidade de irem aos cinemas, museus, espetáculos, teatros, locais de patrimônios, museus, shows, propiciando até a compra e aluguel de livros, Disco Digital Versátil, revistas e jornais a preços acessíveis. Além disso, foi usado para a aquisição de instrumentos musicais ou programas culturais. No final do mandato de Dilma foi possível perceber a preocupação com a modernização do direito autoral e principalmente na consolidação do programa Cultura Viva, que buscava fomentar atividades culturais já existentes por meio dos Pontos de Cultura e das manifestações culturais da diversidade brasileira, potencializando os circuitos culturais de maneira interligada e buscando a coalisão entre os patrimônios culturais material e imaterial (ALVES; DEUS, 2020).

No governo, de 2016 a 2018, do ex-presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia (1940), o IPHAN passou por um intenso processo de esvaziamento da equipe diretiva dado até mesmo o pedido de demissão do ministro da Cultura, Marcelo Calero Faria Garcia (1982), que utilizou como justificativa para tal a dificuldade em promover ações junto às autarquias e órgãos de colegiados, percebendo, até mesmo, o fim de muitos deles. Sobre as dificuldades de promoção de apoio e execução de projeto no ministério da Cultura, sinalizamos as instituições mais atingidas, a saber: o IPHAN, a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); a Comissão do Fundo Nacional da Cultura (CFNC), a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), o Conselho Nacional de Política

Cultural (CNPQ), o Centro Técnico Audiovisual (CTAV) e a Cinemateca Brasileira (CB) (IPHAN, 2019).

O ex-ministro Marcelo Calero, ainda acusou o governo Temer de tê-lo pressionado e solicitado ao IPHAN que produzisse parecer técnico favorável à aprovação de um projeto imobiliário<sup>43</sup>, localizado próximo a uma área tombada em Salvador, o que não era recomendável, ou mesmo, possível por ter sido a área anteriormente reconhecida como bem nacional; e percebe-se que “[...] muitos tombamentos e destombamentos são decretados por motivos políticos e até mesmo muitas intervenções são autorizadas, às vezes, passando ao largo de critérios técnicos, em função de arranjos também políticos” (CARSALADE, 2014, p.191).

Essa ocorrência foi denunciada, também, pela historiadora e presidente do IPHAN, Kátia Santos Bógea - a qual possuía mais de 30 anos de experiência na superintendência do IPHAN do Maranhão. E, é mais evidente que nesse momento o IPHAN perde a sua autonomia, tendo sido o MinC extinto, em 2016 e, sendo ele, então, incorporado ao Ministério da Educação. A decisão seria, posteriormente, revista e o Ministério voltaria a existir, na época, passando a ficar sob comando de Roberto João Pereira Freire (1942) (BRASIL, 2018).

Vale destacar que conforme determinou a portaria ministerial n. 119, de 2018, o MinC, ao ser incorporado ao MEC, embora tivesse como missão “[...] promover o crescimento cultural, ampliar o acesso à cultura e fortalecer a economia criativa em todas as regiões do país, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil”, implementou poucas medidas de valorização, resgate, perpetuação da Cultura e do Patrimônio; e uma expressão de sua ineficiência é a forma como foi tratada o caso do incêndio ocorrido, em 02 de setembro de 2018, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, triste episódio que deixou evidente o sucateamento das políticas culturais direcionadas à memória e ao patrimônio cultural brasileiro, dado que pouco se fez para a efetivação de sua restauração (IPHAN, 2019).

Na sequência, em 2019, com a posse do presidente da República Jair Messias Bolsonaro (1955), aconteceu a diluição do Ministério da Cultura, acoplando-o aos Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social; em seguida, cria-se a Secretaria Especial da Cultura, que passou a ser liderado pelo ator Mário Luís Frias (1971), secretaria a qual acabou sendo transferida para o Ministério do Turismo. É sugestivo

---

<sup>43</sup> *La Vue Ladeira da Barra.*

observar que, após essas mudanças, os secretários da Cultura de dezoito estados brasileiros lançaram um manifesto pedindo a manutenção do MinC, embora não tenham obtido êxito, pois o Ministério da Cultura foi oficialmente extinto pela medida provisória n. 870, de 2019. Vale destacar que essa medida afetou algumas instituições vinculadas, diretas e/ou indiretamente, ao MinC, as quais foram atingidas e esvaziadas em termos do pessoal lotado nelas e programas de fomento a elas direcionados; entre as quais podemos citar as fundações: Casa Rui Barbosa (FCRB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), Biblioteca Nacional (FBN) e Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FUNTEVE) (BRASIL, 2019).

Além disso, a então presidente do IPHAN, Kátia Santos Bogéa, em audiência pública na comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, em novembro de 2019, afirmou que, diante o quadro de reorganização do IPHAN, era urgente o aumento de recursos orçamentários mas, sem recursos humanos, não era possível continuar a trabalhar, pois, segundo a presidente havia 516 cargos vagos na autarquia - destaca-se que entre os anos de 2018 até 2019, o IPHAN perdeu mais da metade dos repasses que se esperava para promover suas ações, cerca de R\$ 500 milhões. E, no ano de 2020 a redução de verba para o instituto foi de 70% em relação a 2018 (IPHAN, 2020).

Após o pronunciamento da presidente do IPHAN à Câmara dos Deputados, Bolsonaro fez críticas a solicitação de Kátia Bogéa e ainda destacou que o Instituto vem dificultar o governo embargando conclusões de obras, citando, inclusive, uma das lojas da Havan, do empresário Luciano Hang (1962), que estava em fase inicial de instalação em uma cidade do Rio Grande do Sul (RS), que segundo o Presidente da República, o IPHAN interrompeu por causa de "cocô petrificado de índio". E, tal embargo efetivou-se para a realização de investigação de um possível patrimônio arqueológico no local. A fala de Jair Bolsonaro denotou para a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e para o IPHAN desprezo aos bens de natureza arqueológica, além de ser uma tentativa de cercear o exercício da profissão e intimidar os servidores e instituições que atuam em defesa do patrimônio cultural (SAB, 2019).

Outro episódio ilustrativo e lamentável da política de desconstrução do IPHAN fez-se na emblemática reunião ministerial amplamente divulgada nos meios de comunicação: brasileiro e mundial, especificamente, ocorrida no dia 22 de abril de 2020, no qual o ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Sales, disse que devida as atenções estarem voltadas para os impactos do coronavírus, era o momento oportuno

da "boiada passar", e incluir nesse rebanho obras paralisadas pelo IPHAN. Então, no dia 11 de maio de 2020, a partir de decreto assinado por Walter Souza Braga Neto (1957), da Casa Civil, ao muda a presidência do IPHAN, Larissa Rodrigues Peixoto Dutra assume o cargo (ANPUH, 2020).

A nomeação da turismóloga Larissa Rodrigues Peixoto Dutra que, vale destacar, já tinha carreira no IPHAN com cargo no Departamento de Desenvolvimento Produtivo, desagradou especialistas que alegaram que o IPHAN, instituição com mais de 80 anos de existência, deve ter um gestor com o conhecimento da área. Além disso, mesma possuindo um robusto *curriculum* e experiência profissional, além de ser servidora concursada, Larissa não atendia à adequação exigida pelo artigo 2º do Decreto n 9.727/2019, não apresentando perfil e formação compatíveis com a finalidade determinada por lei para o IPHAN (ANPUH, 2020).

Em 08 de dezembro do ano corrido, o governo Bolsonaro, por meio da Portaria SGA/AGU/PR. 1.109/2020, trocar o diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial, na época Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz - mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN - para nomear o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Tassos Lycurgo Galvão Nunes, que é advogado, e pastor evangélico, com pós-doutorado em apologética cristã pela Universidade Oral Roberts (EUA), com nenhum trabalho desenvolvido em DPI (BRASIL, 2020).

Este cenário mostra-se mais desfavorável ao levarmos em consideração que ao criar novos mecanismos de valorização e fomento destinados ao Patrimônio Cultural, articulando diferentes esferas do poder público - sejam eles, ministérios da União, poderes executivos: estadual e municipal, e sociedade civil – ao passo que envolvem programas e projetos exequíveis, no sentido de buscar a sustentabilidade cultural, social e econômica (MENESES, 1996). Nesse sentido, se faz necessários programas para a melhoria de vida dos cidadãos e a valorização cultural, nos contextos: local e nacional ao assegurar o modo de ser de um povo, resguardando os seus bens mais representativos e colocando-os em evidencia de patrimônio nacional e internacional. Para este ato, de acordo com Scifoni (2008), é preciso fundamentar em projetos e plataformas políticas de qualquer governo que preza pela história pretérita e presente de seu povo por meio de sua dignidade. No entanto, não é isto que se tem observado, na atualidade.

Hoje, o IPHAN luta, quase que agonizando, para promover a sua missão que consiste em promover e ordenar o método de preservação do patrimônio cultural

brasileiro para sustentar as identidades, para garantir o direito da memória e colaborar com o desenvolvimento socioeconômico do país, ao buscar orientar a política nacional do patrimônio cultural que dão unidade a sua cultural. Com isso, Instituto conta, atualmente, com 27 superintendências (uma em cada unidade federativa); 37 escritórios técnicos, a maioria localizada em cidades que são conjuntos urbanos tombados e, ainda, seis unidades especiais, sendo quatro delas no Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial e Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular; e, duas em Brasília - o Centro Nacional de Arqueologia e o Centro de Documentação do Patrimônio (IPHAN, 2020).

Assentados na compreensão de que nos últimos anos a atenção direcionada aos órgãos, colegiados, fundações. Desse modo, se perde, em termos de perspectiva e propostas de trabalho desenvolvidas, com o objetivo de obter uma compreensão sobre quais seriam o significado e significância que o povo atribui ao modo de vida e às diversas maneiras de representação de uma sociedade. Na atualidade, há vários exemplos de lugares, paisagens, modos de fazer e de vida que resistem e são retratos do nosso Patrimônio Cultural Nacional. Isso se deve ao fato do valor cultural não ser inerente aos bens, mas ser produto das relações sociais, do significado que o povo lhes dá verificando se tal processo permite que o Brasil ainda possa apresentar, em convenções, novas propostas de candidaturas de inscrições<sup>44</sup> de bens patrimoniais (IPHAN, 2020).

Vale ressaltar, nesse sentido, que Brasil está incluído entre os países que inscreve o(s) seu(s) patrimônio(s) na lista do Patrimônio Mundial, contendo 28 inscritos. Entre os Patrimônios reconhecidos pela UNESCO, no Brasil, até dezembro de 2020, se destaca, indistintamente, aqueles de categorias: cultural, natural, mista e imaterial, conforme se pode perceber, no Mapa 02, apresentado, a seguir.

---

<sup>44</sup> O Brasil apresentou por meio da lista indicativa à candidatura, e aguarda parecer da UNESCO, de novos bens capazes de serem conclamados como Patrimônio da Humanidade, sendo indicados como **Patrimônios Culturais:** Barragem do Cedro nos Monólitos de Quixadá (CE), Conjunto de Fortificações Brasileiras (AP, BA, MS, RJ, RO, PE, RN, SC e SP), Geóglifos do Acre (AC), Igreja e Mosteiro de São Bento (RJ), Itacoatiaras do Rio Ingá (PB), Palácio da Cultura - Antiga sede do Ministério de Educação e Saúde (RJ) -, Sítio Roberto Burle Marx (RJ), Teatros da Amazônia (AM/PA), Vila Ferroviária de Paranapiacaba (SP) e Ver-o-Peso (PA). Além dos indicados como **Patrimônios Naturais:** *Canyon* do Rio Peruaçu (MG), Estação Ecológica Anavilhanas (AM), Estação Ecológica do Taim (RS), Estação Ecológica de Raso de Catarina (BA), Parque Nacional da Serra da Bocaina (SP/RJ), Parque Nacional da Serra da Canastra (MG), Parque Nacional da Serra do Divisor (AC), Parque Nacional Pico da Neblina (AM) e a Reserva Biológica do Atol das Rocas (RN). Os **Patrimônios Mistos:** Área Federal de Proteção Ambiental Caverna do Peruaçu/Parque Estadual Veredas do Peruaçu (MG). E por fim, como **Patrimônios Imateriais:** Museu Vivo do Fandango (região Sul e Sudeste do País) e a Documentação da Língua Puruborá (RO) (IPHAN, 2020).

**Mapa 02. Patrimônios reconhecidos pela UNESCO no Brasil, até dezembro de 2020.**



Arte Kusiwa - Patrimônio Imaterial  
Fonte: IPHAN, 2019.



Complexo de Conservação da Amazônia Central - Patrimônio Natural.  
Fonte: IPHAN, 2019.



Paraty - Patrimônio Misto  
Fonte: IPHAN, 2019.



Brasília - Patrimônio Cultural  
Fonte: IPHAN, 2019

Fonte: IPHAN, 2019.

Organização: Próprio autor (2020).

Para explicitar melhor tal realidade, disponibilizamos o Mapa 02 que apresenta os recortes territoriais em que incidem os Patrimônios reconhecidos pela UNESCO, no Brasil. E, a seguir, explicitamos as categorias e seus respectivos bens:

- i. **Patrimônio Cultural:** Brasília (DF); Cais do Valongo - Rio de Janeiro (RJ); centros históricos de Goiás<sup>45</sup> (GO); Diamantina (MG); Ouro Preto (MG); Olinda (PE); São Luís (MA); Salvador (BA); Conjunto Moderno da Pampulha - Belo Horizonte (MG); Missões Jesuíticas Guaranis - no Brasil, Ruínas de São Miguel das Missões (RS); Parque Nacional Serra da Capivara (PI); Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE); Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar (RJ) e o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos - Congonhas (MG);
- ii. **Patrimônio Natural:** Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT/MS); Complexo de Conservação da Amazônia Central (AM); Costa do Descobrimento: Reservas da Mata Atlântica (BA/ES); Ilhas Atlânticas: Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE/RN); Parque Nacional do Iguaçu (PR); Reservas da Mata Atlântica (PR/SP); Reservas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (GO);
- iii. **Patrimônio Misto:** Paraty e Ilha Grande (RJ): Cultura e Biodiversidade; e;
- iv. **Patrimônio Imaterial:** Samba de Roda no Recôncavo Baiano (BA); Arte *Kusiwa*: Pintura Corporal e Arte Gráfica *Wajãpi* (AP); Frevo: Expressão Artística do Carnaval de Recife (PE); Círio de Nossa Senhora de Nazaré (PA), Roda de Capoeira (BA) e o Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão (MA) (IPHAN, 2019).

Destacamos que a grande questão envolvida no processo de colocar em evidência o patrimônio relaciona-se com o pensar sobre a realidade, enquanto **nação e projetos políticos**. Pois, o patrimônio representa sempre um desafio de leitura do tempo e do espaço em que a gente vive, ao nos incitar a perceber a ideia de unidade a partir da pluralidade, na medida em que compartilhamos histórias em um mesmo território, mas, somos inseridos em diferentes culturas e o que nos une, enquanto sujeitos que investigam a importância dos bens culturais é a diferença, que ao mesmo tempo nos distanciam e nos aproximam (GONÇALVES, 2010).

---

<sup>45</sup> Goiás Velho.

Dado que cada geração refaz o patrimônio de sua nação, o qual é interpretado de acordo com os sistemas simbólicos vigentes que lhe atribuem significados. Partindo dessa premissa, nos resta pensar qual patrimônio desejamos. Como nos coloca Meneses (2012):

[...] qual vamos preservar? A cidade dos antepassados, dos heróis fundadores (e dos vilões), dos donos do poder, de ontem de hoje? A cidade dos eruditos e dos historiadores, dos poetas, dos urbanistas, dos planejadores? Dos habitantes? Quais? Dos homens da rua e daqueles que com suas mãos a construiu e as constrói? (MENESES, 2012, p. 37).

A retórica traz à luz algumas indagações que possibilita ao povo decidir o que é para ele patrimônio, numa relação entre governo-governança e governabilidade cultural, pois, talvez, falta-nos a aproximação com o Outro para entender o que o que é digno, genuíno e legítimo para narrar uma história e compor um patrimônio de todos.

Quando abordamos a formação e ideia de patrimônio histórico muitos se surpreendem e esperarem uma leitura, um posicionamento linear do processo histórico de formação do pensamento sobre o patrimônio, no Brasil, conseqüentemente, defrontarem, ao contrário, com diferentes provocações. Uma delas diz respeito ao entendimento do patrimônio como algo que tem **mais relação com o presente do que com o passado**, o que por sua vez vincula-se à capacidade que temos de criticar, analisar e ressignificar o sentido amplo de um bem cultural. Logo, o patrimônio é importante como: “[...] marcas do passado, e extraordinário como história que se faz presente” (JEUDY, 2005, p. 26).

Diante do que foi abordado, ao relacionar os usos de um bem, a importância da gestão, da educação patrimonial em prol da sustentabilidade e identidade de um povo, aprestamos, a seguir, o último subtópico deste capítulo.

### **3.4 Gestão, Uso e Educação Patrimonial: Patrimônio de quem? Para quem?**

Ao englobar o patrimônio cultural um conjunto de concepções tangenciadas pela relação memória e história, se pode afirmar que é na relação conceitual com o Espaço que o patrimônio se inscreve, e mais precisamente, no espaço social, onde os grupos sociais negociam significados, onde se formam disputas simbólicas que podem remeter à legitimação, em termos culturais, de um bem (BOURDIEU, 2007). Diversas são, aliás, as formas de se interpretar o conceito de patrimônio, porque os elementos referenciados são tomados a partir da adoção de perspectivas distintas em virtude do lugar de enunciação dos quais emanam. Mas, é precisamente diante da abertura e da possibilidade ampla acordada ao conceito de



patrimônio que surgem questões sobre seus limites e alcances - quando não é o caso de sua validade heurística ou da perda de sua capacidade analítica (AMIROU, 2000).

Assim, se percebe que existe uma diversa e complexa noção de patrimônio em diferentes campos do conhecimento, tal como, exemplo na: Geografia, Sociologia, Arquitetura e História. Essa última foi, em especial, um campo do Conhecimento que trouxe importantes contribuições na relativização do que seja o patrimônio, contribuições essas que são, inclusive, apropriadas por diferentes movimentos espontâneos da sociedade civil e por instituições oficiais que, em certa medida, buscam o resgate, e perpetuação da identidade mediante a valorização de um bem (MENEZES, 2012).

Como assinala Oliven (2009) deve se ter cuidado com o que é posto como patrimônio, pois “[...] temos agentes que detêm o poder legítimo de definir o que faz parte do patrimônio. Esses guardiões do patrimônio [é que] definem o que é digno de ser preservado” (OLIVEN, 2009, p. 80). E, talvez a crítica mais contundente ao que seja o patrimônio está na excessiva preocupação da preservação de um bem sem, muitas vezes, se promover, em paralelo, o estudo contínuo da relação que é estabelecida entre ele e a natureza de sua qualidade, a qual – deve-se ressaltar-, é definida pelo povo, que é o ator que fundamentalmente o legitima, pois é a comunidade, em primeira instância, quem o usa, quem o vivencia e quem estabelece, constrói com ele, relações mediadas pelos encontros aí promovidos, **no cotidiano**. E, tal processo ocorre quando a comunidade percebe o **patrimônio como símbolo identitário**, como representação social guardada na memória, e passível de ser preservada como componente cultural indissociável do dia a dia (ALVES, SILVA & DEUS, 2019).

Le Goff (1996) acredita que a memória se ocupa mais da ideia de coletividade do que de lembranças individuais, pois se trata de uma dimensão da realidade que reelabora a representação do passado e elenca o que se define como mais ou menos relevante em termos de grupo/coletivo. Sendo assim, as questões de formação da memória coletiva passariam, para o autor, pelo crivo das lutas pelo poder, especialmente, porque grupos, gêneros e etnias se esquecem, ou se lembram daquilo que lhes permitem a ter o domínio, a força e os mecanismos de manipulação e manutenção da esfera coletiva. A memória emergiria como força de representação de uma conquista, de um livramento, de uma emancipação social. Conforme assinala Le Goff (1996) “[...] a memória coletiva não é apenas uma conquista: [ela] é também um instrumento e um objetivo de poder, é um meio que se faz possível à recordação e a tradição, aí está a manifestação da memória vinculada ao patrimônio” (LE GOLF, 1996, p. 57).

De acordo com Thompson (2005), a memória cultural estaria associada à capacidade de compreensão do indivíduo e, em especial, ao seu interesse em manter viva a lembrança. Assim, o autor destaca que independentemente de quais sejam o motivo e a precisão dessa memória, ela estaria acoplada ao interesse e necessidade sociais, e é infimamente maior quando há interesses genuinamente autênticas de grupos envolvidos.

Assim, o processo de formação do patrimônio cultural, para melhor ser compreendido, seria pensado a partir da relação estabelecida com o contexto geoistórico e de outros campos do conhecimento, já que apresentam olhares diversificados, porque são objetos complexos (ALVES, 2020). E, esses olhares e formas de apreensão do processo de patrimonialização enriqueceriam, não só a percepção da noção de memória, como colocariam em evidências questões acerca das formas de apropriação e preservação dos elementos constitutivos da identidade coletiva, bem como da formação e afirmação dos lugares da memória, suas possibilidades de uso.

Desse modo, é importante ressaltar ainda que, são significativas as demandas sociais que se apresentam através da perspectiva patrimonial e que, dessa forma, convertem os **bens patrimoniais no próprio sentido da história** (NORA, 1992). É nessa perspectiva que a compreensão do Patrimônio, ancorado nos aspectos que constroem o sentido de memória, se torna uma apreensão obrigatória, dado que as mudanças funcionais e estruturais<sup>46</sup> de muitos bens são ameaçadas por mudanças estruturais, por vezes, implementadas ou desenvolvidas sem o respaldo da população ou criadas de uma maneira intransigente e intencional, ao alterar o sentido de lugar, do patrimônio, das memórias, da continuidade da vida (CARSALADE, 2014; JEUDY, 2005).

Isso acontece em meio ao planejamento e localização de empreendimentos em certas áreas de cidades que detém patrimônios, quando se desarranja as percepções sensoriais dos sujeitos, em função de alterações das paisagens (SANTOS, 1988). Definitivamente, não me

---

<sup>46</sup> Existem vários exemplos de alterações estruturais ou funcionais do patrimônio que afetam (in)diretamente a história e o presente do povo que ali vive, dado a opacidade de uma gestão colaborativa e dialógica entre os órgãos (poder público) e a população. Pode-se citar, por exemplo: *i*) Os casos do novo urbanismo, associado às políticas neoliberais e à globalização econômica dos anos 1990, tomando como referência o Planejamento Estratégico desenhado para a renovação urbanística que resulta em alterações em paisagens, como podemos perceber as provocadas no cenário patrimonial da cidade do Rio de Janeiro (RJ), por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016, que mudou a dinâmica social e, em certo ponto, o reconhecimento do lugar derivado da privatização do espaço público (PAES, 2017). Vale destacar também: *ii*) Em 1930, o processo de gentrificação no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador (BA), que acentuou o processo de desigualdade espacial da população na interface centro e periferia e todo o desdobramento que dele é inerente (RIBEIRO, 2016). E *iii*) As ações político-econômicas e programas governamentais iniciadas em 2002 no município de Penedo (AL), que resultaram em alterações estruturais e funcionais dos centros históricos para atender o turismo cultural (gentrificação e descaracterização dos bens para torna-los esteticamente comercial), levando o impacto na vida da população pois, mudou a rotina destes e acentuou o “desconhecimento” dos patrimônios (RAMOS, 2017).

apresento contra a inovação da paisagem, ao contrário, pois sou um homem que quer deixar marcas de uma vida em uma matriz política. E, entendo que a “[...] paisagem contemporânea deverá ser, cada vez, mais a paisagem híbrida, construída como um **palimpsesto** [...] que exige a convivência de várias paisagens, ritmos, percepções e escalas [...]” (LUCHIARI, 2001, p. 23, grifo nosso), uma vez que, se observa que ela não se constrói em uma história congelada, mas participa de forma ativa do momento histórico que vivemos. Porém, a relação da mutação de um bem tombado é necessariamente conhecida e respaldada pelo povo, e posteriormente via Estado - dado que nem sempre o Estado representa os anseios da sociedade.

É no sentido de dialogar e perceber os desejos do povo, em relação aos bens que representam a sua identidade, o IPHAN vem tomando medidas<sup>47</sup> direcionadas à melhoria deste inter-relacionamento pois, “[...] por mais que queriam parecer tecnicamente isentos, os órgãos de patrimônio oficiais têm um compromisso com a opinião pública e com ela tem a harmonizar o desejo do Estado e do povo” (CARSALADE, 2014, p. 251).

Deste modo, Horta (2002) afirmou que:

O IPHAN, no âmbito federal, vem sendo adquirido na prática constante e cotidiana de seus dirigentes, técnicos e administradores, novos olhares sobre o patrimônio, transformando-se e renovando-se ao longo do tempo, de acordo com as mudanças na administração pública e na própria demanda da sociedade, tentando aproximar a equipe dos anseios da sociedade, entendendo o processo de identidade pelo povo, buscando comunicação e diálogo com as prefeituras e com as comunidades (HORTA, 2002, p. 41).

Por esse viés, se verifica que o patrimônio cultural assume importante papel no espaço público, na sociedade e na vida cultural do país. Sendo assim, é de extrema importância que pessoas realmente capacitadas assumam o papel de gestores em órgãos e instituições que atuam como salvaguardas do patrimônio para que a partir daí, elas possam promover maior interação e contato entre Comunidade-Patrimônio-Estado; afinal o governo federal e o IPHAN são os responsáveis pelo manejo dos recursos e instrumentos disponíveis para o desenvolvimento dos processos específicos de reconhecimento de um bem e da sua constante avaliação - (i)material e cultural -, além de assumirem iniciativas no sentido de buscarem projetar a popularização da utilização dos bens culturais como instrumentos pedagógicos (HORTA, 2002). Nesse sentido, no Brasil:

---

<sup>47</sup> Na atualidade, as políticas de patrimônio, “[...] procuram ser pensadas de maneira abrangente de forma a não se centrarem apenas no tombamento, mas em outras alternativas de proteção, sabedoras que são da impossibilidade de isolar o bem da realidade onde se insere” (CARSALADE, 2014, p. 251).

[...] vem apresentado uma forte crítica a ideias consolidadas de preservação no país. Embora essas críticas ainda não tenham totalmente se transformado em políticas públicas concretas, aqui e ali já se ensaiam ações nesse sentido, com avanços no entendimento sobre o papel do gestor, da sua formação e da sua equipe, sentido alguns resultados, por exemplo, os avanços nos estudos de nosso patrimônio material e, o imaterial (especialmente quando ligado à sustentabilidade do grupos que o guardam e produzem: os terreiros de candomblé e o queijo artesanal, por exemplo), além da busca da proximidade entre os órgãos e os dos gestores municipais sustentados pela formação de grupos e conselhos locais sendo capazes de apresentarem e representarem com respeito e qualidade o patrimônio do povo (CARSALADE, 2014, p. 201)

Aliás, para Horta (2020), ser gestor de um patrimônio ou de uma instituição que lida com tal dimensão da realidade, envolve a busca da promoção de uma coalizão dos interesses de diversos atores em prol da real intenção e manutenção (ou não) de um bem. Para a autora (2020, p. 03):

A palavra ‘gestor’, que pode ser sinônimo de ‘diretor’, ‘coordenador’ ou ‘responsável’ pelos serviços e pela administração de uma instituição museológica ou patrimonial, não se resume apenas, como pode parecer, ao exercício de uma ‘função de comando’, ao ‘dar ordens’ ou ‘determinar que as coisas aconteçam’, a um grupo de subordinados. A raiz etimológica deste termo nos remete ao verbo ‘gerir’, ‘manejar’, conduzir um processo através de instrumentos, mecanismos e procedimentos adequados para que se obtenha um resultado, um ‘produto final’, no mínimo satisfatório, e que atenda às intenções e expectativas de seus ‘promotores’ e de seus ‘usuários’. E hoje o que necessitamos é de pessoas capazes de aliar o interesse do Estado aos anseios do Povo e os anseios do povo que devem ser promovidos via Estado; não podemos perceber o Patrimônio por meios de instrumentos e intenções qualquer, de poderes centralizados e autoritários.

Mediante ao exposto acima, o maior desafio para o gestor, no que concerne à segurança e compreensão do sentido de Patrimônio, e tendo em vista a dificuldade de permanência de projetos e pastas de governo - conforme o subcapítulo anterior evidenciou -, é assegurar a visibilidade do bem, revisando os projetos de promoção, recuperação e reavaliação dele, em curso, acionando, da melhor forma possível, os recursos disponíveis para tal, ao buscar o estabelecimento de parcerias e demonstrar confiança, abertura de diálogo e respeito às demandas da comunidade para ser percebido como gestor de um bem coletivo (IPHAN, 2012).

Os gestores, sabendo da dificuldade de fomento de programas e projetos por governos (federal, estadual e municipal), buscam alternativas destinadas a amenizar os impactos das deficiências orçamentárias; e em alguns casos recorrem a empresas privadas que incentivam a manutenção e preservação do Patrimônio Cultural.

Nesse sentido, Horta (2002) destacou que:

Nos últimos anos, os museus e órgãos de patrimônio têm recorrido com sucesso aos mecanismos de patrocínio e mecenato para seus projetos de maior importância, e para os quais não se poderia contar apenas com recursos do governo federal. As leis de incentivo fiscal, as fundações de amparo à pesquisa e de apoio a projetos museológicos e patrimoniais (como a Fundação Vitae, por exemplo, a Fundação Roberto Marinho, e outras mais), os programas internacionais de financiamento, as parcerias com os órgãos estaduais e municipais na área da cultura, têm sido importantes instrumentos para a viabilização de projetos institucionais (HORTA, 2002, p. 14).

Vale ressaltar que é inegável a necessidade de se discutir a questão da formação e capacitação dos gestores de Patrimônio Cultural, entendidos como profissionais que visem o cumprimento das metas estabelecidas pela instituição e mediadas pela própria demanda e expectativas despertadas na sociedade. Nessa, talvez, seja a maior lacuna no trabalho do gestor patrimonial, dado que a viabilização da participação da sociedade civil organizada, envolve uma discussão acerca do papel do Estado e da sociedade como um todo, colocando em questão o sentido de isonomia, cidadania e formação de consciência crítica como itens de pauta importantes para a promoção do Patrimônio, compreendendo a sua gestão como um gerenciamento assentado em uma cogestão participativa (HORTA, 2020).

Então, participar da constituição e preservação, ou não, de um patrimônio, significa antes de qualquer coisa, um exercício de cidadania, ao ponto do indivíduo reconhecer-se, enquanto parte da história. Conseqüentemente, é capaz de interagir com o Estado, cumprindo os deveres impostos, mas reivindicando e construindo novos direitos. Ao afirmarmos isto, procuramos apontar os aspectos fundamentais envolvidos na preservação ou não de um patrimônio cultural, pois a sociedade, ao expressar os conceitos, qualidade e valores atribuídos à memória, cidadania e educação, estabelece critérios que determinam quais bens devem formar o conjunto denominado patrimônio cultural. Na verdade, **depende da percepção da sociedade, resquícios do passado serão preservados para as futuras gerações, ou em caso contrário, serão simplesmente destruídos e esquecidos** (SERRA, 2006).

O texto constitucional, de 1988, instituiu o regime democrático de Estado de Direito e seu exercício pelo povo de forma direta ou indireta, propugnando a participação da sociedade na gestão pública, o que se explicita, especialmente, no parágrafo 1º do artigo 216 em que se destaca: “[...] o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro” (BRASIL, 1988, p. xx). A participação da população pressupõe o direito de todos os envolvidos em tomar decisões, garantindo representatividade na gestão. É significativo destacar que embora o texto constitucional garanta a preservação do patrimônio cultural, ele não definiu quais são os bens que formam a identidade e a memória

de um país. Por essa razão, a importância da participação popular nessa discussão e na inserção de diferentes sujeitos na formação de grupos de trabalho num formato descentralizado de poder, ao garantir o direito do uso e da discussão política tendo em vista o futuro de um patrimônio (IPHAN, 2018).

Entendendo que, para que haja uma confluência dos desejos do povo à legalidade das ações, é necessário que se tenha mobilização social e que o povo apresente aos gestores suas reivindicações, desejos no que concerne às políticas culturais. No entanto, para que essa mobilização concretize-se há de ter clareza quanto aos usos sociais do patrimônio; compreendendo que esses usos sociais correspondem:

[...] aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade. Isso implica que a população se sinta identificada com os elementos a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela (ZANIRATO, 2009, p. 03).

Na perspectiva do reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens somam-se esforços, - de governo e comunidades -, e quanto mais coletivos e representativos forem tais processos, mais protegidos, reconhecidos e preservados serão os bens. Não obstante, há que se considerar a afirmativa de Canclini (2012), no sentido que os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e estarem disponíveis para que todos os usem. Isso acontece, pois em sociedades desiguais, a apropriação dos valores, evidentemente, se faz de modo desigual. Os conhecimentos, crenças e gostos dependem do modo como os grupos sociais acessam estes bens e se reorganizam em função deles, desde o processo de aquisição de conhecimento sobre o bem até o nível de acesso a eles que lhes é facultado.

Por isso, não é raro que objetos e saberes gerados pelos grupos que têm mais informação e acesso ao conhecimento acabem por ser considerados como bens patrimoniais. De acordo com Zanirato, (2009): “[...] esses grupos não só definem o que é digno de conservação, como ainda dispõem de condições para atribuir maior qualidade e refinamento a esse mesmo bem” (ZANIRATO, 2009, p. 05). Ao ter a participação social desigual, entre o quantitativo e a real representatividade dos sujeitos de diferentes grupos sociais, resultam em desiguais formas de envolvimento com a noção de bem cultural e ocasionam, nos grupos que não têm características em comum com o elemento colocado à condição de patrimônio, certo desprezo por sua conservação, pois tais atores não entendem o real motivo desta constituição (ALVES, 2020).

Este é um dos motivos que explicam, porque há, no Brasil, entendimentos tão diferenciados sobre os usos sociais do patrimônio, sendo compreensível que as classes populares, atingidas pela carência de moradias e envolvidas na urgência de sobreviver, se sintam pouco atraídas pela conservação dos bens; afinal, para as classes ditas subalternas, esses não se revestiriam de legitimidade e muito menos de sentido identitário, levando a pobreza da experiência com o patrimônio (SILVA, 2014).

Em relação às concepções de Benjamin (1985), no sentido de estabelecer um paralelo entre suas ideias e as possíveis experiências que advém do patrimônio cultural, - tal ocorrência é percebida em suas obras, a saber: *Experiência e Pobreza* (1933), *O Narrador* (1936) e *A Obra de Arte na era de sua Reprodutibilidade Técnica* (1935)<sup>48</sup> - o autor deixou claro que a restrição do acesso e uso do patrimônio constrói a pobreza da experiência, sendo:

[...] apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois, qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não é o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorratamente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie, a existência do patrimônio sem o poder e vivenciá-la, de experienciá-la (BENJAMIN, 1985, p. 115).

É importante entender que na construção social da identidade, como processo estritamente relacionada à legitimidade e experiência com o Patrimônio, são gerenciadas e permeadas por relações de poder<sup>49</sup>. O sociólogo Oliván (2008) destacou que a interface identidade-uso-experiência-legitimidade são criadas e ou representadas pelas:

- i. **Identidade Imposta:** introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. A exemplo do Estado;
- ii. **Identidade de Resistência:** construída por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas/estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim resistência e sobrevivência;

<sup>48</sup> As obras destacadas estão condensadas no livro: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo (SP), Brasiliense, 1985.

<sup>49</sup> No tocante a promoção e identificação do patrimônio como elemento identitário, pode-se refletir que “[...] uma das formas mais tradicionais dessa forma de uso do patrimônio é quando o projeto político usa as próprias referências culturais para construção de seu pensamento hegemônico, porque sabe sobre a importância simbólica do poder. A cultura - considerada também a sua manifestação patrimonial - é usada na reprodução do modelo socioeconômico consagrado pela ideologia dominante” (CARSALADE, 2014, p. 189).

e;

- iii. **Identidade de Projetos:** os atores sociais utilizam de qualquer prática ou discurso para construir uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, ao buscar a transformação dela.

De acordo com Canclini (2012), o patrimônio ultrapassa o sentido de perceber um bem como identidade imposta ou apenas legal, ele deve “[...] expressar a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam” (CANCLINI, 2012, p. 14). A sobrevivência desse legado é assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população como algo que faz parte de sua vida - valendo lembrar que o processo de visitas aos museus, parques, bem como o das viagens a locais tombados e detentores de bens são, infelizmente, restritos a um pequeno grupo social, uma vez que, para tal imersão, muitas vezes, é imprescindível custear todo o processo, ao levar em consideração, em primeiro lugar, uma questão básica: muitos locais cobram o valor do ingresso para propiciarem acesso ao bem (ZANIRATO, 2009).

Ao reconhecer o valor histórico e artístico dos bens, não se deixa de observar que a sua escolha como patrimônios excluía, e ainda exclui, a possibilidade de que outros tenham a possibilidade de ser compreendidos como representativos da cultura e da identidade social, igualmente conservados pela ação do Estado. Por isso que a história passou, gradativamente, a reconhecer a importância de todos os agentes sociais no processo de discussão, com poder de igualdade, do que é Patrimônio, rompendo lentamente com a homogeneização de tombamentos de bens que tinham como pano de fundo unicamente as expressões e realizações das elites. Do mesmo modo, é possível afirmar que: “[...] os patrimônios diferem de cultura em cultura e devem ser formulados dentro de cada âmbito cultural, respeitando a diversidade de uma comunidade” (ALVES, 2014, p. 79).

Essas alterações fizeram com que as classes antes excluídas tenham a sua participação na formulação do que é considerado patrimônio e, como resultado, o que deve ser preservado, uma vez que: “[...] o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular” (ZANIRATO, 2009, p. 06). Com isso houve um distanciamento das concepções classificatórias e elitizadas do patrimônio e surgiu uma tendência de reconhecer que as obras consideradas simplórias - que adquiriram com o tempo um significado e legado cultural - compõem o elenco de bens culturais (JEUDY, 2005).



Dessa forma, se observa que a cidadania e a educação são bases necessárias para a construção de sociedades em que a democracia e a isonomia de direitos sejam reais, especialmente, em se tratando de elementos que possam representar o legado identitário nacional. Como já mencionado, destacamos a importância da participação popular e do acesso à informação como elementos-chave para estabelecer a relação de diálogo entre comunidade e governo, resultando na compreensão ampla e sustentável no que concerne às dimensões da percepção e preservação do patrimônio (CANCLINI, 2012).

Ainda que os princípios para a sobrevivência patrimonial remetam à participação social, o fato decorre que a **participação popular nas decisões relacionadas à política patrimonial, no Brasil, é consideravelmente pequena** (SERRA, 2006). Mesmo que tenha ocorrido um aumento do contingente de pessoas envolvidas em projetos de promoção e proteção patrimonial, nas composições de Conselhos Patrimoniais e outros, prevalece o desinteresse de muitos, e uma maneira de tornar essa realidade diferente é a oferta de acesso à educação patrimonial que é:

[...] um instrumento valioso e para isso deve visar a mudança de mentalidades a respeito da importância da manutenção de símbolos que expressam as memórias e as histórias vividas e da necessidade de salvaguardar a natureza e seus recursos, pois esses são finitos e essenciais à sobrevivência do homem no planeta (ZANIRATO, 2009, p. 149).

Assim, a educação transparece, a propósito, como o meio capaz de auxiliar os indivíduos para participarem das discussões e decisões sobre a questão patrimonial, em um contexto marcado por interesses conflituosos. Afinal, “[...] a dimensão do conflito lhes é inerente, como é a própria democracia. E assim, os espaços de formulação de políticas onde a sociedade civil participa, são espaços marcados pelas contradições e tensões” (JACOBI, 2007, p. 242).

Cabe o cidadão aprender a lidar com os conflitos e se fortalecer na coletividade para conseguir representatividade para:

[...] contrapor aos interesses contrários às políticas de conservação patrimonial e o compromisso com a conservação é resultado de uma população organizada e informada de maneira correta, preparada para conhecer, reclamar seus direitos e sua responsabilidade (ZANIRATO, 2009, p. 14)

A educação, segundo Maturana (1998, p.34), seria um meio de “[...] aprender a olhar e escutar sem medo de deixar de ser, sem medo de deixar o outro ser em harmonia, sem submissão”. E, por esse meio viabilizar-se-ia um discernimento quanto aos usos sociais do patrimônio de modo a assegurar a proteção social dos bens culturais e naturais. É nesse

sentido que Zanirato (2009) destaca que os usos sociais equivalem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade, pois:

[...] pelo acesso ao patrimônio o sujeito consegue promover a identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade, e a educação, visando à participação, se efetiva no reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens e nos esforços comuns para sua conservação. A representação e identificação com esses bens é um passo decisivo para a efetividade da proteção patrimonial (ZANIRATO, 2009, p. 14).

Deste modo, é sugestivo pontuar que, no contexto do patrimônio cultural, as ações educativas criativas são desenvolvidas pelos órgãos, institutos culturais governamentais em parceria com as escolas e entidades privadas, ao considerar que a preservação do patrimônio cultural passa necessariamente pelo reconhecimento do patrimônio como referencial para a identidade do grupo e do indivíduo em um determinado tempo (BRASIL, 2012). Valorizar o patrimônio vai, portanto, além do respeito aos monumentos, obras de arte, museus, por exemplo. E, assim, o que denominamos de patrimônio cultural vincula-se às pessoas e à sua ação, às histórias, hábitos e expressões, realidades que pertencem ao passado da população e cujos vestígios ainda fazem parte do cotidiano. Preservar é uma atualização constante da memória e dos valores que definiram aquele objeto ou expressão cultural como representativos do **patrimônio da coletividade que é debatido, discutido e (re)elaborado por meio da educação, rompendo com a lógica do totalitarismo patrimonial, a museificação da cultural e com ele a redução potencial simbólico** (JEUDY, 2005; TOLENTINO, 2013).

Deve-se construir uma relação social abrangente entre o homem e o patrimônio, ao ponto de:

Promover o patrimônio apresentando diferentes manifestações históricas e grupos sociais, garantindo a presença de bens exemplares ao lado dos excepcionais, privilegiar não apenas o bem isolado, mas também o contexto e as forma de sua sobrevivência. Deve se inserir no esforço de desenvolvimento patrimonial o sentido da vida, da econômica e da nação, para assim o patrimônio ser legitimado pela sociedade, sendo reconhecido democraticamente e se inserindo no cotidiano das populações, evitando-se ser um baú de memória (CARSALADE, 2014, p. 201).

Preservar tem um sentido mais propositivo e crítico, não indo de embate com a concepção que se choca com a acepção de imutabilidade do bem. Deve-se debater, inclusive, a preservação como possibilidade de identidade em transformação, porque “[...] a preservação não está somente na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de

mudar junto com as mudanças socioculturais. Com aquilo que o povo deseja e entende como patrimônio” (CARSALADE, 2014, p. 263).

Por esse viés, ao quando se fala que devemos romper, contudo, com a ideia de simplesmente apresentar o patrimônio, na medida em que somos capazes de interpretar e traduzir diversos códigos culturais em metodologias e ações que aproximarão os bens do público, pois “[...] essas referências identitárias, muitas vezes locais, são importantes em espaços de experimentação, que não têm que acontecer necessariamente no museu, mas que podem ter desdobramentos infinitos que o impactam” (BRASIL, 2012, p. 42).

De fato, é relevante assinalar que todo lugar tem e promove cultura; todo lugar tem elementos que se apresenta como patrimônio cultural e quando se traz esse aprendizado para uma população, localizada numa determinada região, - a exemplo de uma comunidade vulnerável socioeconomicamente -, estamos colaborando para o combate aos preconceitos e intolerâncias culturais, ao mostrarmos que não existe só uma maneira de viver e interpretar o mundo. A ação educativa enfoca dois aspectos primordiais: *i*) o conhecimento técnico e histórico do bem, e *ii*) o despertar afetivo que faz emergir o reconhecimento de um bem e sua valorização como elemento comum a um grupo/povo (BRASIL, 2012).

A educação patrimonial é absolutamente útil e necessária e dela emerge novas concepções de cultura, aumentando o leque de bens patrimonializáveis. Nessa modalidade de educação é promovida em qualquer espaço e a partir de diferentes metodologias ativas, como por meio de oficinas, projetos de extensão<sup>50</sup>, minicursos, palestras, jogos lúdicos, roteiros e circuitos culturais populares, desde que a linguagem e os recursos sejam de fácil compreensão e manejo junto ao público destinado (BRASIL, 2012). Outra forma de problematizar e internalizar a importância do patrimônio se faz a partir da operacionalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n. 9.394/96) que indica em seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental, médio observam as características regionais, locais da sociedade e da cultura, porém:

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. Temos, de um lado, políticas de proteção e, de outro, ações isoladas para que as escolas eduquem as crianças e adolescentes para respeitarem e protegerem o patrimônio (ARROYO, 2005, p. 32).

---

<sup>50</sup> Vale destacar o trabalho da Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares (Universidade Federal do Pará) que atua como multiplicadora da educação patrimonial, com iniciativas em promoção e gestão compartilhada do patrimônio (governo, escola, universidade e turismo), através do projeto, **Roteiros Geo-turísticos** - Conhecendo o Centro Histórico de Belém (PA), premiado com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (IPHAN, 2019).

Assim, a educação patrimonial constitui em si, um item de pauta importante nos espaços escolares formais e informais - valendo destacar o uso dos patrimônios com interação e preposição pedagógicas, pois nada impede que um patrimônio sirva como local de recriação, área de convivência gratuita, local de aprendizado -, a partir da adoção de metodologias ativas e colaborativas para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que **promovam a construção da noção de patrimônio pelo próprio aluno-cidadão**. Essa compreensão nos permite pensar ainda em propostas educativas que procurem relacionar educação escolar, patrimônio cultural de maneira plural, que, de certo modo, apontem para uma desnaturalização da ideia de patrimônio já consagrada e constantemente associada a uma cultura da elite (ARROYO, 2005).

Ao ampliar os sentidos de patrimônio provocamos o aluno ao ponto de considerar seus familiares, sua comunidade escolar, seu município, como elementos pertinentes para uma reflexão sobre identidades e para a construção da cidadania, uma vez que, leva-o a (re) pensar o seu cotidiano e lugar, consegue propor e construir, por exemplo, um inventário de bens locais (ALVES, 2014). E, quando falamos em:

[...] inventariar os bens culturais de um lugar ou de um grupo social, estamos falando em identificar suas referências culturais mais próximas, descrevendo os bens que pertencem a uma pessoa ou a um grupo, identificando o que é cultura para si mesmo, trazendo essa discussão para dentro da casa de cada brasileiro (BRASIL, 2012, p. 11).

A Educação Patrimonial passa a ser percebido como um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da geograficidade humana. Este processo eleva a autoestima dos indivíduos; da comunidade, além de promover a valorização da cultura brasileira como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Importa registrar que a educação é uma prática sociocultural, e, nesse sentido:

Pode-se falar no caráter indissociável da educação e da cultura ou ainda na inseparabilidade entre educação e patrimônio. Não há hipótese de se pensar e de se praticar a educação fora do campo do patrimônio ou pelo menos de um determinado entendimento de patrimônio. Por este prisma, a expressão 'educação patrimonial' constituiria uma redundância, seria o mesmo que falar em 'educação educacional' ou 'educação cultural' (TOLENTINO, 2013, p. 30).

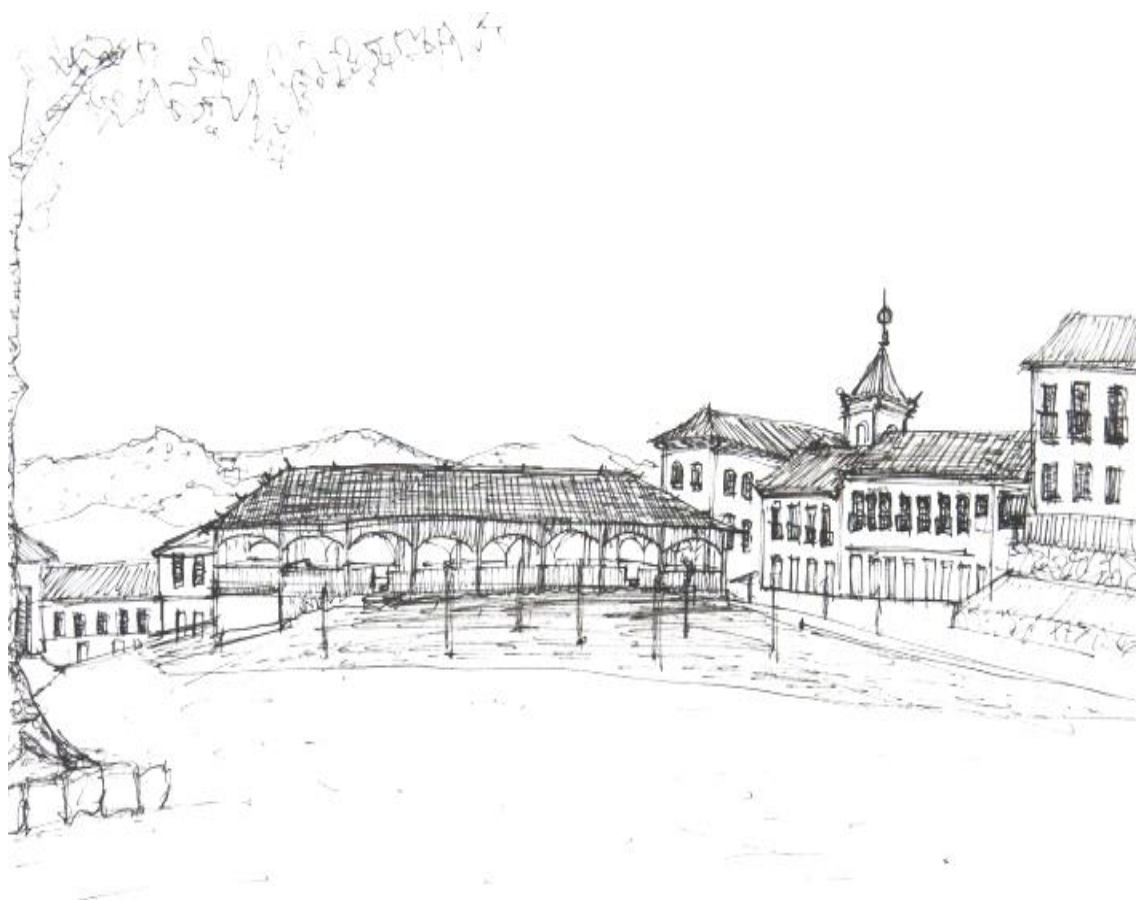
É inegável que os patrimônios culturais desempenham um importante papel no fomento de consciência pessoal e coletivo, no que diz respeito à construção e representação de identidades locais, regionais ou nacionais, ao serem utilizados como instrumentos

pedagógicos, ideológicos, políticos. Devemos sinalizar o valor cultural de cada bem, o significado da arte e como está inserido na comunidade como marcas do Homem, o que estimula a percepção de vida (biológica e social) e fomentar uma olhar crítico sobre o meio. Pois, conhecer o passado torna possível quando compreendemos o presente e essa relação nos ajuda a construir uma visão de mundo capaz de conduzirmos o futuro (ZANIRATO, 2009).

Podemos afirmar que o patrimônio ganha notoriedade, legitimidade e sustentabilidade quando é ancorada pelo reconhecimento do seu povo, ao ter um uso social (intencional ou não), por meio de uma real educação patrimonial com o Estado, enquanto um agente provedor desse processo quando articula uma gestão compartilhada (entre conselhos e outros órgãos populares) que respeita o bem em sua esfera legal por reconhecer a diversidade desses pelas singularidades e pluralidades do seu povo (e das suas histórias/memórias) (ALVES, 2014).

Sendo assim, o próximo capítulo colocará em pauta, brevemente, a história da cidade de Diamantina, o processo do seu reconhecimento, enquanto patrimônio cultural pelo IPHAN e pela UNESCO, além de descrever como se processam os usos legais dos bens registrados, e legalizados nesses órgãos.

## CAPÍTULO 04

**ODIAMANTE QUE BUSCA REPRESENTAR UM  
LEGADO POLÍTICO-IDENTITÁRIO**

**Figura 08:** Série “Largos e Praças” – Praça do Mercado Velho, Diamantina - MG.  
**Fonte:** ROSADA, 2018.

Reconhecer um patrimônio histórico é ter sensibilidade suficiente para entender a relação entre sua importância social, relevância identitária e a compreensão que este nunca está pronto/acabado; devendo ser constantemente reavaliado a partir de uma compreensão histórico-geográfica que se perceba existir um real sentido que o represente como símbolo de um povo e de uma sociedade que reverencia o passado e o presente (DARDEL, 1990; JEUDY, 2005; NORA, 1992).

**Q**uem conhece Diamantina, à primeira vista, tem a impressão de ser mais uma pequena e bucólica cidade do interior das Minas Gerais. Uma cidade que, por vezes, provoca estranheza ou afago para o outsider, por este deparar-se com a preservação das diversas paisagens, dos casarões e das igrejas que, aliás, não são poucos. Intriga ao perceber como nesse lugar há uma sensação de que o tempo passa lentamente, podendo ter tal impressão a partir do desenhar das suas ruas, becos e vielas, reunindo ingredientes da paisagem arquitetônica com outros sentidos cognitivos atingidos a partir do encontro do rico e diversos modo de fazer do *insider* por meio da arte, do artesanato, da culinária, da musicalidade, por exemplos.

Quem experimenta essa cidade se impressiona pela sua forma, apresentação cênica e histórica expressa pelas paisagens e pela sua gente. Habitantes esses que são os legítimos sujeitos possuidores de uma cidade que conta uma parte da história do país. Esse conjunto - paisagem e forma de vida - tão peculiar, em Diamantina, nos remete aos marcos históricos do Brasil do início do século XVII e final do século XVIII, destacando, neste recorte e como interesse da pesquisa, a época dos bandeirantes, da corrida dos metais preciosos, da escravidão. E, destes momentos processaram os desdobramentos da constituição da sociedade, que foi se formatando e criando locais e lugares únicos.

Diamantina, outrora conhecida como: O Arraial do Tejuco/Tijuco - do tupi *tyûuka*, água podre -, se desenvolveu, primeiramente, com a mineração do ouro, em 1713, e já nos primeiros anos da exploração o arraial viveu um considerável crescimento populacional e dinamismo econômico, transformando-o no principal centro comercial da região e do país. A opulência de Diamantina se deve a gama de encontros de homens e mulheres que vinham de várias partes do território a fim de conquistar riquezas e promover a urbanização; por sinal, rica em detalhes, como pelas proeminências da arquitetura civil que apresenta homogeneidade em seu casario (com uma estética sóbria e simples, porém refinada se comparada com outras cidades de sua época) e da graciosidade da arquitetura religiosa que apresenta características excepcionais, (como pinturas em aplicação de ouro) - além de ser uma cidade que abrigou personagens que são, com frequência, rememorados pelo povo diamantinense e pelos demais brasileiros, a exemplo: Chica da Silva e o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek.

Sendo assim, o próximo capítulo (04) abordar-se-á, brevemente, a história da cidade de Diamantina, não se atentando para a realização de um levantamento sistematizado sobre a formação da cidade em termos estritamente cronológicos, pautado no historicismo. O que se pretendeu, foi destacar a constituição de Diamantina a partir de suas geograficidades que a transformaram num lugar tão singular no cenário cultural nacional. Tal processo, se faz

importante para **comprendermos, além dos fatores histórico-geográficos, o que justificou os critérios da legalização do tombamento do conjunto patrimonial histórico arquitetônico, urbanístico da cidade, o seu reconhecimento, enquanto patrimônio cultural pela UNESCO e pelo IPHAN, além de identificar como se processam os usos, e vivências dos bens pelos *insiders*.**

#### **4.1 Para além de um contexto histórico-geográfico: Diamantina e a Geograficidade do Patrimônio.**

Numa concepção pautada na Geografia Humanística, especificamente, na Geografia Cultural contemporânea, podemos afirmar que não existe patrimônio, enquanto forma, sem as vivências e as relações entre os símbolos que o compõe e os sujeitos que fazem seu uso, pois é nessa junção de **existências e experiências-essências**, que temos o processo de assimilação diária do significado e da materialização imagética/simbólica do bem cultural. Seguindo este pensamento, somos favoráveis à ideia de que não existe forma sem conteúdo simbólico. Contudo, é possível compreender que há elementos mais perceptíveis de elo do sujeito com o patrimônio, seja a partir dos sentimentos afetivos, do seu significado pedagógico ou por motivos sociais, ambientais, religiosos, dentre outros, que se estabelecem (NORA, 1992).

Dessa forma, compreender o patrimônio de Diamantina e promover uma descrição a partir de uma análise historicista seria um equívoco - devido à natureza do nosso trabalho - pois, estaríamos construindo uma narrativa à luz de um patrimônio-documento, onde acreditaríamos na objetividade do conhecimento histórico livre de interferências de valor, preconceitos e sentimentos que oscilam, e transformam com o passar do tempo (JEUDY, 2005). Além de compreendermos que o Lugar é dotado de movimento e dinamicidade, reafirmando o sentido não linear da história sobre o lugar (MARANDOLA JUNIOR, 2020).

Logo, esquivamos desta abordagem, dado que nele existe um alerta, o qual Nora (1992) apresentou como sendo:

O perigo historicista acontece quando colocamos o contexto no lugar do texto, ou seja, quando tentamos entender o bem patrimonial não como ela se apresenta hoje a nós, mas como ele era e se portava no contexto em que ele nasceu. Este é o perigo que conduz ao embasamento e à mumificação do bem e que também conduz à sua apropriação excessivamente setorial e que, ao tentar lhe recuperar 'a verdade' do significado, acaba por lhe retirar quase todo ele, pois pouco fala do hoje (NORA, 1992, p. 60).



O que se buscou nesse segmento do trabalho é apresentar uma perspectiva geográfica, na verificação da história, ao objetivar demonstrar, a partir da metodologia de inter-relação, sem qualquer pretensão exaustiva das fontes históricas em si. Para isso, buscamos a construção da história do patrimônio de Diamantina de uma maneira que dê sinais que possamos encontrar as experiências que preencham os lugares de sentimentos, significados ao nos apresentarem uma geografia que tem sentido a partir de uma geograficidade, onde a relação indivíduo-ambiente é o enfoque (SALGUEIRO, 2001). Geograficidade é entendida por Dardel (1990) entende como sendo “[...] as várias maneiras pela as quais sentimos e reconhecemos ambientes em todas as suas formas, e refere-se ao relacionamento com os espaços e as paisagens, construídas e naturais, que são a base e recursos das habilidades do homem e para as quais há uma fixação existencial” (DARDEL, 1990, p. 214).

Segundo Corrêa (1995), o patrimônio é entendido como um conjunto de formas (in)materiais dispostas e articuladas entre si, no espaço, resultante da ação do homem sobre o meio ambiente - como resultado de uma cultura que a modelou - ao torná-la uma geradora do saber, ao interpretada as suas relações há um relativo entendimento do significado da identidade à ela imbuída e atribuída. Segundo Zanatta (2008), o patrimônio sendo investigado de maneira sensível e horizontalmente (numa interface homem-sociedade-governo), nos apresentam muito da nossa história e da nossa identidade, ao ponto de entendermos que:

[...] a cultura está intimamente ligada ao sistema de representações, de significados, de valores que criam uma identidade que se manifesta mediante construções compartilhadas socialmente e expressas espacialmente, ou seja, de admitir que a cultura, no seu sentido mais amplo, representa todo o modo de vida de uma sociedade, o que não inclui somente a produção de objetos materiais, mas um sistema cultural (valores morais, éticos, hábitos e significados expressos nas práticas sociais), um sistema simbólico (mitos e ritos unificadores) e um sistema imaginário, que serve de liame aos dois últimos, constituindo-se no lócus da construção da identidade espacial de um grupo (ZANATTA, 2008, p. 14).

Patrimônio como entendimento de identidade, lugar e memória, se conecta a ideia de transformação de pensamento, como proposta de reavaliar o sentido do homem no seu Lugar e se o Lugar existente admite o patrimônio como testemunha dos seus feitos (NORA, 1992). Logo, o patrimônio é pensado não apenas para simbolizar, comunicar e ou representar. Desse modo, se entende que o patrimônio:

[...] é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presentes, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e contemplados. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas, nos ajuda a criticar e apontar novas ideias. O patrimônio deve servir para reconstruir perspectivas (GONÇALVES, 2009, p. 31).

Nesse sentido, o patrimônio institui e cria relações e ao se edificar “[...] estamos também fundando algum sentido, ou seja, não edificamos formas vazias, mas algo que necessariamente tenha conteúdo” (CARSALADE, 2014, p. 55). E, nessa compreensão, a cidade de Diamantina constitui um excelente palco para este trabalho, porque é notória a quantidade de bens patrimoniais que edificam um microuniverso único e instigante.

Hoje, o município (conforme evidenciado pelo MAPA 03), localizado na latitude: 18° 14’ 58” S e longitude: 43° 36’ 01” W, possui 47.723 mil habitantes, com a população concentrando, aproximadamente, 39.015 sujeitos em áreas urbanas e aproximadamente 70% da população (33.406 mil habitantes) estão domiciliados na sede, com a maioria (54 %) dos habitantes do município sendo do sexo masculino, contrapondo (47%) a do sexo feminino. O Índice de Desenvolvimento Humano de Diamantina é de 0,716, tendo, por exemplo, a longevidade de 0,821 e educação de 0,634. Porém, vale dá nota sobre a proporção de pessoas ocupadas no município (que exerce atividade profissional formal ou informal, remunerada ou não) em relação à população total é de 21, 2% e considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, chega a 38, 4% da população diamantinense nessas condições. Com esses indicadores, o município ocupa o 1.427º lugar no *ranking* de desenvolvimento humano entre os 5.565 municípios brasileiros, e o 142º lugar no Estado de Minas Gerais (IBGE, 2019).

O município ocupa uma área total de 3.869,830 quilômetros quadrado (km<sup>2</sup>) e sua sede encontra-se a 1.280m de altitude. O clima da região é tropical, com precipitação atmosférica máxima entre os meses de novembro a janeiro, com a temperatura e o índice pluviométrico médio anual correspondendo, aproximadamente, a 19 grau *Celsius* (°C) e 1.400 milímetros (mm), com as unidades de relevo da região correspondem à Serra do Espinhaço, planalto do Rio Jequitinhonha e depressão do São Francisco. O domínio fitoecológico predominante é o Cerrado, e nas elevadas serras do Espinhaço a vegetação é caracterizada por espécies arbustivo-arbóreas (ALVES, 2014).

**Mapa 03.** Mapa de Localização do Município de Diamantina em relação à Minas Gerais e ao Brasil.



Fonte: UNESCO, 2019.

Organização: Próprio autor (2020).

Diamantina, têm mais de três séculos de fundação (308 anos), passando pelo processo natural de transformação de povoado a arraial até chegar a sua independência política. Essa cidade, além de ser rica em histórias e tradições, possui um patrimônio histórico cultural, natural que é reconhecido pelo município e órgãos, como: IEPHAN, IPHAN e UNESCO. Isso se deve, em termos legais à sua constituição territorial e ocupação populacional singular, pois a formação do município, como já mencionado, está diretamente ligada à exploração de diamante (MACHADO FILHO, 1985).

Vale ressaltar que, desde o final do século XVI, na capitania de São Vicente, o Brasil conhecia a exploração mineral do chamado Ouro de lavagem, que em razão da baixa rentabilidade foi abandonada. E, foi, posteriormente, ao século XVII, que a redescoberta do metal na colônia provocou uma verdadeira Corrida do Ouro para o interior do território brasileiro (na época colônia de Portugal) (IPHAN, 2009; ALVES; DEUS, 2014).

A atuação paulista no desbravamento do Sertão foi importante, pois a Coroa Portuguesa determinou aos seus subordinados para se lançarem ao interior em busca das almeçadas preciosas pedras; e tal processo foi executado, abrindo caminho, cortando matas, invadindo quilombos, aprisionando, algumas vezes matando indígenas e, se necessário atacavam os assentamentos de holandeses e espanhóis. Esse avanço para o interior proporcionou a confirmação abundante do ouro; encontrando as primeiras minas nas regiões que hoje são conhecidas como Estado de Minas Gerais e Goiás (FJP, 2001)

Então o interior passou a ser o novo centro de atenção e exploração da colônia. E, desta forma, os colonizadores constituíram uma nova vida social no território, invadindo o sertão e fundando arraiais, vilas e, posteriormente, cidades, formatadas principalmente com a entrada de inúmeros migrantes, especialmente, europeus, em seguida, os africanos. Nas Minas Gerais, os minerais procurados pelo colonizador só deram sinais ao final de 1600. Conseqüentemente, houve uma desenfreada corrida para a ocupação dessas áreas trazendo mudanças nas esferas: social, política e econômica da colônia. Basta refletirmos sobre o expressivo contingente populacional vindo de diversas partes da colônia, derivado da migração portuguesa para a região centro-leste (resultante do deslocamento de pessoas oriundas do litoral), processo acompanhado da intensificação do tráfico negreiro e do remanejamento do contingente interno de escravos (IPHAN, 2009; ALVES; DEUS, 2014).

Costa (2009) e Gonçalves (2010) afirmaram que as Minas encontradas nas Gerais foram tão prósperas que tiveram que se dividir, até 1720, em três grandes comarcas, sendo a primeira denominada de **Rio das Velhas** (tendo a sua sede em Sabará); a segunda chamada **Rio das Mortes** (com sede em São João Del Rei) e a terceira em **Vila Rica** (com sede em

Ouro Preto). Em 1721, a Comarca do Rio das Velhas é repartida em duas: **Comarca de Sabará e Comarca do Serro Frio**.

A última comarca (Serro Frio) foi importante, pois foi nela que se estabeleceu o território dos diamantes, recebendo levas de migrantes, o que levou à instalação da guardamoria<sup>51</sup>; o qual teve sua instalação realizada à custa do derramamento de sangue dos “[...] povos indígenas puri que se encontravam naquela região e, segundo lenda regional, esses acreditavam que os diamantes haviam surgido das cinzas de muitas árvores sagradas da região” (IPHAN, 2009, p. 23).

À base de muito sangue de povos indígenas, o bandeirante paulista Jerônimo Gouveia estabeleceu-se com sua tropa nas encostas da serra da Lapa, ali ergueu uma capelinha em devoção a Santo Antônio (IPHAN, 2009). Posteriormente, esse local foi nomeado de Tijuco; local que chamou a atenção da coroa portuguesa devido a abundância em diamantes (IPHAN, 2009).

Daí em diante, um volume considerável de diamantes foi encaminhado para a Bahia e embarcado para Portugal. E, em vista da descoberta do diamante foi-se formando, aos poucos, o arraial do Tijuco que foi ganhando projeção e seu padroeiro, Santo Antônio, recebeu uma capela mais ampla. Em pouco tempo, as proximidades da igreja estavam repletas de casas, dando origem às íngremes, irregulares e tortuosas ruas do arraial e formando a comunidade local (FJP, 2004).

Nesta Comarca foi instalado o primeiro regimento diamantino, promulgado pelo governo, em 1730, que declarava o diamante como propriedade real. Promulgação esta justificada pelo crescimento das residências, do número de habitantes no arraial e do aumento dos roubos dos diamantes, o que levou a Coroa Portuguesa à implantar, em 1731, a Demarcação Diamantina. Para alguns autores naturalistas e viajantes do século XVIII como Saint-Hilaire (1974) e o estudioso sobre a cultura brasileira, como Machado Filho (1944), a exploração dos diamantes feitas a partir da instalação da Real Extração imprimiram ao Distrito dos diamantes um controle maçante por parte das autoridades Portuguesas aqui estabelecidas.

Vale destacar que nesse momento o Arraial do Tijuco tinha por sede a Vila do Príncipe na Comarca do Serro Frio. Na sequência, em 1733, foi criado o Distrito Diamantino, única área demarcada em que se exploravam, legalmente, as jazidas mediante o pagamento do

---

<sup>51</sup> Entende-se por guardamoria: autoridade colonial administrativa nomeada pelo rei, e sua função era fiscalizar, repartir e distribuir datas. E por datas pode ser entendido como porções das jazidas de ouro que representavam a unidade de produção que se pretendia trabalhar (IPHAN, 2012).

quinto. Em 1734, o arraial do Tijuco foi elevado a Centro Político-Administrativo do Distrito Diamantino, sem que a Coroa retirasse o rígido controle sobre o comércio dos diamantes (ALVES; DEUS, 2020; COSTA, 2009).

Em 1739, a extração de diamantes cedeu ao sistema de contrato que, por sua vez, deu origem aos ricos contratadores, como: João Fernandes de Oliveira (1720-1779)<sup>52</sup>, assumindo a administração das lavras. Pois, a descoberta de volumosas minas de diamante atraiu traficantes de toda parte da colônia e a mineração clandestina era realizada com certa facilidade devido ao tamanho diminuto, e pela vasta extensão das terras diamantinas que, em muitos locais, só era “[...] transitáveis por animais e pelo audaz e intrépido garimpeiro, nome dado àquele que exercia a extração furtiva clandestina do diamante” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 32).

Então, devido ao intenso contrabando e “[...] sonegação, como também ao elevado valor do produto, a metrópole decretou a Extração Real em 1771, representando o monopólio da coroa sobre o diamante, que vigorou até 1832” (FJP, 2004, pp.31-32), que tornava a exploração dos diamantes seu monopólio. E, ninguém entrava ou saía da demarcação sem sua expressa autorização, ao se instalar um verdadeiro regime de terror, uma vez que se estima que foi encaminhado mais de 600 quilos de diamantes para Portugal em todo o tempo de extração. Devido a sua importância econômica, o Arraial do Tijuco se estabeleceu “[...] numa administração particular, fechada aos estrangeiros e tendo um controle de atividade nacional nunca vista antes em lugar algum” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.13).

Desse modo, vale destacar que os contratadores promoviam fraudes, avançando com a extração do diamante para além das áreas demarcadas e utilizando um número de escravos superior aos 600 sujeitos, limite máximo permitido pela Coroa - lembrando que os escravos eram vendidos e ou alugados pela coroa portuguesa aos donos de minas, atividade que traz grandes lucros para Portugal (VASCONCELLOS, 1975).

Para dificultar as fraudes, a extração passou a obedecer a um novo Regimento, que ficou conhecido como o famigerado **Livro de Capa Verde**, em alusão à cor da capa do exemplar conservado, no Brasil. Na interpretação do historiador e memorialista Joaquim Felício dos Santos (SANTOS, 1956), o Regimento criava “[...] uma colônia dentro de outra colônia, governada despoticamente de uma maneira excepcional” (SANTOS, 1956, p. 41).

---

<sup>52</sup> Fica registrado na história como o contratador de diamantes mais rico do Tijuco, além de ter promovido, entre 1755 a 1770, o lendário romance com a negra, ex-escrava, Chica da Silva, onde construiu uma das residências mais ricas da região - composta por 21 cômodos, jardins e capela - e criaram os seus 13 filhos (IPHAN, 2009).

E, nesse contexto, o Arraial do Tijuco foi ganhando, vagarosamente, notoriedade e densidade urbana. Para Machado Filho (1944), o IPHAN (2009), a FJP (2004) e Costa (2009), o arraial do Tijuco foi tomando estrutura urbana pelo resultado da compactação de quatro arraiais que completam a sua trama urbana, ditada pela localização, em cada um de seus vértices, dos principais arraiais das quais se originou. Sendo eles, o Arraial que estava localizado no vale do Tijuco, conhecido como **Arraial do Rio Grande**; depois, o **Arraial de Baixo**, o **Arraial de Cima**, o **Arraial dos Forros** (também conhecido como Arraial do Macau).

Segundo Vasconcellos (1975), Diamantina origina-se da polarização destes pequenos núcleos isolados sob a confluência dos caminhos de ligação entre eles teria delimitado uma área quadrangular, com centro de gravidade no arraial do Tijuco, acabando por determinar a denominação de todo o núcleo diamantino quando os povoados, finalmente, interligaram-se.

O desenvolvimento do arraial deu-se em três etapas, sendo a primeira situada entre 1700 e 1720 “[...] relativa ao povoamento esparsa, em vários arraiais, de limitação indeterminada; a segunda de formação polarizada, de 1720 a 1750, quando se organizou em reticulado sua parte urbana propriamente dita; e a terceira, de 1750 em diante” (VASCONCELLOS, 1975, p.112).

Costa (2009) destaca que a configuração mais ordenada correspondia ao centro, delimitado por ruas que foram construídas pelo encontro dos arraiais, como as ruas do Rosário, do Contrato e Direita, onde a topografia permitiu o desenvolvimento de caminhos ao longo das curvas de nível da encosta, entrecortados por ruas paralelas e ligando o arraial de Baixo ao Tijuco, ao formar as rotas que configurariam as ruas do Carmo, da Quitanda e do Bonfim, conectando as duas igrejas mais antigas e de referência para os moradores, sendo elas: a de Santo Antônio e a de Nossa Senhora do Rosário. O Tijuco, então, se apresentava no centro do território adensado, tendo a igreja de Santo Antônio como seu ponto central (até hoje assim percebida).

Fica claro que a formação do Tijuco foi tecida por:

[...] uma malha que resulta da ligação entre os primitivos arraiais, através de radiais e perimetrais, que se dividiam em paralelas e perpendiculares, constituindo o arruamento do núcleo central, aos moldes, também, de Cachoeira. Tudo isso respeitou os caminhos de penetração a que os arraiais se subordinavam. Tijuco apresenta uma planta mais regular, quase um tabuleiro, se comparada a Ouro Preto, Sabará e mesmo São João del-Rei, além de apontar para as quatro igrejas que balizam o adensamento do núcleo e são pontos de referência para a saída e a chegada ao arraial, apresentando na malha urbana como elementos de destaque (FJP, 2004, p.09).

Com o encontro dos arraiais, o contingente populacional torna-se mais expressivo, ao observar que: “[...] no final do século XVIII e início do século XIX, a população local tinha um total de 12.457 habitantes, entre 8.941 pessoas consideradas cativas - 4.448 africanos, 2.847 crioulos e 1.646 pardos - e apenas 3.516 eram livres” (IPHAN, 2009, p. 63). Embora, mantivesse a base escravista<sup>53</sup>, a sociedade mineradora impulsionou a formação de um cenário urbano menos aristocrático - sendo a aristocracia representada pelos grandes proprietários de escravos e burocratas; mas também por alguns garimpeiros<sup>54</sup>, tropeiros, quitandeiras, roceiros e oficiais - vale contextualizar, que atual a população diamantinense se declara, aproximadamente, 0,1% indígena, 1,4% amarelo, 12,5% preto e 60% pardo (FJP, 2004; IBGE, 2019; MACHADO FILHO, 1985).

Com o crescimento da ocupação urbana e humana no Tijuco, através dos encontros de pessoas dos diversos Arraiais e dos comerciantes que ali se estabeleciam, um expressivo acervo cultural foi-se formando, especialmente, nas áreas da música, pintura e arquitetura, com a especificidade da arte barroca e rococó. Práticas artísticas, que constituem o legado inestimável construído ao longo dos últimos séculos, influenciado pela presença dos reinóis, portugueses, mazombos, brancos, negros africanos e brasileiros, além da influência indígena (FJP, 2004; ALVES; DEUS, 2014).

Para o IPHAN (2009) em diamantina a atividade mineradora resultou em:

[...] uma ocupação e organização social predominantemente urbana reunindo, em curto espaço de tempo, expressivo contingente populacional nacional e estrangeira. Na fase inicial, a sociedade se dividiu em brancos colonizadores e pretos escravos. Até a metade do século XVIII, a vida urbana adquiriu contornos mais precisos. Aos negros africanos, acrescentaram-se os crioulos, pretos nascidos no Brasil, numerosíssimos em todas as povoações. Por outro lado, a intensa miscigenação concorreu para o surgimento de expressivo número de pardos, que vieram a se destacar em diversos setores. E com essa gama de pessoas surgem diferentes formas de vida e de pensamento, tornando um lugar de diversidade cultural (IPHAN, 2009, p. 61).

<sup>53</sup> Machado Filho (1985, p. 31), destaca que “[...] em 1883, baseando-se em documentos oficiais, Diamantina aparece com 7.971 escravos. Por esse último dado evidencia-se o contínuo aumento de escravos empregados nas minerações, triplicadas em 8 anos, vindos principalmente da vizinha cidade do Serro, tornando o Tijuco um lugar cada vez mais povoado”. E Saint-Hilaire observou o modo usado pelos senhores do Tejuco para empregar seu capital ligado estritamente a escravidão, uma vez que “[...] a compra de escravos é também para grande número dos habitantes de Tijuco [sic], um meio fácil de valorizar seus capitais; eles alugam à administração dos diamantes os escravos de que se tornam proprietários, e por esse meio tiram de seu capital juros que podem chegar até 16%” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 19).

<sup>54</sup> As tentativas de paralisação do garimpo, em Diamantina, se iniciaram a partir de 1989 e essa resulta de ações desencadeadas pelos órgãos de fiscalização e proteção do meio ambiente que estavam executando ações semelhantes em garimpos em várias regiões do Brasil, em 1996, a atividade em questão foi interdita pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) (FJP, 2004).



A partir da metade do século XVIII, se percebe a ampliação da urbanização na área central do Tijuco, aos poucos os terrenos começaram a ficar escassos ao ponto de serem desmembrados em lotes menores. Iniciou-se a duplicação de pavimentos e os sobrados passaram a pontuar na cena urbana, muitas vezes com a presença de atividades comerciais na parte da entrada (piso inferior) e a residência na parte superior, além da presença de minas, bicas e, até mesmo, chafarizes (evidenciado pela FIGURA 09), tanto nos jardins das residências como nas praças (como destacado pela FIGURA 10) – esses elementos estão presentes na cidade, especialmente, na região central (IPHAN, 2012; ALVES; DEUS, 2014).



**Figura 09:** Chafariz frente à Igreja de N. Sra. do Rosário (Diamantina - MG).  
**Fonte:** IPHAN, 2010.



**Figura 10:** Praça Central (Diamantina-MG).  
**Fonte:** IPHAN, 2010.

A maioria das residências do Tijuco eram compostas por sobrados que eram erguidas de dois pavimentos, com sacadas e janelas delicadamente trabalhadas. Para Gonçalves (2010), a constituição do sobrado era um símbolo significativo da burguesia comercial crescente e a sua presença indicava a riqueza econômica. Mas, é importante sinalizar que além das residências, ruas, praças haviam mercados que iam se erigindo no Tijuco, eram nítidas as construções de “[...] vivendas longe do arraial, onde medrava livremente uma população negra de várias procedências, de cambulhada com aventureiros de toda espécie, que a fama das riquezas costuma atrair” (MACHADO FILHO, 1985, p. 28).

No Tijuco, quase todas as construções de casas afastadas do núcleo central eram dispostas em fileiras ininterruptas com presença de becos, sendo entrecortadas por espaços vazios até encontrarem novamente a paisagem natural (GONÇALVES, 2010). O arraial ia, cada vez mais, ficando repleto de moradores, comerciantes e aventureiros, as pessoas se locomoviam por meio de cadeirinhas de arruar, a pé ou em redes presas a uma vara coberta com um pano caindo dos dois lados. Dificilmente, se viam charretes, mas os fazendeiros de posses usavam cavalos e eram sempre acompanhados de seus copeiros, cavalgando entre os becos e encruzilhadas do Lugar. A pavimentação era de bom estado, construídas por pedras

instaladas pelos esforços dos escravos - valendo aqui pontuar a construção do caminho do Diamante (da rota da Estrada Real), estrada onde os Diamantes eram escoados por meio de carroças, indo das regiões das Minas até as áreas dos portos (tal caminho do Diamante ainda é preservado e sendo um bem cultural na cidade) (DEUS, 2010; IPHAN, 2009).

Em meados do século XVIII, as paisagens das Minas foram sendo ainda mais fundidas entre os estilos de arte rococó e barroca, os quais foram recebendo, pelas mãos de negros e dos índios, uma nova feição, destacando os costumes da vida que ali era gerida. Em Diamantina, essa aclimatação constitui um dos primeiros testemunhos da formação de uma cultura reconhecidamente nacional, com destaque para os nítidos materiais de construção de comum uso entre os negros e os índios, os quais encontramos claramente expostos na Igreja Nossa Senhora do Rosário (DEUS, 2010; FJP, 2004).

A construção de casas, ruas e, principalmente, das capelas e igrejas conduziram, assim, à demarcação do espaço urbano da atual Diamantina. E, as rivalidades existentes entre cada irmandade<sup>55</sup> trouxeram, como consequência, a construção de uma série de monumentos feitos de diversas mãos/povos. Sendo assim, pode se destacar, que neste processo ocorreu a interferência do branco e da participação da criação pelas mãos do índio e do preto, salientando, aliás, que o “[...] negro, ao começar o trabalho, pede a Deus e a Nossa Senhora que abençoem o seu serviço e a sua comida. Bom exemplo de sincretismo religioso que no Arraial se estabelecia, percebido no modo do povo e nas construções [...]” (MACHADO FILHO, 1985, p.73). Sobre as irmandades, vale destacar que essas foram importantes para a urbanização e a promoção da religiosidade do Arraial do Tijuco, pois realizavam a construção de templos onde era local de encontros (políticos e sociais) e se promovia a constituição de uma identidade cultural, tanto entre os portugueses como entre os escravos - nesse sentido, vale contextualizar, que atualmente Diamantina possui, aproximadamente, 85,5% da sua população adepto a religião católica; 1,55% espírita e 12,95% evangélica (FJP, 2004; IBGE, 2019).

O sistema construtivo das Igrejas eram compostos por alvenaria de adobe, recoberto por reboco, sendo a madeira utilizada para os elementos estruturais, como os enquadramentos dos vãos com a presença, ainda, de belas cimalthas. A decoração da nave tem caráter

---

<sup>55</sup> Boschi (1986) destaca que cada igreja era gerida por uma irmandade que atuava como gerenciadora dos interesses do seu grupo e era responsável, também, pelas contratações dos religiosos destinados aos ofícios sacros. Os membros das irmandades eram divididos entre os membros “de devoção” - que exprimiam seu respeito ao grupo - e os “de obrigação” - que seguiam as normas da irmandade. As irmandades atuavam como espaço de consolidação da fé católica, construção de importantes laços de sociabilidade entre os sujeitos e, ao mesmo tempo, serviam de alternativa para a resolução de problemas políticos. E assim como a elite tinha seu espaço para formação das irmandades, os escravos e mestiços formavam suas próprias irmandades.

neoclássico, apesar de incluir alguns elementos de instrumental decorativo barroco-rococó, como os brasões e madeira recortada das tribunas. Na atualidade, é nítida nas arquiteturas das igrejas, a presença de curvas, de retas e planas, criando pontos, plantas e alçados nos espaços internos, representando a presença e riqueza do colonizador, com suas fachadas (ou partes delas) construídas em pedra-sabão (FJP, 2001).

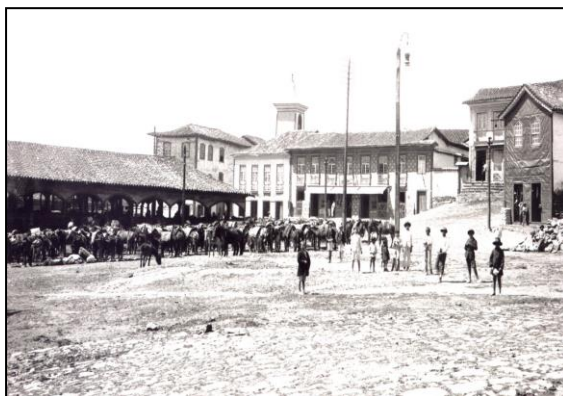
Já sobre a arquitetura civil, o Tijuco apresentava casarões que destacavam a riqueza de muitas famílias radicadas naquela terra. Nas casas do Tijuco, se destacavam os trabalhos de cantaria, sobressaindo a madeira nos arremates dos telhados construídos de barro, complementados pelas fachadas dos sobrados. Com a consolidação do Tijuco, especialmente, com o encontro dos arraiais (de Cima, de Baixo, do Rio Grande e dos Forros), gerou, aí, uma arquitetura estruturada (e percebida até hoje) em madeira e barro (IPHAN, 2009).

Dentre a arquitetura civil destaca-se a antiga casa de Contratos dos Diamantes (a qual funcionava até 1771), hoje conhecida como Palácio Episcopal. Trata-se de edificação com arquitetura imponente, ao se destacar na paisagem urbana suas sacadas com as vedações do guarda-corpo de ferro-fundido, parapeito de madeira com acabamento em pinhas coloridas (objeto que remetia ao poder e riqueza), posicionadas em cada um de seus cantos. Tais acabamentos e adornos de sacadas aparecem em vários exemplares do casario da cidade, constituindo uma das características da **Paisagem urbana** diamantinense (SOUZA, 2008).

Outros estabelecimentos de proeminência arquitetônica que surgiram no Tijuco foram as sapatarias e as pequenas mercearias, tanto para atender as necessidades da população das Minas, como para suprir as necessidades dos viajantes que por ali passavam, sendo estes locais propícios para encontros sociais para prosear e fazer negócios, principalmente, entre os homens. Nesse sentido, vale sinalizar, conforme Machado Filho (1985) aponta, que “[...] geralmente o faiscador enriquecido dá-se pressa em abri uma vendinha. É notável a quantidade de casas de comércio existentes. O garimpeiro considera rico a quem se estabelece, por isso era tão comum os comércios em Diamantina” (MACHADO FILHO, 1985, p. 62).

Em 1809, era comum as famílias se reunirem à noite nos bares e/ou nas salas de suas casas para realizarem contratos políticos, “[...] as famílias eram muito sociáveis, alegres e elegantes. Faziam agradáveis reuniões à noite no meio de casarios, quando os homens jogavam ‘whist’, as senhoras tomavam chá e conversavam sobre eventos da vida” (IPHAN, 2009, p.51, *grifo nosso*). Para acompanhar a conversa já era costume os homens beberem cerveja vinda da Inglaterra, champanhes e vinho francês, além de diversos licores produzidos na região, com destaque para os de pitanga de jabuticaba (ALVES; DEUS, 2014).

Nas cozinhas dos casarões, os hábitos alimentares dos mineiros eram registrados por diversos viajantes, mesmo que alguns deles julgassem a culinária local exótica. Pois, era comum os mineiros misturarem toda a comida num mesmo prato, comendo pão e cuscuz servido com chá, além do consumo de carne com quiabo, trazido por tropeiros (conforme evidenciado pela FIGURA 11), juntamente com a bebida conhecida como jacuba (produzida com água, rapadura, suco de limão e farinha de milho). Outros produtos eram apreciados, tais como: cachaças, queijos, mel, castanhas, doces, biscoitos e outros, como o broto de samambaia e gambá. Alguns gêneros não eram cultivados, ou produzidos no Arraial, vindo eles de outra região do entorno, além de muitos serem importados, como: vinho, azeite, bacalhau e manteiga (produtos encontrados nas mesas mais abastadas) (IPHAN, 2009).



**Figura 11:** Mercado dos Tropeiros, meados de 1912 (Diamantina - MG).  
**Fonte:** IPHAN, 2010.

Muitas residências eram construídas com detalhes, com pinturas decorativas nos tetos e fachadas com cores vivas. Algumas tinham a pintura branca das alvenarias, o envidraçamento, treliças, cimalhas, muxarabiês e gelosias (conforme evidenciadas pelas FIGURAS: 12 e 13), além dos balcões com pinhos de vidro (IPHAN, 2009).



**Figura 12:** Exemplo de Muxarabiê em casas na Rua Direita, 1918 (Diamantina - MG).  
**Fonte:** Arquivo Zé da Sé, 2020.



**Figura 13:** Exemplo de Gelosias em casas na Rua do Carmo, 1920 (Diamantina - MG).  
**Fonte:** IPHAN, 2020.

Os quintais do Tijuco eram bem utilizados, com o hábito do plantio de inúmeras culturas, tais como: laranjas, uvas, pêsegos, pitanga, marmelos, goiabas, figos e jambo. Surpreende, sobretudo, a quantidade de jabuticabeiras que ali se plantava e de ora-pro-nóbis para o preparo de saladas, omeletes, risotos, sucos, chás e farinha (FJP, 2004; ALVES; DEUS, 2014).

Nesse contexto, aliás, para muitos visitantes naturalistas, como Gardner (1975), o Tijuco parecia uma:

[...] chamada à existência por um poder mágico: admira-se à vista de tamanho aglomerado de grandes casas caiadas de branco, entremeadas de inúmeras igrejas, elevando-se gradualmente umas acima das outras nas íngremes encostas da serra, juntamente com numerosas pequenas plantações que rodeiam as casas, laranjeiras, bananeiras e outras plantas tropicais; abundantes e compactas jabuticabeiras e muitos outros plantios saborosos (GARDNER, 1975, p. 207).

Em meio a pluralidade das paisagens que se formava no Tijuco, a comunidade local costumava imitar os costumes da sociedade portuguesa, a qual, por sua vez, agregava, especialmente, os costumes franceses. No Tijuco, tanto homens como mulheres mais abastadas usavam sedas e veludos bordados, sapatos, ternos, perfumes importados, dentre outros elementos da indumentária (conforme evidenciado pelas lojas ali já estabelecidas, como aponta a FIGURA 14) (ALVES; DEUS, 2014).



**Figura 14:** Loja de indumentária, 1902 (Diamantina - MG).  
**Fonte:** Acervo IMS, 2020.

Alguns produtos vinham diretamente da Europa, mas outros se compravam no próprio Tijuco. Dessa maneira, “[...] o Tijuco se tornou célebre, chegando a ser considerada uma pequena metrópole, dado o luxo e magnificência dos seus habitantes, ciosos de copiar as usanças da Corte” (MACHADO FILHO, 1985, p. 18). Esse fato ocorria devido que o viajante e naturalista Mawe (ano) observou, em 1808, em que as altas somas pagas pela Real Extração

movimentavam grandes comércios no local, ao ponto de destacar que além de ser possível as compras de homens e mulheres escravizados, encontrava ali “lojas abarrotadas de mercadorias de fábricas inglesas, assim como presuntos, queijo, manteiga, cerveja e outros produtos de consumo. Animais carregados chegam da Bahia e do Rio de Janeiro [...]” (MAWE, 1974, p. 158).

Aliás, Gardner (1975), em sua viagem pela terra do diamante, em meado 1830, registrou em seu diário que: “[...] muitas das lojas daqui são bem iguais no aspecto às do Rio de Janeiro e sortidas mais ou menos dos mesmos artigos, um local rico e com cores que chama atenção, misturado a riqueza dos detalhamento das casa do lugar” (GARDNER, 1975, p. 208). Neste sentido, Saint-Hilaire (1974), por sua vez, registrou em seu diário que:

As lojas desse local são providas de toda sorte de panos; nelas se encontram também chapéus, comestíveis, quinquilharia, louças, vidros e mesmo grande quantidade de artigos de luxo, que causam admiração sejam procurados a uma tão grande distância do litoral. Quem reside nesse local vive em um mundo particular, único [...] (SAINT-HILAIRE, 1974, p.33).

Uma parcela da população que se via no Tijuco passou a admirar a música, principalmente, a erudita, além de ter conquistado o gosto pelo teatro (destaque para o Teatro Santa Isabel, conforme destacada pela FIGURA 15) e pela ilustração (advindos da literatura portuguesa). No campo dos festejos, já era comum, nos séculos XVII e XVIII, principalmente nos salões, as festas de devoção aos Santos Padroeiros dos arraiais; calendário de festas que propiciava o consumo de bebidas e comidas típicas da região, promovendo encontros de moradores residentes no núcleo que ia urbanizando e os moradores das áreas rurais, adjacentes. Destacava-se, ainda, a festa do carnaval, cuja animação reunia um contingente populacional em torno da principal Igreja, além da formação e apresentação dos blocos e das ricas alegorias (IPHAN, 2012).



**Figura 15:** Teatro Santa Isabel, 1841 (Diamantina-MG).  
**Fonte:** Arquivo Zé da Sé, 2020.

Neste cenário festivo e musical era comum as apresentações das tradicionais pastorinhas sertanejas, com seus pandeiros e acordeons, que percorriam as sinuosas ruas do Tijuco; além de já existir um público participativo nas serestas, com apresentações nos becos, especialmente, do Tecla e do Mota - lugares, que, na atualidade, ainda são famosos por serem pontos de musicais. E, vale destacar que ali já era comum a tradição de receber parentes e amigos em época de festas, sendo um “[...] tipo autêntico do lugar que tem gabo em ver a casa cheia de gente na ocasião das festas, a fim de mostrar à cultura, a urbanidade, a prosperidade e mostra a índole hospitaleira” (MACHADO FILHO, 1985, p. 34).

Todas essas festividades iam acontecendo, especialmente, na Rua da Quitanda, essa com as fachadas das casas e estabelecimentos comerciais pintados, em sua maioria, nas cores azul, vermelho, branco e verde, estando às residências construídas bem próximas, num arranjo arquitetônico homogêneo no que se refere ao formato, posicionamento, simetria de suas portas e janelas. Vale destacar que a Rua da Quitanda recebeu este nome porque as negras e mulatas, a percorriam com tabuleiros com seus quitutes. As ruas, que eram constituídas pela mistura de terra batida com pedras atreladas, foram, paulatinamente, substituídas por capistranas (que é o conjunto de pedras, entre frisos, que forma um pavimento central na rua, conforme evidenciado nas FIGURAS 16 e 17) (ALVES; DEUS, 2014).

Destaca-se, ainda, que a pedra assumiu, ao passar dos tempos, uma função mais relevante, pois foi integrada à paisagem como alvenaria, piso ou escadas, se intercalando com o uso de madeira para dar acesso a residências e comércios (e hoje, muitos comércios têm em seu nome o termo capistranas, evidenciando a presença desta na cidade) (ALVES, 2020).



**Figura 16:** Ruas de Pedras, meados de 1918. (Diamantina - MG).  
**Fonte:** IPHAN, 2010.



**Figura 17:** Ruas de Pedras com Pavimento Central, meados de 1902 (Diamantina - MG).  
**Fonte:** Arquivo Zé da Sé, 2020.

Próximo à Rua da Quitanda há outro ponto que chama a atenção que é o Beco do Mota, que, em outrora, servia como local de encontro de gigolôs, mancebos e cafetinas. É um

local boêmio, onde, à noite, se ouviam os sons dos bandolins e violões, marcados por encontros proibidos. Esse Beco ainda é composto por postes com lampiões, vasos de flores nas sacadas das janelas, enfeites nas cimalthas das residências, junto aos comércios de roupas, sapatos e de quitutes (IPHAN, 2012).

Com o desenvolvimento do Tijuco, em 1831, o arraial foi elevado à categoria de vila, ao receber o nome de Diamantina, desmembrando do Serro. A elevação à categoria de cidade foi conquistada, em 1838; e em 1891, já no contexto republicano, foi sancionada a criação do distrito-sede de Diamantina - município constituído por dezessete (17) distritos. A cidade passou a constituir como polo regional de comércio e serviços, onde a malha urbana expandiu-se para a região a oeste, em direção à Santa Casa de Caridade. Além disso, passa, paulatinamente, a ser uma área de atração de estudantes, a exemplo do Seminário Sagrado Coração de Jesus de Diamantina, criado em 1867, que influenciou a região norte mineira e o sul da Bahia (VARAJÃO; FERNANDES; VALADÃO, 2015).

A partir da elevação à categoria de cidade, a paisagem arquitetônica de Diamantina experimentou uma renovação pois, em 1876, em diante, ocorre um aumento tanto do comércio (conforme destaca-se a FIGURA 18) como da indústria local, principalmente da indústria do vinho que foi importante para a economia da cidade, que havia sido fortemente abalada pela crise do diamante, em 1870, com a concorrência Sul Africana. (MARTINS, 2008).



**Figura 18:** Comércio local, meados de 1904 (Diamantina - MG).

**Fonte:** IPHAN, 2010.

Outras indústrias surgiram no município, principalmente, voltadas à manufatura têxtil, utilizando o algodão produzido na região de Minas Novas, ao norte do Estado e Diamantina vai se tornando um celeiro da produção de tecidos, ao ponto de inaugurar, em 1877, a Fábrica de Tecido Biribiri e a Fábrica de Tecidos São Roberto; e, em 1886, há a criação da



Companhia de Fiação e Tecido Santa Bárbara e a Fábrica Perpétua, utilizando a mão de obra local, conseqüentemente, atraiu pessoas de toda a região (MENDONÇA; BERNARDES; COSTA, 2006).

Segundo Conceição e Fernandes (2007):

[...] as décadas de 1840 a 1880 foram testemunhas de um rápido crescimento demográfico e de uma significativa acumulação capitalista. Aos antigos mineradores e proprietários de escravos somaram-se novos comerciantes de diamantes, atacadistas, fazendeiros, assim como garimpeiros ricos, frutos da descoberta de novas jazidas. Espelhando essa recente expansão econômica houve uma aceleração do crescimento da malha urbana de Diamantina e o aumento de suas casas, prédios, praças (CONCEIÇÃO; FERNANDES, 2007, p. 44).

Diamantina, aos poucos, ia se desenvolvendo como o núcleo urbano de maior importância da região devido a sua localização geográfica dentro do sistema viário da época - no caso a estrada de terra. Localizando-se no entroncamento das vias de penetração para o norte e nordeste do Estado, interligando municípios do Jequitinhonha para o Norte, ao influenciar a extensão do Vale do Jequitinhonha e parte da Bacia do São Francisco, ao atrair a atenção de empresários, industriais e políticos da época (FJP, 2004). Diamantina, no final do Império e quase no início da República, já se destacava entre outros centros que iam se urbanizando, pois:

Diamantina projetava-se sobre as vastas regiões do Norte mineiro e do Vale, devido à sua condição de um dos mais importantes centros urbanos de Minas Gerais. Entre as décadas de 1880, 1890 e 1910, Diamantina compunha com Ouro Preto, Juiz de Fora, Barbacena, São João Del Rei, Uberaba e Belo Horizonte a lista dos poucos pólos que galvanizavam a vida urbana, política e cultural nas terras mineiras e já apresentava um acervo patrimonial de grande valor para o país (MARTINS, 2008, p. 02).

Com o fim da escravidão (1888), a presença de mão de obra remunerada na região aumentou, ao ser, principalmente, empregada na instalação da via férrea (no atual largo Dom João), nas indústrias de tecido e ainda na mineração, essa última “[...] tradicionalmente empolgava a todos os habitantes que ali chegavam” (MACHADO FILHO, 1985, p. 33). Conseqüentemente, o que impulsionou a formação de novos bairros (periféricos) (IPHAN, 2009).

Com a era republicana, iniciada, em 1889, Diamantina assume novas expectativas econômicas, principalmente, com as empresas mineradoras estrangeiras e, em 03 de maio de 1914, chega ali à ferrovia (evidenciada pela FIGURA 19). O trem trazia inúmeras novidades, principalmente, para o cenário paisagístico, uma vez que, nesse momento, as telhas curvas, e

as construções de pau a pique e de adobe de muitas residências foram substituídas por tijolos cozidos e telhas francesas. Os empresários e muitos cidadãos adquiriam alguns produtos e bens de outras regiões, isso graças ao menor tempo de transporte das mercadorias via ferrovia. Além desse transporte proporcionar o encontro de vários amigos, amores e familiares, na cidade, especialmente, vindos da região de Belo Horizonte (ALVES, 2014; FJP, 2004).



**Figura 19:** Inauguração da Ferrovia em 1904 (Diamantina - MG).

**Fonte:** Arquivo Zé da Sé, 2020.

Vale destacar que com o desenvolvimento da cidade, com o frenesi da urbanização, Diamantina passa a ter contato com centros urbanos superiores, como: Montes Claros, Sete Lagoas, Governador Valadares e Teófilo Otoni, além de: Curvelo, Guanhães, Minas Novas e Capelinha por ter uma relação de maior proximidade, com trocas econômicas e sociais, com os municípios do seu entorno imediato, como: Gouvêa e Serro ao passar a polarizar as relações dos centros menores pertencentes à sua microrregião. Lembrando que a influência política de Diamantina foi fundamental para que a cidade atraísse órgãos públicos estaduais e federais - por exemplo, no início do século XX Diamantina abrigava a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, responsável por toda a região norte e do Vale do estado de Minas Gerais -, mantendo-a na condição de pólo regional (MARTINS, 2008). E, construindo, assim, um:

[...] espaço de relações muito intensas de Diamantina com outras cidades, especialmente com os municípios da sua microrregião homogênea, delimitada pelo IBGE, ou seja, Gouveia, Datas, Presidente Kubitschek, Couto de Magalhães de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, Felício dos Santos e Senador Modestino Gonçalves (VARAJÃO, FERNANDES E VALADÃO, 2015, p. 101).

Diamantina forma-se e consolida por meio da busca do homem por riqueza, pela urbanização com apoio da narrativa da confiança. Fé essa que é materializada e exemplificada pelo Cruzeiro da Serra que se situa numa altitude de aproximadamente 1300 metros, próximo

do Pico do Itambé. O pico proporciona uma vista panorâmica do perímetro urbano. Nesse contexto, vale salientar que o conjunto da arquitetura civil passa a ser uma referência especial, dada a quase ausência de casas térreas, ficando em destaque os conjuntos de sobrados, que junto a Serra dos Cristais formam um dos conjuntos paisagísticos mais significativos de Minas (DIAMANTINA, 2009).

Por fim, em meados dos anos de 1950 (especialmente no período de 1956-1961), o modernismo foi introduzido em Diamantina, com apoio político, inclusive do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira <sup>56</sup>(1902-1976), na época, era Deputado Federal (1935-1937) e depois Governador de Minas Gerais (1951-1955) (FJP, 1976). A investida deu-se pelas edificações de quatro (04) projetos pedidos pelo ex-presidente ao arquiteto Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (1907-2012), a saber: o Hotel Tijuco (conforme evidenciado na FIGURA 20, que destaca o Hotel bem próximo à região central da cidade), a Escola Júlia Kubitschek (nome da mãe do ex-presidente), o antigo Clube de Tênis (atual Praça de Esportes) e, em setembro de 1953, visando ao desenvolvimento da região, a construção da Faculdade de Odontologia de Diamantina - hoje conhecida como Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (IPHAN, 2009; ALVES; DEUS, 2014).



**Figura 20:** Hotel Tijuco próximo ao centro histórico, meados de 1956, em Diamantina - MG.  
**Fonte:** IPHAN, 2010.

Após esta análise podemos destacar que a cidade de Diamantina possui monumentos, paisagens naturais e tradições que não são comuns a outra cidade. O antigo Arraial do Tijuco foi de extrema importância para a interiorização do território nacional, como pioneira no

<sup>56</sup> Vale destacar que o filho apontado como mais ilustre de diamantina foi prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), Deputado Federal (1935-1937 e 1946-1951) e Governador (1951-1955) por Minas Gerais, Presidente da República (1956-1961) e Senador por Goiás (1961-1964). Em meio a vida JK. aparecia frequentemente em Diamantina, participava de encontros musicais, de festejos e não desativou, ali, o seu consultório de atendimento de saúde e nem desfez da sua residência (local atualmente conhecido como Museu JK.). Ele expressava abertamente o carinho pelo município e apoiava diversos projetos para o município (KUBITSCHEK, 1974).

cenário urbano e como local de dinamismo econômico para a época, o que levou a compor um arsenal de elementos, espaços dignos e capazes de narrar uma parte da história do país, na atualidade, é entendido o seu reconhecimento enquanto patrimônio nacional. E, com o tempo, Diamantina passou a ser um patrimônio cultural da humanidade que conta a sua história por meio de seus bens, atualmente é de todos, popularizado, dentre outros motivos, pela atividade do turismo, da forma singular de apresentação e de Ser do homem, no Vale do Jequitinhonha (COSTA, 2009).

E, tal processo de reconhecimento se deu pelas ações do SPAHN e foi apoiado pelo então Deputado Federal, e futuro Presidente da República, Kubitschek (195), que sempre deixou claro a importância do reconhecimento cultural, em esfera nacional, da sua cidade natal:

Os rasgos de epopeia a história desta cidade e do seu povo, da áspera peleja que sustentaram, desde que se esvaiu a antiga riqueza, e no solo rochoso ficou apenas a memória dos fabulosos tesouros de antanho. Meu pensamento se volta, neste instante, para aqueles que já não se acham ao nosso lado – sombras amadas que galhardamente lutaram, em condições adversas, para conservar, altaneiro, o pendão de nossa municipalidade, os foros do seu espírito, a altivez de sua pobreza. Que mais pura efusão cívica, que mais legítimo orgulho não haveria de inflamar em seus corações, ao verem ressurgir, sob outra forma, uma forma por certo mais alta e nobre, o antigo esplendor desta terra? Reconhecer os seus feitos, mostrar ao país é motivo de orgulho e respeito [...] (KUBITSCHKEK, 1956, p. 47).

Diante do exposto, se torna relevante sinalizar como se deu o processo de reconhecimento de Diamantina como Patrimônio Cultural Nacional e como Patrimônio da Humanidade, especialmente, por compreender que o principal objetivo destes reconhecimentos é a proteção e o destaque da história de um país, ambiente/natureza, ou civilização, buscando alicerçar a cultura com a perpetuação da vida local.

#### **4.2 Diamantina e seus Patrimônios Culturais reconhecidos Nacional e Mundialmente.**

Originada da descoberta e exploração do diamante, Diamantina conservou muitas casas, igrejas, monumentos e espaços públicos que hoje são referências culturais para compreendermos uma parte significativa da história do país. O Centro Histórico da cidade apresenta uma configuração peculiar, característico do período colonial. Além disso, é exemplo da ocupação do interior do Brasil por exploradores, garimpeiros de diamantes e representantes da Coroa Portuguesa, que construíram, ali, uma cultura típica do século XVIII, no qual homens e mulheres foram adaptando os modos e materiais da cultura europeia às realidades das Américas (IPHAN, 2013).

Diamantina foi uma das primeiras cidades tombadas no país, processo esse que ocorreu, especificamente, no ano de 1938, e contém uma quantidade significativa de bens reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, promovendo, neste ato de tombamento, a premissa de preservar, fiscalizar, revitalizar e divulgar os bens culturais para os insiders de todo o país. Em 1999, devido ao valor histórico e social do conjunto dos elementos tombados, esta cidade foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, com o objetivo de preservar os bens culturais e naturais da região, tornando a cidade um símbolo cultural que representa a urbanização, a diversidade cultural, natural e modo de vida peculiar extrapolando essa riqueza cravada no território dos Vales do Jequitinhonha e ganhando o mundo (SILVEIRA *et al*, 2012).

Tal reconhecimentos deve-se, em grande parcela, à proeminência das construções ainda preservadas, como se as marcas da arquitetura (**Paisagem**) narrassem a história do **Lugar**, ao ponto de entender que **o tombamento possibilita ao homem a imersão de lembranças ou (re)construções do conhecimento do eu e da coletividade**. Nesse sentido, tanto pelo IPHAN como pela UNESCO, o que levou a cidade de Diamantina a ser reconhecida como Patrimônio foi a:

[...] marcante presença da arquitetura colonial, a maior parte desta hoje em dia protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), o que contribui fortemente para sua preservação e conservação. Tal preservação, aliada aos recursos estéticos, históricos e artísticos das construções, foram reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), demonstrando ao mundo os feitos do homem, do poder de governantes e as importâncias de termos histórias vivas que apresentam a gerações futuras o que foi produzido no território de Minas e do Brasil (SILVEIRA *et al*, 2012, p. 02).

A arquitetura encontrada nesta cidade mescla com as formas de vida do povo que ali desenvolveu e fomentou o Antigo Arraial do Tijucu, aliando a Paisagem aos modos de viver local. Pois, as festividades religiosas e populares, a culinária, o artesanato, a musicalidade, por exemplos, são elementos indissociáveis que integram o cenário paisagístico e dá sentido ao Lugar, à medida que se dar conteúdo sociocultural ao conjunto histórico arquitetônico e urbanístico em questão. E, nessa premissa, de acordo com o IPHAN (2011):

O conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina acha-se bastante preservado, sendo possível reconhecer no seu atual desenho a planta do núcleo urbano consolidado no século XVIII. A cidade apresenta não só monumentos significativos para a história da Arte e Arquitetura dos séculos XVII, XVIII e XIX, mas também do século XX se faz presente por meio de obras do arquiteto Oscar Niemeyer. O patrimônio da cidade se dá pelo encontro do antigo com o

novos, do significado histórico e do uso deste pelo povo, pela excepcional forma que apresenta as suas obras ligadas a maneira que o homem vive, sendo inseparável a presença do patrimônio e o uso dele pelo povo (IPHAN, 2011, p. 14).

O reconhecimento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina é percebido, conforme apontado pelo IPHAN (2009), ao reconhecer: **i) os monumentos e ii) os espaços públicos tombados** que retratam a história e a geografia do Lugar. Tombamentos esses sendo o resultado de vários trabalhos de pesquisas desenvolvidas pelo SPHAN<sup>57</sup> (atual IPHAN), especialmente, no período de 1936 a 1938, onde reconheceram em Diamantina alguns elementos como qualificados para compor o arsenal de bens capazes de descrever uma parte da sociedade brasileira. Isso em razão da característica representativa de sua condição de implantação de um núcleo colonial português, onde os patrimônios estavam visíveis e preservados no seu traçado urbano e no padrão arquitetônico, amoldado na encosta do lado oposto da Serra dos Cristais. As construções de Diamantina possuem, em sua maioria, uma estética simples e delicada, ao se comparar com outras cidades de sua época. Suas fachadas bem geometrizadas e com poucas rupturas estilísticas, as tornam testemunhas do modelo cultural da época – século XVII (IPHAN, 2009).

SPHAN tem como um de seus marcos para o reconhecimento da cidade como patrimônio é a formação urbana da cidade ligada à Igreja Católica e à Coroa Portuguesa, em suas atividades frente a extração do Diamante. A formação do Arraial do Tijuco se apresenta, para os técnicos e estudiosos, como o retrato do poder da época, do aumento de migrantes, o encontro de diversos povos, simultaneamente, apresentam padrões homogêneos de casas e de padrão irregular dos arruamentos, becos e ruas, conforme a tradição medieval portuguesa (IPHAN, 2009).

Detectou-se de maneira clara que as casas de Diamantina representam as típicas residências das Minas e naquele território tiveram suas áreas multiplicadas de maneira rápida, muito incomum para a época, acompanhado de melhoramento em acabamentos, ao mesmo tempo ocorreu uma modificação nas proporcionalidades volumétricas das construções. Nesse processo de reconhecimento histórico e geográfico do patrimônio, foi destacado a influência da residência rural, decorrente da abundância de terrenos em áreas periféricas e do consumo de alimentos que viam direto dos produtores para as casas no antigo Arraial do Tijuco (IPHAN, 2009).

---

<sup>57</sup> Para melhor compreensão do processo de atuação do SPHAN no tombamento do conjunto urbano de Diamantina, vale a leitura da Tese: GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina: Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado (1838-1967)**. 318f. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2010.

Na avaliação dos pesquisadores do antigo SPHAN, destacaram as Paisagens da região central da cidade que perduram deste o século XVIII para o XIX, especialmente, pela presença dos sobrados que passaram a dominar o conjunto paisagístico, ao mesmo tempo em que a atividade mineradora declinava, surgindo, paralelamente, novas atividades econômicas (comércios) e com ela uma variedade de modos de vida, de consumo, de atividades culturais e de lazer incomuns em outras regiões. Além disso, apontam monumentos que remetem o século XIX, centrado na arquitetura religiosa e a civil que já eram notórias, onde “[...] as inúmeras igrejas distribuídas na tessitura urbana articulavam-se com o casario de vários usos - residencial, comercial e/ou administrativo” (IPHAN, 2009, p. 14). Em revisita a literatura, o IPHAN (2013) corrobora que: “[...] não é somente a arquitetura que é importante e que compõe a justificativa para o reconhecimento como patrimônio nacional, mas quem o construiu, fez uso e faz parte do imaginário do lugar” (IPHAN, 2013, p. 21).

E, com base nesses apontamentos pôde-se indicar, inclusive, os:

[...] exemplares de patrimônios para o país, inclusive os arquitetônicos existentes no Centro Histórico de Diamantina como a Igreja do Rosário, uma das mais antigas do município; a Igreja Nossa Senhora do Carmo – custeada pelo contratador dos diamantes, João Fernandes de Oliveira – que se destaca por sua torre localizada na parte posterior da igreja. Dentre as construções civis, merece destaque a Casa da Chica da Silva, o prédio onde, hoje, funciona a Biblioteca Antônio Torres – que possui o único muxarabi existente em Minas Gerais -, e o Mercado de Diamantina, são representativos por conter características históricas focais e ter significado social para o povo e para o sentido de nação (IPHAN, 2009, p. 14).

Registraram em seus estudos que o conjunto urbanístico e arquitetônico encontra-se íntegro, chegando à conclusão que à cidade, especialmente na região central da malha urbana, possui monumentos significativos para a história da arte e arquitetura que remete definitivamente aos séculos XVII e XVIII. E, desta forma, “[...] Diamantina é um exemplo vivo de arquitetura colonial de linhas e formas suaves, adaptadas aos trópicos, com história de diferentes povos e de personalidades marcantes para o país, o que a torna especial e a qual devemos referendar como patrimônio do Brasil” (IPHAN, 2009, p. 17).

Sendo assim, Diamantina foi tombada, em 16 de maio de 1938, com o registro do número de processo 0064-T-38, inscrição n. 66, constando no Livro de Belas Artes, v. 1, p. 12, o qual deu-se o reconhecimento como Patrimônio Cultural Nacional, tendo como título do registro: ***Diamantina-MG: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico***. Nesse sentido, sinaliza que o reconhecimento implicaria no objetivo geral de preservar o conjunto arquitetônico e urbanístico no perímetro central da cidade, constando nele prédios, casas, igrejas, ruas, praças, espaços públicos, os quais possuía um arsenal característico da época e preservá-los em

conjunto seria uma forma de cravá-los num território cultural que se faz excepcional/único, dificultando, ali, a sua descaracterização (IPHAN, 2009). Sendo, para JK. uma forma de Diamantina “[...] jamais se fazer esquecida pelas suas ruas íngremes, as suas casas velhas, onde tudo evoca episódios de um passado que é orgulho, não apenas deste pedaço de Minas, mas de toda a Pátria brasileira” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 34).

O que vem primeiro processo ou tombamento? Se for processo essa parte fica na página 189, antes do último parágrafo. O processo foi possível a partir do inventariado e mapeamento histórico realizado em Diamantina, permitindo analisar o processo de adaptação do ambiente construído à paisagem e suas adequações arquitetônicas, identificando o potencial simbólico do bem cultural e todo o seu contexto local e regional. Sendo levando em consideração:

Os levantamentos físicos, geográficas, históricas, socioculturais, econômicas, políticas e urbanísticas, o levantamento do quantitativo de edificações, conjuntos preservados, edifícios relevantes, espaços livres, arquiteturas pitorescas, o estado de conservação, as políticas de uso e ocupação do solo, a evolução demográfica e territorial, dentre outros tantos pontos necessários, que foi feito por meio de uma leitura crítica capaz de inferir as categorias direcionados no entendimento dos bens culturais ligados ao bem estar e a identificação do homem sobre o próprio patrimônio diamantinense (IPHAN, 2009, p. 12).

Assim, a região central de Diamantina representa um legado histórico cultural do país no qual teve, no processo do reconhecimento, o apoio irrestrito e campanha de uma das maiores forças da política da época, o filho da terra Juscelino Kubitschek, o qual não poupou esforços junto ao SPHAN para essa conquista (IPHAN, 2009).

Na área central encontramos vinte e dois (22) elementos que foram tombados e reconhecidos como bens capazes de representar as histórias marcadas pelas Paisagens e construídas no Lugar. Os bens tombados foram divididos em: *i*) sete (07) monumentos e *ii*) quinze (15) espaços públicos - valendo destacar que obras de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (1907-2012) foi, posteriormente, reconhecido como patrimônio cultural e inserido no conjunto arquitetônico, justificado pelo simbolismo existente entre a arquitetura *moderna*<sup>58</sup> (paisagens do século XX), a qual contrasta com o predomínio dos prédios do barroco (IPHAN, 2013). Obras modernas que para “[...] Juscelino Kubitschek,

---

<sup>58</sup> Oscar Niemeyer absorveu as influências do modernismo europeu, especialmente pelas obras e estudos do arquiteto suíço Le Corbusier (1887-1965), e transformou sua arquitetura em um exemplo do modernismo brasileiro. O arquiteto reinventou o modernismo com sua própria linguagem e identidade nacional. Suas obras se destacam pelas curvas sinuosas, exploração das inúmeras possibilidades do concreto armado, realizando trabalhos que valorizavam a iluminação e o mármore. Além disso, é muito comum encontrarmos nos projetos do arquiteto uma série de elementos da arte colonial brasileira, notável, por exemplo, no uso de azulejos que representam a arte portuguesa através de imagens que expressam o comportamento social, costumes e tradições religiosas da época (IPHAN, 2013).



representariam a tradução mais perfeita para o estado e para o país, aplicada em sua cidade natal. Onde Diamantina tornou-se, assim, um território para experimentações modernistas, unindo a história com o progresso” (GONÇALVES, 2010, p. 158).

Sobre os **Monumentos**, se destaca a exclusividade de sete (07) Igrejas tombadas, e inclusive reconhecendo todo o seu acervo (imagens sacras, painéis, pinturas, esculturas, sinos, livros, bancos, dentre outros, conforme a resolução do Conselho Consultivo da SPHAN) (IPHAN, 2013).

O Mapa 04 apresenta, espacialmente, as Igrejas Tombadas (no caso os monumentos) as quais compõem uma parcela do conjunto arquitetônico da cidade - valendo destacar que temos como referência de centralidade a Catedral Metropolitana da Sé (Matriz):

Mapa 04. Monumentos (Igrejas) Tombados pelo SPHAN, em Diamantina - MG.

**Monumentos (Igrejas) Tombados pelo SPHAN em Diamantina-MG**



Igreja São Francisco de Assis



Igreja Nossa Sra. do Amparo



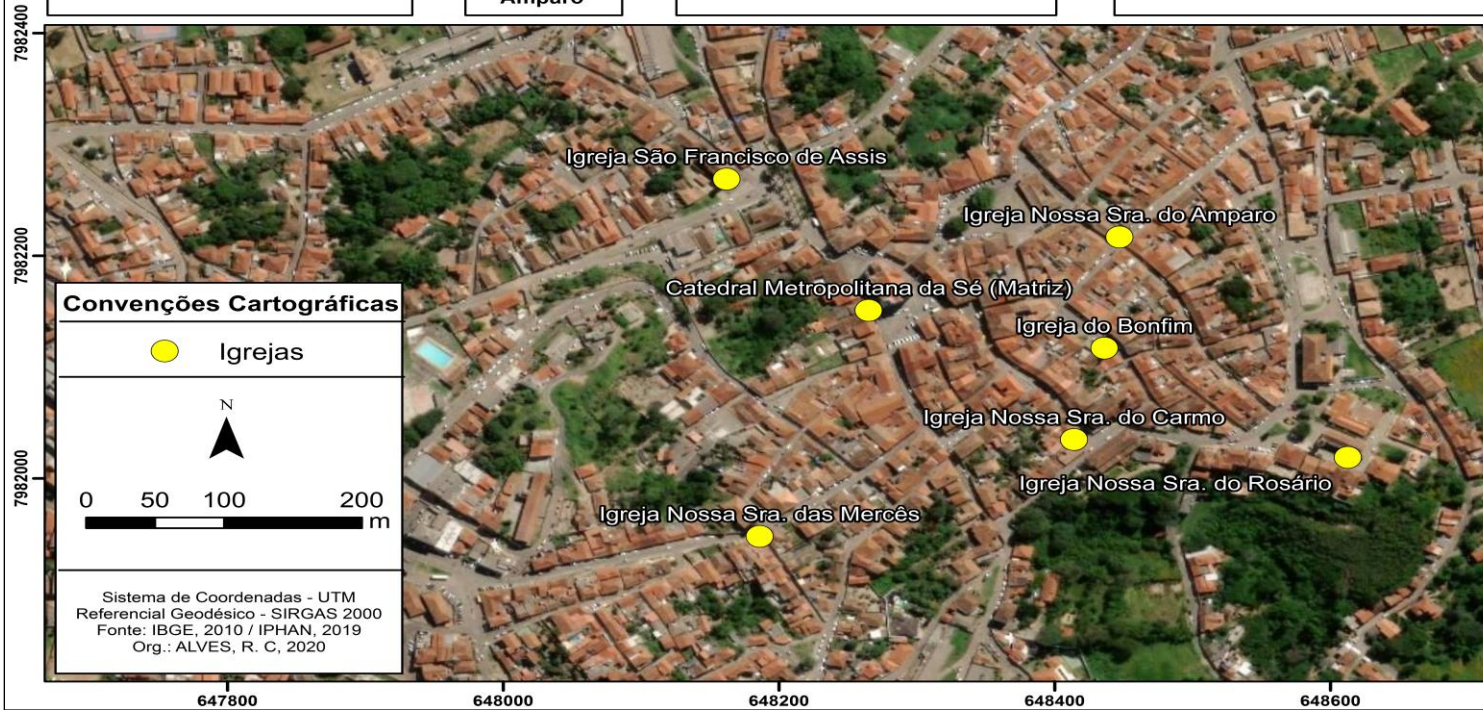
Catedral Metropolitana da Sé (Matriz)



Igreja Nossa Sra. do Carmo



Igreja Nossa Sra. das Mercês



Igreja Nossa Sra. do Rosário



Igreja do Bonfim

Fonte: IBGE, 2010; IPHAN, 2019.

Organização: Próprio autor (2020).

Conforme, o Mapa 04 apresenta os Monumentos tombados pelo SPHAN (IPHAN, 2009; 2013). Esses equipamentos estão concentrados em uma mesma região e na sequência, explicitamos cada um deles e algumas das suas características que justificaram o seu reconhecimento como patrimônio, ao iniciar com a:

- i. **Igreja São Francisco de Assis:** construção iniciada, em 1762, por iniciativa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, possuindo na ornamentação interna a pintura do forro da capela-mor, executado entre 1782 e 1783, (pelo português José Soares de Araújo), inaugurando a influência do rococó no seu trabalho. A pintura no forro da sacristia, datada de 1795 representa São Francisco de Assis em mística conversação com o Cristo Crucificado. Destacamos, ainda, a decoração da nave, concluída no século XIX, que se resume em um púlpito e dois retábulos de inspiração neoclássica. Igreja foi muito utilizada pelos comerciantes da época e por trabalhadores das Minas, além de servir como ponto de comercialização de produtos rurais. E, atualmente, é utilizado pelos moradores residentes na região central e dos distritos. Ela está registrada pelo número do processo 409-T-1949, constando no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 335, de 06 de dezembro de 1949;
- ii. **Igreja Nossa Senhora do Amparo:** construída na segunda metade do século XVIII, apresenta perfil arquitetônico que a difere das outras igrejas diamantinenses, com uma torre única e em posição central, ausência de anexos laterais, distribuída em três pavimentos. Destaca-se, no altar da direita, um presépio de fins do século XVIII, trabalhado com conchinhas da região minas de salitre. O Monumento era muito utilizado para as celebrações e festividades religiosas, sendo inclusive um local de encontro das marujadas e caboclinhos, entre moradores da zona urbana e rural. A Igreja é utilizada, especialmente, pelos usuários do mercado, dado a proximidade e facilidade do acesso entre quem faz o uso destes espaços. A igreja está registrada pelo número do processo 409-T-1949, constando no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 331, de 06 de dezembro de 1949;
- iii. **Catedral Metropolitana de Sé:** igreja reformada sob devoção e por respeito a Antiga Igreja Santo Antônio, essa a qual foi originária do período colonial. Por consequente, serviu de matriz da freguesia, em seguida, sede do bispado até a edificação do novo templo, iniciada, em 1933 e concluída, em 1940. Nos primeiros tempos de arraial do Tijuco, a primitiva capela dedicada a Santo Antônio foi erguida onde hoje é o bairro Rio Grande (no caso, próxima a Rua Burgalhau), foi transferida, posteriormente, para a parte

central onde polarizou e adensou o povoado. Da velha igreja submetida a reformas e descaracterizações antes de ser afinal demolida, restam dois retábulos em talha barroca, hoje conservados no arco-cruzeiro da catedral. A Igreja faz parte do imaginário da população devido o contexto histórico da sua territorialização. Hoje, é amplamente utilizada pelos moradores com fluxo constante de *outsiders*, essa ocorrência faz-se devido o monumento estar arrodado por comércios e museus. A igreja não é amparada por medida de tombamento direto, mas está comprometida no acervo paisagístico tombado em conjunto pelo SPHAN conforme Inscrição n. 66, livro do Tombo de Belas Artes, folhas (fls.) 12, datada de 16 de maio de 1938;

- iv. **Igreja do Senhor do Bonfim:** edificação construída entre os séculos XVIII e XIX, apesar de pequena (ao se comparar com as demais Igrejas), é uma das mais harmoniosas construções do conjunto de igrejas setecentistas de Diamantina. Na capela-mor concentra-se o principal interesse ornamental do templo, com elementos conservados do rococó. No quadro central está representada a cena do Descendimento da Cruz pintada em tons sombrios, com as molduras e os brasões realçados em ouro. A igreja era utilizada de maneira constante pelos moradores de diferentes locais da cidade, tinha como objetivo principal participar das celebrações e procissões, não era comum as festividades religiosas. Atualmente, é utilizado pelos moradores de diferentes bairros, especialmente nos finais de semana. A igreja está registrada pelo número do processo 409-T-1949, constando no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 332, de 06 de dezembro de 1949;
- v. **Igreja de Nossa Senhora do Carmo:** destaca-se por suas proporções e pelo requinte da ornamentação interna. A pintura ilusionista dos forros (de autoria de José Soares de Araújo) e o conjunto dos retábulos, de Antônio Francisco Lisboa, 1739-1814, o Aleijadinho, reafirmam a unidade estilística da composição arquitetônica. Em relação, a ornamentação destaca-se o forro da capela-mor. A composição desse forro, em perspectiva arquitetônica, apresenta quatro pilastras unidas por arcos centrais que servem como uma espécie de suporte para o desenvolvimento dos temas ornamentais que, tratados com extraordinária abundância de detalhes, dão impressão de obras de ourivesaria, reforçada pelo predomínio da tonalidade cinza com realces de ouro. A Igreja era utilizada, tanto pelos brancos como pelos negros e tinha, além do processo de encontro para as celebrações, vários encontros políticos os quais eram tomadas decisões importantes sobre os processos de formação da cidade, regras de convívio social e de projeções políticas. Hoje, a igreja é utilizada por moradores de maior idade. Também

conhecida como Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, está registrada pelo número do processo 220-T-1939, consta no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 283, de 19 de abril de 1940;

- vi. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário:** uma das mais antigas Igrejas de Diamantina, datada entre 1771 e 1772, possui a pintura do arco-cruzeiro e do forro que formam um conjunto harmônico, e se destaca, porque foi construída no centro de uma ampla praça e dotada de um espaçoso adro revestido de pedra. Na parte dianteira, nasceu uma gameleira que cresceu confundindo-se com o cruzeiro ali existente. O sistema construtivo empregado é o da alvenaria de adobes recoberta por reboco e caiação branca, sendo construída pelas mãos de homens negros e usada em sua maioria, pelos povos escravizados, contendo uma das melhores condições acústicas, devido ao material de construção utilizado e a disposição das portas, janelas, arcos. Atualmente, é utilizada pela população dos bairros periféricos, os quais usam para além dos atos religiosos, servindo como um espaço de lazer e recreação/socialização. A igreja está registrada pelo número do processo 409-T-1949, constando no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 334, de 06 de dezembro de 1949, e;
- vii. **Igreja Nossa Senhora das Mercês:** construída em fins do século XVIII, apresenta, como elemento marcante, a nave e a capela-mor com ambientes com características diversificadas, em função de sua nave ter sido reformada na terceira década do século XIX. Na fachada principal está implantada uma torre única, em telhado de quatro águas, em posição central. No interior, o interesse maior reside na capela-mor, com seu retábulo de colunas retas pintadas em marmorizados, coroamento composto de volutas laterais, vasos e medalhão central emoldurado por guirlanda de flores, representando Nossa Senhora das Mercês cercada de querubins, intercedendo pelos cativos ajoelhados a seus pés. O monumento era local de muitas celebrações, festividades religiosas, sendo um ponto de encontro da sociedade mineradora. A igreja está registrada pelo número do processo 409-T-1949, constada no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 333 de 06 de dezembro de 1949.

Os **Espaços públicos** destacam-se o número de quinze (15) elementos que vão desde prédios com predomínio clássico do barroco até obras modernistas. Sobre os espaços públicos, apresentamos o Mapa 05 que evidencia, espacialmente, as casas, mercado, museus, clube, escola, faculdade, prédios, ruas e praças, os quais formam, com os monumentos anteriormente citados, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade.

**Mapa 05.** Espaços Públicos Tombados pelo SPHAN, em Diamantina - MG.



**Espaços Públicos Tombados pelo SPHAN em Diamantina-MG**



Fonte: IBGE (2019); IPHAN (2019).

Organização: Próprio autor (2020).

Conforme apresenta o Mapa 05, os Espaços Públicos tombados pelo SPHAN (2009; 2013) concentra-se na região central da cidade, na sequência, explicitamos cada um desses e algumas de suas características que justificam o reconhecimento, iniciando com a:

- i. **Casa com forro pintado:** residência construída por iniciativa do intendente de Diamantes (Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá, 1762-1835) é uma das principais construções de destaque em Diamantina. Essa casa é constituída por estrutura em pau a pique, a cobertura é guarnecida por beirais em cimalha e cachorros, os vãos são em vergas alteadas com enquadramento em madeira, assim como os cunhais que delimitam a fachada. A fachada frontal, por sua vez, apresenta no pavimento inferior quatro portas. Possui quatro portas-sacadas, com postigos sobrepostos e vidros trabalhados que se abrem para sacadas isoladas e guarnecidas por guarda-corpos de madeira torneada. Destacam-se, no alto das portas-sacadas, sobrevergas em molduras. Internamente, chamam a atenção os tetos em gamela dos dois salões no segundo pavimento, sendo um deles todo pintado. A casa fica localizada à Rua Direita e faz parte do imaginário dos moradores da cidade devido ter sido de posse de um dos homens com o maior poder político no século XVIII. Na atualidade, a residência constitui um museu sacro e um ponto comercial, o que permite aos cidadãos conhecer um pouco da história da época e reviver fatos e lembranças. A casa está registrada pelo número do processo 429T-1959, constando no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 451, de 02 de setembro de 1959;
- ii. **Fórum Joaquim Felício dos Santos ou Casa à Praça Juscelino Kubitschek:** a casa situada na Praça Juscelino Kubitschek é uma das mais imponentes edificações do período colonial. Presumivelmente construída para ser utilizada como residência particular, pertencida, em princípios do século XIX, a Vicente Ferreira Fróis, personalidade atuante na política local da época. Posteriormente, o prédio passou a ser propriedade do coronel Duarte Henrique da Fonseca, em 1837, foi transferido em escritura para o tenente Antônio Modesto de Almeida. A fachada do prédio é dividida por um esteio vertical e horizontalmente por uma madre espessa que dá sustentação às quatro sacadas guarnecidas com bacias de madeira, parapeito de ferro trabalhado. Os cunhais em madeira das fachadas simulam uma coluna até a altura da madre e, dali até a cimalha, uma coluna jônica. Os vãos, em madeira, se compõe de vergas alteadas, ao se verificar no pavimento superior a presença de bandeiras fixas de caixilho de vidro colorido. Internamente, o primeiro pavimento é composto por três áreas, formadas por uma sequência de cômodos

a partir da entrada. Na área central, ficam o banheiro com a escadaria e os corredores, uma sala e um pátio interno. O segundo pavimento segue a mesma divisão em áreas, porém num sentido transversal em relação ao andar inferior, destacando-se uma primeira área, paralela à fachada lateral, voltada para a praça, com dois amplos salões contíguos, separados por uma arcada. As portas-sacadas que dão para os referidos salões são ornadas por pinturas douradas. O fórum teve o seu uso vinculado a natureza residencial, mas foi utilizado como cadeia e até mesmo local de reunião para a câmara de vereadores da cidade, fazendo parte do cotidiano dos moradores. O fórum está registrado pelo número do processo 413T-1950, constando no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 349, de 09 de janeiro de 1950;

- iii. **Casa do Mercado:** atualmente é o Mercado Municipal, pertenceu originalmente ao tenente Joaquim Cassimiro Lages, que, em 1835, ali construiu um prédio de moradia, comércio e um rancho de tropeiros, ou intendência, cujo comércio foi findado por volta de 1884. Coube à Câmara Municipal de Diamantina, através de manifestação de apoio popular, a iniciativa da construção de um mercado para centralizar a distribuição de mercadorias, de modo a evitar o monopólio de algumas intendências da cidade. Desta forma, em atendimento ao pedido feito, em 1889, a municipalidade adquiriu dos herdeiros do tenente Lages o prédio e o rancho, de imediato, se inicia a construção do atual Mercado Municipal. Sua edificação ocupa uma quadra, a fundação é circundada por mais três vias públicas, correspondentes às suas outras fachadas. Nas fachadas posterior e lateral esquerda percebe-se a existência de um porão, cujo declive das ruas possibilitaram a construção. Essa última, é feita em alvenaria de tijolos, apresenta cunhais, esteios e vãos de madeira com vedações em calha. As portas desse bloco estão voltadas para o interior do mercado e são todas trabalhadas em madeira de árvores do local. As outras fachadas são abertas em abóbodas de madeira, possui uma vedação de tábuas justapostas, à maneira de parapeitos. Internamente, as arcadas repetem no eixo central para dar sustentação à armação do telhado, que têm beiradas em cachorro e madeiramento. O piso interno foi feito em lajes de pedra, à exceção da parte posterior ao porão, que apresenta piso em tabuado. O edifício é pintado nas cores: azul e branco. Essa construção, na atualidade, faz parte do cotidiano do povo devido narrar parte da história do Lugar, ser ponto de comércio e, atualmente, utilizado como local de venda de produtos regionais, sincronicamente, apresentações culturais. O mercado está registrado pelo número do processo 429-T-1950, ao constar no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 387, de 31 de julho de 1950;



- iv. **Museu do Diamante ou Casa do Padre Rolim:** foi construída no século XVIII, era à residência do inconfidente padre José de Oliveira e Silva Rolim (1749-1835), natural do Arraial do Tijuco e um dos principais personagens da Inconfidência Mineira (1789). Em princípios do século XIX, de volta ao Brasil retorna de onde???, o inconfidente foi reembolsado com a quantia relativa à arrematação de sua casa, por decisão do Governo Imperial. A edificação apresenta cobertura em quatro águas, com beirais arrematados em cimalha e cachorros, a exemplo das edificações coloniais de Diamantina. Essa casa possui área de pomar aos fundos e entrada de antigo túnel, ali, existente. Atualmente a casa abriga o Museu do Diamante, no qual apresenta histórias da cidade no período do Ouro, sendo um local sempre mencionado pelos moradores devido, no quintal desta casa, ser rica em pomares e de bica d'água, onde, em outros momentos da história, era comum a compra de frutas e hortaliças ali. A casa está registrada pelo número do processo 429-T-1950, constando no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 278, de 28 de junho de 1950;
- v. **Casa do Muxarabi:** trata-se de construção remanescente do período colonial mineiro, presumivelmente da segunda metade do século XVIII, cuja singularidade é marcada pela presença de um muxarabi. A fachada principal apresenta três sacadas em madeira torneada, sendo a da esquerda correspondente ao muxarabi. A residência está aberta para visitação e é uma biblioteca pública, tornando mais próxima do cotidiano dos moradores. A casa está registrada pelo número do processo 429-T-1950, constando no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n 382, de 28 junho de 1950;
- vi. **Casa da Chica da Silva:** foi à residência do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira (1720-1779), que nela viveu em companhia da lendária Francisca da Silva de Oliveira (1732-1796), entre os anos de 1753 a 1776. É mais um exemplar expressivo da arquitetura residencial mineira do século XVIII, construída em estrutura autônoma de madeira, com vedações em adobe e pau a pique. Implantada no alinhamento da rua, cerca na lateral e nos fundos por áreas livres que compõe, no lado esquerdo, um pátio ajardinado, onde outrora era uma capela, da qual ainda resta a empena com a porta de acesso e frontão. Destaca-se, particularmente, no conjunto da casa, a varanda lateral composta por painéis treliçados, almofadados e com balaústres, atestando a influência mourisca na arquitetura brasileira. Internamente, conserva os elementos típicos das construções do período minerador, com as superfícies de alvenaria rebocadas e caiadas, pisos em tábuas largas e forros em esteira ou madeira. Apresenta um quintal com chafariz e diversos cultivos, com destaque para jabuticabeiras e pitangueiras. A residência é hoje

ocupada pela secretaria regional do IPHAN e é aberta à visitação. A casa está registrada pelo número do processo 412-T-1950, constando no livro do Tombo Belas Artes, pela inscrição de n. 335, de 04 de maio de 1950;

- vii. **Hotel Tijuco** (projetado por *Oscar Niemeyer*<sup>59</sup>): o hotel Tijuco foi construído, em 1951 e está situado a Rua Macau do Meio, próximo à Praça JK, no centro histórico colonial da cidade. Essa foi a introdução do novo na arquitetura barroca e simboliza o moderno contrastando com o pretérito. O hotel tem formato de um trapézio invertido, exibindo linhas retas, formas geométricas e uso do concreto armado. Na fachada, destaque para as colunas em V, com continuidade do primeiro para o segundo andar. As varandas têm treliças azuis, no conjunto arquitetônico final, sugere perspectiva infinita, num contraste claro com os casarões e igrejas coloniais da cidade. No primeiro andar, há vitrais que vão do chão ao teto e dominam à vista do amplo salão e *hall* de entrada que possui pé direito alto. Vale destacar que o telhado foi pensando num formato de borboleta. O hotel possui 27 apartamentos, 16 luxo (panorâmicos) e 11 *standard*, com capacidade para 80 hóspedes. Os panorâmicos possuem varandas com vista para a Serra dos Cristais. O Hotel era utilizado pela população por meio das festividades, bailes e eventos comemorativos;
- viii. **Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina** (projetado por Oscar Niemeyer): A Faculdade de Odontologia de Diamantina (FAOD) foi criada através do decreto de Lei estadual n. 990, de 30 setembro de 1953, com estilo arquitetônico modernista, onde a prefeitura concedeu a construção do prédio da faculdade em um lote situado em área nobre da cidade, situado à Rua da Glória, de propriedade da Santa Casa de Caridade. Desse modo, a construção foi erguida com uso de concreto armado e com trabalhos que deram destaque a iluminação e espaços abertos. Havia o desejo de, ali, funcionar outros cursos na Faculdade voltados para outras ciências afins da área da saúde (tão carente na região). No ano de 2002 a FAOD transformou-se na Faculdade Federal Integrada de

---

<sup>59</sup> De 1930 até a década de cinquenta, a cidade intensificou os debates entre preservação de seu patrimônio e as exigências da vida moderna. Debates estes que evidenciavam os edifícios remanescentes do período colonial, além de outras arquiteturas, inseridas no Perímetro de Tombamento, e tal desejo foi aprovada através da Lei Municipal n.º. 69 de 31/10/1949. Nesse contexto, cabe destacar que as obras projetadas pelo arquiteto e urbanista Oscar Niemeyer não são amparadas por medida de tombamento direto, mas **estão comprometidas no acervo paisagístico da cidade**, e inseridas posteriormente no conjunto tombado pelo SPHAN (IPHAN, 2009). Vale destacar que na época o SPHAN sinalizou que para manter a harmonia do conjunto urbano não seria permitido prédios com outro estilo de fachadas porque tais construções desfigurariam o conjunto arquitetônico de Diamantina. Por outro lado, as intervenções projetadas por Niemeyer, se alinhavam as premissas de Lúcio Costa e do político JK., os quais deixaram evidentes de que a “[...] arquitetura ultrapassa o sentido de expressar um determinado período, que devia apresentar ao povo que a memória deve se alinhar ao novo, não devendo ser rígido em salvar a memória só de um tempo” (GONÇALVES, 2010, p. 114). Ainda, sobre as obras de Niemeyer, em Diamantina, vale a leitura da Dissertação: REGIANI, Luana Espig. 219f. **Diamantina e o percurso da arquitetura moderna: Lúcio Costa, Juscelino Kubitschek - e Oscar Niemeyer**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Campinas (SP), 2019.

Diamantina, mas, em 2005, foi elevada à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) através da Lei n. 11.173, de 2005. A população local e da região, pode, então, realizar o ensino superior na cidade, o que, em outrora, se fazia na capital mineira;

- ix. **Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek** (projetado por Oscar Niemeyer): A instituição foi o terceiro grupo escolar instalado na cidade, na década de 50, período considerado de importância para o município, uma vez que, estava à frente do governo do Estado, posteriormente da presidência da República, era o diamantinense Juscelino Kubitschek de Oliveira. Na Escola Júlia Kubitschek, parte da fachada é de vidros, com a presença de paredes vazadas, o que possibilita a entrada de ar e iluminação; a marquise cobre apenas a entrada do imóvel, ao tornar a fachada mais plástica, diferenciando das demais construções ao redor. A escola torna-se símbolo de uma nova era, dado que a cidade e região eram carentes de estabelecimentos escolares regulares, ao tornar um local de inovação, progresso e desejo de ingresso;
- x. **Diamantina Tênis Clube** (projetado por Oscar Niemeyer): Construção de 1944, o Diamantina Tênis Clube, ou Praça de Esportes, foi construído dando destaque as curvas sinuosas, o uso de concreto armado e ao valorizar os espaços para dar entrada a ventilação e iluminação, porque é um complexo de esporte, composto de quadras de futebol, basquete e voleibol, além de piscina de 25 metros, tornando um espaço público com características distintas dos prédios e ruas da cidade. O clube, em si, era utilizado pela população em dias de bailes, comícios, eventos comemorativos da cidade e, atualmente, é voltado somente para a prática de atividades físicas;  
e as;
- xi. **Praças Barão de Guaicuí e a do Monsenhor das Neves; e as ruas Antônio Pádua Oliveira; Campos de Carvalho e da Quitanda:** As ruas e praças são exemplos reais dos raios territoriais que deram a expansão dos pequenos arraiais em direção ao núcleo administrativo do Tijuco, ao ponto de formarem o conjunto urbano de Diamantina, ao ter as ruas em aclive/declive, que ainda conservam as faixas de blocos longitudinais, por onde avançavam as carroças, andavam homens livres e pessoas escravizadas da sociedade daquela época, passavam cortejos com exposição de imagens sagras em devoção aos santos. Já as praças são símbolos do crescimento urbano e da construção da vida social local; nesse conjunto, tanto a ruas e as praça em questão são representações de várias outras que deram corpo, ritmo e concretude urbana e sociocultural à cidade. Esses não são amparados por medida de tombamento direto, mas estão comprometidos no acervo

paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo SPHAN conforme Inscrição n. 66, livro do Tombo de Belas Artes, fls. 12, datada de 16 de maio de 1938.

A partir dos Mapas 04 e 05, se percebe que os elementos tombados ficam no mesmo recorte territorial, ao mesmo tempo busca-se valorizar e proteger o sítio histórico, em 2002, a superintendência do IPHAN emitiu a Diretiva 12/2002 que regulamentou os limites e regras de intervenção arquitetural urbana no complexo tombado e seus arredores. Entre outras medidas, a diretiva aprimorou as principais disposições municipais sobre uso e ocupação do solo em áreas próximas ao local histórico. Em 19 de novembro de 2010, o IEPHA designou a **Serra do Cristal** como uma propriedade natural por meio de um marco aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP), em seguida, foi inscrita nos Livro de Tombo n. I, na subscrição do tomo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Tombo n. III, se inseriu no tomo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos, ampliando a proteção dos monumentos e espaços públicos, chegando à paisagem das Montanhas do Cristal ao ser reconhecida como inseparável do Sítio Histórico, objetivando a proteção da região como um todo, para não descaracterizar o conjunto tombado pelo IPHAN (IPHAN, 2013).

Outro aspecto relevante encontrado, em Diamantina, aliado as características e relevâncias naturais e constitui na Reserva da Biosfera por ser um conjunto de territórios de alta relevância pela biodiversidade existente, que, geralmente, englobam as Unidades de Conservação (Ucs) e corredores ecológicos, e bacias hidrográficas. No caso de Diamantina, foi um dos municípios englobados na **Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço**, reconhecido pela UNESCO no ano de 2005, teve como objetivo: conservar os recursos biológicos, geomorfológicos e históricos da região, que abrigam espécies como a canela-de-ema e as sempre-vivas, além de ser uma área de transição de três biomas: Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica com presença das nascentes dos rios: São Francisco, Doce e Jequitinhonha, sendo recursos essenciais e estratégicos para a sustentabilidade socioeconômica, cultural dos povos da região. Logo, “[...] a Serra do Espinhaço é um verdadeiro laboratório aberto, um território que vai além da sua estrutura geológica. Trata-se de uma região de identidades biogeográficas, culturais, de crenças, de ritos e de espiritualidade único” (ANDRADE, 2017, p. 29).

Na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, se destaca pelo recorte da pesquisa, a presença do Parque Estadual do Biribiri e Parque Estadual da Sempre-Viva, que asseguram a preservação dos recursos naturais e a diversidade biológica, bem como proporcionam a

realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento sustentável de atividades educacionais, recreação e turismo ecológico, em Diamantina e região (ANDRADE, 2017).

Além da relevância dos patrimônios naturais reconhecidos nas esferas: estadual e mundial, e do Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Diamantina realizado pelo governo federal, o município consta com uma lista de 09 (nove) bens tombados pelo poder municipal - além da Vila de Biribiri e o Parque da Serra dos Cristais que foram tombados pelo IEPHA (DIAMANTINA, 2019).

Os bens tombados pelo poder público local são listados, a seguir:

- i. **Capela de Santa Rita:** localizada no distrito de Sopa, com a inscrição no Livro de Tombo 01/2013, publicado pelo Decreto n. 025, de 09 de abril de 2003;
- ii. **Imagem de Sant'Ana Mestra:** situado na Igreja das Mercês, com a inscrição no Livro de Tombo 02/2003, publicado pelo Decreto n. 024, de 09 de abril de 2003;
- iii. **Cachoeira de Santa Polônia:** estabelecido no Córrego do Palmital, com inscrição no Livro de Tombo 03/2003, publicado pelo Decreto n 23, de 09 de abril de 2003;
- iv. **Cemitério dos Escravos:** inserido no distrito de Mendanha, com a inscrição no livro de Tombo 04/2004, publicado pelo Decreto n, 43, de 12 de abril de 2004;
- v. **Asilo Pão de Santo Antônio:** encontra-se no Bairro Rio Grande, com a inscrição no Livro de Tombo 05/2004, publicado pelo Decreto n. 46, de 12 de abril de 2004;
- vi. **Fachada, volume e jardins do Seminário Provincial do Sagrado Coração de Jesus:** localizado no Bairro Dom João, com a inscrição no Livro de Tombo 06/2004, publicado pelo Decreto n° 45 de 12 de abril de 2004;
- vii. **Clube Social da Praça de Esportes:** está situado na Avenida São Francisco de Sá, Diamantina, com a inscrição no Livro de Tombo 07/2004, publicado pelo Decreto n. 44, de 12 de abril de 2004;
- viii. **Estação Ferroviária de Conselheiro Mata:** localizado na Esplanada da Estação no distrito de Conselheiro Mata, com a inscrição no Livro de Tombo 08/2005, publicado pelo Decreto n° 029 de 01 de março de 2005 e;
- ix. **Capela Sagrado Coração de Jesus:** localizado no distrito de São João da Chapada, na comunidade de Macacos, com a inscrição no Livro de Tombo 09/2011, publicado pelo Decreto n. 505, de 26 de dezembro de 2011.

Outros bens foram inventariados (ANEXO IV) pelo município, especialmente, entre bens imóveis, móveis, integrados, arquivos, bens naturais, patrimônio arqueológico e imaterial. Desse modo, se destaca três bens imateriais, todos publicados pelo decreto I.

02/2014, sendo eles: *i*) o modo de fazer bolo de arroz; a *ii*) Festa do Divino e *iii*) a Guarda Romana, sendo todos popularmente conhecidos pelos diamantinense, seja pelo modo de fazer o prato culinário ou pela representação da fé compartilhado por meio da celebração ou da festividade; esses bens são símbolos e de maneira corriqueira emergem na memória dos *insiders* como indissociável aos patrimônios tombados pelo IPHAN (DIAMANTINA, 2019).

Nesse sentido, o reconhecimento de Diamantina como patrimônio cultural nacional foi descrito para o JK sigla nova estava inserida JK como uma maneira de:

[...] lançar sobre o futuro a luz da experiência das gerações que se sucederam, e que pode perfeitamente acompanhar, pelos testemunhos que a Arquitetura semeou do decurso das idades, através de edifícios, espaços e monumentos, o que tem sido a marcha dos homens e dos povos sobre a terra (KUBITSCHKE, 1974, p. 58).

Mediante ao exposto, se pode corroborar que o processo para o reconhecimento de Diamantina - MG como patrimônio da Humanidade teve apoio político e de órgãos de fomento cultural em todos os âmbitos: nacional, estadual e municipal. Esse inventário é-se conhecido como Lista Tentativa, porque fornece uma previsão das propriedades/bens que um Estado envia para inscrição nos próximos cinco a dez anos (IPHAN, 2013).

No caso dos patrimônios inventariados, em Diamantina, se realiza uma pesquisa *in loco* para evidenciar a representação do bem cultural edificado e seu levantamento tipológico, estado de conservação com a leitura da organização do conjunto arquitetônico, urbano e paisagístico interpretando, aliás, em consonância às características morfológicas da região. Desse modo, após o levantamento e organização de informações desses bens, em seguida, caracterizam os sítios através de pesquisa histórica com entrevistas aos moradores e usuários para ressaltar seu valor simbólico (DIAMANTINA, 2019).

No caso de Diamantina, foi encaminhado a lista, com a identificação da inscrição n. 890, a qual sinalizava a área do limite dos bens tombados pelo IPHAN, que corresponde a 28,5 hectares. Por isso desejava reconhecer como patrimônio da humanidade devido ao conjunto de monumentos e espaços públicos carregados de história, memória e apontado como genuinamente representativos no âmbito sociocultural (IPHAN, 2002).

Além do apoio dos políticos, instituições públicas e privadas da área de gestão cultural, e turismo. Os *insiders* foram mobilizados em torno dessa candidatura ao perceber duas possibilidades com essa conquista: *i*) o reconhecimento da cultural local em âmbito global e, *ii*) uma alternativa econômica para a cidade, dado que o título de patrimônio mundial

à projetaria diante as diversas mídias e passaram a compor de modo amplo o roteiro do *turismo cultural*<sup>60</sup> (MENEZES, 2000).

Dessa forma, no dia 17 de março de 1997, com o apoio da Prefeitura de Diamantina, foi instalada a Comissão intitulada: Por Diamantina como Patrimônio da Humanidade (CDPH), e a campanha foi marcada pela:

[...] mobilização da comunidade do município em torno das perspectivas de sustentabilidade cultural e novas fontes econômicas e sociais para a região, num trabalho que envolveu o poder público das esferas municipal e federal, empresariado local e regional, movimentos populares e determinante apoio dos meios de comunicação de Minas, articulado por uma campanha popular, política, governamental e de marketing bem sucedida (MENEZES, 2000, p. 44).

Desse modo, ao promover a maior integração da população para a campanha, foi promovido a votação de um patrimônio que pudesse representar as paisagens de Diamantina e por iniciativa popular a *Casa da Glória*<sup>61</sup> foi escolhida (conforme destaca a FIGURA 21).



**Figura 21:** Casa da Glória, em Diamantina - MG).

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.

<sup>60</sup> Para entender a relação existente entre os patrimônios de Diamantina e a atividade turística, vale a leitura da Dissertação: GODINHO, Taysa Kennia. **Cidade patrimônio da Humanidade e desenvolvimento turístico: percepção sobre realidade de Diamantina, MG.** 177f. Programa de Pós-graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. São Paulo (SP), 2016.

<sup>61</sup> Vale contextualizar a escolha deste bem, dado que é uma das paisagens que encantam os *insiders* pela sua graciosidade e funcionalidade, tendo uso para os estabelecidos bem como para os *outsiders* pois, esse casarão construído entre 1775 a 1800 por Manuel Viana, marido de Josefa Maria da Glória já foi, em 1842, de posse do Estado, chegando a receber visitas de grandes estudiosos como Auguste de Saint Hilaire, John Mawe, Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege etc., os quais escreveram sobre a dinâmica social e cultura da cidade, promovendo diamantina para outras partes do mundo. Além disso, a casa também é conhecida porque em 1842 passou a ser de posse da Igreja e do Bispado, e em 1867 foi transformada em orfanato e em Educandário Feminino. Em 1969, alemães compraram a casa e fundaram o Instituto Eschwege, em seguida, em 1979, o Ministério da Educação e Cultura incorporou a casa à UFMG. E esta, por sua vez, em 2001, a transformou em Centro de Geologia Eschwege e em Instituto Casa da Glória com responsabilidade de gestão e operacionalização pelo Instituto de Geociências, com o intuito de ampliar a área de atuação do curso de geologia, cartografia, geografia e turismo, recebendo estudantes de toda parte do país e do exterior, além de propiciar a co-produção de eventos e festivais da cidade no local (exemplos: festival de inverno, feiras gastronômicas, saraus, congressos etc.), ou seja, um bem que faz parte do imaginário e do dia a dia do povo local (DIAMANTINA, 2019).

No mesmo ano, foi criado o Conselho Municipal de Cultura de Diamantina, sob a Lei n. 2414, de 12 de agosto ano, objetivava promover e incentivar a população sobre os assuntos referentes às políticas públicas culturais e preservação do patrimônio do município. No mesmo dia, na capital mineira, com o apoio da secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, assina-se o convênio entre o IEPHA, o IPHAN e a Prefeitura para a elaboração do *Dossiê*<sup>62</sup>. Posteriormente, à UNESCO, estabeleceu as reavaliações dos bens tombados, a importância histórica e o significado destes bens para o país. Entre os dias 16 e 17 de agosto do mesmo ano, com o apoio da Companhia Energética de Minas Gerais S.A (CEMIG), foi promovido o lançamento do Programa Nacional de Turismo Cultural para prever os impactos econômicos e quais medidas estruturais à cidade deveria se adequar para haver o reconhecimento do conjunto patrimonial via UNESCO (IPHAN, 2009).

Outro momento importante, nesta jornada para o reconhecimento em âmbito mundial, foi o ato solene de Irmanação entre Brasília e Diamantina, o que levou a cidade *locus* do patrimônio a ter maiores *benefícios*<sup>63</sup> e verbas para o setor do turismo, voltados aos aparelhos urbanísticos - melhorias de vias de acesso, placas de sinalização dos patrimônios (conforme destaca a FIGURA 22), avanços no terminal rodoviário, por exemplos, ao fomentar essas alianças políticas, nas esferas Estadual e Federal, em prol da conquista desta campanha, inclusive com acordo entre governadores e senadores ao ponto de promoverem destinação de verbas para o financiamento do Documentário que foi entregue à UNESCO. Documentário esse intitulado: *Diamantina, a riqueza de um patrimônio*, que foi desenvolvido e encaminhado à UNESCO, no dia 19 de fevereiro de 1998 (IPHAN, 2009; MENEZES, 2000).

---

<sup>62</sup> Para ter conhecimento do Dossiê da Candidatura de Diamantina-MG como Patrimônio Cultural da Humanidade, visite a página: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/arquivos/Dossi%%20Diamantina.pdf>. Acesso em 27 jul. 2020.

<sup>63</sup> Mesmo com as melhorias alcançadas, ainda existem lacunas para o adequado uso dos patrimônios atreladas as atividades comerciais, especialmente ao turismo cultural na cidade, a saber: *i*) indisponibilidade de acesso gratuito à internet em *locais* públicos; *ii*) carência de lixeiras e banheiros públicos no entorno dos patrimônios; *iii*) ausência de elementos de acessibilidade que permitam a circulação de deficientes físicos e pessoas com necessidades especiais; *iv*) carência de opções de transporte urbano que atendam a rota dos patrimônios; *v*) sinalização turística descritiva/interpretativa dos patrimônios e *vi*) ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em meios de hospedagem etc. (GODINHO, 2016).





**Figura 22:** Placa de Sinalização e Identificação do Patrimônio (Diamantina - MG).  
**Fonte:** Pesquisa direta 2018.

Como processo natural da candidatura foi realizado, entre os meses de abril e junho de 1998, pela Prefeitura de Diamantina e a Secretaria de Cultura, a *Elaboração do Dossiê Fotográfico de Diamantina para a UNESCO*, ao destacar os patrimônios ali reconhecidos no âmbito nacional, o seu contexto histórico e o uso destes pelo povo. O Dossiê Fotográfico e a proposta da candidatura foram apresentados à comunidade de Diamantina, em espaço público, com o apoio e divulgação da Prefeitura. Após ocorrer essa atividade entre os dias 09 a 12 de setembro do mesmo ano. Nesse momento foi dada oportunidade para os cidadãos e comerciantes destacarem a importância dos patrimônios, o reconhecimento sociocultural, e a importância econômica deste título a paridade (IPHAN, 2009; MENEZES, 2000).

Depois dessas etapas realizadas, a Prefeitura de Diamantina prepara-se para receber a visita técnica do órgão consultivo mandatado pela Convenção do Patrimônio Mundial, no caso o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), à cidade, que ocorreu entre os dias 5 a 7 de fevereiro de 1999. Naquele momento avaliaram o estado estrutural e acervos dos patrimônios, se esses eram alinhados a um perfil enquanto patrimônio vivo ou fóssil e quais eram os recursos e projetos políticos para utilização e manutenção sustentável e harmônica dos bens (MENEZES, 2000).

No parecer emitido pelo ICOMOS<sup>64</sup>/UNESCO, foi solicitado ajustes no documento do Plano Diretor (vide Lei Municipal n. 035/99) da cidade, especialmente, no que tange a melhoria de delimitação da área de uso em comum do patrimônio, uma vez que, foi entendido pelo órgão que o patrimônio caracterizava-se como vivo, tendo a constante presença de

<sup>64</sup> Para ter conhecimento do relatório do ICOMOS sobre o processo de Candidatura de Diamantina - MG como Patrimônio Cultural da Humanidade, indicamos a leitura disposta, a saber: <<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/avalia%C3%A7%C3%A3o%20ICOMOS%20diamantina.pdf>>>. Acesso em 27 jul. 2020.

moradores, turistas e a promoção das atividades econômicas, festivas, social, devendo promover mecanismos de proteção que atendessem os anseios da população local, dos governantes e dos *outsiders*. Sendo assim, o ajuste foi realizado no mesmo semestre com o apoio dos técnicos do IPHAN, da Prefeitura, do Ministério da Cultura e da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) (IPHAN, 2009).

Os ajustes no Plano Diretor de Diamantina, objeto de recomendações do ICOMOS para fins da continuidade do processo de solicitação do reconhecimento como Patrimônio Histórico da UNESCO, estabelecia os ajustes nos parâmetros de uso e ocupação do solo, tanto na área que remete ao Patrimônio Histórico quanto às áreas circundantes, inclusive aos pés das montanhas de Cristais - uma salvaguarda adicional na legislação que envolveu a criação do Grupo de Apoio Técnico (GAT), composto por técnicos do IPHAN, IEPHA e do Governo Municipal, a fim de promover maior proteção aos patrimônios (IPHAN, 2009). Por esse viés, se entende que:

Todo cuidado é pouco para a proteção localizada na circunvizinhança dos bens tombados que deve ser delimitada junto com o processo de tombamento com objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos, obstruam, reduzam sua visibilidade, afetem as interações sociais tradicionais ou ameacem sua integridade. A área de em torno não é apenas um anteparo do bem tombado, mas uma dimensão interativa a ser gerida tanto quanto o objeto de conservação (CASTRIOTA, 2009, p. 21).

Em Diamantina, entre os dias 15 e 17 de julho de 1999, foi realizado o 1º Fórum de Cultura, Turismo e Desenvolvimento. Tal evento teve como objetivo destacar quais os possíveis projetos de fomento de capital financeiro para a cidade e como as empresas da região poderiam se preparar para colaborar com uma possível cidade que teria uma projeção internacional, ao aliar a instalação de equipamentos, simultaneamente, reestruturar as indústrias e comércios, em geral, respeitando as formas urbanísticas que não seriam modificadas (IPHAN, 2009).

No mesmo ano, especialmente, entre os dias 27 e 28 de agosto, foi realizado outro evento, desta vez o 1º Fórum de turismo e negócios, que teve como objetivo discutir os entraves, possibilidades no fomento do setor de turismo e toda a cadeia do setor de comércio, e prestação de serviços, ao buscar uma (re)organização do funcionamento das atividades para ajustarem a nova demanda de mercado, se por ventura a cidade tivesse a proposta de Patrimônio reconhecida pela UNESCO. Desse modo, esses eventos receberam apoio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Minas Gerais (FETRAM) (IPHAN, 2009).

Diante de todo o processo mencionado, os representantes do Governo Federal, do IPHAN e o Prefeito de Diamantina tiveram, entre os dias 01 a 05 de dezembro de 1999, na cidade de Marrakech (Marrocos) acompanhando a 23ª Sessão da UNESCO, no qual seria dado o parecer da candidatura. O julgamento do pedido de inscrição da cidade foi realizado por representantes de 21 países membros do Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO. Foram levadas em consideração as **singularidades arquitetônicas, artísticas, históricas, culturais dos monumentos, espaços públicos da candidata, a qualidade urbanística e do meio ambiente em seu entorno, principalmente, a disposição das autoridades em conservar tais particularidades** (IPHAN, 2009).

Como critérios para a seleção e inclusão, na Lista do Patrimônio Mundial, o sítio tem um valor universal excepcional e atender a pelo menos um dos dez critérios de seleção. Segundo a UNESCO (2009) os critérios são:

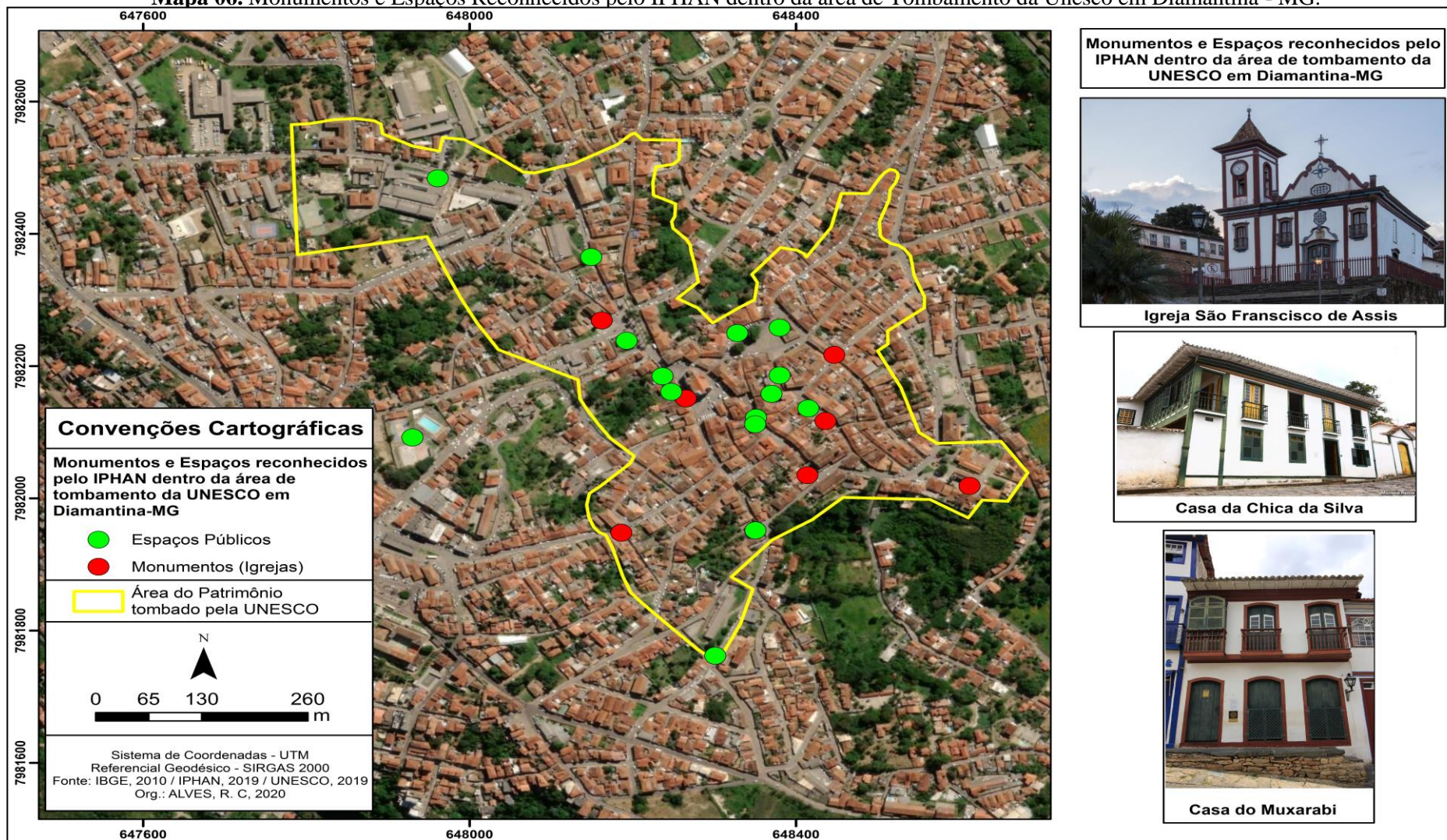
- i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
- ii) exibir um importante intercâmbio de valores humanos, ao longo de um período ou dentro de uma área cultural do mundo, sobre desenvolvimentos em arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, urbanismo ou paisagismo;
- iii) prestar um testemunho único ou pelo menos excepcional a uma tradição cultural ou a uma civilização que esteja viva ou que tenha desaparecido;
- iv) ser um excelente exemplo de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustra (a) etapas significativas da história;
- v) ser um excelente exemplo de assentamento humano tradicional, uso da terra ou uso do mar, representativo de uma cultura (ou culturas) ou interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se torna vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis;
- vi) estar direta ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a idéias ou crenças, a obras artísticas e literárias de notável significado universal. (O Comitê considera que esse critério deve ser em conjunto com outros critérios);
- vii) conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética;
- viii) ser exemplos notáveis que representam os principais estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida, processos geológicos significativos em andamento no desenvolvimento de formas de relevo ou características geomórficas ou fisiográficas significativas;
- ix) ser exemplos destacados que representam importantes processos ecológicos e biológicos em andamento na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros e marinhos e comunidades de plantas e animais e;
- x) conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de excepcional valor universal do ponto de vista da ciência ou da conservação (UNESCO (2009, p. 14).

Segundo o parecer final (ANEXO V), no dia 12 de dezembro de 1999, a cidade de Diamantina foi inserida na Lista de Patrimônio Mundial por atender, especialmente, os critérios (ii) e (iv), sendo eles justificados da seguinte maneira:

- iv. **Critério (ii):** Diamantina mostra como exploradores do território brasileiro, garimpeiros de diamante e representantes da Coroa conseguiram adaptar modelos europeus ao contexto americano, no século XVIII, ao criar, assim, uma cultura fiel às suas raízes, mas completamente original; e,
- v. **Critério (iv):** o grupo urbano e arquitetônico de Diamantina, integra, perfeitamente, a uma paisagem selvagem. Por isso é um bom exemplo de espírito aventureiro, combinado com uma busca por refinamentos tão típicos da natureza humana.

Desta forma, a UNESCO (2013) considera que Diamantina atendia os critérios suficientes para ser reconhecida como um bem da Humanidade, tendo, assim, a proteção da área inscrita como Patrimônio Mundial, com a extensão 28,5 hectares, circundados por uma área tampão que coincide com o tombamento federal, conforme se percebe, no Mapa 06, o qual destaca os Monumentos e Espaços reconhecidos pelo IPHAN dentro da área de salvaguarda da UNESCO (atentar para a delimitação da área evidenciada pelas linha amarela).

**Mapa 06.** Monumentos e Espaços Reconhecidos pelo IPHAN dentro da área de Tombamento da Unesco em Diamantina - MG.



Fonte: UNESCO, 2019.

Organização: Próprio autor (2020).

Conforme, o Mapa 06 apresenta: os Monumentos e Espaços Públicos tombados pelo IPHAN que deram notoriedade e base para o reconhecimento da área do Patrimônio tombado em âmbito Mundial. Porém, se destaca que Diamantina Tênis Clube faz parte do patrimônio, mas ocupa uma área circunvizinha. Dessa forma, cabe aqui uma justificativa da não inserção deste espaço, a saber: do ponto de vista estilístico já é evidente que existe a diferenciação da obra modernista para a do entorno que remete a meados de 1700, porém a obra do clube muda o desenho da quadra onde se insere; tendo a disposição do monumento, em relação com a rua, de considerável distanciamento, portanto, totalmente, diversa da proximidade casa-rua do conjunto dos setecentos; o recuo frontal nela adotado vem a sublinhar a sua construção ao ponto de não existir uma harmonia entre o moderno e o novo, o que destoia do conjunto das paisagens (GONÇALVES, 2010; REGIANI, 2019).

E, dessa forma, para a UNESCO (2002), Diamantina representa uma cidade “[...] encravada como uma joia em um colar de montanhas rochosas inóspitas, o que relembra a façanha da extração de diamantes do séc. XVIII e testemunha o triunfo do esforço cultural e artístico dos seres humanos sobre o meio ambiente” (UNESCO, 2002, p. 32). Como resultado da aprovação da candidatura, no dia 12 de dezembro de 1999, ocorreu à comemoração da conquista do título, comparecendo na Praça Barrão do Guaicuí os *insiders*, políticos e turistas, tendo como financiadores da festividade o Ministério da Cultura, a Telemar Norte Leste S/A (TELEMAR) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) (IPHAN, 2009; MENEZES, 2000; ALVES; DEUS, 2014).

Com o reconhecimento Mundial, Diamantina faz parte das cidades conhecidas como de salvaguarda da UNESCO, o que representa uma conquista incalculável para o país e aos moradores locais. Título este de enorme importância quando se é levado em consideração que essas cidades estão espalhadas pelos 197 países, e pouquíssimas cidades brasileiras receberam tal notoriedade (vide o mapa 02, citado no capítulo anterior) (IPHAN, 2011).

Tendo em vista a importância desta conquista e o privilégio de ser considerado Patrimônio Mundial - além de tamanha responsabilidade - o poder público municipal diamantinense criou no dia 18 de julho de 2002, por meio da Lei n. 2.766, a Secretaria de Cultura e Turismo, porém com pouca articulação e desenvolvimento integrado entre a promoção dos patrimônios. Nesse sentido, em 25 de outubro de 2005, a Lei que deu a criação da Secretaria citada, passou por revisão e foi aprovada por meio da Lei n. 3.041, incorporou a pasta direcionada ao Patrimônio, a qual foi nomeada de Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio (SECTUR), com o intuito de organizar, planejar e acompanhar projetos e programas que deem valor ao título reconhecido, ao promover acompanhamento,

manutenção, promoção do patrimônio de forma que respeite o bem estar da população frente ao uso dos bens e inclusive a promoção à educação patrimonial - vale frisar que a SECTUR tem o apoio do escritório regional do IPHAN, na cidade, para realização de projetos, programas de cunho cultural, e educacional (IPHAN, 2011). Em 2009, Diamantina é escolhida pelo Ministério do Turismo para compor a lista dos 65 destinos indutores do patrimônio e do turismo, no Brasil. Esse programa contempla as cidades com maior capacidade em gerar um fluxo de turistas em cadeia internacional, reforçando, assim, a importância da cidade no cenário turístico, ao aliar a divulgação do patrimônio e geração de renda nos guias de turismo (inter)nacionais (IPHAN, 2011; ALVES; DEUS, 2014).

Em 2010, a cidade assinou a adesão ao Programa de Aceleração de Crescimento das Cidades Históricas (PCH) que visa à requalificação urbanística e recebeu investimentos do governo para aprimorar o padrão de qualidade dos sítios históricos, recuperação de espaços públicos, acessibilidade, instalação de mobiliário urbano, sinalização, iluminação, internet sem fio nas praças públicas, de modo que estimula usos dos espaços tombados e que garanta o contato do morador com o patrimônio (DIAMANTINA, 2019; IPHAN, 2020).

Além disso, há destaque para os anos de 2002 a 2016, porque a cidade recebeu incentivos do Ministério da Cultura que procura associar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ao longo dos anos, diversos monumentos e espaços foram restaurados, como: o Mercado Velho, Museu do Diamante, Cadeia Velha (hoje Teatro Santa Izabel), Igreja São Francisco, dentre outros, além de ter propiciado reforma de diversos imóveis privados, buscado respeitar a autenticidade e harmonia do conjunto arquitetônico (IPHAN, 2019).

Nesse contexto, com recursos advindos do PCH, entre os anos de 2012 a 2014, o IPHAN e a SECTUR promoveram a restauração do Casarão do Museu de Arte Sacra; do Antigo Diamantina Tênis Club; da Igreja de Nossa Senhora do Carmo; do Sobrado da Antiga Intendência (antiga prefeitura); do Casarão dos Orlandi; do Chafariz da Câmara; Igreja do Amparo; Igreja de Nossa Sra. Da Luz; Igreja de Nosso Sr. Bonfim; do Casarão do antigo Hotel Roberto (atualmente, Secretaria de Educação); promoveu a requalificação da Praça Dom Joaquim e no ano de 2020, o Largo Dom João e a Praça Sagrado Coração de Jesus estão em processo de requalificação urbanística, com investimentos do PAC, no valor de 9 milhões de reais (ALVES; DEUS, 2014; (DIAMANTINA, 2020).

Nesse contexto, segundo a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio:

No período de 15 de abril de 2006 a 15 de abril de 2014, os valores investidos chegaram a R\$ 620.369,55. As manifestações e atividades culturais realizadas na sede e nos distritos receberam da Prefeitura Municipal investimentos no valor de R\$ 471.403,90 e em bens culturais a de R\$ 78.965,65 (DIAMANTINA, 2019, p. 14).

E, ainda, foram realizados investimentos superiores a R\$ 4,4 milhões, entre os anos de 2010 a 2013, e de R\$ 5,3 milhões, entre os anos de 2014 a 2017, que incluíram melhorias como: a criação do Parque Municipal Serra dos Cristais, implantação do plano de mobilidade e acessibilidade urbana no centro da cidade, entre outros (DIAMANTINA, 2019).

Nesse contexto, vale destacar a participação de Diamantina no Programa ICMS Patrimônio Cultural, no qual o IPHAN e a SECTUR promovem ações para o inventário, preservação e fomento dos patrimônios no município para obter repasse de recursos do Estado, atendê-los em projetos e programas voltados a promoção, sustentabilidade do conjunto histórico arquitetônico, e urbanístico, patrimônios imateriais (IEPHA, 2020).

Destacamos que para o município obter repasses via ICMS Patrimônio Cultural, deve atentar para a promoção de políticas municipais de: proteção ao patrimônio, promover inventários, realizar processo de tombamento de bens (i)materiais, realizar a salvaguarda e promoção deles por meio de laudos técnicos do estado de conservação, além de realizar programa de **Educação Patrimonial**, e a difusão do Patrimônio nas mídias disponíveis. As atividades destacadas são desenvolvidas, anualmente, integrando as ações do governo local em interface com o reconhecimento dos bens pela comunidade para elaborar dossiê/relatório de cada ação, pois a partir desses registros ocorrem à avaliação pelo IEPHA e os recursos são destinados de acordo com a comprovação da relevância, nível de impacto cultural e pontuação das atividades, disponibilizados no ano de exercício (IEPHA, 2020).

O resultado das ações do poder público local e a comunidade fica em evidencia quando percebemos que, em Diamantina, existem ações que corroboram para o repasse do ICMS e da promoção dos patrimônios, pois o município realiza pesquisas e o inventariado de patrimônios local, tal ação ocorre desde 1995, porém ao ser promovida com notoriedade a partir de 2011 (ANEXO IV). E, no ano de 2013, foi reestruturado o Conselho Municipal de Cultura de Diamantina, pela lei de n. 3.635/13, visando tornar a composição da diretoria mais democrática, com representantes da comunidade civil e do poder público (ANEXOS VII e XII), colaborando, inclusive, para a realizando de tombamentos e inventários (ANEXO IX). Além disso, vale destacarmos a criação, em 2017, do Programa de Educação Patrimonial de Diamantina - MG, pela SECTUR, com a parceria da SMDE, CMPPCPC e do escritório regional do IPHAN (ANEXO VIII); assim, divulgam os bens tombados e valorizam as



diversas formas de manifestações culturais, tornando-os instrumentos pedagógicos e publicizando<sup>65</sup> para os *insiders* (ANEXOS X e XI) (DIAMANTINA, 2019).

Toda essa ação leva diamantina a ser um dos municípios de Minas Gerais que recebe recursos do ICMS Patrimônio Cultural e aplica em projetos, programas e ações anteriormente citados. Por exemplo, no ano de 2020, o município ficou no 3º lugar quanto aos impactos e qualidades das ações culturais, ficou na antepenúltima posição em relação a lista *ranking* nacional. Logo, os primeiros municípios de primeiro e segundo lugar foram: Mariana e Santa Bárbara (MG). Entre os anos de 2014 a 2016, conquistou a posição da quinta faixa de parcelas de recursos do ICMS, em questão, obtendo o repasse mensal entre R\$ 110.000,01 a R\$ 150 mil e, entre os anos 2017 a 2020, na VI faixa (maior faixa econômica), com o repasse mensal entre R\$ 150.000,01 a R\$ 566.502,93 (vide pontuação no ANEXO VI) (IEPHA, 2020).

Diante do exposto, tais títulos conquistados<sup>66</sup> por Diamantina demonstra a grandiosidade de sua história em busca da sustentabilidade cultural e econômica do seu povo, assim, firma a obrigação dessa cidade em promover, diariamente, a identificação, proteção, preservação do patrimônio cultural, natural e se compromete com a proteção do patrimônio ao aliar a qualidade de vida dos *insiders* que, ali, vive o cotidiano ao fazer uso e dar sentido de Patrimônio a sua cidade. Nesse contexto, no próximo subtópico iremos apresentar apontamentos dos usos dos bens tombados.

#### 4.3 Os usos legais dos Patrimônios de Diamantina: Observações e Apontamentos.

A preservação do Patrimônio Cultural, como já mencionado, deve garantir o direito à memória coletiva, individual e propiciar aos homens o entendimento sobre o universo sociocultural do Lugar onde os bens estão inseridos. Nesse sentido, para ocorrer a genuína promoção da valorização e preservação do patrimônio é preciso, *a priori*, que o *insider* os conheçam e os vivenciem a partir do seu uso. Dessa forma, os usos que são influenciados

---

<sup>65</sup> Por exemplo: nas escolas municipais parceiras do programa de educação patrimonial, pelas ações e eventos promovidos pela SECTUR, decretos e publicações via gabinete da prefeitura, jornais e rádios local, pela Associação Comercial e Industrial de Diamantina (ACID), sites, blogs (<http://coordenadoriapatrimonioidna.blogspot.com>) redes sociais (Instagram: @diamantinacultural, Facebook: diamantinensecultural e Twitter: @diamantina), por exemplos.

<sup>66</sup> É pertinente frisar que o município de Diamantina conquistou no dia 10 de março de 2020, o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o título: **Patrimônio Agrícola Mundial**, o qual trata-se da primeira experiência com tal destaque no Brasil e a quarta na América Latina (totalizando os 58 títulos de Patrimônio Agrícola reconhecidos no mundo). Nesse cenário, estão em evidência os apanhadores das flores secas do Jequitinhonha, com destaque para os povos quilombolas, agricultores familiares e artesões que realizam o processo da retirada (apanhadores) das flores da sempre-viva de forma sustentável e as transformando em diversas peças que compõem a rica arte do Vale do Jequitinhonha (UNESCO, 2020).

pelos sentidos históricos vinculados ao patrimônio e à relação do convívio permitido a partir dos afazeres diários. Assim, se supõe que, como categoria cultural relacionada às injunções locais, os patrimônios recebem utilizações habituais relacionadas à maneira como é apresentado, disponibilizado no que concerne ao seu entendimento pelo imaginário popular (ZANIRATO, 2009).

E, tal tarefa torna-se importante, pois **se o sujeito que o possui naturalmente não compreende a importância do patrimônio, e nem o seu uso, qual razão de tê-lo?**. A preservação e permanência de um patrimônio é percebida a partir da utilidade histórica, cultural, pedagógica e da relação estabelecida do sujeito com o elemento, ao ponto de se reconhecer, ou não, nele (CANCLINI, 2012). Essa relação de uso do patrimônio pelo morador é importante ao ponto do *insider* “[...] ao se orgulhar do seu patrimônio diz, e tem orgulho de dizer, aos outros homens, que a sua história e do lugar está atrelada à uma só” (CARSALADE, 2014, p. 117). E, daí, se torna mais claro o desejo de construir uma sociedade com sustentabilidade cultural, com respeito à história da comunidade que, aliás, facilita o entendimento e a importância de cuidar do meio, das paisagens, de sua gente (TUAN, 1983).

Neste sentido, apresentaremos, alguns usos dos patrimônios<sup>67</sup> apontados pelos interlocutores da pesquisa vinculado à atividade direta do bem: dirigentes, técnicos, guias, funcionários, por exemplos e pelos diamantinenses. Os apontamentos foram construídos a partir do método aplicado por meio de 03 (três) atividades de trabalhos de campo realizados entre os anos de 2019 a 2020, executado a partir da aplicação das seguintes técnicas e ferramentas de pesquisa:

- i. **Conversações:** realização de diálogos interpessoais com os interlocutores utilizando um plano de análise roteiro/tópico guia como norteador (APÊNDICE I), buscando atentar para relação existente entre patrimônio e o uso legal;
- ii. **Observação:** uso da observação participante como metodologia de pesquisa que permite a análise mais ampla e com certo distanciamento pessoal do interlocutor, o que colabora para análises do cenário como um todo. Neste caso, primeiro composto pela percepção do pesquisador sobre o: ambiente, patrimônio e os interlocutores em seus afazeres – aqui, podemos citar as observações realizadas em dias de missas e festas religiosas, nas relações estabelecidas nas feiras, nas loterias, bancos de praças,

---

<sup>67</sup> Para o conhecimento de mais elementos representativos da cultura diamantinense, vale a leitura da obra: MEDAGLIA, Juliana; SILVEIRA, Carlos Eduardo (Orgs.). **Conhecer para Respeitar: Patrimônio e Cidadania em Diamantina**. Diamantina - MG: UFVJM, 2012.

- padarias, becos, bancos, restaurantes, ponto de táxi, lojas afins, por exemplos -, e, em seguida, reelaboraram as análises a partir dos dados obtidos nas conversações; e,
- iii. **Instrumentos:** utilização do diário de bordo, gravador e promoção de registros iconográficos (retirado pelos *insiders*” e pelo pesquisador) para fins de verossimilhança dos apontamentos, auxílio na (re)construção e rememoração de dados obtidos nas conversações.

Incontestavelmente, não há um número predefinido de interlocutores para alcançar o objetivo proposto desta pesquisa que é, essencialmente, qualitativa. Desse modo, é adequado perceber a feição dos interlocutores, pois o processo da conversação realiza-se de forma cansativa por proporcionar a redução da oralidade, ao ocorrer a perda de dados que são importantes. Por esse viés, o pesquisador ficou atento para ter o cuidado e a sensibilidade de perceber alguma interferência afetiva nos processos de comunicação, e identificar se essa ocorrência era abrupta em relação a rotina dos moradores; logo todos os interlocutores tiveram respeitados o seu tempo de uso e contemplação nos monumentos, ou espaços público ao obter as conversações após a realização das vivências.

Vale destacar que os dirigentes, técnicos, guias, ou sujeitos que possuem relação direta de trabalho com o patrimônio, estão atuando nos locais a um tempo superior a 08 (oito) anos, sendo a maioria (73%) dos interlocutores do sexo feminino, contrapondo a minoria (27%) do sexo masculino. As nossas conversações foram realizadas em momentos de pausa das atividades ou após o expediente de trabalho, ao acatar o momento de fala e de escuta. Destacamos, que a pedido desses sujeitos não foi possível inserir as transições literalmente das nossas conversas, devido aos receios de implicações políticas locais ou de algum desdobramento que viesse afetar o seu trabalho, mas as conversas foram importantes para fomentar a compreensão do uso dos bens e de certa forma estão presentes a partir das análises feitas pelo pesquisador (BRANDÃO, 1986).

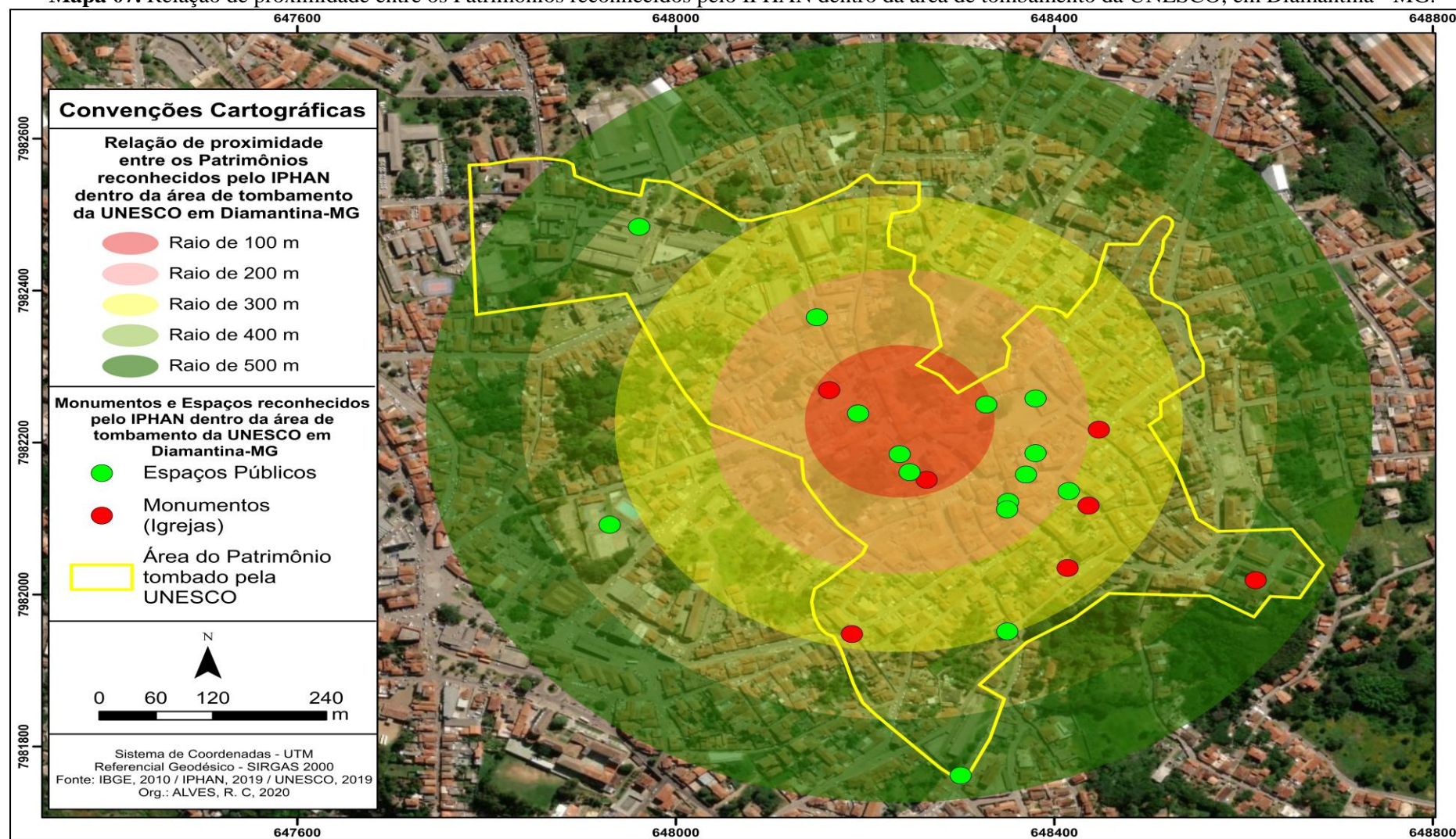
Por outro lado, com os *insiders* foi possível utilizar as transcrições das percepções, em que se respeita o anonimato dos moradores interlocutores. Desse modo, inserimos pseudônimos e o ano da conversação como referência da atividade de campo, atentando que os relatos foram incluídos na íntegra, inclusive com os erros ortográficos e linguísticos, obtendo, como exemplo, a alusão do participante da seguinte forma: (*sic*) (Morador A, 2020) (BRANDÃO, 1986).

Os critérios das escolhas dos interlocutores *insiders* foram baseados em dois (02) aspectos, a saber: *i*) serem naturais de Diamantina e *ii*) fazerem uso dos patrimônios há mais

de 25 anos. Tais dados, que agora serão apresentados, se tornam relevantes para a intersecção e contraponto de análises com outros dados que serão apresentados, no Capítulo 05, visto que neste momento o que é relevante sinalizar são as impressões dessa relação de uso dos patrimônios que há amparo legal do patrimônio e sua similaridade (ou não) do significado pelo uso.

Outra característica que é fundamental para este trabalho é percebermos que os patrimônios ficam próximos, como evidência, no Mapa 07, que ao consideramos a Catedral de Sé como ponto de centralidade dos bens (em destaque no raio de 100 metros), se nota que há uma pequena distância entre eles, sendo está de no máximo 500 metros, o que torna mais corriqueiro, comum e fácil o contato dos moradores com os espaços e monumentos, bem como as nossas imersões de campo.

**Mapa 07.** Relação de proximidade entre os Patrimônios reconhecidos pelo IPHAN dentro da área de tombamento da UNESCO, em Diamantina - MG.



Fonte: IBGE, 2010; IPHAN, 2019; UNESCO, 2019.

Organização: Próprio autor (2020).

Iniciando, pelo uso da **Igreja São Francisco de Assis**, localizada à margem da rua que leva o seu nome, há a presença da população de idade avançada que nesse espaço, especialmente, vinculado às atividades religiosas. Nessa igreja é comum a ocorrência de apresentações de corais e sarais formados pelos fiéis que participam de grupos de oração, pois:

*[...] reunimos com os amigos para rezar o terço e ensaiar para os corais, trazemos lanches e ficamos conversando [...] levamos as crianças para aprenderem e seguir na igreja. Eu como avó tenho apreço por isso. A igreja serve para unir e unir o povo, mostrar a tradição e a fé. Preserva a nossa cultura daqui (sic) (Moradora A, 2019).*

Tendo no uso do bem o processo de energização da fé, de promoção da socialização e a busca da perpetuação da religiosidade para as atuais gerações, e as vindouras.

Nesta Igreja, destacada pela Figura 23, é comum as populações advindas dos distritos ficarem sentadas em seus degraus à espera do atendimento dos serviços prestados pelo Fórum, delegacia ou à espera do transporte público. Desse modo, *“Aqui é cheio de gente na porta, senta e ficam esperando atender na frente [Fórum e ou a cadeia municipal]. O povo passa direto na porta dela e fica sentado aí ou na praça [Praça do JK.]. É igreja, banco, é lugar que o povo encontra [...]”* (sic) (Moradora B, 2020).



**Figura 23:** Igreja São Francisco de Assis, em Diamantina - MG.

**Fonte:** Pesquisa direta 2019.

As missas ocorrem nas terça-feiras e sexta-feiras, às 17 horas (h) e aos domingos às 19h, na verdade, tem a maior participação da população que reside na região central, dado:

[...] *que conhecemos todo mundo que vem aqui na igreja, se não é vizinho, é da família; a gente conhece de vista; é tudo daqui, a gente já vem sabendo quem vai encontrar, até sente falta de alguém que não vem. E se não vem a gente liga, manda Zap, pergunta o vizinho, perguntando por que que não foi na missa (sic) (Moradora A) (2019).*

Os interlocutores sinalizam que os *outsiders* também participam da missa e fazem uso do patrimônio, especialmente:

*Os meninos da federal [UFVJM] vem de vez em quando, reza e participa da missa, mas também eles usam aqui na hora que vem da federal, lá de perto da glória [fazendo menção a Casa da Glória], reúne com os amigos e vem conversado, namorar, beber e para aqui na porta (sic) (Moradora B, 2020).*

A Igreja em questão está próxima de: lojas de acessórios e roupas, restaurantes e ao lado da Praça Juscelino Kubitschek. É-se um patrimônio que faz parte do trajeto para o trabalho, lazer e para a promoção de compras para várias pessoas. A Igreja passa a maior parte do tempo fechada e quem a visita, fica, por vezes, limitado a visitar/registrar somente a sua parte exterior, se caracteriza por possuir uma torre de sino lateral. Geralmente, a sua frente os fies fazem o sinal da cruz e preces, em geral, os moradores da cidade e cristãos católicos.

Outro Patrimônio que percebemos o uso pelos moradores local é a **Igreja Nossa Senhora do Amparo** (FIGURA 24), a qual fica localizada na rua que leva o seu nome e numa área considerada próxima a *área core* de Diamantina, ladeado pelo Mercado Municipal (evidenciado pela seta vermelha), Catedral da Sé e diversas lojas de roupa, de joias folheadas, repúblicas e restaurantes.



**Figura 24:** Igreja Nossa Senhora do Amparo, em Diamantina - MG.

**Fonte:** Moradora D, 2020.

Conforme, apresentado pela Figura 24, a Igreja tem uma estrutura considerada pequena, ao se comparar com outras tombadas na cidade, mas possui um encanto por ser territorializada em um local extremamente próximo aos pontos comerciais da cidade, circulando moradores de todas as idades, tem a maior presença de jovens e adultos, especialmente, vindo dos afazeres diários, sendo comum percebermos os sujeitos entrando na igreja com sacolas de padarias, com produtos (legumes, licor, hortaliças, queijo, peças artesanais etc.) adquiridos no mercado, evidenciando, também, a aquisição de roupas.

Destaca-se que a igreja é aberta nas sextas-feiras às 19h para a realização de missas, e aos domingos, no mesmo horário, em alternância com a Igreja Nossa Senhora do Bonfim. Nesses dias, ocorre a presença de moradores que participam da “[...] *missa, quase toda semana, e aproveitamos que é próximo do centro e dos locais que gostamos, acaba a missa e vamos para o mercado, ou para a Baiuca, já que fica mais rápido para ir. É um lugar que sempre passamos e orando, a fé faz parte*” (sic) (Moradora C, 2020).

Outro aspecto apontado pelos moradores como importante é à igreja em uso, porque ela sedia a Festa do Divino. Essa Igreja é o local que encerra o cortejo, dado que o mesmo inicia na Casa da Glória, com os devotos em procissão com alegorias (conforme evidenciado pela FIGURA 25) que remetem a fé cristã da Igreja Católica Apostólica Roma, marcados, especialmente, pelas vestimentas chamativas (evidenciados pelas cores: branco, dourado e o vermelho) e o colorido das bandeiras e estandartes.



**Figura 25:** Festa do Divino - Cortejo em frente à Igreja Nossa Senhora do Amparo, em Diamantina - MG.  
**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.



A Festa do Divino e a Igreja do Amparo promovem uma junção entre o movimento do povo, que é impulsionado pela fé, e um ponto de materialização da Igreja, como referência de encontro, de processo de remissão, renovo. Além disso:

*Ela [a igreja] é lembrada por todos por causa dessa festa, quem nasceu aqui sabe que é essa festa que enche a rua, que a gente encontra para rezar e também é a festa que dá dinheiro nos dias, que o povo prepara para ver o cortejo, a marujada e assistir à missa aqui. Aqui [na igreja] ou em qualquer casa se você for, ou se perguntar alguém dessa igreja, vão te lembrar disso e falar é disso (sic) (Moradora D, 2020).*

Desse modo, é comum encontrarmos os *outsiders* nas missas nas sextas-feiras, dado que, normalmente, é difícil encontrá-la aberta para visitação nos outros dias (a entrada para visitação tem custo em reais (R\$) 2,00).

Outra Igreja que possui um destaque especial   a **Catedral Metropolitana da S **, localizada na rua direita, no centro econ mico e cultural da cidade, sendo o marco central do patrim nio cultural de Diamantina (evidenciada, principalmente, no Mapa 07), de onde os outros elementos tombados irradiam. A igreja   ladeada de pousadas, bombonieres, museu do diamante, bancos: Caixa Econômica Federal, do Brasil, Bradesco, Mercantil e Ita , lojas de roupas, correio, ponto de táxis, bistr s, papelaria, loja de tecido, dando acesso ao mercado municipal, praça JK, Casa de Chica, Beco do Mota e   Baiuca.

A Igreja, conforme, evidenciada pelas Figuras 26 e 27 permanece aberta no período diurno, não há taxa de visitação ou restrições para fotografar, e percebermos o encontro de vários moradores como um processo quase que naturalizado. Um exemplo está na fala do Morador D (2019):

*Aqui é comum vermos a igreja toda cheia, tanto de gente daqui como dos outros lugar [Distritos]. Ela é grande, bonita, fica no centro n  e não tem como não v  e não entrar. Eu sou daqui e venho toda semana, não canso de entrar nela. Difícil você conversar e encontrar alguém daqui que não vem nessa Igreja, que não reza aqui e que não sabe algo dela (sic) (Morador D, 2019).*



**Figura 26:** Catedral Metropolitana de Sé (Diamantina-MG).

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.



**Figura 27:** Catedral Metropolitana de Sé. (Diamantina-MG).

**Fonte:** Morador L2, 2019.

Na igreja, percebe-se a presença de jovens, especialmente no período da noite, usando as escadarias como local de encontro, assim, é comum presenciarmos diálogo entre os moradores, sujeitos de outras cidades da região que fazem compras em supermercados e vestuários na cidade, especialmente, os residentes em: Itamarandiba, Alvorada de Minas, Carbonita, Santo Antônio do Itambé, Congonhas do Norte e Capelinha, além dos turistas, onde os *insiders* falam sobre a cidade e oferecem informações do lugar, sendo a igreja o ponto central de localização. Dessa forma, apontam que:

*[...] aqui é direto assim, cheio de gente nessa escadaria ou na frente, perto do ponto de táxi, daqui da região, como de Carbonita, Congonhas do Norte, Capelinha, e daí vai. Na noite fica cheio de gente no Pizza [comercial Pizza Chic] e na Baiuca, e tudo ao redor daqui [Catedral]. Quando alguém pede informação eu levo aqui na escadaria e aponto [sinalização com as mãos ou dedos] e falo os pontos daqui [patrimônio], é uma satisfação pra mim, eu sei de muita coisa da cidade [...] (sic) (Morador E, 2019).*

Vale destacar que as festividades da cidade ocorrem com frequência no largo da praça (próximo à Catedral), sendo outro aspecto apontado pelos moradores como de relevância, como marca do patrimônio e como bem que rememora os laços com o lugar, especialmente, quando remetem a Catedral e a Festa do Divino Espírito Santo, pois:

*Aqui eu lembro demais do barulho dos sinos que dava a alvorada do Divino, e no dia seguinte tem o povo que gosta da igreja que fazia o bolo de arroz na porta [da Igreja], coisa que quem é daqui não esquece. Sem dizer que aqui na Igreja tem um dos momentos mais bonitos da cidade que é o boi do divino [quando os festeiros repartem carne aos mais necessitados] (sic) (Morador E, 2019).*

O Patrimônio em questão é visitado diariamente por turistas que querem registrar o local através de fotos; por moradores locais que vão fazer suas preces e orações. Durante todo o dia, alguns moradores sentam-se em frente à Catedral para prostrar ou esperar alguém, da mesma forma taxistas estacionam seus carros no ponto em frente à igreja esperando seus clientes. Nos finais de semana, durante as celebrações noturnas, o público de fiéis é constituído por famílias mais tradicionais da cidade, acompanhados, com frequência, de parentes de outras cidades e de estudantes.

Já, na **Igreja de Nosso Senhor do Bonfim**, evidenciada pela Figura 28 percebemos o maior número de moradores fazendo o seu uso nas primeiras sextas-feiras de cada mês, ou quando ocorre missa às 19h, além dos domingos em que as missas são realizadas quinzenalmente, ao promover a alternância da celebração com a Igreja de Nossa Senhora do Amparo.



**Figura 28:** Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Diamantina-MG.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.

Nessa igreja, situada à rua que leva o seu nome, presenciamos os moradores da cidade de encontro com o templo num processo rápido, onde muitos passam ali e a reverenciam como símbolo de fé, ao ponto de depararmos com *insiders* desenhando com a mão o sinal da cruz e o marcando na região do peito, na testa ou até mesmo no ar. Tal processo corriqueiro dá-se devido à igreja ficar próxima às poucas residências, escritório de contabilidade, consultório odontológico Dental Odonto, padaria colonial, Sebrae, lanchonetes, casa de eletrônicos, copiadora, secretarias administrativas do município, associação dos artesãos, onde os moradores vão realizar suas atividades de pagamento de

contas (lotéricas), compras de alimentos, realização de cursos profissionalizantes, enfim, atividades do dia a dia.

Entre os usuários mais presentes, ligados ao uso direto da Igreja, estão os moradores que residem em seu entorno, dado que:

*[...] é muito difícil ter missas aqui, é uma vez na semana. Ai quem mora aqui perto gosta de ir e rezar, porque ter uma igreja do lado de casa, como essa que está vendo, e não ir é até pecado. Não é? Cê não acha?" [...] de vez em quando a gente se junta para lavar a escadaria dela, cuidar da igreja que é daqui [...] (sic) (Moradora G, 2020).*

Vale destacar que ao lado da Igreja está a **Praça Monsenhor Neves**, evidenciada pela Figura 29, composta por poucas plantas, rasteiras e médio porte, e um banco, na qual é comum encontramos os *insiders* promovendo encontros, reunidos e:

*[...] estamos aqui sentados e jogando conversa fora. A gente passa para comprar um pão ou carne e senta aqui, vê o povo na rua, conversa com um amigo e passa na porta da igreja. Pra nós essa igreja que você tá perto faz parte do nosso dia a dia, aqui ou o povo mora aqui perto ou trabalha aqui, toda hora um passa. Não tem como passar aqui na frente sem fazer o sinal do pai nosso, pedir algo para alguém (sic) (Morador F, 2019).*

A maioria dos usuários da Praça são moradores que realizam atividades no centro, muitas vezes utilizando este espaço para descansar, ou em momento ócio, como

*[...] eu sento aqui para descansar. Ando, subo e desço essas ruas, tem que dá uma parada para continuar [...]. Aqui eu não vou muito na Igreja daqui [Igreja de Nosso Senhor do Bonfim], é difícil achar com missa [...] eu também estou esperando para ir ao dentista, esperar aqui até dá a minha hora [...] (sic) (Morador F, 2019).*

Logo, o uso da Igreja está mais ligado com a presença dos moradores que a circunvizinha. Isso ocorre devido haver na proximidade centros comerciais e diante da quantidade de missas celebradas na igreja, e quando a realiza há presença garantida dos fiéis. Já, a Praça, essa é um espaço de pouso, de socialização, de espera e de encontro, como um ponto dos arruados da cidade.



**Figura 29:** Praça Monsenhor Neves em Diamantina-MG.  
**Fonte:** Morador LS, 2020.

A praça é comumente utilizada por moradores locais para lazer, geralmente, pelos mais idosos e adultos que vão passear com crianças, familiares, visitantes e ou turistas. Da mesma forma, outros moradores passam diariamente pelo local e usufruem de sua tranquilidade no início e no entardecer. Vale destacar que os moradores locais também conhecem esse local como: praça da Igreja do Bonfim ou pracinha do Mek Gula (esse é o nome de uma lanchonete local).

Fica claro que os patrimônios entrelaçam-se com os imóveis de uso misto, que conciliam o uso residencial acrescido de uma ou mais atividades de caráter institucional e ou comercial - como já mencionado. E, apesar das dificuldades impostas pelo traçado das ruas irregulares e o seu conjunto que não está devidamente adequada em termos de políticas, simultaneamente, instrumentos de acessibilidade e mobilidade urbana, não há dúvida de que o centro histórico de Diamantina mistura o cotidiano do povo devido a sua junção entre uma área cultural, comercial e residencial, sendo, aliás, o centro histórico uma área que tem a função residencial suplantada<sup>68</sup> pelas atividades do comércio e serviço.

A **Igreja de Nossa Senhora do Carmo** (destacada pela FIGURA 30), localizada à rua que leva o seu nome. Desse modo, constitui em si, um patrimônio lembrado e utilizado por vários moradores, especialmente, quando ocorrem a realização de concertos com o uso do instrumento musical, como o órgão. Essa festividade é um momento que

---

<sup>68</sup> Sobre essa constatação, as pesquisas desenvolvidas por Varajão (2014 e 2015), em Diamantina, sinalizam que dentre as 673 edificações existentes na Zona Central da cidade, apenas 34 são de uso misto e 255 de uso exclusivamente residencial; as demais, 384 edificações (57,06% do total), abrigam atividades comerciais, institucionais ou de prestação de serviços. Vale a leitura da Tese: VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino. **Por uma Geografia de Diamantina-MG**. Tese, 233 f. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Belo Horizonte (MG), 2015.

envolve a divulgação com antecedência do evento por outras igrejas e rapidamente passa a ser de conhecimento dos *insiders*.



**Figura 30:** Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Diamantina, - MG).

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.

Desse modo, o patrimônio é reconhecido pelos moradores como uma das mais belas, devido os detalhes da construção, pois:

*Quem é de diamantina, e quem não é, fica encantado com tanto detalhe nessa igreja. Pensa esse altar, olha o tanto de ouro na frente, tanto de riqueza que aqui guarda. E mais, você tem que assistir as missas e o coral daqui, é bonito demais. A gente não esquece menino. O povo tem fé, e junta essa magia da igreja, as histórias que ela guarda da época do outro, do diamante, fica tudo de bom [...] (sic) (Moradora H, 2019).*

Outro ponto, que merece menção, é o fato de ter sido nessa igreja que Chica da Silva, mulher negra e escravizada alforriada, foi enterrada, o que torna um templo lendário para os moradores locais, ao ponto de muitos fiéis reconhecerem e mencionarem

*[...] essa é a igreja da Chica da Silva, o pessoal chama é assim. Se você for aí do lado e perguntar algum comerciante eles vão te falar que é a da Chica. Pensa uma igreja que todo mundo conhece quem foi a Dona? O Mundo sabe dessa igreja pela Chica, teve até filme, novela, passou aqui [filmagem], teve até gente daqui que participou [...] (sic) (Morador I, 2019).*

Além disso, devido à proximidade do Palácio Arquiepiscopal e Mitra Arquidiocesana de Diamantina (há nas proximidades: bancos, laboratório e lojas de roupas) existe um fluxo constante de fiéis na Igreja em questão, especialmente, nas terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras onde as atividades no palácio são mais

dinâmicas por atender os projetos da igreja, tanto de natureza social quanto religiosa. A *“Igreja da Chica é para nós [membros da liturgia] mais lembrada porque estamos aqui no palácio toda semana, ajudando nas missões e nas ações da igreja, não tem como esquecer dela porque a vemos todos os dias”* (sic) (Moradora J, 2019), o que reforça a compreensão do uso da Igreja aliada a fé, ao modo de perceber a história, ao uso e contato diário, ao atribuir à igreja a sua identidade nessa relação de uso social e fé.

A **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**, conforme destacado pela Figura 31, fica localizada no largo do rosário. Desse modo, percebemos a presença dos moradores, especialmente, nos dias de missa, que ocorrem diariamente, com destaque para as celebrações das terças-feiras, sextas-feiras e domingos às 07h, os quais possuem maior adesão dos fiéis.



**Figura 31:** Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Diamantina - MG.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.

Para os moradores, a referida igreja tem uma peculiaridade, pois nesta eles percebem e

*[...] sente a história de diamantina de maneira diferente. Nas outras igrejas é tudo mais luxuosa, pomposo, aqui também é, mas não como nas outras. Aqui o "tchan" está na forma que foi feita do escravo, esse que foi sofrido. Dá para ver as paredes tortas, os materiais que eles usaram e imaginar como foi (sic) (Morador k, 2020).*

Tal apontamento traz a discussão da referência do patrimônio como elemento de reflexão histórica e que, ali, se faz viva a partir de usos atuais por ter sentido de uso para as novas gerações, uma vez que,

*[...] eu venho direto com meus filhos aqui trazer eles para brincar. Como aqui é uma praça [largo], eles ficam à vontade e eu aproveito e entro para rezar. Aqui todo mundo conhece o outro e a gente confia de levar as crianças aqui. Aqui é usado para a missa, para encontrar alguém, os jovens namoram aqui demais [...]* (sic) (Moradora L, 2020).

Além desse uso, muitos moradores aproveitam os bens naturais do município, especialmente, a gruta do salitre, ou visitar outra área de lazer, tal como no distrito de Currálinho, tem na Igreja um ponto de encontro para a saída: “*[...] o pessoal reúne aqui para ir juntos nas cavernas ou para pescar nos rios daqui perto. O Rosário ficou sendo um ponto de encontro para outros lugares daqui, ainda tem isso viu, fica mais um tempo aqui para você encontrar eles chegando [...]*” (sic) (Morador M, 2020).

Outro uso deste patrimônio dá-se pela Festa do Rosário, onde:

*[...] a população conhece a igreja do Rosário. Se não conhece não é daqui, porque é só lembrar da festa, do povo arrumando para levantar o mastro, da procissão, da saída do reinado, da marujada e dos caboclinhos. Eu já fui, quando criança, mãe me vestia e eu via. Eu lembro dessa igreja, e lembro da festa do rosário* (sic) (Morador M, 2020).

Desta forma, a Igreja em questão é utilizada de maneira constante, sendo referência para promoção da memória/recordação religiosa, espaço de recreação e ponto de encontros sociais e de partidas para outros espaços na cidade. Além da Igreja ficar ao lado do Teatro Santa Izabel, próximo a agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de uma Autoescola, o que proporciona a maior circulação de pessoas e frequentes encontros dos moradores com o patrimônio.

A **Igreja Nossa Senhora das Mercês** está localizada à Rua Mercês, não fica aberta para visitas e o seu uso está ligada a participação dos moradores às missas que ocorrem as quartas-feiras às 19h. Nesse local, evidenciada pela Figura 32, hoje, com a presença de consultórios odontológicos e imobiliária, é uma região que possui, majoritariamente, residências com a presença de uma população idosa, contrapondo, com a gradativa inserção de repúblicas para atender os universitários, das universidades: UFVJM, UEMG e IFNMG. Tendo os moradores residentes do Centro e do bairro Largo Dom João, os seus principais usuários.





**Figura 32:** Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Diamantina - MG.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.

Para os *insiders*:

*A Igreja representa um encontro que é comum para os moradores que daqui. Aqui, neste ponto aqui que está vendo [em frente Igreja], e quem mora perto do Largo, o povo vai a Igreja e possui religião. A gente vive aqui e é acostumado a participar das missas e festas da igreja desde pequeno. Fica acostumado a ir né e vai tendo esse laço com a Igreja, de ir nela, de ir com a família e depois passa em algum lugar para lancha ou vai embora pra casa mesmo [...] (sic) (Morador, N, 2019).*

Os usos da Igreja remetem aos momentos vividos a partir da celebração das missas, mas, por meio das festividades proporcionadas pelos próprios usuários. A exemplo do apontamento que segue:

*Agora não tem tanto como antigamente, mas a igreja me lembra muito as festas que o povo que mora aqui fazia. A festa do congado até hoje falamos que sentimos falta. Reunia os amigos, depois da missa, e não tinha problema nenhuma [violência]. Hoje ficou a festa na lembrança e a igreja [...] (sic) (Morador O, 2019).*

Nesse caso nítida a relação do uso da Igreja pelas missas, por meio das manifestações culturais de cunho religioso e as relações memorialísticas que foram se estabelecendo, inclusive em muitos casos, permanece como marcos importantes para o sujeito, ao ponto de associar a Igreja com a vida e o dia a dia do cidadão, a exemplo da fala do Morador O, sendo: “[...] fui batizado aqui e criei meus filhos vindo aqui. Não tem como não fazer parte da história da gente, da memória, a gente sempre recorda e lembra da família, e como o tempo passa [...]” (sic) (Morador O, 2020). E, ao ser importante, devido à proximidade desse patrimônio com a vida íntima, pois “[...] como que eu não

*posso usar essa Igreja e ir nela, se moro aqui na frente, acordo e deito e dou de cara com ela. Sou privilegiada, pensa...pensa [...] (sic) (Moradora P, 2020).*

Sobre os espaços, reconhecidos como patrimônios, seguem os apontamentos dos seus usos pelos *insiders*, o qual iniciamos pelo bem denominado **Casa com forro pintado**. Esse patrimônio, conforme evidenciado pela Figura 33, fica situado à Rua Direita, quase vizinha ao Museu do Diamante e se destaca no conjunto urbanístico por apresentar uma harmoniosa fachada frontal com quatro portas e o prédio pintado nas cores azul e branca, além de ser composto de dois pavimentos, com a presença de quatro porta-sacadas, com requinte ornamental ao possuir vidros trabalhados e madeiras torneadas. Sendo assim, ao destacar essa casa de forro pintado, na atualidade, tem uma parte preservada com bens (quadros, fotos, mobiliários, que remete ao século XVII) e na parte inferior do prédio há um ponto comercial, a saber: sapataria Pé Livre.



**Figura 33:** Casa do Forro Pintado em Diamantina-MG.  
**Fonte:** Moradora Q, 2020.

A casa com forro pintado é utilizada pelos moradores como um ponto comercial, fazendo parte de uma atividade ordinária:

*Eu conheço aqui como casa do forro, e a gente vem para comprar sapatos. Ou é aqui que a gente vai ou na loja perto do Mercado [dos tropeiros]. Aqui em Diamantina tudo tem história, a gente vai nos lugares porque somos daqui e faz parte do dia nosso mesmo. Aqui mesmo, como você perguntou, uso para fazer compra [sapataria] (sic) (Moradora Q, 2020).*

Além do uso do espaço para obtenção de produtos, no caso de sapatos e afins, o patrimônio tem um uso que é entendido como automático, sem a intenção primeira de ir

somente ou focalmente para conhecer, entender, aprimorar um conhecimento. Uma vez que:

*Eu uso aqui como todo mundo, eu penso. É uma sapataria que tem algo diferente que é a história da cidade. A gente sabe da história do Intendente, do povo que comendava né [tentando descrever o comendador]. Aqui o povo passa direto, compra as coisas, ou então vai mostrar aos parentes, amigos e turistas onde é, porque é perto dos outros [patrimônios]. Olha do lado esquerdo tem o museu, e em frente a catedral, lá do outro lado a Praça do Juscelino. Então, faz parte do nosso dia mesmo, é normal [...] é motivo de orgulho pra nós, mas é algo normal. Você entendeu o que eu falei? Não estou debochando não [...]* (sic) (Moradora R, 2019).

A relação do uso do espaço com a história do patrimônio fica expressa quando o Morador S (2020) reitera que: “[...] aqui quem entra sabe que é diferente. Você já entrou lá? Entra para ver as paredes, o forro, as portas, ali é história pura. Vivemos na história do diamante, do Brasil, não tem jeito” (sic) (Morador S, 2020). Dessa forma, a relação do uso do espaço é apontada como algo normal, habitual, fazendo parte das dinâmicas da vida dos moradores, ao ponto de não desvincularem a história, pois faz parte do cotidiano deles.

O patrimônio **Casa à Praça Juscelino Kubitschek (Edifício do Fórum)**, localizada à Praça JK., é um dos que mais se destacam no conjunto arquitetônico da cidade, devido a localização privilegiada, com o casarão do Fórum Joaquim Felício, ficando próximo à Praça Juscelino Kubitschek (seta amarela) e ao lado da Igreja São Francisco de Assis (seta vermelha), conforme evidenciados pelas Figuras 34 e 35 que segue:



**Figura 34:** Casa à Praça Juscelino Kubitschek (Edifício do Fórum) em Diamantina-MG.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.



**Figura 35:** Fórum Joaquim Felício dos Santos (Edifício do Fórum) em Diamantina-MG.

**Fonte:** Morador L2, 2020.

Para os moradores, o edifício é conhecido e bem popular porque:

*[...] todos que veem ao centro sabe onde é o Fórum. Não têm como não saber, olha você bem as pessoas andando, e sentando perto [do prédio]. E outra coisa, quem nunca precisou ir ao fórum? O povo sabe e vai nele querendo ou não?. Aqui você encontra com gente de todo o lugar da região, pode sentar e esperar (sic) (Morador T, 2019).*

E, deparamos com sujeitos oriundos, principalmente, dos municípios da região, a saber: de Gouveia, São Gonçalo do Rio Preto, Couto de Magalhães, Datas e Presidente Kubitschek com objetivo de promover a regularização de situações no Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), na Polícia Civil, Receita Federal, Cartório Eleitoral e no Próprio Fórum.

É notório o uso e circulação de pessoas, seja no próprio fórum, seja no percurso entre as Ruas São Francisco e Baiuca ou até a Rua Direita seja no trânsito com objetivo de deslocamento entre a Santa Casa, a UFVJM, o museu JK., ou em um ponto comercial, dado que o prédio está localizado em um ponto de passagem, o que permite a circulação de vários sujeitos, seja da cidade ou dos distritos, *insiders* ou *outsiders*. No dia a dia, os moradores locais sentam nos bancos de madeira ao lado do prédio, seja para esperar o ônibus, ou para prosear. Tal posicionamento geográfico do patrimônio é apontado pelos moradores como um elemento importante para o uso e reconhecimento, pois:

*Você querendo ou não vê o Fórum, todo local que vamos para chegar ao centro tem que passar nele, o povo daqui passa, e o povo da região também. Olha o tanto de gente de vem prá nossa região: de Datas, de Couto. O povo sabe o que ele é, e quem não sabe, de tanto passar aí fica sabendo, por que o povo é curioso, o povo fala. Aqui já foi casa desse povo rico da época do diamante, todo mundo sabe que já foi a câmara municipal. Oh, se você for no fundo, lá no lado do prédio, você até vê escrito “Câmara municipal (sic) (Moradora U, 2020).*

Na memória de muitos moradores ficaram registrados fatos históricos, ao ponto de mencionarem que nesse prédio:

*[...] o povo sabe que aí tem porão que era para servir para prender [evidenciado a cadeia pública]. Você pode ir lá visitar se quiser conhecer, toda hora o povo vai lá para resolver coisa de título [eleitoral], de confusão de negócio [processos], mas é para o povo conhecer também [visitações] (sic) (Morador V, 2019).*

Diante disso, se percebe que aliado aos fatores históricos, existe a relação do uso do prédio para as atividades comuns, reforçando o contato do sujeito com o patrimônio que se apresenta como vivo.

A **Casa do Mercado**, (conforme evidenciado pelas FIGURAS 36 - seta vermelha - e 37), é conhecido pelos moradores como Mercado na Praça Barão de Guaicuí, Mercado Municipal, Mercado Velho ou Centro Cultural David Ribeiro está localizado à **Praça Barão de Guaicuí** (outro patrimônio), atualmente, é um dos patrimônios mais utilizados pelo povo diamantinense devido a oferta/procura por produtos/mercadorias.



**Figura 36:** Mercado Municipal, em Diamantina - MG).

**Fonte:** Moradora Z, 2019.



**Figura 37:** Mercado Municipal, em Diamantina - MG).

**Fonte:** Moradora Z, 2019.

Para os *insiders*, um sujeito natural de Diamantina:

*[...] tem que conhecer e vir no Mercado. Não tem como não gostar e apreciar essas belezas que têm aqui. Eu penso que é o local que o povo mais vai é aqui e na Catedral. Não tem como ser de Diamantina e não ter colocado o pé nesse mercado. Todo mundo que conheço vem aqui, aproveita o lugar [...] (sic) (Morador W, 2019).*

Esse mercado fica localizado próximo as farmácias, padaria, ótica, bancos e é visitado, diariamente, tanto por turistas como por moradores locais que passam pelo local, seja para trabalhar, seja para fazer compras ou simplesmente respirar ar fresco.

Muitos moradores utilizam o mercado como espaço comercial, ou para representação da cultural local e regional, ou ainda é comum percebermos a realização de grandes eventos da cidade, na Praça, que compõe o mercado. Valendo salientar que o maior volume de moradores, no local, se dá, especialmente, às sextas-feiras, à noite e no

sábado de manhã. Nesse dia pudemos deparar com apresentações ao vivo, amostras de arte, bebidas, quitutes e produtos afins.

Aos sábados é comum presenciarmos encontros entre moradores, turistas, acadêmicos da UFVJM e da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), reunindo com os seus para “[...] *aqui já é tradição, todos vem ao sábado ou na sexta, colocamos as conversas em dia, bebemos e compramos alguma coisa, ou até mesmo damos uma pausa nos assuntos que nos adoece, aqui a gente esquece o tempo*” (sic) (Morador B1, 2020).

Os moradores participam da dinâmica do mercado e muitos são protagonistas do fazer do lugar:

*Sou quintadeira e tem mais de 31 anos que vendo meus bolos, biscoitos, pão, tempero, tortas aqui. Meus filhos estudam na Federal [UFVJM] e o outro na Estadual né [UEMG], às vezes me ajudam. Aqui você vai ver turistas e muito morador. O povo daqui vem muito prá cá, comprar as quitandas e aproveitar as comidas, as músicas. O povo vem prá aproveitar e nos para vender, colocar dinheiro em casa, e também aproveitamos porque gostamos do que fazemos [...] (sic) (Moradora X, 2020).*

Por essa razão, é importante sinalizar que muitos moradores vendem e ou compram produtos orgânicos e usufruem dos produtos do Mercado “[...] *eu só venho aqui comprar alface, cebolinha, abóbora, mandioca e ainda como pastel e bolo de mandioca, quando dá. Todo sábado eu tô aqui, faz chuva ou sol. Olha eu aqui na chuva [risos]*” (sic) (Moradora Y, 2019). Além de percebermos que os usuários diamantinenses reconhecem a história do mercado, conseqüentemente, enfatizam esse realce na fala com veemência, a ponto de enaltecer que:

*[...] esse mercado é do tropeiro, meu pai contava história daqui, falava e lembrava dos tropeiro, dos cavalos amarrados nesses troncos na frente. O povo que vem aqui sabe, nós da cidade sabemos, essas paredes, esse piso de madeira, esse mercado lembra de tempos de meus pais [...] (sic) (Moradora Z, 2019).*

Desse modo, vale destacar que o termo passado é evidenciado com frequência pelos moradores, como lembranças e referências, mas esse vocábulo “[...] apresenta uma duplicidade conceitual que ora remete a um tempo anterior, ora algo anterior ainda presente, pois, se o tempo passado se dá no presente, esse passado ainda não passou de todo, está na memória e reflete em algo no dia a dia do sujeito” (CARSALADE, 2014, p. 47).

Por essa razão, fica evidente que o uso do espaço pelos moradores, seja utilizando-o pelos comerciantes ou pelos agricultores familiares, comprando seus produtos, além de usufruírem das manifestações culturais do lugar, pois,

*[...] direto aqui tem festa, a prefeitura enfeita para o ano novo, natal, festivais, carnaval, festa junina, aqui e na praça daqui do mercado. Tem show aqui na praça da frente, o povo vende os artesanato, aqui é cheio o ano todo, e não é só de turista não, o povo daqui vem sim. Pode escrever aí sem medo nenhum [...]* (sic) (Moradora, Y, 2019).

Vale frisar que os moradores que fazem uso do espaço cultural do mercado velho, concomitantemente, fazem da **Praça Barão de Guaicuí**, em destaque pelas Figuras 38 e 39. Essa praça torna-se a extensão do mercado no tocante aos encontros, ao propiciar momentos de distração, lazer e renda para os moradores e aos *outsiders*.



**Figura 38:** Artesões, turistas e moradores na Praça Barão do Guaicuí, em Diamantina - MG.  
**Fonte:** Moradora Z, 2019.



**Figura 39:** Festividades na Praça Barão do Guaicuí e no Mercado, em Diamantina - MG.  
**Fonte:** Arquivo Zé da Sé, 2018.

Diante disso, se entende que para os *insiders*

*[...] o mercado e a praça é quase uma coisa só. Ficamos aqui [dentro do Mercado] e às vezes vamos lá para a praça. Em dia de festa aqui fica cheio, a gente gostar de comprar comida e aproveitar a festa lá [na praça]. A prefeitura coloca palco e aqui fica cheio de morador e turista [...]* (sic) (Moradora Z, 2019).

Nesse salientar, os Diamantinenses são vistos com muita frequência no local, principalmente, ao utilizar o espaço como ponto comercial, vendendo açaí, churros, pipoca e os artesãos expõem os produtos derivados das Sempre-Vivas - conforme evidenciado pela Figura 37. Além de percebermos os *outsiders* tirando fotos deste

espaço, há nele um plano de fundo o Mercado e do Ipê rosa em si. Nesse ir e vir depara-se com moradores sentados em bancos postos à praça.

Além de apontarem que essa praça é constantemente utilizada nos fins de tardes pelas famílias ou quando as pessoas saem da missa, mostrando que: “[...] *aproveito que moro perto da igreja [Catedral] e, quando acaba a missa o povo vem para cá, ou para o mercado. Você vê o povo a tarde vindo aqui, andando com as crianças. E outra coisa, na semana santa aqui tem missa, aqui fica cheio, é lindo [...]*” (sic) (Morador W, 2019). Além de ser um local:

*[...] visitada pelos mais idosos, que vão conversar com seus amigos e sair um pouco de casa. É também muito utilizada por outros moradores, principalmente por estar situada numa região de comércio, assim, após resolver algum problema pessoal você vê as pessoas sentando aqui e ficando durante algum tempo* (sic) (Moradora D1, 2020).

Nesse sentido, tanto o Mercado como a Praça Barão do Guaicuí, são utilizados pelos moradores como local de trocas comerciais, de encontros, lazer e ainda, para conhecimento histórico local.

O espaço Casa do Padre Rolim, popularmente conhecida e divulgada pela população como **Museu do Diamante**, fica localizada à Rua Direita, ao lado da Casa do Forro Pintado e próximo ao Prédio do Fórum. Uma casa de destaque, pintada nas cores amarelo, azul e branco, conforme evidenciado pela Figura 40, a qual possui 06 janelas e três portas em sua fachada central, sendo percebida por todos, uma vez que, muitos sujeitos param no único semáforo da cidade e este fica próximo ao patrimônio em questão, ao ter o Museu a vista.



**Figura 40:** Museu do Diamante, em Diamantina - MG.  
**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.



Vale frisar que esse Museu destaca-se, na cidade, por ser o único que aborda, diretamente, à história do garimpo, do processo da escravidão, dos modos de vida da coroa portuguesa e dos povos africanos, das irmandades e expando indumentários, oratórios, obras de arte, peças sacras, móveis, armas, diversos equipamentos e objetos usados na época do Ouro.

Na atualidade, o prédio é usado para atividades direcionadas ao museu e seus projetos pedagógicos, sendo percebido o maior fluxo de sujeitos de terça a sábado das 10h às 17h. Para os *insiders* o museu é: “[...] *um local que nos faz lembrar o que foi a cidade, conta um pouco do Brasil, mas também de nós, de Diamantina. E se prestar atenção, o museu fala disso daqui que é a cidade, as igrejas, o mercado, a história*” (sic) (Morador B1, 2020). Desse modo, as pessoas demonstram que conhecem o propósito do museu que é o de identificar, no próprio cotidiano dos usuários, a representação de elementos do passado, ao ponto de reforçar ou incitar o diálogo com o presente.

O mesmo morador destaca que o museu é importante para além do processo de reconhecimento dos objetos ali expostos, mas que a própria arquitetura leva a refletir sobre a história e a geograficidade do lugar, apontando que: “[...] *depois você entra no museu e vai lá nos fundos [do prédio], lá tem uma área grande e dá para ver onde corria a água do ribeirão do Tijuco. Essa água que dava lá no chafariz, essa aí perto do sinal [semáforo]. Aí tem história que é rica, vale você visitar*” (sic) (Morador B1, 2020).

Desse modo, os moradores afirmam que o patrimônio em questão é conhecido pelos *insiders*, pois além de já terem ido ao lugar, o museu promove exposições no próprio prédio ou no espaço externo, o que resulta: “[...] *a gente conhece ele [museu], porque é raro, mas acontece, eles [técnicos da casa] expõem objetos aqui [na porta], a gente fica curioso e vai lá vê. Tem coisa que eu já sabia e outras a gente comprova daquilo que os pais falavam, e outras a gente aprende*” (sic) (Moradora, C1, 2020).

O Museu do Diamante desenvolve algumas ações educativa-culturais (com frequência percebe-se a participação de excursões de grupos escolares, inclusive da rede municipal e Estadual de Diamantina) que têm por finalidade viabilizar o melhor aproveitamento dos conteúdos museológicos e aproximar o povo da história do lugar.

Uma ação importante que pude participar foi a exposição denominada: *12ª Primavera de Museus* que ocorreu no ano de 2018, onde o museu realizou exposições, as quais eram baseadas nas narrativas entre os técnicos dos museus e o público local, onde

foi possível perceber o diálogo dos *insiders* apontando suas dúvidas, curiosidades ou promovendo trocas de conhecimento com os funcionários do lugar junto aos expositores.

Nesse sentido, vale a leitura do apontamento da Moradora (D1):

*Eu vim uma vez no museu, gostei muito. Algumas coisas que tinha aí eu já sabia, que pai falava comigo e meus irmãos em casa, outras eu não sabia. É importante conhecer. E até meus filhos sabe também. Ele [filho] já foi no Museu com o povo da escola, ele chegou falando. É bom saber da gente, do povo de antes [...] (sic) (Moradora, D1, 2020).*

Nesse caso, fica evidente que o espaço do museu é utilizado de forma direta e indireta pelos moradores do local, sendo um ambiente que propicia análises, construções, desconstruções e reflexões sobre o modo de vida e posicionamentos político-sociais, o que culmina na própria compreensão do lugar. Desta forma, vale enfatizar a importância da participação das escolas locais nesse processo de visitas e inserção do aluno na discussão sobre o passado como forma e conteúdo para entender o presente.

A **Casa do Muxarabi**, também conhecida como Muxarabiê ou Biblioteca Pública Antônio Torres, conforme destacada pela Figura 41, é um casarão do século XVII, localizado à **Rua da Quitanda**, essa é facilmente reconhecida pela fachada de arquitetura árabe, com varanda de treliça de procedência moura.



**Figura 41:** Casa do Muxarabi (Diamantina-MG).  
**Fonte:** Pesquisa direta 2019.

Para os moradores, o uso da casa do Muxarabi é, por muitas vezes, direcionado a uma tarefa específica: “[...] vou com meu filho, para levar ele para pesquisar na biblioteca, quando tem alguma tarefa de geografia ou história, redação. Uso mais para isso [...]” (sic) (Moradora, E1, 2020). Diante desse fato percebe-se, nesse caso, o espaço

do patrimônio como local de pesquisa, dado que a casa possui diversos documentos/acervo do século XVIII, XIX e XX direcionados a história local, regional, mineira e nacional. É importante apontarmos que o patrimônio em questão ainda manteve os traços de sua arquitetura original, como escadaria de madeira, o porão da residência, as senzalas e o pátio de descarga estão preservados, na atualidade.

Para outros *insiders* a casa é percebida como um dos patrimônios da cidade que chama atenção por possuir treliças, dado que:

*Aqui na Baiuca [Rua da Quitanda] é o local que todos passam, seja na parte da manhã, para comprar um tecido ou comprar medicamento, pegar marmitta, pagar conta de água, ir conversar com alguém. Ou descer aqui mais na frente e comprar o pão; e a casa daí está aí no meio de tudo isso. Tenho certeza que se você perguntar o povo onde é a casa do Muxurabi, muitos nem vão lembrar, mas se perguntar a casa que tem uma varanda, com um traçado verde na janela [treliça], todos vão te levar para cá, e vão te explicar o porquê dessa janela [...] a janela era para as mulheres não ficarem se amostrando na rua; os maridos colocava para elas verem a rua e o povo da rua não as verem [...] (sic) (Moradora, F1, 2020).*

A casa do Muxurabi fica próxima às diversas lojas, restaurantes, drogas e *souvenirs*, essa última em maior número e oferece produtos confeccionados através da arte de manejar e esculpir em barro, produtos de tecelagem, crochês, bordados, cestarias, brinquedos em madeira, esculturas de quartzo, tapetes de arraiolo, bijuterias, trabalhos em palha e as típicas flores da região, as quais são denominadas sempre-vivas. Então, quando um morador deseja: “[...] *comprar alguma coisa no centro, é inevitável passar pela Baiuca, na quitanda aqui, e mesmo que não vou comprar nada, se for passar, a gente passa por aqui, e sempre vemos a casa do Muxurabi [...]*” (sic) (Moradora, F1, 2020).

Além desse casarão, na rua realiza-se a *vesperata*, que já se consolidou como uma importante manifestação cultural local, dado que:

*[...] você, se não viu, deve ter visto, mas, senão, a *vesperata* aqui, os músicos ficam na sacada, mas nessa casa aí não fica [Casa do Muxurabi], eles ficam nas outras, eles ficam e tocam. Se você é daqui não tem jeito de não vê os prédios, e essa a gente vê. Todos mundo um dia já viu, alguém falou dela ou usa como ponto de referência para alguma coisa (sic) (Moradora, G1, 2020).*

A *vesperata*, evidenciada pela Figura 42, é uma espécie de *seresta* invertida, pois os músicos ficam **na Rua da Quitanda**, destacada pela Figura 43, especialmente nas sacadas dos prédios, enquanto o público, embaixo, assiste à manifestação artística acomodado no conjunto de mesas e de cadeiras rústicas colocadas à rua, assim, os

participantes podem contemplar um dos maiores eventos musicais que atraem *insiders* e *outsiders*. A Rua, em questão, é popularmente conhecida por ser o local que possui estabelecimentos que promovem música e comida regional, especialmente pelos restaurantes requintados. São: Butiquim da Quitanda, Bar Baiuca, Clube Acayaca, Bar Vagalume e Mr. Chef's Gastrobar.



**Figura 42:** Vesperata na Rua da Quitanda em Diamantina - MG.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.



**Figura 43:** Rua da Quitanda em Diamantina - MG.

**Fonte:** Moradora H1, 2020.

Além disso, outras atividades realizadas próximas a Casa do Muxurabi e à Rua da Quitanda facilitam o contato do povo com os patrimônios, por exemplo, os sarais, *shows* universitários e apresentações musicais regionais que ocorrem no Beco do Tecla, uma vez que:

*Aos domingos eu e minha filha vamos na missa [na catedral], tomamos café no Beco Tecla e depois subimos a Rua da Quitanda, essa aqui que estamos e paramos de vez em quando para ver os prédios. Essa casa sempre chama atenção, acho porque minha filha fala muito de machismo, já sofreu com isso viu meu filho, e essa casa tem disso, por causa das janelas [treliças] [...] (sic) (Moradora, H1, 2020).*

É comum, no espaço do Beco do Tecla, presenciarmos encontros de músicos, artesãos, poetas e seresteiros que reavivam as tradições do Vale do Jequitinhonha, aliada às comidas que as quitandeiras apresentam num café da manhã a céu aberto, no estilo colonial, oferecendo, especialmente, queijo, doce, broas e o tradicional cafezinho de coador. Nesse conjunto, entre patrimônios, vivências e experiências a partir da Igreja, do Beco do Tecla, da Rua da Quitanda e da paisagem representativo da treliça da Casa do Muxurabi, percebemos como o passado reflete nas proposições da vida atual, ao ponto de

provocar análises sobre gênero e violência, tal como foi apontado pela Morado H1, o que torna o patrimônio um elemento pedagógico e crítico.

Nesse contexto, vale sinalizar que os patrimônios **Rua Antônio Pádua Oliveira** e a **Rua Campos de Carvalho** são corredores que levam os moradores à região central da cidade (especialmente nas áreas da Baiuca ou na Rua da Quitanda) e dão acesso a inúmeros bens tombados.

No caso da Rua Antônio Pádua, evidenciado pela Figura 44, existem nove (09) imóveis que compõem a sua estruturação paisagística, a saber: do lado direito observa-se três (03) joalheria, uma (01) loja de tecido, duas (02) residências e um (01) estabelecimento que oferta cursos de idiomas. Já, do lado esquerdo, existe uma (01) pousada e um (01) centro de fisioterapia. Essa rua, dá acesso ao Mercado Central e patrimônios à sua adjacência. Para os moradores: “[...] *essa rua é um caminho que muita gente usa, é mais para quem vai para o mercado, quem quer comprar algo na feira. O povo usa mais ela porque ela é mais curta [íngreme] do que essa outra [evidenciado o Beco do Tecla]*” (sic) (Moradora, H1, 2020). E, afirmam que essa rua é conhecida para quem vai: “[...] *comprar relógio, arrumar ou comprar joias, essa rua o povo usa diariamente, bem mesmo para quem quer ir na Baiuca (Rua da Quitanda) ou comprar pão e ir na Igreja do lado [sinalizando a Igreja do Bonfim]*” (sic) (Moradora, G1, 2020), ao ter acesso de moradores o ano inteiro, com o nítido volume de transeuntes em época de eventos e festas, uma vez que, essa rua dá acesso à Rua da Quitanda e ao Mercado Municipal.



**Figura 44:** Rua Antônio Pádua em Diamantina-MG.  
**Fonte:** Pesquisa direta, 2020.

A Rua Antônio Pádua dá acesso à **Rua Campos de Carvalho**, evidenciada pela Figura 45, que, por sua vez, faz o entroncamento das ruas: Rua da Quitanda, Rua do Bonfim e Rua do Amparo. A Rua Campos de Carvalho, possui 11 (onze) estabelecimentos, todos comerciais, sendo composta por: uma (01) padaria colonial (popularmente conhecida como Mek Gula), um (01) estúdio de fotografia, uma (01) pousada, duas (02) loja de artesanato, uma (01) joalheria, três (03) restaurantes e dois (02) bares.



**Figura 45:** Rua Campos de Carvalho em Diamantina-MG).

**Fonte:** Morador L2, 2020.

Essa rua utilizada pelos moradores por seu um caminho que “[...] *quando saio da Igreja [Catedral] ou venho da farmácia eu pego essa rua para chegar em casa [...]. E quando quero comprar uma lembrança para alguém eu entro na loja, ou compro pão aqui na frente. Aqui é tudo perto de tudo [...]*” (sic) (Moradora, F1, 2020).

A rua localiza-se na região central da cidade, ao lado da famosa Rua da Quitanda e é comum a presença de *outsiders* e *insiders* nas noites diamantinenses, com seu público cativo garantido em qualquer dia da semana. Em determinadas épocas do ano, tal como a do Natal, a rua é enfeitada, o que leva a muitos moradores a denominar como:

*[...] a rua mais bonita e que eu mais gosto de passar aqui em Diamantina. A gente passa nela para comprar algo, pagar conta e ainda encontramos tanta beleza, nos prédios e nos enfeites [destaque para os guarda-chuvas que enfeitavam a rua em questão] que dá gosto da gente passar aqui, conversar com um, com outro, mesmo com o corre do dia, a gente aprecia (sic) (Moradora, G1, 2020).*

As ruas de Diamantina destacam-se aquelas que são reconhecidas como patrimônios, são espaços físicos e socioculturais em que a vida das pessoas se constroem entre os encontros e passagens advindas dos passeios com amigos, familiares ou como trajeto/percurso realizados para a execução das demandas do cotidiano. A propósito, Amorim Filho (2007), destacou que as principais vias de circulação de Diamantina convergem para o centro devido ao relictual padrão das ruas do centro histórico, não havendo expressiva distinção, em termos de calibre não há um eixo exclusivo entre as ruas, pois são segmentadas de modo a dar continuidade uma a outra E, desta forma, os moradores da cidade transitam, diariamente, nessas ruas ao ir para o mercado, farmácia, escola, faculdades, trabalho ou por lazer. Nesse é comum vê-los socializando nos restaurantes, ou ao dialogar com colegas nas portas das lojas de artesanato, de casa, porque nesse percurso é permitido o trânsito de pedestres e com isso é possível observar na arquitetura e os símbolos da cultura local, conforme sinaliza a moradora (F1, 2020):

*[...] a gente passa muito rápido por aqui, as vezes nem reparamos a beleza das casas, das igrejas, porque para nós é normal essa beleza toda, porque faz parte da vida da gente, faz parte do dia da gente. Mas, olha bem, veja, quem não tem orgulho daqui, dessas casas, dos casarões, das ruas? Aqui é um lugar bom. Tem os seus problemas, com qualquer cidade, mas a história a gente tem que orgulhar (sic).*

Nesse sentido, outro patrimônio apontado e utilizado pelos moradores é a **Casa da Chica da Silva**, localizada à Praça Lobo de Mesquita, onde se percebe o maior volume de sujeitos indo à casa ou transitando frente a este patrimônio entre os dias de terça a sábado, especialmente, no turno vespertino, devido ao fluxo de alunos na escola estabelecida próximo ao patrimônio em questão.

A casa da Chica, fica próxima aos patrimônios, especialmente: à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, inclusive alguns moradores conhecem esta Igreja como sendo a Igreja da Chica. O nome **Chica da Silva remete aos moradores o sentido de poder e fé**, ao ponto de destacarem que:

*Acho que quem é daqui já foi na Casa da Chica e sempre lembra daqui porque tem muito sinal de riqueza, tem quarto demais, corredores grandes. Eu vou lá para levar meus parentes e amigos quando vem me visitar, e mostro para eles a igreja que ela construiu na casa [ao lado da casa] e o quintal, cheio de bananeira e jabuticaba [...] (sic) (Moradora II, 2020).*

Para os *insiders* a Casa da Chica (evidenciada pelas FIGURAS 46 e 47) é um espaço conhecido e já visitado que simboliza ou representa a

*[...] história de poder que tinha em Diamantina. Já pensou uma preta com essa casa, com igreja em casa? Até hoje os preto brigam para viver e ela, naquela época, já tinha todo esse poder. A casa é importante porque vive essa história, da cidade e do povo preto. Se você entrar [na casa] entrar vai entender o poder que ela tinha (sic) (Morado J1,2020).*



**Figura 46:** Frente da Casa da Chica em Diamantina - MG.

**Fonte:** Morador L2, 2020.



**Figura 47:** Fundo da Casa da Chica em Diamantina - MG.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2020.

Os moradores já tem acesso à Casa e frequenta para levar os amigos e ou familiares, com isso destaca que a edificação possui particularidades como capela anexa (erigida, em 1771, sob a invocação de Santa Quitéria), e pela diversidade de cultivos no quintal, considerando essa casa singular, ao ponto de destacarem que: “[...] aqui você vai ver várias casas, igrejas, museus, praças, lojas, mas igual essa casa você não vê. Olha que madeiras grandes, forros [apontando para a fachada da casa]. Sem contar que é da Chica [...] aqui a gente fala que a terra é conhecida ou pela Chica ou pelo presidente JK” (sic) (Morado J1, 2019). E, esses detalhes são constantemente mencionados na edificação, inclusive foi observado na fotografia tirado pelo morador L2 (2020), o qual destaca que:

*[...] além de ser um patrimônio conhecido por causa da antiga proprietária [Chica da Silva], nos enche os olhos quando olhamos tantos detalhes, cada um feito delicadamente pelas mãos de várias pessoas, e pelo suor de muitos, especialmente do homem que foi escravizado, que merece nosso respeito (sic).*

A Casa da Chica é utilizada pelos moradores como local de apresentação/anúnciação da Chica, sendo uma das personagens emblemáticas da cidade, ao ponto de ser reconhecida como símbolo (junto do ex-presidente Juscelino K.) do



patrimônio local ou como personagem sempre lembrado pelos *outsiders*, ao ponto de destacarem que: “[...] *se a gente não conhecer a Casa da Chica passamos é vergonha. Todo mundo pergunta [visitantes e ou familiares] onde é [a Casa]. A gente conhece já e vai lá para mostrar as fotos dela, os móveis, o casarão, o quintal, a bica de água [...]*” (sic) (Moradora II, 2020).

Vale destacar que esse patrimônio é utilizado para a promoção da educação patrimonial e cultural, dado que “*Geralmente você encontra alunos das escolas, colégios e das faculdades visitando o local e vindo de excursões daqui e de outras cidade, e até de outros Estados [...]*” (sic) (Moradora II, 2020), intensificando esse processo devido as **exposições sobre a história de Diamantina que o IPHAN, em parceria com o curso de Geografia da UFVJM, periodicamente realizam nesse lugar.**

Atualmente, a casa funciona como sede do escritório regional do IPHAN, valendo reforçar que o uso percebido pelos moradores é para apresentar a casa e a história da Chica para amigos e outros. Além desse patrimônio remeter algumas reflexões sociopolíticas atuais importantes, a exemplo do apontado pelo morador J1 (2020), o qual admira a história de Chica da Silva, pois mesmo vivendo em uma época de escravidão, e, ao ser negra em seu tempo, buscou impor respeito junto à sociedade mineradora e fazer riqueza.

Já as obras modernistas de Oscar Niemayer possuem usos diferentes e estão em localizações espaciais distintas daquelas já apontadas neste subtópico (conforme evidenciado pelos MAPAS 05, 06 e, especialmente, o 07). E, desta forma, daremos sequência aos apontamentos dos usos do **Hotel Tijuco**, localizado à Rua Macau do Meio, sendo a obra modernista mais próxima da região central. Na Rua Macau do Meio, em frente ao patrimônio, encontramos: relojoaria Marcelo, papelaria Luna, Treliça artesanato, Posto de Serviço Integrado Urbano (PSIU) da cidade, um restaurante popular, anexo da UFVJM que abrigam atividades de alguns projetos de extensão e a Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda. O hotel foi construído no início da década de 50 quando a cidade possuía pouco mais de dez mil habitantes e foi pensado para oferecer<sup>69</sup> ao “[...] povo e aos turistas um hotel de qualidade, projetado, paradoxalmente grandioso e modesto, dado que naquela década a cidade não dispunha de boa estrutura para receber

---

<sup>69</sup> Para Regiani (2019, p. 138), pensar em “[...] alocar o Hotel tão próximo do núcleo colonial dá indícios do que se esperava oferecer ao visitante, uma vista da cidade privilegiada. Além de ser uma estratégia política, uma vez que a obra ganharia maior visibilidade e estaria em consonância com as pretensões do SPHAN e de Juscelino [...]” (REGIANI, 2019, p. 138).

turistas, mesmo com o rico patrimônio colonial reconhecida pelo IPHAN” (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012, p. 47).

Para os interlocutores, o hotel, evidenciado pela Figura 48, remete à memória de JK e seu contato com o arquiteto Niemeyer, “[...] *meu pai dizia que via o JK. andando aqui na rua e já viu o arquiteto do Hotel com ele. Como era algo de JK. o povo sabia que ia ser algo bom para a cidade. Isso o meu pai contava sobre o hotel*” (sic) (Morador K1, 2019). A memória e o respeito a imagem do filho da terra, o presidente JK., é sempre remetido ao Hotel, dado que *insiders* lembram, através dos diálogos entre os familiares, que foi “[...] *feito porque o Juscelino mandou fazer. De onde você pensa naquela época ter um hotel desse tipo aqui? No interior, bem aqui nessa região? Naquela época ter um hotel desse estilo só era em capital*” (sic) (Morador, K1, 2019).



**Figura 48:** Frente do Hotel Tijuco em Diamantina-MG.  
**Fonte:** Pesquisa direta, 2020.

O Hotel emana para os *insiders* a memória de JK. e lembrança da presença do arquiteto modernista à cidade ao ponto de destacarem que: “[...] *meu pai viu o arquiteto andando nas ruas e vendo como ia fazer o hotel. O povo via para cá ficar olhando o pessoal de B.H. e Brasília vindo para construir aqui, quando não aparecia Juscelino também*” (sic) (Morador K1, 2020). Ainda apontam que muitos já utilizaram o hotel quando:

*[...] aí tinha muitos bailes e serestas, eram festas que começavam a tarde e terminava a noite. Lembro que era muito bonito o hotel, tinha a escada de madeira, as janelas com tamparia azul [treliças] e as luminárias no salão. Muitos casais que hoje estão até hoje começou o namoro nesses bailes do hotel. Eles deveriam abrir para o povo ter acesso, tenho vontade de voltar lá* (sic) (Moradora, L1, 2020).

Na atualidade, o uso do hotel é feito pelos moradores quando “[...] *chega um amigo, parente e fica hospedado lá, mas é muito difícil eu mesmo ir. Eu vou mais quando levo eles para conhecerem os lugares históricos da cidade, aí passo na frente, na entrada do hotel. Entrar lá mesmo, só quando busco alguém, como te falei [...]*”. (sic) (Moradora, M1, 2020). Ou quando os mesmos elucidam que:

[...] *passo direto na porta, porque se vou para a Santa Casa [hospital] ou tenho que ir no centro, comprar algo ou pagar uma conta eu passo por aqui. E ainda tem esse posto de atendimento [PSIU] que fica aqui, então a gente passa por ele, mas entrar ali é muito raro* (sic) (Moradora, M1, 2020).

Dessa forma, o hotel é remetido como patrimônio ligado, principalmente, à imagem do presidente diamantinense participando das festas e relações ali vividas, da dinâmica dos transeuntes que deslocam na rua que dá acesso ao patrimônio, dado a proximidade desse com os estabelecimentos de atendimento social e outros, além de ser um bem que é, com frequência, apresentado para os *outsiders*. Vale destacar que a oferta do patrimônio é repensada pelo gestor do hotel e pelo poder público local, ao buscar ações para potencializar o uso, visitação, ou eventos populares aos moradores.

A **Faculdade de Odontologia** de Diamantina, localizada à Rua da Glória, próxima a Santa Casa de Caridade de Diamantina/Pronto Socorro Santa Isabel, Colégio Diamantinense, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), lanchonetes e do Instituto Eschwege (Casa da Glória) foram inaugurados, em 1955 e é popularmente conhecido como *Campus I*.

Tal prédio possuía uma policlínica e salas para a prática de Ortodontia e de Odontopediatria. Os consultórios dentários eram os mais modernos para a época e iniciou as suas atividades com 15 alunos matriculados no curso de Odontologia, sendo um importante investimento para a cidade, pois “[...] *os primeiros a ter um curso superior na cidade foi indo estudar em B.H. ou agora estudando na Federal. Precisava dessa Faculdade, o povo sofria demais. Lá [UFVJM] os alunos atendem e têm chance de melhorar a cidade*” (sic) (Moradora N1, 2020).

A Escola de Odontologia possui uma construção de volume considerável, dentro da zona tombada pela UNESCO, com uma arquitetura moderna, com salas de aulas, laboratórios, quadras esportivas - utilizadas por estudantes, moradores e a universidade fazer a extensão universitária. Há nela salas de reuniões e auditórios, conforme a Figura

49. Desse modo, se destaca por ser um espaço de construção de conhecimento, e, por várias vezes, apontado pelos moradores como de apoio a saúde pública local.



**Figura 49:** Anfiteatro da UFVJM, campus I, em Diamantina-MG.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.

Para os moradores é comum deparar com atividades acadêmicas, especialmente, depois de 2005, quando a Faculdade de Odontologia passa a ser a UFVJM com mais de 80 cursos: técnicos, superiores e de pós-graduação, ofertados nas modalidades: presencial ou a distância, de modo que se realiza no prédio tombado atividades sociais, como:

*[...] a gente vai para fazer uma consulta, com os dentistas e os meninos [estudantes], lá dentro [no interior do prédio] ou na porta [atividade extensionista], eles colocam tendas e atende a gente. Pra quem não tem dinheiro é bom, é uma ajuda, ainda mais para quem é pobre (sic) (Moradora O1, 2019).*

Além de ser um espaço que: “[...] é motivo de orgulho para nos ter a Federal, uma chance dos filhos, netos estudarem e não ter que sair daqui (...) e ainda tem a questão que gera renda para muitas famílias, pois os alunos [acadêmicos] gera dinheiro pra cá [...]” (sic) (Moradora, O1, 2019).

Além de ser um espaço direcionado aos atendimentos a saúde e outros, a presença da UFVJM gera renda e provoca transformação social para a cidade e famílias de muitos diamantinenses, pois:

*[...] eu mesmo não uso, mas meu filho é engenheiro florestal e terminou o mestrado na Federal. Hoje ele me ajuda em casa porque estudou, tem um serviço na área dele, ele mantém a casa e ajuda os outros irmãos no estudo. Lá em casa todo mundo tem orgulho dele ter feito a Federal, e se não fosse também lá a gente não tinha condições de mandar ele para outra cidade. Sem contar que muita gente aluga casa para os estudantes, e o comércio que vive*

*aqui é por causa do estudante, mais do que pelo turista [...] (sic) (Moradora, P1, 2020).*

Neste patrimônio, emerge novamente o imaginário social de JK., pois para eles

*[...] a gente deve isso a Juscelino. Pai, mãe e o povo mais antigo fala que hoje homem nenhum [político] manda uma escola [Universidade] dessa pra cá. Imagina isso nos anos deles. A gente deve muito a Juscelino. Só olhar para o prédio e para a cidade você vê o que ele fez, se hoje tem gente daqui formando, com diploma na mão, deve muito ao esforço dele, além de quem estudou para passar [...] (sic) (Moradora N1, 2020).*

Desse modo, o prédio é utilizado e mencionado pelos *insiders*, especialmente, pelos estudantes, jovens que usam o complexo de esportes e pelos moradores de idade mais avançada e remete à ideia de progresso e oportunidade, por ter um complexo universitário na cidade e por ser possível uma ascensão social quando se tem a conquista do ensino superior.

A **Escola Estadual Professora Júlia Kubistchek**, localizada à Rua Jogo da Bola, evidenciada pela Figura 50, recebeu o nome da mãe do ex-presidente JK. A Júlia foi professora, em Diamantina, por mais de trinta anos e esse prédio além de ser uma homenagem à sua progenitora, Juscelino Kubitschek buscava atender às demandas do município nos anos de 1954, “[...] ao viabilizar uma nova escola, a medida atingia diretamente a estatística que apontava que apenas 34% da população diamantinense com 10 anos ou mais sabia ler e escrever” (REGIANI, 2019, p, 127). E, atualmente, é destinada aos alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano), com cerca de 370 alunos matriculados, sendo que a maior parte dos discentes são oriundos da cidade (DIAMANTINA, 2019).



**Figura 50:** Frente da Escola Profa. Júlia Kubistchek em Diamantina - MG.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2020.

A Escola é um espaço em que os moradores utilizam quando “[...] *vou lá para pegar o meu neto, quando a mãe ou o pai não pode. Eu vou lá e lembro de quando estudei lá também. Corria no corredor [corredor], pulava o muro da escola. Coisa de meninaiada mesmo*” (sic) (Moradora, Q1, 2020). Ao utilizar o espaço da escola, agora em uma outra perspectiva, a moradora faz a imersão da memória do patrimônio com a sua juventude, ao ponto de apontar que “[...] *eu vinha da Rua Chica [casa] e já ia paquerando os meninos, e na escola a gente mandava bilhete né. Hoje, eu passo na Rua da Chica quando vou buscar meu neto, e quando chego aqui, neste portal, eu lembro de tudo, dá saudade boa*” (sic) (Moradora Q1, 2020).

Sobre a memória do espaço tombado, além de remeter à juventude, os moradores sinalizaram que projetavam os ideais de JK. e esse é mencionado regularmente, como em:

[...] *eu usava a escola para estudar né. Hoje vou pouco, ela ainda funciona, tem aula, passa menino da escola aqui na porta direto, vindo de lá. Eu lembro das professoras, da diretora [...] falavam demais em JK., como ele era importante, na história, do que a gente queria pra vida* (sic) (Moradora, R1, 2019).

Nesse contexto, uma moradora, atualmente, funcionária da escola, destaca que:

[...] *fui aluna, fui professora e agora estou em outra função. Eu sempre usei a escola como espaço de conhecimento e de cultura. Que escola que tem a tela de Di Cavalcanti [doado pelo artista]? Acho que tinha que transformar uma ala [da escola] em museu, para o povo vir mais, participar mais. Os pais participam e vão na escola para reuniões ou em datas comemorativas, como a festa junina, mas penso que tínhamos que abrir o leque e mostrar mais a história que a escola tem para o município. O povo vem aqui uma ou duas vezes no ano, tirando os pais de alunos e os próprios alunos, e vem para votar, para fazer provas de vestibular ou concursos [...]* (sic) (Moradora, S1, 2019).

Nesse sentido, a escola é utilizada por alunos, pais/responsáveis e nela emergem lembranças de tempos vividos, porém com uso ainda pouco remetido à essência da história e à geograficidade do Lugar. Desse modo, o uso da escola limita-se aos eventos escolares e de caráter público como aplicação de provas para concursos e afins. Tal situação de pouca visibilidade sociocultural do Patrimônio é repensada pelo poder público para tornar evidente o sentimento de *fília* desse bem para com o povo, ao evitar possíveis ações de *fobia*, esquecimento e até negação de sua história (TUAN, 2005).

O último patrimônio a ser destacado é o **Diamantina Tênis Clube**, localizado à Avenida (Av.) Francisco Sá, sendo, como já mencionado, o único bem tombado pelo IPHAN que se encontra fora da área de reconhecimento da UNESCO (vide MAPA 06). O

espaço é composto pela sede (em destaque pela seta amarela, FIGURA 51), com a presença de área verde e um complexo de quadras e piscina (FIGURA 52). Está localizado próximo a rodoviária, lojas de eletrodomésticos, pastelaria, pousadas, lojas de roupas, cabelereiros, óticas, ponto de mototáxi, dentre outros.



**Figura 51:** Espaço Externo do Clube Tênis em Diamantina-MG.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019.



**Figura 52:** Quadras e Piscinas do Clube Tênis em Diamantina-MG.

**Fonte:** Morador T1, 2020.

O Clube foi projetado, em 1954 e era utilizado como espaço de socialização:

*[...] como morava perto, ia sempre aos bailes e acompanhava as festas, já desfilei nesse clube. A população ia nas festas, ou em eventos, teatros, show, e até em comício de político. O clube era bem usado, até para namorar, sair com o companheiro, ficar aqui nos bancos, fazíamos piquenique [...] (sic) (Moradora S1, 2019).*

Por essa razão, o clube era um espaço de encontros, de aproximação dos moradores que o utilizavam para a promoção da vida íntimo-amorosa ou como um âmbito para exercícios físicos, uma vez que:

*[...] até hoje você vê os moradores usando o clube, o jardim, a academia popular, mas antes era muito cheio, as pessoas vinham mesmo, para fazer esporte, como lazer. Hoje, você vê mais jovens, jogando bola na quadra e alguns moradores vindo a tarde para andar, caminhar, mas antes usava mais. O clube era mais importante [...] (sic) (Moradora, S1, 2019).*

O apontamento, da Moradora S1 (sic) (2019), nos faz refletir sobre o uso do clube no presente, ao ponto de destacar que “[...] *O clube era mais importante, tinha sentido de ser, agora está ali por esta. O governo devia ter mais cuidado com esse espaço, e com as pessoas que utilizam eles [...]*” (sic) (Moradora S1, 2019), mesmo sinalizando que era um

espaço de socialização, de encontro com os pares e ser um local de visitação, no entanto, ele necessita de um projeto de recuperação e revitalização, para trazer o desejo da experimentação.

A fala da Moradora S1 (2019), assemelha com outros que sinalizam que o clube era mais utilizado pela população e devido à precariedade de sua estrutura tornou-se pouco frequentado e, até mesmo, negado por parte dos moradores, num sentido que remete a paisagens do medo ou até mesmo o sentimento de topofobia (TUAN, 1980; 2005).

Neste patrimônio percebe-se a razão desse espaço em perder o sentido de uso e significado para a população local, com a iminência, se nada for realizado para revitalizar o sentido de lugar, de promover sentimentos de topocídio (PORTEUS, 1989). Isso se dá, conforme destaca um *insider*, pelo estado físico degradado e o significado negativo que aos poucos esse patrimônio representa.

*Eu tenho até boa lembrança do Clube, claro que foi bom, mas hoje não tem como usar. Como que venho com minha família, com amigos e até com algum turista aqui? Aqui tá abandonado, o clube tá cheio de rachadura, pichação, tá caindo. Porta e janela quebrada, olha os cacos [vidro] na frente, olha o perigo que ficou [...] sem contar que como tem pouca luz, aqui ficou bom foi para quem uso droga, fazer assalto, e até tem gente que tem relações sexuais aqui a noite. Direto o povo fala que pega jovem fumando maconha lá dentro [sede do clube] [...] O povo daqui não vem mais e usa como antes não. Tem que cuidar do bem-estar do povo e do morador, nisso a prefeitura tá pecando demais [...]"* (sic) (Morador T1, 2020).

Na fachada e nos fundos da sede do clube, os traços do modernismo estão encobertos pelo abandono, por isso se percebe que as paredes e teto foram realmente tomados por rachaduras, infiltrações e pichações, além dos azulejos estarem danificados. Porém, vale ressaltar que:

*[...] muitos jovens usam os espaços das quadras e da piscina, especialmente os estudantes da Federal que fazem campeonatos, com torcidas, todos de uniforme, bandeiras, eles vem animados. A juventude né. E junta o pessoal da Universidade com o pessoal da rua também, eles, parece, que têm boa relação. Quem usa mais hoje são o pessoal da Federal, eles usam as quadras e as piscinas no dia de semana e nos finais também [finais de semana], ele usam para praticar algum esporte e namorar, mas, a sede do clube mesmo, ninguém vai [...]* (sic) (Morador, T1, 2020).

Desta forma, o uso da sede do Diamantina Tênis Clube relaciona-se às festividades, reuniões sociais, encontros políticos, dentre outros e o espaço externo



vinculado as práticas de esporte, além de momento de comunhão entre familiares que eram feitas nestes espaços verdes. Esses são usos do patrimônio que estão registrados na memória do povo. Porém, a falta de manutenção e restauração da sede e do seu complexo esportivo, reduziu o uso pelos *insiders*, sendo um espaço de certa negação devido aos perigos que o bem proporciona, por causa das más condições prediais e do seu entorno, sendo um patrimônio que remete a um local de insegurança e até receio de uso. Por outro lado, vale frisar que os estudantes, especialmente, os matriculados a UFVJM são citados como os sujeitos que mais fazem uso do patrimônio, especialmente, para a prática de esportes.

Com os apontamentos, observação participante, análises complementares por meio das fotografias, contato com os funcionários dos patrimônios e a conversação com os *insiders*, percebemos a **relação destes sujeitos com o Patrimônio imbricado com o Lugar, num sentido amplo de Lugaridade**, uma vez que, é rastreados vínculos entre moradores e espaços, e monumentos que dão sentido de representatividade social local. Tal Lugaridade expressa a partir da relação dialógica dos usuários com as pessoas e as paisagens, ao promover, em certa forma, convívio e intimidade com o patrimônio, aliás, sendo notória a influência deste para a construção do pensamento social (PIAGET, 1996; RELPH, 1993).

A forma que se processa o uso dos patrimônios leva a entendê-los, também, como **paisagens residuais**, constituindo símbolos (i)materiais, aliado a relação simbólico-representativa advindo das histórias, festividades (religiosas ou não), memórias, relatos dos elementos que compõem as paisagens e remetem à construção do lugar pelas pessoas, tal como no sentimento há um relativo orgulho nostálgico das personalidades que foram abalizadas como projetores e ou representantes de Diamantina (no caso JK. e Chica da Silva). Os patrimônios são constantemente lembrados pelos nomes (toponímia) dos estabelecimentos, das ruas, praças, pousadas, nome de festas, dentre outros (COSGROVE, 1998; DEUS, 2010).

Por outro lado, vale destacar que os Patrimônios: *i)* Escola Professora Júlia Kubistchek, *ii)* Clube Tênis e o *iii)* Hotel Tijuco são lembrados, possuem significado e significância histórica com a presença de sentimentos *topofílico*, porém os usos desses patrimônios são limitados, não apresentando a qualidade da oferta natural e autêntico de uso espontâneo pelo povo, porque é repensado a ampla oferta e qualidade para o acesso destes, no qual apresentaremos, no Capítulo 05, algumas propostas de intervenção.

Percebemos ainda uma **relação quase orgânica da compreensão entre os usos dos patrimônios e o sentimento de relação indissociável da história processada no lugar**, que são mencionados como elemento-memórias inerentes à vida destes sujeitos, repassados de geração a geração, à medida que ganha notoriedade de diversos graus de importância e ressignificação. Por essa razão, o que ajuda a promover o conhecimento dos patrimônios na perspectiva do agora, ao aliar o patrimônio a um uso social existente a partir do contexto político, cultural e da geração de renda. Assim, se recorda que: “[...] é ilusão achar que o patrimônio é um elemento que só lembra o que se foi, de quem faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje. O patrimônio é espelho para o presente, o passado é substrato para as nossas reflexões do agora” (BENJAMIN, 1985, p. 139).

Diante do que foi exposto neste capítulo notamos os primeiros sinais do reconhecimento do Conjunto Histórico Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina, seja pelo IPHAN, ou pela UNESCO, de modo que reforça a notoriedade, à identidade local e apresenta a Paisagem, o Lugar como um conjunto dinâmico que torna, através de um processo simbiótico, o patrimônio como elemento indissociável do uso social feito pelos *insiders*, tornando-o um **patrimônio vivo**, especialmente, para os moradores, mas também para os *outsiders* - sujeitos dos distritos, de outros municípios da região, turistas e visitantes.

**Os moradores tendem a reconhecer na junção Patrimônio-Paisagem-Lugar algumas referências históricas e geográficas**, por outros, destacam as singularidades dos objetos, formas e materiais que compõem os patrimônios que dão, em certa medida, sustentação para as diretrizes regulatórias do tombamento, por outro lado, apresentam memórias são singularidades (pessoais), outras coletivas e juntos tecem a consideração de um patrimônio para além do conhecimento dos materiais, modelos arquitetônicos externalizando o sentido real desses bens.

Enquanto, num primeiro momento o patrimônio aparece na forma de monumentos, num segundo, é percebido, em destaque, em atividades usadas pelos grupos sociais em sua vida cotidiana, sendo que esses patrimônios são marcados pela transitoriedade dos afazeres do dia a dia (BENJAMIN, 1985). Neste sentido, passam de “[...] monumentos (os chamados ‘monumentos de pedra e cal’) a bens culturais, que podem ser estruturas arquitetônicas, urbanísticas, objetos, mas que existem inseridos em uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais” (MARTINS, 2014, p. 24).

**Dessa forma, os usos sociais dados aos monumentos estariam contribuindo para a desnaturalização do patrimônio teoricamente imutável e imposto, que, por sua vez, passa a ser concebido como provedor, mediador nos diálogos sociais e elementos identitários construídos pelo Diamantinense.**

Sendo assim, o último capítulo (05) colocará em evidência as discussões dos demais dados obtidos por meio dos trabalhos de campo realizados, na cidade de Diamantina, nos anos de 2018 (exploratória), 2019 e 2020. Dados esses que foram alcançados por meio do contato com os moradores que residem em diferentes áreas da região; das entrevistas com os *insiders* apontados como Porta-Vozes (referências local), ao realizar críticas das intersecções obtidas nas entrevistas com sujeitos que atuam e são responsáveis pelas atividades do patrimônio vinculados ao: Escritório Técnico do IPHAN, da SECTUR, da SMDE e do CMPPCPC de Diamantina.

## CAPÍTULO 05

# OS PATRIMÔNIOS DE DIAMANTINA ENQUANTO REPRESENTAÇÃO SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL



**Figura 53:** Vista panorâmica de Diamantina – Ilustração de Percy Lau, 1944.  
**Fonte:** MACHADO FILHO, 1980.

Patrimônio, identidade e representações sociais são difíceis de serem tratados e problematizados, pois perceber o patrimônio, nessa perspectiva, é despir, em certo grau, de olhares, excessivamente, técnico para tentar compreender como essa relação dá-se entre os homens, os Lugares e as suas Paisagens a partir da memória, da frequência simbólica, utilitária e social do bem cultural nos dias de hoje (BENJAMIN, 1985; DOURADO *et al.*, 2015).

**T**ratar sobre um trabalho que direciona esforços para analisar a legitimidade de um Patrimônio Mundial, a partir da vivência pelos *insiders*, é lançar uma compreensão holística para entendermos o que o Outro sente, percebe e dá sentido ao Lugar, à Paisagem e às suas representações sociais, políticas e culturais que são constituintes de uma identidade individual e coletiva do homem em meio à sociedade (LARAIA, 2003).

Nesse último capítulo da Tese, iremos debruçar a nossa atenção a partir das representações sociais e quando se fala em representação entende-se como a busca de rastreamos ou evidenciarmos os desejos, as afirmações e as angústias da inconsciência humana, aquilo que muitas vezes o Sujeito não sabe como dizer/expressar ou foi negligenciado por pesquisadores que não possuem sensibilidade suficiente para reabilitar a vivência, reacender o imaginário e a memória ao apontar as infinitas possibilidades que se aparece por meio da alteridade, numa relação de Estar com o Outro e, ao mesmo tempo, **estar Presente-Ausente**, ao apresentar um palco para que o *insider* apresente e mostre como é e como entende, o seu Mundo (LEFEBVRE, 2006).

Com os trabalhos de campos realizados e a partir dos contatos com os *insiders* diamantinenses, ficou evidente que a nossa atenção:

[...] está na questão de como a vida adota formas e ganha expressão em experiências compartilhadas, rotinas cotidianas, encontros fugazes, movimentos corporificados, gatilhos precógnitos, habilidades práticas, intensidades afetivas, impulsos duradouros, interações não excepcionais e disposições sociais. A relação está no processo de perceber que nada sabemos até entendermos como o outro entende a sua vida e o mundo onde vive e habita (LORIMER, 2005, p. 84).

A representação, especialmente, para a geografia humanista e cultural, ultrapassa a importante aceção de apresentar ou indicar unidades de cultura, uma vez que, por meio desta é possível resgatar a inteligibilidade que os fatos espaciais adquirem quando são interpretados a partir do contexto do indivíduo e/ou pelo grupo. Para Lorimer (2005), quando os grupos humanos organizam-se, espacialmente, nem sempre têm consciência explícita de todos os processos, significados que são atribuídos, vividos, cotidianamente, no seu Lugar e o que as Paisagens representam, enquanto narradoras de uma sociedade politicamente construída. Assim, cabe, nesse contexto específico do trabalho, **investigar como os *insiders* percebem o conjunto patrimonial de Diamantina (reconhecido pela UNESCO e pelo IPHAN), ao identificar o uso e verificar a sua vivência com os bens**

**ao buscar revelar, em meio ao complexo subjetivo de: valores, crenças, memórias e identidade das representações humanas.**

Nesse contexto, para Gil Filho (2003), a representação pode e deve ser trabalhada, levando em consideração que:

O pesquisador deve ficar atento a representação a partir do momento que ocorre a inter-relação entre o sujeito e o objeto. Neste encontro de extremos há a interpretação do objeto por parte do sujeito, e neste exercício de compreensão do que está posto diante de si engendram-se as representações, permitindo que a interpretação extrapole um campo fechado e originário de onde são elaboradas (GIL FILHO, 2003, p. 04).

Desse modo, a busca de verificarmos qual(is) relação(ões) existe(m) dos *insiders* para com o patrimônio de Diamantina, nos leva a perceber as representações que essa produz e circula entre membros de diferentes grupos sociais. E tal processo nos leva organicamente a **destacar quais são as relações tensionadas pelo poder público para tornar o conjunto patrimonial um elemento de representatividade sociocultural. Além de levantarmos alternativas sugeridas pelos *insiders* e pelo próprio poder público local quanto à legitimidade e ao uso do conjunto patrimonial em questão.**

Lembrando, que os significados compartilhados baseiam-se em representações que: “[...] não apenas refletem a realidade, mas também ajudam a constituir a realidade. As pessoas encontram sentido nos seus mundos e são posicionadas dentro dos mundos sociais através de representações que podem ser materializadas a partir do que é subjetivo” (DUNCAN, 2000a, p. 703).

Desse modo, entendemos que o Lugar da representação refere-se a instância da experiência originária e autêntica que é contextualizada a partir da vivência dos sujeitos e dos atores que promovem alterações das suas paisagens e do seu cotidiano. Sendo assim, se trata de um espaço simbólico que perpassa o espaço invisível dos sentimentos do Eu e projeta os desejos, indignação e enredos socioespaciais do mundo exterior, evocando e elucidando os atores que afetam, positiva e negativamente, o seu modo de Pensar-e-Ser no mundo; neste caso é o que veremos, a seguir, conseqüentemente, traz nuances da percepção dos indivíduos frente ao mundo edificado, imaginado e desejado dos habitantes da cidade (LARAIA, 2003).

Dessa forma, muito mais do que promovermos apontamentos sobre o mundo do Outro, buscamos entender o que os interlocutores têm a dizer, nos ajudando a interpretar aquilo que só eles possuem: vivência, experiência, intimidade, intensidade, compromisso

afetivo com o Lugar e com o Patrimônio. Sendo assim, apresentamos o último capítulo deste trabalho como sendo a busca de inferirmos:

[...] uma instância da experiência originária na contextualização que somente o sujeito e o objeto do estudo pode nos mostrar. Sendo assim, trata-se de construir um espaço que transcorre o visível e nos projeta no mundo, mostrando diferentes caminhos para entendermos o ontem, o agora e, quem sabe, o amanhã (GIL FILHO, 2003, p. 03).

Dessa forma, apresentamos a continuidade da pesquisa realizada com os *insiders* diamantinenses.

### **5.1 Paisagem e Lugar: os estabelecidos, a representação social a partir do uso e apropriação do seu patrimônio mundial.**

Esta etapa do trabalho consiste em apresentar e discutir os dados obtidos pelos exercícios dos trabalhos de campo realizados, na cidade e por meio da aplicação dos questionários direcionados aos *insiders*, com um universo de cinquenta (50) participantes, sendo pesquisados cinco (05) diferentes regiões/bairros de Diamantina, em que cada bairro aplicou-se dez (10) questionário para distintos moradores.

Os critérios das escolhas dos interlocutores foram baseados em dois (02) aspectos, a saber: *i*) serem naturais de Diamantina e *ii*) estabeleceram residência na região/bairro a mais de 20 anos. Nesse intento, os sujeitos da pesquisa são, em sua maioria (27) do sexo feminino, contrapondo, a minoria (23) do sexo masculino, numa faixa etária entre 24 a 82 anos.

Os bairros escolhidos foram os seguintes: *i*) Centro histórico colonial tombado como patrimônio mundial pela UNESCO; *ii*) da Palha, *iii*) Rio Grande, *iv*) Largo Dom João e *v*) Cidade Nova. A escolha desses bairros possuem duas (02) justificativas/critérios: primeiro pelo fato dos quatro (04) primeiros serem bairros antigos da cidade, com a presença de residentes naturais de Diamantina, os quais são de idade avançada e com um tempo de permanência no local há mais de 70 anos. Já o bairro Cidade Nova faz parte de uma ocupação territorial recente, datando de 1980, sendo um dos bairros mais distante do centro colonial (DIAMANTINA, 2019).

A segunda justificativa/critério: faz-se porque o centro histórico colonial tombado é considerado um centro terciário polifuncional, com dinamismo econômico obtendo, ali,

maior circulação de pessoas para obtenção de produtos ou para práticas culturais e de lazer aliados ao uso dos patrimônios. O bairro Largo Dom João é considerado uma zona pericentral, com função residencial predominante, mas com a presença de subcentros, tanto polifuncionais como de serviços especializados, obtendo presença e circulação de vários moradores em atividades de compra, lazer e ficando próxima a região central da cidade (AMORIM FILHO, 2015).

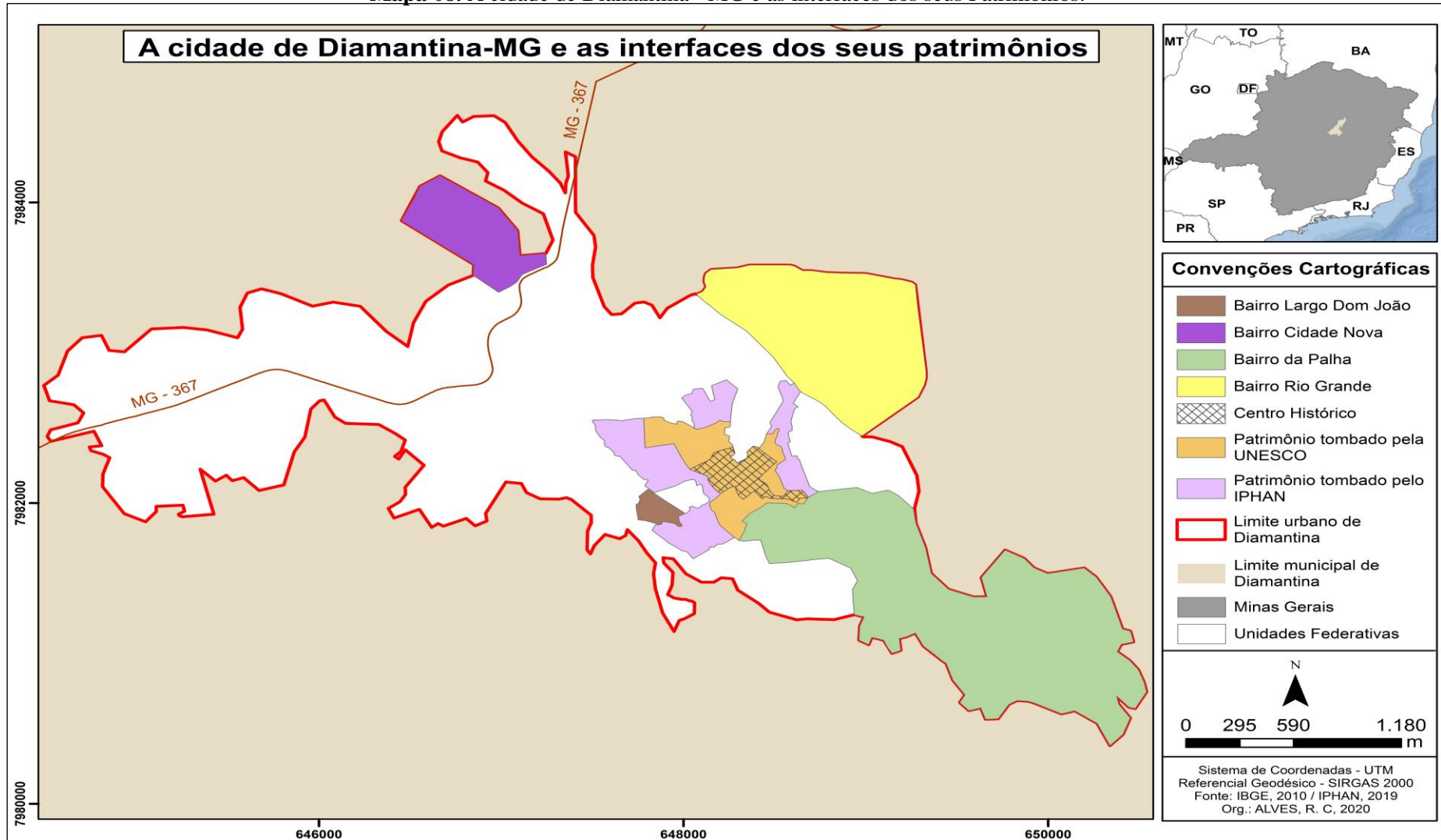
Na verdade, os bairros da Palha e Rio Grande são considerados periferias contínuas e descontínuas; ambas com poucos serviços e atividades culturais locais. Por fim, o Bairro Cidade Nova é compreendido como um espaço periurbano, em que se misturam aspectos socioculturais rurais e urbanos com pouca presença dos moradores nas atividades que ocorrem na área dos bens tombados (AMORIM FILHO, 2015).

Sendo assim, temos as seguintes **representatividades dos recortes**: *i*) moradores que residem na região colonial tombada, com tempo de residência expressiva no local e possuem contato direto e indireto com o patrimônio mundial, *ii*) moradores residentes à margem da região colonial tombada que têm relativa interação com o patrimônio; e *iii*) moradores que residem distante da região central e com pouco contato/uso com os patrimônios.

No Mapa político 08, é possível localizar os bairros, anteriormente, citados e destacar as áreas reconhecidas e tombadas pelo IPHAN e pela UNESCO, na cidade de Diamantina.



Mapa 08. A cidade de Diamantina - MG e as interfaces dos seus Patrimônios.



Fonte: IBGE, 2010; IPHAN, 2019.

Organização: Próprio autor (2020).

Os apontamentos foram construídos a partir do método aplicado por meio de 04 (quatro) atividades de trabalhos de campo realizados entre os anos de 2019 a 2020 executados a partir da aplicação das seguintes técnicas e ferramentas de pesquisa:

- i. **Questionário e Conversação:** realização de diálogos com os interlocutores, ora por meio da aplicação de questionário (APÊNDICE II), ora a partir de conversação, à medida que atentava para a relação existente entre patrimônio, uso, vivência, legitimidade, ações de valorização da cultura, patrimônio, promoção da identidade da população povo, do Lugar e da Paisagem;
- ii. **Fotografia:** um interlocutor residente em cada região pesquisada foi convidado a promover o registro de uma fotografia capaz de representar o seu bairro, com objetivo de colaborar na descrição da área em que os pesquisados vivem e estabelecem moradia;  
e;
- iii. **Instrumentos:** utilização do diário de bordo, questionário, gravador e máquina fotográfica digital.

Vale frisar, que **inserimos respostas obtidas por meio da aplicação dos questionários e das conversações realizadas com os interlocutores que sintetizavam, ou representavam as devolutivas na maioria dos sujeitos pesquisados (BRANDÃO, 1986).** As falas foram incluídas na íntegra, inclusive com os erros ortográficos e linguísticos, com a inserção de pseudônimos para respeitar o anonimato dos sujeitos, obtendo a apresentação das respostas, no texto, a partir do termo Morador, acompanhado das siglas iniciais do nome do Bairro que é residente e o ano da realização da pesquisa, obtendo, por exemplo, a seguinte referência: (sic) (Morador CH, 2019).

No **Bairro Centro Histórico** a aplicação do questionário ocorreu de maneira sucinta e eficaz, onde os moradores pesquisados mostraram-se abertos para promover as interlocuções sobre o Patrimônio e suas peculiaridades advindas do uso e da relação identitária com o mesmo. Um aspecto peculiar registrado, no exercício, dos trabalhos de campos nessa região foi a tarefa de agendamento da aplicação do questionário e da conversação com os moradores mais antigos; ao mesmo tempo, os moradores mais jovens se disponibilizaram prontamente em participarem da pesquisa.

O bairro Centro possui uma grande importância no que tange à oferta de serviços, comércios, atendimentos ao turismo, mesclado aos prédios residenciais, entre outros. Além disso, é fato que o centro, por ser uma área de tombamento de patrimônios vivos, via instâncias: Mundial e Federal, conseqüentemente, possui volumosa presença de *insiders* e *outsiders*. Nesse contexto, para iniciarmos a pesquisa solicitamos um dos interlocutores da região para capturar uma imagem fotográfica que melhor representa o seu bairro. E, obtemos o seguinte registro destacado pela Figura 54, que segue:



**Figura 54:** Vista do Bairro Centro em Diamantina-MG).  
**Fonte:** Morador CH, 2020.

Ao observar a Figura 54 é possível perceber que a arquitetura das residências remete ao estilo colonial, sendo uma das características do centro histórico da cidade que possui um conjunto arquitetônico em bom estado de conservação. Ao fundo pode-se observar a presença da Igreja Nossa Senhora do Carmo, o que demonstra a possível proximidade dos moradores com os patrimônios ao se tratar do aspecto localização geográfica.

Solicitamos ao morador que fizesse a descrição do bairro, o qual apresentou da seguinte maneira:

*O Centro é o bairro que detém quase toda a sua estrutura do século XVIII, com casarões e igrejas. É um polo predominantemente turístico e comercial, pois conta com lojas, bancos e farmácias. Sua economia é baseada principalmente nas lojinhas de artigos que recebem turistas e nas festas que ocorrem no Mercado Velho. Grande parte dos moradores são de famílias tradicionais da cidade, assim como alguns estudantes moram na região (sic) (Morador CH, 2020, grifo nosso).*

Nota-se que a descrição feita pelo morador sobre a região do Centro Histórico Colonial destaca como sendo um bairro que oferece serviços comerciais, caracterizando-o também como um polo turístico devido à existência de lojas de artigos, restaurantes, repúblicas estudantis e outros estabelecimentos que atendem os *outsiders*, além de ser a região que acontece a maioria das festividades do município e ser um território popularmente conhecido por sediar a maioria das residências de famílias tradicionais da cidade. A descrição feita pelo morador CH condiz com a apresentada por Amorim Filho (2015), pois o citado autor ainda acrescenta a importância do bairro para além do próprio município, em razão da oferta de serviços urbanos atender moradores de outros municípios da região do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri.

Ao questionar os moradores da região sobre “o que é patrimônio cultural para vocês?”. Seleccionamos duas (02) devolutivas que sintetizam o sentido dado pelos interlocutores do centro, sendo as seguintes: “*Patrimônio cultural é a preservação da história do povo de Diamantina e da nossa identidade*” (sic) (Morador CH1, 2019), “[...] *é o que representa a cultura dos nossos pais e que agora tentamos preservar*” (sic) (Morador CH2, 2020), onde foi possível identificar que todos os moradores apresentam certa sensibilidade identitária, memorialística em relação ao patrimônio cultural ao relacioná-lo com a história da comunidade e ao reconhecer a importância da tarefa de preservá-lo.

Pedi-se para que os interlocutores “escolhessem um lugar na cidade o qual tirariam um registro que pudessem mandar/enviar a um ente querido e mencionasse o porquê da escolha desse local”. Os lugares mais citados foram: (04) o Mercado Velho, a (05) Catedral e a (01) Praça central. Como justificativa das escolhas obteve-se algumas justificativas, a saber: “[...] *pela importância histórica que ele possui [Igreja], pela nossa forma de entender a fé e o cristianismo*” (sic) (Moradora CH3, 2019); além disso sinalizaram que: “[...] *o mercado [mercado velho] é o lugar que o povo se encontra. Vira um local de referência que conhecemos pela história e pelo dia mesmo*” (sic) (Moradora CH4, 2019) e “*passamos aqui [praça] toda hora, é aqui que todos passam, e é um ponto que o daqui usa, o turista, o morador, todo mundo [...]*” (sic) (Moradora CH5, 2020).

Pela devolutiva dos interlocutores, se percebe que os Lugares mencionados como referências são bens reconhecidos como patrimônios históricos, tanto de uso e natureza religiosa, como festiva e do fazer do cotidiano, o que nos remete que os bens culturais

fazem parte do imaginário identitário individual, coletivo e se apresentam como elementos de uso diário/comum para os moradores

Deste modo, se pergunta aos pesquisados se “o patrimônio histórico é um instrumento importante para eles, a ponto de fazerem parte de suas vidas?”. Como devolutiva, todos (10) os interlocutores responderam como positivo, justificando devido à convivência diária que possuem com os bens por ser símbolos e elementos culturais da cidade e da história dos moradores.

Ao questionar sobre o “que mais agrada os moradores em viver numa cidade conhecida como patrimônio da Humanidade?”. Podemos sintetizar as devolutivas a partir das seguintes narrativas: “*O turismo. Eu gosto dessa relação com os turistas que vem conhecer a cidade, traz renda e é uma satisfação receber eles*” (sic) (Moradora CH6, 2019) e “[...] *pela história de Diamantina, sou apaixonado pela história do nosso povo, me traz calma e um sentimento de alegria em ter pessoas que gostam daqui*” (sic) (Moradora CH7, 2020). Vale destacar, que esses dois (02) argumentos que emergiram como catalizadores das respostas dos pesquisados para a questão, se mostrar como central, sendo: o orgulho da história local e as satisfações: financeira, emocional/afetiva, de receber os turistas à cidade, o que reforça que na região central a relação dos *insider* com o *outsider* é harmônica.

Sobre o que “desagrada em viver na cidade?”. Nenhum morador pesquisado apresentou algum motivo que os remeteria fobia, declarando, assim, a satisfação dos *insiders* do bairro Centro em morar na cidade. Dito isto, se pergunta aos moradores se “eles se sentiam parte do patrimônio de Diamantina”. E, como devolutiva, todos (10) os pesquisados afirmaram positivamente, isso devido “*Pela vivência na cidade, das pessoas que criamos aqui e que ao lembrar das pessoas, a gente lembra dos patrimônios. A cidade ainda dá para criar filhos, para dá valor, e o patrimônio ajuda também a ensinar os filhos sobre fé, sobre respeitar a história [...]*” (sic) (Moradora CH6, 2019), demonstrando uma intrínseca relação de pertencimento dos moradores pesquisados com a história dos patrimônios sendo, aliás, indissociável à história de vida dos moradores.

Na sequência questionamos aos nossos interlocutores se “para eles o patrimônio representava mais a história do povo ou uma imposição do governo?”. A maioria, nove (09) moradores, disseram que representa mais a história do povo pela “[...] *importância do patrimônio está ligado a importância da sociedade, pois a nossa vida é feita nela.*

*Vivemos usando os patrimônios, casamentos, batizamos, criamos filhos, vivemos nele* (sic) (Moradora CH6, 2019) e apenas um (01) sinaliza que representa mais uma imposição do governo, pois “[...] *não podemos fazer tudo o que desejamos, mesma a posse da casa sendo minha. Eu, uma senhora de 72 anos pedir autorização para o que tenho que fazer, não acho certo, não tem cabimento*” (sic) (Moradora CH7, 2020).

Perguntou-se ainda “quem, segundo os moradores, o patrimônio representa?”. Para todos (10) os nossos pesquisados o patrimônio representa o povo, pois:

*[...] mesmo escutando que muitos não gostam do IPHAN, da Prefeitura e da cidade, porque a gente ouve isso mesmo, penso que a história não se apaga, não esquece, e entendo que isso é importante para todos. O patrimônio representa o que a gente construiu, inclusive isso agora, o dia a dia que a gente vive, não se apaga a história do lugar, de ninguém* (sic) (Moradora CH8, 2020).

Se tratando da questão de representatividade, se pede aos pesquisados para caracterizar alguns grupos sociais que representam o patrimônio, por nível de representatividade. E, as respostas estão inseridas, na Tabela 01, a seguir:

**Tabela 01:** Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro Centro - Diamantina/MG).

REFERÊNCIAS QUE PODEM SER REPRESENTANTES DO PATRIMÔNIO	NÍVEL DE REPRESENTATIVIDADE		
	MUITO	POUCO	NENHUMA
Comerciantes	100%	--	--
Líderes de Igrejas	90%	10%	--
Líderes de associação de bairros	100%	--	--
Artesãos	100%	--	--
Estudantes	100%	--	--
Políticos - vereadores, prefeito etc.	40%	60%	--
Morador comum do seu bairro	90%	10%	--
Qualquer residente natural de Diamantina	70%	30%	--
SECTUR / IPHAN CMPPCPC / SMDE	50%	50%	--

**Fonte:** Pesquisa direta 2020.

Conforme os dados apresentados pela Tabela 01, os comerciantes, líderes de associações de bairro, os artesãos e estudantes são genuínos representantes para todos os moradores (10) do Centro, sendo capazes de representar o patrimônio; seguidos (09) dos líderes de igrejas e moradores comum do bairro. Outro aspecto importante é a sinalização

da maioria dos pesquisados (07) assinalarem que para serem representantes dos bens culturais os sujeitos devem ser naturais do Lugar, neste caso de Diamantina, um *insider*. Já os políticos têm, para a maioria dos pesquisados (06), pouca representatividade no que tange em serem sujeitos que poderiam representar os seus patrimônios, contrapondo a minoria (04) que sinalizaram que os políticos locais poderiam representar tal pauta. Já os Secretários da SECTUR, do IPHAN, do CMPPCPC e da SMDE ficam empatados em muita (05) e pouca (05) representatividade.

Perguntamos aos nossos interlocutores “quem você escolheria para ser a Porta-Voz do Povo e o Representante do Patrimônio?” Para a grande maioria (07) a **Chiquinha do Pastel** os representa pois, “*ela conhece o povo, anda a cidade toda e é pessoa simples, conhece bem o que cada um pensa por que conversa com todos. Ela é nascida aqui, isso vale muito porque não tem interesse em nada [...]*” (sic) (Moradora CH7, 2020), seguido de (02) **Thiaguinho França**, “*porque ele briga e coloca a cara para bater por coisas que ele ver como errado, ele é conhecido por toda cidade. Ele é novo e sabe o que todos querem [...]*” (sic) (Moradora CH6, 2019), por último, (01) **Alex baixinho**, “*ele é um comerciante que luta pelos direitos do povo e é do comércio, ele sabe da cultura e podia nos representar. Ele direito pede para falar na câmara, ele participa das decisões dos moradores, dos comerciantes [...]*” (sic) (Moradora CH4, 2019).

Em relação ao uso do patrimônio, perguntou-se aos moradores “se eles se sentem motivados a conhecer os bens culturais tombados”. A maioria sete (07) dos interlocutores afirmaram positivamente e destacaram que são motivados a conhecerem os bens culturais a partir dos eventos que ocorrem na cidade, promovidos tanto pelo poder público como por iniciativa privada, e, quando recebem amigos e familiares, levando-os aos bens e espaços tombados. A minoria, três (03), disse que não se sentem motivados em conhecerem os patrimônios, pois já conhecem todos os espaços e bens, que não os atraí por ser algo já naturalizado.

Sobre o usos dos patrimônios, a maioria (08) dos interlocutores sinalizaram que frequentam os patrimônios da cidade, chegando a visitar os espaços e os bens tombados de 2 a 3 vezes por semana, desse modo, as praças, as igrejas e o mercado são os espaços mais frequentados. Contudo, a minoria (02) afirmaram que não frequentam com assiduidade os patrimônios devido à idade já avançada. Ainda vale destacar que a maioria (08) dos pesquisados sinalizam saber os horários de funcionamento dos patrimônios e que

obtem essa informação por meio de folhetos, programa de rádio e ou interesse próprio, sendo que a minoria (02) não sabe sobre os horários de funcionamento de todos os patrimônios, sinaliza saber dos horários de funcionamento apenas das igrejas e do mercado velho.

Na sequência, foi questionado aos moradores “se eles possuíam facilidade ou dificuldade de acesso aos patrimônios”. Como resposta, todos (10) os moradores afirmaram ter facilidade de acesso, porém foram unânimes em sinalizar que o poder público deve reavaliar a cobrança de valores para entrada em alguns patrimônios, pois *“quem é morador deve ter a entrada liberada, já pagamos nossos impostos em dia, não vejo essa necessidade disso. Veja só, isso até motiva o povo a ir com mais frequência”* (sic) (Moradora CH7, 2020). Sendo assim, se nota que os moradores do bairro centro, que está localizado dentro da área de tombamento e diretamente próximo aos patrimônios, consideram que possuem facilidade de acesso aos bens culturais e destacam que isso se deve:

*[...] pela proximidade, pelo dia a dia, mas também, pelo interesse da nossa família. Se você reparar o povo que mora aqui no bairro tem mais contato com os eventos culturais e isso é porque somos motivados desde pequenos, não entendo que essa proximidade seja só porque moramos perto, mas porque somos motivados desde pequenos a ir nesses bens que são comuns para nós* (sic) (Morador CH8, 2020).

Perguntamos aos nossos pesquisados se já tinham ouvido falar sobre os órgãos, IPHAN, UNESCO e Conselho Municipal do Cultura. Todos (10) afirmaram positivamente e as suas opiniões sobre esses órgãos são as seguintes: *“considero que são necessários, temos que ter órgãos que cuida da cultura e que educam o povo ”* (sic) (Morador CH7, 2020); sendo *“importantes para proteger a cultura da cidade e nos informar o que podemos e não podemos fazer”* (sic) (Moradora CH9, 2020) mas, sinalizam que: *“acho que, às vezes, são muito rígidos nas regras e indicaria que eles fossem mais claro com a gente, às vezes ficamos com receio do que podemos e não podemos fazer [...]”* (sic) (Morador CH8, 2020). Demonstrando, que os moradores reconhecem a importância desses órgãos para o fomento da cultura, porém fica em evidência a necessidade do maior diálogo dessas instituições quanto a sensibilizar e fazer entender as normatizações e marcos regulatórios que são inerentes aos serviços ofertados, especialmente, do IPHAN, tornando evidente os direitos e deveres dos moradores e órgãos públicos.



Além disso, indagou aos moradores “se eles sentiam algum incômodo com as imposições feitas pelo IPHAN e UNESCO sobre os patrimônios”. A minoria (04) afirmou positivamente e a maioria (06) sinalizou que não, sendo um dos incômodos “*pela burocracia para se fazer reformas na casa, não entendemos muito bem quem devemos procurar e quando conseguimos falar com alguém é muito confuso, demorado e tem muita burocracia*” (sic) (Morador CH8, 2020). Diante do exposto, constata que os moradores reconhecem a importância da atuação destes órgãos, mas um relativo desconforto em relação à algumas restrições, como, por exemplo, de alteração das faixadas para promoverem o prolongamento das garagens, fato que incomoda os moradores que apesar de morarem ali há muitos anos não possuem autonomia de (re)construir as suas paisagens sem consultar os órgãos competentes.

Sobre as possíveis alternativas para minimizar situações como as mencionadas anteriormente, foi perguntado aos moradores “se eles já haviam sido convidados a participar de eventos ou assembleias que decidissem o rumo dos patrimônios”. A maioria (07) afirmou que já foi convidada como ouvintes e a minoria (03) afirma nunca ter sido convidado, o que reforça a necessidade de ampliar a participação popular nos rumos dos bens culturais pois, mesmo observando que a maioria dos pesquisados foram convidados pelo poder público, ainda deparamos com moradores que: “*nunca fui em assembleia e nem em reuniões, o que a gente perceber é muito evento de festa, mas pouca informação para colocar o morador a par com o que está acontecendo ou de nos dá espaço para falar o que pensamos, o povo tem que ter vez de falar, e não é bem assim aqui*” (sic) (Moradora CH7, 2020).

Diante da devolutiva da última questão, pedimos os moradores para assinalarem as ações que eles consideravam como importantes para que o povo tenham mais acesso aos bens e se senta mais pertencentes ao patrimônio. E, se percebe que para todos os pesquisados (10) existe o desejo da priorização de ações que levem os *insiders* utilizarem melhor os patrimônios, ao sinalizar como uma demanda urgente, tanto na promoção de cursos quanto nas palestras sobre a história dos bens e espaços em questão.

Por último, em relação ao ato de decidir, procurou descobrir qual atitude os moradores teriam ao poder de decidir acerca de um patrimônio colocou-se a seguinte questão, “Manter o patrimônio de Diamantina, alterá-lo ou destruí-lo?”. Sendo que maioria (08) decidiria por manter o patrimônio, pois “*a história da cidade deve ser*

*respeitada, ninguém tem o direito de manchar o que vivemos, se alguém não gosta deve falar agora acabar? Por quê? A nossa história está aqui”* (sic) (Moradora CH9, 2020). Contrapondo a minoria (02) que sinalizou por alterar o patrimônio pois, *“queria aumentar a minha sala, a garagem, fazer um outro banheiro em casa, mas respeitando a arquitetura”* (sic) (Morador CH8, 2020); e vale frisar que nenhum dos pesquisados optou por destruir o patrimônio.

Nota-se que os moradores do bairro centro tem uma sensibilidade atenuada em relação ao patrimônio e ao sentimento de pertencimento, pois em nenhum momento, se constata nas respostas dos interlocutores aversão ao patrimônio ou descontentamento em morar na cidade de Diamantina, pelo contrário, se percebe que apesar de não serem totalmente a favor das ações de instituições que fiscalizam e regulamentam os bens tombados, os usuários são compreensivos e entendem o papel destas para a manutenção e preservação da cultura local. Além disso, os resultados mostram que os moradores sentem-se parte do patrimônio e o tem como símbolos identitários. Contudo, se nota que existe a necessidade e desejo, de inserir estes moradores nas assembleias, eventos relacionados aos rumos dos patrimônios na cidade.

Dando sequência à pesquisa apresentamos os dados obtidos a partir do trabalho de campo realizado na região **Bairro Cidade Nova**, destacando, aliás, que fomos recepcionados pelos *insiders* de maneira cordial e prestativa. E, buscando captar a percepção dos próprios moradores sobre o seu bairro, solicitamos a um nativo que captasse um registro fotográfico capaz de descrever o seu Lugar, assim, obteve a Figura 55:



**Figura 55:** Vista do Cidade Nova em Diamantina-MG).  
**Fonte:** Morador CN, 2020.

Para o *insider*, o seu bairro é concebido da seguinte maneira:

*O bairro Cidade Nova está localizado a cerca de 3 quilômetros do centro de Diamantina. Sua população residente é formada, principalmente, por trabalhadores que fazem o movimento pendular, saem para trabalhar em outros bairros e distritos. Predomina a população de baixa renda, as casas construídas são amontoadas, que se formam a partir de outras construções, os conhecidos “puxadinhos”. No bairro há poucos comércios, sendo que os moradores se deslocam, na maioria das vezes, até outros bairros para fazer suas compras. Sua estrutura se dá de forma caracterizada por ser uma ocupação causada pela má distribuição urbana da cidade. Seu crescimento se dá em direção ao Parque estadual do Biribiri e está separado por um rio, do bairro Jardim Imperial, que possui infraestrutura de ponta, casas e condomínios de luxo (sic) (Morador CN, 2020, grifo nosso).*

Logo, se entende que a partir da descrição apresentada pelo morador o bairro é relativamente distante do centro ao caracterizá-lo como uma área periurbana, porque é uma amalgamação do espaço rural e urbano no contexto da cidade de Diamantina, onde a percepção do morador, condiz com a descrição das pesquisas realizadas pelo professor Amorim Filho (2015).

Iniciamos esta etapa da pesquisa perguntando aos nossos interlocutores “o que significava patrimônio cultural?”. Para a maioria (09) dos pesquisados, o patrimônio cultural está ligado à cultura e ao modo de ser local e a minoria (01) não soube responder. Conforme os moradores “o patrimônio cultural é um jeito de expressar a história, de marcar o que a sociedade construiu, como sendo a cultura do povo” (sic) (Moradora CN1, 2020) como uma maneira “[...] de apresentarmos aos nossos filhos e netos a história dos antepassados e do povo de hoje” (sic) (Moradora CN2, 2020).

De maneira hipotética perguntou-se aos pesquisados “se eles tivessem que captar uma fotografia da cidade para mandar a um ente querido, qual seria o local escolhido e qual o significado deste local para eles”. A maioria (07) escolheram a catedral, seguida de (03) cachoeiras e o motivo citado foi a beleza destes locais, pois “a igreja representa a história daqui, além de ser grande, bonita, cheia de casas ao lado que monta uma cena bonita, acho que é uma paisagem que representa aqui porque o povo gosta de ir para a igreja” (sic) (Moradora CN3, 2019). E afirmou que é: “porque é um lugar que acho bonito, é bem próximo do bairro e todo mundo daqui gosta de natureza para descansar, todo final de semana o povo vai para as cachoeiras, o que tem mais perto e ainda não gosta [...]” (sic) (Morador CN4, 2019).

Perguntou-se aos moradores se para eles “o patrimônio histórico é importante ao ponto de fazer parte de suas vidas e histórias”. A resposta obtida mostra que para a minoria (03) dos pesquisados o patrimônio é importante e faz parte de suas vidas, ao ser “*uma maneira das pessoas daqui não esquecer do que foi o passado e de entender o que os outros já fizeram [...]*” (sic) (Morador CN7, 2019), enquanto a maioria (07) responderam negativamente. Sendo assim, para uma parcela significativa de *insiders* o patrimônio não agrega valor cultural, político e social. Conforme, os moradores apontaram, porque “*o patrimônio para nos tem outro valor, valor de ir e comprar as coisas no centro, de ir para pagar conta, mas não tem essa importância de cultura, de o que a gente entende de identificação*” (sic) (Morador CN5, 2019), ao ser “*um patrimônio que não agrega em nada [...]*” (sic) (Morador CN6, 2020).

Além disso, ao indagarmos sobre “o que mais agrada em viver em uma cidade conhecida por ser Patrimônio da Humanidade” a resposta obtida foi negativa, pois a maioria (09) dos moradores sinalizaram em suas devolutivas com emblemática palavra “*nada*” (sic) (Moradora CN8, 2019) e, ainda afirmam que “*não lembro de nada que me agrada, só se fala disso na cidade e não entendo, o povo não tem só isso pra lembrar, tem outras coisas que damos importância*” (sic) (Morador CN9, 2019). Contrapondo a minoria (01) que afirma: “*tenho satisfação de viver aqui, porque somos conhecidos pelas histórias do patrimônio [...]*” (sic) (Morador CN, 2020). Este aspecto de certa negação do patrimônio revela outro grande vazio de significado e significância dos moradores do bairro Cidade Nova em relação aos bens culturais e, até mesmo, aparece a insatisfação destes ao entenderem que o poder público dá uma atenção excessiva ao conjunto patrimonial tombado da região central, ao levantar a pauta de se repensar políticas públicas que valorizam os modos de vida e expressões culturais do moradores do bairro.

Em seguida, perguntamos “o que desagrade os moradores de viver em uma cidade reconhecida como patrimônio da Humanidade”. E, em todas as respostas são evidenciadas duas questões centrais: *i*) a falta de emprego, pois “*muitas empresas não vem pra cá porque é difícil; o prefeito só pensa em turista*” (sic) (Moradora CN8, 2019) e na *ii*) falta de investimentos urbanísticos para o bairro, pois “*aqui não tem asfalto, falta ponto de ônibus bom, rede de esgoto, tanta coisa para melhorar e só o foco de tudo tá no patrimônio [...]*” (sic) (Morador CN9, 2019). Este sentimento estar, em certa medida, ligado a própria falta de infraestrutura do bairro em que residem e se observa nos

seguintes trechos das devolutivas dos interlocutores, ao sinalizarem que: *“aqui no bairro falta um pouco de tudo, e o de trabalho é o pior, aqui falta esgoto e, até, água, às vezes, mas emprego é o pior de tudo. Não tem onde trabalhar”* (sic) (Morador CN7, 2019); *“não tem oportunidades para todos, ou você conhece alguém para te indicar ou você fica desempregado”* (sic) (Morador CN7, 2019) e *“aqui falta de calçamento até orelhão de telefone, tudo mesmo, não é só choradeira, é só você olhar com atenção, você tá andando e você vê [...]”* (sic) (Morador CN9, 2019).

Percebe-se que as reclamações dos moradores pesquisados são tocantes à infraestrutura urbana que não atendem às necessidades dos moradores e pela ausência de emprego, dessa forma, os moradores percebem que o trabalho do poder público está voltado, especialmente, para a região tombada como conjunto patrimonial, em detrimento da oferta de serviços, atividades, geração de renda, emprego e infraestrutura para o bairro em que residem.

Outrossim, se pergunta aos moradores se “eles se sentem parte do patrimônio de Diamantina”. A minoria (03) se consideram parte do patrimônio, baseando suas respostas em: *“porque sou morador local e vejo a história daqui em alguns prédios e casas, das pessoas que moraram aqui e que hoje todos falam”* (sic) (Morador CN9, 2019) e *“moro aqui há mais de 26 anos e ninguém me fala que isso não tem importância, não pode ter muita mas, tem, porque vivemos aqui e conhecemos a casa de Chica e do JK., o mercado”* (sic) (Morador CN7, 2019). Em contrapartida, a maioria (07) dos moradores não se consideram parte do patrimônio, destacando que: *“até vamos lá, eu insisto para meus filhos entenderem a história. A gente respeita, mas sentir essa ligação forte não, tenho isso mais com a natureza [...]”* (sic) (Moradora CN6, 2020).

Além disso, ao questioná-los se “o patrimônio representa a história do povo ou apresenta como uma imposição do governo”, a minoria (03) dos pesquisados afirmou que o patrimônio representa a história do povo, onde apontaram que *“a história do povo daqui é importante, meu filho aprende na **escola** e eu também falo com ele sobre o que os prédio, as praças, igrejas, entende [...]”* (sic) (Moradora CN8, 2019, grifo nosso). Contudo, para a maioria (07) dos *insiders* o patrimônio é uma imposição do governo pois, *“a prefeitura e nenhum outro órgão nos chama para nada, os eventos ocorrem lá no centro. O que para nós é importante, só para votar? Acho que eles impõem para ganhar*

*dinheiro lá, para os turistas, os donos de lojas, os estudantes, os que tem poder com eles” (sic) (Moradora CN9, 2019).*

Perguntou-se para os pesquisados “quem o patrimônio representa”. E, a maioria (04) destacaram o IPHAN, seguido (03) da UNESCO, dos moradores (02) e, por fim, a minoria (01) sinaliza, a prefeitura. Percebe-se que o povo é a terceira opção mencionada, mesmo sendo parte essencial para a história e a manutenção do patrimônio. Os órgãos, são os destaques como representantes dos patrimônios locais. Desse modo, se pode relacionar estas respostas a própria atuação desses órgãos e, por outro lado, pelo frágil uso e pouca efetividade da educação patrimonial aos moradores do bairro, pois:

*Para dá valor a algo temos que sentir como verdadeiro e sendo nosso. Isso não acontece aqui, a gente vê o IPHAN trabalhar, isso que a gente sabe, e tudo que é placa de patrimônio tem o nome deles, mas como a gente participa? Complicado para quem é pobre viver em Diamantina, em tudo nos é excluído (sic) (Moradora CN9, 2019).*

A seguir, se pede aos pesquisados para apontar referências que caracterizariam como representantes do patrimônio, sendo que o nível de representatividade foi caracterizado como: (1) muito, (2) pouco e (3) nenhuma.

As respostas obtidas estão expressas, na Tabela 02:

**Tabela 02:** Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro Cidade Nova - Diamantina/MG).

REFERÊNCIAS QUE PODEM SER REPRESENTANTES DO PATRIMÔNIO	NÍVEL DE REPRESENTATIVIDADE		
	MUITO	POUCO	NENHUMA
Comerciantes	100%	--	--
Líderes de Igrejas	100%	--	--
Líderes de associação de bairros	90%	10%	--
Artesãos	90%	10%	--
Estudantes	90%	10%	--
Políticos - vereadores, prefeito etc.	--	20%	80%
Morador comum do seu bairro	90%	10%	--
Qualquer residente natural de Diamantina	70%	30%	--
SECTUR / IPHAN CMPPCPC / SMDE	60%	40%	--

**Fonte:** Pesquisa direta, 2020.

Conforme destacado na Tabela 02, os comerciantes e os líderes de igreja foram apontados por todos os pesquisados (10) como sujeitos capazes de representar, de

maneira veemente, os patrimônios; seguidos (09) de líderes de associações de bairros, artesões, estudantes e moradores comuns do seu bairro. Para a grande maioria (08) dos nossos interlocutores os políticos, tal como os vereadores e prefeitos, não possuem qualquer representatividade. Além disso, para uma parcela (07) dos pesquisados qualquer dos residentes naturais de diamantina têm muita representatividade para representá-los. Por fim, vale destacarmos que para uma parcela significativa (06) dos *insiders* a SECTUR, o IPHAN, o CMPPCPC e a SMDE possuem muita representatividade para representar os destinos dos patrimônios.

Sendo assim, para **os pesquisados os que mais representam o patrimônio são os comerciantes, líderes de igreja e os moradores do seu próprio bairro; e os que menos representam o patrimônio são os políticos.** Um fato observado sobre as respostas obtidas relaciona-se aos pesquisados os seus vizinhos ou moradores comuns do mesmo bairro tem maior representatividade do que um residente natural de Diamantina, o que nos leva a entender, então, que as respostas estão relacionadas a um sentimento de união e bairrista dos pesquisados, ou uma aversão ou *fobia* dos Outros sujeitos distantes do convívio da comunidade.

Aproveitando o momento, perguntamos aos nossos interlocutores “quem você escolheria para ser a Porta-Voz do Povo e o Representante do Patrimônio?” Para a grande maioria (06), o nome **Gilmara Paixão** foi sinalizado, seguido de (02) **Thiaguinho França** e de (02) **Bernardo da Oficina**. A expressiva escolha de Gilmara Paixão deve-se a sua representação política social, uma vez que:

*[...] ela vem aqui, escuta as nossas angústias e nos ajuda na rádio, na internet, ela luta pela população e não aguenta levar desaforo. Por isso eu ela é conhecida tanto aqui como na cidade toda. Ela vem lutando pela gente e já conseguimos muitas coisas aqui, como melhoria de atendimento na saúde, quando a água vem muito suja ou falta ela reclama e logo resolve [sic] (Moradora CN8, 2019).*

Perguntou-se aos pesquisados se eles são motivados a conhecer o patrimônio e apenas um (01) morador respondeu positivamente e afirmou que: “*a minha filha me leva nos eventos lá no centro, na igreja e nas festas. Por ela ser da Universidade [UFVJM] ela tá sabendo das festas e me leva lá no patrimônio*” (sic) (Morador CN7, 2019). Contrapondo, a maioria (09) dos moradores que responderam que não são motivados devido “*o custo para ir, o ônibus demora passar, a gente fica esperando demais para ir e*

*para voltar, às vezes o ônibus nem passa e, também lá tudo é caro. Já teve vez de ficar esperando o ônibus e não passar e a gente voltar pra casa”* (sic) (Morador CN6, 2020). Tal distanciamento do envolvimento dos moradores e do uso com os patrimônios é expresso quando lhe perguntamos se “visitam os patrimônios culturais da cidade com frequência”, onde a minoria (02) afirmou que visita e a maioria (08) não o faz. Além disso, quase todos (09) os sujeitos afirmaram não saber dos horários de funcionamento dos patrimônios e a minoria (01) sinaliza conhecer ao afirmar que: *“a minha filha trabalhar como estagiária lá no museu, e fico sabendo de alguma coisa, ela vai com as amigas para as festas lá no centro e sempre vejo ela falar lá em casa sobre o que vai ter [...]”* (sic) (Morador CN, 2020).

Ao questionar sobre os moradores “possuem dificuldade ou facilidade de acesso aos patrimônios”, a grande maioria (09) afirmou em ter dificuldade de acesso, destacando que: *“é muito longe e não tenho como ir, aqui não passa ônibus direto, não tenho carro, nem moto [...]”* (sic) (Morador CN6, 2020) e *“tem que pagar para entrar e ainda tem que comprar comida, não dá para fazer tudo isso levando as crianças. Só de vez e outra [...]”* (sic) (Moradora CN09, 2019). A minoria (01) dos pesquisados sinalizar ter acesso, porque *“minha filha consegue ingressos e me leva, ela conhece muita gente que trabalha no setor e facilita conseguir as coisas barato ou ganhado”* (sic) (Morador CN, 2020).

Perguntou-se aos moradores se “eles já ouviram falar sobre os órgãos: IPHAN, UNESCO e Conselho Municipal de Cultura”. A minoria (04) sinalizou que não *“apenas na rádio a gente escuta falar do IPHAN, mas não sei o que é direito, só sei que trabalham com o patrimônio”* (sic) (Moradora CN10, 2019) e a maioria (06) já ouviram falar sobre, especialmente *“quando vai fazer uma obra ou quando vai ter um evento esse povo tudo tá envolvido [...]”* (sic) (Morador CN, 2020).

Em relação a se “sentirem incomodados pelas imposições feitas pelo IPHAN e pela UNESCO”, uma parte (05) dos pesquisados sinalizam que sentem algum incomodo e a outra parcela (05) destaca não se incomodar com as imposições realizadas pelas instituições supracitadas. Sendo que o incomodo relatado está relacionado a fala de terceiros ao destacarem que: *“muitos dizem que eles atrapalham o povo a fazer reforma ou puxado na casa e de colocar asfalto lá no centro, atrapalhando a cidade crescer, evoluir, melhoria”* (sic) (Moradora CN8, 2019).



Sobre a participação dos moradores em assembleias e eventos, foi perguntado se “eles já foram convidados a participar de eventos que discutissem os rumos do patrimônio”. A grande maioria (08) afirmou que nunca foram convidados, contrapondo a minoria (02) que sinalizou positivamente. Desse modo, se pede aos pesquisados para destacar “quais ações os moradores percebem como necessárias para que o povo possa ter mais acesso aos bens e se sentir mais pertencente ao patrimônio”. A que mais se destacou (05) foi a entrada franca em eventos e aos bens patrimoniais; seguido (03) da importância da participação do povo em atividades de educação patrimonial e terem as informações sobre os eventos da cidade mais divulgadas, por último (02), a necessidade de participação dos moradores do bairros em assembleias que tratam sobre o patrimônio.

Por último, questionou aos pesquisados, se eles tinham poder para decidir acerca da questão: “Manter o patrimônio de Diamantina, alterá-lo ou destruí-lo?”, onde três (03) afirmaram que manteriam, seis (06) alterariam e apenas (01) destruiria. Sendo que um dos motivos citados pelo moradores para sustentar a afirmação de que manteria, seria “*devido a importância que a cidade tem pela história e porque vejo que o povo gosta de vir para cá por causa disso na cidade [...]*” (sic) (Morador CN, 2020). Enquanto, os que sinalizaram como alteraria destacam a vontade que “*tem que melhorar os calcamento e deixar fazer a construção de prédios, de construção novos, de inovar [...]*” (sic) (Moradora CN09, 2019) e o pesquisado que sinalizou o desejo de destruir o patrimônio afirma “*que essa história do patrimônio não tem nada com o povo do bairro, pode ter com o povo de outro lugar, de lá perto, de quem estuda, mas daqui o povo nem daqui vai lá*” (sic) (Morador CN6, 2020).

Nota-se que os moradores do bairro Cidade Nova não possuem claramente uma relação de pertencimento ao patrimônio, nem mesmo deixa em evidência o sentimento de valorização com o conjunto patrimonial, o que reflete desde a primeira pergunta que realizamos para os *insiders* sobre o que seja patrimônio cultural, onde há um grande vazio de respostas, pois a maioria dos moradores pesquisados não tem o patrimônio como elemento identitário, carregado de significado histórico e particular/singular em suas vidas.

Sendo assim, é válida a colocação de Dourado *et al.* (2015) ao dizer que:

Patrimônio e identidade são difíceis de seres definidos, mas são facilmente entendidos quando pessoas e grupos falam e mostram o que reconhecem como seu e o que valorizam em seu dia a dia, em sua história. Patrimônio é tudo que

produzimos e que reconhecemos como importante ao ponto de querermos preservar e não o reconhecendo, qual o sentido de defendê-lo (DOURADO *et al.*, 2015, p. 07).

Diante do exposto, é necessário que as ações de educação, promoção patrimonial sejam realizadas pelos órgãos competente e que possibilitam meios, especialmente, aos cidadãos que residem distantes do centro histórico colonial para que estes moradores, mesmo ao não conviver diariamente com o patrimônio, se sintam parte dele e o valorizem como instrumentos identitários capazes de gerar unidade cultural.

Dando sequência ao trabalho, agora apresentaremos a discussão dos dados obtidos com a aplicação dos questionários aos moradores residentes ao **Bairro Largo Dom João**, os quais se mostraram satisfeitos e receptivos no processo de construção da pesquisa. Vale destacar, que em nenhum momento houve qualquer resistência por parte dos *insiders* em responder as questões. Com frequência, os moradores do bairro saem de suas casas para passear nos bares, padarias, nas feiras, rodoviária e na praça do Seminário. E, ao longo desta etapa da pesquisa, se nota que os moradores do bairro Largo Dom João têm percepções próximas aos moradores do Centro quanto a temática patrimônio cultural local.

Ao buscar abarcar a percepção dos moradores sobre o bairro, solicitou de um *insider* para tirar um registro fotográfico que podia descrever o seu Lugar. Sendo assim, se obteve o seguinte registro exposto pela Figura 56:



**Figura 56:** Vista do Bairro Largo Dom João em Diamantina-MG).

**Fonte:** Morador LJ, 2020.

Pela Figura 56, se percebe que o bairro não se encontra tão longe das construções históricas coloniais, como é o caso, por exemplo, do bairro Cidade Nova. É possível notar que a praça do Largo está passando por reestruturação urbanística e neste ponto há proximidade com a área mais urbanizada da cidade. Estas observações estão em conformidade com a descrição do morador, no momento que sinaliza que:

*O Largo Dom João fica numa região potencialmente comercial, contando com lojas de varejo, supermercado, lojas de roupas e acessórios para celular, açougues, rodoviária e mercado municipal. Além disso, há também o potencial turístico e religioso, pois no bairro se encontram a Antiga Estação Ferroviária, atual Corpo de Bombeiros, e a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus e a Mitra Arquidiocesana, também conhecida como o Seminário. Seu casario remete a construções do século XIX e XX, mas há também construções mais atuais entre os casarões. A população que mora aqui é composta por famílias de classe média e por estudantes que alugam casas durante o período de graduação. É um bairro privilegiado que se localiza próximo ao centro e, atualmente no local a praça está sendo reformada, buscando se tornar mais moderno [...] (sic) (Morador LJ, 2020, grifo nosso).*

A descrição do morador apresenta um bairro que oferece diversos serviços comerciais ao estar localizado próximo aos patrimônios tombados, além do bairro ser um local que acolhe vários estudantes por meio de repúblicas, com um público residente de classe média. Outro ponto importante, é percebermos que o morador possui certo conhecimento histórico-geográfico, pois relata sobre a arquitetura, o potencial turístico, econômico e religioso do lugar. A narrativa do morador, está em consonância com Amorim Filho (2015), que adotou em sua pesquisa e caracterizou o bairro como uma zona pericentral, de função residencial com presença de subcentros.

Iniciamos esta etapa da pesquisa questionando os moradores do bairro Largo Dom João sobre “o que é patrimônio cultural pra você?”. Conseqüentemente, obtivemos as respostas relacionadas as temáticas: (04) riqueza cultural, (03) história da nossa comunidade e (03) preservação da memória do povo, como consta nos fragmentos das falas dos *insiders* que apresenta o seguinte enredo: “[...] *patrimônio cultural representa a riqueza de um povo que deve ser preservada e nunca esquecida, como sendo um retrato da cultura, história e lembranças nossas*” (sic) (Moradora LJ1, 2020) e “*para mim é a história dos povos que viveram e construíram essa cidade do passado até esse momento, incluindo a minha geração. E cabe a nós defender essa história para que o meu neto/neta possa conhecer ela aqui, viva, exposta, como ela é*” (sic) (Morador LJ2, 2020). As respostas obtidas nos levam à reflexão que os moradores desta região compreendem o

significado de patrimônio relacionando-o à história da comunidade, à sua história de vida e ao perceber essa importância deseja preservá-la para a posteridade.

Em seguida, se questiona aos moradores “onde eles tirariam um registro fotográfico da cidade para mandar a um ente querido?”. Os mesmos responderam que tirariam fotos da (06) Casa da Glória, (02) Catedral e (02) do Mercado Velho, ao justificar as suas respostas com as seguintes afirmações, “[...] *a casa da Glória é um lugar importante na cidade, nos faz lembrar a história de antigamente, dos tempos do ouro, da vespertina, das serestas né, além de ser bem bonita*” (sic) (Morador LJ3, 2020). Além disso, “*indicaria tanto a Igreja Central como o Mercado, são locais que todos percebem, são notórios e o povo gosta porque um destaca a nossa fé e o outro as festas, nos lembra de muitas coisas que a gente vive com os amigos e com a família*” (sic) (Moradora LJ4, 2020). Dito isto, considera relevante a fala de Gadamer (2004), ao afirmar acerca da importância do patrimônio e seus significados nas histórias do hoje, pois:

Um edifício jamais poderá ser reproduzido a uma obra de arte. A destinação prática, pela qual se integra no contexto da vida, não pode separar-se dela, sem perder algo de sua própria realidade. Se for reduzida a objeto de consciência estética, sua realidade será pura sombra, objeto turístico ou de reprodução fotográfica. As construções, as casas, os edifícios, os patrimônios destinam nossos olhares como filtros para percebermos o passado que se faz presente (GADAMER, 2004, pp. 220-221).

Da mesma maneira, se percebe que os moradores do bairro Largo Dom João não relacionam os registros fotográficos apenas vinculados à representação da beleza dos locais, sendo esses lugares escolhidos devido à história e ao valor cultural intrínseco aos bens, atrelando-os às questões de religiosidade, às comunhões de festividades, às memórias que emergem da socialização com os amigos e familiares.

Para a maior parte (07) dos pesquisados do bairro Largo Dom João, o patrimônio histórico tem uma importância a ponto de fazer parte da história de sua vida, sendo que, a minoria (03) sinaliza que o patrimônio faz parte do cotidiano dos mesmos de forma natural, não os percebendo como um atributo diferente de outras paisagens e lugares. Os pesquisados afirmaram positivamente, justificam suas respostas com o fato de que o patrimônio faz parte do seu habitual, sendo impossível narrar a história do povo diamantinense sem fazer menção a ele, como exemplificamos num fragmento da fala do interlocutor que diz: “*É algo que faz parte do meu cotidiano, convivo diariamente com*

*esses patrimônios. No bairro, quem mora aqui, passa pela rodoviária, pelo Clube, pela praça da estação, pelo seminário, como essas paisagens não fazem parte da nossa história?” (sic) (Moradora LJ4, 2020).*

Ao questionarmos sobre o “que mais agrada aos moradores do bairro Largo Dom João em viver em uma cidade conhecida como patrimônio da Humanidade”, as respostas obtidas foram centradas nos seguintes temas: (03) tranquilidade, (03) riqueza cultural (02) interação com os turistas e (02) história, apontando que: “[...] *a tranquilidade daqui é um ponto que acho importante, mora muitos idosos, e isso é algo que valorizo porque no mundo achar um lugar tranquilo assim é raridade*” (sic) (Moradora LJ6, 2019), além de sinalizarem que: “*eu gosto da interação com os turistas, tenho alegria de recebê-los e falar da nossa história*” (sic) (Morador LJ7, 2019). Neste sentido, afirmam “*o que mais me agrada é viver em uma cidade com tamanha riqueza cultural, que é conhecida pelo Brasil inteiro. Isso é motivo de orgulho*” (sic) (Morador LJ8, 2019).

Em contrapartida, a maioria (07) dos pesquisados destacam que existem situações que os desagradam em viver na cidade e está relacionada à dificuldade de obter emprego formal de qualidade, pois “*aqui você não encontra emprego como em outras cidades. É comum fazerem bicos para viver ou aceitar serviço com salário-mínimo. Quem quer ganhar mais vai embora para Curvelo, Montes Claros ou Belo Horizonte. Aqui falta emprego bom*” (sic) (Moradora LJ4, 2020). Assim, a menor parte (03) destaca que lhes desagradam viver ali, inclusive justificando porque já sofreram algum tipo de preconceito (tal como racial), uma vez que:

*[...] é triste falar disso, mas aqui você sente muito os olhares do povo para quem é preto, quem mora aqui e quem mora em outro bairro, aqui o racismo é forte, acho que todo mundo da família já deve ter passado ou ter visto alguém sofrer isso aqui. E quem faz isso aqui é mais quem mora aqui, não é turista não* (sic) (Moradora LJ5, 2020).

Vale destacar que os pesquisados não mencionando o patrimônio e algum dos seus desdobramentos políticos, econômicos e socioculturais, como justificativas, ou motivos para conceber a cidade um lugar que os leva a **topofobia** ou **topocídio**.

Pergunta-se aos moradores “se eles se sentem parte do patrimônio de Diamantina”. A resposta foi que igual a pergunta sobre a importância do patrimônio em sua vida, a maioria dos (07) pesquisados responderam positivamente, afirmando que: “me

*considero parte do patrimônio porque nasci aqui, cresci, vivi e trabalho na cidade, a nossa história é comum com a do lugar que a gente vive, não tem como cortar isso”* (sic) (Moradora LJ9, 2020). Contrapondo a minoria (03) que responderam não sentir parte do patrimônio de Diamantina, afirmando, por exemplo: *“a gente vai nas festas, nas comemorações, nas missas, passamos aqui toda hora, mas não tenho essa ligação que muitos falam que tem, só percebo que é importante, mas não sou vibrado nisso. Só é importante, só isso [...]”* (sic) (Moradora LJ6, 2019).

Questiona-se aos participantes acerca do “patrimônio representar mais a história do povo ou uma imposição do governo”, a maioria dos pesquisados (06) afirmam representar mais a história, pois *“não é nada lógico morar aqui e não gostar da nossa história. O patrimônio representa muitas famílias daqui [...]”* (Moradora LJ4, 2020) e a minoria (04) julgou em ser uma imposição do governo, fundamentando o seu posicionamento, principalmente, no fato de que: *“o povo construiu e sustenta a cidade e os órgãos querem lucrar com tudo, às vezes penso que só querem ajudar os grandes comerciantes, dono das pousadas e dos restaurantes, mas para quem é morador tudo é não. É tudo proibido ou dificultado”* (sic) (Moradora LJ5, 2020). Essa última fala da moradora traz à baila o sentimento de desconfiança que parte da população tem em relação à atuação dos órgãos, como IPHAN, reafirmamos que essas instituições deve promover ações de educação patrimonial e assembleias que promovem a proximidade com os *insiders*, numa posição política dialógica e participativa.

Entende-se que em alguns casos há a estagnação econômica e industrial causada pelo tombamento de cidades reconhecidas como patrimônio histórico, ocasionando uma circulação econômica voltada excessivamente à atividade do turismo, por este motivo os moradores sentem-se desconfiados da atuação destes órgãos, o que releva a necessidade de uma educação patrimonial que mostre ao morador possibilidades, potencialidades do lugar, do patrimônio instituído ao sinalizar que os órgãos de regularização e preservação estão presentes na cidade para cuidar do patrimônio diamantinense e repensar ações de sustentabilidade cultural e econômica junto com a população. Contudo, para isso, são necessárias ações que **efetivamente** aproximem a população e os órgãos competentes.

No tocante à legitimação da representação social local pediu-se aos moradores para sinalizar o nível de representatividade de alguns grupos sociais na cidade, ao ter em

vista o poder que estes poderiam exercer sobre os rumos dos patrimônios. E, as respostas encontra-se, na Tabela 03, a seguir:

**Tabela 03:** Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro Largo Dom João - Diamantina/MG).

REFERÊNCIAS QUE PODEM SER REPRESENTANTES DO PATRIMÔNIO	NÍVEL DE REPRESENTATIVIDADE		
	MUITO	POUCO	NENHUMA
Comerciantes	70%	30%	--
Líderes de Igrejas	80%	20%	--
Líderes de associação de bairros	70%	30%	--
Artesãos	90%	10%	--
Estudantes	90%	10%	--
Políticos - vereadores, prefeito etc.	50%	50%	--
Morador comum do seu bairro	70%	20%	10%
Qualquer residente natural de Diamantina	90%	10%	--
SECTUR / IPHAN CMPPCPC / SMDE	60%	30%	10%

**Fonte:** Pesquisa direta, 2020.

**Percebe-se que segundo os moradores, qualquer residente natural de Diamantina, artesões e estudantes são os que mais representam o patrimônio com um nível de 90% de representatividade.** As respostas mostram que os moradores em questão demonstram confiança aos pares e compreendem que esses grupos fazem parte da construção do conhecimento e da cultura local, de certa forma, representam mais o patrimônio. Seguido dos líderes de igrejas (80%) e dos comerciantes, líderes de associações de bairro e morador comum (70%) como potenciais representantes.

Já a SECTUR, IPHAN, CMPPCPC e SMDE possuem (60%) certa representatividade, porém **os políticos ficaram com o pior nível (50%)**, o que nos leva à compreensão que o poder público local deve promover ações e organizar a sua estrutura administrativa para estar mais próxima do povo quanto à pauta cultural e de identidade, uma vez que, foram os menos mencionados pelos *insiders* como possíveis representantes da sociedade para tratar das questões voltadas ao patrimônio.

Aproveitando a questão anterior, perguntamos aos nossos interlocutores “quem você escolheria para ser a Porta-Voz do Povo e o Representante do Patrimônio?”. Para a grande maioria (06) o nome **Chiquinha do Pastel** foi sinalizado, seguido de (03)

**Thiaguinho França** e de (01) **Gilmara Paixão**. A expressiva escolha da Chiquinha do Pastel se deu devido:

*[...] conheço ela desde sempre, ela passa aqui todos os dias vendendo ao pasteis dela. Ela já foi professora, vive nos eventos da cidade e conversa com todo mundo, do rico ao mais pobre. Ela é digna, uma pessoa que não tem maldade, que é sincera e isso é uma qualidade difícil de encontrar no povo. Ela anda a cidade inteirinha, ela é conhecida demais (sic) (Morador LJ8, 2019).*

Perguntou-se aos pesquisados se “eles são motivados a conhecer o patrimônio”. A maioria (06) respondeu negativamente, destacando que: *“não há incentivo, quem quer ir nos locais vai porque gosta, mas não tem incentivo nenhum, um evento para os moradores, evento todo de graça é coisa rara e se ver [...] (sic) (Moradora LJ5, 2020).* E os que destacam (04) serem motivados, sinalizam que: *“vejo o povo falar dos eventos, a minha filha vem falando do evento que fala na escola. Aqui todo hora tem carro ambulante anunciando, quem não vai é porque não gosta ou porque não quer, não interessa, tem outra coisa pra fazer” (sic) (Morador LJ3, 2020, grifo nosso).*

Além disso, a maioria (07) dos moradores afirmaram que vão aos patrimônios culturais da cidade, contrapondo a uma minoria (03) que afirma não ir com frequência. Os patrimônios e eventos que os pesquisados mais visitam e prestigiam são: as (05) igrejas, (02) praças, (02) mercado e a (01) vesperata. Além disso, a maioria (07) dos pesquisados sinalizou saber dos horários de funcionamento dos bens tombados, sendo informados por meio dos programas de rádios, panfletos entregue pela prefeitura e através dos amigos. Contra uma minoria (03) que afirma não conhecer os horários.

Ao questionar sobre a “questão da facilidade ou dificuldade de entrada/acesso e uso do patrimônio”, a grande maioria (09) afirmaram ter facilidade e apenas um (01) sinalizou ter dificuldade devido a entrada de alguns locais serem cobrados, pois: *“por mais que o valor de entrada não seja tão alto, para morador pobre é difícil conseguir ir com a família, porque a gente vai e depois quer comer um lanche, quer fazer outra coisa com a família. Um pede uma coisa, o outro já quer sair com os amigos e tem que dá dinheiro, no final fica apertado” (sic) (Moradora LJ5, 2020).*

Perguntou-se aos moradores se “eles conheciam ou já ouviram falar dos órgãos IPHAN, UNESCO e Conselho Municipal de Cultura”. A maioria (09) disseram que sim, afirmando, aliás, *“em todo evento algum deles estão, tudo que é do patrimônio eles estão*



*no meio [...]*”. E, apenas um (01) pesquisado sinalizou não ter conhecimento destes órgãos. Sobre a opinião dos moradores em relação aos órgãos em questão, a maioria (09) aponta como: *“eles são importantes para a preservação do patrimônio, se não tiver ninguém responsável o povo não respeita. É difícil o povo todo entender, um preserva o outro estraga, então é complicado menino”* (sic) (Morador LJ7, 2019). Neste sentido, para a minoria (01), a atuação destes órgãos *“são muito difíceis, não conseguimos nada com eles, um pedido demudar algo na casa, no comércio, demora tempos e tempos, tem gente que até esquece ou desiste mesmo”* (sic) (Moradora LJ5, 2020).

Quando questionados se “já foram convidados a participar de assembleias que discutissem o rumo dos patrimônios”, a minoria (02) dos moradores já foram convidados, e a maioria (08) sinalizou que nunca tiveram essa oportunidade. Nesse sentido, perguntamos aos pesquisados se eles sentem necessidade de participarem dessas assembleias e de cursos que tratam sobre esse tema e a maioria (07) sinalizaram como importantes e que desejavam participar desses eventos, contrapondo a minoria (03).

Por último, se questiona aos moradores se eles tinham o poder de decidir acerca da questão seguinte o que eles fariam: “Manter o patrimônio de Diamantina, alterá-lo ou destruí-lo, o que iria fazer?”. A maioria (07) sinalizou que manteria e a minoria (03) alteraria, sendo que nenhum morador pesquisado optou pela resposta destruí-lo. Esse resultado demonstra que nenhum morador mostrou aversão ao patrimônio antepondo, inclusive a sua destruição, ao revelar, assim como no início das análises das respostas dos moradores do bairro, que entre os pesquisados possuem certa sensibilidade em relação ao patrimônio histórico cultural.

Agora, caminhamos para a apresentação da aplicação do questionário para com os moradores residentes no **Bairro Palha** que se desenvolveu de maneira eficiente e os interlocutores mostraram-se dispostos a participarem, inclusive, percebendo neste processo de diálogo uma forma de externalizar algumas de suas pautas de insatisfações com o poder público, pois os *insiders* demonstraram haver diferença existente entre a excessiva preocupação da prefeitura e do IPHAN para com a região central de Diamantina, e o esquecimento do bairro que os pesquisados residem.

Ao solicitar de um morador para capturar um registro que podia descrever o seu bairro obtivemos a Figura 57:



**Figura 57:** Vista do Bairro Palha em Diamantina-MG.  
**Fonte:** Morador PA, 2020.

Na Figura 57, captada pelo *insider*, se percebe que no bairro as casas possuem uma estrutura mais moderna, porque não é comum a presença de construções antigas que remetem a herança colonial, além de não ser notório a materialização de patrimônios históricos tombados na região, assim como no bairro Cidade Nova.

Sendo assim, essas características estão presentes na descrição do morador ao relatar que:

*A Palha é considerado um bairro periférico de Diamantina, tendo também ocupações desordenadas. Fica cerca de 2,5 quilômetros do centro da cidade. Seus moradores são, em sua maioria, de baixa renda, sendo a maioria uma população simples. Possui comércio local, com hipermercado, lojas de materiais de construção, farmácia etc. O modelo das casas é mais atual, onde os moradores procuravam um local mais distante do dito “centro colonial”, que a maioria não gosta. Esse processo se intensificou nos últimos 10-15 anos, sendo que a maior parte dos moradores são trabalhadores. Sua localização é tendencialmente rural, sendo que o bairro está na parte sul da cidade, em direção a Extração e Gruta do Salitre (sic) (Morador PA, 2020, grifo nosso).*

Como exemplificado na fala do próprio morador, assim como no bairro Cidade Nova o processo de ocupação do bairro Palha ocorreu de maneira desordenada. A população é, em sua maioria, composta por pessoas simples, a maioria de baixa renda, com presença de comércio local. Nota-se que, segundo esse morador, a maior parte dos residentes do bairro não possui apreço pelo centro colonial, relevando um sentimento de **topofobia ou de não lugar** em relação à região. A descrição do morador condiz com a de Amorim Filho (2015) que caracteriza o bairro como uma zona periférica integrada com casas e loteamentos, com pouca oferta de serviços e atividades relacionadas a cultivos.

Iniciamos essa etapa da pesquisa, perguntando aos moradores “o que é patrimônio cultural?”. As respostas foram assentadas a partir dos seguintes esquemas: (05) cultura e memória, (04) modo de vida local e (01) prédios e casas tombadas, conforme o fragmento da resposta de um pesquisado, que diz:

*Patrimônio é aqui que possui relação com a história da cidade, aquilo que o morador percebe de importante no lugar que ele vive, como se fosse algo que é a história da cultura da cidade, podendo ser uma casa, um prédio, ou pessoa, algo que tem importância boa para a pessoa (sic) (Morador PA1, 2020).*

Além disso, se pergunta aos moradores “se tivessem que captar um registro de um local da cidade para enviar a um ente querido qual local eles escolheriam?”. Os locais escolhidos foram: (04) a Catedral, seguido (03) da antiga Estação Ferroviário, depois (02) a Casa da Chica da Silva, por último, (01) o Mercado Velho. Em seguida, se indaga os motivos para a escolha desses locais, onde destacamos alguns fragmentos das respostas que justificam as respostas atribuídas à questão: “lá na estação minha mãe ia receber os irmãos delas, ela dizia que era um chororó. Eu lembro da arrumação de malas com comidas, isso mim faz lembrar da minha mãe e é bom, mas dói, porque ela não tá aqui” (sic) (Moradora PA3, 2020). Em relação ao mercado pode-se afirmar que: “a história do mercado é muito antigo e muita gente passou por ali. Eu ia muito com meu pai, traz muitas lembranças que tenho saudades, lembro muito da minha família quando vou lá [...] (sic) (Moradora PA2, 2020), por fim, “a casa da chica, o mercado, a rodoviária, são locais lindos que tem alguma história, e é reconhecido pelo povo de diamantina e pelos visitantes” (sic) (Moradora PA4, 2019). Percebe-se pelas respostas dos moradores, que além de valorizarem a beleza estética dos patrimônios, os *insiders* levaram em consideração a história e simbolismo que os monumentos e espaços possuem no contexto de suas vidas.

Perguntamos aos nossos interlocutores “se o patrimônio é importante ao ponto de fazer parte da vida de cada morador da região”. Para a grande maioria (07) o patrimônio não configura como um bem cultural importante ao ponto de fazer retorica e destacam que é: “importante pra quem? Só para quem mora lá no centro. Aqui o povo da prefeitura nem vem falar nada e fazer nada por nós, olha o estado dessa rua menino, só faz lá no centro porque tem os patrimônio” (sic) (Morador PA5, 2019), e ainda frisam que “patrimônio é bom para o povo que mora lá na parte dos ricos, aqui a gente sabe que é importante, a gente entende a história, mas falar firme com você que faz parte do

*nosso dia, da vida nossa, não faz parte da gente não*” (sic) (Morador PA6, 2019). A menor parte dos pesquisados (03) destacaram que o patrimônio faz-se importante, pois *“mostra a cidade e a cultura da cidade. A gente aprende e ensina com o patrimônio, não tem como não porque a cidade só tem patrimônio, mesmo sem querer a gente toca nesse assunto toda semana [...]”* (sic) (Moradora PA7, 2020).

Questionou-se aos moradores sobre “o que mais os agrada em viver em uma cidade conhecida como patrimônio da Humanidade”. Desse modo, os temas que mais evocaram nas respostas foram: (07) tranquilidade e (02) reconhecimento históricos destacando que, a minoria (01), apontou não gostar de viver na cidade devido *“à falta de oportunidade para os moradores daqui só espanta a gente daqui. Emprego não tem, como é complicado. Só se for no turismo ou no campo, se não tivesse tanto patrimônio tinha mais emprego, mais indústria, bom, eu acho, é um achismo meu”* (sic) (Moradora PA8, 2019).

Em relação ao “se sentir parte do patrimônio de Diamantina”. Os pesquisados ficaram divididos no que tange ao significado do sentir e fazer parte, pois alguns (05) afirmaram positivamente devido reconhecerem a história local; e os outros pesquisados (05) sinalizaram que não se sentem parte do patrimônio, pois, *“dizer que faz parte da cultura daqui só porque moro aqui eu não vou dizer, eu passo no centro, vejo os patrimônio, mas não sinto nada, aquilo é como se fosse qualquer coisa, não tem nada, nada demais”* (sic) (Moradora PA8, 2019).

Perguntou-se ainda, “se na opinião dos moradores o patrimônio representa mais a história do povo ou uma imposição do governo”. A maioria (06) dos pesquisados apontaram que o patrimônio representa a história do povo, pois:

*[...] cada lugar que você vai tem um pouco da história dos patrimônios que é um pouco a história da cidade, todo mundo sabe um pouco, e tem nome de patrimônio em rua, escola, de tudo um pouco, mercado, em loja que vende gás, em tudo que é boteco e venda”* (sic) (Moradora PA7, 2020, grifo nosso).

Desse modo, a minoria (04) sinaliza que o patrimônio representa mais a imposição do governo, dado que *“patrimônio importa para a prefeitura fazer o carnaval, a vespérata, para trazer turista moço. Isso é tudo pensando para isso, ganhar dinheiro, e o prefeito tá nem aí, ele acha que tendo isso tá bom, que isso que é mais importante”* (sic) (Morador PA6, 2019).

Perguntou-se aos moradores a opinião deles sobre “quem o patrimônio representa?”. Para a maioria deles (06) o patrimônio representar as histórias do povo, contrapondo a minoria (04) que sinaliza representar os desejos do IPHAN e da UNESCO. Ainda sobre o tema representatividade, se pede aos moradores para listar as referências que fazem partes em representar as demandas sobre o patrimônio cultural. E, as respostas estão dispostas, na Tabela 04, abaixo:

**Tabela 04:** Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro Palha - Diamantina/MG).

REFERÊNCIAS QUE PODEM SER REPRESENTANTES DO PATRIMÔNIO	NÍVEL DE REPRESENTATIVIDADE		
	MUITO	POUCO	NENHUMA
Comerciantes	100%	--	--
Líderes de Igrejas	70%	30%	--
Líderes de associação de bairros	100%	--	--
Artesãos	100%		--
Estudantes	90%	10%	--
Políticos - vereadores, prefeito etc.	10%	90%	
Morador comum do seu bairro	100%	--	--
Qualquer residente natural de Diamantina	100%	--	--
SECTUR / IPHAN - CMPPCPC / SMDE	10%	90%	--

**Fonte:** Pesquisa direta, 2020.

Observa-se que para todos os moradores (10) os comerciantes, os líderes de associações de bairro, os moradores comuns do bairro, qualquer residente natural de diamantina e os artesões conseguem representar de maneira genuína os interesses dos *insiders* em relação ao patrimônio cultural, em seguida, sinalizaram os estudantes como grupo capaz de representá-los; logo após os líderes de igrejas, por fim, sinalizaram os políticos e a SECTUR, o IPHAN, a CMPPCPC e a SMDE como o grupo que representa pouca confiança e grau de representatividade.

Aproveitando a questão anterior, perguntamos aos nossos interlocutores “quem você escolheria para ser a Porta-Voz do Povo e o Representante do Patrimônio?” Para a grande maioria (07) o nome **Thiaguinho França** foi sinalizado, seguido de (03) **Gilmara Paixão** e de (01) **Chiquinha do Pastel**. A expressiva escolha do nome Thiaguinho França foi justificado por um *insiders* da seguinte maneira:

*[...] quando não se tem político que olha para o bairro, que importa com o pobre, você escolhe quem defende o povo. Thiaguinho é corajoso demais, simples de toda vida, joga bola com todo mundo do bairro, senta com a gente e coloca a gente para pensar sobre política. Ele é professor, tem coragem de falar o que a gente não fala. Ele direto vai na prefeitura, na rádio, ele vai nos vereadores, ele fala (sic) (sic) (Morador PA9, 2019).*

Quando se perguntou aos moradores “se eles se sentem motivados a conhecer o patrimônio”, todos (10) afirmaram que não. Desse modo, emergem em suas respostas os termos mais frequentes: (06) ausência de tempo, (02) dinheiro e (02) não gostar do lugar. E, uma minoria (03) de moradores disseram frequentar os patrimônios da cidade quando “*eu vou na missa ou quando vou ajudar na venda de feira no mercado, pagar uma conta, coisa assim que vou [...]*” (sic) (Morador PA6, 2019), contrapondo a maioria (07) que não frequentam, declarando que “*tudo lá é caro, fazer o que lá. Sem dizer que pra voltar é perigoso, o ônibus é um roubo e nem tem toda hora [...]*” (sic) (Moradora PA8, 2019).

Em relação ao moradores terem conhecimentos dos horários de funcionamento dos patrimônios, a maioria (08) afirmaram em não conhecer e a minoria (02) disseram saber, devido um amigo ou “*meu filho as vez chega da escola falando que vai ter alguma coisa de patrimônio lá no centro e quer que eu levo ele, ele ganha bilhete da professora falando e eu fico sabendo. Também o correio joga propaganda das loja que as vez aparece alguma coisa*” (sic) (Moradora PA8, 2019, grifo nosso).

Perguntamos “se os *insiders* possuem facilidade ou dificuldade para acessar os patrimônios”. A maioria (06) afirmaram ter dificuldade, ao apontar “*porque é longe de casa e ainda não tive a oportunidade de ir por causa da falta de dinheiro*” (sic) (Moradora PA8, 2019) e “*estou sem dinheiro e sei que tem alguns lugar que tem que pagar para entrar*” (sic) (Morador PA6, 2019). Contrapondo a minoria (04) que sinalizou não ter dificuldade de acessar os patrimônios.

Ao se tratar dos órgãos que atuam na cidade, uma parte dos moradores (05) afirmaram conhecer ou ter ouvido falar do IPHAN, UNESCO e Conselho Municipal de Cultura, sendo que a outra parcela dos pesquisados (05), nunca tiveram conhecimento dos órgãos citados. Além disso, quando se questionou sobre existir algum incômodo em relação às imposições do IPHAN e UNESCO, todos (10) os moradores afirmaram que não se incomodam, afirmando que: “[...] *não faz diferença pra mim, aqui ela não fazem nada, não tem nada para eles mexer aqui, ele faz isso lá no largo, no centro, aqui não*” (sic) (Morador PA6, 2019). Pode-se associar as respostas ao fato em que o bairro está localizado distante do centro histórico e dos patrimônios e com isso os moradores não se veem prejudicados ou beneficiados pelas imposições destes órgãos, pois não é algo que faz parte de seu cotidiano.

Perguntou-se aos moradores “se eles já haviam sido convidados a participar de algum evento ou assembleia que discutisse o rumo dos patrimônios”. Todos os moradores pesquisados (10) alegaram que nunca foram convidados, sinalizando que: “[...] *só vem aqui para pedir voto, aqui não é lembrando de nada. Nunca fui convidado e nem sei de ninguém que foi. Estamos esquecidos aqui*” (sic) (Morador PA5, 2019).

Na sequência, pediu aos moradores listarem ações que consideram necessárias para ter acesso aos bens e se sentem pertencentes aos patrimônios. A maioria (07) dos pesquisados sinalizaram a divulgação de eventos da cidade e a existência de um espaço gratuito para ocorrência da educação patrimonial sendo ações urgentes, seguidos de (03) entrada franca em evento e participação em cursos, assembleias e palestras sobre o patrimônio.

Por último, se coloca a seguinte questão aos moradores “Manter o patrimônio de Diamantina, alterá-lo ou destruí-lo?”. A maioria (08) destacou que manteriam os patrimônios, afirmando que “[...] *ninguém quer nada destruído, sei que o povo do bairro quer a preservação da história da cidade, mesmo que a gente não entende o que é, mas não quer derrubado não*” (sic) (Moradora PA8, 2019). Além disso, um (01) morador afirmou que alteraria para “*tirar aquelas pedras, mudar os postes, procurar desenvolver a cidade, trazer novas lojas, não é só isso de preservar, temos que viver numa cidade nova também, que tem emprego para todo mundo*” (sic) (Morador PA5, 2019). Não obstante, um outro (01) pesquisado sinalizou o desejo de destruir o patrimônio afirmando que:

*Quero criar a minha família e aqui não tem emprego, porque tudo é difícil com o patrimônio. Eu destruía tudo e colocava uma cidade que tem indústria, emprego, que mantém a gente. O que adiante ter patrimônio e não ter emprego. Vou comer patrimônio?”* (sic) (Morador PA6, 2019).

Observa-se que os moradores do bairro Palha, estão, geograficamente, distantes do centro histórico, contudo, eles reconhecem que existe, em certo grau, um valor histórico cultural na região central, entretanto, o que mais nos chamaram a atenção é o fato destes *insiders* sempre destacarem a ausência de ações do poder público para atender as demandas dos moradores, tal como infraestrutura urbana, transporte público e geração de renda. Além disso, essa parte da pesquisa nos remetem a refletir sobre a necessidade da maior atuação e promoção de uma educação patrimonial que evidencia a aproximação

dos habitantes aos bens culturais tombados, à medida que lhes proporcionam reconhecimento de elementos identitários existentes no próprio município.

O último bairro que realizamos a pesquisa foi o **Rio Grande**, onde obtivemos uma harmoniosa recepção dos moradores. Um ponto realçado pelos *insiders* desta região foi a insatisfação em relação às imposições do IPHAN em relação aos seus quintais, porque os proíbem de alterá-los, pois ainda que os moradores compreendam a importância da preservação do patrimônio, eles consideram que a Prefeitura então deva oferecer opções de moradia, porque eles não podem construir na encosta da Serra dos Cristais. Sendo assim, se observa que o bairro localiza nas proximidades dessa serra.

Assim, como feito nos outros bairros, pediu para um morador do bairro Rio Grande captar um registro fotográfico capaz de representar a sua região. Sendo assim, o registro captado pelo morador está exposto, na Figura 58, a seguir:



**Figura 58:** Vista do Bairro Rio Grande em Diamantina-MG.

**Fonte:** Morador RG, 2020.

O bairro, conforme se observa, na Figura 58, é constituído por pequenos comércios, possui casas simples, sem características arquitetônicas semelhantes ao centro histórico colonial, sendo assim, as residências foram construídas próximas aos contornos da cidade (Serra). A maioria dos residente do bairro são de baixa renda, pais de família e com a presença de repúblicas de estudantes da UFVJM e da UEMG. As características mencionadas pelo morador assemelham-se com a descrição realizada na pesquisa de Amorim Filho (2015) que descrevia o bairro Rio Grande como uma periferia mal



integrada, com poucas atividades ligadas aos serviços essenciais e a construção de residências próximas à Serra.

Por esse viés, essas características estão presente na descrição do morador ao relatar que:

*O bairro Rio Grande fica ao pé da Serra dos Cristais, tendo casas construídas literalmente em cima das rochas. São moradores, na sua maioria, de baixa renda, a maior parte são pais e mães de família que moram no local. Assim como no Largo Dom João, tem em sua parcela de moradores, estudantes da UFVJM. O bairro, em grande parte, possui construções mais novas, principalmente no setor mais próximo a serra. Há também edificações mais antigas, em direção ao centro. O comércio local é bem dinâmico, possuindo supermercado, farmácias, posto de gasolina, hortifruti, dentre outros (sic) (Morador RG, 2020, grifo nosso).*

Dando continuidade à pesquisa, questionamos aos moradores sobre “o que é patrimônio cultural?”. As respostas foram assentados a partir dos seguinte pontos: (06) jeito de viver, (03) história da cidade e do povo e (01) o que é antigo. Como exemplo da devolutiva, segue o fragmento da fala de um morador: “[...] *patrimônio cultural é a história e cultura da cidade. É a maneira que o povo constrói as coisas, é o que o povo fez e fica para o próximo*” (sic)” (Morador RG1, 2020). Desse modo, se percebe que o patrimônio cultural local é a história em si, por si só, porque é erguida com a participação dos ancestrais, da população presente em preservar e as futuras gerações continuar a preservar o passado e construir a sua história em seu tempo.

Pediu-se “aos moradores para hipoteticamente escolher um local de Diamantina o qual tirariam um registro fotográfico e mandariam a um ente querido”. Os locais mencionados foram: (04) Vila de Biribiri, (03) o Mercado Velho e as (03) Igrejas, sendo as justificativas ligadas ao significado histórico e pessoal do sujeito com o Lugar, além das beleza destes patrimônios, pois “*escolheria a vila do Biribiri pela natureza, montanhas, cachoeiras, pela comida que serve, das casinhas de lá e dá paz que tem, e vamos muito lá porque é perto daqui*” (sic) (Moradora RG2, 2019). Além de apontarem “*o mercado velho que vou quase todo final de semana, para comprar um tempero, uma mistura no sábado ou para dançar nas festas, no forró*” (sic) (Morador RG3, 2019). Esse centro comercial é um espaço que possibilita ser um dos cartões postais da cidade, porque os usuários naturais e os visitantes frequentam para a oferta/procura de produtos agropecuários e artísticos; e, ainda, “*quem tem religião vai a igreja pelo menos uma vez na semana, todo lugar que você anda aqui tem uma aqui, eu mandava uma foto de uma*

*igreja*” (sic) (Moradora RG4, 2020). Segundo essa moradora, a pessoa de fé e religião deve frequentar a igreja pelo menos uma vez por semana para reunir com seus integrantes e comungar a mesma fé.

Ao questionarmos “se o patrimônio histórico tombado é importante ao ponto de fazer parte da vida dos moradores do bairro Rio Grande”, uma parte dos (05) dos pesquisados afirmam positivamente, e deparamos com a seguinte resposta:

*O patrimônio representa toda a história da cidade, da região e do Brasil. Não podemos negar que existe um peso para a nossa história, independente da região que vivemos a história do patrimônio nos acompanha e com ele a maioria das coisas que temos, como emprego (sic) (Moradora RG5, 2019).*

Desse modo, se entende que a saga a cidade, a região e o Brasil é construída pelas lutas sociais e emancipação política. Consequentemente, se constrói e instaura a identidade de sua gente, por meio dos registros: orais e escritos de alguns protagonistas das histórias, ou ao modo de propagar de boca em boca.

Contrapondo a negação da importância do patrimônio na vida dos outros pesquisados (05) que afirmam que “*o patrimônio não faz diferença para quem mora aqui. A distância do centro para cá é muita, aqui temos outros bens, como a Serra, que penso ser mais importante do que muita coisa que tem no centro [...]*” (sic) (Moradora RG6, 2020).

Desse modo, se percebe a relação existente de pertencimento do patrimônio tombado, na região central, na vida de uma parte dos moradores do bairro Rio Grande quando os mesmos destacam a relevância desses bens para a história e o cotidiano local, como provedora de postos de trabalho. Por outro lado, os demais pesquisados não destacaram a aversão ao patrimônio, como sendo elementos insignificativos as suas vidas, sinalizaram que existem outros bens mais expressivos e referenciados no campo afetivo e usual para a realidade e vivência dos mesmos, como a Serra do Cristal.

Perguntou-se ainda “o que mais lhes agradavam em viver em uma cidade reconhecida como patrimônio da humanidade”. A resposta da maioria (07) citaram a presença do turismo como atividade econômica que gera renda; seguido (03) da sensação de orgulho em viver numa cidade reconhecida como patrimônio nacional e mundial. Por outro lado, os moradores destacaram que existem situações que os desagradam em viver numa cidade reconhecida pela riqueza dos seus bens culturais, pois a maioria (05)

apontou que mesmo vivendo de atividades atreladas ao turismo, faltam novos empreendimentos e emprego, seguido (03) do alto custo de vida e, ainda, destacaram (02) perceber a diferença de tratamento de serviços urbanos destinados à região central e ao bairro em que residem.

Perguntou-se aos moradores “se eles se consideram parte do patrimônio de Diamantina”. E a maioria (07) afirmaram positivamente, destacando que “*por ser morador daqui a anos eu amo essa terra, mesmo com os problemas da falta de emprego, de oportunidade, eu amo aqui por causa das históricas, da natureza, da cultura, dos amigos que criamos*” (sic) (Moradora RG7, 2020). Segundo esse depoimento, a moradora sente-se motivada em residir à cidade e ao mesmo tempo reconhece a importância da história e a sua preservação, na atualidade. Contrapondo a minoria (03) dos pesquisados que disseram não sentirem parte do patrimônio, pois “*não vou no centro direto, gosto mais da Serra, das cantigas, das folias de reis do bairro, das comidas feitas na panela de barro, isso que é forte para o meu entender*” (sic) (Morador RG8, 2020). Desse modo, emerge, de novo, na fala da participante acima e dos sujeitos a Serra dos Cristais como referência cultural importante para uma parcela dos *insiders*, além da cultura imaterial.

Perguntamos aos pesquisados se “o patrimônio representa mais a história do povo ou seria uma imposição do governo”. Por unanimidade (10) os pesquisados afirmaram representar a história do povo, onde o fragmento de uma resposta representam as demais obtidas, sendo:

*O povo foi importante para a construção da cidade, e ainda é. O patrimônio nos representa porque conta a história da comunidade, então não vejo como imposição, vejo como forma de dizer a nossa história. Se um dia achar que o patrimônio não nos agrada, vamos falar, o povo não é mais besta, não aceitamos tudo como os políticos pensam. Eu não* (sic) (Moradora RG9, 2020).

Adentrando sobre a questão da representatividade do patrimônio, todos (10) pesquisados apontaram que o conjunto patrimonial representa o povo local. Nenhum pesquisado do bairro afirmou que o patrimônio representa os desejos do IPHAN, da UNESCO ou da Prefeitura. Desta forma, se nota que existe uma grande sensibilidade dos moradores do bairro em perceberem que patrimônio é a representação do próprio querer dos nativos.

Ao retornar à temática representatividade, foi solicitado aos “moradores para apontarem quais grupos sociais locais podiam representá-los frente às questões ligadas aos patrimônios culturais”. Diante disso, os resultados estão expressos, na Tabela 05, a seguir:

**Tabela 05:** Representantes do Patrimônio (moradores do Bairro Rio Grande - Diamantina/MG).

REFERÊNCIAS QUE PODEM SER REPRESENTANTES DO PATRIMÔNIO	NÍVEL DE REPRESENTATIVIDADE		
	MUITO	POUCO	NENHUMA
Comerciantes	100%	--	--
Líderes de Igrejas	100%	--	--
Líderes de associação de bairros	80%	20%	--
Artesãos	90%	10%	--
Estudantes	90%	10%	--
Políticos - vereadores, prefeito etc.	50%	40%	10%
Morador comum do seu bairro	100%	--	--
Qualquer residente natural de Diamantina	90%	10%	--
SECTUR / IPHAN - CMPPCPC / SMDE	100%	--	--

**Fonte:** Pesquisa direta, 2020.

De acordo com os resultados destacados, na Tabela 05, foi observado que para os moradores pesquisados, os comerciantes, os líderes de igreja e os Secretários da SECTUR, IPHAN, CMPPCPC e SMDE podem representá-los com total confiança quanto aos rumos dos patrimônios locais. Seguidos dos artesões, estudantes e qualquer residente de Diamantina; e de qualquer morador comum do bairro. Nesse sentido, os menos avaliados para representá-los aparecem os políticos locais e os líderes de associação de bairros. Vale destacar, que pela primeira vez os representantes dos órgãos públicos, ligados às atividades dos patrimônio e fomento cultural, foram apontados como representantes legítimos do povo e isso se deve, em partes, pois, o povo local conhecer “*os profissionais do IPHAN, da secretaria de educação, da prefeitura, eles oferecem oficinas aqui no bairro sobre a cultura da cidade e muitas crianças tem aula que fala sobre a parte cultural da cidade. A gente percebe que eles possuem essa atenção [...]*” (sic) (Moradora RG7, 2020, grifo nosso).

Aproveitando a questão anterior, perguntamos aos nossos interlocutores “quem você escolheria para ser a Porta-Voz do Povo e o Representante do Patrimônio?” Para a maioria (06) o nome **Gilmara Paixão** foi sinalizado, seguido de (03) **Thiaguinho França** e da (01) **Chiquinha do Pastel**. A expressiva escolha do nome Gilmara Paixão foi justificado por um *insiders* da seguinte maneira:

*A Gilmara. Só chamar aqui no bairro ela vem. Todo problema que tem aqui ela ajuda os moradores. Ela tem programa no rádio, na internet, ela fala e cobra dos governantes, o prefeito deve ficar nervoso com ela, porque ela fala muito. Muita coisa que melhoria que conseguimos foi porque ela foi e cobrou. Sem dizer que ela é não tem frescuragem com nada [...] (sic) (Moradora RG5, 2019).*

Se tratando do uso do patrimônio, perguntou-se aos moradores “se eles são motivados a conhecerem o patrimônio”. Como devolutiva, a maioria (07) dos pesquisados sinalizaram negativamente, justificando devido a distância do bairro ao centro, dos custos da entrada e dos preços excessivos dos alimentos vendidos nos locais. Desse modo, elucida que: “[...] *o comerciante daqui não pensa no morador não, coloca o preço de tudo muito caro. Como que eu vou com criança em toda festa ou na rua, as crianças pedem comida, um brinquedo, hoje tá tudo caro*” (sic) (Moradora RG2, 2019). Contraponto a minoria (03) que declararam em ser motivados a conhecerem os bens tombados e “*vou porque os amigos reúnem e vão comigo, mas vamos para as missas, para as festa na praça do barão ou quando vou pagar um boleto, carnê ou comprar uma roupa, sapato*” (sic) (Morador RG1, 2020). Diante do depoimento dessa participante há um estímulo e entusiasmo em participar dos eventos, festividades e celebrações religiosas da cidade.

Além disso, quase todos (09) os moradores afirmaram não conhecerem o horário de funcionamento dos patrimônios e apenas um (01) pesquisado afirmou ter conhecimento, pois “[...] *meu filho trabalho no restaurante na baiuca, ele sabe das programações dos eventos e de algumas igrejas*” (sic) (Moradora RG7, 2020). Por conseguinte, ao questionar os moradores “se eles possuíam dificuldade ou facilidade de acesso e uso dos patrimônios”, a maioria (07) afirmou ter dificuldade, contrapondo, a minoria (03) que afirmou ter facilidade. As dificuldades mencionadas foram centradas nas seguintes questões: (04) distância do centro, (04) custo da entrada e alimentação e (02) tratamento rude dos gestores dos estabelecimentos para com os moradores local. Por esse viés, se constata que os limites e possibilidades de assiduidade aos patrimônios tombados pagos inserem-se no financeiro.

Em relação a atuação dos órgãos de legislação e preservação do patrimônio, ao perguntar aos moradores “se eles conheciam ou já tinham ouvido falar do IPHAN, UNESCO e do Conselho Municipal de Cultura”. A maior parte (08) dos moradores afirmaram positivamente, contrapondo a uma minoria (02) que destacou não conhecê-los.

Apesar disso, ao questionar “se os moradores sentiam algum incômodo com as imposições feitas pelo IPHAN e UNESCO”, a maioria dos pesquisados (08) afirmaram positivamente, isso pelas *“limitações e imposições que colocam para nós moradores, como a dificuldade do uso do terreno que temos. Tem outra coisa, poucos podem usar o quintal da casa. Falta diálogo e bom senso com a gente”* (sic) (Moradora RG8, 2020).

Na sequência, perguntou aos moradores “se eles já haviam sido convidados a participar de algum evento ou assembleias que tratassem sobre os patrimônios”. Como resposta, a grande maioria (09) afirmou que nunca foi convidado a participar de eventos desta natureza, contrapondo a minoria (01) que sinalizou já ter sido convidado. O que reforça a nossa análise que falta alinhamento das atividades de educação patrimonial em que é executado, principalmente, pela SECTUR, IPHAN e o CMPPCPC.

Além disso, pediu “aos moradores para assinalarem as ações que são necessárias para que a população tenham mais acesso aos bens e se sintam pertencidos aos patrimônios”. Os moradores apontaram como urgentes ações que priorizassem os moradores no uso dos patrimônios, solicitando a participação em eventos, assembleias e cursos que abordem a temática patrimônio cultural. Como ações necessárias, os pesquisados sinalizaram a necessidade da entrada franca em eventos que tenham o uso do patrimônio tombado e de espaços gratuitos para que o povo tenha acesso a educação patrimonial no próprio bairro.

Por último, foi perguntado aos pesquisados qual seria a escolha deles se lhe dado o poder de decisão para a seguinte questão, “Manter o patrimônio de Diamantina, alterá-lo ou destruí-lo?”. Isto posto, uma parte (05) dos pesquisados sinalizaram que: *“[...] alteraria as ruas, colocando asfalto no lugar das pedras e flexibilizarias as limitações das construções, podendo aumentar a minha área de lazer”* (sic) (Moradora RG7, 2020). Desse modo, se percebe a necessidade de uma reestruturação dos equipamentos da cidade para a modernização. Em seguida, os participantes (04) tem o desejo de mantê-lo, pois *“[...] representa a história de uma geração que merece ser dividida com todos”* (sic) (Moradora RG9, 2020). Nessa proposição há o conhecimento de preservação do patrimônio para que as gerações sucessoras conheçam os seus ancestrais pela conservação da cidade e sua expansão, na atualidade. No espaço democrático, um participante (01) o destruiria *“porque queria uma cidade igual BH, ou outra grande cidade, que tivesse um desenvolvimento, infelizmente o patrimônio não deixa a cidade ir*

*pra frente*” (sic) (Moradora RG2, 2019). Mediante ao exposto acima pela RG2 a cidade seria reconstruída semelhante a uma cidade não histórica, mas no crivo da modernidade.

Ao se fazer uma análise geral sobre as principais questões enunciadas pelos nossos pesquisados, residentes em distintos bairros da cidade de Diamantina, se percebe que **mesmo diante de uma certa naturalização do uso e do sentido do patrimônio, na vida de alguns sujeitos, prevalece o sentimento que os bens culturais são instrumentos identitários e memorialísticos**, presentes na vida da maioria dos *insiders*. Assim, a compreende que a cultura e a identidade podem e são avaliadas a partir de um prisma político e sociocultural, pois:

[...] ela possui um caráter posicional e conjuntural por ser construída e desconstruída de acordo com a conjuntura histórica de um lugar e das pessoas. A identidade cultural por ser histórica permite ao sujeito assumir diversas identidades em função desses processos e dos seu espaço de referência identitária. Então para algumas pessoas a cultura, o patrimônio e o modo de vida pode ganhar diversos sentidos e é compreensível a diversidade e não homogênea de ideias e sentimentos (VARGAS *et al.*, 2015, p. 52).

Diante do exposto, se destaca que **a maioria dos moradores pesquisados consideram-se parte integrante do patrimônio de Diamantina**, chegando a reconhecer os elementos tombados pelo IPHAN e pela UNESCO como representações legítimas da história dos *insiders*, contrapondo a uma minoria de moradores que acreditam que os elementos tombados representam os anseios do poder público que detém institucionalmente o conjunto patrimonial e os percebe como elementos catalisadores de investimentos para atender as demandas do turismo cultural e da cadeia comercial existente voltada, principalmente, à região central da cidade. Mesmo percebendo que a maioria dos pesquisados consideram-se partes do patrimônio, vale refletir que os bens culturais, reunidos ao logo da história muitas vezes não são entendidos como pertencentes ao povo, devido aos interesses políticos centrados a um setor ou grupo social, cabendo a sociedade, ao Estado discutirem, democraticamente, quais são os sentidos culturais e os usos dos patrimônios que venham representar as sociedades e não aos interesses setorializados e/ou individualizados (CANCLINI, 2012).

Em relação aos grupos sociais que representam os rumos dos patrimônios culturais, se observa que a maioria dos sujeitos pesquisados, em todos os bairros, **não percebem no poder público, aqui, personificado pelo prefeito e vereadores, como grupo capaz de representar os interesses da população em consonância com as**

**políticas públicas voltadas aos bens culturais**, ao passo que apreende um sentido de aversão/negação da população para com os representantes da política local.

Sobre os moradores serem motivados a conhecerem e utilizarem os patrimônio tombados, a grande maioria dos pesquisados destacaram de forma negativa, onde percebemos que os *insiders* residentes nos bairros mais distantes do bairro Centro são os mais impactados, **isso devido aos custos existentes para a entrada em alguns espaços tombados; do elevado preço dos produtos alimentícios vendidos na região central; da carência de uma adequada recepção por parte dos comerciantes aos moradores locais; ausência de tempo livre, dificuldade da utilização do transporte público; além de sinalizarem não sentirem interesse de conhecer os bens**. Essas dificuldades descritas projetam a discussão sobre a **identidade de resistência** que se formata pelos moradores residentes nos bairros mais distantes do centro, pois muitas vezes estes *insiders* se sentem em posições e condições de desvalorização social, a partir da lógica de dominação que o poder público realiza, por meio do desdobramento econômico que se obtém à partir do patrimônio ao promover nos moradores dos bairros em questão, uma unidade cultural de negação ao patrimônio posto como uma forma de oposição a dominação cultural e política existente (CASTELLS, 2008).

Nesse contexto, é adequado pontuar que:

Existe um caráter transformador da identidade que é percebida quando os grupos sociais que se encontram em condições de desvalorização constroem uma resistência baseada nos próprios ideias e princípios, sendo capazes de construir uma nova realidade, redefinindo seu papel na sociedade e demonstrando o seu desconforto social (VARGAS *et al*, 2015, p. 51).

Outro ponto importante a frisar é que **a maioria dos moradores já ouviram falar, ou conhecem sobre o IPHAN, a UNESCO e o Conselho Municipal de Cultura**, ao sinalizar **sentir incômodo com as imposições, ou restrições aplicadas pelos órgãos supracitados**, onde entendemos que, quando não ocorre diálogo entre os pares com objetivo de equalizar os ruídos de entendimento das atribuições de cada órgão implica no desejo do povo em sobressair o poder institucional com o intuito de expandir e racionalizar a superioridade legal do Estado, ao construir a ideia massificada de **identidade imposta** (CASTELLS, 2008). Porém, vale dar nota que os *insiders* do bairro Palha fora unânimes em afirmar não sentirem tal inquietude, pois tais órgãos realizam ações que não os afetam diretamente.



A grande maioria dos pesquisados afirmaram **não terem sido convidados a participarem de assembleias ou eventos que definissem políticas sociais e os rumos de usos dos patrimônios, inclusive sinalizavam desejar participar, efetivamente, desses encontros a fim de fazer valer o direito à participação popular**; logo evidenciamos a urgente necessidade do poder público local promover uma cogestão participativa pautada no planejamento, estruturação e organização das políticas culturais junto aos diamantinenses.

Em relação à decisão de “Manter, alterar ou destruir o patrimônio de Diamantina”, **a maioria dos pesquisados afirmaram que manteriam** a estrutura dos bens o que demonstra o reconhecimento dos moradores para com a importância do patrimônio como paisagens representativas e que reforça o significado identitário do lugar. Destaca-se que **os moradores da região central foram unânimes em afirmar que em hipótese alguma destruiriam os patrimônios culturais tombados**.

Percebemos que os valores atribuídos aos patrimônios processa-se a partir da experiência de mundo de cada pesquisado, portanto, não são baseadas em uma realidade objetiva como uma “[...] doutrina da conservação patrimonial. Essa ideia é diferente do ‘patrimônio-como-artefato’ ou da abordagem histórica que foca nas questões apenas de tempo e autenticidade” (WEELS, 2016, p. 14).

Por fim, diante a devolutiva dos pesquisados sobre quem poderia ser Porta-Voz do Povo e o Representante do Patrimônio apresentaremos, no subtópico, a seguir, a discussão dos dados obtidos com os escolhidos, sendo estes: *i) Chiquinha do Pastel, ii) Gilmara Paixão e iii) Thiaguinho França*.

## **5.2 Os sentidos do patrimônio para os reconhecidos como Porta-Vozes dos *insiders*.**

Qualquer tentativa de realizarmos uma análise racional sobre a importância dos patrimônios baseados no fator geográfico e histórico, leva em consideração a vida de quem o faz parte, pois o essencial é entendermos como os seres humanos são capazes de decifrar e decidir sobre os elementos que representam o Lugar e a Si (JEUDY, 2005; WEELS, 2016). E para tanto, rastreamos os *insiders* que foram apontados pelos moradores como representantes capazes de sinalizar a percepção de uma comunidade. E, tal procedimento faz-se estratégico, pois os escolhidos como Porta-Vozes pensam e

sentem como grupo e são compreendidos como interlocutores de uma sociedade, ao pensar em sua totalidade e excluírem, nesse momento, as ideologias e conflitos de interesses para projetarem narrativas capazes de elucidar as percepções dos Seus (FOULKES; ANTHONY, 1965).

Valendo destacar, que o conceito de Porta-Voz traz aqui a ideia de liberdade e autonomia do interlocutor, esse externaliza tudo aquilo que sente e que compreende ser a percepção do seu grupo social. Para tanto, o Porta-Voz “[...] fala através de uma boca e, agora uma boca fala por várias outras, sendo correntes ativas dentro de um grupo, podendo se expressar para todos, transformando-se em "personificações" de indivíduos” (FOULKES; ANTHONY, 1965, p. 259).

Desta maneira, os apontamentos que serão apresentados, na sequência, foram construídos a partir do método aplicado por meio de 03 (três) atividades de trabalhos de campo realizados no ano de 2020 e executados a partir da aplicação das seguintes técnicas e ferramentas de pesquisa:

- i. **Entrevistas:** realização de diálogos com os Porta-Vozes, ora a partir de uma conversa informal, ora por meio de um roteiro/tópico-guia utilizado como norteador dos diálogos (APÊNDICE II), buscando atentar para relação existente entre representação político-social, patrimônio cultural, legitimidade, resistência e identidade local;  
e;
- ii. **Instrumentos:** utilização do diário de bordo, roteiro/tópico-guia, gravador e máquina fotográfica digital.

Vale frisar, que os interlocutores são todos naturais de Diamantina, com mais de 34 anos de residência no lugar. As conversações foram incluídas na íntegra, inclusive com os erros ortográficos e linguísticos, com a inserção dos nomes dos sujeitos feitos com a autorização, obtendo a seguinte apresentação no texto: (sic) (Nome, ano) (BRANDÃO, 1986).

A realização das entrevistas ocorreram em locais de escolha dos próprios *insiders*, além disso, encontrá-los não foi tarefa difícil, sendo que Thiaguinho França e Gilmar Paixão foram rapidamente contatados pelas redes sociais e a Chiquinha do Pastel,

encontrada trabalhando em um dos patrimônios localizados na região central da cidade, ocorrendo, aí, os primeiros contatos e os agendamentos das entrevistas.

Iniciando essa etapa do trabalho, apresentamos a entrevista realizada com a senhora **Maria Francisca dos Santos**, popularmente conhecida como **Chiquinha do Pastel**, sendo famosa por contagiar todos com sua alegria e disposição nas idas e vindas, descidas e subidas, nas ladeiras de Diamantina, cidade que vende os seus famosos pastéis fritos recheados de carne, queijo ou banana. A nossa interlocutora atuou como professora, ministrando aulas para o ensino médio, paralelo ao ofício docente vendia os pastéis em: feiras, praças e portas das igrejas da cidade. Ela trabalha de segunda a sexta-feira iniciando as vendas por volta das 8h30min., conseguindo vender uma média de 150 a 200 pastéis por dia. Ela pontua que, além de ajudar na renda de casa, a venda dos salgados propicia o contato com o morador, construindo, ao logo desses anos, sendo assim, a “[...] amizade que nenhum dinheiro do mundo pode pagar, conheci pessoas nas ruas, vendendo, que hoje considero da família” (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020).

Essa professora, moradora do bairro Centro, possui 66 anos, sendo natural de Diamantina e hoje dedica a sua atenção nas vendas dos seus salgados. Ao contatá-la na porta da Igreja de São Francisco, relatamos o objetivo da nossa pesquisa e firmamos o agendamento da entrevista, onde o local escolhido para a realização deste momento foi o **Museu** localizada à rua da Quitanda. Inicialmente, lhe perguntamos, “qual será a motivação dos moradores na escolha da senhora como sendo a Porta-Voz do povo diamantinense?”. Ela destaca que:

*[...] sou muita conhecida por estar nas feiras e no mercado vendendo meus pastéis, converso com todo morador, eu sou tímida, falo pouco, mas escuto muito. Acho que eles me veem muito na rua e confiam em mim, porque criei amizade com muita gente. E sendo professora eu entendo esse lugar, sei falar um pouco da cidade, então a conversa vai rendendo [...]* (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020).

Logo, em seguida, indagamos a interlocutora “para você o que significa esse patrimônio cultural”. E, a resposta foi a seguinte: “[...] é a valorização das culturas de um povo e conservação dos bens da cidade. É história sendo falada, mostrada, sendo apresentada todos os dias. É a nossa vida que é resguardada” (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020).

Na sequência, perguntamos “se fosse para a senhora escolher um local para tirar um registro fotográfico e enviar para um ente querido, qual seria?”. Segundo a

entrevistada este ponto seria “[...] *o centro da cidade, essa região da baiuca e das igrejas, porque mostra a história e a boniteza do nosso lugar. É uma pergunta complicada porque cada lugar é importante*”. (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020).

Conforme a entrevistada, o patrimônio histórico faz parte de sua vida, pois está em seu convívio diário e tal contato intensifica o processo de afetividade do sujeito com o patrimônio. Pergunta-se a moradora o “que mais lhe agrada em viver na cidade”. E, segundo ela “*a tranquilidade e a valorização da cidade com a vinda de turistas, de poder mostrar para todo mundo o que fazemos aqui, o que vendemos, o que somos, o que é a nossa história. Eu ando aqui quase todo dia e vejo como o turista valoriza a nossa cidade [...]*” (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020). Desse modo, se nota na fala da moradora **a valorização que remete aos bens culturais**, especialmente no processo de demonstrar aos *outsiders* a história da gente local, sendo esta tarefa momento que lhe traz satisfação, alegria, prazer e ainda gera renda. Além disso, segundo a nossa entrevistada, nada a desagrada em viver em Diamantina.

Dentre os nossos diálogos, vale dá nota que **a moradora se considera parte do patrimônio** pelo motivo de “[...] *sou conhecida pelos moradores, tem algo mais satisfatório?*” (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020). Além disto, ela frequenta diariamente os patrimônios históricos, pois percorre um longo caminho por todo o centro da cidade vendendo seus pastéis. Chiquinha afirmou possuir facilidade de acessos aos patrimônios e que já participou de assembleias que decidiam o rumo dos patrimônios, contudo, apenas como ouvinte.

A entrevistada classificou como urgente um espaço gratuito para realização da Educação Patrimonial na cidade, pois:

*Eu sei que existe atividades que a prefeitura realiza nas escolas, de vez e outra a gente vê fazendo trabalhos nas praças, mas o povo quer um espaço, uma casa, um prédio, um local para ser de recreação, estudo, ser uma casa do povo, para o povo entender mais sobre a cultura, sair da violência, dá valor a vida. Isso é cultura também [...]* (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020, grifo nosso).

Além disso, a senhora Chiquinha sinalizou como urgente a entrada franca de moradores em eventos que tenham o uso dos patrimônios, melhor sinalização e informações sobre os patrimônios, reforçando que:

*[...] eu vejo que não adianta o prefeito pensar em fazer festa sem fazer o povo daqui ir às festas, os moradores têm que interessar mais pela cultura, e muitos*

*querem, mas não tem espaço para eles. Muitos [moradores] pensam que a cidade é para os estudantes [universitários] ou para os turistas (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020).*

Segundo Chiquinha, o poder público devia valorizar os diamantinenses de modo que venha “*dar atenção aos moradores quando houver eventos, não apenas realizar os eventos, mas inserir e atender os moradores de maneira agradável, mais honesta, vender os produtos com preço justo [...]*” (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020), revelando, aí, o sentimento que muitos moradores pesquisados destacaram no decorrer da nossa pesquisa, no tocante sobre a forma de tratamento que os *insiders* recebem dos donos e ou funcionários de restaurantes, casas de eventos, bares dentre outros; porque muitos diamantinenses sentem desvalorizados e, às vezes, excluídos, ou marginalizados nos locais que tentam frequentar, colaborando para uma possível **aversão ao lugar e, nesse caso, concomitantemente do patrimônio.**

Aproveitando a reflexão anterior, perguntamos a senhora Chiquinha “se ela percebe uma diferença da relação de uso e de afetividade dos moradores residentes na região central e a dos moradores residentes a bairros mais afastados”. Ela respondeu:

*Sim. Eu vejo que quem está aqui nessa região [centro] possui um maior cuidado e carinho com o patrimônio, não que quem não mora aqui não tenha, mas quem mora longe também quer sentir à vontade para vir aqui. Tem muito **preconceito**, quem mora longe do centro [bairros adjacentes] tem vergonha ou não pode vir, mas não é que eles não gostam, é porque para eles virem aqui é mais difícil, **tem que ter dinheiro**, não é algo simples (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020, grifo nosso).*

Sobre a atuação da SECTUR, do IPHAN, do CMPPCPC e da SMDE frente os trabalhos sobre cultura e patrimônio na cidade, a nossa entrevistada faz o seguinte apontamento:

*É fácil criticar né. Não é que não tem que criticar, mas é fácil. Não é?! O povo tem que reivindicar e falar o que pensa mesmo, mas eu vejo que como pode eles fazem o que dá. Tem muito evento, tem patrocínio, tem cultura para todo canto. O que vejo que pode melhorar é **dá abertura para o povo falar sobre o que quer, o povo tem que ser ouvido**. Mas, eu sei que é complicado [...] (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020, grifo nosso).*

Perguntamos a senhora Chiquinha “na sua opinião como os moradores da cidade percebem o conjunto patrimonial histórico arquitetônico e urbanístico?”. Para ela:

*É uma situação ainda complicada, porque muitos entendem o valor histórico e cultural dos patrimônios, sempre lembrando do senhor Juscelino, da Chica,*

*das Igrejas, dos tropeiros, dos escravos, mas também querem sentir valorizados. E falo principalmente dos moradores que não moram aqui [na região central], pois muitos sentem excluídos, porque não conseguem participar muito dos eventos (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020).*

Por fim, indagamos a senhora Chiquinha “se tivesse poder de decisão na seguinte questão: Manter o patrimônio de Diamantina, alterá-lo ou destruí-lo, qual decisão tomaria?”. Ela afirmou que optaria por mantê-lo, pois “*é preciso cuidar da história e dos monumentos, da maneira que os nossos pais entenderam ou viveram o passado para pensar no que podemos fazer [...]*” (sic) (Chiquinha do Pastel, 2020).

Assim sendo, a entrevista realizada com a Dona Chiquinha do Pastel, demonstrou sua compreensão e valorização do patrimônio tombado. Além disso, é notório que ela aprecia e preza pelos bens materiais e imateriais da cidade, manifestando em suas falas a admiração e preocupação com a cultura local. Por outro lado, a nossa interlocutora revelou ações que o poder público devia reavaliar, tal como *i)* a diferença de tratamento dado aos moradores locais em estabelecimentos comerciantes próximos aos bens tombados, *ii)* maior inserção dos *insiders* nas assembleias, levando o CMPPCPC a rever as suas articulações de participação democrática e popular e *iii)* a criação, cessão ou doação de espaço para recreação, lazer e de promoção a educação patrimonial para os moradores da cidade.

A nossa outra entrevistada é a **Gilmara do Socorro Ferreira**, conhecida pelos *insiders* como **Gilmara Paixão**. Gilmara tem 45 anos, natural de Diamantina, moradora do bairro Bom Jesus, com formação de nível superior em jornalismo. Conhecida na cidade devido a sua atuação como radialista e jornalista, a partir da comunicação via rádio e redes sociais: *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*, contando com um número expressivos de seguidores. A nossa interlocutora consegue com o seu trabalho atingir públicos de quase toda a região do Vale do Jequitinhonha, apresentando, em seus programas, pautas voltadas, principalmente, sobre as insatisfações da população com os serviços públicos e questões ligadas: à saúde, à educação, à mobilidade urbana, à geração de emprego, à cultura e ao lazer.

Ao agendarmos a entrevista com a nossa interlocutora, relatamos o objetivo da pesquisa e firmamos o local do encontro, sendo escolhido o **Mercado Velho** como lugar de encontro e diálogo. Inicialmente, indagamos Gilmara Paixão: “qual será a motivação

dos moradores na escolha da senhora como sendo a Porta-Voz do diamantinense?”. Ela destaca que:

*O povo aos poucos vai acordando do sono profundo que vem sendo acostumado. Eu sou uma comunicadora e o meu papel é da voz e ser, de certa forma, representante do povo. Vejo que muitos percebe em mim um canal de denúncias e de conseguir respostas que normalmente não conseguem quando procuram os setores dos poderes públicos. Talvez seja esse o motivo da escolha, pois não tenho receio de falar ou de procurar os nossos direitos. (sic) (Gilmara Paixão, 2020).*

No decorrer da nossa conversação a interlocutora afirma que sempre busca discutir junto ao poder público **políticas de restauração, preservação de casarões e espaços públicos**, sobretudo a utilização desses bens, porém, nem sempre é bem-vista pelos secretários e pelos responsáveis das instituições ligados ao patrimônio. Em seguida, perguntamos a nossa interlocutora “qual o significado do patrimônio cultural de diamantina”. Para ela “[...] *é um conjunto de tudo. Desde o povo mais simples aos mais ricos, toda a história de um lugar, seja física ou imaterial, vai contar um pouco de cada classe social, conta um pouco de tudo da nossa terra*” (sic) (Gilmara Paixão, 2020). Desse modo, se entende que **o patrimônio remete a todo um agrupamento de povos, histórias e bens (i)materiais capaz de representar lutas de classes e as diversas formas de constituição da cultura.**

Na sequência indagamos “se tivesse que tirar um registro fotográfico de um lugar da cidade para mandar a um ente querido qual lugar seria?”. Gilmara afirmou que o local seria o mirante e o motivo de sua escolha foi “[...] *para que se possa ver a cidade como um todo e não fique amarrado a um só ponto, conseguindo perceber toda a construção e beleza natural e material*” (sic) (Gilmara Paixão, 2020).

Segundo a entrevistada, o patrimônio histórico é muito importante para a constituição de sua identidade, pois os elementos culturais tombados pelo IPHAN e pela UNESCO fazem parte de sua vida, sendo, aliás, paisagens sempre lembradas/remetidas em sua memória afetiva. Além disso, para ela o que agrada em viver em uma cidade reconhecida como patrimônio da Humanidade é “*o senso de memória sobre a história, poder conviver com isso diariamente é fascinante, é viver a história no nosso dia a dia, como se tivéssemos misturando fantasia com a realidade [...]*” (sic) (Gilmara Paixão, 2020).

Contudo, o que desagrada em viver na cidade é a “*falta de investimento dos órgãos locais aos patrimônios para uso do povo, no caso dos moradores locais. Falta*

*sensibilidade de entender que o povo tem que ser motivado e ajudá-los a usar socialmente e culturalmente o patrimônio” (sic) (Gilmara Paixão, 2020).*

Ainda sobre sua relação com o patrimônio, a entrevistada afirmou que **sente parte do patrimônio de Diamantina** e ainda reitera que: “[...] *todo cidadão diamantinense faz parte do patrimônio, sendo de forma direta ou indireta, pois vivemos nessa cidade e usamos os patrimônios ou sempre falamos sobre algo que vai remeter a eles. É inevitável.*” (sic) (Gilmara Paixão, 2020). Além disso, para ela o patrimônio da cidade representa tanto a história do povo como uma imposição do governo, pois:

*O governo se aproveita do contexto histórico para poder lucrar em cima disso, então são duas questões que não consigo perceber de maneira distinta, pelo contrário, andam juntas, existe uma alimentação da cultura pelo turismo e o turismo ajuda a manter a cidade. Mas, **aqui prefiro deixar claro que o patrimônio representa o povo, os moradores dá essência da cidade.** Diferente de muitos lugares aqui os moradores acolhem todos, então, temos que aliar o patrimônio a forma como o povo recebe os visitantes [...] (sic) (Gilmara Paixão, 2020, grifo nosso).*

Desse modo, a entrevistada afirmou que frequenta os patrimônios diariamente, sendo que os principais monumentos e espaços visitados são: *i) o Mercado, ii) as igrejas e iii) as praças*, além disso, sabe os horários de funcionamento devido a suas idas e vindas diárias por estes lugares e informou possui facilidade de acesso a eles. E, discorre que: “*fico muito triste em perceber que nem todos tem essa oportunidade de conviver com o patrimônio. Fica a minha crítica ao governo municipal e aos órgãos que lidam com a cultural; **devem ter programas que incentivem o povo a conviver com os seus bens culturais** [...]” (sic) (Gilmara Paixão, 2020, grifo nosso).*

Sobre a atuação de órgãos como a SECTUR, o IPHAN, a UNESCO, o CMPPCPC e a SMDE para com os patrimônio da cidade, a entrevistada os consideram como necessários, ao afirmar que:

*[...] são instituições que no contexto de patrimônio são necessárias, porém, muitas vezes, principalmente o IPHAN preserva, mas não oferece acessibilidade. Muitos órgãos só impõe as regras de preservação e **não executa outras formas de acesso, de entendimento popular** (sic) (Gilmara Paixão, 2020, grifo nosso).*

Nas nossas conversações a entrevistada sinalizou ter participado de assembleias ou eventos que decidiam o rumo dos patrimônios, porém sempre como ouvinte, não teve espaço de dialogar sobre e propor alternativas de uso, e popularização dos patrimônios.



Em relação às ações que consideram como urgentes para que a população sinta-se mais próxima ao patrimônio e tenha acesso a ele, a entrevistada indica as seguintes: *i*) existência de um espaço gratuito para o povo participar de educação patrimonial; *ii*) entrada franca em eventos que tenham o uso dos patrimônios; *iii*) a oferta de cursos e palestras sobre a história dos patrimônios; *iv*) clareza nas informações sobre os eventos da cidade; e *v*) realização de divulgação de assembleias sobre patrimônio.

Além disso, outra ação citada pela própria entrevistada foi *“muito mais foco na população local para que o povo passe a amar a cidade. O poder público tem que entender que primeiro deve se trabalhar com o povo [...]”* (sic) (Gilmara Paixão, 2020). Por essa razão, se evidencia em sua vontade de que o povo seja mais valorizado e acolhido para que assim possa ter um sentimento de pertencimento e proximidade com os símbolos que são reconhecidos como patrimônio da cidade e da humanidade. Na sequência, perguntamos: “qual seria sua decisão na questão: Manter o patrimônio de Diamantina, alterá-lo ou destruí-lo?”. Gilmara optou por mantê-lo, acrescentando que *“devemos conservar a originalidade, mas é preciso reforçar as políticas de preservação. A cultura é a alma de um povo, sem a nossa cultura não sabemos o que somos [...]”* (sic) (Gilmara Paixão, 2020).

Perguntamos a entrevistada como “você percebe o uso dos bens outorgados pelo IPHAN e UNESCO e a vivência do conjunto patrimonial pelos moradores locais?”. A interlocutora afirmou que:

*[...] ainda percebo que é muito difícil os moradores utilizarem e entenderem o patrimônio como prega os órgãos. Os moradores entendem os patrimônios diante do que vivem, do que fazem no dia a dia. É claro que muitos sabem a história do lugar, muitos são estudiosos da cultura da cidade. Mas, o povão sabe diante daquilo que vive. E sobre a outra questão, sobre o uso dos patrimônios, o poder público tem que criar alternativas para que todos possam usufruir, do rico ao pobre e, infelizmente, ainda não se tem o uso cultural dos patrimônios para todos os diamantinenses* (sic) (Gilmara Paixão, 2020).

Observa-se que a entrevistada valoriza o significado emocional e político que emerge do patrimônio ao destacar **o desejo de que os moradores sejam valorizados e integrados nas políticas culturais da cidade**, contudo, não deixa de expressar sua insatisfação em relação a falta de investimentos públicos para favorecer os moradores locais em relação ao uso dos patrimônios por fazer valer a participação social do povo nas decisões e discussões via assembleias, dentre outros.

Por fim, entrevistamos o senhor **Thiago Fernandes França**, conhecido na cidade como **Thiaguinho França**. Este é natural de Diamantina, tem 34 anos de idade, morador do bairro Vila Operária e atua como professor da educação básica. Ao agendarmos a entrevista com o interlocutor, relatamos o objetivo da pesquisa e firmamos o local do encontro, sendo escolhido o **Mercado Velho**.

Inicialmente, indagamos ao Thiaguinho França: “qual seria a motivação dos moradores na escolha do senhor como sendo o Porta-Voz do povo diamantinense?”. Ele destaca que a escolha do seu nome como um representante dá-se devido a sua atuação em defesa dos moradores, uma vez que é frequentemente acionado pelos *insiders* onde apresentam pautas e solicitações/cobranças diversas a Thiaguinho e ele, por sua vez, apresenta à prefeitura, trabalhando, especialmente, nas questões envolvendo a geração de renda, meio ambiente, mobilidade urbana, esporte, cultura e educação. E, afirma possuir liderança na cidade ao ter apoio, especialmente, dos jovens, ao expressar que: “[...] *um dos principais objetivos que tenho como liderança é construir um diálogo produtivo para que todos nós sejamos cidadãos conscientes dos nossos direitos e deveres. E que de alguma maneira, talvez, consigamos mudar a nossa cidade, nosso estado, nosso país e, por que não, nosso mundo*” (sic) (Thiaguinho França, 2020).

Thiaguinho define o patrimônio cultural como: “*bens de uso pelo povo e que se vai levar para a vida toda [...]*” (sic) (Thiaguinho França, 2020). Na sequência, lhe perguntamos: “se tivesse que tirar uma fotografia para enviar a um ente querido qual o local seria”. O nosso interlocutor sinaliza o Mercado Velho, pois “[...] *por ter sido lá que o comércio iniciou e, conseqüentemente, trouxe desenvolvimento para a cidade. A história da cidade passa por lá*” (sic) (Thiaguinho França, 2020). Desse modo, a fala do entrevistado mostra a sua grande apreciação pela importância histórica do local, evidenciando sua sensibilidade em relação ao patrimônio histórico.

Ficou evidente na entrevista que **o patrimônio é importante e faz a parte da vida do interlocutor**, principalmente por gerar renda e emprego, e essa noção de importância sobre o conjunto patrimonial foi adquirida ao longo do tempo, conforme o entrevistado afirma. Além disso, o que mais o agrada em viver em uma cidade reconhecida como patrimônio da Humanidade é poder usar este reconhecimento para atrair o turismo e gerar renda aliado a promoção da cultura.

Contudo, o que o desagrada em residir numa cidade com tal reconhecimento está voltado a questão de que:

*O patrimônio é muito centralizado, não abrange a todos os grupos da cidade. A prefeitura e o IPHAN devem promover **projetos e atividades culturais em todos os bairros**, dando valor a cultura de todos e incentivando a população em perceber que o patrimônio é mais que os tombados. Além disso, tem que deixar claro para o povo que eles fazem parte do patrimônio, que isso é deles, não é só do empresário, do comerciante, pois muitos moradores pensam dessa maneira [...] (sic) (Thiaguinho França, 2020, grifo nosso).*

Sendo assim, percebe-se que Thiaguinho tem o posicionamento de que o **uso do patrimônio pode ser atrelado ao turismo e promover a geração de renda**, e tal relação não exclui a valorização dos bens, pelo contrário, torna o uso mais funcional e diário. O entrevistado se considera parte do patrimônio de Diamantina, “*por ser professor e educador, repassando a importância das construções e da cultura imaterial, advindo do povo da cidade, para as gerações mais novas [...]*” (sic) (Thiaguinho França, 2020). Dessa forma, o seu entendimento como parte do patrimônio é relativo à sua atuação na construção e compartilhamento do conhecimento sobre a cidade para com as novas gerações, o que é válido quando se tem em vista a importância de se despertar nos jovens (estudantes) a sensibilidade para com os bens culturais.

Em relação “sobre o patrimônio representar mais a história do povo ou uma imposição do governo”, Thiaguinho afirmou que acredita que o patrimônio **representa a história do povo**, no entanto, acredita que: “*houve sim imposição políticas para o reconhecimento, mas a história do povo e de construção da cidade falam mais alto, pois no início não se entendia bem o que seria esse reconhecimento mundial, hoje já é mais claro para todos [...]*” (sic) (Thiaguinho França, 2020).

O entrevistado afirma **sentir motivado a conhecer os patrimônios tombados** e que essa motivação é reforçada a partir da sua tarefa como professor e destacou que: “*atualmente, enquanto professor, procuro levar meus alunos para conhecer os locais e patrimônios da cidade, contado um pouco das histórias, trazendo um olhar do passado e o que os alunos podem perceber atualmente [...]*” (sic) (Thiaguinho França, 2020).

De acordo com Thiago, ele frequenta os patrimônios da cidade aproximadamente duas (02) vezes por semana, visitando, principalmente: *i*) as praças, *ii*) o mercado velho e *iii*) as igrejas. Além do mais, tem conhecimento dos horários de funcionamento, por pesquisar sobre e por ir com frequência aos espaços e monumentos mencionados. Em

relação a ter facilidade ou dificuldade de acesso e uso dos patrimônios, afirmou que possui facilidade, apesar disso, acrescenta que deveria existir melhor sinalização e acessibilidade, pois *“penso muito como um cadeirante ou uma pessoa com deficiência visual ou auditiva pode aproveitar o conteúdo de conhecimento dos patrimônios. Ainda tem muita a melhorar nesse aspecto [...]”* (sic) (Thiaguinho França, 2020).

Se tratando da atuação dos órgãos que tratam diretamente com os patrimônios, como: IPHAN, UNESCO, SECTUR, CMPPCPC e SMDE, qual seria opinião do entrevistado a respeito desses. Ele destacou que: *“falta transparência em todos os órgãos, mas principalmente sobre as ações do conselho municipal de cultura, pois é pouco divulgado seus planejamentos e quase ninguém é envolvidos nos debates deste conselho”* (sic) (Thiaguinho França, 2020). O nosso interlocutor afirmou que **já sentiu incômodo com as imposições feitas pelo IPHAN e pela UNESCO**, pois *“são contraditórios em alguns aspectos. Costumam ser rígidos em determinadas situações e flexíveis em outras. Falta bom senso para atender o que o povo deseja e o que é lei, além disso deveriam explicar, expor mesmo, o eu pode e o que não pode, ser transparente”* (sic) (Thiaguinho França, 2020).

Desse modo, ainda afirmou que:

*[...] à Secretaria de Cultura e Turismo e a Secretaria de Educação merecem uma observação importante, pois eu vejo os esforços nas atividades que vem promovendo, especialmente na educação, meus colegas que trabalham na prefeitura falam dos esforços deles no **Programa de Educação Patrimonial**. É um programa que deve ser mais motivado, sendo algo a ser apontado como positivo, ajudando os alunos a entenderem que fazem parte do fazer cultural. Eu como professor faço isso, promovo trabalhos de visitas aos museus, aos patrimônio e levo os alunos a pensarem mais sobre o lugar [...]* (sic) (Thiaguinho França, 2020, grifo nosso).

De acordo com o entrevistado, o poder público deveria *“dar mais oportunidades aos jovens da cidade, criando cursos gratuitos que venha promover a integração dos jovens na geração de emprego e que atenda a realidade da cidade com os patrimônios. Mas, criar cursos e empregos na área cultural [...]”* (sic) (Thiaguinho França, 2020). Em seguida, ao questioná-lo sobre a questão: *“Manter o patrimônio de Diamantina, alterá-lo ou destruí-lo?”*, ele afirmou que optaria por mantê-lo e em *“investir mais na indústria do turismo e que isso traria mais desenvolvimento e oportunidades para a cidade e seus moradores. Seria uma ignorância querer destruir algo que podemos ganhar culturalmente e financeiramente [...]”* (sic) (Thiaguinho França, 2020). Desse modo, o

participante concebe o patrimônio como um conteúdo indissociável as esferas político-cultural e econômico.

Ao perguntarmos ao nosso interlocutor se ele percebe “ações que o poder público realiza para promover o patrimônio como elemento de representatividade sociocultural”.

Para ele:

*Nos últimos anos à prefeitura está tentando realizar trabalhos dessa forma, com apoio de projetos do IPHAN e do Monumenta. Eu vejo que existe uma tentativa de tornar o patrimônio mais próximo da cultura da cidade também. O que posso dar como exemplos são  **cursos que a prefeitura oferece a comunidade sobre cultura material e imaterial, as oficinas que, às vezes, são realizadas aqui no mercado e a educação patrimonial**, como eu te disse antes. São ações que ajudam, mas poderiam ser mais, acontecer com mais frequência [...] (sic) (Thiaguinho França, 2020, grifo nosso).*

Mediante ao dito pelo entrevistado, anteriormente, lhe indagamos: “quais alternativas você levantaria para tornar o conjunto patrimonial histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina - MG legítimo aos desejos dos moradores”. Para o nosso interlocutor:

*[...] vendo o que os moradores me falam e eu penso que **fazer eventos de interesses dos moradores de Diamantina ou com a gratuidade nas entradas em eventos culturais, como acontece, de vez e outra, na vespertada aqui, além de incentivar a população a participarem das assembléias que tratam disso. Outro ponto importante é dá valor a cultura de cada bairro, dá valor a cada morador. Muitos questionam que não se tem um olhar carinhoso com os bairros, e essa é uma crítica que pode melhorar a forma que o morador entende o patrimônio** (sic) (Thiaguinho França, 2020, grifo nosso).*

Atentando-se as falas do último entrevistado, percebe-se que ele possui uma relação de proximidade com os moradores da cidade e, além disso, se considera parte do patrimônio cultural local, sendo um admirador da cultura devido, dentre outros fatores, a sua formação como docente. Entende-se ainda que os Porta-Vozes, Thiaguinho França e Gilmara Paixão possuem uma percepção, em comum, significativa ao falarem sobre o uso dos bens e espaços públicos, pois desejam que **os bens tombados sejam utilizados em prol da população e não apenas preservados e vinculados, excessivamente, aos interesses mercadológicos, devendo o poder público promover ações objetivas que atendam aos insiders, tal como a entrada gratuita em eventos culturais** (JEUDY, 2005; ZANIRATO, 2009).

Já a Porta-Voz Dona Chiquinha do Pastel deixa em evidencia que os moradores entendem o valor histórico e cultural dos patrimônios, remetendo com frequência as figuras de JK. e Chica da Silva, porém **existem ainda tensões sobre a valorização dos patrimônios para quem é morador da região central e quem reside em áreas marginais da cidade**, reforçando a importância do poder público em promover políticas públicas voltadas à promoção cultural nos bairros, realizando atividades que fomentem a compreensão dos *insiders* sobre a cultura material e imaterial para além dos patrimônios reconhecidos pelo IPHAN e pela UNESCO (JACOBI, 2007).

Foram evidenciadas pelas falas dos pesquisados ações que o poder público realizar para aproximar os *insiders* dos patrimônios, principalmente, a partir das atividades desenvolvidas por meio da **educação patrimonial**, porém devem intensificar essas atividades e promover diferentes ações nos bairros, associações das comunidades mais carentes socioeconomicamente, realizando políticas públicas voltadas à cultura, geração de renda como forma de conciliar os interesses da comunidade como das instituições ligadas a preservação e manutenção dos patrimônios (ARROYO, 2005; IPHAN, 2012).

Para os Porta-vozes **os patrimônios possibilitam experiências culturais e sociais e, especialmente, as aliadas às paisagens urbana diamantinense remetem à ideia de Lugar de acolhimento, simultaneamente, de resistência, devido à oscilação e diferenciação no uso dos monumentos, espaços, às díspares representatividades e qualidades que são atribuídas aos bens por cada morador** (RELPH, 2012) (OLIVEIRA, 2012).

Diante do exposto, apresentaremos, no subtópico, a seguir, a discussão dos dados obtidos com as entrevistas realizadas com os sujeitos que atuam e são responsáveis pelas atividades relacionadas ao patrimônio na cidade de Diamantina. Sujeitos esses vinculados ao Escritório Técnico Regional do IPHAN, a SECTUR, a SMDE e o CMPPCPC de Diamantina.

### **5.3 Para além do ato de reconhecimento legal: A legitimidade do patrimônio cultural diamantinense a partir do poder público local.**

Diamantina, possui um diverso arsenal patrimonial, construído desde o período do ciclo do ouro, que ocasionou a vinda de povos de outras nacionalidades, como:

espanhóis, portugueses, ingleses, africanos, por exemplos, tornando esse lugar único, aliando o Ser Mineiro com outros modos e expressões de vida. Sendo assim, a população local adquiriu, com o passar dos anos, uma forma especial de expressar os seus fazeres e saberes, sentidos e desejos, externalizando-os pela rica musicalidade, pelas festas típicas, religiosidade e tradições socioculturais de valor imensurável, os quais se materializam e são, ao mesmo tempo, subjetivamente, sentidos e carregados de memórias; e, esses sendo, em grande parte, expostos pelos patrimônios ali reconhecidos pela UNESCO, pelo IPHAN e pelo poder público local.

Chegando, até mesmo, perceber esses patrimônios como:

[...] estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de 'representação', que funda a memória e a identidade [...]. (GONÇALVES, 2002, pp. 121-122).

Desse modo, se busca, nesse momento do trabalho, destacar **quais ações que o poder público vem realizando para promover o patrimônio como elemento de representatividade sociocultural** e como propulsor de narrativas da memória e identidade, foram realizadas conversações com sujeitos que ocupam cargos estratégicos em secretarias, conselhos e instituições municipais e nacionais localizados, em Diamantina. Sendo esses sujeitos: um integrante do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina (CMPPCPC); a Gerente Pedagógica da Secretária Municipal de Educação (SMDE); o Secretário do Escritório Técnico Regional do IPHAN e a Gerente de Pesquisa, Educação e Preservação da Secretaria municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio (SECTUR).

Nesse interim, se busca **analisar as ações que esses promovem e que possam contribuir para o processo de legitimidade do patrimônio, buscando outras alternativas para tornar esses bens mais próximos do povo, além de buscarmos rastrear a percepção destes atores sobre a temática em questão.**

Os apontamentos foram construídos a partir do método aplicado por meio de 04 (quatro) atividades de trabalhos de campo realizados entre os anos de 2019 a 2020 executados a partir da aplicação das seguintes técnicas e ferramentas de pesquisa:

- iii. **Entrevistas:** realização de diálogos com os interlocutores, ora a partir de uma conversa informal, ora por meio de um roteiro/tópico guia utilizado como norteador dos diálogos (APÊNDICES III e IV), buscando atentar para relação existente entre patrimônio, legitimidade e ações de valorização da cultura e memória do povo;
- iv. **Pesquisa documental:** os interlocutores da pesquisa **apresentaram arquivos de autoria das secretarias e conselho**, evidenciando documentos que iam de encontro com as narrativas por eles enunciados. Conseguimos acesso e autorização para divulgação de alguns dados/registros/dossiês/fotografias de autoria das instituições anteriormente citadas e os nossos interlocutores realizaram novas conversações, objetivando, tornar mais evidente os dados dispostos nos registros que os mesmos selecionaram e que são relevantes para o recorte da pesquisa.  
e;
- v. **Instrumentos:** utilização do diário de bordo, roteiro/tópicos guia, gravador e máquina fotográfica digital.

Todos os sujeitos envolvidos nessa etapa da pesquisa possuem mais de 09 (nove) anos de atuação na área, promovendo atividades que integram as equipe de trabalho de maneira formal. Vale frisar, que as conversações foram incluídas na íntegra, inclusive com os erros ortográficos e linguísticos, com a inserção do nome dos sujeitos feito com a autorização dos mesmos, obtendo a seguinte apresentação no texto: (sic) (Nome e Sobrenome - Cargo e ou setor ocupado, ano), porém, o representante do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina, optou em utilizar um pseudônimo, obtendo a seguinte apresentação: (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020) (BRANDÃO, 1986).

Para iniciarmos essa etapa da pesquisa, achamos adequado apresentar a entrevista que realizamos com **um representante do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina**, uma vez que, esse requer uma descrição mais densa devido à sua especificidade. O conselho, em questão, existe sob a Lei n. 2414, de 12 de agosto de 1997, na época com a seguinte nomenclatura Conselho Municipal de Cultura e passou por mudanças estruturais e regimentais a partir



de 2009 - funcionando antes mesmo da criação da Secretaria de Cultura e Turismo, que se deu, em 2002 (DIAMANTINA, 2019).

Uma dessas mudanças foi a reestruturação do conselho agregando, além da função consultiva, a de fiscalizador e de liberador. O objetivo do CMPPCPC de Diamantina é de aprovar a destinação da verba do fundo municipal de cultura. Verba essa advinda do ICMS Cultural do IEPHA, para promoverem e fomentarem a cultura local, restauração, preservação de bens tombados, organização de pesquisas, divulgação das ações em diversas mídias, além, é claro, de incentivar o acesso e participação dos *insiders* sobre os assuntos relacionados a cultura (i)material do município. E, conforme aponta o representante do conselho pesquisado, o conselho faz-se importante dado que possibilita “[...] *abrir espaços para a reivindicação do povo, discutindo sobre o que pensamos e desejamos para a cidade. Uma forma de participação que valoriza não só o grande* [menção aos representantes do poder público, comerciantes, empresários etc.], *mas o povo mesmo*” (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020, grifo nosso).

Desse modo, se busca uma nova constituição do conselho de forma democrática, no dia 12 de julho de 2011, no Teatro Santa Izabel, aconteceu uma nova posse dos membros do conselho que foram escolhidos após vários trabalhos e reuniões ocorridas nos Fóruns, Grupos de Trabalhos (GT's) realizadas pela CMPPCPC, a SECTUR, concomitantemente, por diversos setores e segmentos do município, porém, “[...] *ainda sentimos que tinha pouca representação do povo, mas, já era um começo, a sociedade estava dialogando, as decisões não estavam concentradas na prefeitura, se via mobilização para o povo participar, mesmo que de maneira vagarosa*”. (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).

O CMPPCPC passou, a partir daquele momento, funcionar com base na estrutura do Sistema Nacional de Cultura que tem como objetivo implantar políticas de cultura, democráticas e permanentes, promovendo o desenvolvimento humano, social, econômico, respeitando o exercício e o direito ao acesso aos bens culturais. Estavam presentes na cerimônia de posse dos novos membros a chefe da Representação Regional do Ministério de Cultura em Minas Gerais, na época, a senhora (Sra.) Cesária Macedo e a Assessora Técnica de Programas e Projetos da Representação Regional de Minas Gerais, a Sra. Cláudia Houara (DIAMANTINA, 2019).

De acordo com Castriota (2019), a formulação destes conselhos representam o rompimento do caráter hierárquico tradicional das políticas públicas, ao se ampliar a participação das comunidades na elaboração, discussão, fiscalização e decisão sobre a execução das políticas de planejamento e desenvolvimento social. A população pode, assim, efetivamente, ser parte integrante da preservação do patrimônio que os pertence.

Conforme, Guimarães, Souza e Machado (2011) destacam que é de responsabilidade dos membros do conselho:

Analisar as demandas da sociedade em relação ao patrimônio cultural local. Buscar a interação da comunidade na política de preservação do patrimônio cultural, de forma a levá-la a compreender a cultura como propulsora do desenvolvimento humano. Dinamizar ações preservacionistas junto à comunidade. Atualizar-se, de forma contínua, sobre os assuntos referentes ao tema patrimônio cultural. Observar as normas do regimento interno do Conselho. Desempenhar as funções para as quais foi designado. Ser assíduo às reuniões, participando diligentemente das atividades e discussões do Conselho. Observar as formas de votação das matérias tratadas. Manter conduta condizente com os princípios da Administração Pública, sendo: legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade e eficiência (GUIMARÃES; SOUZA; MACHADO, 2011, p. 27).

O CMPPCPC passou a fazer parte das ações em prol da sustentabilidade cultural e patrimonial realizadas pela SECTUR, SMDE, IPHAN, outras instituições reguladora e de fomento. Sendo, inclusive, um braço articulador de políticas públicas e de fiscalização do patrimônio, em especial, vinculado a SECTUR.

A exemplo, se destaca a participação do CMPPCPC na Semana de Despoluição Visual, realizada, no dia 30 de agosto de 2011, pela SECTUR, com intermédio da Secretaria de Fiscalização e Tributos, e pela Guarda Municipal Patrimonial de Diamantina. Essa ação teve como objetivo a retirada de cartazes, panfletos e *banners* das partes externas dos 255 comércios, ao promover a conscientização de comerciantes, com o intuito de construir uma cidade mais limpa e visualmente agradável. Vale destacar que: “[...] *antes da ação, avisamos os comerciantes sobre a necessidade de se adaptarem a legislação, eles foram notificados, e nós abrimos o diálogo para promovermos medidas que sejam atendidas pelo povo e entendida por todos, pois não queremos prejudicar ninguém, mas colaborar*” (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).

Perguntamos ao **representante do Membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina**, “como que são tratadas as dinâmicas de trabalho do conselho”. E, esse destacou que:

*Ali se abre espaço para dialogarmos, participamos de todos os planejamentos de ações e convites da Prefeitura, e de outras instituições, para a participação em eventos e aprovação de recursos financeiros relacionado a Cultura. A Secretaria de Cultura nos ajuda a entender as demandas, oferece cursos, mas o que vejo como maior ganho e sermos escutados pela população e a gente levar as demandas do povo também. Além disso, ficamos atentos as ações da prefeitura, do IPHAN, do que acontece com o patrimônio, com os grupos culturais, com as pessoas que fazem parte da cultura daqui. Não autorizamos algo se achamos que a população não vai gostar [...]” (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).*

O interlocutor ainda frisou que acha importante a tarefa do CMPPCPC, porque: *“aprendemos mais da nossa história, fazemos, também, pesquisas, ajudamos a entender o que é a cultura e como podemos ajudar a preservar”* (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020). Destaca-se, nesse contexto, a criação do programa municipal do patrimônio imaterial, pela Lei Complementar n. 90, de 22 novembro de 2010, onde o pesquisado menciona que: *“[...] hoje se fala em políticas de patrimônio, seja material ou imaterial, e nós ficamos de olho, como que é pensado, feito e aplicado, e isso se dá pela Lei de 2010, ou seja, fazemos parte desse fazer da cultura”* (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).

Para o nosso interlocutor, o CMPPCPC tem um papel fundamental para o entendimento do patrimônio, como um conselho que ajuda a legitimá-lo, pois, esse destaca que diariamente são cobrados para pensarem e ou refletirem sobre decretos relacionados à preservação ou tombamentos de patrimônio, ao ter como exemplo,

*[...] a criação do decreto que dispõe sobre o tombamento da Capela Sagrado Coração de Jesus, lá na comunidade de macacos. Isso foi em 2012, hoje [2020] eu entendo a importância do povo cobrando isso, eu não era membro ainda, mas participava dos fóruns e hoje, fazendo parte, entendo que temos que ficar atendo a isso [...]” (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).*

Nesse processo de atuação do CMPPCPC foram realizados alguns eventos para tornar notória a importância da cultura e da participação popular local nas discussões sobre Cultura. Por exemplo, no mês de agosto de 2013, foi realizada, pelo conselho e a SECTUR, a III Conferência Municipal de Cultura, com o tema: *Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura*, conforme a Figura 59 destaca. No evento, aconteceram: palestras, apresentações artísticas, debates, com a participação popular e a eleição de delegados para a Conferência Estadual de Cultura.



**Figura 59:** Convite para a III Conferência Municipal de Cultura, com o tema: *Uma Política de Estado para a Cultura - Desafios do Sistema Nacional de Cultura*, realizado em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2013.

Vale destacar, que as Conferências Municipais de Cultura antecedem as Conferências Territoriais: Estaduais e Nacional, de Cultura, concomitantemente, possui caráter mobilizador, propositivo e eletivo. Essas conferências são relevantes espaços de debate para que se discuta políticas, programas, ações para gestão da cultura, especialmente, sendo um palco de apresentações que os *insiders* podem participar, ir ao púlpito e entender qual o seu papel nesse processo (SILVA, 2014).

Como se pode observar, na Figura 60, a SECTUR ofertou outro evento no mesmo mês. Evento relacionado a Educação Patrimonial - tema que será melhor discutido quando elucidarmos a nossa entrevista com a Gerente Pedagógica da SMDE e a representante da SECTUR -, realizado no Auditório do Mercado Velho, local indicado pelos membros do CMPPCPC para tornar o evento mais próximo do dia a dia dos *insiders*.



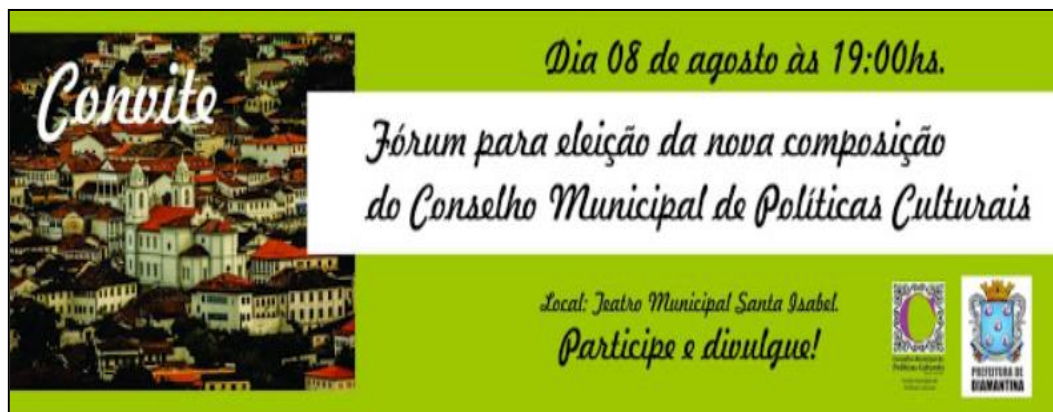
**Figura 60:** Folder do curso Educação Patrimonial, ofertado gratuitamente em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina 2013.

Dentre os nossos diálogos emerge uma questão sobre a representatividade do CMPPCPC, como os seus membros são percebidos pelo poder público e pelos *insiders*. O interlocutor destacou:

*Falo que aprendemos a cada dia, porque não ganhamos dinheiro com isso, ganhamos fazendo parte da história de Diamantina. No início eu tinha uma ideia ainda que era dividido, o que a secretaria e a prefeitura falava e nós; hoje não. Hoje, percebo que tem uma busca por conciliar o que o conselho percebe, o que é desejo do povo e o que é possível pela lei. Sobre os moradores, como eles nos ver, é complicado. Porque, sendo sincero, havia desconfiança se o conselho os representava, se não era tudo vendido. Houve mudanças de gente, da composição dos membros e criaram outros espaços, Hoje vejo, e sinto na rua, que o povo conhece os membros do conselho e que vai criando uma confiança, mas é algo que não é fácil, o povo está começando a entender qual é o nosso papel, que é representá-los [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020, grifo nosso).*

Essa percepção que o nosso interlocutor destaca sobre a avaliação da população sobre os membros do CMPPCPC fez-se necessária, no momento que o poder público, em 22 de julho de 2013, conforme Figura 61 evidencia, faz o convite a todos os *insiders* para participar do Fórum para Eleição da nova composição do conselho, ocorrido no Teatro Santa Izabel, ao ressaltar a importância da participação da população para o entendimento do processo do CMPPCPC, em questão. Nas conversações realizadas, pude compreender que o objetivo do mencionado evento era promover uma composição mais heterogênea do conselho, capaz de representar diferentes segmentos da sociedade, especialmente, tendo pessoas de diversas profissões, territorializadas em distintos bairros da cidade e a maioria dos membros eram da sociedade civil.



**Figura 61:** Convite para o Fórum de eleição do novo CMPPCPC, em Diamantina - MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2013.

Desta forma, pelo Decreto n. 0613/2013, foi publicado o decreto do Regimento Interno do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina - MG, contendo a nova composição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina, sendo composto por: 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio, 01 (um) representante do Poder Público Federal, no caso do IPHAN, 01 (um) representante da Câmara Municipal, 01 (um) representante das Instituições Privadas ligadas a cultura, 01 (um) representante da área da Educação Superior, 01 (um) representante da área da Educação Básica, 01 (um) representante do Conselho de Turismo, 01 (um) representante das Artes Cênicas, 01 (um) representante de Artes Plásticas, Visuais e Audiovisuais, 01 (um) representante da Música, 01 (um) representante da Dança, 01 (um) representante da Cultura Popular, 01 (um) representante da área de Patrimônio Cultural, 01 (um) representante do Acervo Cultural, 01 (um) representante da Literatura, 01 (um) representante do Artesanato e 01 (um) representante distrital membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). E, por meio do n. Decreto 3635/13 foi tomado posse os novos membros do CMPPCPC (DIAMANTINA, 2013).

Percebe-se, também a atuação do CMPPCPC em suas medidas de publicização, especialmente, por meio do Jornal Voz de Diamantina. Por exemplo, pela Figura 62, foi publicado, no jornal em questão, no dia 25 de outubro de 2014, o processo de reconhecimento da Festa do Divino Santo como patrimônio imaterial de Diamantina, ao obter o parecer e feito as considerações e avaliações realizadas pelo conselho que, conforme impresso, na Figura 62, procedeu o registro do bem e o inscreveu no Livro das Celebrações.

VOZ DE DIAMANTINA - Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio - 25 de outubro de 2014 - Nº 689 - PAG. 9

**COMUNICADO À COMUNIDADE**

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina entende o processo de registro como uma oportunidade para aproximar a população diamantinense dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural e ao mesmo tempo despertar esta comunidade à proposição de novos registros. E para tal convida toda a comunidade a participar do processo de registro da **Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina**, compartilhando documentos, fotos, histórias e outras fontes de informação disponíveis sobre o bem. A publicidade do parecer que segue tem o objetivo de dar conhecimento à população diamantinense para se manifestar sobre o registro do bem **Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina**, no prazo de até trinta dias, contados da data de sua publicação. As possíveis manifestações deverão ser encaminhadas, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data de publicação deste parecer, ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina, estabelecido na Praça Antônio Estácio, 56, Centro, Diamantina, (Casa da Cultura).

Diamantina, 02 de outubro de 2014

Walter Cardoso França Júnior  
Presidente do Conselho Municipal de Preservação  
do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina

**PARECER**

**Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais. Registro Imaterial Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina no Livro das Celebrações**

**Relatório** - Trata-se de consulta apresentada ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina, por meio de breve histórico do bem - **Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina** - realizado pela Coordenadoria de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina, com objetivo de realizar o registro do Patrimônio Imaterial **Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina**. A proposta para estudo sobre a possibilidade de registro foi encaminhada à Coordenadoria de Patrimônio da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio, por Walter França Cardoso Júnior, cidadão diamantinense, diretamente envolvido com a realização das festas em Diamantina, tendo sido imperador e festeiro do Divino, e ainda organizador de sete cortejos. Sua participação e envolvimento demonstram o seu reconhecimento pela importância da realização do império e de todo o universo que este representa para a sociedade diamantinense. Foi elaborado um breve estudo acerca do desenvolvimento e organização da **Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina** e apresentado ao mencionado conselho. É o relatório. Passamos a opinar.

**Fundamentação** - A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação como o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza

imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, aplicado ao âmbito federal. No âmbito do município o registro de bens culturais de natureza imaterial é instituído pela Lei Municipal nº 3860 de 17 de setembro de 2014. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares. No caso em questão, a **Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina** se insere no amplo universo de significações e valores que integram a sociedade diamantinense, reforçam laços familiares e perpetuam sua tradição.

Em Diamantina, a festa vem sendo criada e recrida pela população católica desde, pelo menos, o século 19. São conhecidos os festeiros desde 1864<sup>1</sup> e um pesquisador diamantinense faz referência ao nome de um festeiro em 1798<sup>2</sup>. Jornais de Diamantina do final do século XIX já traziam notícias sobre a festa. Inserida na memória da cidade, a festa do Divino é registrada em jornais, em livros autobiográficos e em estudos sobre Diamantina. Citamos alguns, a título de exemplo. No livro *Minha Vida de Menina*, Helena Morley descreve trechos da festa em 1893; na obra *Dias e Noites em Diamantina*, o autor Ayres da Mata Machado Filho apresenta o formato da festa, conforme praticada na década de 1960, em pormenores. Em *Visões e Fatos de Diamantina*, de Soter Couço, também se encontra uma descrição do Divino na cidade.

Diante o exposto, o bem imaterial **Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina**, identificado no vasto patrimônio cultural diamantinense, deve ser inscrito no Livro das Celebrações (no qual são inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), devido a toda a importância que lhe é conferida dentro da celebração, e que muito representa para a sociedade diamantinense, por ser um bem transmitido de geração em geração e ponto de união entre famílias e a sociedade. O império compõe o calendário de festas da cidade, externando congraçamento entre as pessoas que se encantam com a riqueza de detalhes que os festeiros minuciosamente apresentam, escolhendo épocas da história e valorizando elementos naturais da nossa região.

**Conclusão** - Depois de apresentado o estudo prévio, ponderadas as considerações, sanadas as dúvidas, os conselheiros reconhecem a importância de se proceder ao registro do bem imaterial **Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina**, como instrumento de proteção e salvaguarda, a ser inscrito no Livro das Celebrações, por sua importância histórica e cultural para o município. Neste sentido, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina opina pela pertinência do início do processo de registro do bem imaterial **Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina**, identificado no vasto patrimônio cultural diamantinense. É o parecer.

Walter Cardoso França Júnior  
Presidente do Conselho Municipal de Preservação  
do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina

<sup>1</sup> A origem é publicada nas programações da festa.  
<sup>2</sup> Entrevista com Nélio Antônio Cabral, em agosto de 2014.

**Figura 62:** Publicação do CMPPCPC no jornal Voz de Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2018.

Destacamos, outras ações realizadas entre o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina em parceria com a SECTUR, por exemplo, o evento realizado no dia 25 de outubro de 2014, no Mercado Velho da Cidade. O evento tinha como objetivo compartilhar, junto a população, a implantação de política públicas de proteção e preservação do patrimônio imaterial, através da criação da Lei Municipal para Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial de n. 3.860, de 17 de setembro de 2014.

Neste evento foram destacados os registros dos seguintes patrimônios imateriais reconhecidos pelo município, a saber: “O modo de fazer o Bolo de Arroz”, “O Império da Festa do Divino” e “A Guarda Romana”. Para o nosso interlocutor:

*[...] hoje, toda medida, ação, fiscalização, trabalho, atividade patrimonial, é pensado em grupo. Lógico que nem todo mundo fica feliz com o que é decidido, mas todos são escutados. Os registros e tombamentos são entendidos por nós e apresentamos a população [...]* (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).

No dia 30 de junho de 2015, o Conselho realizou um outro convite para que a comunidade participasse do Fórum de eleição da nova composição do CMPPCPC. Evento que ocorreu, no dia 01 de julho de 2015, no Teatro Santa Izabel, às 19h. Ressaltando a importância da participação da sociedade diamantinense para validar o princípio de democracia, buscando “[...] a renovação, isso desde toda composição do conselho. Para isso o povo tem que participar para perceber que é feito as claras, publicamente. Eu já participava dos debates, ia mesmo sem ser membro antes, por isso eu entendo um pouco mais” (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020). Vale lembrar, que essa eleição foi referente ao biênio de atuação 2015 - 2017 e os eleitos tomaram posse, no dia 29 de julho do ano 2015.

Perguntamos ao representante do CMPPCPC se: “o trabalho executado por eles tinham aderência com as atividades da SECTUR”. Ele destacou que:

*Por muito tempo o que ouvimos nas ruas é o trabalho do Conselho ser inexistente, sem importância e que pouco se fazia diante o desejo do morador de Diamantina. O que percebo é que, com o tempo, o Conselho foi amadurecendo, as pessoas que hoje compõem o Conselho entende, e vai aprendendo o seu papel como membro, qual a dinâmica que as coisas funcionam. E te respondendo, vejo que a atuação da SECTUR, e da secretaria de educação e, outros parceiros, são fundamentais. Não existe política pública para a cultura e para o povo sem esse diálogo. Então, mesmo com dificuldades, como a de recursos para realizarmos algumas ações de pesquisas sobre o patrimônio, vejo que o que realizamos tem muito diálogo e parceria com a SECTUR* (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).

O interlocutor continuou o diálogo apontando que:

*[...] conseguimos promover o reconhecimento de bens materiais e imateriais tombados e inventariados no município [ANEXO IV]. E isso é um trabalho de todos os envolvidos, e especialmente do povo que começa a entender o nosso trabalho e da SECTUR que, de certa forma, nos dá apoio* (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).



Dentre os bens tombados podemos citar a Igrejas Nossa Senhora do Carmo e a Catedral Metropolitana de Diamantina, sendo a última a mais utilizada pelos *insiders* para realizar seus votos de fé; além de ser uma referência espacial da organização urbana da cidade.

O representante do CMPPCPC destacou, nas nossas conversas, que existe hoje uma sucessão de atividades que agregam, de maneira positiva, a noção de Cultura para o povo. Tais ações são centradas a partir do Programa de Educação Patrimonial. Para ele:

*[...] em meados de 2010 até 2012 muito se falava que a cidade tinha que pensar em mobilizar o povo para o patrimônio, para não ficar um patrimônio ligado apenas ao turismo, pela renda. E toda vez o que a gente via na cidade era eventos, show que usavam o patrimônio como local para fazer, mas sem um sentido maior para o morador daqui. Ou então eventos da faculdade, o que sabemos que é importante para a cidade. Mas, eu ficava me questionando: e para nós, o que é e qual é o sentido disso [patrimônio]? Vejo que sabemos muito do patrimônio, o povo sabe das histórias, do que sente do patrimônio, e até tem vontade de estar mais presente [uso], mas não fazem porque não são motivados. A maioria [dos moradores] ama isso aqui. E cabe a prefeitura, e nós, fazermos isso acontecer. **Eu sinto que de um tempo para cá as coisas começam a ganhar forma, porque além de sermos um grupo consultivo, fiscalizamos o que a prefeitura vem fazendo e o que pode ser feito para resguardar a nossa história e apoiar o povo. A educação patrimonial é uma arma poderosa para tornar o povo daqui mais próximo do que é seu [...]** (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020, grifo nosso).*

Desse modo, na percepção do nosso interlocutor, a atuação do conselho torna-se mais proeminente a partir de 2016, quando ele sente que vai se construindo uma relação mais consolidada no tocante a oferta de acesso do Patrimônio e a sua noção, ao povo. O mesmo destaca, inclusive, que no dia 02 de fevereiro de 2016, foi ofertado o curso de Capacitação denominado *Educação Patrimonial: Patrimônio Artístico e Cultural de Diamantina*, uma ação promovida pela Prefeitura, por meio da SECTUR, da Diretoria de Patrimônio Cultural com a participação do conselho. Esse curso foi um de vários que esses parceiros têm promovido, na cidade, inclusive, ao inserir instituições de ensino como atores que podem ser multiplicadores deste conhecimento, como foi o caso da participação da UFVJM, uma vez que, o curso de capacitação supracitado contou com a presença de acadêmicos do curso de História - Licenciatura, participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e de professores dos cursos de História e Turismo - Bacharelado.

Vale destacar, que o representante do CMPPCPC deixa evidente que uma preocupação deste órgão e da Prefeitura é sensibilizar a nova geração frente à

perpetuação do patrimônio. “*Mas, sensibilizar com um significado mesmo. Sensibilizar mostrando o que é patrimônio, mas também querendo que eles nos expresse o que entende como patrimônio, queremos ouvir o que as pessoas pensam [...]*” (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020). O nosso interlocutor deixa claro que se percebe o esforço da SECTUR para promover a noção de patrimônio o mais próximo possível dos anseios do povo local. O mesmo mencionou que desde 2016 entende que a Diretoria de Patrimônio Cultural vem realizando esforços para atrair a atenção dos moradores, especialmente os estudantes, para a pauta cultural. Ele sinaliza que: “*É comum sermos convidados [pela SECTUR] para participarmos de palestras, e quando chegamos no evento encontramos alunos da Federal e moradores de vários bairros. Com presença da população idosa e, também, de jovens*” (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).

Como exemplo, se destaca a palestra realizada pela SECTUR, no mês de fevereiro de 2016, a qual teve como título: *O Patrimônio Municipal*, contando com a participação de alunos do curso de Turismo da UFMG e da UFVJM, como destacado na Figura 63. Foi um momento no qual a SECTUR e o CMPPCPC expuseram sobre a atuação de cada órgão na cidade. Além de promoverem debates com os acadêmicos sobre os seguintes temas e conceitos: *i) Patrimônio, ii) Memória, iii) Tombamento, iv) Registro, v) Inventário, vi) Preservação* e se apresenta, ainda, em forma de *slides*, os bens tombados da cidade a nível federal, estadual e municipal. Na oportunidade, vários acadêmicos manifestaram interesse em participar de ações da prefeitura, especialmente, vinculadas à educação patrimonial (DIAMANTINA, 2018).



**Figura 63:** Palestra para alunos do curso de Turismo da UFMG e UFVJM em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2016.

Na sequência, indagamos ao nosso interlocutor: “quais outras ações o CMPPCPC realiza ao ponto de contribuir para tornar o patrimônio de Diamantina um legado legítimo dos moradores”. E, obtivemos a seguinte devolutiva:

*Primeiro realizar o nosso papel que é representá-los. Isso é o mínimo. Não nos deixar levar pelo o que o poder público quer ou o poder econômico, mas o que o povo quer. Claro que existindo um meio termo, não podemos fazer nada ilegal, mas temos que ser voz do povo. Segundo, penso que é fiscalizar o poder público, o que eles vão realizar, e junto com isso colaborar para construir uma agenda de proposta que atenda a cultura da cidade. Não só cultura das igrejas, dos monumentos, mas da música, da arte, da comida, a cultura maior falando. E falo novamente, não adiante fazer algo pensando só no agora, temos que fazer algo pensando no agora e no amanhã. E vejo nas ações de educação uma chance de mudança, porque o jovem conversa com pai, e o assunto aumenta em casa, as lembranças vão surgindo e vai passando pra outros [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020, grifo nosso).*

O nosso interlocutor, enumera diversos exemplos da promoção da educação patrimonial. Ele reforça que ações, nesse sentido, ganha densidade a partir do ano de 2016, com atividades desenvolvidas pela SECTUR, com apoio do CMPPCPC. O mesmo destaca que desde 2016 foram promovidas atividades nas escolas da cidade, como a que ocorreu, no dia 13 de março de 2016, com alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Matta Machado. A atividade executada foi realizado com um festeiro e Imperador do Divino, com os alunos, ao buscar tornar a história dessa festividade viva, ao dar valor à cultura e à memória a partir da oralidade.

No mesmo ano, os alunos da escola, anteriormente, citada participaram de uma visita à Igreja Nosso Senhor do Bonfim para conhecerem as Sibilas do Tijuco (pinturas no teto da igreja). Nessa ocasião, estiveram presentes, além dos alunos, a professora de educação patrimonial e a supervisora escolar. Alunos e equipe pedagógica foram recepcionados na Igreja pelos funcionários da SECTUR, ao promover contação de histórias sobre o patrimônio e promover uma discussão sobre qual a importância desses bem para os alunos, na atualidade.

Depois dessa atividade realiza-se, em sala, a oficina: *História em quadrinhos*”, onde os alunos tinham que contar o que aprenderam na visita (FIGURA 64). Este momento, teve a participação de uma professora vinculada ao Departamento de Letras/Inglês da UFVJM e de uma funcionária da SECTUR. Essa oficina ocorreu após a mencionada visita à Igreja do Nosso Senhor do Bonfim e teve como objetivo desenvolver as artes visuais, ao trabalhar técnicas de desenhos em quadrinhos e de adaptação de textos

de modo que se possa promover diversas leituras críticas a partir do conhecimento adquirido.



**Figura 64:** Oficina de histórias em quadrinhos sobre os patrimônios locais em uma escola em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE - Prefeitura de Diamantina 2019.

Para o nosso interlocutor, são ações como essas que estão sendo apoiadas por muitos parceiros e pelo conselho. Ele destacou que:

*É isso que estamos falando. É dessas ações que valorizamos e entendemos que é importante para tornar o patrimônio próximo do povo. Temos que trazer o povo para o patrimônio, trazer os filhos dos moradores, e por eles atingimos os pais de alguma forma, eu tenho isso muito forte comigo [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).*

Em meio ao nosso diálogo, perguntei ao interlocutor: “quais eram as dificuldades mais claras que ele percebe diante dos trabalhos desenvolvidas pelo conselho?”. Ele, então, afirma:

*Vejo uma questão que é para mim, no meu ponto de vista, a central. Temos que tentar fazer articulações com o poder público e com a sociedade civil. Sei que muitas vezes o poder público não nos entende bem, mas temos que ter noção que de um lado atendemos o interesse do povo e não podemos deixar que o poder público controle as nossas decisões, ou nos transforme em um tipo de setor ou de algo que está para atender uma exigência. Penso que é esse jogo de mesa, esse jogo de cintura que é o mais difícil. Tem que ter muita interpretação para as coisas que vão surgindo [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).*

Diante da resposta obtida, faço, na sequência, outro questionamento; “então vocês acham que a prefeitura ajuda ou dificulta o trabalho da promoção da cultura para o povo?”. Ele, imediatamente, destacou:

*Como falei, não vejo isso de bom ou ruim, temos que saber interpretar o que querem e o que o povo quer. Isso é nosso papel. Mas, eu vejo que a SECTUR e os parceiros [escolas, SMDE, IPHAN (etc.)], executam um papel importante, porque só quem vive diariamente sabe o que eles passam também. Vejo que eles trabalham muito para realizar algo para a população, sem esquecer das metas que eles tem que atingir para a prefeitura [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).*

O Membro do conselho afirma que existe um esforço da SECTUR em promover um diálogo com a comunidade e que o CMPPCPC está, na medida do possível, acompanhando as ações, as propostas encaminhadas pelo poder público, e levando as pautas do povo. O nosso interlocutor expõem os esforços da SECTUR em capacitar os servidores municipais. O mesmo lembra que, em 2016 ocorreu uma atividade desta natureza e, na capacitação em questão, se expuseram-se fotografias da cidade que remetiam ao século passado, onde os participantes colocaram suas opiniões sobre a importância da preservação do patrimônio. Em seguida, se apresenta os instrumentos de preservação do patrimônio cultural - tombamento, registro e inventário - e as particularidades de cada um. Além disso, se mostra os bens tombados e os registros decretados pelo município, ao destacar, o papel do CMPPCPC de Diamantina.

Outras ações que são realizados pelo CMPPCPC - em parceria com a SECTUR - são as formulações de materiais gráficos que representam o patrimônio local, sendo entregues aos moradores e divulgados pelos comerciantes. São produzidos calendários e cartões postais com fotografias, imagens e ou desenhos dos bens materiais e imateriais reconhecidos pela UNESCO, IPHAN e pelo próprio município, como será observado na Figura 65. Tal promoção desses materiais tem como objetivo levar a história do lugar, diretamente, para a casa dos moradores, porque, de um lado fortalece a relação imagem-patrimônio-identidade, do outro lado, dá visibilidade ao bem patrimonial para não ser esquecido pelos seus habitantes.



**Figura 65:** Calendários ilustrados com bens locais entregue aos moradores de Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR – Diamantina, 2019.

Além disso, é sinalizado pelo membro do conselho que são realizadas reuniões com a SECTUR, e a sociedade civil, para apresentar, expor o acervo pesquisado, produzido durante os trabalhos da gestão, como forma de prestação de contas para a população sobre o que foi realizado e o que ainda se tem a atingir. O nosso interlocutor evidencia que o CMPPCPC estabelece parcerias para formar GT's voltado a Políticas Culturais e a composição dá-se pela Diretoria de Patrimônio Cultural; SMDE; UFVJM; IFNMG; Superintendência Regional de Educação (SRE), IPHAN; Museu do Diamante e a UEMG. O nosso interlocutor afirmou que:

*[...] temos com esses parceiros a possibilidade de investigar quais os pontos estratégicos que devemos realizar para tornar a cultura e o patrimônio mais forte no imaginário do povo, além de entender o nosso trabalho como um trabalho em coletivo, unindo esforços com escritório do IPHAN, com os programas de educação patrimonial nas escolas do município e, em breve, com mais atenção nas escolas estaduais, promovendo o uso de espaços públicos e realizando a capacitação dos guias, atendentes, lojistas. E promover pesquisas para resgatar a cultura que estão nos bairros, nos grupos de bairros [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).*

Indaguei ao entrevistado: “qual o papel do CMPPCPC quando se fala em dá atenção a cultura no geral? Você acha que o conselho percebe que o patrimônio de Diamantina está para além do que é tombado, especialmente entendendo que o patrimônio não consiste só no centro histórico colonial?”. E, obtivemos a seguinte resposta:

*Essa é uma questão que é polêmica e delicada, mas eu vejo que já foi mais. Sempre existe uma discussão sobre os esforços que são feitos no centro e a atenção que é dada nos bairros. Mas, vejo que é por causa do patrimônio tombado pelo IPHAN e UNESCO. Mas, hoje o poder público abriu o olho que se não olhar para todos [bairros] ele não vai conseguir nem valorizar o*

*centro, porque o povo começa e ficar com raiva quando ver um local tendo mais investimento nas coisas [infraestrutura urbanística] do que em outros. Não percebemos a cultura só no centro, penso que no início de 2000 era, hoje já não é permitido pensar assim. As coisas muda [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020, grifo nosso).*

A partir da devolutiva do nosso interlocutor, perguntamos: “então, qual seria o papel do conselho em promover a cultura para além da região central de Diamantina?”. A resposta obtida foi que:

*O Conselho também pode e deve promover a cultura de outras formas, por exemplo, com publicações de editais que busca fortalecer as atividades artístico-culturais e os patrimônios, incentivando o povo a promover as suas raízes e defender o que é dele. É comum, nós e a prefeitura [SECTUR], lançarmos editais que buscam valorizas as organizações sociais que lidam com grupos musicais, literatura, artes e fotografias, apoiamos mestres que demonstre e execute suas artes por meio de oficinas, pessoas que são artesãos, bailarinos, atores, capoeiristas, quitandeiras. As pessoas devem entender, e quando eu falo pessoas eu falo as daqui mesmo, que a cultura não é só o patrimônio tombado pelos órgãos não. É tudo [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).*

Nesse caso, fica claro, que para o representante do Conselho o sentido de Cultura é amplo, não se restringindo ao patrimônio pedra e cal, mas como sendo toda e qualquer expressão que o povo entenda que é legítimo, obtendo, ainda, apoio do governo via edital (como o edital de n. 001/2020 de seleção pública para fomento das atividades artístico-culturais e patrimoniais de diamantina) (DIAMANTINA, 2020).

Entre as nossas conversações, foi possível perceber que o conselho busca realizar ações de apoio à cultura e cobrar do poder público atos dessa natureza para atender todos os espaços artísticos e culturais de modo que atentam todos os grupos sociais do município, ou organizações culturais comunitárias até microempresas que atuam no ramo cultural. Diante disso, para o interlocutor:

*Conversando com você eu percebo, com muita tranquilidade, que estamos caminhando num caminho que busca a transparência. Não pense que a cultura é o patrimônio só. Mas, não posso falar que não incentivamos que o povo vá nos patrimônios. O que queremos é que valorize o que é reconhecido, tombado, inventariado e que valorize a cultura que eles fazem, que são de cada grupo. Não é uma cultura melhor que a outra, são cultura. A gente busca apoiar teatros independentes, escolas de música, de capoeira, de artes, companhias e escolas de dança, casas de cultura, museus comunitários, bibliotecas, espaços culturais indígenas, afro-brasileiros, de quilombolas; festas populares, inclusive o carnaval e as festas dos santos daqui; feiras de arte e de artesanato, espaços de apresentação musical, de literatura, poesia e de cordel. Pensa? Nós temos o cadastro cultural no município. Tentamos acompanhar. É um esforço tremendo [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020).*

Diante da resposta do nosso interlocutor, percebemos que existe uma preocupação do CMPPCPC em atender os diversos grupos sociais, manifestações culturais e incentivar a cultura no seu sentido mais amplo. Desse modo, existem espaços, momentos em que os *insiders* cobram do CMPPCPC e da SECTUR ações voltadas ao fomento da Cultura local, tal como nos Fóruns de Cultura. A título de exemplificação ocorreu, no dia 16 de outubro de 2017, quando foi realizado o 5º Fórum Municipal de Cultura, no Teatro Santa Izabel (FIGURA 66), que teve como objetivo discutir a importância dos conselheiros municipais, promover o debate entre sociedade civil, artistas, produtores e gestores de diversos segmentos artísticos, além de eleger novos membros do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Municipal e Políticas Culturais de Diamantina do biênio 2017-2019.



**Figura 66:** Convite do 5º Fórum Municipal de Cultura ocorrido em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2020.

Como exemplo da atuação dos Conselheiros, nessa busca de compreender os anseios da população no tocante ao apoio e reconhecimento a cultura, no dia 15 de maio de 2018, se reuniram todos os membros do conselho e da SECTUR para discutir a realização do 1º Encontro dos Apanhadores de Flores Sempre-Vivas. Todos os conselheiros decidiram por autorizar o apoio financeiro ao encontro e deram sugestões para contribuírem na organização.

Uma outra ação que merece destaque, para exemplificar a atuação do conselho, foi realizada entre os dias 24 a 28 de agosto de 2019, quando o CMPPCPC compreendeu



a importância de a SECTUR realizar o cadastramento de tocadores e fazedores de viola, promovendo apoio financeiro aos grupos culturais. Essa ação teve como objetivo localizar, categorizar os fazedores, tocadores de viola do município, ao buscar resgatar essa cultura e torná-la presente nos eventos, e no cotidiano da população local.

Uma outra ação de apoio a cultura, para além dos direcionados ao patrimônio cultural reconhecido pela UNESCO e pelo IPHAN, na cidade, se deu pelo lançamento do edital *Projeto da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestres, 2019*, obtendo a participação do CMPPCPC, da SECTUR, do IPHAN e do IEPHA, objetivando dá valor a cultura imaterial, como será observado, na Figura 67:



**Figura 67:** Convite para lançamento do Edital: Projetos da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestres, em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2019.

Por fim, o nosso interlocutor destaca que existem diversas ações que os Membros do CMPPCPC acompanham e, muitas vezes, a população não fica sabendo. As atividades de restauração ou ações de conservação dos bens tombados, na cidade, são informadas ao Conselho, e esse exerce o acompanhamento de todas as etapas de execução. Um exemplo que apresentado pelo interlocutor foi uma ação que ocorreu no mês de junho de 2019, no Prédio que abriga a sede da SECTUR, conhecido pelos *insiders* como Casa de Cultura, onde recebeu ações de conservação, preservação por meio de pintura, limpeza e reparos em sua estrutura. E, o nosso entrevistado destacou que o recurso financeiro utilizado para tal atividade foi proveniente do Fundo Municipal de Preservação.

Aqui, vale destacar uma atenção especial que obtivemos do nosso interlocutor, dado que ele nos contactou, via aplicativo *Whatsapp*, para narrar um fato que o fez lembrar da nossa pesquisa. Ele descreve que as atividades do CMPPCPC são tão importantes que deveriam ser mais divulgadas e que nós precisamos dar notoriedade a tal pauta. Para ele, o conselho tem um papel fundamental para a preservação da cultura, inclusive destacou um episódio que representa uma ação que tiveram que promover, de forma rápida, para assegurar a posse e a salvaguarda de um dos patrimônios da cidade. Ele destaca que:

*A população começa a entender aos poucos o nosso papel, e é importante mesmo. Teve uma história recente [2020] que chamou a atenção do povo, foi o leilão do retrato do JK. O que aconteceu foi o seguinte: à Casa de Juscelino, onde ele morou quando era criança e que abriu o seu consultório médico, é reconhecido com patrimônio cultural. E essa casa é, hoje, uma sociedade civil sem fins lucrativos que faz um trabalho de memória da vida do ex-presidente, como um museu aberto que todos podem visitar. Sendo muito visitada pelos turistas, visitantes. Você e falou que já foi lá [...]. A questão é que eles [o museu] tem hoje uma dívida que acumula mais de R\$ 500 mil, e a justiça mandou pagar, fazer um leilão, algo para resolver a situação. E eles iam leiloar um quadro do JK. que estava no museu. Um quadro que ele [JK.] está com a faixa presidencial, com um terno preto e gravata, que vale muito mais que isso, pois quem fez foi um pintor de fora [Di Cavalcanti]. Nós [Conselho] e a prefeitura não concordamos com esse leilão, e imediatamente realizamos uma decisão, fizemos uma sessão extraordinária do Conselho e tombamos o quadro pelo seu valor artístico, histórico e cultural. Se isso não fosse feito tínhamos perdido esse quadro e essa parte da história. Nós preservamos a Cultura [...] (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020, grifo nosso).*

Além disso, vale dar nota que a cidade de Diamantina já sediou algumas rodadas do ICMS Cultural de Minas Gerais. Evento realizado pelo IEPHA em parceria com a Prefeitura. O nosso interlocutor destaca a importância do papel do CMPPCPC, da SECTUR, SMDE, do IPHAN e de outros parceiros no fomento da cultura local, conseguindo, inclusive, pelas ações realizadas em prol do povo e da cultura, colocar Diamantina em 3º lugar geral entre as cidades mineiras contempladas pelo ICMS Patrimônio Cultural para o exercício do ano de 2021.

Por fim, perguntamos ao membro do CMPPCPC a seguinte questão: “diante do que vocês vem realizando em Diamantina, quais alternativas são pensados pelo conselho para tornar o patrimônio mais próximo do povo local, como forma da população sentir verdadeiramente parte destes bens?”. Diante dessa indagação, ele inferiu que:

*Uma questão que gostaria de deixar claro é que estamos aprendendo na coletividade, nós, junto com o poder público [SECTUR, SMDE, IPHAN]. O que percebemos que temos que, além de propor as bases da política cultural, acompanhar as ações de proteção e valorização dos bens culturais do*

*município; queremos receber do diamantinense propostas de proteção de bens culturais e isso é algo muito difícil, porque ainda existe um certo distanciamento. No caso, queremos estar presentes em reuniões de bairros, em sindicatos, associações, em reuniões de moradores, feirantes, das igrejas, e nos colocar à disposição para receber e analisar as propostas. Além disso, queremos organizar o nosso espaço [prédio] para que o moradores tenha conforto e acesso a qualquer documento dos processos de tombamento. Outro ponto é incentivar os moradores a participarem dos estudos culturais que queremos realizar. Além disso, queremos dar mais visibilidade das nossas ações, e prestar contas, usando as redes sociais e outros canais (sic) (Membro do Conselho - Cultura, 2020, grifo nosso).*

Dessa maneira, percebemos que o conselho deseja buscar maior proximidade com moradores oriundos de bairros distantes do centro, realizando um contato e uma leitura ampla dos desejos da população, além de tornar a sede do CMPPCPC um local de atração e de socialização de ideias.

Entrevistou-se também uma **Representante da Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio, a Senhora Luciana de Fátima Andrade**, e a escolha deu-se devido à mesma ocupar o cargo de Gerente da pasta de Pesquisa, Educação e Preservação da supracitada secretaria. Tais entrevistas e diálogos informais se fizeram importantes para compreendermos a atuação desta secretaria junto a preservação, incentivo ao uso e identificação do patrimônio de Diamantina para os *insiders*.

Vale dar nota que a SECTUR é estruturalmente bem organizada, composta, além da Gerente da pasta de Pesquisa, Educação e Preservação, pela Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio; liderada pela senhora Márcia Betânia Oliveira Horta; contando com a equipe de duas historiadoras, sendo elas: Márcia Dayrell França Botelho e Cássia Farnezi Pereira, uma diretora de Patrimônio Cultural, a senhora Ana Paula de Souza Santos; uma auxiliar administrativo, a senhora Sueli Alves Oliveira Lima e um estagiário, o senhor Diego de Macedo Araújo (DIAMANTINA, 2019). A SECTUR, com suas pastas internas, trabalha de maneira intensa e articulada pois, diante o interesse da nossa pesquisa, percebemos o envolvimento destas nas nossas solicitações, além de ser claro o trabalho da equipe na promoção das atividade de pesquisa, extensão, recreação, economia sustentável e educação patrimonial aos *insiders* e aos *outsiders*.

Sendo assim, ao perguntar a Senhora Luciana de Fátima Andrade, enquanto servidora que atua junto à pasta da Pesquisa, Educação e Preservação da SECTUR, “o que significa o patrimônio de Diamantina para essa secretaria?”. E obtivemos a seguinte devolutiva:

*[...] o patrimônio é toda história resguarda por nós diamantinoses, principalmente pela história oral do povo local e história vista através de nossos olhos, seja eles bens materiais e ou bens imateriais, ou seja, a cultura de nosso povo que faz parte do nosso dia (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2019).*

Desse modo, se observa que a concepção de patrimônio que a representante da SECTUR declara, dá ênfase aos valores gerais advindos dos bens materiais e imateriais produzidos pelo homem, valorizando, por exemplo, as marcas e nuances das paisagens, os porquês e o significado de como fazer destas paisagens e o lugar, aliados a história oral advindo dos *insiders*.

Além disso, se pergunta a Senhora Luciana de Fátima Andrade “se a SECTUR reconhece o patrimônio (histórico-geográfico e ou outros) como algo genuíno e legítimo?” E, a resposta obtida foi: “*Sim, o órgão conhece, reconhece e afirma que ele é legítimo, para isso o município possui o conselho Municipal de Cultura e Políticas Públicas de Diamantina, a SECTUR e promove contato com o povo [...]*” (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2019).

Em relação a que maneira o legado do povo local está relacionado ao patrimônio, foi possível perceber pelos diálogos obtidos pela Senhora Luciana Andrade, que este é presente através das ações desenvolvidas pela própria comunidade e muitas vezes os *insiders* utilizam os patrimônios, fazem seus festejos, dão continuidades as apresentações de fé e não se dão conta que esse processo de fazer cultura está intimamente ligado ao sentido do patrimônio. A Gerente ainda pontua as manifestações que a mesma percebe fazer parte do legado patrimonial e do dia a dia do povo, sendo, *i*) as igrejas, como testemunhas da fé da comunidade, e *ii*) os grupos culturais como os caboclinhos, as marujadas, as folias de reis e os grupos de seresta.

Ainda sobre o povo diamantinense, se pergunta a Senhora Luciana Andrade “como a SECTUR percebe o uso do patrimônio pelo morador?”. Obtendo-se o seguinte parecer:

*Esta resposta é muito relativa. Tem moradores que são presentes, gostam de participar das ações que realizamos na cidade. Eles usam os patrimônios nas atividades do dia mesmo, desde um comprar pão até a uma reunião de negócios o patrimônio está presente. Fazemos várias atividades nos bens tombados, e que são autorizados, muitos moradores participam das atividades de lazer, recreação, de cultura, acompanham e dão sua opinião. Mas, existe aqueles moradores que não participa, não se interessam pelo que acontecem no município [...]* (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2019).

Conforme, destacado pela Senhora Luciana Andrade, o uso do patrimônio pelo morador diamantinense é algo natural e de certa forma inconsciente, por este motivo muitos reconhecem, valorizam o patrimônio e pelo mesmo motivo muitos não entendem a importância dele, por isso a SECTUR realizam ações que objetivam a valorização e a colaboração dos moradores para a preservação/proteção do patrimônio.

Sobre a relação do povo com o processo de tombamento do patrimônio de Diamantina, se indaga que: “as imposições feitas pela SECTUR, frente a comunidade, e para a preservação do patrimônio são promovidas a partir de quais valores sociais e técnicos?”. A Senhora Luciana Andrade (2019), responde a indagação e pontua que:

*[...] as implicações frente a comunidade são trabalhadas através da educação patrimonial no qual faz-se o papel de mediador para que a população, de maneira reflexiva e crítica, compreenda o seu papel frente ao patrimônio, apontando o que pode contribuir e quais os seus direitos e deveres (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2019).*

Ainda, a fim de compreender a relação da população com o processo de tombamento do patrimônio, se pergunta a representante da SECTUR: “a população entende esse processo? Se sim, como? Caso a resposta seja negativa, a que deve esse entendimento?”. Obtendo-se a seguinte afirmativa:

*De acordo com nossas atividades junto à comunidade, de início vemos resposta negativa, pois não, eles não têm noção do significado patrimônio, até então para eles trata-se de bens materiais que eles adquiriam com o tempo. Mas depois que realizamos encontros, debates junto as comunidades, eles começam a compreender e a colaborar conosco para a preservação do patrimônio. Vejo que é um trabalho novo, de uma nova compreensão do que seja tombamento, patrimônio, mas é com projetos educacionais, com ações junto ao povo que vamos mostrando, e aprendendo com eles, o que é patrimônio e todo o processo que dele se processa [...] (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2019, grifo nosso).*

Nos diálogos promovidos com a Senhora Luciana Andrade, percebemos que a população nem sempre tem, ou teve, noção do significado do patrimônio, seus processos e desdobramentos. Na percepção da nossa interlocutora, para os *insiders* o patrimônio e tombamento se restringia à compreensão de bens materiais. Contudo, com a atuação da secretaria na organização e promoção de eventos junto à comunidade, vem conseguindo, paulatinamente, sensibilizar a população através de debates e encontros a perceber uma mudança de compreensão, por parte dos moradores, sobre o que é patrimônio e como colaborar para a sua preservação.

Na sequência, em meio ao diálogo, indagamos: “os moradores participam da tomada de decisões das ações promovidas pela SECTUR e, caso participem, são momentos harmônicos e produtivos?”. Percebemos pelos diálogos com a Senhora Luciana que existe a participação da população, contudo, poderia ser mais expressiva e composta por pessoas de diferentes bairros e grupos sociais, pois o convite é feito para todos os moradores, porém poucos participam - o que também verificamos no subtópico 5.1. Além disso, é um processo harmônico e produtivo, apesar das discussões e opiniões divergentes, contudo, no final, sempre se encontra um consenso levando em consideração as demandas legais, o aporte orçamentário existente e respeitando o modo de ver e querer dos *insiders*.

Na oportunidade, destacamos quais os públicos que a SECTUR atende. E para ela:

*Atendemos a comunidade em geral. Atendemos a uma diversidade de grupos que vai desde as Escolas Municipais e Estaduais, até as Associações de distritos e povoados (comunidade em geral); com ações junto aos grupos de folias e pastorinhas; com grupo de doceiras e artesãs dos distritos; com grupo de marujada; promovendo recriação com os caboclinhos; promovendo oficinas com integrantes da Guarda Romana, com capacitações diversas como, por exemplo, para os guardas municipal de Diamantina e artistas de Diamantina. Todas as ações englobam tanto os públicos que se localizam no centro histórico como as dos bairros mais distantes. E nosso foco é a troca de saberes, do entendimento do bem imaterial e registrado pelo município e os patrimônios tombados pelo IPHAN e UNESCO (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020, grifo nosso).*

Em meio ao diálogo, ao discutirmos sobre o valor do patrimônio, ao ponto de se em uma hipótese ter o poder da tomada de decisões como agiria: “manter, destruir ou permitir a existência do patrimônio”, qual decisão tomaria: “[...] *manteria, não penso que histórias podem ser apagadas, ao menos que o povo, de maneira justificável a queira, mas em Diamantina, penso isso ser muito difícil, são pessoas ligadas a fé, a tradição e a memória*” (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).

Na sequência, indagamos: “quais as alternativas que a SECTUR oferta em relação a preservação da história e ao mesmo construir a sua (nova)”. A Senhora Luciana Andrade (2020) afirmou que:

*[...] é importante pensar no futuro, no progresso, mas preservar o que foi construído e o que tem relevância para a identidade do povo local é necessário, não podemos fugir disso. Penso que se existe uma ideia de mudança do patrimônio, o povo deve colocar em assembleias (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).*

Desse modo, é necessário pensar no futuro, sem, contudo, abandonar ou menosprezar a história, esta que tem um papel fundamental na configuração da identidade do povo no presente. Nesse sentido, vale o apontamento de Gadamer (2004), o qual destaca que:

Parece que, de todos os sinais, o que tem maior realidade própria é o objeto da recordação. A recordação refere-se ao passado e nesse sentido é realmente um sinal, mas é precioso para nós mesmos porque nos mantém presente o passado como uma parte que não passou. Mesmo assim, é evidente que não se funda no próprio ser do objeto da recordação. A recordação só tem valor de recordação para quem já - e isto significa, ainda - tem um laço com o próprio passado (GADAMER, 2004, p. 216).

Essa noção sobre passado e presente é apresentada, assim como posta por Gadamer (2004), como respostas comuns aos entrevistados, que não negam a importância do desenvolvimento da cidade, no tocante às mudanças estruturais das paisagens e da atuação do homem no presente, mas afirmam que a manutenção do passado, como parte de uma façanha memorável, possui valores afetivos, sociais, políticos e, até mesmo, econômicos inestimáveis para uma população, e no caso de Diamantina, tanto para os *insiders* como para o mundo, referendado pela UNESCO.

Em seguida, perguntamos se “existe algum projeto que a SECTUR desenvolva e que valoriza o patrimônio (o fazer, o saber) do povo diamantinense, além dos projetos reconhecidos pelo IPHAN e a UNESCO?”. E ela destacou:

*O setor de Patrimônio Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio, realiza vários projetos junto à comunidade, os projetos têm que estar em harmonia com o IPHAN, IEPHA, UNESCO, que deram títulos ao município, então, os projetos que desenvolvemos tem algum suporte, alguma ligação as diretrizes que estes órgãos deliberam [...] [(sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).*

Ao questionar sobre “quais ações são feitas ou podem ser feitas para que o povo diamantinense se sinta mais próximo e pertencente ao patrimônio”, obtivemos a seguinte devolutiva:

*Atualmente, através da gestão 2017/2020, existe um programa chamado ‘De Olho no Patrimônio’, através deste programa vem sendo realizados vários projetos culturais nas escolas e comunidade em geral, preservando, valorizando, divulgando e salvaguardando os bens materiais e imateriais presentes no município [...] (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).*

Percebe-se a importância dada ao Programa de Educação Patrimonial: *De Olho no Patrimônio* que aparece tanto na fala da representante da SECTUR, como do membro do conselho de cultura de Diamantina. Observa-se que esse Programa é hoje, em Diamantina, o principal instrumento de propagação de ações que visam a sensibilização da comunidade escolar e da população diamantinense, para promover, em diferentes dimensões, os processos de incitação, resgate, preservação, renovação do modo de fazer e perceber a Cultura. A nossa interlocutora complementa dizendo que:

*É importante ressaltar que existe a criação das ações de educação patrimonial, pelo ICMS Cultural, desde o ano de 1995 e já eram realizadas atividades junto à comunidade diamantinense. Porém, eram ações específicas, pontuais, para conseguir atingir a pontuação do ICMS Cultural, com pouca mobilização para a cultura. E a SECTUR, até o ano de 2017, não tinha uma equipe o suficiente para atender todo o território diamantinense, pois ele é bem extenso. Então, a partir de 2017 se há uma reestruturação dessa idéia da educação patrimonial, com articulações e parcerias com outros setores da prefeitura e da sociedade como um todo (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020, grifo nosso).*

A Sra. Luciana Andrade destacou que esse programa foi criado na gestão municipal de 2017/2020, continuará na gestão 2021/2024, tendo como objetivo promover a reflexão sobre a arte, a cultura nas escolas e espaços públicos do município de Diamantina, ao promover ações que são entendidas como propulsoras do desenvolvimento social, ao realizar projetos que permitam uma nova postura da comunidade em relação ao patrimônio cultural, tanto na sede quanto nos distritos. Trata-se de uma ação inovadora, no âmbito das políticas culturais, em consonância com as diretrizes da Educação e do Patrimônio.

Nesse momento destaquei a Senhora Luciana Andrade que todos os interlocutores entrevistados nesta etapa da pesquisa mencionaram a participação nesse Programa, como sendo um dos recursos mais usuais entre os pares para promoverem as atividades de: *i)* sensibilização, *ii)* autoconhecimento e *iii)* promoção do patrimônio e, de certa forma, uma maneira de *iv)* destacar a legitimidade do patrimônio. A entrevistada destacou que:

*[...] estamos trabalhando em conjunto, secretaria de educação, IPHAN, as instituições de ensino superior à básica, principalmente, mas estamos levando a sério esse programa e vou destacar algumas das ações que estamos realizando, algumas em parcerias, outras por nossa conta (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).*



Em todo o momento a Sra. Luciana destaca que as instituições que articulam as ações de Educação Patrimonial, junto com a SECTUR, SMDE e o Conselho são, principalmente, o IPHAN, IEPHA, IBRAM, SRE, IFNMG de Diamantina e a UFVJM. Por esse viés, a participante destacou sobre as contribuições que estes parceiros realizam, ela avultou que cada um realiza papéis bem distintos, que já possui uma clara articulação entre as responsabilidades de cada um e como será realizado as atividades em seu mecanismo operacional.

A nossa interlocutora destaca que:

*Através da parceria com a **Universidade** [UFVJM] com o programa, são realizados cursos de extensão favorecendo a comunidade e tendo maior diálogo entre a SECTUR e os cursos no que se refere ao patrimônio cultural de Diamantina. Já o **IPHAN**, temos algumas parcerias e constantes diálogos, contribuindo para que a comunidade escolar, e comunidade em geral, possam compreender mais sobre o Patrimônio Cultural tombado e registrado pelo órgão presente na cidade, tendo assim a consciência da preservação, além do fornecimento de material sobre os Bens Culturais. Outra grande parceria é a **Secretaria Municipal de Educação**, que a partir do ano de 2017 conseguiu aumentar o atendimento as escolas de Diamantina [sede e distritos], em especial as escolas municipais. O grande avanço na parceria foi a SMDE de Diamantina ceder ao **programa de educação patrimonial elaborado pela SECTUR**, professores efetivos municipais que ficam por conta de realizar ações nas escolas sobre o patrimônio cultural municipal. O **IEPHA** contribuiu para que a comunidade possam compreender mais sobre o Patrimônio Cultural tombado e registrado pelo órgão presente na cidade, como a Serra dos Cristais, Grupos de Folias, entre outro; parcerias realização de cursos de capacitação para os professores e equipe de funcionários do setor de patrimônio Cultural, contribuindo para desenvolvimento dos trabalhos e dando mais visibilidade ao patrimônio cultural estadual encontrado no município. Outro importante é o **IBRAM/Museu** que desde 2017 tem proporcionado cursos de capacitação para os professores da equipe de educação patrimonial, está sendo possível maior número de ações no museu, contribuindo com maior visibilidade das ações realizadas no museu junto à comunidade escolar, divulgando até fora do município. Já com **Superintendência de Ensino de Diamantina** estamos conseguindo, a partir do ano de 2017, ter um melhor diálogo com as escolas estaduais, aumentando o atendimento as escola. Com o **IFNMG**, além de atender alunos do município de Diamantina [sede e distrito], também atende aluno alunos de diversas cidades do Alto do Vale do Jequitinhonha, através desta parceria conseguimos ter um melhor diálogo com estudantes da cidade de Diamantina e estudantes de outros municípios, oportunizando, assim, troca de experiências culturais entre os discentes e contribuindo para a valorização do patrimônio cultural local. No ano de 2021 realizaremos parceria com IFNMG de Diamantina para realização de curso de extensão sobre o patrimônio cultural. E com o **Conselho** [CMPPCPC] vem a verba do fundo municipal de cultura; verba essa provinda dos recursos da pontuação do ICMS Cultural do IEPHA, para patrocínio das ações de educação patrimonial [material gráficos, transporte de alunos para ações de educação patrimonial, tanto na sede e distrito, além da compra de lanche etc.]. Para que este gastos seja autorizados é necessário constantemente apresentarmos ao conselho as ações realizadas resultados [...]* (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020, grifo nosso).

Nesse momento, a Gerente de Pesquisa, Educação e Preservação da SECTUR, nos mostra os arquivos da secretaria, destaca algumas das ações realizadas pela pasta que é responsável e outras ações realizadas em parceria com foco nas instituições: IPHAN, SMDE e CMPPCPC.

Nesse sentido, a partir de agora iremos destacar alguns projetos, ações e atividades desenvolvidas pelo *Programa de Educação Patrimonial: De Olho no Patrimônio*, ao buscar verificar se existem medidas que são consideradas significativas ao ponto de ajudar a tornar o patrimônio mais próximo dos *insiders*, com isso contribui para a legitimidade destes bens tombados frente ao significado e uso que esses têm, ou podem ter, para os moradores da sede de Diamantina.

Entre os anos de 2017/2018 o Programa elaborou e executou o cadastro de Artesões, artistas vinculados às bandas de músicas locais, grupos culturais regionais, tais como: os caboclinhos, foliões de reis, marujadas, pastorinhas sertanejas, seresteiros, dentre outros, para tornarem parceiros permanente do trabalho da administração através de ações de cultura, turismo e patrimônio. Como resultado dessa ação do Programa, mais de 100 (cem) artesãos receberam o registro de artistas locais, 03 (três) bandas de músicas e grupos culturais da cidade ganharam apoio para aquisição de equipamentos e recursos para manutenção de suas atividades; além de receberem vestimentas, cursos de capacitação e roda de conversas objetivando aprender os saberes que eles promovem, e são guardiões (FIGURA 68); apoio logístico para apresentação, espaço em programações culturais do município, especialmente, em locais reconhecidos como patrimônios ou próximos a eles (DIAMANTINA, 2020).



**Figura 68:** Educação patrimonial realizado com os mestres das folias e pastorinhas em Diamantina-MG.  
**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2018.

Além disso, os grupos de serestas receberam recursos financeiros e apoio técnico para a manutenção da manifestação cultural, junto com os grupos de serestas, houve a promoção da interação entre seresteiros e crianças matriculadas no município nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, possibilitando à nova geração de diamantinenses um processo de conhecimento, e (re)descoberta dessa herança cultural, conseguindo, ainda, realizar a formação de 05 (cinco) corais mirins de canto seresteiro que foram devidamente uniformizados e treinados pelo Projeto, que ali nascia, denominado Aprendiz SerEstar (DIAMANTINA, 2020).

E, vale destacar que: “[...] *neste projeto tivemos apoio da Secretaria Municipal de Educação, dos professores, da comunidade, e sabemos o valor que é a de passar o sabres do fazer, da oralidade, da musicalidade e a promoção do patrimônio construída para as novas gerações [...]*” (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).

No ano de 2018, o Projeto Aprendiz SerEstar atendeu 298 alunos na faixa etária entre 06 a 16 anos. As escolas que participaram do projeto foram as seguintes: escolas municipais: Belita Tameirão (localizada no bairro Centro), Jalira Lucchesi de Miranda (bairro Cidade Nova), Nathália de Jesus Silva (bairro da Palha), Casa da Criança Maria Antônia (bairro Consolação); além das seguintes instituições: Fundação Municipal do Bem Estar do Menor (FUMBEM) e Vila Educacional de Meninas (VEM).

Dentre as atividades pedagógicas inseridas no projeto em questão pode-se extrair, pelo diálogo realizado com a Sr. Luciana de Andrade (SECTUR) as seguintes: *i)* dinâmicas que desenvolvem a musicalidade, em especial, a seresta, *ii)* rodas de bate-papo com seresteiros, buscando conhecer a vivência destes com o lugar e com a música, *iii)* visita técnica ao Museu de Seresta, *iv)* aulas de canto coral, o qual o município disponibilizou um professor especializado em canto coral e conta com o apoio de seresteiros do município para ajudá-lo nesse processo de ensino e aprendizado; *i)* além da criação da identidade visual do projeto pelos alunos e comunidade, inclusive com os discentes recebendo um *kit* do projeto que incluía o uniforme dos corais formados. Tal dinâmica será elucidado pela Figura 69.



**Figura 69:** Projeto Aprendiz SerEstar: Alunos da rede municipal e seresteiros em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2018.

O Projeto foi estruturado basicamente por cinco etapas que estão apresentadas no Quadro 08, que segue:

**Quadro 08:** Projeto Aprendiz SerEstar.

ETAPA DA PROGRAMA	AÇÃO REALIZADA
1º - Melodia, Diálogo e Seresta.	Familiarização com o estilo de músicas seresteiras: <i>Seresta uma tradição viva de Diamantina</i> .
2º - Painel Musical.	Produção de um painel musical, utilizando material de recorte e colagem.
3º - Musicalidade e bate-papo com os seresteiros.	Roda de conversa em que seresteiros se apresentaram, falaram sobre sua infância, contaram o seu envolvimento com a música e a importância da continuidade dela à cultura de Diamantina.
4º - Visita Técnica.	Visita ao Museu da Seresta.
5º - Culminância.	Realização de uma roda de conversa com os alunos com o intuito de relembrar os momentos vivenciados.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2019.

A execução do projeto destacado, no Quadro 08, foi realizada em horários e dias que não interfeririam nas atividades rotineiras de cada escola. Houve a colaboração de cidadãos da sociedade diamantinense relacionados à musicalidade, como a Maestrina proprietária e coordenadora da Escola Arte Miúda, local que abriga o Museu da Seresta; além da participação de seresteiros (DIAMANTINA, 2020).

Podemos elencar como ações de apoio a cultura e ao patrimônio local, outro Projeto executado pelo Programa de Educação Patrimonial, o Projeto Viva Santos Reis/Cortejos de Fé, no qual, em 2018, devido as atividades executados neste projeto foi

possível identificar 28 (vinte e oito) grupos de reis da cidade, dos quais 21 (vinte e um) estão ativos. Esse projeto objetivou promover um permanente Fórum de Diálogo e Escuta entre os sujeitos envolvidos nas Folias de reis, realizando trocas de experiências e rastreando elementos socioculturais, históricos e geográficos que podiam contar a história de cada grupo, suas características semelhantes e singulares, ao ponto de obter dados para entenderem a estrutura, funcionamento e organização de tais grupos na cidade (DIAMANTINA, 2019).

Entre 2018 a 2020 a SECTUR apoiou e fomentou o projeto em questão com 58 (cinquenta e oito) camisetas, com instrumentos musicais (08 acordeons, 02 caixas de alfaia, 40 pandeiros), placas de homenagem às lideranças por manterem à tradição viva e, ainda, os grupos conquistaram o registro de Bem Imaterial do fazer da Folia de Reis via Estado de Minas Gerais (DIAMANTINA, 2020).

Outra ação/realização foi a valorização dos grupos caboclinhos, que haviam parado suas apresentações, na década de 80, após o falecimento de seu mestre. Contudo, no ano de 2019 a Prefeitura, através da SECTUR, deu início à recriação do grupo de caboclinhos junto ao filho e neto dos ex-mestres. As ações executadas foram pautadas na educação patrimonial sobre a manifestação cultural dos grupos citados, ao realizar palestra, intercâmbio de grupos de caboclinhos da cidade do Serro, objetivando vivenciar, dialogar com os caboclos da cidade vizinha, os quais possuem mais de 200 anos de experiência e existência. Em seguida, foram doadas ao grupo 30 (trinta) vestes de penas de caboclo, 30 (trinta) sandálias recicladas de pneu, 25 (vinte e cinco) arcos e instrumentos musicais. O grupo fez sua primeira apresentação no mês de dezembro, de 2019, nas comemorações dos 20 Anos de Título de Patrimônio da Humanidade de Diamantina, se apresentando nos locais tombados pelo IPHAN e pela UNESCO (DIAMANTINA, 2020).

A Educação Patrimonial é executada no município e está inscrita como componente curricular da SMDE e as instituições parceiras, anteriormente, mencionadas planejam e inserem suas ações respeitando o calendário escolar. Além disso, para a Sra. Lucilene Lourenço (Gerente Pedagógica, 2020) “[...] *os professores, família e alunos compreendem que a Educação Patrimonial é importante para a preservação de legado cultural de Diamantina. Hoje já começa os parceiros estruturarem as ações em prol deste Programa*” (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).

Pode-se ainda pensar em outras ações que são promovidas pela pasta da SECTUR, em parceria com: SMDE, IPHAN e do CMPPCPC, que incluem, por exemplo, alunos do ensino básico, de cursos técnicos até alunos matriculados no ensino superior da região. Sendo assim, apresentaremos outras ações que são realizadas pelo *Programa Pedagógico de Educação Patrimonial*, especialmente, ocorridas entre os anos de 2018 a 2020, com enfoque nas atividades realizadas dentro da **área urbana** de Diamantina, promovidas com o apoio das instituições supracitadas e que colaboram para a legitimidade do patrimônio e da cultura local.

Dentre estas outras ações destacamos o *Projeto Minas em Postais*, executado, em 2018, conforme aponta o Quadro 09.

**Quadro 09:** Projeto *Minas em Postais*

<b>TÍTULO DA AÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>	<b>PÚBLICO-ALVO</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
“Minas em Postais” Das histórias às manifestações, das tradições às artes: uma viagem pelas riquezas de Minas”.	A mostra gratuita e livre para todos os públicos teve o objetivo de levar a compreensão, valorização e reconhecimento dos bens culturais mineiros.	Alunos do Ensino Fundamental I das Escolas Municipais Jalira Lucchesi de Miranda, Casa da Criança Maria Antônia, Belita Tameirão, Nathália de Jesus Silva, Escola Estadual José Augusto e alunos do IFNMG.	A exposição trouxe um novo olhar cultural sobre os bens tombados e de registro imaterial, demonstrando a diversidade do modo de fazer, construindo uma forma de ver o presente sem abandonar toda história constituída pelos antepassados.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2018.

Nesta atividade descrita, no Quadro 09, 225 alunos puderam conhecer a história, os lugares, os bens (i)materiais do Estado de Minas Gerais, com destaque para Diamantina, reforçando a ideia da riqueza cultural, a valorização do sentimento de pertencimento e o respeito a diversidade cultural advinda dos povos que fizeram parte da criação a identidade da cultura mineira (DIAMANTINA, 2019). Os alunos participaram de palestras e exposições sobre a cultura Mineira, conforme a Figura 70.



**Figura 70:** Alunos do ensino fundamental I participando da exposição Minas em Postais em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2018.

Na Figura 03, destacamos a participação dos alunos do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Jalira Lucchesi de Miranda, os quais participaram da exposição de imagens/postais de Minas Gerais, realizada no espaço do Teatro Santa Izabel. Vale aqui destacar, que o Teatro Santa Izabel é, ainda, pouco visitado, em Diamantina, aliás, sendo um dos pontos de reclamação do CMPPCPC, o qual busca, em parceria com as outras instituições já mencionadas neste segmento do trabalho, a revalorização desse patrimônio, inclusive com a inserção de atividades como essa que estamos abordando. Além da exposição, nesse projeto foi apresentado um vídeo, produzido pela equipe da SECTUR e da SMDE, o qual aborda sobre a importância dos bens (i)materiais (DIAMANTINA, 2019).

Outra ação executada, em 2018, que merece destaque devido à natureza do projeto pauta-se na ludicidade e na dramatização, conseqüentemente, foi interpretada a Lenda da Acayaca, conforme apresentamos, no Quadro 10.

**Quadro 10:** Lenda da Acayaca – dramatização.

TÍTULO DA AÇÃO	EMENTA	PÚBLICO-ALVO	AVALIAÇÃO
“Apresentação teatral da lenda da Acayaca”.	Em comemoração ao aniversário de Diamantina a equipe de professores do Programa Municipal de Educação Patrimonial realizaram uma apresentação teatral sobre origem do município.	Estudantes das Escolas Municipais.	A equipe avaliou e verificou a construção de um roteiro de teatro que instigou a história local, levando às educadoras da escola a construir encenações que mostrassem Diamantina desde a sua formação inicial.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2019.

As dramatizações são maneiras lúdicas de ensinar e aprender, por isso são métodos eficazes e recorrentemente utilizados pela educação quando se tem em mente sensibilizar alunos, de todas as séries, sobre a importância de alguma temática relevante e urgente; neste caso, em especial, a história de origem do município de Diamantina. Ocorrendo, nessa atividade, a encenação de personagens contando a história “[...] *do passado envolvemos os alunos na dramatização, onde construímos cenários e contamos fatos dos dias de agora. Para o aluno entender a relação do hoje é importante entender o que passou*” (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).

Outro Projeto significativo realizado nos anos de 2018 e 2019 pela SECTUR, em parceria com a SMDE, foi a intitulada: *Diamantina Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Nacional numa Perspectiva Lúdica: Modo de Fazer bolo de arroz*, conforme destacamos, no Quadro 11, que segue:

**Quadro 11:** Modo de Fazer Bolo de Arroz.

TÍTULO DA AÇÃO	EMENTA	PÚBLICO-ALVO	AVALIAÇÃO
Projeto: <i>Diamantina Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Nacional - o Aniversário de Diamantina.</i>	Divulgar o registro de Bens (I)Materiais do município, enfatizando o processo de preparação do Bolo de Arroz.	Alunos da Educação Infantil, especialmente os matriculados no 2º período.	Estimulou-se o interesse pelas tradições local, além de promover a ação de salvaguarda da cultura local, propiciando a produção do conhecimento e a recreação das atividades culinárias

**Fonte:** Arquivos da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2018.

Conforme, destacado, no Quadro 11, o projeto contou com participação das professoras regentes e professores da Educação Patrimonial. Foram realizadas reuniões para que as professoras regentes conheçam sobre o Dossiê de Registro do Bolo de Arroz como Bem Imaterial registrado pelo município, houve uma roda de conversa com os alunos de maneira apropriada à faixa etária de 5 a 6 anos, por fim, se passa-se para a parte prática para fazer o bolo de arroz, conforme evidenciado, na Figura 71, que segue:





**Figura 71:** Alunos participando da oficina: Bolo de Arroz em uma escola em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2018.

Nota-se a valorização do modo de fazer diamantinense, ao fazer o bolo de arroz, uma herança imaterial desse povo que busca ser presente e passado de geração a geração, pois:

[...] algumas pessoas dizem ter ouvido tratar-se de bolo feito desde a época dos escravos ou da época dos índios. Outrora, vendido antes da missa da madrugada. Hoje é distribuído gratuitamente após a alvorada da Festa do Divino e na Festa do Rosário dos Homens Pretos (DIAMANTINA, p. 144, 2020).

Outra atividade desenvolvida, em 2018, foi o Aniversário de Diamantina numa Perspectiva Lúdica, a qual destacamos, no Quadro 12, que segue:

**Quadro 12:** Aniversário de Diamantina numa Perspectiva lúdica.

TÍTULO DA AÇÃO	EMENTA	PÚBLICO-ALVO	AValiação
“O Aniversário de Diamantina Numa Perspectiva Lúdica”.	Divulgar ações desenvolvidas pelo programa tendo como objetivo a exposição e apresentação dos Bens Materiais Tombados e Bens Imateriais inventariados, com finalidade de ampliar a consciência, pertencimento, conservação e preservação dos bens.	Escolas da Rede Municipal de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental: alunos, professores, demais funcionários e familiares dos alunos. Funcionários do Centro Administrativo e visitantes.	A presença da Educação Patrimonial, neste evento, promoveu a promoção da importância da cultura, apresentando as diversas ações executadas pela equipe onde fez-se exposições de fotografias, encenações teatrais, apresentações musicais, vídeos, cartazes e pratos típicos.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2018.

A ação destacada, no Quadro 12, evidencia as atividades desenvolvidas pelas escolas, por meio de vídeos, peças teatrais, cartazes, dentre outros, em locais públicos conhecidos como patrimônios tombados pelo IPHAN e pela UNESCO, ao buscar fomentar a conscientização dos *insiders*, estudantes, familiares e comunidade, em geral, no tocante aos bens materiais e imateriais tombados, além de incentivar as familiares a visitarem os patrimônios da cidade.

Outro projeto executado entre os anos de 2018 e 2019 pelas instituições supracitadas foi o *Projeto Festa do Divino*, conforme destacamos, no Quadro 13, que segue:

**Quadro 13:** Projeto Festa do Divino.

TÍTULO DA AÇÃO	EMENTA	PÚBLICO-ALVO	AValiação
Projeto “Festa do Divino Espírito Santo em Diamantina”.	Despertar um olhar para a Festa do Divino Espírito Santo de Diamantina, a fim de ampliar o pertencimento da cultura religiosa.	Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I, da Escola Municipal Belita Tameirão e participantes da festa do Divino.	Os Professores do Programa de Educação Patrimonial iniciaram a ação com uma roda de conversa sobre o que é patrimônio. Em seguida, houve um depoimento de uma antiga moradora que participa da Festa.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2019.

Na ação apresentada, no Quadro 13, se percebe o envolvimento da SECTUR e da SMDE em promover o contato com os sujeitos que guardam as memórias e a história da Festa do Divino para com os alunos e professores, sendo uma forma da comunidade compreender o porquê dessa festa, e quais os símbolos identitários que ela possui. Além disso, houve a apresentação, em *slides*, sobre “[...] a festa do divino, relatos de moradores antigos da cidade e da filha do ex-imperador do festejo foram o ponto alto do projeto, pois eles são as vozes da história e merecem ser ouvidos” (sic) (Sra. Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2019).

Nesse projeto foi apresentado um trecho do vídeo do Programa *Terra de Minas*, produzido pela emissora de televisão (TV) Globo, que destaca a Festa do Divino no Vale do Jequitinhonha. A festa do Divino Espírito Santo é uma manifestação cultural marcante na tradição diamantinense desde o início do século XIX; neste projeto “[...] os alunos puderam, ainda, realizar um trabalho de campo, indo da escola até a exposição da festa

*do divino* (no Museu local) [...]” (sic). (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020), conforme se evidencia, na Figura 72, que segue:



**Figura 72:** Alunos na visitação da exposição da Festa do Divino em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2018.

Fica nítido o objetivo deste projeto em introduzir, a partir da realidade escolar, a importância da tradição da Festa do Divino, dessa vez levando os alunos a conhecerem a história para além das referências bibliográficas, ao promover a imersão na própria história ao irem ao Museu, onde puderam observar, de perto: objetos, utensílios, vestimentas e mostruários utilizados na festa, bem como, assistir vídeos sobre o tema e participar das explicações sobre a festividade pelo historiador do Museu. Além disso, “[...] *os alunos fizeram uma caminhada pelas ruas de Diamantina, promovendo uma breve discussão sobre a história do local, observando as construções e detalhes que compõem o patrimônio do lugar onde vivem e que também os pertence*” (sic). (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).

Outro projeto desenvolvido ao longo dos anos de 2017, 2018 e 2019 foi a Confecção de Tapetes Devocional, o qual destacamos, no Quadro 14.

**Quadro 14:** Projeto Confecção de Tapete Devocional.

TÍTULO DA AÇÃO	EMENTA	PÚBLICO-ALVO	AValiação
“Confecção de Tapete Devocional”	Confecção de Tapete Devocional para a procissão da Semana Santa e de Corpus Christi. Essa ação representa a preservação da	Estudantes do Ensino Médio das Escolas públicas de Diamantina e moradores diamantinenses.	Resultou na produção de um vídeo que divulgou imagens de Diamantina. Uma atividade prática, com a proposta de preservar a cultura e instigar o

	tradição religiosa e do patrimônio cultural (i)material.		debate sobre o tema para com os jovens da cidade.
--	--	--	---

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2019.

No Projeto destacado, no Quadro 14, houve intensa participação de alunos do Ensino Médio e de cidadãos diamantinos através de uma atividade direcionada pela Equipe de Educação Patrimonial com o manuseio de: serragem, areia, tintas, tecidos, papel crepom, papel pardo e materiais coloridos com intuito de confeccionar, nas ruas da cidade, os famosos e emblemáticos tapete devocional para a Semana Santos e o *Corpus Christi*, o que resultou na mobilização dos alunos, do envolvimento dos moradores que possuíam residências próximo onde o tapete era inserido, conforme as Figuras 73 e 74 destacam, a seguir:



**Figura 73:** Alunos confeccionando o Tapete Devocional em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2019.



**Figura 74:** Alunos e moradores confeccionando o Tapete Devocional em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2017.

Os Tapetes Devocionais são símbolos da Semana Santa, do *Corpus Christi* e da fé que é marca presente da cidade e dos *insiders*, logo esse projeto possui, também, um significado que remete a presença dos jovens na confirmação da fé cristã já estabelecida. Tal momento da produção dos tapetes devocionais foi significativa para a comunidade, uma vez que:

*[...] inserir os estudantes na confecção dos Tapetes Devocionais é dar significado e reforçar a valorização desta prática dentro de cada aluno e de cada cidadão que pode, um dia, voltar a participar deste ritual graças a Educação Patrimonial recebida, entendendo o significado deste símbolo cultural para a cidade e para ele mesmo” (sic). (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).*

Outro Projeto significativo, desenvolvido nos anos de 2017 e 2019 pela SECTUR e o IPHAN, foi o *Projeto Semana JK.: Café com JK.*, destacado, no Quadro 15, que segue.

**Quadro 15:** Semana JK: Café com JK.

TÍTULO DA AÇÃO	EMENTA	PÚBLICO-ALVO	AVALIAÇÃO
Semana JK: “Café com JK”	Promoção de bate-papo com autoridades, historiadores e pessoas que conviveram com JK.	Estudantes da Escola Estadual Profa. Ayna Tôrres, estudantes da Escola Estadual Prof. Júlia K. e comunidade de Diamantina.	Essa ação, contribuiu para o fortalecimento e a compreensão da importância de JK. para a cidade e levando a população a conhecer um patrimônio pouco visitado.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2018.

Neste Projeto, disposto, no Quadro 15, a personalidade JK. foi o centro das atenções, ao realizar momentos de diálogos entre: amigos, familiares e autoridades locais que conviveram com o ex-presidente da república, ao destacar, a importância desse sujeito para os marcos da cidade, ao lhe dar notoriedade, aliás:

*[...] a importância da própria escola que os alunos estudam (E. E. Profa. Júlia Kubitschek), e os demais patrimônios que ele (JK), de maneira direta e indireta, ajudou a ser conhecida. Esse momento trouxe os pais para a escola, que ficaram curiosos com o tema do Projeto (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).*

Diante disso, se lembra que nesse processo de participação dos projetos os alunos são motivados a caminharem pela cidade. Nessa tangente realiza-se os trabalhos de campo ao destacar as obras e patrimônios tombados, tal como: Hotel Tijuco e Escola Estadual Professora Júlia Kubitscheck.

O Projeto, além de promover um diálogo da história viva de JK. pelos moradores, proporcionou o uso e o conhecimento de um patrimônio que poucos moradores reconhecem na cidade - conforme o subtópico 4.3 desta tese destaca - que é o caso da Escola e do Hotel evidenciados. E, nessa oportunidade, indagamos à Gerente Pedagógica se existia projetos que valorizassem esses espaço patrimoniais para as atividades de conscientização e educação patrimonial, e a mesma destacou que:

*A Secretaria de Educação busca atender essa realidade, levar os alunos e os moradores a utilizarem esses espaços, e estamos utilizando, especialmente, os espaços verdes e abertos da Praça de Esportes e a Escola como locais significativos e que merecem o reconhecimento do povo (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

Além dos Projeto e ações apresentadas, anteriormente, se realiza, em 2018 e em 2019, cursos de formação e capacitação intitulado: *Conhecer e Reconhecer o Patrimônio*, que envolveram as atividades e competências dos professores do Programa Educação Patrimonial, da guarda municipal, dos acadêmicos das universidades local, funcionários da SECTUR, da SMDE, do CMPPCPC, IPHAN e diamantinense. Essas ações serão apresentadas, no Quadro 16, a seguir.

**Quadro 16:** Curso de Capacitação: Conhecer e Reconhecer o Patrimônio.

TÍTULO DA AÇÃO	EMENTA	PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS	PÚBLICO ENVOLVIDO
Cursos de Capacitação “Conhecer e Reconhecer o Patrimônio”.	Habilitar os professores P2 da Educação Patrimonial e a Guarda Municipal de Diamantina quanto a importância de guardar os Bens Materiais que faz parte de cultura local.	Profissionais da SECTUR e da SMDE.	Equipe de Professores do Programa Municipal de Educação Patrimonial e Guarda Civil Municipal de Diamantina.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2019.

O curso destacado, no Quadro 16, foi ofertado com intuito de qualificar e aprimorar as habilidades e competências dos professores da Educação Patrimonial e dos profissionais da guarda municipal sobre a importância da proteção dos bens materiais da cidade, onde as instituições organizadoras foram as responsáveis por ministrarem os cursos propostos.

Além disso, como se pode observar, na Figura 75, o curso em questão propiciou o reconhecimento dos bens *in loco*, ao destacar aos agentes de multiplicação do conhecimento da educação patrimonial as histórias e o valor histórico-geográfico de alguns pontos da cidade, como o Beco da Mota e a Casa Muxarabi.



**Figura 75:** Participação do curso, em trabalho de campo, no Beco da Mota em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE - Prefeitura de Diamantina, 2018.

Vale destacar, que foram oferecidos vários cursos de capacitação e formação para sujeitos representantes da cultura local e agentes multiplicadores da educação patrimonial, ao ser, especialmente, ofertados nos anos de 2017 a 2020 (DIAMANTINA, 2020). Sendo assim, através do Quadro 17, destacamos outros cursos ofertados, as instituições parceiras, objetivo de cada ação e público-alvo.

**Quadro 17:** Cursos de Capacitação.

TÍTULO DA AÇÃO	OBJETIVO	PROFISSIONAL RESPONSÁVEL	PÚBLICO-ALVO
“Curso de Capacitação para Trabalhadores Atuantes na Restauração e Conservação do Bem Material”.	Orientar servidores e feirantes com uma formação efetiva para que assumam postura na prevenção e cuidado com o Mercado Velho. O curso teve carga horária de 16 horas e contou com a participação de 22 pessoas.	2º Sargento do Pelotão de Bombeiros Militar.	Feirantes que atuam no Mercado Velho e Servidores da SECTUR.
‘Grupo de caboclinhos de Diamantina - Recriação, valorização da memória, transmissão da tradição, reconhecimento e do patrimônio cultural imaterial’.	Realizaram-se ações de salvaguarda referente aos Blocos de Diamantina, através de sua recriação, sendo este um dos elementos que integra a dinâmica da Festa do Divino Espírito Santo do município. Os caboclos estavam inativos desde a década de 80. Esta ação teve 04 horas de duração e contou com 11 participantes.	Presidente da Associação do Congado do Município do Serro.	Integrantes do Grupo de Caboclinhos de Diamantina.
“Capacitação para os supervisores da	A formação e conscientização dos profissionais da educação. Ampliando	Professores do Programa	Supervisores da Rede Municipal de

rede municipal de Diamantina – MG”.	assim, a consciência e o sentimento de pertencimento, conservação e preservação dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos e dos bens imateriais que faz parte da história sociocultural da cidade. Esta capacitação ocorre das 08:00 às 11:00 horas.	Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial.	Ensino de Diamantina.
“Curso de Capacitação – Instituto de Preservação: Patrimônio Municipal Protegido.	Levar ao conhecimento dos acadêmicos do Curso de Bacharelado em Turismo da UFVJM sobre o patrimônio cultural material e imaterial e as políticas de preservação que se realizou de 18:30 às 22:30 e envolveram-se 14 pessoas.	Luciana de Fátima Andrade (SECTUR).	Discentes do primeiro ao oitavo período Curso de Bacharelado em Turismo da UFVJM.
“Curso de capacitação: I Oficina toque dos sinos”.	Preservar a tradição e cultura do ofício de sineiro e o conhecimento dos sineiros sobre os diversos tipos de toque dos sinos. O curso teve carga horária de 08 horas e contou com a participação de 19 pessoas.	SECTUR realizou a Oficina de Toque dos Sinos de Diamantina.	Servidores da SECTUR e da SMDE.
“Curso de Capacitação – Restauração e Conservação Como Política de Valorização dos Bens Culturais, Obra de Restauração da Igreja da Luz e Casarão dos Orlandi”.	Levar aos funcionários ligados às obras de restauração da Igreja da Luz e Casarão dos Orlandi a promover uma reflexão sobre a importância dos bens restaurados e o vínculo de tal ação com a Política Municipal de Patrimônio Cultural. O curso teve duração de 02 horas e envolveu 22 pessoas.	Luciana de Fátima Andrade, Gerente de Pesquisa, Educação e Preservação (SECTUR).	Funcionários da Restaurar e Construtora Ltda.
“Curso de Capacitação - Oficina do Toque dos Sinos - Salvaguarda E Preservação Do Patrimônio Cultural Imaterial”.	O Toque dos Sinos e o Ofício de Sineiros de Minas Gerais, no qual a cidade de Diamantina está entre as 09 cidades contempladas pelo registro. Este curso trabalhou esse tipo de patrimônio, visando assim a preservação do Patrimônio Imaterial presente do município como ação de salvaguarda do bem registrado. O curso teve carga horário de 08 horas e contou com a participação de 19 pessoas.	Sineiros e Luciana de Fátima Andrade (SECTUR).	Representantes das Paróquias da sede: Santo Antônio da Sé (bairro centro); Divino Pai Eterno (bairro Rio grande); Sagrado Coração de Jesus (Bairro Largo Dom João); Senhor Bom Jesus (Bairro Bom Jesus); Equipe da SECTUR e da SMDE.

**Fonte:** Arquivos da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2020.

Desse modo, se percebe por meio do Quadro 17 que, principalmente, a SECTUR, a SMDE e a UFVJM preocupam-se com a formação dos multiplicadores da educação patrimonial, trabalhado, especialmente, em duas frentes, sendo a: *i)* sobre patrimônio cultural imaterial e a *ii)* patrimônio material, ao incluir, nestes momentos, moradores de diversos bairros e com diferentes atuações no município, porque estão atentos em



produzir e ofertar atividades que atendam o interesse da comunidade, e do poder público local.

Em 2018, foi realizado o *Encontro de Saberes* que envolveram os professores do Programa Municipal de Educação Patrimonial, o IPHAN e os acadêmicos da UFVJM, onde foram abordadas as situações de conflito cultural vividas pelas comunidades tradicionais quilombolas que, frequentemente, tem seus saberes ameaçados por atividades estratégicas da economia, tais como: mineração e construção civil.

Esse evento proporcionou várias trocas de saberes entre uma professora Dra., em antropologia, vinculada à Faculdade de História Integrada da UFVJM, acadêmicos e mestres quilombolas da região do Vale do Jequitinhonha, que tiveram a oportunidade de apresentar seus saberes, e discutirem sobre os atores que interferem, negativamente, em seu lugar de vivência e habitação (DIAMANTINA, 2019).

Outra ação desenvolvida pela SECTUR que merece destaque foi a promoção do curso de extensão denominado: *Esquinas do Patrimônio - Conceitos, Legislação e Práticas* realizado no ano de 2019 entre a Prefeitura, o IPHAN e a UFVJM. Tal ação teve como objetivo trazer discussões, no âmbito da Educação Patrimonial, ao compartilhar conceito, prática direcionada para a conscientização dos cidadãos sobre a importância dos patrimônios e desses como retrato da memória, da história local. Essa ação teve como público-alvo a equipe de professores do Programa Municipal de Educação Patrimonial, funcionários da SECTUR e moradores de diamantina, pois o evento foi: “*aberto ao público, sendo gratuito, obtendo a presença de arquitetos, turismólogos, auxiliares administrativos, professores, supervisores, artesãos, comerciantes e moradores da cidade [...]*” (*sic*) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).

Outra atividade desenvolvida, em 2019, pela SECTUR, em parceria com a SMDE, foi o Festival de História, o qual apresentamos no Quadro 18, que segue:

**Quadro 18:** Festival de História.

<b>TÍTULO DA AÇÃO</b>	<b>EMENTA</b>	<b>PÚBLICO-ALVO</b>	<b>AValiação</b>
Festival de História - FHIST 2019.	Conscientização dos alunos das redes públicas e particulares de ensino, ampliando a consciência e o sentimento de pertencimento, conservação e preservação	Discentes do Ensino Fundamental e Ensino Médio das Escolas Municipal, Estadual, Federal e da rede Privada.	Ministrou-se palestras cujo tema apresentado foi “Por que Diamantina é Patrimônio Cultural da Humanidade?”. Apresentou-se <i>slides</i> de cunho didático-pedagógico permitindo pontuar e debater

	dos conjuntos arquitetônico, paisagísticos e dos bens imateriais.		questões histórico-culturais de Diamantina.
--	---	--	---

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2019.

Na atividade descrita, no Quadro 18, foram ministradas para alunos da cidade, palestras que debatiam o tema: *Diamantina como patrimônio cultura da humanidade*. Por meio dessas palestras foram elucidadas questões referentes ao valor do patrimônio, identidade cultural, modo de ser local, arquitetura, paisagem, história do povo e do lugar, além de destacar o *Concurso de Desenho, Redação e Produção Escrita sobre o tema*. Sendo essa uma parceria entre a comissão do Festival de História, SECTUR e SMDE. Além disso, se fez rodas de conversa em que os estudantes interagiram e tiraram suas dúvidas sobre o tema trabalhado, especialmente, ao debater sobre o que constitui em patrimônio cultural e sua relevância para os moradores. Desse modo, “*A atividade contou com a participação de familiares, obtendo um número expressivo de participantes, chegando ao número de 1.810 sujeitos atendidos*” (sic). (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).

Um outro evento importante, que ocorreu, em 2018 e 2019, com o apoio da SECTUR, SMDE e IPHAN foi o Quinta da Quitanda, o qual destacamos pelo Quadro 19 que segue:

**Quadro 19:** Quinta da Quitanda.

TÍTULO DA AÇÃO	EMENTA	PÚBLICO-ALVO	AValiação
“Encontro de Saberes na Quinta da Quitanda: Prosas e Trocas de Vivências da culinária local”.	Promover diálogos e reflexão sobre a importância do Título de Diamantina concedido pela Unesco.	Escola Estadual Professora Gabriela Neves (5º Ano) e Escola Estadual Professora Ayna Tôrres (9ºAno).	Fez-se reuniões, encontros, apresentação de imagens e depoimentos sobre o bens imateriais da cidade, bem os alunos buscaram, com seus familiares, receitas típicas da culinária local e, degustação das quitandas.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina 2018.

Esta atividade, destacada, no Quadro 19, buscou reacender a ideia do bem imaterial culinário que, por vezes, foi perdido com o passar das gerações. Tal atividade foi realizada nas escolas e com visitação a Rua que leva parte do nome do Projeto, *Quitanda* e no mercado municipal, ao promover a descoberta da cultura imersa nos alimentos e pelos patrimônios materiais (FIGURA 76). Ações como essa são primordiais

para que as crianças e os jovens compreendam o que são bens imateriais, já que este tipo de patrimônio é, para muitos, de difícil entendimento/compreensão.



**Figura 76:** Quitandeira Maria de Fátima fala sobre sua vivência com a culinária regional para os alunos das Escola Estaduais em Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2019.

Outras ações de Educação Patrimonial desenvolvidas no ano de 2019, com alunos do ensino básico e suas famílias foram os Projetos: *Viagem a História de Diamantina e a Tradição dos Sinos no Município* e *a Educação é o Futuro do Brasil* - inclusive o primeiro projeto que destacamos foram, na sequência, mencionados na entrevista que realizados com o Sr. Junno Marins da Matta (Chefe do Escritório Técnico do IPHAN), como um dos projetos em que o instituto participou como parceiro e que teve um grande impacto junto à comunidade local.

Tais projetos são destacadas, no Quadro 20, que segue:

**Quadro 20:** Projetos: Viagem à História de Diamantina e Educação e o Futuro do Brasil.

TÍTULO DA AÇÃO	PÚBLICO-ALVO	RESPONSÁVEIS	LOCAL
“Viagem à História de Diamantina e a Tradição dos Sinos no Município”.	Discentes do Centro Educacional Nádia Santos Rocha e as turmas do 3º ano do Ensino Fundamental II.	Luciana de Fátima Andrade (SECTUR) e Junno Marins da Matta (Chefe do Escritório do IPHAN de Diamantina).	Casa de Chica da Silva – Sede Escritório do IPHAN do Diamantina.
Abraço do patrimônio “Educação é o Futuro do Brasil”.	Discentes da rede municipal, estadual, federal e particular de ensino, totalizando 13 escolas envolvidas.	Equipe do Setor de Patrimônio Cultural e Equipe da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio.	Centro Histórico de Diamantina.

**Fonte:** Arquivos da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2019.

Tais projetos destacados, no Quadro 20, buscam despertar nos estudantes, em seus familiares o sentimento de pertencimento e valorização da cidade a partir de reconhecer o modo de fazer à culinária local, à medida que se busca externalizar o significado da experiência e a vivência dos moradores com o lugar, especialmente, pelo contato dos *insiders* com as igrejas (e os sinos). Durante a realização desse evento contou com a participação dos: diretores, professores, especialistas, analistas educacionais e de autoridades locais, como: os representantes do Poder Executivo e Legislativo do município, promotor de Justiça, representante da SRE, SMDE, da SECTUR e do IPHAN (DIAMANTINA, 2020).

Diante de todas as atividades que foram apontadas como idealizadas pela SECTUR e, apoiada pelos seus parceiros, objetivando tornar o patrimônio mais próximo do povo, perguntamos a Sra. Luciana: “numa visão geral, quais são os locais que vocês realizam ações que aproximam a população da cultura local, voltada ao patrimônio”. E obtivemos a seguinte resposta:

*Buscamos atender todo o povo diamantinense, especialmente a partir dos espaços escolares, tanto escolas municipais, como estaduais, e usamos os espaços no Centro Histórico de Diamantina, com atividades sendo realizadas nas Igrejas, Mercado Velho, Museu do Diamante, Casa da Glória, casa de Chica da Silva, no Museu da Seresta, nos Prédios construídos por **Oscar Niemeyer em Diamantina**, sendo os bens tombados, como o Prédio do Grupo Júlia, Prédio do Hotel JK, Prédio da Faculdade de Odontologia [...] (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR , 2020, grifo nosso).*

Nesse contexto, o Programa de Educação Patrimonial realiza ações que motivam os *insiders* a conhecerem a cultural (i)material, dando valor aos diversos espaços que propiciam, pedagogicamente, o conhecimento da história do lugar, sendo apontado pela Sra. Luciana Andrade como locais mais comuns para a realização das atividades: as escolas e os bens tombados pelo governo federal e pela UNESCO. Vale destacar, aqui, que os espaços projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, na atualidade, são utilizados pelo Programa, todavia, não são evidenciadas com tanta frequência por nossos interlocutores, o que nos remete a análise do uso dos bens tombados a partir da percepção dos seus usuários/moradores (subtópico 4.3) que, por sua vez, apontaram que a Praça, em questão, necessita urgentemente de restauração.

No ano de 2020, as atividades direcionadas a Educação Patrimonial foram realizadas, de maneira remota, devido à COVID-19. E, neste contexto, vale destacar o

curso oferecido de maneira remota pela a SECTUR à comunidade diamantinense, abordando o tema: *Patrimônio Cultural de Diamantina e Orientações sobre a Elaboração de Termos de Referência para Editais de Projetos Culturais*, com atenção dada a Lei Aldir Blanc, sendo considerada a Lei Emergencial do Governo Federal para o setor cultural, em consequência da pandemia anteriormente mencionada.

Além dessa atividade, foi realizada a capacitação dos servidores da SECTUR e dos membros do CMPPCPC, e nessa formação discutiram sobre as políticas de educação patrimonial e a política do ICMS Cultural. Além disso, se realizada reuniões com todos os parceiros de ações desenvolvidas pela SECTUR, ao buscar avaliarem as ações realizadas. Tal momento é estruturado e:

[...] realizamos anualmente o Seminário de Educação Patrimonial, acontecendo normalmente em dezembro, onde apresentando resultados alcançados das ações de educação patrimonial realizado pelo Programa Municipal de Educação Patrimonial. E são presentes na reunião, mandando representantes, a UFVJM, SMDE, IBRAM/Museu, SRE/Diamantina, Professores da equipe de educação patrimonial, SECTUR e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais. Todos participam e apresentam os pontos de avanço, o que temos que avançar e propõem idéias (sic). (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR , 2020, grifo nosso).

Destaca-se, que a SECTUR e a SMDE, realizaram no ano de 2020 06 (seis) *lives* abertas à toda comunidade, com temas vinculados à cultura local e ao patrimônio de Diamantina, aqui destacamos dois trabalhos desenvolvidos, sendo: *i) Modo de Fazer o Bolo de Arroz*, com a presença de senhoras, moradoras locais, ensinando a fazer a iguaria e a importância desta para a história regional e, *ii) Bens Imateriais registrados de Diamantina*, destacando as atividades que o poder público, junto com a comunidade, vem realizando para tomba e inventariar os bens representativos da cultura local. Todos os momentos foram transmitidos em mídias, a saber: Participação no Programa: *VIVA Diamantina*, transmitido pelas redes sociais: *Instagram* e *Facebook*; Programa: *Café com Cidadania* pelas ondas da rádio *Mix 97 Frequency Modulation (FM)* (Modulação em Frequência) e no aplicativo *Google Meet* (DIAMANTINA, 2020).

Devido à pandemia, a SECTUR e a SMDE realizaram atividades buscando dar continuidade às aulas na educação básica, concomitantemente, realizando atividades de Educação Patrimonial. Dessa forma, foram elaboradas 04 (quatro) atividades pedagógicas a partir de um documento que foi intitulada *Cartilha Patrimonial*. Essa Cartilha foi

entregue a todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino, juntamente, com os Planos de Estudo Tutorado (PET's).

A Cartilha Patrimonial foi elaborada com o objetivo de apresentar e descrever ao alunado o Patrimônio (in)material local. Vale destacar, que ao elaborarem essa Cartilha “[...] o Programa também buscou fortalecer as identidades pessoais e/ou culturais do aluno em relação à sua comunidade, aguçando a percepção sobre: Por que preservar? O que preservar? E como preservar?” (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).

Dessa forma, a SECTUR e a SMDE solicitaram das equipes de professores para elaborarem, individualmente, vídeos educativos com os temas, anteriormente citados, e tratar de abordarem a respeito do patrimônio mundial e municipal. Cada professor foi o responsável pela produção dos vídeos para promover a divulgação destes aos alunos. Os discentes interagiram por meio de grupos criados no aplicativo *WhatsApp* e por meio desse enviava fotos das atividades realizadas e registravam as tarefas no caderno, ou nos PET's. No final, se fez o diagnóstico que as temáticas desenvolvidas pelos professores foram pautadas, principalmente, pelos seguintes temas: *i) Patrimônio Imaterial: Guarda Romana; ii) Patrimônio Imaterial: Banda Fogosa do Sapo Seco; iii) Patrimônio Material: Cemitério dos escravos; iv) O lugar onde eu moro; v) Patrimônio cultural: Espaço e memória; e, vi) Patrimônio Material: Bairros de Diamantina e a sua importância na identidade da cidade (DIAMANTINA, 2020).*

Durante a realização dos projetos e ações promovidos pelo Programa Municipal de Educação Patrimonial, foi elaborado o folder educativo intitulado: *Educação Patrimonial - Integrar as Práticas Educativas ao Cotidiano*. Tal material foi organizado para ser distribuído entre as instituições de educação do município e enviado aos lares desses alunos, além de serem utilizados nos: fóruns, seminários e palestras, como sendo um recurso para divulgar as atividades realizadas pelo programa. Também foi criado o *Selo: de olho no Patrimônio*, conforme a Figura 77 destaca, utilizado como forma de divulgação do Programa e tentando internalizar, no imaginário da população, a importância desse Programa que iniciou suas atividades, nas escolas e vai, aos poucos, ganhando estrutura, reconhecimento, e entradas em outros espaços, ao atender diferentes públicos da sociedade local.

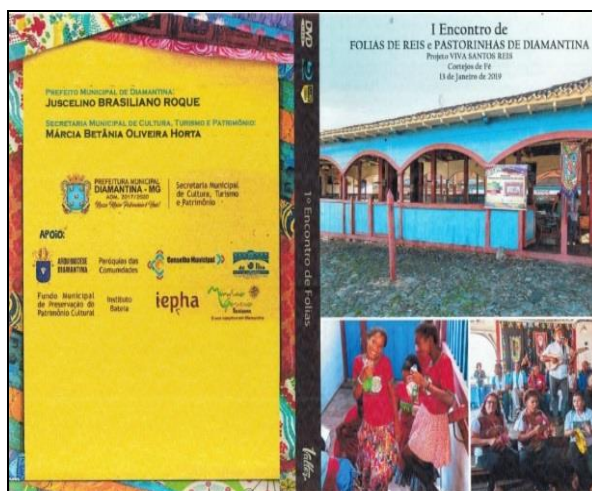


**Figura 77:** Selo do Programa de Olho no Patrimônio de Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2019.

Destacamos que em cada atividade desenvolvida pelo Programa, se busca criar elementos para representar os projetos para fazerem parte e presença do cotidiano dos alunos e dos moradores, como é o caso dos marcadores de livros e cartões postais que foram entregues a comunidade. Marcadores e cartões que destacam bens culturais da cidade, a saber: Guarda Romana, Tapete de Rua, modo de fazer o Bolo de Arroz, Festa do Divino Espírito Santos e Folia de Reis (DIAMANTINA, 2020).

Além desses produtos impressos de cunho educativo e promocional, se busca produzir elementos audiovisuais com o intuito de registrar a história local. Como exemplo, a SECTUR, com o apoio do CMPPCPC e do IEPHA, ao se confeccionar o DVD intitulado: *I Encontro de Folias de Reis e Pastorinhas de Diamantina*, conforme a Figura 78, contendo um documentário com os sujeitos que fazem parte da história local, porque dar crédito a quem merece: os próprios moradores (DIAMANTINA, 2020).



**Figura 78:** Capa e Contracapa do DVD Encontro de Folia e Pastorinhas de Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2019.

Vale destacar, que entre os anos de 2017 a 2020, o Programa de Educação Patrimonial de Diamantina atendia, em média, 12.164 cidadãos, realizando ações em formato de projetos, especialmente, direcionados aos alunos e familiares da rede de ensino: municipal, estadual e particular, tanto da educação básica como do ensino técnico e superior, ao realizar 79 oficinas nas escolas, 52 oficinas nos bairros e 48 nos locais tombados como patrimônios históricos, além de efetivar intercâmbio com grupos culturais de outros 03 (três) municípios, ao ter destaque as atividades realizadas com a cidade vizinha do Serro (DIAMANTINA, 2020).

Por fim, perguntamos a Representante da SECTUR a seguinte questão: “diante do que vocês vêm realizando em Diamantina, como poder público focalmente responsável pela educação patrimonial, quais alternativas eram pensados para tornar o patrimônio mais próximo do povo local, como forma da população sentir verdadeiramente parte destes bens?”. E, obtivemos a seguinte devolutiva:

*As ações de educação patrimonial realizadas pela SECTUR, devem atender as demandas do ICMS Cultural sobre os Bens Tombados e Registrados no município, mas sempre buscamos promover ações que incluam as pessoas, que não seja algo de cima para baixo, buscamos entender o que o povo necessita. A partir de 2017, através do Programa Municipal de Educação Patrimonial, com a parceria da SMDE, conseguimos ampliar as atividades junto à comunidade escolar com temas diversificados sobre o patrimônio. Para os próximos anos estamos construindo estratégias, pois queremos avançar, cada vez mais, para os bairros; e para os distritos e povoados que nunca receberam atividades sobre o patrimônio cultural. Queremos ampliar os intercâmbios das comunidades escolares dos distritos. No que se refere a comunidade em geral, temos que avançar com ações junto as associações de bairros, escutar as demandas de todos, buscando inseri-los em projetos que fazem sentido para eles. Temos que ampliar o uso dos espaços tombados, com calendários que os grupos e a população possa utilizar como lazer, sem custo, motivando ir até os patrimônios. E criar forma de entender o patrimônio ao ouvir os moradores, ou seja, criar mecanismos de estudo junto com os bairros, vendo a demanda de cada, por assembleias ou reuniões, temos que buscar essas alternativas. É importante deixar aqui registrado que para a execução das atividades de educação patrimonial, estamos em constantes diálogos com as instituições parceiras, para que, em conjunto, possamos selecionar quais as diretrizes das ações de educação patrimonial possa ser realizado [...] (sic) (Luciana de Fátima Andrade - SECTUR, 2020).*

Dessa forma, entendemos que a SECTUR busca, a partir das atividades realizadas, tornar o patrimônio local símbolo capaz de representar, ou instigar a identidade dos moradores ao motivar o uso dos bens com os propósitos de lazer e conhecimento. A SECTUR almeja intensificar os projetos de educação patrimonial, na cidade, ao criar novas atividades de recriação nos espaços tombados, ao promover a abertura de diálogo



com moradores dos bairros distantes do centro, bem como manter maior contato com os artistas locais para compreender o que é mais urgente, necessário e legítimo para os moradores. Desse modo, se busca construir parcerias com: associações, sindicatos, instituições de bairros, e utilizando outras estratégias, para tornar o projeto mais próximo da população.

Dando continuidade à pesquisa, passamos agora a apresentar a entrevista obtida com a **Gerente Pedagógica do município, a senhora Lucilene Gonçalves de Oliveira Lourenço**, responsável pela organização e planejamento dos projetos de educação patrimonial da Secretaria Municipal de Educação, integrados as ações do *Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial - De olho no Patrimônio*, que, aliás, são realizadas em parceria direta com a SECTUR e outras instituições reguladoras, e parceiras.

Inicialmente, se busca compreender a percepção da Sra. Lucilene Lourenço sobre a legitimidade do patrimônio local. Nesse sentido, se pode afirmar que:

*O patrimônio de Diamantina conta a história da nossa gente. Desde seus primeiros habitantes, da colonização portuguesa. Sua história faz parte da história do Brasil e nos deu o título Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1999 [...]. Patrimônio é todo legado cultural de um povo que retrata a história contada por suas lutas, conquistas e manifestações que formam sua identidade cultural local. É legítimo porque o patrimônio apresenta o que os homens e mulheres fizeram e o que deixaram como marcas na comunidade [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2019).*

Para a Sra. Lucilene, o patrimônio de Diamantina é legítimo, porque representam os feitos de uma civilização, pois os espaços e monumentos tombados contam uma parte da história do país e mantêm uma cultura viva que ultrapassa os conjuntos arquitetônicos, pois os patrimônios representam:

*[...] as manifestações religiosas, beleza naturais, festas tradicionais, culinária e saberes do povo. Temos que entender que o patrimônio é o todo. E estamos num trabalho de apresentar ao povo uma visão completa do que seja patrimônio, ampliando essa imensidão que temos da história (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2019).*

Temos a compreensão que o Patrimônio material, tal como de Diamantina, é reconhecido/valorizado pelos moradores e estes, por sua vez, merecem participar de ações que instigam os saberes que são inerentes ao Patrimônio, ao ter em vista que eles são partes do próprio bem cultural. Com base nesse pensamento, em meio a entrevista, foi

apresentado à gerente a seguinte reflexão: “O patrimônio como está posto (ofertado) representa um legado genuíno do povo / aluno / família dos alunos / professores?”. E, obtivemos o seguinte parecer:

*Sim, Claro. Por exemplo, o Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial desenvolve ações no âmbito escolar ofertando uma forma dinâmica e criativa da escola para que estudantes e famílias tenham oportunidade de relacionar-se com o patrimônio cultural de nossa região, e quiçá do mundo, valorizando o legado cultural que herdamos dos atores culturais que nos antecederam, ampliando o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural. Penso que a primeira coisa que temos que entender, como gestores que atendem e buscam valorizar o patrimônio, é colocar-se no lugar do cidadão. Eu coloco no lugar deles e sei que o povo ainda reconhece como legítimo, como sendo patrimônio de cada um [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2019, grifo nosso).*

Percebemos que a todo o momento a Gerente Pedagógica destaca a preocupação em incluir a comunidade como parte participante e envolvida com ações ligadas ao patrimônio, integrando o conhecimento dos bens ao dia a dia da população local, nesse caso específico os estudantes e famílias. Além disso, se nota a valorização que o poder público local busca em relacionar os patrimônios com o presente, ao promover a manutenção da construção do patrimônio no imaginário local a partir de projetos que a SMDE desenvolve com a comunidade escolar.

Tal percepção é nítida em outra passagem do diálogo promovido com a Gerente Pedagógica, que diz:

*A interação que buscamos fazer é entre o passado com o presente. E vejo isso como de extrema relevância para a preservação do patrimônio cultural, principalmente quando envolve a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens culturais e das pessoas que formam ou formaram o patrimônio cultural do município de Diamantina. Desta forma, as ações que fazemos possibilitam a vivência dos saberes culturais que são planejadas didaticamente para serem experimentadas pelos estudantes, famílias e equipe escolar [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2019).*

Buscando compreender a relação do uso do patrimônio pela comunidade, foi colocada em pauta com a gerente pedagógica qual “seria a percepção da mesma sobre o uso do patrimônio pelos alunos, seus familiares e professores”. A resposta obtida esteve relacionada ao Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial, onde, para ela, os discentes veem-se como protagonistas da construção, manutenção e perpetuação da cultura do lugar. Além disso, ela destaca que:

[...] o uso do patrimônio, pela população escolar, pelos pais, filhos, é uma maravilha. Percebo que vem crescendo a idéia de pertencimento quando eles são convidados a vivenciarem as ações propostas por meio de palestras, rodas de conversas, oficinas, visitas aos museus, práticas que proporcionam o saber. **Pois, pensamos que com a educação o filho pode levar o que aprendeu para os pais. E em casa o pai aprende e acrescenta informações com o seu conhecimento.** Aqui pensamos as atividades curriculares de maneira cuidadosa e são consideradas de uma forma em que a educação patrimonial possa ser um instrumento capaz de conduzir os alunos a uma nova forma de perceber o patrimônio presente em seu meio, permitindo reconhecer seus valores. E como conversamos antes, **os patrimônios só são apropriados pelas gerações futuras quando estas se identificam com os bens, quando compõem sua memória, seu passado, alcançando sentido e sentimento coletivo de identidades** (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2019, grifo nosso).

Nota-se que é presente a preocupação da secretaria de educação em promover, em seus projetos de educação patrimonial, a valorização do sujeito como parte fundamental do patrimônio, bem como, existe a preocupação de se criar um vínculo sentimental, afetivo, de pertencimento e coletividade entre a comunidade e o conjunto patrimonial tombado pela UNESCO e pelo IPHAN, ao buscar despertar a identificação do sujeito como seu lugar, com os valores e a cultura que está em seu entorno, sendo, aliás, construída pelos seus antepassados, e na atualidade, a SMDE deseja que a atual geração possa transmitir esse sentimento cultural às suas proles (JEUDY, 2005).

Para a Gerente é possível que o povo diamantinense tenha outros usos dos Patrimônios; usos mais democráticos, que ofereçam um espaço de conhecimento mais aberto a quem é da cidade e, especialmente, ao levar conhecimento dos bens tombados de maneira mais acessível. A Sra. Lucilene Lourenço destaca que é dever da escola e da comunidade civil, experimentar os espaços tombados, fazer uso do bem que é do povo para que não se torne um espaço de reconhecimento apenas pelo poder Estatal. Para a Gerente Pedagógica, uma forma de motivar os *insiders* é utilizar esses espaços tombados por meio das informações. Desse modo, ela destacou que:

*Buscamos tentar trazer uma ideia de conhecimento e informação do patrimônio mais próximo ao povo, estamos promovendo a organização de **acervos digitais** sobre as ações do Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial para serem utilizadas por **docentes dos CMEIS e escolas**. E eles vão multiplicar tais informações e saberes para os alunos. Além disso, temos acervos de produções independentes sobre Educação Patrimonial veiculadas no programa “**Educa Mais Diamantina**” produzido pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a TV Vale Diamantina, que torna mais popular o acesso à educação patrimonial, e isso leva o povo a conhecer a história e motiva a conhecer e fazer uso delas. **Exploramos sistematicamente o patrimônio nos projetos desenvolvidos nos CMEIS e escolas da Rede Municipal, como Projetos de Leitura (anos iniciais e finais do Ensino Fundamental) e Esporte Educa desenvolvido em espaço de***

*tombamento-construção de Oscar Niemeyer [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2019, grifo nosso).*

Pela conversa realizada com a Sra. Lucilene é nítido o esforço da secretaria em promover a popularização dos usos dos bens tombados para os *insiders*, seja por meio de informações disponibilizadas em acervos digitais, ou em programação televisiva, seja pela constante motivação que é feita com os professores, com mais frequência os lotados nos centros municipais de educação infantil (CMEIS), para realizarem atividades pedagógicas nos espaços que possuem bens tombados, especialmente, os de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, o qual ficou claro, no subtópico 4.3, que é, ainda, o menos utilizado pelos moradores do lugar.

Ainda sobre o uso do patrimônio pela população, aproveitando o diálogo em andamento e perguntamos a Gerente se a mesma acha que: “para o diamantinense o uso do patrimônio é algo natural (fruto do cotidiano) ou ela percebe que tem, nesse processo, uma outra intenção (exemplo, comercial)?”. Ela destacou que:

*[...] durante muito tempo os patrimônios de Diamantina eram explorados apenas pelos turistas e empresários que buscavam lucros através do turismo, fazendo com que os bens materiais que geraram lucro e turismo fosse mais valorizados do que os imateriais, e isso ainda fica marcado mas, penso que hoje as impressões, o modo de perceber o patrimônio está mudando. Não está voltado centralmente a questão comercial, pois o povo ama o lugar. Eles possuem orgulho [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

Ela complementa a resposta utilizando a narrativa da importância do Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial para promoverem a projeção de um patrimônio que tenha sentido ao morador. Como é observado no fragmento de um dos trechos do diálogo:

*Atualmente, os diamantinenses têm percebido como parte integrante desse patrimônio. No Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial são desenvolvidas ações que valorizam os conhecimentos culturalmente construídos pelo seu povo, que se via, muitas vezes, ignorado, adquirindo o real valor do termo patrimônio com suas diversas interpretações, conhecimento e preservação, juntamente com o seu sentido de pertencimento. **O tombamento e o reconhecimento de Diamantina como patrimônio cultural da Humanidade foi algo muito forte e rápido, penso que não deu tempo de o povo assimilar a importância disso. Agora, com o trabalho sendo feito, escutando o povo, vendo o que o povo acha do patrimônio, os bens vão tornando mais significativo para a comunidade** (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020, grifo nosso).*

De acordo com a Sra. Lucilene Lourenço, os moradores percebiam e sentiam que o patrimônio estava vinculado aos interesses do turismo e que ao passar do tempo, com as atividades de aproximação, e diálogo do morador com o seu Lugar, e a Paisagem, como por meio do *Programa de Educação Patrimonial*, os *insiders* foram descrystalizando essa percepção e se percebe o significado cultural desse movimento ao fazer uso do patrimônio que o pertence. Tal processo torna-se significativo quando se pensa na própria valorização e manutenção do patrimônio pois, se os *insiders* sabem, percebem e sentem que o bem cultural é de todos, mas, essencialmente os pertencem, esse reconhecer dos nativos gera cuidado/zelo coletivo para com o patrimônio, ao contribuir para o enriquecimento do sentimento de pertencimento do Lugar e dos seus (MATURANA, 1998).

No decorrer da entrevista, outra questão foi-lhe apresentado como é: “a vontade do povo diamantinense em relação ao patrimônio”, e daí uma questão se organiza e se problematiza ao ponto de destacarmos à Gerente Pedagógica, sendo: “a secretaria de educação, especialmente ligada a sua pasta, percebe que existe uma sobreposição entre o valor histórico-geográfico do patrimônio ao querer do povo diamantinense?”. E, a Sra. Lucilene Lourenço percebe que o povo está de acordo com o aparato legal que institui o patrimônio, obtendo a seguinte continuidade da conversa:

*Não. Não percebemos que em Diamantina os valores históricos e geográficos sobrepõem o querer do povo diamantinense. Nosso povo quer que o patrimônio seja respeitado e preservado, e hoje, mais de em outro tempo, o povo quer que seja mais democratizado em termos de ter mais ações que todos possam ir e conhecer, e isso estamos tentando realizar [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

Além disso, ponderamos acerca da situação do entendimento da importância dada ao patrimônio pelos alunos e familiares, especialmente, se: “esses atores acham importante, se sentem pertencidos ao patrimônio e o entendem como algo relativo à sua vida?” Segundo a Gerente:

*A ideia de pertencimento tem sido desenvolvida com o intuito de corroborar para apreensão desse conteúdo não só conceitual, mas procedimental e atitudinal em âmbito local. A atual gestão municipal, instituiu, legalmente, o Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial, cujo trabalho desenvolvido tem contemplado não só as instituições educativas como outras esferas que lidam com a preservação do Patrimônio Cultural, e percebo que, aos poucos, o povo vai perdendo a vergonha e o medo de falar o que sente, e vai, inclusive, nos ajudando a entender o patrimônio. Entendo que sim, que os*

*alunos, pais e a população sente pertencidos ao patrimônio [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

A resposta dada pela nossa interlocutora restringe-se a apresentar a intenção do trabalho de sua pasta em motivar os alunos a perceberem o sentido do patrimônio através de projetos, atividades educacionais, extensionistas e é possível perceber, pelos fragmentos das conversações anteriores, que tal processo faz-se centrado no *Programa de Educação Patrimonial*. Desse modo, é possível rastrear que existe um enfoque dos projetos direcionados ao Patrimônio imaterial, porque é de conhecimento do Poder público local que existe a necessidade de trabalhar essa temática para com o povo no intuito de intensificar ou despertar o interesse, a identidade dos homens do Lugar para com os Patrimônios legalmente reconhecidos, tornando-os elementos culturais éticos e legitimamente aceitos pelos nativos.

E, sobre o Programa em questão, a Gestora Pedagógica me apresentou os objetivos e algumas ações desenvolvidos por meio de projetos educacionais, de pesquisa e de extensão. Destacando que esse programa iniciado em 2017 e que terá continuidade 2021/2024 -, com atividades desenvolvidas de maneira sistêmica, organizada e em parceria com a SECTUR. Ficando claro que o programa visa suprir a ausência de políticas públicas de educação para o patrimônio capaz de expandir o entendimento do que é a cultura local, qual a sua importância e significado, para além de uma compreensão estabelecida pelo IPHAN ou pela UNESCO, realizando atividades que incluem ações nas e pelas universidades, escolas estaduais, municipais, pública e privadas, localizadas na sede e nos distritos (DIAMANTINA, 2021).

Conforme a Gerente Pedagógica destacou nas conversações, o Programa executa diversos projetos e a maioria das ações são realizadas por uma equipe composta de 05 (cinco) professores efetivos da SMDE e da equipe do Programa Educação nas Prisões (DIAMANTINA, 2020).

Tais professores são os principais multiplicadores do Programa, sendo devidamente capacitados e

*[...] percebemos neles a chance de promover mudanças de pensamento sobre a importância do patrimônio para a população, trazendo o morador para a sua cultura, sua raiz, estabelecendo diálogos e conseguindo sensibilizar o povo para a preservação e manutenção da cultura (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

Neste contexto, se destaca a fala da Gerente ao sinalizar que:

*O Programa tem como objetivos iniciais o trabalho com a arte e a cultura nas escolas e espaços públicos do município de Diamantina, como propulsoras do desenvolvimento social, realizando ações que permitem uma nova postura da comunidade em relação ao patrimônio cultural, tanto na sede quanto nos distritos. Trata-se de uma ação inovadora no âmbito das políticas culturais em consonância com as diretrizes de Educação e Patrimônio. É um sonho que vai sendo realizado, conquistando adeptos, tendo movimentos na cidade, entendimento da importância pelo próprio morador e pela opinião pública [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

Nas conversações surgiu uma questão importante para entendermos o grau de relevância institucional do Programa e a questão foi se: “existe a inserção do tema patrimônio no plano curricular ou como um projeto no calendário escolar das escolas” (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020). Desse modo, teve como resposta a seguinte afirmativa:

*Sim, na Matriz Curricular dos anos iniciais contamos com o componente curricular Educação Patrimonial na parte diversificada do currículo. E estamos buscando aprimorar para outros segmentos, pensando passo a passo e com o cuidado que merece, inclusive estabelecendo contato com a SRE de Diamantina para expandir os trabalhos [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

Além disso, sobre a forma como o tema patrimônio é trabalhado nas escolas, obtivemos a seguinte narrativa:

*Embora todas as unidades escolares desenvolvam as ações de Educação Patrimonial, tanto na Educação Infantil, como nos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais que conforme previsto na Matriz Curricular desenvolvemos de forma organizada, sistematizada os conteúdos de Educação Patrimonial. As unidades escolares planejam anualmente os conteúdos e práticas a serem desenvolvidas com os estudantes para apropriação dos bens materiais e imateriais da cultura diamantinense. **É uma luta coletiva, estabelecemos diretrizes pela secretaria e as unidades escolares ajustam a realidade de cada bairro, ou seja, existe uma discussão entre a supervisão, orientação e professores sobre o tema, sendo trabalho de maneira a atender a realidade dos bairros** [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020, grifo nosso).*

Por esse viés, se nota que há uma atenção dada a SMDE ao trabalhar os temas derivados da educação patrimonial respeitando as características e interesses inerentes à comunidade em que a unidade de ensino atende, porque executam atividades que façam sentidos a clientela. Dito isso, no decorrer do diálogo a gerente destaca que os familiares

dos alunos e os professores compreenderam a importância destas atividades, “[...] *entendem que esse legado culturalmente construído precisa ser disseminado às crianças desde a Educação Infantil até os estudantes do Ensino Médio, com vistas a uma melhor preservação dos bens culturais*” (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).

Em relação aos docentes, a Sra. Lucilene destaca:

*[...] vimos que todo trabalho desenvolvido, quer seja como ação educativa planejada cotidianamente, ou pelos docentes que atuam no Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial, os saberes veiculados são importantes para manter viva nossa memórias e preservá-la a fim de que as gerações futuras conheçam, se apropriem e preservem esse legado cultural construído de geração a geração. Além disso, o professor é chamado para construir a temática junto com a gente. Quem é da educação sabe o esforço que é ter tal dinâmica, mas estamos obtendo sucesso, escutando, percebendo as limitações das escolas e onde elas podem nos ajudar* (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020, grifo nosso).

Os projetos desenvolvidos pela SMDE despertam o reconhecimento patrimonial na comunidade e na escola. E, tendo isso em vista, se busca entender se há resultados nítidos do trabalho até então desenvolvidos. A Gerente percebe que existe uma confiança no propósito do projeto por parte dos professores e diretores das escolas, pois as ações e os projetos são discutidos com profissionais das unidades escolares, ao respeitar as limitações e potencialidades de cada realidade escolar, tornando um dos pontos cruciais para o sucesso da proposta do Programa.

A Sra. Lucilene destacou que é possível perceber uma nova postura, envolvimento, debate, trocas de informações e ideias, dos envolvidos nos projetos. E esse processo faz-se com a participação e capacitação de todos, desde os porteiros e serventes da escola (FIGURA 79) até a família dos alunos - vale destacar (seta amarela) a presença do material gráfico do selo de olho no Patrimônio. Na verdade, essa mudança de:

*[...] postura é perceptível graças a continuidade anual dos projetos e das avaliações semestrais realizados pelos professores envolvidos e de todos os profissionais que atuam na escola, avaliando os objetivos dos projetos, a maneira do desenvolvimento das ações e os resultados que conseguiram atingir* (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).





**Figura 79:** Educação patrimonial realizada com os serventes das escolas municipais de Diamantina-MG.  
**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2019.

Perguntamos a Sra. Lucilene Lourenço, se as escolas atendidas pelo Programa são localizadas próximas aos bens tombados, ou são realizadas atividades dessa natureza em todas as escolas (tanto na região central como nos bairro periféricos)? E, a Gerente pedagógica destacou que:

*[...] no que se refere as ações realizadas junto à comunidade escolar, no decorrer dos anos de 2017 a 2020, atendemos todas as escolas da sede (dos bairros e centro) e lembrando que ainda atendemos quatro escolas estaduais. Não existe uma exclusão ou seleção de unidades escolares, trabalhamos com todas (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

A título de exemplo a Gerente pedagógica pontua a ação do Projeto intitulado: *Resgate da Cultura Carnavalesca* que foi desenvolvida, nos anos de 2019 e 2020, pelos professores e equipe de especialistas das unidades escolares municipais, resultando em uma ampla adesão dos alunos e comunidade. Segundo ela:

*Houve um trabalho em âmbito municipal quanto à preservação dos grupos carnavalescos que retratam a cultura diamantinense. Todos se envolveram, a gestão municipal foi fundamental para esse resgate, por evidenciar os grupos tradicionais do carnaval de Diamantina, valorizando os foliões e grupos que foram silenciados durante anos pelo poder público. Todo esse trabalho ganhou voz e se transformou em ação dentro das unidades escolares, da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental foram realizados trabalhos nesse sentido. Houve estudo sobre o carnaval de Diamantina, fizemos palestras nas escolas com alguns carnavalescos e **convidamos os pais e toda a comunidade para sairmos as ruas para festejar essa data** (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020, grifo nosso).*

Tal projeto foi construído através da participação de muitas famílias diamantinenses que colaboraram com a compreensão da identidade carnavalesca da

cidade que, aliás, é formada por: blocos, marchinhas, alegorias, festas em clubes, nas ruas, com fantasias, escolas de samba e brincadeiras. No Quadro 21, a seguir, descrevemos sucintamente como foi pensando esse projeto.

**Quadro 21:** Memórias do Carnaval de Diamantina.

TÍTULO DA AÇÃO	EMENTA	PÚBLICO-ALVO	AValiação
“Memórias do Carnaval de Diamantina”.	Realizaram-se ações educativas pautadas no resgate das tradições carnavalescas, das marchinhas, charangas, blocos e brincadeiras, permeados de valores histórico cultural contribuindo para o fortalecimento e preservação do Patrimônio Histórico Imaterial.	Escola Municipal Jalira Lucchesi de Miranda; Escola Municipal Belita Tameirão; Escola Municipal Casa da Criança Maria Antônia; Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Rio Grande; CMEI Bela Vista; Escola Municipal de Educação Infantil Célio Hugo Alves Pereira.	A proposta de resgate da memória do carnaval de Diamantina foi efetivada, a partir de oficinas e palestras de carnavalescos nas escolas.

**Fonte:** Arquivos da SECTUR e da SMDE – Prefeitura de Diamantina, 2018.

A culminância do Projeto, destacado pelo Quadro 21, se deu pelas ruas da cidade, como se observa, na Figura 80, onde obteve a participação de diversos alunos, professores e familiares advindos de centros de ensino de diferentes bairros da cidade, contando com a participação de blocos carnavalescos tradicionais de Diamantina.



**Figura 80:** Grito de Carnaval pelos alunos, professores e comunidade de Diamantina-MG.

**Fonte:** Arquivo da SECTUR - Prefeitura de Diamantina, 2019.

Houve ainda uma visita técnica à exposição *Ala das Faces*, localizado no Teatro Santa Izabel. Nesse projeto foi possível realizar entrevistas de familiares que participaram das escolas de samba de Diamantina, além de contarem histórias, de modo que se analisa fotos em diferentes contextos do carnaval, assim, se ouve marchinhas e, ainda, “[...] *promoveu-se baile carnavalesco nas dependências das escolas com a participação de músicos e bandas, criaram e apresentaram peça teatral, paródias e marchinhas*” (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020). No mês de março do ano de 2020, antes da paralização das aulas devido as medidas de isolamento social e prevenção a disseminação da Covid-19, a Equipe de Professores do Programa Municipal de Educação Patrimonial realizou uma importante ação com os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II, da Escola Estadual Maria Augusta Caldeira Brant, trabalhando com o tema *Cidadania e Patrimônio Aniversário de Diamantina - 307 anos de História e 182 Anos de Emancipação*.

A importância dessa atividade dá-se pelo fato de que os alunos da escola muitas vezes não se sentiam pertencentes à Diamantina, por estarem situados em uma localidade distante do centro histórico, especificamente, no Bairro Bela Vista. Sendo assim, se desenvolveram atividades escolares por meio de dinâmicas, com o uso de imagens, vídeos e aula expositiva-dialogada tendo por objetivo despertar a reflexão dos estudantes no que se referem as atitudes favoráveis em relação ao Patrimônio Cultural Material e Imaterial, preparando-os para o exercício da cidadania de forma consciente, crítica e participativa.

Outro aspecto importante que emergiu na entrevista, foi o papel dos parceiros do Programa em questão pois, em todo o momento, esses foram mencionados nas entrevistas. Em uma passagem da entrevista a Gerente Pedagógica pontua que:

*[...] utilizamos do apoio de outros espaços para a educação patrimonial, como a dos museus, praças, prédios tombados e com parcerias com empresas, outras instituições, como o IPHAN, Museu do Diamante, a UFVJM, e outros parceiros que são essenciais pois, possui estrutura e pessoal para atender. E ainda temos que destacar as parcerias da secretaria de ensino com os guias locais, que nos ajuda a sensibilizar o turista sobre a importância de preservar o patrimônio; com os gestores culturais, secretaria de cultura e patrimônio e com o conselho de cultura (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020, grifo nosso).*

Além disso, conforme destaca a Gerente Pedagógica, foi ofertado, em 2019 e início de 2020, um curso de formação pedagógica aos professores do município que

abordou as **possibilidades educativas em museus, mecanismos de interpretação histórica, construção da memória para elaboração das narrativas e incorporação da diversidade cultural nas práticas pedagógicas**. Percebe-se que a atuação da SMDE é, também, a de promover uma educação patrimonial que:

*[...] desperte o interesse do aluno, que promova o desejo do professor realizar novas práticas educacionais e de dedicarmos ações que venha explorar a vasta riqueza cultural da cidade de Diamantina. Para isso a ludicidade e as metodologias inovadoras devem ser trabalhados pelos nossos professores (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

Neste sentido, perguntamos à Gerente Pedagógica sobre a seguinte questão: “diante do que vocês vem realizando em Diamantina, como secretaria fundamental para a educação patrimonial, quais alternativas são pensados para tornar o patrimônio mais próximo do povo local, como forma da população sentir verdadeiramente parte destes bens?”. Nesse ensejo ela abordou que:

*Estamos em conversa diária com a SECTUR, então, primeira coisa é a harmonia entre as secretarias e com os parceiros que já falamos. O que estamos reorganizando é a intensificação de programa de capacitação para os professores e servidores da educação. No caso, é ter essa capacitação para todos que atuam na educação, não apenas aos professores selecionados para atuarem, e fortalecer as parcerias com a SRE. Outra alternativa é a criação de um caderno ou de atividades complementares que tenha como ponto central a construção do patrimônio a partir do olhar do aluno e da família. Ainda a criação de eventos que atendam esse tema e que os pais participem. Incluir diversos trabalhos de visita nos bens tombados, com aulas nesses locais. Além disso, ir construindo, com a família, a noção de responsabilidade de cultura para o aluno [...] (sic) (Lucilene Lourenço - Gerente Pedagógica, 2020).*

Conforme, apontado pela senhora Lucilene Lourenço, o que está a ser pensando pela SMDE para tornar o patrimônio mais próximo dos *insiders* se baseia: *i)* no fortalecimento e organização de capacitações dos professores, e demais profissionais da educação, sobre o tema patrimônio cultural local; *ii)* proximidade dos trabalhos de educação patrimonial com a SRE; *iii)* criação de materiais pedagógicos que abordam a temática em evidência, como material produzido pela própria secretaria; *iv)* incentivar as famílias na participação dos trabalhos abordados pela educação patrimonial, sensibilizando a comunidade; *v)* intensificar as visitas nos bens tombados, inclusive com a promoção de aulas nesses locais, fortalecendo a ideia dos usos dos patrimônios como elementos pedagógico-culturais.

Como mencionado no início deste segmento da pesquisa, **entrevistamos o chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Diamantina, o Sr. Junno Marins da Matta**, dito isso, apresentamos, a seguir, as considerações apontadas por ele, fruto da entrevista concedida. O Sr. Junno coloca-se, a todo momento, a disposição para nos atender, reservando tempo para as nossas conversas e entrevista. Em um fragmento do nosso diálogo, o Sr. Junno destacou que, para ele, o patrimônio de Diamantina, significa:

*[...] os bens materiais que compõe seu conjunto arquitetônico e urbanístico, testemunho de nossa herança cultural do Ciclo do Ouro em Minas Gerais no século XVIII. Esse patrimônio naturalmente se funde com a comunidade que a preenche de significado com a sua preservação e uso cotidianos, demonstrando a necessidade de preservação desse bem através do uso pelos cidadãos junto à fruição dos visitantes. Mostra a história do país, mas, especialmente a história do povo de Diamantina (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2019, grifo nosso).*

Percebe-se que para o Sr. Junno, o significado do patrimônio constrói-se a partir da representação da sua estrutura material/paisagístico e nos significados imateriais que esse imprime ao homem, destacando, inclusive, que o patrimônio de Diamantina se compõe pela herança cultural advinda do seu conjunto histórico arquitetônico, urbanístico e que esse se (con)funde com a própria história da comunidade; onde os *insiders* o preserva e o utiliza rotineiramente, junto com os *outsiders*.

Ao procurar compreender melhor a atuação do IPHAN, na cidade, se pergunta: “qual o significado e critério para os tombamentos e a preservação do patrimônio na cidade (histórico-geográfico e ou outros)? Você acha que tal ato é genuíno e legítimo?”. Segundo o Sr. Junno (2019) “[...] o processo de tombamento é genuíno e legítimo pois, atende o Decreto Lei 25/37. A referida lei, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (sic) e, em outro fragmento dos nossos diálogos, este destaca que, nesse processo:

*[...] o órgão de preservação identifica o interesse na preservação do Sítio Histórico devido as suas características autênticas herdadas do século XVIII, respeitando a autenticidade, mas também deixando claro ao povo a importância desse tombamento, buscando o aceite da população (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2019).*

No percurso dos nossos diálogos, outra pergunta foi direcionada ao Sr. Junno, sendo: “o patrimônio como está posto representa um legado genuinamente do povo local?”. Logo, ele respondeu:

*Ele representa um legado principalmente da população diamantinense e região o que vem herdando ou comprando esses imóveis e preservando essas edificações que são o testemunho das sociedades pretéritas, da mesma forma que as administrações públicas preservam os prédios públicos e espaços urbanos. Cabe ressaltar que a denominação ‘povo local’ é reativada pelas naturais migrações, mas que de fato diversas e significativas gerações permanecem representando esses moradores [...] (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2019).*

Desse modo, é interessante destacar na fala do Sr. Junno, quando diz, que os moradores diamantinenses tem “tomado posse” ou herdando imóveis na região, a fim de preservar o patrimônio e fazer viva a história de um ente querido. Percebe-se ainda que, para ele, o “povo local” é resultado do encontro de muitos povos/sujeitos que foram - advindo pelos processos de atração ou expulsão do seu lugar de origem - estabelecendo em Diamantina, fazendo parte de processos vinculados aos ciclos econômicos brasileiros, tal como da extração de minérios (ouro e diamante), sendo importantes na construção de uma cultura única/singular; cultura essa que se consegue manter viva através das tradições, saberes e das edificações.

Conforme afirma o Chefe do Escritório do IPHAN, em Diamantina, em relação ao uso do patrimônio pelos moradores, percebe-se que:

*[...] em 90% dos casos o uso são para uso natural como residência, comércio e serviços que se configura como um uso sustentável e de preservação dessas estruturas. Contudo, existem algumas demandas de alterações para uso comercial, mas que não são significativas, considerando o número total de 1.350 imóveis na área tombada (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2019, grifo nosso).*

Nesse caso, para o Sr. Junno, os *insiders* utilizam os patrimônios de maneira sustentável e pouco predatória, a partir de atividades diárias que estão relacionadas as demandas: comercial, de prestação de serviços ou, ainda, utilizando-as como residência, inclusive, sinaliza que o IPHAN não recebe muitas solicitações de alterações de função dos imóveis.

Aproveitando a resposta do uso dos bens patrimoniais, relacionamos uma outra questão, sendo esta: “então, nesse caso, o senhor acha que para o diamantinense o uso do patrimônio é algo natural ou percebe que tem, nesse processo, uma intenção relacionada ao valor cultural?”. Para o Sr. Junno (2019), o uso é fruto do cotidiano, sendo que as:

*[...] características históricas não alteram o modo de vida dos diamantinenses, tendo em vista que são elementos naturais da vida de quem sempre viveu nesse ambiente”. Já em relação aos migrantes que adquirem os imóveis na região,*

observa-se que “[...] *já se percebe uma apropriação dessas características como um valor a qual escolhem (no ato da aquisição desses bens) usufruir, para estes vejo que têm a intenção cultural mais evidente, mais deslumbrante (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2019).*

Sobre o desejo do povo local, em alterar ou preservar os bens patrimoniais, ao questionar ao Sr. Junno: “você percebe que existe uma sobreposição entre o valor histórico-geográfico do patrimônio ao querer do povo diamantinense?”. Obtendo-se a seguinte devolutiva:

*Não é uma pergunta que pode ser respondida de modo genérico pois, olha o que vejo, o povo diamantinense é subdivido em diversos grupos e interseção destes (via econômico, social, político etc.) onde se misturam os interesses, tanto na preservação, como modo de vida, como modelo de negócio, assim como desejos de implantação de formatos que se opõe ao que se deve proteger. Porém, o que percebo nas caminhadas do trabalho é que em todos os aspectos existe um desejo da permanência da história, cada um querendo e pensando em sua vida, mas valorizam a história (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2019).*

Percebe-se que existem diferentes desejos dos diamantinenses sobre a apropriação do patrimônio. Para o Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, a maioria da população deseja a preservação da arquitetura paisagística e uma outra requer a autorização de mudanças na estrutura e fachadas de imóveis, reestruturação de vias (ruas) de acesso, asfaltamento, dentre outros. Mas, em ambos os casos, o respeito e o reconhecimento da história local e regional é entendido, porém, com interesses e modo de concebê-las diferentes.

Sabe-se que para promover a preservação de um patrimônio histórico é necessário a aplicação de medidas e, até mesmo, uma série de restrições de intervenções sobre as paisagens do lugar, o que, por vezes, incomoda, de alguma maneira, os *insiders*, como é notório na resposta obtida, anteriormente e também evidente no decorrer da tese. Tendo isso em vista, foi perguntado ao Chefe do Escritório do IPHAN se eles: “promovem essas imposições através de valores sociais ou são puramente técnicos”. E, o parecer do Sr. Junno foi:

*Os valores da proteção legal da Sítio Histórico foram extraídos do seu próprio processo de tombamento, onde foram elencados os significados (para o IPHAN) deste Monumento, no conceito da época. De modo técnico a proteção dos seus valores e atributos são substanciados na forma de pareceres técnicos, portarias e instruções normativas. E hoje buscando atender os valores locais, uma realidade que é ouvir o povo [...] (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2020).*

O processo de tombamento, registro, inventário (como de restauração), muitas vezes, são implicados em ações baseadas no entendimento excessivamente técnico e, por vezes, negligência o desejo da população local que nem sempre tem espaço para participação (ou interesse) nas tomadas de decisões. Isso posto, perguntou ao Sr. Junno (2020): “se a população diamantinense compreende este tipo de processo”. E ele destacou que:

*[...] de modo geral, a partir da experiência do escritório técnico, ou seja, das pessoas físicas e jurídicas que procuram esta unidade, podemos afirmar que o processo, conceitualmente falando, é compreendido após nossos esclarecimentos, depois de exposto, de diálogos, eles entendem e, às vezes, até nos ajudam (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2020).*

Desse modo, se observa que existe uma busca do Escritório Técnico em esclarecer as ações do IPHAN para os *insiders*. Este trecho causa redundância no anterior. Apesar disso, conforme se pode perceber no fragmento do diálogo que segue, nem sempre esses esclarecimentos são suficientes para que a população esteja de acordo com as normas exigidas nos processos atendidos pelo Instituto que, por vezes, pode ir contra a vontade de uma parcela do povo. Pois:

*Quanto a compreensão que as normas têm sua base técnica, mesmo que eventualmente não atendam seus interesses, uma parcela da população fica incomodada. Isso acontece em qualquer órgão público que determina qualquer tipo de limitação ao cidadão, especialmente em nosso caso que atingem não o direito à propriedade, mas às limitações de seu uso. Este tipo de situação vemos de modo similar nas prefeituras quando o zoneamento do cidadão não atende seu possível desejo de edificar mais pavimentos ou área maior que o permitido pelas Leis municipais de Uso e Ocupação do Solo [...] (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2020).*

O exemplo dado pelo Sr. Junno é extremamente valioso ao se falar sobre normas técnicas de preservação de patrimônio pois, algumas pessoas (cidadãos) tendem a não compreender, ou a vir desrespeitar as leis municipais de uso e ocupação do solo, e acabam infringindo regras para realizarem suas vontades, interesses, ou, conseqüentemente, pode descaracterizar imóveis e o um conjunto urbanístico.

Desta forma, se tem como adequada a fala de Gonçalves (2002), sobre a relação do entendimento do povo em relação ao patrimônio, dado que:

*[...] os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de ‘patrimônio’, uma metáfora que sugere unidade no espaço e continuidade no*



tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. **Na medida em que torno público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada, altero as fronteiras ente um e outro domínio, altero minha posição em relação a interlocutores situados no espaço público, podendo aparecer conflitos, diferentes interesses, causando diferentes sensações, de alegria, de fúria, de respeito ou de afrontamento a história** (GONÇALVES, 2002, pp. 121-122, grifo nosso).

Por isso, se deve buscar, cada vez mais, integrar a população sobre a importância dos patrimônios, os limites institucionais que existem e que são de responsabilidade/competência das instituições governamentais. Esse entendimento é mediado por ações que possibilitam à comunidade entender como funciona e são gerenciados os serviços das instituições que tratam com a questão patrimonial.

Nesse contexto, enfatiza uma ação realizada pela SECTUR, em parceria com a SMDE, CMPPCPC e pelo IPHAN (FIGURA 81), sendo uma *live*, que ocorreu no dia 18 de novembro de 2020, com título *A Educação Patrimonial em Diamantina – MG*, onde se aborda a apropriação do patrimônio local a partir das competências do Currículo Referência de Minas Gerais, diante as habilidades e competências descritas na Base Nacional Comum Curricular, além de demonstrarem a importância da população conhecerem e envolverem nos trabalhos que estas instituições vêm realizando. Na oportunidade, foi descrito o papel de cada instituição e as suas funções administrativas.



**Figura 81:** Banner da “Live” Educação Patrimonial (Diamantina - MG).

**Fonte:** Arquivo da SMDE - Diamantina 2020.

Essas ações voltadas a educação patrimonial estão sendo compreendidas pelo IPHAN como relevantes para que a população compreenda o serviço do Instituto, nos últimos 08 (oito) anos, essas ações vêm-se intensificando devido às parcerias realizadas, especialmente, com a Secretária de Educação e da SECTUR. Essas ações são essenciais para despertar no diamantinense o desejável sentimento de pertencimento ao lugar, bem como imprimir na comunidade e na cidade a responsabilidade da preservação do seu patrimônio.

Neste contexto, Gadamer (2004), destacar que:

Ora, se estamos falando da importância do patrimônio na formação das pessoas, na comunicação e estímulo à ação, e se falamos nas ideias e valores que associados aos modos de vida lhes atribuem significados, estamos nos referindo a um processo permanente de mudanças, de redefinições, de reconstruções e novas apropriações, as quais deve ser motivadas de todas as maneiras e constantemente, onde a população conheça as funções de cada setor, que consiga promover pontes e diálogos [...] (GADAMER, 2004, p.184).

Em seguida, ao perguntar ao Sr. Junno se a população participa das decisões ou assembleias feitas pelo IPHAN, onde se obteve a seguinte resposta: “*Em Diamantina não tivemos necessidade de abrir possíveis questões para eventuais situações dessa natureza, pois participamos de outros eventos, com outros parceiros, que possui essa natureza [...]*” (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2020). O que nos leva a refletir que o próprio IPHAN deve repensar tal questão para promover, por exemplo, assembleias, ou um evento organizado pelo Escritório Técnico que apresenta à população a abertura de diálogo, espaços de comunicação, GT's que traz à tona os anseios, desejos do povo, os limites legais e técnicos que são inerentes à atividade do Instituto na cidade.

Em seguida, perguntamos se: “foi realizado, ou existe, algum projeto que valorize o desejo do povo diamantinenses. Se existe alguma produto/atividade que tenham conquistado e que teve o clamor da população”. O chefe do escritório destacou que recebe pedidos da população, que todas as solicitações são analisadas e verificadas respeitando o amparo legal, a viabilidade, autenticidade, legitimidade do processo, e a equipe técnica trabalha para atender os desejos da comunidade, mas, respeitando o que é preconizado na Lei. Este destaca que uma conquista muito comemorada pelo povo “[...] foi o registro como patrimônio imaterial, em nível federal, do Toque dos Sinos (das Igrejas da cidade) que abrange outras cidades como Ouro Preto, Mariana e Tiradentes.

*Onde tivemos uma participação técnica significativa nesse reconhecimento” (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2020).*

Ainda, busquei reforçar a questão: “quais ações seriam desenvolvidas com finalidade do povo diamantinense sentir-se mais próximo e pertencente ao patrimônio”. O Sr. Junno Marins da Matta (2020) apontou que são:

*[...] realizadas ações de educação patrimonial em todo o ensino básico e superior, tendo em vista que as universidades que estão localizadas próximas a centros históricos, através de ações municipais, estaduais e da União, exerce um papel fundamental na cidade (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2020)*

Sobre a tomada de decisões frente à possibilidade de ações de alteração de um patrimônio perguntou-se: “quando se fala em patrimônio, o IPHAN percebe que existe um meio termo ou a decisão é unicamente: Mantê-lo, alterá-lo ou destruí-lo?”. E, conforme, o Sr. Junno Marins da Matta (2020) destaca:

*As possíveis intervenções de alteração ou adaptações às situações contemporâneas dos bens são aprovadas quando não afetam negativamente os atributos dos valores que são protegidos legalmente, ou seja, a história, autenticidade. Todo o processo é legal e a população deve acompanhar os trâmites existentes [...] (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2020).*

Ao dar continuidade, solicitamos do Sr. Junno para apontar “quais alternativas o IPHAN pode ofertar a comunidade sobre a seguinte questão: preservar a história (patrimônio) e a mesmo tempo construir a sua (desconstrução e ressignificação de paisagens)?” E obtivemos a seguinte parecer:

*Temos um entendimento primário que a história está em constante mudança. O fato do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina representar um testemunho físico de outras gerações, e não de uma sociedade específica. A cidade recebe essas contribuições diariamente, mas em um ritmo próprio. A preservação geral do patrimônio edificado não é uma prisão para suas decisões ou modos de vida, assim sua história se constrói. A resposta disso é o crescimento da cidade que se desenvolveu a partir desse núcleo histórico, ora os limites urbanos de Diamantina. Então todo o processo deve ser verificado, não existe radicalismo, preservar e pensar no futuro é necessário, então o diálogo e a compreensão técnica é a melhor alternativa [...] (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2020).*

Compreende-se, a partir da fala do Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, que o tombamento do patrimônio exige algumas restrições, especialmente, para preservar a história, ali, contida, contudo, existe o crescimento da cidade, que se deu a partir do

núcleo histórico, que não compromete o conjunto arquitetônico. Talvez, falte, esclarecimentos, informações, ou *marketing* para uma maior compreensão dos *insiders* que a condição de preservação do patrimônio não é impedimento para a promoção de novas paisagens, novos territórios e tal reflexão, aqui posta, deve partir do diálogo do próprio IPHAN junto à comunidade, e uma forma de realizar essa interlocução será intensificada com a participação do Instituto em atividades de educação patrimonial, ao promover assembleias populares, dentre outros (NORA, 1992).

E, por fim, perguntamos ao Sr. Junno a seguinte questão: “diante do que vocês vem realizando no escritório técnico, quais alternativas são pensados para tornar o patrimônio mais próximo do povo local, como forma da população sentir verdadeiramente parte destes bens?”. Nessa baila, ele destacou:

*Muitos moradores não entendem o nosso serviço, as nossas atribuições, que muitas das vezes parece punitivo, mas não é. As ações que estamos a realizar tem como objetivo demonstrar ao povo a importância do nosso serviço e o porquê fazemos. Então, queremos estar mais próximo ao diamantinense, apresentando o que fazemos. Queremos fortalecer as nossas atividades juntos a Secretaria de Cultura, Secretaria de Educação, das capacitações e nos eventos. Além disso, queremos proporcionar, junto com os parceiros, atividades culturais no escritório [Casa Chica da Silva] e nos patrimônios para que eles entendam a importância da preservação dos bens patrimoniais material e imaterial [...] (sic) (Junno Marins da Matta - Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, 2020).*

Desse modo, se percebe que Diamantina, afortunadamente, realiza diversas iniciativas para promover, junto aos *insiders*, a valorização dos patrimônios culturais (i)materiais dispostos na cidade, realizando ações, por meio de parcerias entre instituições públicas que, aliás, destacamos no decorrer deste segmento do trabalho, os quais promovem, constantemente, eventos, palestras, cursos de capacitação e formação, chamadas de participação pública, dentre outros, onde se destaca, principalmente, a atuação da Secretária Municipal de Cultura Turismo e Patrimônio, ao ser o principal ator articular das políticas culturais na cidade. Além disso, são notórias e louvável a ênfase dada as atividades de educação patrimonial destinado aos alunos da rede básica de ensino inseridas no município e seus familiares; bem como atividades que buscam envolver a comunidade de maneira geral (MENESES, 2012).

Diante disso, as atividades tornam-se estratégicas, no campo das políticas culturais, uma vez que, acreditamos que os patrimônios, quando compreendidos pelos moradores como instrumentos políticos, culturais e pedagógicos, constituídos de maneira

genuína e legítima, conseguem promover a capacidade dos *insiders* em associar o passado com o agora, em especial, ao interesse dos nativos em manter viva a lembrança de outrora, fugindo da ideia de saudosismo ou valorização do pretérito em detrimento do presente, mas sendo uma forma de entender e sentir a identidade do lugar mediante a valorização dos seus bens no cotidiano, inclusive tornando os patrimônios mais significativos e funcionais a si e aos turistas (THOMPSON, 2005).

Compreender a relação do poder público diamantinense com o patrimônio que o cerca foi um ponto relevante para a realização deste trabalho, pois compreendemos os avanços e desafios da promoção do patrimônio cultural junto aos seus moradores. Ao ter essas ocorrências em vista, este trabalho assenta-se nas análises das narrativas dos nossos interlocutores, à medida que buscava entender como eles percebem a atuação das suas pastas, ao verificar que as ações gerenciadas por cada ator aqui entrevistado, buscou propiciar à comunidade a compreensão do conjunto patrimonial tombado como produto cultural que tem seu uso sempre incentivado e valorizado pelos seus usuários locais e visitantes (TOLENTINO, 2013).

Percebe-se, ainda, que **as ações desenvolvidas, principalmente, a partir dos projetos, atividades que contemplam o Programa de Educação Patrimonial do município são propositivas e capazes de emergir, ou fortalecer o sentimento de pertencimento do sujeito com o lugar**, uma vez que, é nítido a qualidade do trabalho executado, porque se busca despertar nos cidadãos a importância dos patrimônios que por meio histórico, e geográfico fazem parte do próprio legado cultural de cada *insiders* (ARROYO, 2005).

Além disso, é importante ressaltar o esforço que o município realiza em relação ao trabalhar a noção de patrimônio imaterial para com os alunos e a comunidade, resgatando histórias, grupos culturais, modos de fazer local; ao buscar apresentar a noção de patrimônio, como **resultado de um conjunto totalizante da identidade do homem por meio de frações**. Sendo assim, as frações constitui em si o corpo (material) e a alma (imaterial) advindo dos fazeres do Homem na terra (NORA, 1992). Inclusive, vale dar notoriedade algumas ações desenvolvidas, como: projeto *Viva Santos Reis*, a oficina: *O modo de fazer o Bolo de Arroz*, chamamentos públicos para participação de eventos culturais que valorizam a tradição diamantinense como as Pastorinhas, os fazedores e

tocadores de violas, utilizando os espaços tombados pelo IPHAN e UNESCO como locais das ações.

Torna-se relevante destacarmos que tanto para o representante do CMPPCPC, como da SMDE e do IPHAN o uso dos patrimônios revelam-se como sendo comuns aos *insiders*, ao fazer parte de usos ligados à própria vida destes sujeitos como, por exemplo, utilizando-os, porque alguns patrimônios são de natureza residencial, recebendo amigos, familiares e outros em seu lares; outra forma é utilizando os prédios que são tombados e que ofertam prestação de serviços, e comércios, em geral; como as igrejas que são locais corriqueiros e sagrados para os moradores; além dos espaços públicos, como praças, ruas, becos e vielas que são utilizados como trajetos, concomitantemente, caminhos de percursos diários (BENJAMIN, 1985).

Para a representante da SECTUR, a relação de uso do patrimônio pelos *insiders* processa-se de maneira inconsciente e isso se deve aos bens estarem atrelados aos fazeres do cotidiano e muitos já estão habituados com os elementos representativos da história local. E, por isso, as instituições citadas neste segmento da tese devem promover, por meio de diversas atividades, medidas para tornar evidente a importância destes bens socioculturais. E, tal processo dá-se, prioritariamente, pela Educação Patrimonial, ao buscar, por um lado, fortalecer o sentido de *filia* dos moradores para com o arsenal cultural que ali é disposto e, por outro lado, expor a compreensão que o patrimônio pode e é utilizado de forma natural/diária/comum, porém não se deve ser uma vivência realizada de maneira banal ou esvaziada de uma consciência da sua importância para a identidade local (TUAN, 1980).

Torna-se notório que, para os entrevistados, as medidas advindas da Educação Patrimonial destaca-se como relevantes para despertar histórias e memórias dos moradores, ao provocar a sensibilização destes diante das relações estabelecidas com o Outro, com as relações construídas do Eu com o Lugar e as representações que essa relação de Ser e Estar-no-Mundo provoca ao analisarmos as Paisagens. Desse modo, esse processo promove, revela o valor e o conhecimento da história, tanto a institucionalizada pelo poder público, como a pessoal e a coletiva. E, ainda, de maneira geral, os nossos interlocutores compreendem que a maioria dos moradores de Diamantina deseja que seu lugar seja preservado, o que reforça a necessidade da execução de ações de valorização

patrimonial, simultaneamente que essas sejam realizadas mais próximo do povo (LE GOFF, 1996).

A partir das entrevistas, compreendemos que o poder público busca, constantemente, harmonizar o desejo do Estado ao do Povo, esquivando, em certa medida, de promover um poder centralizador das decisões, ações que afetam a relação de uso e vivência dos patrimônios junto aos moradores, onde percebemos esforços, de diferentes intensidades, das instituições no que se retrata do saber, conhecer o patrimônio tombado pelos órgãos responsáveis, à medida que reconhece como patrimônio da humanidade (OLIVEN, 2009).

A compreensão torna-se necessária para que os *insiders* possam participar das discussões e dos destinos dos patrimônios de maneira mais incisiva, ao despertar atitudes críticas e ativas dos moradores para com os bens, mesmo percebendo que cada morador compreende a importância e o valor dos patrimônios de forma singular/pessoal, o que nos faz entender que cada um tem o seu próprio tempo e ritmo para se sentir à vontade para participar, ao exigir o seu lugar de fala, ao lhe caber honestidade, competência e sensibilidade do poder público em propiciar espaços de discussões que atendam todos os públicos, classes, e grupos sociais nas tomadas de decisões sobre os patrimônios (CARSALADE, 2014).

Desse modo, se entende que a percepção dos entrevistados, para que o patrimônio seja mais representativo na vida da comunidade ao tê-las como primordiais para a execução de ações que buscam despertar nos *insiders* o sentimento de pertencimento, a participação ativa na construção e manutenção da história de Diamantina. Assim, se torna relevante sinalizar que existem desafios a serem vencidos e um se destaca por ser comum a todos os nossos interlocutores: **é preciso de paralelismo nos trabalhos já executados, deve-se dar ouvindo, notoriedade, voz e vez aos moradores residentes nos bairros mais afastados do centro histórico colonial, e destacar o entendimento que o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, assim como as criações anônimas surgidas do fazer do povo, do fazer popular** (ZANIRATO, 2009).

Diante do exposto, apresentamos, a seguir, as considerações finais da Tese desenvolvida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

# (RE)UNINDO IDEIAS E FECHANDO QUESTÕES



**Figura 82:** Vista da Procissão no Largo da Sé - Ilustração de Percy Lau, 1944.  
**Fonte:** IPHAN, 2010.

Os patrimônios culturais servem como elementos estratégicos por meio dos quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e identidade política, buscando, para eles, um lugar público de poder, autenticidade e sobrevivência. Um espaço de resistência e de reconhecimento dos seus pares, seja pela similaridade ou pela diferença do uso, memórias e modos de ser no Lugar (GADAMER, 2004; GONÇALVES, 2002).



**Q**uando propus a promoção desta pesquisa, procurei por um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza e do seu comportamento geográfico (TUAN, 1982). Entendendo que a maneira que representamos o espaço, o homem e a história “[...] na teoria importa, visto que afeta a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo” (HARVEY, 1992, p. 190). E, a escolha nasceu pelas minhas inserções no espaço de vivência do povo diamantinense e pela indigência de inovações e distintas problematizações que são postas, no cotidiano. Sendo assim, à percepção e subjetividade de grupos culturais atrelados à Paisagem e ao Lugar, onde me levei a investigar fatos geográficos que exigem novas perspectivas de interpretação, especialmente, voltados aos desdobramentos da materialização, construção legal e legítima, da vivência e uso dos Patrimônios (HOLZER, 1992).

Sei que enveredar e desenvolver uma tese a partir da Geografia Humanista, no Brasil, é um risco, pois ainda é incipiente, em relação, por exemplo, à vertente cultural e entendo que a: “[...] Geografia Humanística não é um ‘(per)curso alternativo’ (...) ela tem outras buscas... outros sentidos... É como seguir um novo caminho... Outros olhares... Outros significados... Outras paragens... Outras travessias... É uma outra viagem intelectual sendo constantemente formada” (GRATÃO, 2002, p. 24).

Dessa forma, se entende que os retrabalhamentos e as preocupações epistemológicas, aqui aplicados e voltados à Geografia humanista, leva-nos a estrutura de um trabalho de cunho qualitativo que é sempre aberta, deixando-nos confortáveis para introduzir novas formas de se aplicar o método. Logo, se busca construir um corpo metodológico que não reduza a investigação acerca de um dado fenômeno à mera descrição, mas procuram alguns subsídios subjetivos capazes de rastrear as respostas para as nossas indagações/questões, pois para Sauer (2004, p. 61) “[...] a melhor geografia jamais deixou de levar em conta as qualidades estéticas da paisagem e do lugar para a qual não conhecemos outra abordagem a não ser a subjetiva e a interpretativa”.

Nesse sentido, quando pesquisamos sobre a constituição do patrimônio de Diamantina entendemos os motivos do reconhecimento de suas paisagens serem inseridos na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, pois essas representam com clareza e autenticidade o território dos garimpeiros de diamantes e a maneira peculiar da inserção, e representação da Coroa Portuguesa, no Brasil. Imediatamente, esses, por sua vez,

conseguiram adaptar modelos europeus ao contexto americano durante o século XVIII, com isso se materializa as tradições culturais. Igualmente, se deu o pioneirismo da urbanização, no Brasil, especialmente, ao evidenciar as diversas construções arquitetônicas erguidas, ao mostrar a riqueza do lugar e as formatações de diferentes unidades culturais aliados as belezas naturais ali existentes (UNESCO, 2013).

No momento, que investigamos o processo de reconhecimento dos patrimônios de Diamantina percebemos que os monumentos tombados pelo IPHAN e pela UNESCO, a saber: Igreja São Francisco de Assis; Igreja Nossa Senhora do Amparo; Catedral Metropolitana de Sé; Igreja do Senhor do Bonfim; Igreja de Nossa Senhora do Carmo; Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja Nossa Senhora das Mercês remetem à construções do século XVIII, ao ter influência do rococó e inspiração neoclássica.

Nestes ficam evidentes a riqueza de detalhes que as tornam únicas, tal como as ornamentações das igrejas, contando com as pinturas em ouro e extração de materiais da região para o artesanato e a construção civil, como: conchinhas e rochas da região das minas de salitre. Destaca-se também as ornamentações interna à pintura ilusionista dos forros das capelas-mor e da naves, molduras e brasões realçados em ouro, medalhões emoldurados por guirlandas de flores, pilastras unidas por arcos centrais, com um sistema construtivo que também destaca o uso da alvenaria de adobes recoberta por reboco e caiação branca.

Em vista disso, os monumentos recriam no nosso imaginário a mão de obra do homem e da mulher negra escravizada que as construíram sob ordens e poderes que emergiam das irmandades. Além disso, essas sendo as catalizadoras de unidades políticas locais, levando as igrejas a serem pontos constituintes da malha urbana que, aos poucos, se formava na região de maior extração de Diamantes na época do Brasil colônia.

Além disso, vale destacar que as igreja eram muito utilizadas pelos comerciantes da época e por trabalhadores das Minas, servindo de ponto de comercialização de produtos rurais, além de serem símbolos identitários fundamentais da Região, pois elas possibilitavam encontros entre diversos sujeitos (livres ou não), para as celebrações religiosas e festivas, além de encontros políticos.

Diante disso, os monumentos mencionados são amplamente utilizados pelos moradores locais, com fluxo constante de *outsiders*, porque são arrodoados por comércios e centros culturais. As celebrações e festividades religiosas, como: Semana Santa,

encontros das marujadas e caboclinhos projetam nas igrejas a construção de uma zona de convívio, que permeiam a fé, o fazer diário e o lazer/recreação/socialização.

Assim sendo, os espaços públicos (casas, praças e ruas tombadas) com destaque para as residências, a saber: Casa com Forro Pintado; Fórum Joaquim Felício dos Santos; Casa do Mercado; Museu do Diamante ou Casa do Padre Rolim; Casa do Muxarabi e a Casa da Chica da Silva são, em sua maioria, residências com dois pavimentos, muitas com estruturas em pau a pique, contendo cobertura guarnecida por beirais em cimalthas e cachorros, portas-sacadas, vidros trabalhados, sacadas isoladas e guarnecidas por guarda-corpos, coluna jônica, escadaria e corredores, salas e pátio interno, fachadas em alvenaria de tijolos, pisos em tábuas largas e forros em esteira ou madeira. Além de muitas casas possuíam área do pomar aos fundos e bica d'água, as varandas eram compostas por painéis treliçados e muxarabi, sendo as casas implantadas no alinhamento da rua.

Desta forma, além dos aspectos arquitetônicos, vale lembrar que tais residências são reconhecidos pelos *insiders* em uso cotidiano, ou por estarem em uma área próxima de uso comercial, em que o fluxo de pessoas é intenso, onde os moradores remetem as construções às diversa histórias, como do intendente de Diamantes e da emblemática escravizada Chica da Silva. Outros patrimônios já foram cadeia, câmara de vereadores e são, na atualidade, locais de vendas de produtos regionais e apresentações culturais, biblioteca pública, museu sacro, pontos comerciais diversos e Escritório Técnico Regional do IPHAN.

De certo, as obras modernistas como o Hotel Tijuco; a Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (atual UFVJM); a Escola Estadual Professora Júlia Kubistchek e o Diamantina Tênis Clube, se destacam devido à inserção do modernismo contrastando com a arquitetura do período colonial, com prédios exibindo linhas retas e curvas sinuosas, formas geométricas e uso do concreto armado, com destaque à iluminação, em relação aos espaços abertos com parte de suas fachadas de vidros e com a presença de paredes vazadas, o que possibilita a entrada de ar e iluminação; com marquises que, em sua maioria, cobrem apenas a entrada do imóvel, tornando as fachadas mais plásticas e os prédios sendo construídos com recuo da rua.

Dessa maneira, vale frisar, que o Hotel era utilizado pela população por meio das festividades, bailes e eventos comemorativos, enquanto o prédio da UFVJM proporciona a realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e a oferta de atendimento de

saúde pela Santa Casa de Caridade. Além disso, a Escola Estadual Professora Júlia Kubistchek representou, na época, um símbolo de uma nova era, dado que poucos cidadãos conseguiam estudar devido, dentre outros fatores, à dificuldade de encontrar vaga para se matricular nesse estabelecimento educacional; acrescente-se ainda que o Diamantina Tênis Clube era utilizado pela população em dias de bailes, comícios, eventos comemorativos da cidade e, atualmente, é voltado somente (e com a estrutura-física deteriorada/precária) para a prática de atividades físicas, e exercícios físicos.

Portanto, as Praças: Barão de Guaicuí e a do Monsenhor das Neves e as ruas Antônio Pádua Oliveira; Campos de Carvalho e da Quitanda são exemplos reais dos raios territoriais que deram a expansão ao núcleo administrativo do Tijuco, onde as ruas em ladeiras, em faixas de blocos longitudinais são símbolos do crescimento e ordenamento urbano. Além disso, ruas e praças fazem parte dos trajetos que interligam os bens aqui elucidados, ao ser espaços que colaboraram, significativamente, para a concretude urbana e sociocultural da cidade (IPHAN, 2008; UNESCO, 2003).

Para os moradores pesquisados, o uso dos patrimônios, seja os monumentos, ou espaços públicos, estão relacionados, especialmente, às atividades religiosas, seja nas participações de missas, batizados e/ou a partir das festividades. As Igrejas, em questão, estão próximas de lojas de acessórios, roupas, padarias, bancos, sacolões e é comum depararmos com os moradores realizando os seus afazeres diários, onde percebermos *insiders* adentrando nas igrejas portando sacolas de padarias, ou passando em frente aos templos no momento que realizam o trajeto para o trabalho, ou lazer.

Também tem-se a presença de jovens, especialmente, no período noturno, usando as escadarias frontal das Igrejas como local de encontro e é comum presenciarmos diálogo entre os moradores e *outsiders* que fazem compras em supermercados, sendo a maioria dos visitantes advindos das seguintes cidades: Itamarandiba, Alvorada de Minas, Carbonita, Santo Antônio do Itambé, Congonhas do Norte e Capelinha.

Desta maneira, ficou claro que os patrimônios misturam-se com os imóveis de uso misto, que conciliam o uso residencial acrescido de uma ou mais atividades de caráter institucional, como é o caso do Fórum e da delegacia. Com efeito, é notório que muitos moradores destacaram os usos dos patrimônios por estarem em locais próximos aos estabelecimentos que necessitam utilizar com frequência, como a Igreja que fica ao lado do Teatro Santa Izabel, próximo a agência do INSS e da Autoescola.

Já as ruas tombadas são utilizadas, pois em seus conjuntos encontramos consultórios odontológicos, lanchonetes, casa de eletrônicos, copiadoras, secretarias administrativas e são ruas que interligam pontos importantes da cidade, tal como ao mercado velho e ao museu do diamante. E, as praças são constantemente utilizadas nos finais das tardes pelas famílias ou quando saem das missas, ocorrendo, ainda, atividades culturais que são aproveitadas por alguns moradores para obter renda, por meio do turismo cultural, tal como nas apresentações da vespertina.

Diante disso, os espaços do Mercado Velho possibilitam trocas comerciais e apresentações da cultural local e regional e ainda é comum percebermos a realização de grandes eventos da cidade na Praça do Barão que compõe o mercado. Nesse sentido, tanto o Mercado, como a Praça Barão do Guaicuí são utilizados pelos moradores como locais de trocas comerciais, de encontros e lazer e, ainda, para conhecimento histórico.

As casas e prédios tombados são utilizados para as atividades direcionadas ao museu, ao promover ações educativa-culturais, tal como, a casa do Muxarabiê, o museu do diamante e a casa da Chica da Silva. Já as obras modernistas remetem à memória de JK. e seu contato com o arquiteto Niemeyer. O hotel era utilizado para os eventos, festas e hoje é um espaço de visitação em que os moradores utilizam para levar os amigos para conhecê-lo. A escola Estadual Júlia Kubistchek é utilizada por alunos, pais e/ou responsáveis e nela emergem lembranças de tempos vividos, porém o uso da escola fica limitado aos eventos escolares e de caráter público como aplicação de provas para concursos e afins. O Diamantina Tênis Clube, está localizado próximo à rodoviária, lojas de eletrodomésticos, pastelaria, pousadas, lojas de roupas, cabelereiros, óticas, ponto de mototáxi, dentre outros, como um local estratégico para lazer, destacando que o clube era um espaço de encontros, de aproximação dos moradores que o utilizava para a promoção da vida íntimo-amorosa ou para exercícios físicos, porém, hoje, os *insiders* afirmam que o clube é pouco frequentado e é negado por parte dos moradores, num sentido que remete às paisagens do medo ou até mesmo ao sentimento de topofobia (TUAN, 1980).

Vale destacar as funcionalidades dos patrimônios, que oscilam dependendo do momento do ano, em dias de festas e de comemorações são utilizados para o lazer e possibilidade de obtenção de renda. Além disso, é notório que no período matutino o uso dos patrimônios estão estreitamente ligados a questões vinculados ao cotidiano e a partir

do uso do próprio bem como patrimônio vivo e no período noturno evidencia-se o uso ligado às questões atreladas, especialmente, à gastronomia, trabalho e às festividades.

A maioria dos *insiders* pesquisados deixam claro que percebem o conjunto patrimonial tombado aliado à história à memória afetiva e política do Lugar, não sucumbindo ao interesse da lógica mercadológica diante à importância sociocultural dos bens, conseguindo elucidá-los como referências culturais material e imaterial. Logo o patrimônio representa a história do povo do que uma imposição do governo. Inclusive, entendendo-os como instrumentos identitários que constituem parte de suas vidas no cotidiano, ao trazer, à tona, o poder da paisagem (indiscutivelmente aliado ao lugar) como capazes de emergir “[...] histórias de um passado. E se quisermos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades - paisagens - representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento” (SANTOS, 1999, p. 86).

Em vista disso, vale destacar que uma parte dos moradores, especialmente os residentes da região marginal do centro histórico, avalia a importância do patrimônio como uma questão estreitamente ligado à forma de se fazer a política local, pois a maneira que estes *insiders* percebem os investimentos em infraestrutura urbanística e geração de trabalho para a área central (o tampão histórico tombado) marginaliza as demais regiões, porque existe o entendimento de que o patrimônio de Diamantina atende uma parcela da população, o que os leva a entender que o patrimônio não é um bem de todos e o seu valor está para atender e beneficiar alguns sujeitos, ao tornar um instrumento político de exclusão e marginalização, o que nos leva a reflexão que: “[...] qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente dos nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes e nas nossas angústias” (MEINIG, 2002, p. 35).

Desta maneira, as convergências entre o uso dos bens outorgados pelo IPHAN e UNESCO e a vivência do conjunto patrimonial pelos *insiders* foi possível percebermos nas pesquisas com os moradores e os Porta-Vozes que nem sempre o uso cultural e pedagógico dos bens são utilizados por todos os sujeitos. Além disso, a grande maioria utilizam os espaços e bens tombados porque estes são categorizados como um patrimônio vivo, logo fazem parte do cotidiano dos moradores ao praticarem suas tarefas diárias.

Em vista disso, alguns dos pesquisados nos chamou atenção no aspecto de não utilizarem tanto os bens tombados devido à ausência de tempo, o custo da entrada nos locais, do valor incompatível dos alimentos vendidos nos locais com a renda que os estabelecidos possuem e da dificuldade do meio de transporte - com efeito os *insiders* residentes nos bairros periféricos relatam a ausência ou infrequência dos transportes urbanos públicos.

Um outro ponto que devemos sinalizar como preocupante é a aversão dos moradores com os atendentes, ou donos de estabelecimentos comerciantes da região central da cidade, dado que muitos *insiders* destacam sentirem um tratamento inferiorizado quanto ao se comparado aos dos *outsiders*, levando-os, gradativamente, a promover uma aversão do lugar, logo um distanciamento e desinteresse do uso dos patrimônios.

Mediante ao exposto, nesse momento é adequado apontarmos que essa diferenciação de percepção dos moradores a respeito do uso dos Patrimônios tem clara relação com a identificação com grupos sociais definidos, os quais contextualizam suas atividades. Entretanto, não se trata de uma visão idealizada ou estereotipada de uma comunidade para com o patrimônio, vista como um grupo homogêneo e isolado, pois os lugares são constituídos por diferentes atores sociais. Acrescentando-se que a compreensão é estratégica pois, o lugar configura-se como uma escala espacial, na qual os seres humanos buscam a realização de suas metas e organizam seus comportamentos coletivos, logo se algo os afetam a não usar os espaços e os bens tombados - como no caso apontado - pode-se criar lugares diferenciados por combinação específica de variáveis de intervenções que não são legítimas, além de torná-lo a ideia de lugar para o não lugar (AUGÉ, 1994).

As ações que o poder público realiza para promover o patrimônio como elemento de representatividade sociocultural existem, mesmo que ainda pouco articuladas entre a SECTUR, o CMPPCPC e o IPHAN, uma vez que, é visível os trabalhos e as ações desenvolvidas, principalmente, a partir dos projetos e atividades que contemplam o recente *Programa de Educação Patrimonial* do município (existente desde o ano de 1995, mas somente a partir de 2017 ganhou estrutura, parcerias e apoio de pessoal) que, aliás são propositivas e capazes de emergir, ou fortalecer o sentimento de pertencimento do aluno, familiares, comunidade com o lugar e motivar o uso dos espaços e bens

tombados. Além disso, vale destacar as: palestras, seminários, oficinas, minicursos e editais lançados pelo poder público para promover a representação e uso dos patrimônios, porém tais ações possuem pouca aderência aos desejos do povo local.

Assim sendo, é relevante sinalizar que os moradores não percebem no poder público, aqui, personificado pelo prefeito e vereadores, como capaz de representar os interesses da população em consonância com as políticas públicas voltadas aos bens culturais. Com efeito, se nota o posicionamento dos *insiders* sobre: IPHAN, UNESCO e Conselho Municipal de Cultura, não apenas ao sentir incômodo com as imposições, ou restrições aplicadas pelos órgãos supracitados, pois desconhecem as atividades que esses realizam. Logo, é urgente e necessário que o poder público, junto aos *insiders*, venham promover alternativas quanto à legitimidade e quanto ao uso do conjunto patrimonial tombado.

Por isso esta questão da promoção das alternativas chamam a atenção dos moradores pesquisados, ainda que é urgente a sua inserção no que preconiza as discussões que tratam sobre os rumos dos patrimônios, pois a maioria afirmam não terem sido convidados a participarem de assembleias, cursos, eventos e palestras que definissem políticas culturais, inclusive sinalizando que desejam participar, efetivamente, desses encontros a fim de fazer valer o direito à participação popular.

Conseqüentemente, outro aspecto levantado pelos estabelecidos foi situa-se em relação aos bens tombados que são utilizados em prol da população e não apenas preservados e vinculados, excessivamente, aos interesses mercadológicos, devendo o poder público promover ações objetivas que atendam os moradores, tais como: a entrada gratuita em eventos culturais, ampla divulgação de eventos da cidade e a existência de um espaço gratuito para ocorrência da educação patrimonial.

Além disso, as ações que o poder público propõe como realizáveis para tornar o patrimônio mais legítimo possível baseiam-se em aprimorar as atividades desenvolvidas por meio do Programa de Educação Patrimonial, além de intensificar essas atividades com o corpo docente das escolas e dos CEMEI e promovendo diferentes ações nos bairros, associações e nas comunidades mais carentes socioeconomicamente. Para isso se deve realizar políticas públicas voltadas à cultura, como forma de conciliar os interesses da comunidade com das instituições ligadas à preservação e manutenção dos patrimônios. Acrescentando-se que estarão mais presentes em reuniões de bairros, de sindicatos,



associações de moradores, de feirantes, da arquidiocese, ao se colocar à disposição para receber e analisar as propostas dos *insiders*, especialmente, ao reconhecerem no conjunto tombado alternativas para a geração de renda.

O IPHAN, a SECTUR e o CMPPCPC destacam a necessidade de aprimorar publicações de editais que buscam fortalecer as atividades artístico-culturais e os patrimônios, apoiando, principalmente os teatros independentes, escolas de música, capoeira, artes, companhias e escolas de dança, casas de cultura, museus e bibliotecas comunitárias e diversos espaços culturais. Dessa maneira, é perceptivo o desejo do IPHAN, da SECTUR, do CMPPCPC, da SMDE em fortalecerem os diálogos, parcerias com a UFVJM, o IEPHA, o IBRAM/Museu, a Superintendência Regional de Ensino de Diamantina e o IFNMG para atuarem em projetos e programas de promoção cultural que atendam os anseios e interesses dos moradores.

Diante do exposto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a legitimidade do conjunto patrimonial histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina - MG, ao considerar o uso e a vivência pelos *insiders*, se efetuou de maneira coerente e adequada diante dos métodos aplicados e por meio da Geografia Humanística. Percebemos, que a maioria dos pesquisados destacam que reconhecem a importância histórico-geográfica do conjunto tombado, além do seu uso legal e sociocultural, onde destacaram que manteriam a estrutura dos bens tombados. Ainda foi possível detectar que existem tensões sobre a valorização dos patrimônios para quem é morador da região central e quem reside em áreas marginais da cidade. Destaca-se ainda que é preciso, em paralelo aos trabalhos já executados pelo poder público (como o *Programa de Educação Patrimonial*), dar notoriedade e vez aos moradores residentes nos bairros mais afastados do centro histórico colonial, ao destacar o entendimento que o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas e o seu querer, ao lhe dar sentido: legal e legítimo, e uso aos bens para todos (BERQUE, 2013b).

Dessa maneira, se pontua como relevante a fala de Lowenthal (1998), ao destacar que:

A preservação do patrimônio se acomoda ao uso que se faz dele mediante três operações fundamentais e interligadas: uma atualização (no sentido de se impor imagens e valores a personagens do passado); uma melhora (que destaca aquilo que mais se considera hoje) e uma exclusão (o que, ao contrário da anterior consiste em esquecer aquilo que hoje não é apreciado) (LOWENTHAL, 1998, p. 57).

Reforçamos que, especialmente, no Brasil, a Geografia Humanista é discutida por um grupo que, proporcionalmente, ainda é reduzido em relação às outras perspectivas de estudo geográfico. Porém, se entende que as paisagens e o lugar, a partir das percepções individuais, e coletivas de um conjunto composto por: sentimentos, valores, ideias e emoções, em meio a problematização do patrimônio, é um desafio e esperamos ter contribuído para ampliar os horizontes de trabalhos investigativos de novos geógrafos para colaborar no fomento de políticas públicas que deem valor ao desejo e a forma de compreender a cultura por quem a faz: o povo.

## REFERÊNCIAS



**Figura 83:** Crianças brincando na escadaria da Igreja de N. Sr. do Bonfim - Ilustração de Percy Lau, 1944.

**Fonte:** IPHAN, 2010.

Mais do que fundamentar uma pesquisa/tese, encontrar e selecionar autores torna-se uma tarefa árdua e, ao mesmo tempo, libertadora, dado que muitas pesquisas traduzem e esclarecem (mesmo nos confrontos para compreendê-los) as nossas angústias e inspiram a irmos além do que nos é posto a ver (BENTO, 2012, GIL, 2007).

ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. *In.*: **GEOSUL**. nº. 15, ano VIII. pp. 40-52, semestre de 1993.

ALVES, Erika de Paula. **Por uma caracterização do turismo em Diamantina: estratégias possíveis de interpretação do patrimônio**. 189 f. Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG), 2011.

ALVES, Rahyan de Carvalho. **“Samba, confetes e serpentinas” O carnaval de Pirapora - Norte de Minas Gerais: o retrato da (des)construção da cultura e da desigualdade social**. 139f. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros (MG), 2011.

ALVES, Rahyan de Carvalho; DEUS, José Antônio Souza. O não-lugar e as paisagens do medo: nuances topofóbicas. *In.*: **Revista Georaguaiá**, v. 04, pp. 70-82, 2014.

ALVES, Rahyan de Carvalho. **“Topofilia, turismo e a releitura do lugar”**: Uma abordagem sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG. 325f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG), 2014.

ALVES, Rahyan de Carvalho; SILVA, Adília Jardim; DEUS, José Antônio Souza. **Ser na Contemporaneidade: Paisagem, Lugar e Memória**. Belo Horizonte (MG): Sangre, 2019.

ALVES, Rahyan de Carvalho & DEUS, José Antônio Souza. Discussão sobre o Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico: valorização da paisagem-memória? *In.*: **Revista Cerrados**, v. 18, n. 01, pp. 82-100, 2020.

AMARAL, Leila Dias Pereira do. O anjo da meia noite e as vespertatas em Diamantina: tensões e manifestação cultural. **Vozes dos Vales**, 2012. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/files/2011/09/pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

AMIROU, Rachid. **Imaginaire Du tourism culturel**. Paris: PUF, 2000.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, topofobia, topocídio em Minas Gerais. *In.*: DEL’RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia (Orgs.). **Percepção ambiental: A experiência brasileira**. São Carlos (SP): EdUFSCAR, 1999. pp.139-152.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. *In.*: KOZEL, Salette; SILVA, Josué de Costa; FILHO, Sylvio Fausto (Orgs.). **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia humanística**. São Paulo (SP): Terceira Margem/NEER, 2007. pp.15-35

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. *In.*: **Revista R.RA'E GA**, Curitiba, n.13, pp.7-18, 2007.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Evolução dos Estudos sobre Cidades Médias em Minas Gerais. *In.*: SATHLER, Douglas, AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno e VARAJÃO, Guilherme Fortes (Orgs.). **Cidades médias: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina**. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2015. pp. 11-86.

ANDRADE, Mário de. Crônicas de Malazarte VIII. *In.*: BATISTA, Marta Rossetti; LOPEZ, Telê Porto Ancona & LIMA, Yone Soares (Orgs.). **Brasil e 1º tempo modernista, 1917/29: documentação; pesquisa, seleção, planejamento**. São Paulo (SP): Instituto de Estudos Brasileiros, 1981. pp. 109-115.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *In.*: **Revista do IPHAN**, v. 30, 2002.

ANDRADE, Miguel Ângelo. **Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço - UNESCO**. Brasília (DF): Athalaia, 2017.

ANGELO, Regina Barbosa; SIQUEIRA, Euler David de. Patrimônio cultural na contemporaneidade: discussões e interlocuções sobre os campos desse saber. *In.*: **Anos 90**, Porto Alegre (RS), v. 25, n. 48, pp. 51-86, dez. 2018.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museu na contemporaneidade. *In.*: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre (RS), v. 11, nº. 23, pp. 71-86, junho de 2005.

ANPUH. **Associação Nacional de História**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-55/em-defesa-do-iphan-contra-o-golpe-mais-ameacador>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ARQUIVO. **Zé de Sé**. Disponível em: <http://nelioblog.blogspot.com/doc1545/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ARROYO, Michele Abreu. Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo? *In.*: **Revista Outro Olhar.**, nº. IV, n. 4, pp. 26-39, outubro de 2005.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas (SP): Papirus, 1994.

AUGÉ, Marc. **Para que vivemos?** Lisboa: 90 Grau, 2007.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió (AL): EdUFAL, 2010.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In.*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo (SP): Contexto, 2005. pp.23-80.

BARTOLY, Flávio. Debates e perspectivas do lugar na geografia. *In.*: **GEOgraphia** (UFF), v. 26, pp. 66-91, 2011.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença.** Salvador (BA): EdUFBA, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2008.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. *In.*: **Revista de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, nº. 2, pp. 78-89, dezembro de 2006.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação.** 2ª edição. Bauru (SP): Cá entre nós, 2007.

BENJAMIM, Walter. **Magia e Técnica. Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo (SP): Brasiliense, 1985.

BENTO, António. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. *In.*: **Revista JA**, v. 7, nº. 65, pp. 42-44, 2012.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. *In.*: CORRÊA, Roberto Lobato *et al.* (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2013b.

BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem: ensaio de uma cartografia das problemáticas contemporâneas. *In.*: BESSE, Jean-Marc (Org.). **O gosto do mundo. Exercícios de paisagem.** Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2014.

BESSE, Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Tradução de Eliane Kuvashny & Mônica Balestrin Nunes. *In.*: **GEOUSP - Espaço e Tempo.** São Paulo (SP), v.18 n. 2 pp. 241-252, 2014.

BICUDO, Francisco. A entrevista e o testemunho: quando o diálogo é possível. *In.*: **Revista Caros Amigos.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/-o-dialogo-e-possivel>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BLEGER, José. **Temas de psicologia: entrevista e grupos.** 2ª edição. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1998.

BOGDAN, Robert; TAYLOR, Steven. Introduction to qualitative research methods: A phenomenological approach to the social sciences. *In.*: **American Sociological Association**, New York v. 4, nº 2, janeiro, pp. 213-216, 1975.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto editora, 2010.

BONI, Valdete & QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas. *In.: Em Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo (SP): Ática, 1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo (SP): Cia. das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1986.

BRASIL. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Ministério da Cultura. Brasília (DF): MinC, 2012.

BRASIL. **Educação Patrimonial para o Programa Mais Educação**. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. **Incentivo à Cultura Brasileira**. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao). Acesso em: 01 de julho de 2019.

BRASIL. **Educação Patrimonial e o IPHAN**. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2019.

BRASIL. **Publicação da Portaria que troca o diretor do DPI – IPHAN**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/2020-292>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. **Covid-19, painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. de 2021.

BRENELLI, Rosely. Piaget e a afetividade. *In.: SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gislene de Campos; FINI, Lucila Dihel Toaline (Orgs.). Leituras de psicologia para formação de professores*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. pp. 105-116.

BUTTNER, Anne. Social space and the planning of residential areas. *In.: Environment and Behavior*, n. 4, pp. 279-318, 1972.

BUTTNER, Anne. Home, reach, and the sense of place. *In.: BUTTNER, Anne; SEAMON, Davis (Orgs.). The Human Experience of Space and Place*. Nova York: St. Martin's Press, 1980. Cap. 8. pp.166-187.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. *In.: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). Perspectivas da geografia*. São Paulo (SP): DIFEL, 1982. pp. 165-194.

BUTTNER, Anne. Campo de movimiento y sentido del lugar. *In.*: RAMÓN, María Dolores García. (Org.). **Teoría y método en la Geografía Anglosajona**. Barcelona: Ariel, 1985. pp.170-199.

BUZAN, Tony. **Mapas mentais e sua elaboração**: um sistema definitivo de pensamento que transformará sua vida. São Paulo (SP): Cultrix, 2005.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo (SP): Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CANCLINI, Néstor García. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. *In.*: FLORESCANO, Enrique (Orgs.). **El patrimonio nacional de México**. México: FCE. pp. 57-86, 1997.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro (RJ): EdUFRJ, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo (SP): EdUSP, 2012.

CAPLAN, Stanley. Using focus group methodology for ergonomic design. *In.*: **Ergonomics**, v. 33, n. 5, p. 527-33, 1990.

CARDOSO, Teresa; ALARCÃO, Isabel & CELORICO, Jacinto Antunes. **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento**. São Paulo (SP): Atlas, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo (SP): Hucitec, 1996.  
CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo (SP): EdUSP, 2008.

CARNEVALLI, José Antônio & MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário sobre a aplicação do QFD no Brasil. *In.*: [Anais...] Encontro Nacional de Engenharia de produção, v. 1, Salvador (BA), 2001.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A pedra e o tempo**: Arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte (MG): EdUFMG, 2014.

CARVALHO, Luiz, Eugênio Pereira. Trabalho de campo em Geografia e a percepção ambiental. *In.*: CARDOSO, Antônio; SOUZA, Mário Ângelo de Meneses (Orgs.). **Indicações geográficas e temas em foco**. Teresina (PI): EdUFPI, 2011. pp.101-113.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Patrimônio cultural e artístico nas cidades paulistas: a construção do lugar. *In.*: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo (SP): Hucitec, 1996. pp.100-113.



CASTELLS, Manuel Oliván. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2008.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo (SP): Annablume, 2009.

CASTRIOTTA, Leonardo Barci; ARAÚJO, Guilherme Maciel. Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do IAPI. *In.*: **Arquitetura Revista**, v. 5, n 1, pp. 38-54, jan./jun. 2009.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Proteção do Patrimônio Cultural e Arqueológico. *In.*: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando (Orgs.). **Avanços e percalços no Brasil Contemporâneo: crônicas de um país incógnito**. Rio de Janeiro (RJ): Ed. Artes e Ofícios, 2006. pp. 345-375.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e lugar: elos da produção. *In.*: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo (SP): Perspectiva, 2012. pp. 249-280.

CHAVES, Ana Paula Nunes; AQUINO, Júlio Groppa. Rastros de uma heterotopia urbana: o caso do Parque Ibirapuera, SP. *In.*: **Educação Temática Digital**. Campinas (SP) v. 18 nº 4, pp. 802-819, outubro/dezembro, 2016.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª Edição. São Paulo (SP): Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2011.

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. Tradução de Luiz Pimenta & Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis (SC): EdUFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. *In.*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Matrizes da Geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.35-86.

CLAVAL, Paul. A volta do cultural na geografia. *In.*: **Mercator**, ano 1, n. 1, 2002, pp.19-28.

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. *In.*: CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2007. pp.147-166.

COLLIER, John. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo (SP): EdUSP, 1973.

CONBOY, Kieran. Agility from first principles: Reconstructing the concept of agility in information systems development. *In.*: **Information systems research**, v. 20, n. 3, pp. 329-354, 2009.

CONCEIÇÃO, Wander & FERNANDES, Antônio Carlos. **La Mezza Notte**. Diamantina (MG): EdUFVJM, 2007.

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo (SP): Ática, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. *In.*: **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro (RJ), Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, n. 1, outubro de 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: introdução à temática, os textos e uma agenda. *In.*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2007. pp.09-18.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. *In.*: **Pensar enfermagem**, v. 13, n. 2, pp. 30-36, 2009.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In.*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp. 222-236.

COSGROVE, Denis. Mundo dos significados: Geografia Cultural e imaginação. *In.*: CORRÊA, Roberto Lobato *et al.* (Orgs.). **Geografia Cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial**. São Paulo (SP): Humanitas: FAPESP, 2009.

CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Gestão Territorial: Geologia**. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/gestao-territorial>. Acesso em: 21 dez. 2020.

CURY, Isabelle. A construção do conceito de Paisagem Histórica Urbana. *In.*: **[Anais...]** 2º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural e patrimônio Belo Horizonte (MG), 2012. pp.01-15.

D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. *In.*: **Revista do departamento de História**, Belo Horizonte (MG), n 9, pp.130-140, 1989.

DANE, Francis. **Research Methods: Brooks**. Cole Pacific Grove: Colômbia, 1990.

DARDEL, Éric. **L'Homme et la terre – nature de la réalité géographique**. Paris: CTHS, 1990.

DARDEL, Éric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2011.

DEFARGES, Philippe Moreau. **Introdução à Geopolítica**. Lisboa: Gradiva, 2003.

DEUS, José Antônio Souza. **Geografia cultural no Brasil: Etnogeografia**. Belo Horizonte (MG): EdUFMG-EAD, 2010.

DIAMANTINA. Prefeitura Municipal de Diamantina. **Decreto Nº 0613 de 29/11/2013 de Diamantina-MG. Decreto do Regimento Interno do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina-MG**. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Diretoria de Patrimônio Cultural. Diamantina (MG), 2013.

DIAMANTINA. [2018]. Prefeitura Municipal de Diamantina. **Relatório do Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial: De olho do Patrimônio**. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Diretoria de Patrimônio Cultural. Diamantina (MG), 2019.

DIAMANTINA. Arquidiocese de Diamantina. **Paróquia Sant'Ana – Inhaí**. Disponível em: <https://arquidiamantina.org/paroquia-santana-inhdiamantina>. Acesso em: 09 jul. 2020.

DIAMANTINA. **Blog Diretoria Patrimônio Cultural de Diamantina**. Disponível em: <http://coordenadorpatrimonioldtna.blogspot.com/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

DIAMANTINA. Estado de Minas Gerais. **Museu do Diamante**. Disponível em: <https://museudodiamante.museus.gov.br/museu>. Acesso em: 09 jul 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina - MG. **Atrativos Culturais e Naturais: arquivos de 2009**. Disponível em: <<<https://diamantina.mg.gov.br/turismo/atrativos-naturais>>>. Acesso em 11 de maio de 2020

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina - MG. **Bens Inventariados, Tombados e Registrados**. Disponível em: <https://diamantina.mg.gov.br/bens-tombados-e-registrados>. Acesso em: 07 jul. 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina - MG. **Regimento do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Diamantina-MG**. Disponível em: <http://coordenadorpatrimodtna.blogspot./2011/>. Acesso em: 03 mai. 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina - MG. **Diamantina é Beneficiada com Recursos do PCH Cidades Históricas**. Disponível em: <http://www.diamantina.mg.gov.br/portal//iIdMun>. Acesso em: 30 jun. 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina - MG. **Exemplo de Declaração de Tombamento via Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio e Políticas Culturais de Diamantina-MG.** Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/wp1-publicidade-de-decretos-de-tombamento.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina - MG. **Exemplo de Decreto de Tombamento via Prefeitura de Diamantina-MG.** Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/de-decretos-de-tombamento.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina - MG. **Exemplo de Publicidade do Decreto de Patrimônio Cultural de Diamantina - MG.** Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/de-tombamento.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina - MG. **História de Diamantina.** Disponível em: <https://diamantina.mg.gov.br/o-municipio/historia-de-diamantina>. Acesso em: 07 mai. 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura de Diamantina - MG. **Pontos Turísticos de Diamantina.** Disponível em: <https://diamantina.mg.gov.br/turismo/pontos-turisticos>. Acesso em: 08 mai. 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura Municipal de Diamantina. **Arquivo das atividades desenvolvidas pela SECTUR no âmbito da promoção patrimonial entre os anos de 2013 a 2016.** Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Diretoria de Patrimônio Cultural. Diamantina (MG), 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura Municipal de Diamantina. **Educação Patrimonial nas Escolas: Gestão 2017/2020.** Secretaria Municipal de Educação. Diamantina (MG), 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura Municipal de Diamantina. **Relatório das atividades desenvolvidas nas escolas do município por meio do Programa Municipal Pedagógico de Educação Patrimonial: De olho do Patrimônio.** Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Diretoria de Patrimônio Cultural. Diamantina (MG), 2020.

DIAMANTINA. Prefeitura Municipal de Diamantina. **Resultado alcançados pelo Programa Pedagógico de Olho no Patrimônio: Gestão 2017/2020.** Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Diretoria de Patrimônio Cultural. Diamantina(MG), 2021.

DIAMANTINA. **Boletins diários Covid-19.** Disponível em: <https://diamantina.mg.gov.br/noticias/boletins-diarios-covid-19/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

DIAS, Amanda Regina Martins; CASTILHO, Katlin Cristina de; SILVEIRA, Viviane da Silva. Uso e interpretação de imagens e filmagens em pesquisa Qualitativa. *In.: Ensaios Pedagógicos*, v. 2, nº 1, pp. 81-88, 2010.

DIAS, Cláudia Augusto. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. *In.*: **Informação & Sociedade**, v. 10, nº 2, pp. 82-108, 2010.

DOLFUSS, Olivier. **A análise geográfica**. São Paulo (SP): Difusão, 1973.

DOURADO, Auceia Matos. Caminhos e encontros com o território. *In.*: VARGAS, Maria Augusta Mundi, DOURADO, Auceia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles dos (Orgs.) **Práticas e Vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju (SE): Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015. pp. 24-66.

DOURADO, Auceia Matos; VARGAS, Maria Augusta Mundi; SANTOS, Rodrigo Herles dos. **Patrimônio e Identidades: Nossas Referências**. Aracaju (SE): Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015.

DUARTE, Cicila Daiane Barbosa de Oliveira & BARBALHO, Alexandre Almeida. Análise do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural. *In.*: **Revista Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 06, nº 16, 2016, pp.160-177.

DUCAN, James. O supra-orgânico na Geografia Cultural Americana. *In.*: CORRÊA, Roberto Lobato *et al.* (Orgs.). **Introdução a Geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2003. pp. 104-129.

DUFFIELD, Kelmen. **Visual research methods**. 1998. Disponível em: <http://www.spinworks.demon.co.uk/pub/visual.htm>. Acesso em: 21 ago. 2020.

DUNCAN, James. Representation. *In.*: JOHNSTON, Ron *et al.* (Orgs.). **Dictionary of human geography**. 4ª edição. Oxford: Blackwell, 2000a, pp.703-705.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro (RJ): WVA, 2000.

ENTRIKIN, John. Nicholas. O humanismo contemporâneo em Geografia. *In.*: **Boletim Geografia Teorética**, Rio Claro (SP), v. 10, n. 19, pp. 5-30, 1980.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. São Paulo (SP): Cortez Editores/Autores Associados, 1986.

FALKEMBACH, Elza Maria. Diário de campo: um instrumento de reflexão. *In.*: **Contexto e educação**. Ijuí, RS, v. 2, pp. 114-129, 1987.

FERNANDES, Antônio Carlos & CONCEIÇÃO, Wander. **La Mezza Notte**. Diamantina (MG): EdUFVJM, 2007.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: A política do patrimônio histórico no Brasil**, 2012. Disponível em: <http://culturadig/politicaculturalcasaderi>. Acesso em: 12 dez. 2018.

FERREIRA, Luís Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *In.*: **Revista Território**, Rio de Janeiro (RJ), ano 5, n 9, pp. 65-83, julho/dezembro, 2000.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Fórum, Diamantina Minas Gerais**. Secretária do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Belo Horizonte (MG), 2001.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do Vale do Jequitinhonha**. Secretária do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Belo Horizonte (MG), 2004.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre (RS): Bookman, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro (RJ): EdUFRJ, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Le corps utopique**, les hétérotopies. Fécamp (Fr.): Lignes, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001b.

FOULKES, Siegmund Heinz; ANTHONY, Elwyn James. **Group Psychotherapy: The Psychoanalytical Approach**. Baltimore: Penguin Books, 1965.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *In.*: **Paidéia**, v. 14, n. 28, pp. 139-152, 2004.

FREITAS, Jeanne Marie Ferreira. **Paisagem urbana: uma abordagem geográfica contemporânea**. 370f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração**. 2ª Edição. São Paulo (SP): Annablume, 2008.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2004.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. São Paulo (SP): Editora Itatiaia, 1975.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte (MG): Editora Itatiaia, 1975.

GASKELL, Gareth. **Entrevistas individuais e de grupos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

GASPAR, Jorge. O retorno da paisagem à geografia: apontamentos místicos. *In.*: **Finisterra**, XXXVI, n. 72, pp.83-99, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13ª edição. Rio de Janeiro (RJ): LTC, 2008.

GHIRARDELLO, Nilson & SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico**: como e por que preservar. Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo. Bauru (SP): Canal 6, 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia. *In.*: [Anais...] 5º Encontro Nacional da ANPEGE sob o título: Espaço de Representação: Epistemologia e Método, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo (SP): Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo (SP): Atlas, 2007.

GODINHO, Taysa Kennia. **Cidade patrimônio da Humanidade e desenvolvimento turístico: percepção sobre realidade de Diamantina, MG**. 177f. Programa de Pós-graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2016.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Natureza e cultura: representações na paisagem. *In.*: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.118-132.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina**. Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 18381967. Tese de Doutorado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo (SP), 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro(RJ): UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. *In.*: LIMA, Manuel Ferreira *et al.* (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau (SC): Nova Letra, 2002. pp. 239-248.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: As culturas como patrimônio. *In.*: **Revista horizontes antropológicos**. Porto Alegre (RS) v.11, n. 23, pp.15- 36, janeiro/junho, 2009.

GRATÃO, Lúcia Helena Batista. **A Poética d' "O Rio" - Araguaia! De Cheias...&...Vazantes...(À) Luz da Imaginação!** 2002. 354p. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

GUIMARÃES, Edelfina Aparecida; SOUZA, Marcos Paulo de & MACHADO, Miranda Marília Palhares. **Fundo municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural: Importância, criação e Gestão.** Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte (MG): ASSCOM, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 6ª Edição. São Paulo-SP: Loyola, 1992.

HALL, Edward. **A dimensão oculta.** 2ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): Fran. Alves, 1981.

HARPER, Richard. The organisation in ethnography: a discussion of ethnographic fieldwork programs in CSCW. *In.*: **Computer Supported Cooperative Work**, 9(2), pp. 239-264, 2000.

HELDER, Raimundo. **Como fazer análise documental.** Porto: Universidade de Algarve, 2006.

HERMANN, Walther; BOVO, Viviani. **Mapas mentais: enriquecendo inteligências.** Campinas, SP: EdIDPH, 2005.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990.** Rio de Janeiro. 298 f. Dissertação (Mestrado) Departamento de pós-graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro (RJ), 1992.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: uma revisão. *In.*: **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro (RJ). Universidade Estadual do Rio de Janeiro / Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, n.3, pp. 8-19, 1996.

HOLZER, Werther. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI.** 231f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 1998.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. *In.*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp. 149-168.

HOLZER, Werther. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. *In.*: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Matrizes da geografia cultural.** Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.103-122.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina & MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília (DF): IPHAN, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. A gestão dos museus e do patrimônio cultural. *In.*: **Ciências e Letras** (Porto Alegre). v.31, pp.33 - 52, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados socioeconômicos de 2010 e 2019.** Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa207535>. Acesso em: 08 ago. 2020.



IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Serra dos Cristais**. Disponível em: <http://iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados>. Acesso em: 10 mai. 2020.

IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **O ICMS Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio>. Acesso em: 04 nov. 2020.

IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **Pontuação Definitiva do ICMS Patrimônio Cultural, 2020-2021, com destaque para Diamantina - MG**. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/ICMS/2021-v2.3.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

IGC. Instituto de Geociências. **Sobre a Casa da Glória**. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/index.php:sobre-a-casa-da-gloria&catid=57&Itemid=316>. Acesso em: 09 mai. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial**. Brasília, DF: IPHAN, 2008.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972**. Brasília (DF): IPHAN, 2008.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Centro Histórico de Iguape /SP: Dossiê de tombamento**. São Paulo: Superintendência do Iphan em SP. Brasília (DF): IPHAN, 2009a.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diamantina: imagens**. Brasília (DF): Iphan / Programa Monumenta, 2010.

IPHAN. **Diamantina**. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Brasília (DF): IPHAN, 2012.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)**. Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação. Coordenação de Documentação e Informação. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro (RJ), 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial**. Brasília: Brasil, Iphan, 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais: Bases Conceituais**. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN, 2014.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial**, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/4>. Acesso em: 30 nov. 2019.

IPHA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Diamantina - MG)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/temabelas=1303>. Acesso em: 19 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Monumenta**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacao/imoveiscentroshistoricos.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Casa do Padre Rolim (Diamantina - MG)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/an.net/consulta.asp?>. Acesso em: 09 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Casa com forro pintado (Diamantina-MG)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/temaconsulta.298>. Acesso em: 18 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Casa da Chica da Silva (Diamantina-MG)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/net/tconsulta.297>. Acesso em: 19 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas patrimoniais consultados no IPHAN E UNESCO nos anos de 2010 a 2020**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/Diamantina.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diamantina (MG)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/detalhes/371>. Acesso em: 30 jun. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diamantina (MG): Dados de 2009**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/Mundial>. Acesso em: 08 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê da Candidatura de Diamantina-MG como Patrimônio Cultural da Humanidade**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/Diamantina.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Historiadora Katia Borges**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/historiadora-katia-bogea-e-nomeada-presidente-do-iphan>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja de São Francisco de Assis (Diamantina, MG)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/net/temconsulta15>. Acesso em: 19 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja Nossa Senhora do Rosário (Diamantina-MG)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/net/temaconsulta1304>. Acesso em: 09 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja do Senhor do Bonfim (Diamantina - MG)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tconsulta.asp6>. Acesso em: 18 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Preservação e Promoção do Patrimônio**. Brasília (DF): IPHAN, 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Presidente Larissa Peixoto**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/detalhes/103/larissa-peixoto>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório da ICOMOS sobre o processo de Candidatura de Diamantina - MG**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/upload/diamantina.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Superintendências**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/detalhes/708/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

JACOBI, Pedro & BARBI, Fabiana. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. *In.*: **Revista Katálysis Florianópolis**. v. 10 n. 2, julho/dezembro, pp. 242-261, 2007.

JEUDY, Henri Pierre. O processo de reflexividade. *In.*: **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador (BA), v. 1, n.8, pp.01-28, julho/dezembro, 2003.

JEUDY, Henri Pierre. **O espelho das cidades**. Rio de Janeiro (RJ): Casa da Palavra, 2005.

JOHNSON, Donna. Focus groups. *In.*: ZWEIZIG, Tell (Org.). **Evaluation sourcebook & training manual**. Madison: SLIS, 1994.

JOHNSON, Peter. The Geographies of Heterotopia. *In.*: **Geography Compass**, 7/11, pp. 790-803, 2013.

JOSÉ FILHO, Mário. **Pesquisa: contornos no processo educativo**. Franca (SP): EdUNESP, 2006.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. *In.*: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro (RJ), v. 22, nº 43, janeiro/junho, pp.141-161, 2009.

KÖHLER, André Fontan. **Antes que Caia! Patrimônio Histórico e Turismo em Igarassu, Pernambuco**. 397f. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo (SP), 2005.

KOZEL, Salette. Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. *In.* KOZEL, Salette; GIL FILHO, Sylvio Fausto. (Orgs.). **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo (SP): Terceira Margem/EdUFRO, 2007

KOZEL, Salette; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto. (Orgs.). **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Discursos de JK**. Rio de Janeiro (RJ): Bloch Editores, 1956.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Meu Caminho para Brasília**. Rio de Janeiro (RJ): Bloch Editores, 1974.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo (SP): Atlas, 1996.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1992.

LAPASSADE, Georges. L'Observation participante. *In.*: **Revista Europeia de Etnografia de Educação**, 2001. Disponível em: <http://www.ai.univ-paris8.fr/corpus/lapassade/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 16ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor, 2003.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. *In.*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2004. pp.157-179.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas (SP): Unicamp, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **La Presencia y La Ausência: contribucion a la teoria de las representaciones**. México: Fundo de Cultura Econômica, 2006.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. 2ª Edição. Campinas (SP): EdUNICAMP, 2007.

LIEBSCHER, Peter. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. . *In.*: **Library Trends**, v. 46, n. 4, pp. 668-680, Spring 1998.

LIMA, Elias. Do corpo ao espaço: contribuições da obra de Maurice Merleau-Ponty à análise geográfica. *In.*: **Geographia**, IX, n.18, pp. 65-84, 2007.

LIMA, Luana Nunes Martins. **Lugar e Memória: O Patrimônio Goiano Entre o Esquecimento e a Resistência**. 395f. Tese (Doutorado). Departamento de pós-graduação em Geografia da UNB. Brasília (DF), 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso; PRÁ, Keli Regina Dal. A documentação no cotidiano: algumas considerações acerca do diário de campo. *In.: Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre (RS) v. 6 n. 1 pp. 93-104, 2007.

LINDLOF, Thomas; TAYLOR, Bryan. **Qualitative communication research methods**. Thousand Oaks: SAGE, 2002.

LOBIONDO-WOOD; Geri; HABER, Judith. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2001.

LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *In.: CORSINO, Célia Maria; NETO, Antônio Augusto Arantes (Orgs.). Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília (DF): Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. pp.11-21.

LORIMER, Hayden. Cultural geography: the busyness of being “more-thanrepresentational”. *In.: Progress in Human Geography*, v. 29, n. 1, p.83-94, 2005.

LOWENTHAL, David. **El Passado es un País Extraño**. Madrid: Akal, 1998.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In.: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, imagem e espaço*. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.09-28.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. *In.: Revista Ensino em Perspectiva*. São Paulo (SP): EPU. v. 12, n. 5, pp. 244-250, 1986.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco**. Editora Itatiaia: Diamantina (MG), 1980.

MACHADO FILHO, Aires de Mata. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. São Paulo (SP): EdUSP 1985.

MACHADO, Lucy Marion Calderin Philadelpho. Paisagem cultural. *In.: KOZEL, Salete; SILVA, Josué da Costa; GIL FILHO, Sylvio Fausto (Orgs.). Da percepção e cognição a representação: representações teóricas da geografia cultural e humanista*. São Paulo (SP): Terceira Margem, 2007.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. A retórica da paisagem: um instrumento de interpretação geográfica. *In.: Espaço e cultura*, UERJ, Rio de Janeiro (RJ), n. 26, pp.32-48, jul/dez. 2009.

MARANDOLA JR. Eduardo. Lugar e Lugaridade. *In.: Mercator*, Fortaleza, v.19, pp.1-12, e19008, 2020.

MARANDOLA JR., Eduardo. Sobre Ontologias. *In:* MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther & OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo (SP): Perspectiva, 2012. pp. XV-XVII.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo (SP): Perspectiva, 2012.

MARANDOLA, Hugo Leonardo; OLIVEIRA, Livia de. Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento passageiro e pensamento da paisagem. *In:* **Geograficidade**. Rio de Janeiro (RJ), v.8, n 2, pp.139-148, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade & PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo (SP): Atlas, 2009.

MARTINS, João Batista. Observação participante: uma abordagem metodológica. *In:* **Semina: Ciências, Sociedade e Humanidade**, v.17, n. 3, pp.266-273, 1996.

MARTINS, Marcos Lobato. Os Mata Machado de Diamantina: Negócios e política na virada do século XIX para o século XX. *In:* [Anais...] XIII Seminário Sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte (MG): CEDEPLAR-UFMG, 2008.

MARTINS, Sandra. Experiência da modernidade e o patrimônio cultural. *In:* **REIA - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 1, v.1, pp. 07-29, 2014.

MATA MACHADO FILHO, Aires. **Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina**. Rio de Janeiro (RJ): Ministério da educação e saúde, 1944.

MATA MACHADO FILHO, Aires. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. Belo Horizonte (MG): Itatiaia, 1985.

MATTAR, Fauze Najib *et al.* **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. São Paulo (SP): Atlas, 1996.

MATURANA, Humberto. **O que é educar**. 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/direitoshtml>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MAWE, John. **Viagens ao Interior do Brasil**. São Paulo (SP): Editora Itatiaia, 1974.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre (RS): Artmed, 2004.

MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília (DF): SPHAN/FNPM, 1980.

MEDAGLIA, Juliana; SILVEIRA Carlos Eduardo (Orgs.). **Conhecer para Respeitar: Patrimônio e Cidadania em Diamantina**. Diamantina (MG): UFVJM, 2012.

MEIRA, Suedio Alves; MORAIS, Jader Onofre de. Os conceitos de geodiversidade, patrimônio geológico e geoconservação: abordagens sobre o papel da geografia no estudo da temática. *In.*: **Boletim geográfico**. Maringá, v. 34, n 3, pp. 129-147, 2016.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A Geografia humanista: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. *In.*: **Revista Brasileira de Geografia**, 52(4), pp. 91-115, 1990.

MELLO, João Baptista Ferreira de. O Triunfo do lugar sobre o espaço. *In.*: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo (SP): Perspectiva, 2012. pp. 33-68.

MELO, Laura Ludovico de. **Ouro Fino: Um arraial... uma Igreja... um Largo... e uma vaga lembrança na paisagem.** 221f. Dissertação (Mestrado) Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - Universidade Católica de Goiás, Goiânia (GO), 2009.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. *In.*: CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, imagem e espaço**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.29-48.

MENDONÇA, Marcelo Pereira de; BERNARDES, Patrícia; COSTA, Nina Gabriela Borges. Evolução do mercado de trabalho no turismo em Diamantina: uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local. *In.*: XII Seminário Sobre a Economia Mineira. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), [Anais...], 2006. pp.01-20.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. *In.*: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo (SP): Hucitec, 1996. pp.88-99.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. *In.*: [Anais... vol.2] I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural e Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto (MG), 2012.

MENEZES, Denise. Com o aval da Humanidade. **Jornal Hoje em Dia**. Edição Especial: Belo Horizonte (MG). v.1, n. 1, fevereiro, pp. 43-46, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro (RJ): Livraria Freitas Bastos, 1971.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A estrutura do comportamento**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

MINAYO; María de Souza. **O desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 8ª ed. São Paulo (SP): Hucitec; 2004.

MÓNICO, Lisete dos Santos Mendes. **Crenças e modos de implicação comportamental.** 218f. Tese de doutoramento em Psicologia Social. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal, 2010.

NETO, Antônio Augusto Arantes. Introdução a bens. *In.*: CORSINO, Célia Maria; NETO, Antônio Augusto Arantes (Orgs.). **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Brasília (DF): Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. pp.23-25.

NEVES, Rodrigo; CARNEIRO, Eder Jurandir. Imagens do patrimônio e turismo: metarmofoses e “mercadorização” do território central de Tiradentes, Minas Gerais. *In.*: **Espaço & Geografia**, Brasília (DF), v.15, n. 2, pp.407-441, 2012.

NORA, Pierre. **Les Lieux de mémoire.** I La Republique. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In.*: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP.** São Paulo (SP), n 10, pp.27-46, dezembro, 1992.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar.** São Paulo (SP): Cosac Naify, 2006.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara. Revisões de literatura. *In.*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte (MG): EdUFMG, 2000, pp.17-34.

NUERE, Silvia. ¿Qué es la cartografía mental? Arte, individuo y Sociedad. . *In.*: **Arte, Individuo y Sociedad.** Madri, v.02 n. 12. pp. 229 - 239, 2000.

NUÑES, Déborah Coimbra. **Educação patrimonial nos bastidores do processo. A formação dos agentes multiplicadores e as metodologias de ensino aplicadas na apreensão de bens culturais: o caso de São João Del-Rei/Minas Gerais.** 95f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), 2011.

OLIVEIRA, Lívia de. O Sentido de Lugar. *In.*: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar ? : Geografia, epistemologia, fenomenologia.** São Paulo (SP): Perspectiva, 2012. pp. 03-16.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura e patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2008.



OLIVEN, Ruben. Patrimônio intangível: considerações iniciais. *In.*: ABREU, Reginaldo; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro (RJ): Lamparina, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1994.

OYAMA, Thaís. **A arte de entrevistar bem**. São Paulo (SP): Contexto, 2008.

PAES, Maria. Tereza. Duarte. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *In.*: **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 2, n 13, p. 667-684, dezembro, 2017.

PEREIRA, Júlio César. O conceito de cultura na Constituição Federal de 1988. *In.*: [Anais...] V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador (BA) 2008. pp.01-14.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. *In.*: **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v.1, ano 14, n. 23, pp 4-18, 1.sem. 2012.

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1975.

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

PIMENTA, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. *In.*: **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, pp. 179-195, novembro de 2001.

PINHEIRO, Eliana Moreira; KAKEHASHI, Tereza Yoshiko; ANGELO, Margareth. O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. *In.*: **Revista Latino-Americano de Enfermagem**, Ribeirão Preto (SP), v. 13, n. 5, pp. 717-722, outubro de 2005.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *In.*: **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), v. 2, pp.15-29, 2006.

PIRES, Maria Coeli Simões. A proteção do patrimônio cultural. **Minas Gerais: Caderno Direito; Justiça do jornal Estado de Minas**, 2011, Disponível em: <http://www.mariacoeli.com.br/wp-content/-Jornal-Estado-de-Minas-Maria-.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PIUZANA, Danielle. **Projeto Gaia: Extensão Universitária**. Disponível em: <http://gaiaufvjm.blogspot.com/>. Acesso em: 24 out. 2020.

PORTEOUS, Douglas. **Planned to Death: The annihilation of a place called Howdendyke**. Toronto: University of Toronto Press, 1989.

QUINTÃO, Daniel; PRATES, Frederico. **Patrimônio cultural hoje: desafios e perspectivas**, 2015. Disponível em: <https://estadominas.lugarcerto.com.arquiteturageo>  
Acesso em: 16 mar. 2020.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAMOS, Silvana. Programa Monumenta em Penedo (Alagoas, Brasil): A Pobreza como entrave na Revitalização do Patrimônio Cultural. *In.*: **Turismo e Sociedade**. Curitiba (PR), v.6, n. 12, pp.26-38, 2017.

REGIANI, Luana Espig. **Diamantina e o percurso da arquitetura moderna: Lucio Costa, Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer**. 219f. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Campinas (SP), 2019.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. *In.*: **Geografia**, Rio Claro (SP), v. 04, n. 07, pp. 01-25, 1979.

RELPH, Edward. **Modernity and the reclamation of place**. Albany: State University of New York, 1993.

RELPH, Edward. Sense of Place, *In.*: Hanson. **Ten Geoprahic ideas that changed the world**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

RELPH, Edward. A pragmatic sense of place. *In.*: **Environmental & Architectural Phenomenology**. v. 20, n. 3, pp. 311-324, 2008.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 2010.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de Lugar. *In.*: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo (SP): Perspectiva, 2012. pp. 17-32.

RIBEIRO, Rafael Winter. Os ídolos da paisagem: caminhos e descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. *In.*: [Anais...] I Congresso brasileiro de organização do espaço, Rio Claro (SP) 2010. pp.4.108-4.119.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN/ COPEDOC, 2007.

RIBEIRO, Daniel de Albuquerque. **Gentrification no Parque Histórico do Pelourinho, Bahia**. 237f. Dissertação em Geografia. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª edição. São Paulo (SP): Atlas, 1999.

RODARTE, Mario Marco Sampaio. **O caso das minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista**. 179 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In.*: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. 2ª edição. São Paulo (SP): Contexto, 2002. pp.15-24.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 3ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2005.

ROSADA, Mateus. **Série “Largos e Praças”**: Praça do Mercado Velho, Diamantina-MG. 2018. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/jornal/charges/4089g=pt>. Acesso em: 14 mai. 2020.

ROSADA, Mateus. **Série “Largos e Praças”**: Praça Joubert Guerra, Diamantina-MG. 2018. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/jornal/charges/4077?page=02>. Acesso em: 14 mai. 2020.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001.

SAB. **Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2019**. Disponível em: <https://www.sabnet.org/informativo/vie783>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo (SP): EdUSP, 1974.

SALGUEIRO, Tereza Barata. Paisagem e Geografia. *In.*: **Finisterra**. Lisboa, n. 72, v. 36, pp. 23-51, 2001.

SANSOLO, Davis Gruber. **A importância do trabalho de campo no ensino de Geografia e para a Educação Ambiental**. 196f. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo (SP), 1996.

SANTOS, Alan Ferreira dos. Diários de Bordo: Relatórios de uma Prática Investigativa da Subjetividade e do mundo objetivo. *In.*: **Revista de Psicologia**, v.1, n. 11, pp. 1-17, 2018.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantina**. Belo Horizontes (MG): Itatiaia, 1976.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia.** São Paulo (SP): Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Edição. 2ª reimpressão. São Paul (SP): EdUSP, 2006.

SANTOS, Wladir. **Casa da Chica,** Diamantina. 2014. Disponível em: <https://beredichth.forumeiros.com/t139p22-desenhos>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SANTOS, Wladir. **Rua do Contrato,** Diamantina. 2014. Disponível em: <https://beredichth.forumeiros.com/t12385-desenhos>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte (BH): UFMG; São Paulo (SP): Cia das Letras, 1997.

SARMENTO, Manuel. Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. *In:* ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa:** perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro (RJ): Lamparina, 2011.

SATHEL, Douglar; UMBELINO, Glauco; BRANTE, Tatiana Brant & BORGE, Paulo. Diagnóstico Demográfico, Socioeconômico e Territorial de Diamantina. *In:* SATHLER, Douglas, AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; FORTES, Guilherme (Orgs.). **Cidades médias:** bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2015. pp.108-137.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. *In:* CORRÊA; Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 1998. pp.12-74.

SCHIER, Raul Afredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *In:* RA'EGA. Curitiba (PR), n. 7, pp.79-85, 2003SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade.** São Paulo (SP): EdUSP, 2003.

SCIFONI, Simone. **Construção do patrimônio natural.** São Paulo (SP): LABUR, 2008.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa sociais.** São Paulo (SP): EdEPU, 1987.

SERRA, Daniela Campos de Abreu. **A participação da sociedade civil organizada na gestão do patrimônio cultural de Ribeirão Preto:** o CONPPAC/RP. 2006. 259 f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, São Carlos (SP), 2006.

SERVA, Mauricio & JAIME JÚNIOR, Pedro. Observação participante e pesquisa: Uma postura antropológica. *In:* **Revista de Empresa, Pessoas e Sociedade**, v. 35, n. 1, pp. 64-79, 1995.

SERVA, Mauricio; JAIME JUNIOR, Pedro. Observação participante pesquisa em administração: uma postura antropológica. *In.: Reista de administração de empresa*, São Paulo , v. 35, n. 3, pp. 64-79, junho 1995.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN:** instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. 124f. Dissertação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 2014.

SILVA, Daniella Pereira de Souza. Paisagem, Patrimônio e Processos Identitários em Centros históricos tombados. *In.: VARGAS, Maria Augusta Mundi, DOURADO, Auceia Matos; & SANTOS, Rodrigo Herles dos (Orgs.). Práticas e Vivências com a Geografia Cultural.* Aracaju (SE): Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015. pp. 177-213.

SILVA, Diego Barbosa da. Mario de Andrade e o Discurso sobre a diversidade cultural na era Vargas. *In.: [Anais...] Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.* Salvador, Bahia, 2015.

SILVA, Milena da Costa. **Mapas mentais:** uma ferramenta para o desenvolvimento da competência em informação. 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **A entrevista na pesquisa em educação:** uma arena de significados. Rio de Janeiro (RJ): DP&A; 2002.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana; BULHÕES, Nauê Gonçalves; SOUZA, Ronaldo Flaviano de (Orgs.). Caminhos do turismo em Diamantina: a relação com a origem mineradora, a cultura e o título de patrimônio cultural da humanidade. *In.: Revista Vozes dos Vales*, Minas Gerais, n. 05, pp.1-21, 2012.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2001.

SISTO, Fermino Fernandes. O raciocínio do adolescente - As operações formais ou aquisição do raciocínio experimental. *In.: SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gislene de Campos & FINI, Lucila Dihel Toaline (Orgs.). Leituras de psicologia para formação de professores.* Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. pp. 71-104.

SOUZA, Eliane Bevilacqua Lordello dos Santos. Sobre uma viagem a Diamantina. *In.: Vitruvius*, Porto Alegre (RS), n. 09, pp.01-10, junho, 2008

SPRADLEY, James. **Participant Observation.** United States of America: Holt - Rinehart and Winston, 1980.

SUBIRATS, Eduardo. **Paisagens da solidão:** ensaios sobre filosofia e cultura. Tradução de Denise Guimarães Bottmann. São Paulo (SP): Duas Cidades, 1986.

TELES, Maria Luiza Silveira Teles, 2018. **Diamantina.** Disponível em: <http://poesiauniversaldal.blogspot./diamantina.html>. Acesso em: 19 mai. 2019.

THOMAZ Jr., Antônio. **Trabalho de campo:** o laboratório por excelência do geógrafo. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum:** Estudos sobre cultura popular. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2005.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial:** educação, memórias e identidades. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN na Paraíba. João Pessoa (PB): IPHAN, 2013.

TRENTINI, Mercedes & PAIM, Lygia. **Pesquisa na área da saúde e educação:** uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis (SC): EdUFSC, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo (SP): Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Rio de Janeiro (RJ): Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. A Geografia humanística. *In.*: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo (SP): Difel, 1982. pp.143-164.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Rio de Janeiro (RJ): Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Escapismo:** Formas de Evasion en el Mundo Actual. Barcelona: EdPeninsula, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo (SP): EdUNESP, 2005. pp. 231-275.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. Tradução de Werther Holzer. *In.*: **Geograficidade** v.01, nº .01, inverno, 2011. pp. 08-19.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Construção teórico-epistemológica:** discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 2ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes; 2003.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Acervo Casa da Glória.** Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arq/100648crop.jpg>. Acesso em: 09 mai. 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Diamantina pelos historiadores.** Brasília(DF): UNESCO, Caixa Econômica Federal, 2002.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Patrimônio mundial no Brasil.** Brasília: UNESCO, Caixa Econômica Federal, 2002.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Algumas reflexões sobre autenticidade**. Paris: World Heritage Centre, 2003.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Patrimônio mundial no Brasil**. 3ª Edição. Ministério da Cultura. Caixa Econômica Federal. Brasília (DF), 2004.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**, Paris: MISCH, 2006.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável frente ao Patrimônio**. Paris: Unesco, 2013.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: Unesco 2013.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Repensar a educação e a cultura: rumo a um bem comum mundial?** Brasília (DF): UNESCO Brasil, 2016.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Fortalecimento do estado de direito por meio da educação: um guia para formuladores de políticas**. Paris: Unesco, 2019.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Lista de bem considerados Patrimônio da Humanidade em 2020**. Disponível? <http://whc.unesco.org/en/list/>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Crítérios para seleção**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/criteria>. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Centro histórico de Diamantina**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/890>. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Cuscuz e outros patrimônios imateriais**. Disponível em: <https://ich.unesco.org/es/listas?texuscnscription>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino. **Por uma Geografia de Diamantina-MG**. Tese, 233 f. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Belo Horizonte (MG), 2015.

VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino; FERNANDES, Maria Lucia Santos; VALADÃO, Roberto Célio. *As Relações Externas de Diamantina, Minas Gerais*.

*In.*: SATHLER, Douglas, AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno & FORTES, Guilherme (Orgs.). **Cidades médias**: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2015. pp 86-110.

VARGAS, Maria Augusta Mundi, DOURADO, Auceia Matos; SANTOS, Rodrigo Herles dos (Orgs.). **Práticas e Vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju (SE): Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Formação urbana do Arraial do Tejuco. *In.*: SILVA TELLES, Augusto Carlos da (Org.). **Arquitetura civil II**. São Paulo (SP): FAUUSP, MECIPHAN, 1975, pp. 99-114.

VASCONCELOS JUNIOR, Magno. Patrimônio cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil. *In.*: **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XXIII, n. 1.239. pp. 127-141, 2018.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. *In.*: **Fênix de história e estudos culturais**. São Paulo (SP), v.3, nº 3, pp.01-14, julho/setembro, 2006.

VIVA DIAMANTINA. **Atrativos culturais**. Disponível em: <http://vivadiamantina.com.br/atrativos/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2013.

WADSWORTH, Barry. **Inteligência e afetividade da criança**. 4ª edição. São Paulo (SP): Enio Matheus Guazzelli, 1997.

WEBSTER, Jane; WATSON, Richard. **Analizando o passado para se preparar para o futuro**: Escrevendo uma revisão da literatura. São Paulo (SP): Atlas, 2002.

WEELS, Jeremy. Aspectos teóricos e aplicados da integração da fenomenologia à prática da conservação do patrimônio. *In.*: **Geograficidade**, v.6, n. 1, pp. 04-16, 2016.

YIN, Robert. **Pesquisa de estudo de caso**. Londres: Ed. Sage Publications, 1994.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A abordagem Cultural na Geografia. *In.*: **Revista Temporis[ação]** Goiás Vol. 9, n. 1, pp. 29-42, 2008.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. *In.*: **Revista Patrimônio e Memória** v. 5, n. 1, pp. 137-152, 2009.

ZIMERMAN, David. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre (RS): Artmed, 2001.



**APÊNDICES**

**APÊNDICE (I)** – Plano norteador para a realização da observação participante, conversação e apontamentos dos usos legais dos patrimônios.



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
**PROGRAMA de**  
**PÓS-GRADUAÇÃO**  
**em GEOGRAFIA**  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Diamantina-MG (ano).

---

**ROTEIRO / TÓPICOS GUIA PARA A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E  
 APONTAMENTO DOS USOS LEGAIS DOS PATRIMÔNIOS**

---

Prezado(a),

O presente plano / tópicos guia norteador de observação, conversação e apontamentos faz parte da construção da tese desenvolvida pelo discente Rahyan de Carvalho Alves, no curso de pós-graduação em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), sob a orientação do professor Dr. José Antônio Souza de Deus.

A sua colaboração e veracidade na proposta de conversação são imprescindíveis para um eficiente resultado. Destacamos, ainda, que ao participar desta pesquisa, está autorizando a publicação dos dados oferecidos, e lembramos que não é preciso a identificação.

Desde já agradecemos.

### **1ª ETAPA - IDENTIFICAÇÃO**

**01** - Participante nº: ( )    **02** - Nome: \_\_\_\_\_ - opcional  
**03** - Profissão: \_\_\_\_\_    **04** - Idade: \_\_\_\_\_ anos.    **05** - Sexo: M ( ) F ( )  
**06** - Naturalidade: \_\_\_\_\_ UF ( )    **07** - Tempo de residência: \_\_\_\_\_ (anos)

### **2ª ETAPA - PONTOS GERAIS**

**08** - Quantitativo: 02 (duas) a 03 (três) pessoas por ponto/patrimônio, sendo 1 sujeito vinculado a atividade direta no patrimônio (dirigente, técnico, guia etc.) e os demais moradores do lugar.

**09** - Contexto físico: Espaço diário dos sujeitos no tocante aos usos dos patrimônios, sendo realizado os contatos/conversações após a realização do uso (a saber: nas ruas, praças, museus, igrejas, largos, casarões, escola, clube, universidade, hotel, mercado etc.).

**10** - Duração: conforme a disponibilidade, presteza e continuidade da qualidade das informações oferecidas pelos sujeitos da pesquisa.

**11** - Quantitativo de campo: para essa atividade foram realizados 06 (seis) campos, sendo: 04 (quatro) em 2019 e 02 (dois) em 2020.

**12** - O pesquisador assume o papel de ouvinte e estimulador da conversação.

### **3ª ETAPA – COMO FAZER, NARRATIVAS E QUESTÕES**

**13** - Conversação: inicialmente o moderador explica os objetivos da pesquisa, confirma a intenção do sujeito em colaborar e inicia a conversação sobre o assunto.

**14** - Ferramentas e operacionalização das discussões: será realizado por meio de gravação (áudios e vídeo), anotações via diário de campo, análise iconográficas e observações; buscando extrair e registrar o conteúdo da discussão bem como os comportamentos não verbais (expressões faciais, gestos etc.) sobre a dinâmica realizada pelos sujeitos nos monumentos e ou espaços tombados. Vale destacar que a observação foi efetivada com distanciamento social, respeitando o modo de ser, tempo, afazeres e personalidade dos sujeito da interlocução, somente após a finalização das atividades, e ou uso dos patrimônios, que a conversação foi realizada.

**15** - Temas destacados: Patrimônio, uso, significado histórico, funcionalidade, lugar e paisagem.

### **4ª ETAPA - ANÁLISES**

**16** - A análise será realizada a partir do uso legal registrado pelos sujeitos que atuam diretamente nos patrimônios e comparando com as conversações e apontamentos realizados pelos moradores, além dos dados obtidos pela observação do pesquisador, respeitando os critérios de classificação das informações adquiridas e problematizadas, a partir das relação: uso legal, uso social, cotidiano e funcionalidade do patrimônio.

**ATENÇÃO:** Autoriza o direito do uso de imagem pelo pesquisador: Sim ( ) Não ( )

“O lugar não é dado, é construído e experienciado à medida que o conhecemos melhor e temos plano para/com ele” (TUAN, 2011, p. 17).

**APÊNDICE (II) – Questionário direcionado aos moradores / *insiders* / Porta-Vozes**



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
**PROGRAMA de**  
**PÓS-GRADUAÇÃO**  
**em GEOGRAFIA**  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Diamantina-MG (ano).

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DE DIAMANTINA-MG e  
 TÓPICO-GUIA PARA OS PORTA-VOZES DOS *INSIDERS***

Prezado(a) entrevistado(a),

O presente questionário faz parte da construção da tese desenvolvida pelo discente Rahyan de Carvalho Alves, no curso de pós-graduação em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), sob a orientação do professor Dr. José Antônio Souza de Deus.

A sua colaboração respondendo a todas as questões e a veracidade na emissão das respostas são imprescindíveis para um eficiente resultado. Destacamos, ainda, que ao participar desta pesquisa, está autorizando a publicação dos dados oferecidos, e lembramos que não é preciso a identificação.

Desde já agradecemos.

**1ª ETAPA - IDENTIFICAÇÃO**

- 01** - Entrevistado (a) nº: ( )    **02** - Nome: \_\_\_\_\_ - opcional  
**03** - Bairro/Região: \_\_\_\_\_    **04** - Idade: \_\_\_\_\_ anos.    **05** - Sexo: M ( ) F ( )  
**06** - Naturalidade: \_\_\_\_\_ UF ( )    **07** - Tempo de residência: \_\_\_\_\_ (anos)  
**08** - Escolaridade: ( ) Não alfabetizado    ( ) Ensino Fundamental    ( ) Ensino Médio  
 ( ) Ensino Superior    ( ) Pós-graduação

**2ª ETAPA - PERCEPÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO**

**09** - Na sua opinião, o que é patrimônio cultural?

-----  
 -----  
 -----

**10** - Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

-----  
 -----  
 -----  
 -----

10.1 - Por que esta foto ? O que significa para você? -----

-----  
 -----  
 -----

**11 - Para você o patrimônio histórico é importante ao ponto de fazer parte da sua vida / história?**

Sim ( ) Não ( )

11.1 - Fale mais sobre essa relação-----

-----

**12 - O que mais te agrada em viver em uma cidade reconhecida como patrimônio da Humanidade?**

-----

-----

**13 - O que mais lhe desagrada em viver em uma cidade reconhecida como patrimônio da Humanidade?**

-----

-----

**14 - Você se considera parte do patrimônio de Diamantina? Sim ( ) Não ( )**

14.1 - Por que essa afirmação?

-----

-----

**15 - Para você o patrimônio representa mais a história do povo ou uma imposição do governo?**

História ( ) Imposição ( )

15.1 - Por que essa afirmação?

-----

-----

**16 - Para você o patrimônio representa principalmente ?**

O povo ( ) a UNESCO ( ) o IPHAN ( ) a Prefeitura ( ) Outros: -----

**17 - Cite referências que podem ser representantes do patrimônio:**

Algumas sugestões:	Nível de representatividade: (1) Muito (2) Pouco (3) Nenhuma
Comerciantes	( )
Líderes de Igrejas	( )
Líderes de associação de bairros	( )
Artesãos	( )
Estudantes	( )
Políticos - vereadores, prefeito etc. -	( )
Morador comum do seu bairro	( )
Qualquer residente natural de Diamantina	( )
Secretário de Cultura / IPHAN / CMPPCPC	( )

17.1 - Cite outros e fale sobre a(s) sua(s) escolha(s)

-----

-----

-----

### 3ª ETAPA - O USO DO PATRIMÔNIO

**18 -** Você é motivado a conhecer o patrimônio? Sim ( ) Não ( )

18.1 - Quem o motiva? (emergir na conversa os exemplos: a escola, empresas, governo apoia a ida aos museus, a eventos culturais, colabora na promoção de festas, de uso dos bens, solicitação de permissão para alterar alguma paisagem etc.).

-----  
 -----  
 -----

**19 -** Você vai aos patrimônios culturais da cidade? Sim ( ) Não ( )

19.1 - Frequência: ( ) Todo dia ( ) 02 vezes na semana ( ) + de 03 vezes na semana

19.2 - Quais ? (emergir exemplos: igrejas, praças, museus, prédios, vesperata, mercado etc.).

-----  
 -----  
 -----

**20 -** Você sabe o horário de funcionamento dos patrimônios ? Sim ( ) Não ( )

20.1 - Como ficou sabendo? (emergir na conversa os exemplos: escola, prefeitura, IPHAN etc.).

-----  
 -----  
 -----

**21 -** Possui facilidade ou dificuldade para usar/entrar/ter acesso ao patrimônio?

Facilidade ( ) Dificuldade ( )

21.1 - De que maneira? (emergir na conversa os exemplos: entrada, ingresso, restrição de horários, pagamentos etc.).

-----  
 -----  
 -----

**22 -** Você sabe ou já ouviu falar do IPHAN, a UNESCO e o CMPPCPC ?

Sim ( ) Não ( )

22.1 - Qual a sua opinião a respeito destas instituições?

-----  
 -----  
 -----

**23 -** Você sente algum incomodo com as imposições feitas pelo IPHAN e a UNESCO sobre os patrimônios? Sim ( ) Não ( )

23.1 - De que maneira? (emergir na conversa os exemplos: maneira de uso dos bens, solicitação de permissão para alterar alguma paisagem etc.).

-----  
 -----  
 -----

#### 4ª ETAPA - ALTERNATIVAS

24 - Você já foi convidado para participar de eventos ou assembleias que discutissem sobre os rumos dos patrimônios? Sim ( ) Não ( )

24.1 - Como foi a sua participação ? (emergir na conversa os exemplos: conseguiu participar no plenário, sua reivindicação foi atendida etc.).

-----  
 -----  
 -----

25 - Quais ações percebe como necessário para que o povo possa ter mais acesso aos bens e sentir-se pertencidos aos patrimônios?

Algumas sugestões	Nível de necessidade : (1) necessário (2) urgente (3) dispensável
Espaço gratuito para o povo participar de educação patrimonial	( )
Entrada franca em eventos que tem o uso dos patrimônios	( )
Melhor sinalização e informação dos patrimônios	( )
Cursos e palestras sobre a história dos patrimônios	( )
Clareza nas informações sobre os eventos da cidade	( )
Realizar a divulgação de assembleias sobre patrimônio	( )
Priorizar os moradores sobre o uso dos patrimônios	( )

25.1 - Cite mais ações:

-----  
 -----  
 -----

26 - Se tivesse o poder de decisão, qual tomaria sobre essa questão:

“Manter o patrimônio de Diamantina, alterá-lo ou destruí-lo ?”		
Manter o patrimônio ( )	Alterar o patrimônio ( )	Destruir o patrimônio ( )

26.1 - Por que dessa decisão:

-----  
 -----  
 -----

**ATENÇÃO:** Autoriza o direito do uso de imagem pelo pesquisador: Sim ( ) Não ( )

“O lugar não é dado, é construído e experienciado à medida que o conhecemos melhor e temos plano para/com ele” (TUAN, 2011, p. 17).

**APÊNDICE (III)** – Entrevistas com os secretários do IPHAN, da servidora responsável pela educação patrimonial na SECTUR e um membro do CMPPCPC.



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
**PROGRAMA de**  
**PÓS-GRADUAÇÃO**  
 em **GEOGRAFIA**  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Diamantina-MG (ano).

---

**ROTEIRO / TÓPICOS GUIA PARA AS ENTREVISTAS NÃO DIRETIVAS**

---

Prezado(a) entrevistado(a),

O presente roteiro / tópicos guia faz parte da construção da tese desenvolvida pelo discente Rahyan de Carvalho Alves, no curso de pós-graduação em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), sob a orientação do professor Dr. José Antônio Souza de Deus.

A sua colaboração respondendo a todas as questões e a veracidade na emissão das respostas são imprescindíveis para um eficiente resultado. Destacamos, ainda, que ao participar desta pesquisa, está autorizando a publicação dos dados oferecidos, e lembramos que não é preciso a identificação.

Desde já agradecemos.

### 1ª ETAPA - IDENTIFICAÇÃO

- 01** - Participante nº: ( )    **02** - Nome: \_\_\_\_\_ - opcional  
**03** - Profissão/Setor: \_\_\_\_\_    **04** - Idade: \_\_\_\_ anos.    **05** - Sexo: M ( ) F ( )  
**06** - Naturalidade: \_\_\_\_\_ UF ( )    **07** - Tempo de residência: \_\_\_\_\_ (anos)

### 2ª ETAPA - PERCEPÇÃO SOBRE A LEGITIMIDADE

- 08** - Para você o que significa o patrimônio de Diamantina?  
**09** - O órgão reconhece qual o significado e critério para o tombamento e a preservação do patrimônio (histórico-geográfico e ou outros)?  
**10** - O patrimônio como está posto representa um legado genuinamente do povo local?  
 10.1 - Se sim, de que maneira?  
 10.2 - Em caso de resposta negativa, como deveria ser?

### 3ª ETAPA - PERCEPÇÃO SOBRE O USO DO PATRIMÔNIO

- 11** - Como o órgão percebe o uso do patrimônio pelo morador?



11.1 - Pensa em outras maneiras de uso? Se sim, como?

**12** - Você acha que para o diamantinense o uso do patrimônio é algo natural (fruto do cotidiano) ou percebe que tem, nesse processo, uma intenção relacionada ao valor cultural?

#### **4ª ETAPA - PERCEPÇÃO SOBRE O ASPECTO LEGAL**

**13** - Você percebe que existe uma sobreposição entre o valor histórico-geográfico do patrimônio ao querer do povo diamantinense?

**14** - As imposições feitas pelo órgão frente a comunidade para a preservação e mercantilização do patrimônio é promovido a partir de quais valores sociais e técnicos?

14.1 - A população entende esse processo? Se sim, como? Caso a resposta seja negativa, a que deve esse entendimento?

**15** - O povo participa das assembléias e das decisões do órgão?

15.1 - Se sim, percebe como um processo harmônico ou impositivo? Produtivo ou conflitante?

15.2 - Em caso de resposta negativa, o porquê dessa situação?

#### **5ª ETAPA - POSSÍVEIS ALTERNATIVAS**

**16** - Existe algum projeto que desenvolvam que valoriza o patrimônio (o fazer, o saber) do povo diamantinense?

16.1 - Se sim, qual objetivo proposto e em que etapas encontra o projeto?

16.2 - Em caso de resposta negativa, por quê?

16.3 - Pensa em algum projeto desta natureza?

**17** - Quais medidas são possíveis de serem executadas para que o povo possa sentir mais próximo (acesso e uso) e pertencentes aos patrimônios?

**18** - Quando se fala em patrimônio o órgão percebe que existe um meio termo ou a decisão é unicamente: “Mantê-lo, alterá-lo ou destruí-lo?”

**19** - Quais alternativas o órgão pode ofertar a comunidade sobre a seguinte questão: “preservar a história (patrimônio) e a mesmo tempo construir a sua (desconstrução e ressignificação de paisagens)?”

**ATENÇÃO:** Autoriza o direito do uso de imagem pelo pesquisador: Sim ( ) Não ( )

“O lugar não é dado, é construído e experienciado à medida que o conhecemos melhor e temos plano para/com ele” (TUAN, 2011, p. 17).

**APÊNDICE (IV)** – Entrevistas com a gerente pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e pela servidora responsável pela educação patrimonial na SECTUR.



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
**PROGRAMA de**  
**PÓS-GRADUAÇÃO**  
*em* **GEOGRAFIA**  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Diamantina-MG (ano).

---

**ROTEIRO / TÓPICOS GUIA PARA AS ENTREVISTAS NÃO DIRETIVAS**

---

Prezado(a) entrevistado(a),

O presente roteiro / tópicos guia faz parte da construção da tese desenvolvida pelo discente Rahyan de Carvalho Alves, no curso de pós-graduação em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), sob a orientação do professor Dr. José Antônio Souza de Deus.

A sua colaboração respondendo a todas as questões e a veracidade na emissão das respostas são imprescindíveis para um eficiente resultado. Destacamos, ainda, que ao participar desta pesquisa, está autorizando a publicação dos dados oferecidos, e lembramos que não é preciso a identificação.

Desde já agradecemos.

### 1ª ETAPA - IDENTIFICAÇÃO

**01** - Participante nº: ( )    **02** - Nome: \_\_\_\_\_ - opcional  
**03** - Profissão/setor: \_\_\_\_\_    **04** - Idade: \_\_\_\_anos.    **05** - Sexo: M ( ) F ( )  
**06** - Naturalidade: \_\_\_\_\_ UF ( )    **07** - Tempo de residência: \_\_\_\_\_ (anos)

### 2ª ETAPA - PERCEPÇÃO SOBRE A LEGITIMIDADE

**08** - Para a secretaria o que significa o patrimônio de Diamantina?

**09** - O patrimônio como está posto (ofertado) representa um legado genuinamente do povo / aluno / família dos alunos / professores?

2.1 - Se sim, de que maneira?

2.2 - Em caso de resposta negativa, como deveria ser?

### **3ª ETAPA - PERCEPÇÃO SOBRE O USO DO PATRIMÔNIO**

**10** - Como a secretaria percebe o uso do patrimônio pelos alunos, seus familiares e pelos professores?

10.1 - Pensa em outras maneiras de uso? Se sim, como?

**11** - Você acha que para o diamantinense o uso do patrimônio é algo natural (fruto do cotidiano) ou percebe que tem, nesse processo, outra intenção (exemplo, comercial)?

### **4ª ETAPA - PERCEPÇÃO SOBRE O ASPECTO LEGAL**

**12** - A secretaria percebe que existe uma sobreposição entre o valor histórico-geográfico do patrimônio ao querer do povo diamantinense? (Eles querem o patrimônio como está ou desejam alterá-lo, ou até mesmo não querem o patrimônio).

**13** - Os alunos e seus familiares acham importante o patrimônio e o entende como algo relativo à sua vida?

13.1 - Se sim, de que maneira?

13.2 - Caso a resposta seja negativa, a que deve esse entendimento?

### **5ª ETAPA - POSSÍVEIS ALTERNATIVAS**

**14** - Existe algum programa ou projeto que desenvolvam nas escolas e na comunidade que valoriza o patrimônio do povo diamantinense?

14.1 - Se sim, qual objetivo proposto, quais etapas já foram efetuadas e em que etapas se encontra o projeto? (Nessa pergunta pode listar todos os projetos e atividades que foram desenvolvidas pela secretaria, seus objetivos, duração, público-alvo, espaços usados, relação professor-aluno, inserindo ou anexando no e-mail fotos etc. - tema geral: educação patrimonial nas escolas).

14.2 - Em caso de resposta negativa, por quê?

14.3 - Pensa em algum projeto desta natureza?

**15** - Existe a inserção (ou estudam tal possibilidade) do tema patrimônio na grade curricular ou como um projeto posto no calendário escolar?

15.1 - Se sim, de que maneira e como é trabalhado o tema?

15.2 - Em caso de resposta negativa, por quê?

15.3 - Os alunos e seus familiares entendem a importância desse tema? Como?

15.4 - Os professores entendem a importância dessa proposta e desse trabalho?

**16** - A instituição já consegue perceber algum avanço sobre a percepção dos alunos, familiares e professores do valor do patrimônio a partir da atuação dos projetos e atividades desenvolvidos pela secretaria de educação?

16.1 - Se sim, como?

16.2 - Em caso de resposta negativa, por quê?

**17** - Existe um espaço ou um projeto da escola junto aos museus, praças, prédios tombados e com parcerias com empresas, outras instituições de ensino etc., que valorize a educação patrimonial? Existe parcerias da secretaria de ensino com os guias, gestores culturais, secretaria de cultura e patrimônio e com o conselho patrimonial) ?

17.1 - Se sim, como se desenvolve este trabalho?

17.2 - Em caso de resposta negativa, por quê?

17.3 - Pensa em algum projeto desta natureza?

**18** - Gentileza, sinta-se à vontade para destacar o trabalho da secretaria, e pasta de trabalho, sobre a temática Patrimônio e Educação Patrimonial.

**19** - Todos os arquivos (fotográficos), projetos e outros que puderem ser disponibilizados, iremos agradecer.

**ATENÇÃO:** Autoriza o direito do uso de imagem pelo pesquisador: Sim ( ) Não ( )

“O lugar não é dado, é construído e experienciado à medida que o conhecemos melhor e temos plano para/com ele” (TUAN, 2011, p. 17).

**ANEXOS**

**ANEXO (I) - Resolução sobre os critérios de elegibilidade, seleção, procedimentos, proposição e preparação de dossiês do Patrimônio Cultural Imaterial, IPHAN.**

---

### **RESOLUÇÃO Nº 001, DE 05 DE JUNHO DE 2009**

---

Dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção, bem como os procedimentos a serem observados na proposição e preparação de dossiês de candidaturas de bens culturais imateriais para inscrição na Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente e na Lista Representativa do Patrimônio Cultural e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, na qualidade de Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º c/c o art. 21, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009,

CONSIDERANDO as disposições da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Conferência Geral da Unesco em sua 32ª Sessão, em 29 de setembro de 2003, e ratificada pelo Governo brasileiro em 1º de março de 2006, CONSIDERANDO as disposições estabelecidas nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial adotadas pela Assembléia Geral dos Estados Partes em sua 2ª Reunião Ordinária, realizada em junho de 2008,

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial,

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de listas indicativas para o encaminhamento de candidaturas de bens culturais de natureza imaterial às listas da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;

CONSIDERANDO a importância do reconhecimento internacional da contribuição dos grupos formadores da sociedade brasileira na ampliação do diálogo entre as culturas do mundo, resolve:

#### **Dos objetivos**

Art. 1º Estabelecer e tornar públicos os critérios de elegibilidade e seleção, bem como os procedimentos a serem observados na proposição e preparação de dossiês de candidaturas de bens culturais imateriais para inscrição na **Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente** e na **Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade**, criadas pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Art. 2º Estabelecer e tornar públicos os critérios de elegibilidade e seleção, bem como os procedimentos a serem observados na seleção de programas, projetos e atividades como práticas que melhor refletem e incorporam os princípios e objetivos da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

#### **Da elegibilidade de candidaturas para a Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente**

Art. 3º São elegíveis para proposição de candidaturas à **Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente** bens constitutivos do patrimônio cultural imaterial, tal como definido no

artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, e que preencham os seguintes requisitos: estejam em risco de desaparecimento, a despeito dos esforços desenvolvidos por parte da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do bem cultural, assim como pelo poder público, para fomentar sua vigência e continuidade; contem com a participação mais ampla possível da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do bem cultural, e com sua anuência prévia, livre e informada à proposta de candidatura; estejam incluídos ou em processo de inclusão no Inventário Nacional de Referências Culturais ou em outro inventário oficial dos poderes estadual ou municipal; aqueles cuja prática e transmissão por parte da comunidade, grupo ou indivíduos detentores, possam ter sua continuidade assegurada pela implementação de medidas de salvaguarda; estejam seriamente ameaçados e necessitem de implementação **extremamente urgente** de um plano de ação.

Parágrafo único. Em caso de **extrema urgência** de salvaguarda, poderão ser aceitas candidaturas que tenham como proponentes as comunidades, grupos ou indivíduos detentores e que, tendo sido previamente encaminhadas ao Iphan, obtenham parecer favorável da unidade responsável pela coordenação da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

### **Dos critérios de seleção de candidaturas para a Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente**

Art. 4º A proposta de candidatura de um bem cultural à Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente será examinada e selecionada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural com base no critério estabelecido no inciso I deste artigo, e em um ou mais dos seguintes critérios: o bem é referência fundamental para o contexto cultural em que se insere, atende o requisito de continuidade histórica e é importante para o estabelecimento do diálogo entre os vários contextos culturais existentes no país; a salvaguarda do bem cultural demanda visibilidade e apoio no plano internacional; o bem cultural é de ocorrência transnacional e sua salvaguarda se beneficia de articulação no plano internacional; salvaguarda do bem cultural tem caráter exemplar para casos similares; há necessidade urgente de documentação do bem cultural devido à situação de desaparecimento iminente em que se encontra por processo de extinção irreversível; o bem se encontra em risco de desaparecimento enquanto prática inserida na vida cotidiana de grupos formadores da sociedade brasileira.

### **Dos procedimentos para o exame, acolhimento e envio de propostas de candidatura.**

Art. 5º O requerimento para exame e aprovação de candidaturas à **Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente** poderá ser apresentado pelo Ministro de Estado da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias de Cultura Estaduais, Municipais e do Distrito Federal ou por associações da sociedade civil.

Art. 6º O requerimento para o exame e aprovação de candidaturas à **Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente** deverá ser dirigido ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, podendo ser encaminhado diretamente a este ou por intermédio das demais unidades da instituição.

Art. 7º O requerimento será apresentado em documento original, datado e assinado, acompanhado das seguintes informações e documentos: identificação do proponente (nome, endereço, telefone, e-mail); justificativa da candidatura; documentação oriunda do inventário no qual o bem está incluído ou em processo de inclusão, contendo, no mínimo, denominação, descrição sucinta e informações históricas básicas sobre o bem cultural candidato à inscrição; informações gerais que comprovem a necessidade de salvaguarda urgente e demonstrem que o bem preenche os requisitos de elegibilidade constantes do artigo 3º desta Resolução; referências documentais e bibliográficas disponíveis; declaração formal de representante da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do bem cultural – respeitadas suas formas ou mecanismos de

organização social e política – ou de seus membros, expressando o interesse e a anuência com a candidatura.

§ 1º Caso o requerimento não contenha a documentação mínima necessária, o IPHAN oficiará ao proponente para que a complemente no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento da proposta.

§ 2º - Em casos de necessidade **extremamente urgente** de salvaguarda o requerimento poderá atender apenas aos incisos I, II e VI deste artigo.

Art. 8º A proposta de candidatura, acompanhada de avaliação técnica preliminar feita pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, será submetida à Câmara do Patrimônio Imaterial para apreciação quanto à sua pertinência, à luz do estabelecido no Artigo 4º desta Resolução.

§ 1º Em casos de necessidade **extremamente urgente** de salvaguarda, a apreciação referida no caput poderá considerar apenas o inciso I do Artigo 4º.

§ 2º No caso de a proposta ser julgada pertinente, a Câmara do Patrimônio Imaterial dará conhecimento ao Conselho Consultivo, e o IPHAN notificará ao proponente que o dossiê de candidatura poderá ser elaborado, informando-o sobre o calendário da Unesco relativo às inscrições na **Lista dos Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente**.

§3º No caso de a proposta ser julgada improcedente, a Câmara do Patrimônio Imaterial submeterá seu entendimento ao Conselho Consultivo, cuja deliberação será encaminhada ao IPHAN para a notificação do interessado em relação a essa decisão e posterior arquivamento do pedido.

Art. 9º A elaboração do dossiê de candidatura é de responsabilidade do proponente, podendo ser realizada pelo Iphan ou por instituição pública ou privada que detenha competência para tanto quando o proponente não tiver condições técnicas para fazê-lo ou quando se tratar de bem cultural que demanda **salvaguarda extremamente urgente**.

Parágrafo único. Caso o proponente não tenha condições financeiras para elaborar o dossiê de candidatura, o Iphan poderá, dentro de suas possibilidades orçamentárias, destinar recursos para esta ação e/ou envidar esforços para obtê-los por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI ou junto a outras instituições públicas ou privadas, desde que sejam observadas as normas pertinentes em cada caso estabelecidas no ordenamento jurídico pátrio.

Art. 10 O dossiê de candidatura deverá ser elaborado de acordo com o **Formulário ICH-01**, constante do anexo das Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, cuja tradução para o português consta no endereço eletrônico <http://www.unesco.org>.

Parágrafo único. A elaboração do dossiê de candidatura será acompanhada e supervisionada pelo IPHAN, que solicitará sua complementação ou a complementar, no que couber.

Art. 11. Concluído o dossiê de candidatura, ele será examinado pelo Iphan, que avaliará a qualidade da documentação produzida, remetendo-o, caso aprovado, à Unesco.

Da elegibilidade de candidaturas para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade



Art. 12. São elegíveis para proposição de candidaturas à **Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade** bens culturais que preencham os seguintes requisitos: o bem cultural está registrado como Patrimônio Cultural do Brasil, de acordo com o Decreto nº 3.551/2000; a inscrição do bem contribuirá para assegurar a visibilidade, a tomada de consciência sobre a importância do patrimônio cultural imaterial e a ampliação do diálogo entre as culturas, refletindo a diversidade cultural do mundo e testemunhando a criatividade humana; o plano de salvaguarda do bem cultural está formulado, em implementação ou concluído; a proposta de candidatura conta com a participação mais ampla possível da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do bem cultural e com sua anuência prévia, livre e informada.

#### **Dos critérios de seleção de candidaturas para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**

Art. 13. A seleção de um bem cultural registrado para a **Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade** será realizada com base nos seguintes critérios: o bem cultural é importante para o estabelecimento ou para o fortalecimento do diálogo entre os vários contextos culturais existentes no mundo; o bem cultural é representativo dos processos culturais constitutivos da sociedade brasileira e das várias situações sociais, ambientais e geopolíticas existentes no país; a candidatura do bem cultural contribui para reforçar a imagem culturalmente e diversificada do Brasil no exterior; o bem cultural transcende sua base social originária e possui, atualmente, significado para amplas parcelas da população brasileira.

Parágrafo único. As candidaturas selecionadas comporão uma lista indicativa pelo prazo de 5 (cinco) anos, com revisões bianuais.

#### **Dos procedimentos para a priorização e envio de propostas de candidatura.**

Art. 14. Propostas de inclusão de bens registrados à **Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade** poderão ser encaminhadas ao Iphan pelo Ministro de Estado da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias de Cultura Estaduais, Municipais e do Distrito Federal ou por associações da sociedade civil.

§ 1º O requerimento que solicita a inclusão de bem cultural registrado na **Lista Representativa** deverá ser dirigido ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, podendo ser encaminhado diretamente a este ou por intermédio das demais unidades da instituição.

§ 2º O requerimento deverá ser datado, assinado e acompanhado das seguintes informações: identificação do proponente (nome, endereço, telefone, e-mail); justificativa da candidatura; declaração formal de representante da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do bem cultural ou de seus membros – respeitadas suas formas ou mecanismos de organização social e política – expressando o interesse e a anuência com a candidatura.

§ 3º Caso o requerimento não contenha a documentação mínima necessária, o Iphan oficiará ao proponente para que a complemente no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento da proposta.

Art. 15. Caberá à unidade do IPHAN responsável pela coordenação da política de salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial reunir essas propostas e examiná-las em nível preliminar.

Art. 16. A proposta de candidatura, acompanhada da avaliação preliminar feita pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, sobre sua inclusão na lista indicativa, será

submetida à Câmara do Patrimônio Imaterial para apreciação quanto à sua pertinência e grau de prioridade, à luz dos critérios estabelecidos no artigo 13 desta Resolução.

§ 1º Deverá ser observada, sempre que possível, a inclusão equitativa de bens culturais pertencentes às várias categorias que compõem o universo do patrimônio cultural de natureza imaterial, conforme estabelece o Decreto nº 3.551/2000.

§ 2º O entendimento da Câmara do Patrimônio Imaterial será submetido ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para deliberação final.

Art. 17. No caso de a deliberação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural ser favorável à inclusão, o IPHAN notificará essa decisão ao proponente e o informará sobre a ordem de prioridade definida para instrução e envio da candidatura, considerado o calendário da Unesco para inscrições na **Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**.

Parágrafo único. No caso de a proposta ser julgada improcedente, a Câmara do Patrimônio Imaterial submeterá seu entendimento ao Conselho Consultivo, cuja deliberação será encaminhada ao IPHAN para a notificação do interessado em relação a essa decisão e posterior arquivamento do pedido.

Art. 18. A elaboração do dossiê de candidatura é de responsabilidade do proponente, podendo ser realizada pelo Iphan ou por instituição pública ou privada que detenha competência para tanto, quando o proponente não tiver condições técnicas para fazê-lo.

Parágrafo único. Caso o proponente não tenha condições financeiras para elaborar o dossiê de candidatura, o Iphan poderá, dentro de suas possibilidades orçamentárias, destinar recursos para esta ação e/ou envidar esforços para obtê-los por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI ou junto a outras instituições públicas ou privadas, desde que sejam observadas as normas pertinentes em cada caso estabelecidas no ordenamento jurídico pátrio.

Art. 19. O dossiê de candidatura deverá ser elaborado de acordo com **Formulário ICH-02**, constante do anexo das Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Parágrafo único. A elaboração do dossiê de candidatura será acompanhada e supervisionada pelo Iphan, que solicitará sua complementação ou a complementarizar, no que couber.

Art. 20. Concluído o dossiê de candidatura, ele será examinado pelo Iphan, que avaliará a qualidade da documentação produzida, remetendo-o, caso aprovado, à Unesco.

§ 1º Para a remessa à Unesco, o dossiê deverá ser transcrito para o inglês ou francês.

§ 2º O Presidente do Iphan dará conhecimento do envio do dossiê ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

**Dos critérios de elegibilidade e seleção de programas, projetos e atividades como práticas que melhor concretizam os princípios da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.**

Art. 21. São elegíveis para indicação como práticas elaboradas em conformidade com os princípios que regem a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial os programas, projetos ou atividades que preencham os seguintes requisitos: ser formulado por instituição brasileira de direito público ou privado, individualmente ou em parceria com

organismos nacionais e/ou internacionais; ser implementado ou ter previsão de implementação no território nacional; estar em nível de projeto, em curso ou concluído; permitir a avaliação de sua eficácia enquanto ação que contribuiu ou contribuirá substancialmente para a salvaguarda do(s) bem(ns) cultural(ais) imaterial(ais) a que se destina; contar com a participação da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do(s) bem(ns) cultural(ais) a que se destina em sua concepção e implementação; poder servir de modelo para atividades de salvaguarda no plano nacional, sub-regional e/ou regional; apresentar disposição expressa dos responsáveis pela concepção e implementação do projeto em cooperar com sua difusão como boa prática no campo da salvaguarda do patrimônio cultural.

§ 1º Serão priorizados os programas, projetos e atividades que tenham a comunidade, grupo ou indivíduos detentores do(s) bem (ns) cultural (is) a que se destinam como protagonistas na sua implementação.

§ 2º Serão priorizados programas, projetos e atividades premiados em concursos ou editais das áreas de cultura e educação.

Dos procedimentos para a inclusão de programas, projetos e atividades na lista indicativa das boas práticas de salvaguarda, para priorização e envio de candidaturas.

Art. 22. Propostas de candidaturas de programas, projetos e atividades para reconhecimento como boas práticas de salvaguarda poderão ser encaminhadas ao Iphan pelo Ministro de Estado da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias de Cultura Estaduais, Municipais e do Distrito Federal ou por associações da sociedade civil.

§ 1º O requerimento deverá ser dirigido ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, podendo ser encaminhado diretamente a este ou por intermédio das demais unidades da instituição.

§ 2º O requerimento deverá ser datado, assinado e acompanhado das seguintes informações: identificação do proponente (nome, endereço, telefone, e-mail); justificativa da candidatura; informações gerais sobre o programa, projeto ou atividade, contendo denominação, localização ou área de abrangência, objetivos, descrição sumária do seu escopo, informações sobre o tipo de participação da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do bem(ns) cultural(ais) na sua formulação/implementação e sobre os resultados previstos/alcançados; declaração formal de representante da comunidade, grupo ou indivíduos detentores do bem cultural ou de seus membros – respeitadas suas formas ou mecanismos de organização social e política –, expressando o interesse na candidatura do programa, projeto ou atividade para reconhecimento como boa prática de salvaguarda e contendo sua concordância em colaborar em ações de difusão, caso a ação venha a ser selecionada pela Unesco.

§ 3º - Caso o requerimento não contenha a documentação mínima necessária, o IPHAN oficiará ao proponente para que a complemente no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento da proposta.

Art. 23. Caberá à unidade do IPHAN responsável pela coordenação da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial reunir essas propostas e examiná-las em nível preliminar.

Art. 24. A proposta de candidatura, acompanhada da avaliação preliminar feita pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, será submetida à Câmara do Patrimônio Imaterial para apreciação quanto à sua pertinência e grau de prioridade, à luz dos critérios estabelecidos no artigo 21 desta Resolução.

§ 1º Deverá ser observada, sempre que possível, a inclusão eqüitativa de programas, projetos ou atividades oriundos das várias regiões e contextos socioculturais do país e que contemplem diferentes categorias e dimensões que compõem o universo do patrimônio cultural imaterial.

§ 2º O entendimento da Câmara do Patrimônio Imaterial será submetido ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para deliberação final.

Art. 25. No caso de a deliberação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural ser favorável, o Iphan notificará essa decisão ao proponente e o informará sobre a ordem de prioridade definida para instrução e envio da candidatura, considerado o calendário estabelecido pela Unesco para essa seleção.

Parágrafo único. No caso de a proposta ser julgada improcedente, a Câmara do Patrimônio Imaterial submeterá seu entendimento ao Conselho Consultivo, cuja deliberação será encaminhada ao IPHAN para a notificação do interessado em relação a essa decisão e posterior arquivamento do pedido.

Art. 26. A elaboração do dossiê de candidatura do programa, projeto ou atividade é de responsabilidade do proponente, podendo ser realizada pelo Iphan ou por instituição pública ou privada que detenha competência para tanto, quando o proponente não tiver condições técnicas para fazê-lo.

Parágrafo único. Caso o proponente não tenha condições financeiras para elaborar o dossiê de candidatura, o Iphan poderá, dentro de suas possibilidades orçamentárias, destinar recursos para esta ação e/ou envidar esforços para obtê-los por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI ou junto a outras instituições públicas ou privadas, desde que sejam observadas as normas pertinentes em cada caso estabelecidas no ordenamento jurídico pátrio.

Art. 27. O dossiê de candidatura deverá ser elaborado de acordo com **Formulário ICH-03**, constante do anexo das Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, cuja tradução para o português consta do Anexo 3 desta Resolução e cujos originais em inglês e francês podem ser obtidos no endereço eletrônico <http://www.unesco.org>.

Parágrafo único. A elaboração do dossiê de candidatura será acompanhada e supervisionada pelo IPHAN, que solicitará sua complementação ou a complementar, no que couber.

Art. 28. Concluído o dossiê de candidatura, ele será examinado pelo IPHAN, que avaliará a qualidade da documentação produzida, remetendo-o, caso aprovado, à Unesco.

§ 1º Para a remessa à Unesco, o dossiê deverá ser transcrito para o inglês ou francês.

§ 2º O Presidente do Iphan dará conhecimento do envio do dossiê ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA  
Presidente do IPHAN

## Ficha ICH-01

<b>Formato para Indicação para a Inclusão na Lista de Salvaguarda Urgente</b>	
<b>Capa</b>	
<b>A. Estado(s)-parte(s)</b>	
<b>B. Nome do Elemento</b>	Não deve exceder 200 caracteres
<b>C. Comunidade(s), grupo(s) ou, se aplicável, indivíduo(s) interessados</b>	Não deve exceder 100 palavras
<b>D. Breve descrição textual do elemento indicado</b>	Não deve exceder 200 palavras
<b>E. Breve declaração sobre a viabilidade do elemento, sua necessidade de salvaguarda e medidas de salvaguarda propostas</b>	Não deve exceder 300 palavras
<b>Indicação</b>	
<b>1. Identificação do elemento</b>	
<b>1a. Nome do elemento</b>	
<b>1.b. Outro(s) nome(s) do elemento, caso haja</b>	
<b>1.c. Identificação da(s) comunidade(s), grupo(s) ou, se aplicável, indivíduo(s) interessados e suas localizações</b>	
<b>1.d. Localização e faixa geográfica do elemento</b>	
<b>1.e. Domínio(s) representado(s) pelo elemento</b>	
<b>2. Descrição do elemento (conforme Critério U.1)</b>	
Não deve exceder 1000 palavras	
<b>3. Necessidade de salvaguarda urgente (conforme Critério U.2)</b>	
<b>3.a. Análise de viabilidade</b>	Não deve exceder 500 palavras
<b>3.b. Análise de risco e ameaças</b>	Não deve exceder 500 palavras
<b>4. Medidas de salvaguarda (conforme Critério U.3)</b>	
<b>4.a. Esforços atuais e recentes para a salvaguarda do elemento</b>	Não deve exceder 500 palavras
<b>4.b. Medidas de salvaguarda propostas</b>	Não deve exceder 2000 palavras
<b>4.c. Compromisso dos Estados e das Comunidades, grupos ou indivíduos interessados</b>	Não deve exceder 500 palavras
<b>5. Envolvimento e consentimento da comunidade (conforme Critério U.4)</b>	
<b>5.a. Participação das comunidades, grupos e indivíduos</b>	
<b>5.b. Consentimento livre, prévio e fundamentado</b>	
<b>5.c. Respeito pelas práticas costumarias que governam o acesso ao elemento</b>	
<b>6. Inclusão em inventário (conforme Critério U.5)</b>	
<b>7. Documentação</b>	
<b>7.a. Documentação exigida e suplementar</b>	
<b>7.b. Cessão de direitos ou licença Criativa Comum</b>	
<b>7.c. Lista de recursos adicionais</b>	Não deve exceder uma página
<b>8. Informação para contato</b>	
<b>8.a. Estado-parte que apresenta a indicação</b>	

<b>8.b. Pessoa para contato por correspondência</b>
<b>8.c. Órgão competente envolvido</b>
<b>8.d. Organização(ões) ou representante(s) comunitário(s) envolvidos</b>
<b>9. Assinatura em nome do Estado-parte</b>

**Ficha ICH-02**

<b>Formato para Indicação para a Inclusão na Lista Representativa</b>
<b>Capa</b>
<b>A. Estado-parte</b>
<b>B. Nome do Elemento</b> Não deve exceder 200 caracteres
<b>C. Comunidade(s), grupo(s) ou, se aplicável, indivíduo(s) interessados</b> Não deve exceder 100 palavras
<b>D. Breve descrição textual do elemento indicado</b> Não deve exceder 200 palavras
<b>Indicação</b>
<b>1. Identificação do elemento</b>
<b>1.a. Nome do elemento</b>
<b>1.b. Outro(s) nome(s) do elemento, caso haja</b>
<b>1.c. Identificação da(s) comunidade(s), grupo(s) ou, indivíduo(s) interessados e local(is)</b>
<b>1.d. Localização e faixa geográfica do elemento</b>
<b>1.e. Domínio(s) representado(s) pelo elemento</b>
<b>2. Descrição do elemento (conforme Critério U.1)</b> Não deve exceder 1000 palavras
<b>3. Contribuição para garantir a visibilidade e conscientização e para encorajar o diálogo (conforme Critério U.2)</b> Não deve exceder 1000 palavras
<b>4. Medidas de salvaguarda (conforme Critério U.3)</b>
<b>4.a. Esforços atuais e recentes para a salvaguarda do elemento</b> Não deve exceder 500 palavras
<b>4.b. Medidas de salvaguarda propostas</b> Não deve exceder 1000 palavras
<b>4.c. Compromisso dos Estados e das Comunidades, grupos ou indivíduos interessados</b> Não deve exceder 500 palavras
<b>5. Envolvimento e consentimento da comunidade (conforme Critério U.4)</b>
<b>5.a. Participação das comunidades, grupos e indivíduos</b>
<b>5.b. Consentimento livre, prévio e fundamentado</b>
<b>5.c. Respeito pelas práticas costumarias que governam o acesso ao elemento</b>
<b>6. Inclusão em inventário (conforme Critério U.5)</b>
<b>7. Documentação</b>
<b>7.a. Documentação exigida e suplementar</b> (as quantidades são apresentadas na Parte 3)
<b>7.b. Cessão de direitos ou licença Criativa Comum</b>
<b>7.c. Lista de recursos adicionais</b> Não deve exceder uma página
<b>8. Informação para contato</b>
<b>8.a. Estado-parte que apresenta a indicação</b>
<b>8.b. Pessoa para contato por correspondência</b>
<b>8.c. Órgão competente envolvido</b>

<b>8.d. Organização(ões) ou representante(s) comunitário(s) envolvidos</b>
<b>9. Assinatura em nome do Estado-parte</b>
<b>Ficha ICH-03</b>
<b>Proposta de programas, projetos e atividades a serem selecionados e promovidos por melhor refletirem os princípios e objetivos da Convenção</b>
<b>Capa</b>
<b>A. Estado-parte</b>
<b>B. Nome do programa, projeto ou atividade proposto para a seleção e promoção:</b> Não deve exceder 200 caracteres
<b>C. Escopo do programa, projeto ou atividade:</b> <input type="checkbox"/> nacional <input type="checkbox"/> sub-regional <input type="checkbox"/> regional <input type="checkbox"/> internacional (incluindo áreas geograficamente descontínuas)
<b>D. Status do programa, projeto ou atividade</b> <input type="checkbox"/> concluído <input type="checkbox"/> em progresso <input type="checkbox"/> planejado
<b>E. Comunidade(s), grupo(s) ou, se aplicável, indivíduo(s)</b> Não deve exceder 100 palavras
<b>F. Breve descrição textual do programa, projeto ou atividade</b> Não deve exceder 200 palavras
<b>Proposta</b>
<b>1. Identificação do programa, projeto ou atividade a ser selecionado e promovido</b>
<b>1.a. Nome do programa, projeto ou atividade</b>
<b>1.b. Identificação da(s) comunidade(s), grupo(s) ou, se aplicável, indivíduo(s) interessados e suas localizações</b>
<b>1.c. Localização e faixa geográfica do programa, projeto ou atividade</b>
<b>1.d. Domínio(s) representado(s) pelo programa, projeto ou atividade, se aplicável</b>
<b>2. Descrição do programa, projeto ou atividade</b>
<b>2.a. Histórico e base lógica:</b> Não deve exceder 500 palavras
<b>2.b. Medidas de salvaguarda envolvidas</b> Não deve exceder 500 palavras
<b>3. Porque este programa, projeto ou atividade merece ser selecionado</b>
<b>3.a. Como reflete os princípios e objetivos da Convenção</b> Não deve exceder 500 palavras
<b>3.b. Sua efetividade, demonstrada ou razoavelmente esperada</b> Não deve exceder 500 palavras
<b>3.c. Como pode promover a coordenação em nível regional, sub-regional e/ou internacional, se aplicável</b> Não deve exceder 500 palavras
<b>4. Envolvimento e consentimento da comunidade</b>
<b>4.a. Participação das comunidades, grupos ou indivíduos no programa, projeto e afins</b>
<b>4.b. Consentimento livre, prévio e fundamentado a esta proposta</b>
<b>5. Disposição em cooperar com a disseminação das melhores práticas</b> Não deve exceder 500 palavras
<b>6. Informação para contato</b>
<b>6.a. Estado-parte que apresenta a indicação</b>
<b>6.b. Pessoa para contato por correspondência</b>

UNESCO. **Lista de bem considerados Patrimônio da Humanidade**. 2020. Disponível: <<<http://whc.unesco.org/en/list/>>> em: Acesso em: 13 abr. 2020.

**ANEXO (II) - Protecção Internacional de Patrimónios em Perigo, UNESCO.****Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, na sua décima sétima sessão:

Constatando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através e fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes;

CONSIDERANDO que a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo; Considerando que a protecção de tal património à escala nacional é a maior parte das vezes insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos económicos, científicos e técnicos do país no território do qual se encontra o bem a salvaguardar;

Relembrando que o Acto Constitutivo da Organização prevê a ajuda à conservação, progresso e difusão do saber, promovendo a conservação e protecção do património universal e recomendando aos povos interessados convenções internacionais concluídas para tal efeito;

CONSIDERANDO que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam;

CONSIDERANDO que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo;

CONSIDERANDO que, perante a extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à colectividade internacional, no seu todo, participar na protecção do património cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência colectiva que sem se substituir à acção do Estado interessado a complete de forma eficaz;

CONSIDERANDO que se torna indispensável a adopção, para tal efeito, de novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de protecção colectiva do património cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos;

Após ter decidido aquando da sua décima sexta sessão que tal questão seria objecto de uma convenção internacional; adopta no presente dia 16 de novembro de 1972 a presente Convenção.

**I - Definições do património cultural e natural****ARTIGO 1.º Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:**

*Os monumentos.* – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;



*Os conjuntos.* – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os locais de interesse.* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

#### **ARTIGO 2.º**

Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

#### **ARTIGO 3.º**

Competirá a cada Estado parte na presente Convenção identificar e delimitar os diferentes bens situados no seu território referidos nos artigos 1 e 2 acima.

### **II - Protecção nacional e protecção internacional do património cultural e natural**

#### **ARTIGO 4.º**

Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º e situado no seu território constitui obrigação primordial. Para tal, deverá esforçar-se, quer por esforço próprio, utilizando no máximo os seus recursos disponíveis, quer, se necessário, mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possa beneficiar, nomeadamente no plano financeiro, artístico, científico e técnico.

#### **ARTIGO 5.º**

Com o fim de assegurar uma protecção e conservação tão eficazes e uma valorização tão activa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão na medida do possível por:

- a) Adoptar uma política geral que vise determinar uma função ao património cultural e natural na vida colectiva e integrar a protecção do referido património nos programas de planificação geral;
- b) Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de protecção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispondo dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;
- c) Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural e natural;
- d) Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do referido património; e
- e) Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de protecção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica.

**ARTIGO 6.º**

1 - Com pleno respeito pela soberania dos Estados no território dos quais está situado o património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º, e sem prejuízo dos direitos reais previstos na legislação nacional sobre o referido património, os Estados parte na presente Convenção reconhecem que o referido património constitui um património universal para a protecção do qual a comunidade internacional no seu todo tem o dever de cooperar.

2 - Em consequência, os Estados parte comprometem-se, em conformidade com as disposições da presente Convenção, a contribuir para a identificação, protecção, conservação e valorização do património cultural e natural referido nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º se o Estado no território do qual tal património se encontra o solicitar.

3 - Cada um dos Estados parte na presente Convenção compromete-se a não tomar deliberadamente qualquer medida susceptível de danificar directa ou indirectamente o património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º situado no território de outros Estados parte na presente Convenção.

**ARTIGO 7.º**

Para fins da presente Convenção, deverá entender-se por protecção internacional do património mundial, cultural e natural a criação de um sistema de cooperação e de assistência internacionais que vise auxiliar os Estados parte na Convenção nos esforços que dispendem para preservar e identificar o referido património.

**III - Comité intergovernamental para a protecção do património mundial, cultural e natural****ARTIGO 8.º**

1 - É criado junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, um comité intergovernamental para a protecção do património cultural e natural de valor universal excepcional denominado Comité do Património Mundial. Será composto por quinze Estados parte na Convenção, eleitos pelos Estados parte na Convenção reunidos em assembleia geral no decurso de sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. O número dos Estados membros do Comité será elevado até vinte e um, a contar da sessão ordinária da conferência geral que se siga à entrada em vigor da presente Convenção para, pelo menos, quarenta Estados.

2 - A eleição dos membros do Comité deverá assegurar uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do Mundo.

3 - Assistirão às sessões do Comité com voto consultivo um representante do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Centro de Roma), um representante do Conselho Internacional de Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e um representante da União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), aos quais poderão ser acrescentados, a pedido dos Estados parte, reunidos em assembleia geral no decurso das sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, representantes de outras organizações intergovernamentais com objectivos idênticos.

**ARTIGO 9.º**

1 - Os Estados membro do Comité do Património Mundial exercerão o seu mandato desde o termo da sessão ordinária da Conferência Geral no decurso da qual tiverem sido eleitos e até ao final da terceira sessão ordinária subsequente.

2 - No entanto, o mandato de um terço dos membros designados na primeira eleição terminará no final da primeira sessão ordinária da Conferência Geral que se siga à sessão no decurso da qual tenham sido eleitos, e o mandato de um segundo terço dos membros designados simultaneamente terminará no final da segunda sessão ordinária da 3 - Conferência Geral que se siga à sessão no decurso da qual tenham sido eleitos. Os nomes de tais membros serão sorteados pelo presidente da Conferência Geral após a primeira eleição.

Os Estados membro do Comité deverão escolher para os representar pessoas qualificadas no domínio do património cultural ou do património natural.

#### **ARTIGO 10.º**

- 1 - O Comité do Património Mundial adoptará o seu regulamento interno.
- 2 - O Comité poderá a qualquer momento convidar para as suas reuniões organismos públicos ou privados, assim como pessoas privadas, para proceder a consultas sobre questões específicas.
- 3 - O Comité poderá criar órgãos consultivos que julgue necessários à execução das suas funções.

#### **ARTIGO 11.º**

- 1 - Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá submeter, em toda a medida do possível, ao Comité do Património Mundial um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos na lista prevista no parágrafo 2 do presente artigo. Tal inventário, que não será considerado exaustivo, deverá comportar uma documentação sobre o local dos bens em questão e sobre o interesse que apresentam.
- 2 - Com base nos inventários submetidos pelos Estados em aplicação do parágrafo 1 acima, o Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir, sob o nome de «lista do património mundial», uma lista dos bens do património cultural e do património natural tal como definidos nos artigos 1.º e 2.º da presente Convenção, que considere como tendo um valor universal excepcional em aplicação dos critérios que tiver estabelecido. De dois em dois anos deverá ser difundida uma actualização da lista.
- 3 - A inscrição de um bem na lista do património mundial apenas poderá ser feita com o consentimento do Estado interessado. A inscrição de um bem situado num território que seja objecto de reivindicação de soberania ou de jurisdição por vários Estados não prejudicará em nada os direitos das partes no diferendo.
- 4 - O Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir, sempre que as circunstâncias o exigirem, sob o nome de «lista do património mundial em perigo», uma lista dos bens que figurem na lista do património mundial para a salvaguarda dos quais sejam necessários grandes trabalhos e para os quais tenha sido pedida assistência, nos termos da presente Convenção. Tal lista deverá conter uma estimativa do custo das operações. Apenas poderão figurar nesta lista os bens do património cultural e natural ameaçados de desaparecimento devido a uma degradação acelerada, projectos de grandes trabalhos públicos ou privados, rápido desenvolvimentos urbano e turístico, destruição devida a mudança de utilização ou de propriedade da terra, alterações profundas devidas a uma causa desconhecida, abandono por um qualquer motivo, conflito armado surgido ou ameaçando surgir, calamidades e cataclismos, grandes incêndios, sismos, deslocações de terras, erupções vulcânicas, modificações do nível das águas, inundações e maremotos. O Comité poderá, em qualquer momento e em caso de urgência, proceder a nova inscrição na lista do património mundial em perigo e dar a tal inscrição difusão imediata.
- 5 - O Comité definirá os critérios com base nos quais um bem do património cultural e natural poderá ser inscrito em qualquer das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo.
- 6 - Antes de recusar um pedido de inscrição numa das duas listas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo, o Comité deverá consultar o Estado parte no território do qual esteja situado o bem do património cultural ou natural em causa.
- 7 - O Comité, com o consentimento dos Estados interessados, coordenará e encorajará os estudos e as pesquisas necessárias à constituição das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo.

#### **ARTIGO 12.º**

O facto de um bem do património cultural e natural não ter sido inscrito em qualquer das duas listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º não poderá de qualquer modo significar que tal bem não tenha um valor excepcional para fins diferentes dos resultantes da inscrição nas referidas listas.

**ARTIGO 13.º**

1 - O Comité do Património Mundial deverá aceitar e estudar os pedidos de assistência internacional formulados pelos Estados parte na presente Convenção no que respeita aos bens do património cultural e natural situados nos seus territórios, que figuram ou sejam susceptíveis de figurar nas listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º. Tais pedidos poderão ter por objecto a protecção, conservação, valorização ou restauro de tais bens.

2 - Os pedidos de assistência internacional em aplicação do parágrafo 1 do presente artigo poderão igualmente ter por objecto a identificação de bens do património cultural e natural definido nos artigos 1.º e 2.º, sempre que pesquisas preliminares tenham permitido estabelecer que as mesmas merecem ser prosseguidas.

3 - O Comité deverá decidir do andamento a dar a tais pedidos, determinar, se necessário, a natureza e importância da sua ajuda e autorizar a conclusão, em seu nome, de acordos necessários com o governo interessado.

4 - O Comité deverá determinar uma ordem de prioridade para as suas intervenções. Fazer-lo-á tendo em conta a importância respectiva dos bens a salvaguardar para o património mundial, cultural e natural, a necessidade em assegurar assistência internacional aos bens mais representativos da natureza ou do génio e da história do mundo e da urgência dos trabalhos a empreender, a importância dos recursos dos Estados no território dos quais se encontrem os bens ameaçados e principalmente a medida em que tais Estados poderiam assegurar a salvaguarda de tais bens pelos seus próprios meios.

5 - O Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir uma lista dos bens para os quais tenha sido dada assistência internacional.

6 - O Comité deverá decidir da utilização dos recursos do fundo criado nos termos do artigo 15.º da presente Convenção. Procurará os meios de aumentar tais recursos e tomará todas as medidas úteis para o efeito.

7 - O Comité deverá cooperar com as organizações internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais, com objectivos idênticos aos da presente Convenção. Para a aplicação dos programas e execução dos seus projectos, o Comité poderá recorrer a tais organizações, especialmente do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (Centro de Roma), ao Conselho Internacional dos Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e à União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), assim como a outros organismos públicos ou privados e a pessoas privadas.

8 - As decisões do Comité serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. O quórum será constituído pela maioria dos membros do Comité.

**ARTIGO 14.º**

1 - O Comité do Património Mundial será assistido por um secretariado nomeado pelo director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

2 - O director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, utilizando o mais possível os serviços do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (Centro de Roma), do Conselho Internacional dos Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e da União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), nos domínios das suas competências e das suas respectivas possibilidades, deverá preparar a documentação do Comité, a ordem do dia das suas reuniões e deverá assegurar a execução das suas decisões.

**IV - Fundo para a protecção do património mundial, cultural e natural****ARTIGO 15.º**

1 - É constituído um fundo para a protecção do património mundial, cultural e natural de valor universal excepcional, denominado Fundo do Património Mundial.

2 - O Fundo será constituído com fundos de depósito, em conformidade com as disposições do regulamento financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

3- O destino das contribuições feitas ao Fundo e das demais formas de assistência prestadas ao Comité será estabelecido por este. O Comité poderá aceitar contribuições destinadas apenas a um certo programa ou a um determinado projecto desde que a aplicação de tal programa ou a execução de tal projecto tenha sido decidida pelo Comité. As contribuições feitas ao Fundo não poderão estar sujeitas a qualquer condição política.

#### **ARTIGO 16.º**

1 - Sem prejuízo de qualquer contribuição voluntária complementar, os Estados parte na presente Convenção comprometem-se a pagar regularmente, de dois em dois anos, ao Fundo do Património Mundial, contribuições, cujo montante, calculado segundo uma percentagem uniforme aplicável a todos os Estados, será decidido pela Assembleia Geral dos Estados parte na Convenção, reunidos no decurso de sessões da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Tal decisão da assembleia geral requer a maioria dos Estados parte, presentes e votantes, que não tenham formulado a declaração referida no parágrafo 2 do presente artigo. A contribuição obrigatória dos Estados parte na Convenção não poderá, em caso algum, ultrapassar 1% da sua contribuição para o orçamento ordinário da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

2 - Qualquer Estado no artigo 31.º ou no artigo 32.º da presente Convenção poderá, no entanto, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, declarar que não ficará vinculado pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo.

3 - Qualquer Estado parte na Convenção que tenha formulado a declaração referida no parágrafo 2 do presente artigo poderá, em qualquer momento, retirar a referida declaração mediante notificação do director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. No entanto, a retirada da declaração apenas terá efeito, no que refere à contribuição obrigatória devida por tal Estado, a partir da data da assembleia geral seguinte dos Estados parte.

4 - A fim de que o Comité possa prever as suas operações de forma eficaz, as contribuições dos Estados parte na presente Convenção que tenham formulado a declaração referida no parágrafo 2 do presente artigo deverão ser pagas de forma regular, pelo menos de dois em dois anos, e não deverão ser inferiores às contribuições que tais Estados deveriam pagar caso se encontrassem vinculados pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo.

#### **ARTIGO 17.º**

Os Estados parte na presente Convenção deverão estabelecer ou promover a criação de fundações ou de associações nacionais, públicas e privadas, cujo objectivo seja o encorajamento da protecção do património cultural e natural, conforme definido pelos artigos 1.º e 2.º da presente Convenção.

#### **ARTIGO 18.º**

Os Estados parte na presente Convenção deverão contribuir nas campanhas internacionais de colecta, organizadas em favor do Fundo do Património Mundial, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Deverão facilitar as colectas feitas com tais objectivos pelos organismos mencionados no parágrafo 3 do artigo 15.º.

### **V – Condições e modalidades de assistência internacional**

#### **ARTIGO 19.º**

Qualquer Estado parte na presente Convenção poderá solicitar assistência internacional em favor dos bens do património cultural ou natural de valor universal excepcional situados no seu território. Deverá anexar ao pedido de assistência os elementos informativos e os documentos mencionados no artigo 21.º, de que dispõe e de que o Comité necessitará para tomar a sua decisão.

**ARTIGO 20.º**

Sob reserva das disposições do parágrafo 2 do artigo 13.º, da alínea c) do artigo 22.º e do artigo 23.º, a assistência internacional prevista pela presente Convenção apenas poderá ser concebida a bens do património cultural e natural que o Comité do Património Mundial tenha decidido ou decida fazer figurar numa das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º.

**ARTIGO 21.º**

1 - O Comité do Património Mundial deverá estabelecer as normas para o exame dos pedidos de assistência internacional que lhe sejam dirigidos e deverá precisar, nomeadamente, os elementos a figurar no pedido, o qual deverá descrever a operação a executar, os trabalhos necessários, uma estimativa do custo dos mesmos, urgência e os motivos pelos quais os recursos do Estado que tenha formulado o pedido não lhe permitem fazer face à totalidade das despesas. Os pedidos deverão, sempre que possível, basear-se na opinião de peritos.

2 - Em virtude dos trabalhos que poderão eventualmente vir a ser necessários sem demora, os pedidos fundados em calamidades naturais ou em catástrofes deverão ser urgente e prioritariamente examinados pelo Comité, o qual deverá dispor de um fundo de reserva destinado a tais eventualidades.

3 - Antes de tomar qualquer decisão, o Comité deverá proceder aos estudos e consultas que julgue necessários.

**ARTIGO 22.º**

A assistência concedida pelo Comité do Património Mundial poderá assumir as seguintes formas:

1 - Estudos sobre os problemas artísticos, científicos e técnicos resultantes da protecção, conservação, valorização e restauro do património cultural e natural, conforme definido pelos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º da presente Convenção;

2 - Fornecimento de peritos, técnicos e de mão-de-obra qualificada para supervisionar a boa execução do projecto aprovado;

3 - Formação e especialistas, a todos os níveis, nos domínios da identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do património cultural e natural;

4 - Fornecimento de equipamento de que o Estado interessado não disponha ou não esteja em condições de adquirir;

5 - Empréstimos a juro reduzido, isentos de juros ou que possam ser reembolsados a longo prazo;

6 - Concessão, em casos excepcionais e especialmente motivados, de subvenções não reembolsáveis.

**ARTIGO 23.º**

O Comité do Património Mundial poderá igualmente fornecer assistência internacional a centros nacionais ou regionais de formação de especialistas, a todos os níveis, nos domínios da identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do património cultural e natural.

**ARTIGO 24.º**

Uma assistência internacional de elevada importância apenas poderá ser concedida após estudo científico, económico e técnico detalhado. Tal estudo deverá recorrer às mais avançadas técnicas de protecção, conservação, valorização e restauro do património cultural e natural e corresponder aos objectivos da presente Convenção. Deverá pesquisar os meios para a utilização racional dos recursos disponíveis no Estado interessado.

**ARTIGO 25.º**

O financiamento dos trabalhos necessários apenas deverá, em princípio, incumbir parcialmente à comunidade internacional. A participação do Estado que beneficie da assistência internacional deverá constituir parte substancial dos recursos atribuídos a cada programa ou projecto, excepto se os seus recursos não lho permitam.

**ARTIGO 26.º**

O Comité do Património Mundial e o Estado beneficiário deverão definir, em acordo a concluir, as condições para a execução do programa ou projecto ao qual é concedida assistência internacional, nos termos da presente Convenção. Competirá ao Estado que receba tal assistência internacional continuar a proteger, conservar e valorizar os bens assim salvaguardados, em conformidade com as condições definidas no acordo.

**VI – Programas educativos****ARTIGO 27.º**

1 - Os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão, por todos os meios apropriados, nomeadamente mediante programas de educação e de informação, por reforçar o respeito e o apego dos seus povos ao património cultural e natural definido nos artigos 1.º e 2.º da Convenção.  
2 - Comprometem-se a informar largamente o público das ameaças a que está sujeito tal património e das actividades levadas a cabo em aplicação da presente Convenção.

**ARTIGO 28.º**

Os Estados parte na presente Convenção que recebam assistência internacional, em aplicação da Convenção, deverão tomar as medidas necessárias no sentido de dar a conhecer a importância dos bens que constituem o objecto de tal assistência e o papel desempenhado por esta.

**VII – Relatórios****ARTIGO 29.º**

1- Os Estados parte na presente Convenção deverão indicar nos relatórios a apresentar à Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, às datas e sob as formas que entender, as disposições legais e regulamentares e as demais medidas que tenham sido adoptadas para aplicação da Convenção, bem como a experiência que tenham adquirido na matéria.

2 - Tais relatórios deverão ser levados ao conhecimento do Comité do Património Mundial.

O Comité deverá apresentar um relatório sobre as suas actividades a cada uma das sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

**VIII – Cláusulas finais****ARTIGO 30.º**

A presente Convenção foi redigida em inglês, árabe, espanhol, francês e russo, fazendo os cinco textos igualmente fé.

**ARTIGO 31.º**

A presente Convenção será submetida à ratificação ou aceitação dos Estados membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em conformidade com as suas respectivas normas constitucionais.

Os instrumentos de ratificação ou aceitação serão depositados junto do director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

**ARTIGO 32.º**

1 - A presente Convenção fica aberta à adesão de qualquer Estado não membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura convidado a ela aderir pela Conferência Geral da Organização.

2 - A adesão terá lugar mediante o depósito de um instrumentos de adesão junto do director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

**ARTIGO 33.º**

A presente Convenção entrará em vigor três meses após a data do depósito do vigésimo instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, mas unicamente para os Estados que tenham depositado os seus respectivos instrumentos de ratificação, aceitação ou adesão em tal data, ou anteriormente. Para qualquer outro Estado, entrará em vigor três meses após o depósito do respectivo instrumento de ratificação, aceitação ou adesão.

**ARTIGO 34.º**

As disposições abaixo aplicar-se-ão aos Estados parte na presente Convenção com sistema constitucional federativo ou não unitário: No que se refere às disposições da presente Convenção cuja aplicação seja da competência da acção legislativa do poder legislativo federal ou central, as obrigações do Governo federal ou central serão idênticas às dos Estados parte não federativos.

**ARTIGO 35.º**

- 1 - Cada um dos Estados parte na presente Convenção terá a faculdade de denunciar a Convenção.
- 2 - A denúncia deverá ser notificada mediante instrumento escrito depositado junto do director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- 3 - A denúncia tomará efeito doze meses após a data da recepção do instrumento da denúncia. Em nada alterará as obrigações financeiras a assumir pelo Estado que a tenha efectuado, até à data em que a retirada tome efeito.

**ARTIGO 36º**

O director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura informará os Estados membros da Organização e os Estados não membros referidos no artigo 32º, bem como a Organização das Nações Unidas, do depósito de todos os instrumentos de ratificação, aceitação ou adesão mencionados nos artigos 31º e 32º, e das denúncias previstas pelo artigo 35º.

**ARTIGO 37º**

- 1 - A presente Convenção poderá ser revista pelo Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. A revisão apenas vinculará, no entanto, os Estados que se tornem parte na Convenção revista.
- 2 - Caso a Conferência Geral adopte uma nova Convenção que constitua revisão total ou parcial da presente Convenção, e salvo disposições em contrário da nova convenção, a presente Convenção deixará de estar aberta a ratificação, aceitação ou adesão a partir da data da entrada em vigor da nova convenção.

**ARTIGO 38º**

Em conformidade com o artigo 102º da Carta das Nações Unidas, a presente Convenção será registada no Secretariado das Nações Unidas, a pedido do director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Feito em Paris aos 23 dias do mês de Novembro de 1972, em dois exemplares autenticados contendo a assinatura do presidente da Conferência Geral, reunida na sua décima sétima sessão, e do director-geral das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, os quais serão depositados nos arquivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, sendo cópias certificadas conforme aos originais entregues a todos os Estados referidos nos artigos 31º e 32º e à Organização das Nações Unidas.

**UNESCO. Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris: Unesco 2013.



<b>ANEXO (III) - Elementos para Pedido de Tombamento, UNESCO.</b>
---

---

**Informações Necessárias Para Fazer um Pedido de Tombamento**

---

O tombamento de um bem pode ser solicitado por qualquer cidadão, empresa ou instituição. Para tanto, é fundamental que o proponente encaminhe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o máximo de informação possível sobre o bem, para que a equipe técnica do Iphan avalie a pertinência desse pedido, com um conseqüente encaminhamento, seja ele de complementação da pesquisa ou de sugestão de tombamento em outra instância (municipal ou estadual).

Este guia foi elaborado para que qualquer cidadão possa ter um modelo a seguir ao propor a proteção e gestão de um bem. O texto foi baseado nos documentos da UNESCO para proposição de bens na Lista do Patrimônio Mundial (*Format for the Nomination of Properties for Inscription on the World Heritage List*, anexo 5 do *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, disponível em [www.unesco.org](http://www.unesco.org)), por serem bastante completos e atuais.

Alguns itens foram modificados e outros novos incluídos com o intuito de adaptar as informações da UNESCO à prática do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A tradução dos documentos da UNESCO representam uma versão, e não substitui a leitura dos originais.

**Resumo Executivo**

	<b>Itens</b>	<b>Notas explicativas</b>
<b>1</b>	Proponente	Nome de pessoa física ou pessoa jurídica.
<b>2</b>	Dados do proponente e contato	CPF ou CNPJ Endereço, telefone, fax e e-mail.
<b>3</b>	Nome do bem	
<b>4</b>	Localização do bem	Endereço completo. Coordenadas geográficas.
<b>5</b>	Descrição da poligonal de proteção do bem	
<b>6</b>	Descrição da poligonal de entorno do bem	
<b>7</b>	Mapa mostrando as duas poligonais (itens 5 e 6)	Esse mapa deverá ser apresentado em tamanho A4 ou A3.
<b>8</b>	Justificativa	A justificativa deverá explicar as razões pelas quais o bem deverá ser reconhecido como <u>Patrimônio Nacional</u> . Apresentar os valores mais destacados do bem.

9	Critérios através dos quais o bem será tombado	<p>(i) representar uma obra-prima do gênio criativo brasileiro; ou</p> <p>(ii) mostrar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou em uma área cultural do Brasil, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do desenho de paisagem; ou</p> <p>(iii) mostrar um testemunho excepcional, de uma tradição cultural brasileira ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido; ou</p> <p>(iv) ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história brasileira; ou</p> <p>(v) ser um exemplo destacado de um estabelecimento brasileiro tradicional, do uso da terra ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou várias), especialmente quando se torna(am) vulnerável(veis) sob o impacto de uma mudança irreversível; ou</p> <p>(vi) estar diretamente associado a eventos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância nacional; ou</p> <p>(vii) conter fenômenos naturais excepcionais ou áreas de beleza natural e estética de excepcional importância nacional; ou</p> <p>(viii) ser um exemplo excepcional representativo de diferentes estágios da história do Brasil, incluindo o registro da vida e dos processos geológicos no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos</p>
		<p>geomórficos ou fisiográficos importantes; ou</p> <p>(ix) ser um exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos da evolução e do desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos ou aquáticos e comunidades de plantas ou animais; ou</p> <p>(x) conter os mais importantes e significativos habitats naturais para a conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas que possuem um valor brasileiro excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.</p>

<b>10</b>	Proposta de inscrição no Livro do Tombo:	(i) Histórico (ii) Belas Artes (iii) Artes Aplicadas (iv) Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico.
<b>11</b>	Informações sobre organizações locais interessadas no tombamento	Nome CPF ou CNPJ Endereço, telefone, fax e e-mail.

### Dossiê completo

	Itens	Notas explicativas
<b>1</b>	<b>Identificação do bem</b>	Juntamente com a sessão 2, esta é a parte mais importante da nomeação. Deve ficar claro ao conselho consultivo onde o bem está localizado e como ele é geograficamente definido. No caso de um tombamento em conjunto, inserir uma tabela que mostre o nome de cada componente, região (se forem diferentes), coordenadas, área e áreas de entorno/influência. Outros campos (número de mapas etc.) que diferenciem os diferentes componentes, devem ser incluídos.
<b>1.a</b>	País	
<b>1.b</b>	Estado/ Cidade/Localidade	
<b>1.c</b>	Nome do Bem	Este deve ser o nome oficial do bem, que aparecerá no material publicado sobre o Patrimônio Cultural Nacional. Deve ser conciso. Não exceder 200 caracteres, incluindo espaços e pontuação. No caso de tombamento em conjunto, dar um nome para o conjunto. Não incluir o nome das partes em uma nomeação em conjunto, pois essa informação deverá ser incluída nas tabelas dos itens 1.d e 1.f.
<b>1.d</b>	Coordenadas geográficas	Informar as coordenadas de latitude e longitude ou as coordenadas UTM de um ponto localizado aproximadamente no centro do bem. Não use outros sistemas de coordenadas. No caso de tombamento em conjunto, elaborar uma tabela que mostre o nome de cada bem, sua região (ou município mais próximo) e as coordenadas de seu ponto central.

<b>1.e</b>	Mapas e plantas apresentando os limites do bem e sua área de entorno	<p>Anexar à documentação e listar com escalas e datas:</p> <p>(i) Cópia original do mapa topográfico mostrando o bem, na maior escala possível para que apareça toda a área a ser protegida. Os limites do bem e sua área de entorno devem ser claramente demarcados. Neste ou em outro mapa, devem estar registrados os limites de zonas especiais de proteção já existentes. Múltiplos mapas podem ser necessários para nomeações em conjunto. Se o mapa topográfico na escala apropriada não estiver disponível, outros mapas podem substituí-lo. Todos os mapas devem ser georreferenciados, com um mínimo de três pontos. Os mapas devem mostrar escala, orientação, projeção, referência, nome do bem e data. Se possível, os mapas devem ser enviados enrolados e não dobrados. Informações geográficas em meio digital são bem-vindas, e se possível em SIG (ou que possa ser incorporado ao SIG). Neste caso, a demarcação dos limites de proteção</p>
<b>1.f</b>	<p>Área do bem proposto e seu entorno</p> <p>Área do bem (terreno/poligonal): _____m<sup>2</sup>/ha</p> <p>Área de entorno: _____m<sup>2</sup>/ha</p> <p>Total: _____m<sup>2</sup>/ha</p>	<p>No caso de tombamento em conjunto, mostrar tabela com o nome do componente, sua região, área, área de entorno etc.</p>
<b>2</b>	<b>Descrição</b>	
<b>2.a</b>	Descrição do bem	<p>Esta sessão deve começar com a descrição atual do bem. Fazer referência a todas as características significativas do bem.</p> <p>No caso de um bem cultural, esta sessão incluirá a descrição de quaisquer elementos que tornam o bem culturalmente significativo. Pode ser incluída uma descrição da edificação ou edificações envolvidas e seu estilo arquitetônico, data de construção, materiais etc. Esta sessão deverá descrever aspectos importantes do entorno. Em caso de nomeações de centros históricos, não é necessária a descrição de cada edificação, mas sim do conjunto. Porém, edificações destacadas devem ser mais detalhadas.</p> <p>No caso de uma propriedade natural, deverão ser tratados os atributos físicos como geologia, habitats, espécies e tamanhos de populações. Áreas ameaçadas devem ser especificadas. Os métodos de exploração dos recursos naturais devem ser descritos.</p> <p>No caso de paisagens culturais, será</p>

		necessário produzir uma descrição incluindo todos os assuntos acima citados (culturais e naturais). Atenção especial deve ser voltada para a interação entre homem e natureza.
<b>2.b</b>	História e desenvolvimento	<p>Descrever como o bem atingiu sua forma e condição atual e as mudanças significativas que o bem sofreu, incluindo questões recentes de conservação.</p> <p>Deve ser incluída uma descrição das fases de construção, no caso de edificações, sítios ou conjuntos. Demolições e reconstruções devem ser mencionadas.</p> <p>No caso de bens naturais, o dossiê deve apresentar os eventos significativos na história ou pré-história que influenciaram a evolução do bem, assim como sua interação com a humanidade. Isso inclui mudanças no uso da propriedade e seus recursos naturais para caça, pesca ou agricultura, ou mudanças advindas de questões climáticas, como enchentes, terremotos ou outros.</p> <p>No caso de paisagens culturais, toda informação acima mencionada deverá ser tratada.</p>
<b>3</b>	<b>Justificativa para o tombamento</b>	<p>Esta sessão deverá apresentar as razões pelas quais o bem deverá ser reconhecido como <u>Patrimônio Nacional</u>.</p> <p>Esta sessão não deve trazer material descritivo detalhado sobre o bem e sua gestão, pois ele deverá vir em outras sessões. Esta parte deve concentrar-se no porquê da importância do bem.</p>
<b>3.a</b>	Critérios e justificativa para o uso desses critérios	<p>Ver o item 9 do Resumo Executivo.</p> <p>Apresentar uma justificativa separada para cada critério citado.</p> <p>Demonstrar resumidamente a relação do bem com os critérios escolhidos (quando necessário, fazer referência à “descrição” e à “análise comparada”, mas as informações não devem ser duplicadas).</p>

<b>3.b</b>	Justificativa para ser um bem considerado patrimônio nacional	Baseado nos critérios usados acima, a proposta deve demonstrar o valor nacional destacado do bem, e as razões pelas quais deve ter mérito de ser inscrito em um dos Livros do Tombo.
<b>3.c</b>	Análise comparativa	O bem deve ser comparado a bens similares, mesmo sendo tombados ou não. A comparação deve tratar as similaridades que o bem possui em relação a outros bens e as razões pelas quais o bem se destaca. Essa análise comparativa deve ter como objetivo explicar a importância do bem proposto em seu contexto nacional e no internacional.
<b>3.d</b>	Integridade e autenticidade	<p>Deve ser demonstrado que o bem apresenta as condições de integridade e autenticidade apresentados na Seção II.D do <i>Operational Guidelines</i>.</p> <p>No caso de patrimônio cultural, registrar se ocorreram reparos usando materiais e métodos tradicionais, em conformidade com o conteúdo da Conferência de Nara, de 1994, sobre autenticidade, disponível na sessão <i>Cartas Patrimoniais</i> em <a href="http://www.iphan.gov.br">www.iphan.gov.br</a>.</p> <p>No caso de patrimônio natural, registrar quaisquer invasões de espécies exóticas de fauna ou flora ou outras atividades humanas que podem comprometer a integridade da propriedade.</p>
<b>4</b>	<b>Estado de conservação e fatores que afetam o bem</b>	
<b>4.a</b>	Estado de conservação atual	A informação apresentada nesta seção constitui os dados necessários para monitorar o estado de conservação do bem no futuro. A informação deve atender a condição física do bem, as ameaças, e as medidas de conservação.
		Por exemplo, em uma área histórica, construções, monumentos ou outras estruturas que necessitem trabalhos de restauração (pequenos ou em grande escala) devem ser indicados, bem como a escala e a amplitude dos projetos recentes ou em vistas de serem elaborados.
<b>4.b</b>	Fatores que afetam o bem:	Esta sessão deve fornecer informação sobre todos os fatores que podem vir a afetar ou ameaçar o bem. Deve também descrever as dificuldades em pontuar esses problemas. Não todos os fatores sugeridos nesta sessão são apropriados para todos os bens. São indicativos que podem auxiliar o proponente na identificação dos fatores relevantes em cada bem específico.

	(i) Pressões do desenvolvimento	Listar os tipos de pressões advindas do desenvolvimento, por exemplo: pressões para demolição, reconstrução ou nova construção; adaptação da edificação existente para novos usos, ameaçando a integridade e autenticidade da mesma; destruição ou modificação de habitat através da má gestão do turismo ou outros usos, exploração inapropriada ou insustentável dos recursos naturais; introdução de novas espécies que desequilibrem o meio; etc.
	(ii) Pressões ambientais	Listar as fontes de degradação ambiental que afetam os materiais construtivos da edificação ou a fauna e flora.
	(iii) Desastres naturais e riscos	Listar os desastres naturais que possam vir a ocorrer e quais medidas foram tomadas para lidar com eles, seja através de proteção física ou treinamento de pessoal.
	(iv) Pressões turísticas e/ou de visitantes	Descrever a capacidade de visitação do bem. O bem poderá absorver a demanda provável de visitantes sem sofrer efeitos adversos? Devem ser indicadas as medidas tomadas para lidar com visitantes e turistas. Formas possíveis de deterioração devido às pressões de visitantes são: desgastes em pedra, madeira, grama ou outras superfícies de solo; aumento do nível de calor ou umidade; distúrbios nos habitats de espécies; rompimentos de culturas tradicionais ou modos de vida.
	(v) Número de habitantes no bem e seu entorno	Fornecer a melhor estimativa ou estatística possível do número de habitantes moradores na da área de proteção e área de entorno. Indicar o ano e fonte dos dados.
<b>5</b>	<b>Proteção e gestão do bem</b>	Esta seção tem por objetivo fornecer informações sobre a realidade legislativa, reguladora, contratual, de planejamento, de medidas institucionais e/ou tradicionais, bem como sobre o sistema de gestão do bem. Deve trazer também as medidas administrativas e de manejo diário de proteção o bem.
<b>5.a</b>	Propriedade	Indicar a categoria na qual a propriedade do bem se inclui (da União, do Estado, do Município, particular, da comunidade, da igreja etc.).
<b>5.b</b>	Outras proteções/nominações	Listar as leis e/ou declarações que dizem respeito ao bem, por exemplo: área de proteção natural municipal, centro histórico, monumento, praça, área de uso e bem comum etc.

<b>5.c</b>	Meios de implementação das medidas de proteção	Descrever como os atos de proteção administrativos e/ou de legislação do item 5.b. funcional do dia a dia.
<b>5.d</b>	Planos municipais ou regionais existentes, nos quais o bem aparece	Listar os planos com a data e a instituição responsável por sua formulação e aplicação. Os mais relevantes devem ser resumidos nesta sessão. Uma cópia do plano poderá ser anexada.
<b>5.e</b>	Plano de gestão do bem e outros sistemas de gestão	
<b>5.f</b>	Fontes e níveis de financiamento	
<b>5.g</b>	Fontes de especialização e treinamento de técnicas de conservação e gestão	
<b>5.h</b>	Facilidades para os visitantes e estatísticas	
<b>5.i</b>	Políticas e programas relacionados à preservação e promoção do bem	
<b>5.j</b>	Nível da equipe (profissional, técnico e manutenção)	
<b>6</b>	<b>Monitoramento</b>	
<b>6.a</b>	Indicadores para medição do estado de conservação	
<b>Indicador</b>		<b>Periodicidade</b>
<b>6.b</b>	Medidas administrativas para o monitoramento do bem	
<b>6.c</b>	Resultados de exercícios anteriores	
<b>7</b>	<b>Documentação</b>	
<b>7.a</b>	Fotografias, slides, inventário de imagens e tabela de autorização e outros materiais audiovisuais	

Id. N°	Formato (slide/impressa/vídeo)	Legenda	Data da foto (mês/ano)	Fotógrafo / Diretor	Proprietário dos direitos	Contato do proprietário dos direitos	Não possui direitos autorais exclusivos

Tabela de autorização para uso das imagens e materiais audiovisuais.

<b>7.b</b>	Textos relativos à proteção do bem, cópias dos planos de gestão ou sistemas de gestão documentados e partes de outros planos relevantes ao bem.	Anexar os documentos indicados nos itens 5.b, 5.d e 5.e acima.
<b>7.c</b>	Formulário e data dos mais recentes registros ou inventários do bem	Providenciar uma descrição dos inventários e registros mais recentes do bem. Somente os registros que ainda



		são válidos devem ser descritos.
<b>7.d</b>	Endereço onde os inventários e registros estão arquivados	Fornecer o nome e endereço das instituições que arquivam esses registros e inventários (edificações, monumentos, espécies de fauna ou flora).
<b>7.e</b>	Bibliografia	Listar as principais referências publicadas sobre o bem, utilizando o padrão ABNT.
<b>8</b>	Informações e contato das autoridades responsáveis	
<b>8.a</b>	Organizador Nome: Título: Endereço: Cidade, Estado, País: Telefone: Fax: E-mail:	Fornecer dados sobre a pessoa responsável por organizar e sistematizar as informações deste documento.
<b>8.b</b>	Instituição/Organização local responsável:	Caso exista, informar os dados da instituição, comunidade, museu ou organização responsável pela gestão e manutenção do bem.
<b>8.c</b>	Site oficial Endereço: Nome para contato: E-mail:	Fornecer o endereço de sites relacionados ao bem. Indicar se algum site está sendo desenvolvido ou pensado para o futuro, com nome e e-mail do responsável para contato.
<b>9.</b>	Assinatura	Assinatura do responsável e/ou organizador deste documento.

<b>ANEXO (IV) - Patrimônio inventariado pelo Município de Diamantina-MG.</b>
--

<b>Patrimônio Cultural Inventariado pelo Município de Diamantina-MG</b>
---

<b>BENS IMÓVEIS</b>			
<b>Denominação</b>	<b>Localização</b>	<b>Ano Inventário</b>	<b>Exercício Inventário</b>
<b>ÁREA B – DISTRITO DE CONSELHEIRO MATA</b>			
BI-01 Casa de Dona Iuca	Rua Vicente de Paula Medeiros, 551	2011	2013
BI-02 Bar do Kussu	Praça Principal, s/n	2011	2013
Bi-03 Residência de Geraldo Kussu	Rua de Trás Um, s/n	2011	2013
BI-04 Residência de Dona Gislene	Praça Principal, 77	2011	2013
BI-05 Residência de Ursulino José de Souza	Praça Principal, 161	2011	2013
BI-06 Ruína do Tombador	Estrada de Ferro, s/n	2011	2013
BI-07 Residência dos Meiras	Rua de Trás Um, s/n	2011	2013
BI-08 Pousada de Kussu	Rua Principal, s/n	2011	2013
BI-09 Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores	Rua Principal, s/n	2011	2013
BI-10 Cemitério		2011	2013
BI-11 Casa de Auriete		2011	2013
BI-12 E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza		2011	2013
BI-13 Estação de Conselheiro Mata	Rua Vicente de Paula Medeiros, 552	2011	2013
<b>ÁREA C – DISTRITO DE DESEMBARGADOR OTONI</b>			
BI-01 Casa à Rua Nossa Senhora Aparecida, 58	Rua Nossa Senhora Aparecida, 58	2012	2014
BI-02 Ponto Comercial s/n	Rua Nossa Senhora Aparecida, s/n	2012	2014
BI-03 Casa à Rua Nossa Senhora Aparecida, s/n	Rua Nossa Senhora Aparecida, s/n	2012	2014
BI-04 Praça da Matriz de Santo Antônio	Praça da Matriz de Santo Antônio, s/n	2012	2014
BI-05 Venda do Sr. Lucas	Rua Bela Vista, s/n	2012	2014
<b>ÁREA D – DISTRITO DE EXTRAÇÃO</b>			
I-01 Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Rua do Rosário, s/n	2014	2016
BI-02 Capela de Nosso Senhor dos Passos	Praça Nosso Senhor dos Passos, 11	2014	2016
BI-03 Edifício da Associação Comunitária de Curralinho	Rua do Rosário, 92	2014	2016
BI-04 Cruzeiro	Morro do Cruzeiro, s/n	2014	2016

BI-05 Imóvel à Rua Prefeito Antônio Carvalho Cruz, 81	Rua Prefeito Antônio Carvalho Cruz, 81	2014	2016
BI-06 Casa da Catequese	Praça W, 142	2014	2016
<b>ÁREA E - DISTRITO DE GUINDA</b>			
BI-01 Igreja Matriz de Santo Antônio	Praça W, s/n	2014	2016
BI-02 Praça Santo Antônio	Praça W, s/n	2014	2016
BI-03 Cruzeiro	Praça W, s/n	2014	2016
<b>ÁREA F - DISTRITO DE MENDANHA</b>			
BI-14 Cemitério dos Escravos	Rua João Ferreira da Silva, s/n	2011	2013
<b>ÁREA G – SÃO JOÃO DA CHAPADA</b>			
BI-15 Capela Sagrado Coração de Jesus	Povoado de Macacos, s/n	2011	2013
<b>ÁREA H – DISTRITO DE SOPA</b>			
Capela de Santa Rita em Sopa	Praça Santa Rita, s/n	2012	2014

<b>BENS MÓVEIS E INTEGRADOS</b>			
Denominação	Acervo	Ano Inventário	Exercício Inventário
<b>ÁREA B – DISTRITO DE CONSELHEIRO MATA</b>			
BM-01 Roca de Fiar	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
BM-02 Baú Antigo Paris	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
BM-03 Cineminha Victor	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
BM-04 Baú Antigo E&M	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
BM-05 Rádio	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
BM-06 Oratório	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
BM-07 Imagem de São Vicente	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
BM-08 Imagem de Nossa Senhora das Graças	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
BM-09 Imagem de São José	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
BM-10 Harmônio	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011 a 2014	2013 a 2016
<b>ÁREA D – DISTRITO DE EXTRAÇÃO</b>			
BM-01 Imagem de N. Sra. do Rosário	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	2014	2016
BM-02 Imagem de N. Sra. Conceição	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	2014	2016
BM-03 Imagem de N. Sra. Conceição	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	2014	2016

<b>ÁREA E – DISTRITO DE GUINDA</b>			
BI-01 Imagem de N. Sra. do Socorro	Igreja Matriz de Santo Antônio	2014	2016
BI-02 Imagem de São Sebastião	Igreja Matriz de Santo Antônio	2014	2016
<b>ÁREA F - DISTRITO DE MENDANHA</b>			
BM-12 Imagem de Sant'Ana Mestra	Igreja Nossa Senhora das Mercês	2011	2012

<b>ARQUIVOS</b>			
<b>Denominação</b>	<b>Acervo</b>	<b>Ano Inventário</b>	<b>Exercício Inventário</b>
<b>ÁREA B – DISTRITO CONSELHEIRO MATA</b>			
ARQ-01 Diários (de Classe)	E.E. Dom Joaquim Silvério de Souza	2011	2013

<b>BENS NATURAIS</b>			
<b>Denominação</b>	<b>Localização</b>	<b>Ano Inventário</b>	<b>Exercício Inventário</b>
<b>ÁREA B – DISTRITO DE CONSELHEIRO MATA</b>			
BN-01 Cachoeira do Telésforo	Coordenadas Latitude 18°11'20"S Longitude 43°55'34"W	2011	2013
<b>ÁREA D – DISTRITO DE EXTRAÇÃO</b>			
BN-01 Gruta do Salitre	Coordenadas Latitude 18°16'35"S Longitude 43°32'12"W	2011	2013

<b>PATRIMÔNIO IMATERIAL</b>			
<b>Denominação</b>	<b>Localização</b>	<b>Ano Inventário</b>	<b>Exercício Inventário</b>
<b>ÁREA A – DISTRITO SEDE</b>			
PI-01 Modo de Fazer Bolo de Arroz	Diamantina	2014	2016
PI-02 Festa do Divino	Diamantina	2014	2016
PI-03 Guarda Romana	Diamantina	2014	2016
<b>ÁREA B – DISTRITO DE CONSELHEIRO</b>			
PI-01 Festa do Divino Espírito Santo	Conselheiro Mata	2011	2013
PI-01 Festa de Santo Antônio	Desembargador Otoni	2012	2014
PI-02 Festa de São Vicente	Desembargador Otoni	2012	2014

<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO</b>			
<b>Denominação</b>	<b>Endereço</b>	<b>Ano Inventário</b>	<b>Exercício Inventário</b>
<b>ÁREA G - DISTRITO DE MENDANHA</b>			
BI-14 Cemitério dos Escravos	Rua João Ferreira da Silva, s/n	2011	2013

Disponível em: <<<https://diamantina.mg.gov.br/turismo/bens-tombados-e-registrados/>>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

## Declaração Retrospectiva de Valor Universal Excepcional de Diamantina-MG

### RETROSPECTIVE STATEMENT OF OUTSTANDING UNIVERSAL VALUE (2012)

Site	<b>Historic Centre of the Town of Diamantina</b>
State Party	<b>Brazil</b>
ID. No.	<b>890</b>
Date of Registration	<b>12/04/1999</b>

#### a. Brief synthesis

In the heart of arid and rocky mountains in north-east Minas Gerais, the Historic Center of Diamantina rises 150m up the side of a steep valley, with winding and uneven streets following the natural topography. The Baroque architecture differs from that of other Brazilian towns in being of wood, and is distinguished by its geometry and details indicating transference on a modest scale of Portuguese architectural features. Churches have similar colours and textures as civil buildings, and most have only one tower. The regularly aligned 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> century semi-detached houses with one or two floors are painted in bright colours on a white ground, and contrast with the grey flagstone paving of the streets.

The historic centre testifies to the conquest of Brazil's interior regions, illustrating how explorers, diamond prospectors, and representatives of the Portuguese Crown forged an original culture in the 18<sup>th</sup> century, adapting their origins to the realities of the Americas.

#### b. Justification for Criteria

**Criterion (ii):** Diamantina shows how explorers of the Brazilian territory, diamond prospectors, and representatives of the Crown were able to adapt European models to an American context in the 18<sup>th</sup> century, thus creating a culture that was faithful to its roots yet completely original.

**Criterion (iv):** The urban and architectural group of Diamantina, perfectly integrated into a wild landscape, is a fine example of an adventurous spirit combined with a quest for refinement so typical of human nature.

#### c. Statement of Integrity

The Portuguese inspired architectural patterns and urban outline of the Historic Center of Diamantina remains well preserved, both elements ingeniously etched into the surrounding rocky hillsides of varying altitudes that give rise to a stratified city separated from its highest to its lowest points by as much as 150 meters. This association between the natural environment and the urban space created a landscape in which the rugged surrounding territory merges seamlessly with the artistic body of the urban complex.

#### d. Statement of Authenticity

The urban complex is exemplified by a special configuration marked by the implementation of structures in continuous fashion, cadenced and scaled to the uneven terrain, giving expression to an urban fabric which has been preserved since its formation in the 18<sup>th</sup> century, as recorded in a variety of maps from the period.

The city's churches were built based on the same logic applied to the surrounding constructions, reinforcing the architectural complex and a homogeneity characterized by a sober and basic, yet refined, aesthetic of geometric facades.

The historical formation of the former Arraial do Tijuco, continuous appropriation of the related spaces and public roadways through the centuries by traditional religious festivals, and the predominantly residential use

of the area are the key elements underlying the attributes that confer on the site its singularity and outstanding universal value.

#### **e. Protection and management requirements**

Protection of the Historical Center of Diamantina was first introduced in 1938 following recognition as a Brazilian Cultural Heritage Site under Process 64-T-38 and effective application of that protection through Decree-Law No. 25/37. Since the 1950s, the National Institute of Historical and Artistic Heritage (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN) has worked with the city, including through an emergency works team active at the site.

In 1982 and 1986, the National Historical and Artistic Heritage Service (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/National Pro-Memory Foundation (Fundação Nacional Pró-Memória) developed two technical guidelines (Guidelines No. 01/82 and 01/86) for Vila Santa Isabel, a new section created from removal of land from the Santa Casa de Caridade of Diamantina, with a view to organizing the implementation of new structures to ensure more effective integration of the area with the landmarked site.

The Diamantina Master Plan (Municipal Law No. 035/99), the object of recommendations by ICOMOS for purposes of recognition as a UNESCO Historical Site, establishes parameters for land use and occupation in both the Historical Site and surrounding areas, including at the foot of the Cristais Mountains. An addition safeguard in the legislation involved creation of the Technical Support Group (Grupo de Apoio Técnico – G.A.T) in order to promote joint review between IPHAN and the Municipal Government of new construction projects in areas surrounding the Historical Site.

In 2002, the IPHAN-MG superintendence issued Directive 12/2002 governing the limits and rules for urban-architectural intervention in the city's architectural and urban complex and the surrounding areas. Among other measures, the Directive enhanced key municipal provision on land use and occupation in areas around the Historical Site.

The State Institute of Historical and Artistic Heritage (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA) designated the Cristais Mountains a Natural Property through a Provisional Landmark Designation approved on December 14, 2000, and a Permanent Landmark Designation approved by the State Cultural Heritage Council (Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP on November 19, 2010, expanding the legal protection of the natural monument, a landscape recognized as inseparable from the Historical Site.

The Monumenta Program, a joint initiative between IPHAN/Ministry of Culture and the Municipal Government has devoted significant financial resources toward management of the cultural heritage and the recovery of essential public and private historical landmark spaces and buildings in the city.

Land marking studies in connection with the Cristais Mountains by IPHAN are currently under development, with a view to strengthening protection of the natural monument, one critical to understanding the context and singularity of the Diamantina Historical Site as a unique landscape.

**ANEXO (VI) - Pontuação Definitiva do ICMS Patrimônio Cultural, 2020-2021, com destaque para Diamantina-MG.**
**ICMS Critério do Patrimônio Cultural - Lei Estadual 18.030/2009 - (Deliberação Normativa CONEP 20/2018)**

MUNICÍPIO	Pontuação Máxima 4,00 pontos		Pontuação Máxima 3,00 pontos		Pontuação Máxima 2,00 pontos		PONTUAÇÃO TOMBAMENTOS QUADRO II-B e QUADRO III-A															PONTUAÇÃO REGISTROS QUADRO II-C e QUADRO III-B										Pontuação Máxima 2,00 pontos		PONTUAÇÃO TOTAL
	PONTUAÇÃO POLÍTICA CULTURAL QUADRO I - A		PONTUAÇÃO INVESTIMENTOS E DESPESAS QUADRO I - B		PONTUAÇÃO INVENTÁRIO QUADRO II - A		PROTEÇÃO FEDERAL E/OU ESTADUAL Anexo II Lei 18.030/09 TOMBAMENTOS															PROTEÇÃO FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL Anexo II Lei 18.030/09 REGISTROS										PONTUAÇÃO FINAL REGISTROS QUADRO II - C / QUADRO III - B		
	F/E/M		F/E/M		F/E/M		NH	NH	NH	NH	CP	CP	CP	CP	BI	BI	BI	BI	BM	BM	BM	F/E/M			PONTUAÇÃO EDUCAÇÃO e DIFUSÃO QUADRO III - C / QUADRO III - D									
	5	8	12	16	2	3	4	5	2	4	6	8	1	2	3	2	3	4	2	3	4	2	3	4										
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AI	
236-Delfinópolis																				0,00	0,00	0,00	0,00	2			2,00	30	0,60	0,00	0,60		0,60	
237-Delta																				0,00	0,00	0,00	0,00	2			2,00	30	0,60	0,00	0,60		0,60	
238-Desoberto	3,10	0,20																	2,00	2,00	0,60	0,09	0,69	2			2,00	30	0,60	0,09	0,69	1,20	5,89	
239-Desterro de Entre Rios	1,70	0,32	2,00																1,00	1,00	0,30	0,07	0,37	2			2,00	30	0,60	0,15	0,75		5,14	
240-Desterro do Melo	3,15	2,50																	3,00	3,00	0,90	1,75	2,65	2			2,00	30	0,60	1,17	1,77	1,35	11,42	
241-Diamantina	3,75	3,00	1,90	5		12									5				4,00	32,00	9,60	22,40	32,00		3		3,00	30	0,90	2,10	3,00	2,00	45,65	
242-Diogo de Vasconcelos	2,10	0,65	2,00																3,00	3,00	0,90	0,46	1,36	2			2,00	30	0,60	0,30	0,90	0,90	7,91	
243-Dionísio	1,00	0,00																		0,00	0,00	0,00	0,00	2			2,00	30	0,60	0,00	0,60		1,60	
244-Divinésia	3,40	2,75	1,80																3,00	3,00	0,90	1,93	2,83	2			2,00	30	0,60	1,28	1,88	1,80	14,46	
245-Divino	3,05	0,20	2,00																3,00	3,00	0,90	0,14	1,04	2			2,00	30	0,60	0,09	2,00	1,05	9,34	
246-Divino das Laranjeiras	2,55	0,20	2,00																	0,00	0,00	0,00	0,00	2			2,00	30	0,60	0,09	0,69	2,00	7,44	
247-Divinópolis de Minas	2,95	2,66	2,00																2,00	2,00	0,60	1,24	1,84	2			2,00	30	0,60	1,24	1,84	2,00	13,29	
248-Divinópolis	3,80	3,00	0,95																1,00	1,00	0,30	0,70	1,00	2			1,50	30	0,45	1,05	1,50	1,50	11,75	

 Disponível em: <<[http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020\\_tabela\\_/Tabela\\_Pontuacao\\_exercicio\\_2021-v2.3.pdf](http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020_tabela_/Tabela_Pontuacao_exercicio_2021-v2.3.pdf)>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ANEXO (VII) - Decreto Nº 0613 de 29/11/2013 de Diamantina-MG.

**Decreto do Regimento Interno do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina-MG**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA**

**DECRETO Nº 0613, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.**

**"INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS CULTURAIS DE DIAMANTINA/MG"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ESPECIALMENTE AS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ARTIGO 80, INCISO III, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO,

DECRETA:

**CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina, criado pela Lei nº 3635, de 12 de Julho de 2011, com alterações dadas pelas leis nº 3697 de 30 de dezembro de 2011 e nº 3.828 de 28 de novembro de 2013, tem seu funcionamento definido no presente Regimento.

**Parágrafo Único** - O Conselho funcionará em local designado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina/MG.

**Art. 2º** - O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina instituído como órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações culturais e de preservação do patrimônio do Município, tem como objetivo promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural e Preservação do Patrimônio Cultural.

**Parágrafo Único** - A função de conselheiro é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

*Quip*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

### CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO

**Art. 3º** - O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina tem a seguinte composição:

- I. 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio do Município;
- II. 01 (um) representante do Poder Público Federal – IPHAN – Instituto do Patrimônio;
- III. 01 (um) representante da Câmara Municipal;
- IV. 01 (um) representante de Instituições Privadas que tenham atividades culturais no Município;
- V. 01 (um) representante da área de educação superior;
- VI. 01 (um) representante da área de educação básica.
- VII. 01 (um) representante do Conselho de Turismo.
- VIII. 01 (um) representante das Artes Cênicas;
- IX. 01 (um) representante de Artes Plásticas, Artes Visuais e Audiovisuais;
- X. 01 (um) representante da Música;
- XI. 01 (um) representante da Dança;
- XII. 01 (um) representante da Cultura Popular;
- XIII. 01 (um) representante da área de Patrimônio Cultural
- XIV. 01 (um) representante do Acervo Cultural;
- XV. 01 (um) representante da Literatura;
- XVI. 01 (um) representante do Artesanato;
- XVII. 01 (um) representante distrital membro do CMDRS- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

§ 1º - Os órgãos e entidades que compõem esse Conselho deverão indicar simultaneamente um representante titular e um suplente, os quais serão nomeados pelo Prefeito.

§ 2º - Deixando qualquer dos órgãos ou entidades referidas neste artigo de indicar os seus representantes, o Conselho deverá deliberar com a presença e o voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos conselheiros no exercício da titularidade sobre a alteração da composição do mesmo.

§ 3º - Para cada membro titular haverá um membro suplente, que o substituirá em seus impedimentos temporários e o sucederá no caso de vacância.

§ 4º - Em caso de ausência do conselheiro titular por 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas sem justificativa, o suplente assumirá a titularidade e será solicitada nova eleição ou indicação para a suplência, caso contrário, aplicar-se-á o

*Paul*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

previsto no parágrafo anterior. Haverá exceção quando o titular convocar o suplente para substituí-lo em seus impedimentos.

§ 5º - A Presidência do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina será exercida pelo Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina, que é membro nato, e em suas ausências e impedimentos, será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 6º - O Vice-Presidente será eleito pelo plenário e serão exigidos a presença e o voto de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos conselheiros no exercício da titularidade.

§ 7º - Os representantes da Câmara Municipal dos Vereadores serão indicados pelo seu Presidente.

§ 8º - Os membros representantes da sociedade civil serão eleitos em fórum especialmente convocado para este fim.

§ 9º - O mandato dos Conselheiros titulares e suplentes terá a duração de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, à exceção dos representantes dos órgãos e entidades em que esta regra não possa ser aplicada por razão de término de mandato ou falta de pessoas que preencham os requisitos para ocupar a vaga.

§ 10º - Os membros do Conselho não serão remunerados.

§ 11º - Os conselheiros eleitos e indicados, e seus respectivos suplentes, serão nomeados por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

### CAPÍTULO III - ORGANIZAÇÃO

**Art. 4º** - O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina terá a seguinte organização:

- I. Presidência
- II. Plenário
- III. Secretaria Executiva
- IV. Câmaras Setoriais
- V. Comissões

**Art. 5º** - O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina poderá propor a criação das seguintes Câmaras Setoriais:

- I. Câmara Setorial do Patrimônio Cultural
- II. Câmara Setorial de Artesanato
- III. Câmara Setorial de Artes Plásticas, Artes Visuais e Artes Audiovisuais
- IV. Câmara Setorial de Artes Cênicas

*Quilp*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

- V. Câmara Setorial de Dança
- VI. Câmara Setorial de Música
- VII. Câmara Setorial da Literatura
- VIII. Câmara Setorial de Cultura Popular

**Art. 6º** - Poderão ser constituídas Comissões para a realização de atividades específicas, as quais serão automaticamente dissolvidas após a conclusão dos trabalhos.

### CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIAS

**Art. 7º** - Compete ao Conselho:

- I. Propor e aprovar propostas de políticas culturais e de proteção do patrimônio cultural para o Município;
- II. Observar e relatar em plenário as irregularidades das atividades culturais e de preservação patrimonial promovidas pela Prefeitura Municipal, bem como das entidades culturais conveniadas com a Prefeitura Municipal;
- III. Elaborar normas e diretrizes para financiamento de projetos culturais e de preservação do patrimônio cultural.
- IV. Formar comissão interna para analisar e deliberar sobre projetos de caráter cultural, educacional, artístico e patrimonial;
- V. Aprovar normas e diretrizes para celebração de convênios;
- VI. Aprovar proposta orçamentária anual para investimentos no setor, como também para elaboração do projeto de lei sobre diretrizes orçamentárias do Município;
- VII. Definir providência quando da existência de denúncias de agressões ao patrimônio cultural e apresentá-las à comunidade e aos órgãos públicos competentes federais, estaduais e municipais, propondo medidas que recuperem o patrimônio danificado;
- VIII. Contribuir para a implantação e efetivação da Lei do Plano Diretor no que tange ao uso, ocupação e ao parcelamento do solo urbano e aos aspectos ligados a urbanização, visando à adequação das exigências de preservação do patrimônio cultural;
- IX. Subsidiar a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio, por intermédio da Coordenadoria de Patrimônio Cultural para promoção e orientação dos programas educativos e culturais, com a participação da comunidade, que visem à preservação, defesa e conservação do patrimônio cultural, colaborando em sua execução;
- X. Subsidiar a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de preservação;
- XI. Aprovar os processos de inventário e posterior registro e tombamento do patrimônio cultural do Município;

*[Handwritten signature]*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

XII. Definir critérios e prioridades para o apoio aos projetos a serem executados com recursos do Fundo Municipal de Políticas Culturais e do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, em conformidade com as normas de proteção do patrimônio natural e cultural de âmbito municipal, estadual e federal;

XIII. Acompanhar a movimentação e supervisionar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Políticas Culturais e do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural em parceria com a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio.

XIV. Formular e reformular o Regimento Interno;

**Art. 8º** - Ao Presidente compete:

- I. Representar, dirigir e supervisionar as atividades do Conselho;
- II. Convocar e presidir as sessões plenárias ordinárias e extraordinárias;
- III. Tomar parte nas discussões e exercer nas sessões plenárias igual direito de voto e, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- IV. Fazer cumprir atos decorrentes de deliberação do Conselho;
- V. Constituir as Câmaras Setoriais e as Comissões;
- VI. Distribuir expedientes às Câmaras Setoriais e Comissões;
- VII. Delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação do Plenário;
- VIII. Enviar, anualmente, às autoridades competentes, o relatório das atividades do Conselho, previamente apreciado pelo Plenário;
- IX. Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno.

**Art. 9º** - O Plenário do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina é o órgão de deliberação plena e conclusiva, com as seguintes competências:

- I. Eleger o Vice-Presidente;
- II. Deliberar sobre os assuntos encaminhados à apreciação do Conselho;
- III. Aprovar a criação de Câmaras Setoriais e Comissões, estabelecendo suas competências, composição, coordenação e respectivos prazos de duração;
- IV. Aprovar o calendário das sessões ordinárias;
- V. Propor e aprovar, quando for o caso, a revisão deste Regimento Interno.

**Art. 10** - Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos por um secretário que será designado pelo presidente, competindo-lhe entre outras, as seguintes atividades:

- I. Secretariar as reuniões do Conselho;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

- II. Receber, preparar e expedir a documentação e a correspondência da Presidência e do Conselho;
- III. Anotar todos os assuntos tratados nas reuniões, redigir as respectivas atas e proceder à sua leitura;
- IV. Organizar os serviços de registro e arquivo dos processos e documentos do Conselho;
- V. Repassar ao Presidente a pauta dos assuntos a serem submetidos à apreciação do Conselho;
- VI. Encaminhar trimestralmente à Presidência, com a necessária antecedência, o levantamento do número de reuniões do Conselho, do comparecimento ou justificativas de seus membros e dos processos e expedientes analisados;
- VII. Tornar públicas as decisões do Conselho;

**Art. 11** - As Câmaras Setoriais são instâncias de natureza técnica e consultiva, com a finalidade de aperfeiçoar e agilizar o funcionamento do Conselho, competindo-lhes:

- I. Propor, analisar, acompanhar e registrar questões específicas sobre assuntos de sua competência;
- II. Apreciar processos e emitir pareceres em matérias de sua competência;
- III. Realizar outras atividades na esfera de sua competência, solicitadas pela Presidência ou pelo Plenário;
- IV. Implementar mecanismos de interação com as pessoas, grupos e organizações da comunidade, envolvidas com cada área setorial.

§ 1º - As Câmaras Setoriais serão compostas por, no mínimo, 03 (três) membros e cada conselheiro poderá estar vinculado, por opção própria, a uma das Câmaras Setoriais.

§ 2º - As Câmaras Setoriais serão dirigidas por um Conselheiro, indicado pelo Plenário, a quem compete:

- I. Conduzir os trabalhos da Câmara;
- II. Coordenar as reuniões da Câmara;
- III. Assinar expedientes, encaminhando-os à Presidência do Conselho.

**Art. 12** - À Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio, órgão vinculado a Prefeitura Municipal de Diamantina, compete:

- I. Fornecer subsídios técnicos que forem necessários ao Conselho;

*[Handwritten signature]*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

- II. Viabilizar as decisões tomadas pelo Conselho;
- III. Encaminhar proposições e estudos para deliberação do Conselho;
- IV. Divulgar as decisões do Conselho;
- V. Administrar o FUMPAC (Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural), conforme diretrizes fixadas pelo Conselho;
- VI. Administrar o FUMPC (Fundo Municipal de Políticas Culturais), conforme diretrizes fixadas pelo Conselho;

### CAPÍTULO V – FUNCIONAMENTO

**Art. 13** - O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente, ou pela maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - As datas, local e hora das reuniões ordinárias serão fixados anualmente por deliberação do Plenário podendo ser alteradas em caso de necessidade, desde que haja consenso no Plenário.

§ 2º - A convocação dos conselheiros para as reuniões será feita por meio de correio eletrônico (e-mail) e/ou ofícios, e quando necessário por telefone.

§ 3º - As reuniões serão realizadas com a presença da maioria simples dos seus membros efetivos, podendo estes serem representados pelos seus suplentes, sendo este o quórum mínimo para a realização das reuniões.

§ 4º - Não havendo matéria a ser submetida à apreciação do Conselho ou quórum mínimo, não se realizarão as reuniões previstas no caput, as quais devem ser remar cadas respeitando se a periodicidade mínima mensal, e havendo impossibilidade poderá haver mais de uma reunião ordinária no mês.

§ 5º - A convite do presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte das reuniões, com direito a voz, mas sem voto, representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

§ 6º - Na última reunião ordinária de cada ano será apresentada pela presidência uma avaliação da atuação do Conselho e da efetividade de suas deliberações.

**Art. 14** - Observar-se-á nas reuniões a seguinte ordem de trabalho:

- I. Verificação do quórum;
- II. Verificação das presenças do Presidente e/ou do Vice-Presidente e, na hipótese das ausências, promoverem a escolha de um Conselheiro para conduzir os trabalhos;

*Quereza*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

III. Verificação das presenças do 1º Secretário e/ou do 2º Secretário e, na hipótese das ausências, promoverem a escolha de um Conselheiro para secretariar a sessão;

IV. Leitura, votação e assinatura de ata da sessão anterior;

V. Expediente, com comunicações ou informes da Presidência e dos membros;

VI. Ordem do dia, compreendendo a apresentação, discussão e votação das matérias;

VII. Apresentação de temas gerais e informes;

VIII. Encerramento.

**Art. 15** - Independem de pauta os assuntos que por motivo de urgência, a critério do Presidente ou por solicitação da maioria dos Conselheiros presentes à reunião, exijam deliberação imediata.

**Art. 16** - As reuniões do Plenário serão registradas em atas que deverão conter, no mínimo:

I. A data da reunião (dia, mês e ano) e a hora de sua abertura;

II. Nome do Conselheiro que a presidiu, indicação do quorum e forma de convocação da reunião;

III. Relação dos Conselheiros presentes e das pessoas convidadas;

IV. Resumo dos trabalhos realizados com a indicação de sua natureza, matéria, relator, impedimentos e suspeições declaradas, resultado das votações e, a juízo do Plenário, demais fatos e circunstâncias que mereçam registro.

**Parágrafo único** - As atas deverão ser assinadas por todos os presentes.

**Art. 17** - Relatada a matéria, será submetida pela Presidência à discussão e deliberação do Plenário.

§ 1º - Todos os Conselheiros terão direito a voto, a votação será nominal, cabendo ao Presidente, quando for o caso, o voto de qualidade.

§ 2º - O Presidente votará sempre em último lugar.

§ 3º - O suplente somente terá direito a voto quando presente à reunião em substituição ao Conselheiro titular.

§ 4º - As questões preliminares ou prejudiciais serão discutidas e votadas antes da matéria principal.

**Art. 18** - Durante os debates qualquer intervenção oral, será obrigatoriamente precedida de solicitação da palavra ao Presidente ou ao Conselheiro que dela estiver fazendo uso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

**Art. 19** - Havendo solicitação de apresentação de projetos ou esclarecimentos pelo interessado ou corpo técnico, em reunião do Conselho, o Plenário deliberará pela pertinência, agendando, se for o caso, a data, o horário, o local e o tempo da exposição.

**Art. 20** - As Resoluções e as deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes no exercício de sua titularidade.

**Art. 21** - Esgotadas as discussões sobre as matérias em julgamento e declarados os votos, o Presidente proclamará o resultado.

**Art. 22** - Os Conselheiros serão informados da pauta dos assuntos a serem tratados 03 (três) dias úteis antes da realização da reunião.

**Art. 23** - Os conselheiros poderão propor inclusão de ponto de pauta com até 04 (quatro) dias de antecedência da data de reunião convocada.

### CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 24** - A alteração deste Regimento poderá ser feita por proposta escrita de qualquer Conselheiro ao Presidente, a qual deverá ser submetida ao Plenário na reunião seguinte ao seu recebimento, considerando-se aprovada pelo voto de 2/3 (dois terços) do Conselho.

**Art. 25** - Os casos omissos serão resolvidos por deliberação de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros no exercício de sua titularidade, observada a legislação em vigor.

**Art. 26** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIAMANTINA (MG), 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

PAULO CÉLIO DE ALMEIDA HUGO  
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO (VIII) - Decreto Nº 466, de 29/11/2019, Programa de Educação Patrimonial de Diamantina-MG.

## Decreto do Programa Pedagógico de Educação Patrimonial



Estado de Minas Gerais  
Prefeitura Municipal de Diamantina  
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 466, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI O PROGRAMA PEDAGÓGICO DE  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Diamantina**, no uso de suas atribuições legais, notadamente das que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**Considerando** que em Diamantina, cidade tombada pelo IPHAN em 1938 e detentora do título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO desde 1999, há muito se fazia sentir a necessidade da consolidação de uma política educacional voltada para a abordagem das especificidades culturais locais e regionais, na perspectiva do desenvolvimento da noção de pertencimento e apropriação dos bens patrimoniais materiais e imateriais que são diamantinosenses e também, reconhecidamente, mundiais;

**Considerando** o papel que cabe à Educação no sentido da apropriação por todos os cidadãos dos valores fundamentais e da consciência do patrimônio como elemento inalienável de um povo;

**Considerando** que o Programa Pedagógico de Educação Patrimonial, nascido em 2017, de uma parceria entre as Secretarias Municipais de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico e de Educação, se consolida cada vez mais tendo como frutos cidadãos e cidadãs educados patrimonialmente;

**Considerando** a existência de uma equipe de profissionais profundamente impregnados de conhecimentos quanto à preservação e construção de uma identidade local, mundial e, por tudo isso, própria;



Estado de Minas Gerais  
Prefeitura Municipal de Diamantina  
Gabinete do Prefeito

**Considerando** que crianças e adolescentes da rede pública contam, desde 2017, com o Programa Pedagógico de Educação Patrimonial, cuja envergadura alcança desde a simples percepção dos nossos espaços até o nosso “jeito de fazer, de pensar e de sentir”;

**Considerando** que “Pessoas são o mais importante do Patrimônio Cultural”, o referido programa pedagógico tem em conta as pessoas, pessoas em formação, pessoas em que o sentimento de respeito é apreço aos nossos elementos constituidores permanecerá vivo;

**E considerando** a implantação da Base Comum Curricular Nacional, O Currículo Referência do Estado de Minas Gerais e a necessária inclusão da Educação Patrimonial como componente da parte diversificada do Currículo da Rede Municipal de Diamantina,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa Pedagógico de Educação Patrimonial no Município de Diamantina.

**Art. 2º.** O Programa Pedagógico de Educação Patrimonial será gerido pelas Secretarias Municipais de Educação e Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico, estando vinculado às Diretoria de Políticas Pedagógicas e de Formação e Gerências de Ensino, sob a perspectiva pedagógica, de funcionamento escolar e vinculação profissional e à Diretoria de Patrimônio, no que tange aos aspectos de planejamento e execução de projetos.

**Art. 3º.** O Programa Pedagógico de Educação Patrimonial será aplicado no âmbito da Educação Básica, podendo ocorrer em unidades escolares sob a esfera administrativa das instâncias municipal, estadual, federal e privada ou em espaços onde ocorram atividades decorrentes do referido Programa.

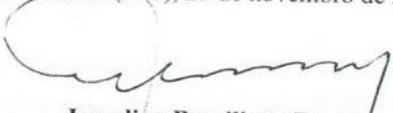


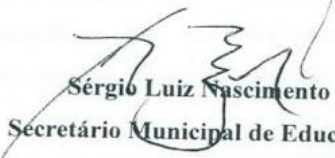
**Estado de Minas Gerais**  
**Prefeitura Municipal de Diamantina**  
**Gabinete do Prefeito**


**Art. 4º.** Os professores atuantes no Programa Pedagógico de Educação Patrimonial serão designados por critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação e terão seu exercício profissional registrado na unidade escolar de sua lotação.

**Art. 5º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01º de março de 2017, revogadas as disposições contrárias.

Diamantina (MG), 29 de novembro de 2019.

  
**Juscelino Brasiliano Roque**  
**Prefeito Municipal**

  
**Sérgio Luiz Nascimento**  
**Secretário Municipal de Educação**

  
**Márcia Betânia Oliveira Horta**  
**Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico**

ANEXO (IX) - Exemplo de Declaração de Tombamento via CMPPCPC de Diamantina-MG.

**Exemplo de Declaração de Homologação de Tombamento via Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio e Políticas Culturais de Diamantina-MG**

**DECLARAÇÃO**

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio e Políticas Culturais de Diamantina, no uso de suas atribuições dispostas na Lei nº 3.828 de 28 de novembro de 2013 e pelo seu Regimento Interno, Decreto nº 0613 de 29 de novembro de 2013 , declara que em reunião ordinária do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e quinze, homologou o tombamento do bem cultural intitulado "Capela Sagrado Coração de Jesus" , também conhecido como Capela de Macacos, comunidade de Macacos, zona rural do distrito de São João da Chapada, por seu valor arquitetônico, histórico e cultural, por meio do Decreto nº 505 de 26 de dezembro de 2011, tendo sido inscrito no Livro de Tombo Histórico segundo o número 09/2011 e sujeito a proteção especial de acordo com a Lei Municipal nº 2.824 de 25 de março de 2003.

Diamantina, 28 de outubro de 2015

  
Walter Cardoso França Junior

**Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio e Políticas Culturais de Diamantina**

ANEXO (X) - Decreto Nº 505 de 26/12/2011 de Diamantina - MG.

## Exemplo de Decreto de Tombamento via Prefeitura de Diamantina-MG



### PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

DECRETO Nº 505 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DA CAPELA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, LOCALIZADA NO POVOADO DE MACACOS, NESTE MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINA, EM CONFORMIDADE COM OS FINS ESTABELECIDOS NA LEI MUNICIPAL Nº. 2824, DE 25 DE MARÇO DE 2003, QUE ESTABELECE AS NORMAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA;


**DECRETA:**

**ART. 1º** - Fica Tombada, pelo presente Decreto, a Capela Sagrado Coração de Jesus, localizada no povoado de Macacos, no município de Diamantina, por seu valor artístico, cultural e histórico.

**ART. 2º** - O bem cultural de que trata este decreto fica sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei Municipal nº 2824, de 25 de março de 2003, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e aprovação da Coordenadoria de Patrimônio Cultural de Diamantina.

**ART. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina - MG, 26 de dezembro de 2011.

  
GERALDO DA SILVA MACEDO  
PREFEITO MUNICIPAL

Praça Conselheiro Matta, nº 11 - Centro - CEP 39100-000 - Minas Gerais  
Telefone: (38) 3531-9172 - Telefax: (38) 3531-9134 - E-mail: pmdiamantina@jknnet.com.br

Disponível em: <<<http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/-de-decretos-de-tombamento.pdf>>>. Acesso: 02 mai. de 2020.

ANEXO (XI) - Ofício do Gabinete de Nº 297/15 do Prefeito de Diamantina – MG.

**Exemplo de Publicidade - Patrimônio Cultural de Diamantina-MG**



**Estado de Minas Gerais  
Prefeitura Municipal de Diamantina  
Gabinete do Prefeito**

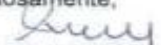
OF.GAB nº 297/15  
Assunto: Comunicação (faz)

Diamantina, 03 de novembro de 2015

Senhores,

Em atendimento às exigências do item 3.6.4 do Quadro III da Deliberação Normativa do CONEP n.º 02/2012, vimos comunicar que os Decretos n.º 024 de 09 de abril de 2003 revogado pelo decreto n.º 0601 de 25 de novembro de 2013, que dispõem sobre o tombamento da **Imagem de Sant'Ana Mestre**, foram publicados, na forma da lei, no quadro de avisos no saguão do prédio da Prefeitura Municipal de Diamantina, no site oficial da prefeitura e também na página de Internet, blog da Diretoria do Patrimônio Cultural de Diamantina, estando disponível no endereço: <http://www.coordenadoriapatrimoniomtina.blogspot.com.br/>.

Atenciosamente,

  
Paulo Célio de Almeida Hugo  
Prefeito Municipal

Ao  
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais  
IEPHA-MG / ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL  
Rua dos Aimorés, 1.697 – Funcionários  
30.140-071 – Belo Horizonte / MG

Rua da Glória, 394 - Centro – Diamantina-MG CEP 39.100-000 – Minas Gerais.  
Telefone: (38) 3531-9220 – e-mail: [governo@diamantina.mg.gov.br](mailto:governo@diamantina.mg.gov.br)

Disponível em: <<<http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/publicidade-de-decretos-de-tombamento.pdf>>>. Acesso: 02 mai. de 2020.

ANEXO (XII) - Ata da 5ª Reunião Extraordinária do CMPPCPC Diamantina-MG.

**Exemplo dos assuntos tratados em reuniões do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais do Município**

057

1 Ata da 5ª(Quinta) reunião extraordinária do Conselho Municipal de Preservação do  
 2 Patrimônio Cultural e Políticas Culturais do Município de Diamantina do ano de 2018.  
 3 XXX  
 4 Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 16:00hs  
 5 (dezesseis horas), reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo  
 6 e Patrimônio, o Conselho Deliberativo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e  
 7 Políticas Culturais de Diamantina, para reunião extraordinária. Estavam presentes os seguintes  
 8 conselheiros: Márcia Betânia Oliveira Horta (representante titular da Secretaria M. de Cultura,  
 9 Turismo e Patrimônio); Daniel Alberti Perez (representante suplente da Educação Superior);  
 10 Mônica Nascimento Clementino Nunes (representante titular da SER Diamantina); Aureliana  
 11 dos Santos Cruz (representante titular do COMTUR) e Sandra Martins Farias (representante  
 12 titular do Ibram), sendo um total de 05 (cinco) conselheiros e uma funcionária do setor para  
 13 dar assistência ao funcionamento do Conselho. A convocação para a reunião foi feita pelo  
 14 correio eletrônico (e-mail) e contato telefônico. Também estavam presentes na reunião 04  
 15 (quatro) funcionários do Teatro Santa Izabel e 02 (duas) representantes do grupo de Teatro  
 16 Labirinto. A Sra. Márcia Betânia deu por iniciada a reunião, agradecendo a presença de todos e  
 17 apresentou a pauta: Apresentação do relatório das ações do Teatro Santa Izabel ano de 2018.  
 18 Antes da apresentação do relatório Márcia Betânia expôs aos presentes à reunião com a Sr.ª  
 19 Célia Corsino -Superintendente do Iphan em Minas Gerais e demais autoridades realizada nesta  
 20 mesma data na parte da manhã no qual discutiram a respeito do patrimônio diamantinense e  
 21 deliberações do município de Diamantina no que diz respeito às comemorações dos 20 (vinte)  
 22 anos do Título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em que, o IPHAN representado senhora  
 23 Célia Corsino deixou sinalizado ajuda no financiamento dos custos do evento, a senhora Márcia  
 24 pediu ao Conselho para estudar sobre o assunto no que se refere a liberação de verba para ajudar  
 25 também nos custos do evento das comemorações dos 20 (vinte) anos. Em seguida a senhora  
 26 Sandra Farias expôs aos membros do conselho presentes na reunião e demais participantes  
 27 sobre a visita de monitoramento do Projeto Pra Ver a Banda Passar, realizada por ela e mais 02  
 28 (duas) funcionárias da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, em que foram no distrito do  
 29 Inhaí realizar uma visita a sede da banda de música Sant' Ana e ver o andamento dos trabalhos  
 30 de acordo com o projeto. A senhora Sandra expôs sobre a situação da sede da banda no qual se  
 31 encontra em situação precária, falou sobre o que foi discutido com o maestro, presidente da  
 32 banda, alunos e representante dos pais, Márcia Betânia falou sobre o desenvolvimento do

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

058  
MARCIA

33 projeto a situação no que se refere ao suporte as bandas contempladas pelo mesmo e sugere que  
34 em 2019 faça uma revisão no edital do projeto Pra ver a Banda Passar, a senhora Márcia  
35 acrescentou ser de importância expor este assunto nas reuniões, pois, a verba provem do Fundo  
36 de Preservação. Em sequência Márcia Betânia apresentou aos presentes a equipe de  
37 funcionários do Teatro Santa Izabel solicitando aos mesmos que apresentassem as ações  
38 realizadas no ano de 2018, suas estratégias para a realização dos agendamentos, Márcia Betânia  
39 cita o crescimento da procura do uso do teatro no ano de 2018, acreditando ela ser necessário  
40 rever as estratégias usadas, em relação ao acesso ao espaço pela música e teatro; gestão do teatro  
41 (na gestão anterior o teatro ficava de portas fechadas tendo gasto do mesmo jeito); a Secretaria  
42 de Cultura entrou na gestão de 2017 com a proposta de abrir o teatro com evento teatrais, cursos,  
43 mas tem-se muitas palestras e formaturas. Em seguida o senhor Gilson Nunes, diretor do Teatro  
44 Santa Izabel tomou uso da palavra e apresentou o relatório das ações do ano de 2018, no qual  
45 ele mostrou que o teatro em seu último ano teve uma gestão participativa que envolveu toda a  
46 comunidade diamantinense, todos os bairros e maioria das escolas da sede explorando todos os  
47 espaços físicos, apresenta o quadro com o número de visitantes do teatro (escolas, exposições,  
48 comunidade em geral). A senhorita Janaína expôs sobre o acesso dos turistas ao teatro, fato este  
49 que nas outras gestões não ocorria, ao visitarem o teatro eles tem oportunidade de conhecer  
50 mais um pouco da história do prédio e sua relação com a história de Diamantina. Durante a  
51 exposição do relatório foi falado sobre: agenda mensal, concertos didáticos, uso do espaço da  
52 galeria para exposições, manutenção da área externa, revitalização das salas, reforma do  
53 telhado, decreto de 2010 sobre anuência (taxas de cobrança), relação dos bens materiais do  
54 teatro, atividades de cinema, parceria com o Conservatório Lobo de Mesquita. Em seguida a  
55 Márcia Betânia fala sobre as parcerias com o teatro, estes não dão retorno ao teatro, precisa-se  
56 rever a logística, a estrutura de todos os eventos, o local apenas recebe as demandas, precisa-  
57 se. Dando continuidade ao relatório de ações de 2018 Gilson Nunes apresenta a todos o termo  
58 de uso do teatro: locação, taxa de bilheteria, divulgação, uso dos equipamentos. Após a  
59 apresentação Gilson expõe o trabalho de João Paulo, ser ele o único a ter habilidade do serviço  
60 técnico do teatro (elétrica, som, entre outros) e o excesso de demandas no qual o deixa  
61 sobrecarregado. Em seguida foi discutido por todos a construção do edital para prestação de  
62 serviço do teatro. Em seguida o senhor Daniel Perez apresentou a todos um projeto que ele  
63 junto ao grupo de teatro Labirinto pretendem ter parceria com a Secretaria de Cultura através  
64 do Teatro Santa Izabel, o projeto oferece oficinas de teatro para toda a comunidade. Márcia

MARCIA  
JANAINA



058 *Luciana*

65 Betânia explica que marcará uma reunião em início de 2019 com o Conselho com pauta  
66 exposição e estudo do projeto de teatro, para que tenham todos mais tempo para avaliar o projeto  
67 e o mesmo possa ser aprovado. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai  
68 assinada por mim, Luciana de Fátima Andrade, funcionária do setor de Patrimônio Cultural,  
69 que a redigiu e lavrou, pelo Presidente que dirigiu os trabalhos e pelos que estiveram presentes  
70 na qualidade de conselheiros.

*Luciana de Fátima Andrade*  
*Luciana de Fátima Andrade*  
*Márcio Betânia O. Neto*